

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO



AS IMAGENS DO *SERTÃO* NA LITERATURA NACIONAL:
O PROJETO DA MODERNIZAÇÃO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL
BRASILEIRA A PARTIR DOS ROMANCES REGIONALISTAS DA
GERAÇÃO DE 1930

ARTUR MONTEIRO LEITÃO JÚNIOR

UBERLÂNDIA/MG
2012

ARTUR MONTEIRO LEITÃO JÚNIOR

***AS IMAGENS DO SERTÃO NA LITERATURA NACIONAL:
O PROJETO DA MODERNIZAÇÃO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA A
PARTIR DOS ROMANCES REGIONALISTAS DA GERAÇÃO DE 1930***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Dra. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L533i Leitão Júnior, Artur Monteiro, 1987-
2012 As imagens do sertão na literatura nacional: o projeto da modernização na
 formação territorial brasileira a partir dos romances regionalistas da geração
 de 1930 / Artur Monteiro Leitão Júnior. -- 2012.
 385 f.: il.

 Orientadora: Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.

 1. Geografia - Teses. 2. Geografia na literatura - Teses. I. Anselmo, Rita
 de Cássia Martins de Souza. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Artur Monteiro Leitão Júnior

As Imagens do *Sertão* na Literatura Nacional: O projeto da modernização territorial brasileira a partir dos Romances Regionalistas da Geração de 1930

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo (IG-UFU) –
Orientadora

Prof. Dr. Rafael Straforini (DG-UFRJ)

Prof. Dra. Gláucia Carvalho Gomes (IG-UFU)

Data: 01 de junho de 2012

Resultado: Aprovado

*A Artur, Leila e Aline, patrimônio
responsável por grande parte do
meu ser.*

AGRADECIMENTOS

A árdua tarefa de agradecer não se desvincula de uma arbitrariedade seletiva, pois, quando agradecemos a uns – e omitimos ou mesmo nos esquecemos de outros – ignoramos o fato de que são alguns simples gestos, vindos de fontes inesperadas ou não triviais, que “plantam sementes” e moldam, ainda que inconscientemente, parte de nossas reflexões, de nossas demandas e de nossa sanha investigativa enquanto pesquisadores – que pretendemos ou ousamos ser. Mesmo assim, elenco algumas das pessoas que, certamente, contribuíram para eu iniciar, me manter ou finalizar esta pesquisa:

Em termos institucionais, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado a pesquisa ao conceder-me uma bolsa de estudos. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU) por ter me admitido no Curso de Mestrado e, mais importante, por ter me dado a oportunidade de crescer intelectualmente e aprender com alguns dos professores do quadro de funcionários dos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU): Guilherme Amaral Luz (Instituto de História – UFU), João Bôsko Cabral dos Santos (Instituto de Letras e Linguística – UFU), e os professores, regulares ou convidados, do Instituto de Geografia (IG-UFU), Beatriz Ribeiro Soares, Carlos Rodrigues Brandão, Rosselvelt José Santos e, em especial, Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo.

A esta, em particular, sou também grato pela orientação: mesmo nos dias atribulados, ela soube ser sensível e me confortar e tranquilizar-me nas minhas angústias e desesperos derivados da fome de “abraçar o mundo”; soube me ensinar – e, a bem dizer, ainda estou aprendendo – que as pesquisas acadêmicas são escadas intermináveis, sendo preciso percorrer degrau por degrau, em passos lentos, mas firmes.

Não menos importante, agradeço aos funcionários do Instituto de Geografia por serem solícitos para resolver as urgências ao longo do curso, e aos professores Túlio Barbosa e Mirlei Fachini Vicente Pereira por suas contribuições no processo de qualificação, sendo as mesmas refletidas e, na medida do possível, incorporadas ao *corpus* do atual texto.

Agradeço também aos meus companheiros do *Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória*: Vinícius, Marco Túlio, Kárita, Lucas, Ana Rita, Fernanda, Aristides e Meire, pela convivência e por compartilharem, cada qual com sua pesquisa, para a consolidação de uma autonomia, legitimidade e identidade acadêmicas. Agradeço especialmente à Naiara, por ter ousado abrir os caminhos de estudo nos complicados meandros da Geografia e Literatura, cujos passos nesse terreno movediço me foram muito úteis para que eu pudesse avançar.

Qualquer pesquisa não se faz somente com a relação com o objeto pesquisado, mas também com a formação pessoal do pesquisador; por isso, agradeço aos meus colegas e imprescindíveis companheiros universitários, que, por contatos esporádicos ou constantes, foram apoios inestimáveis: Ana Flávia – que também foi importante para o projeto gráfico desta pesquisa –, André, Andrêza, Cintia (e Diego – colaborando também com a parte cartográfica), Camilla, Kássia, Lidiane, Mariah (e Jackson Júnior), Matteus, Michelly, Paulo Henrique e Renata. Agradeço ainda aos meus amigos Thaís e Túlio, binômio de forte apreço e fontes preciosas e constantes da minha “coleção de momentos felizes”.

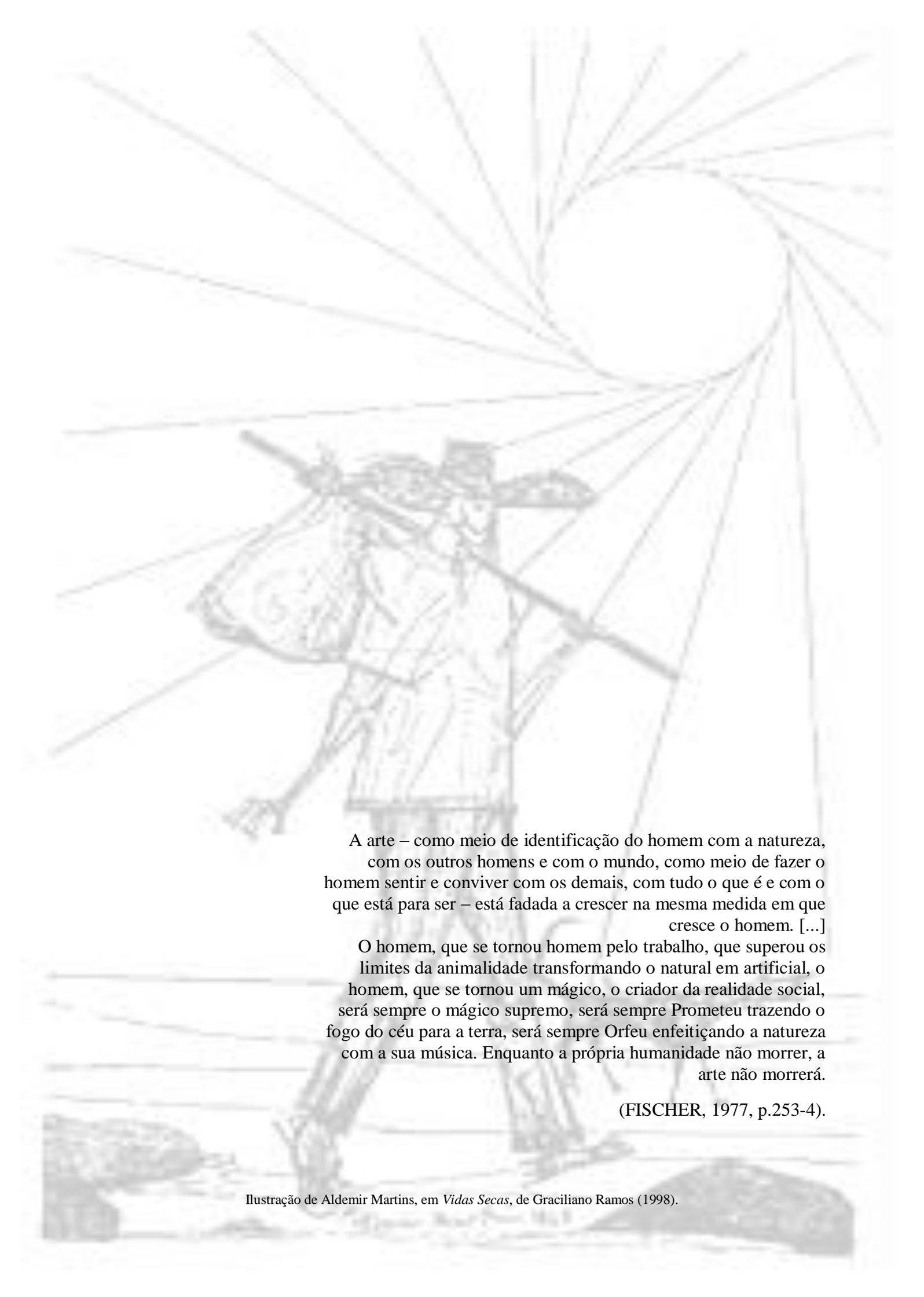
Dos amigos que carrego comigo não poderia deixar de citar alguns daqueles que me acompanham há uma década ou mais: Fernando, Panmela e Dayane, pela amizade e fraternidade. Sou ainda grato à Luísa, pela história de (mais que) amizade nesse “admirável mundo novo” do universo binário e, assim como em relação aos demais, fica a certeza de que, por mais que os caminhos e as escolhas tenham sido outros, a distância espacial e temporal é pequena ante a eternidade das memórias.

Voltando-me um pouco para a minha célula primordial e indispensável, a família, agradeço aos meus familiares como um todo, pois, pelos contatos e vivências, mesmo que ocasionais, eles têm constantemente me ensinado coisas sobre as minhas origens e sobre mim mesmo.

Agradeço ainda à minha irmã, Aline, que, no quadro mais visível (e superficial) das diferenças, tem me permitido (re)descobrir continuamente fortes semelhanças, me ensinando o verdadeiro significado do *respeito*. Também agradeço ao meu cão-amigo-filho-irmão que se foi, Mickey, criatura de sobre-humana fidelidade e que deixou um vazio maior do que a simples ausência cotidiana, mas que, por outro lado, também me deu a certeza da capacidade de transcendência – por meio da eternidade dos momentos cristalizados na memória – das vicissitudes temporais da Vida.

Por fim, voltando às minhas raízes, agradeço aos meus pais, Artur e Leila, pelo apoio e amor incondicionais: este trabalho começou quando eles permitiram que eu me desenvolvesse por minhas próprias forças e buscasse o meu “lugar”, com liberdade, responsabilidade e sabedoria, nesse vasto mundo.

A todos, mesmo àqueles que não foram mencionados nessas breves linhas, agradeço pelos encontros e desencontros e pelas “vidas cruzadas”. Muito obrigado!



A arte – como meio de identificação do homem com a natureza, com os outros homens e com o mundo, como meio de fazer o homem sentir e conviver com os demais, com tudo o que é e com o que está para ser – está fadada a crescer na mesma medida em que cresce o homem. [...]

O homem, que se tornou homem pelo trabalho, que superou os limites da animalidade transformando o natural em artificial, o homem, que se tornou um mágico, o criador da realidade social, será sempre o mágico supremo, será sempre Prometeu trazendo o fogo do céu para a terra, será sempre Orfeu enfeitando a natureza com a sua música. Enquanto a própria humanidade não morrer, a arte não morrerá.

(FISCHER, 1977, p.253-4).

RESUMO

Pautado no entrecruzamento possível entre a Arte e a Ciência – mais precisamente, entre a Geografia e a Literatura –, esta pesquisa pretende fornecer uma análise de como a ideia de *Sertão* é construída discursivamente ao longo das obras mais representativas dos romances regionalistas da *Segunda Geração Modernista* – também conhecida como *Geração de 1930*. Considerando legítimas as relações entre os textos literários e a consciência (e produção) do espaço e encarando os literatos enquanto intelectuais e *indivíduos expressivos* (GOLDMANN, 1979), torna-se possível a construção de um painel do modo de abordagem valorativa do Sertão nacional (imagens positivas, negativas ou para além dessas versões dualistas) relacionado aos projetos estatais-nacionais de formação e modernização do território brasileiro – os quais, em grande parte, foram tratados, durante a Era Vargas (1930-1945), sob a insígnia da *modernização do Sertão* (ou *dos sertões*). Configurando-se mais como uma *condição* (um qualificativo básico imposto, implicando no processo de valoração de dadas situações locais) do que propriamente um *local* (materialidade terrestre localizável, passível de ser delimitada e cartografada), o Sertão abriga, ao longo da história, diferentes discursos valorativos referentes ao espaço (*ideologias geográficas*), em geral, mas não necessariamente, negativos. Assim, nada ingênuo, o qualificativo sertanejo designa, portanto, um qualificativo dos lugares, sempre acompanhado de projetos (historicamente assentados em palavras de ordem como *povoação*, *civilização* ou *modernização*), com vistas à incorporação de tais espaços ao escopo da economia nacional. Partindo desse pressuposto e buscando perseguir o objetivo acima elencado, foram selecionadas e analisadas obras representativas dos autores canônicos – Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado – do momento histórico-literário em foco, tencionando perscrutar em que medida tais literatos forjaram imagens sobre os seus sertões literários que, total ou parcialmente, justificassem as intenções intervencionistas – sob os signos da modernização – para a consolidação de um Estado central no território brasileiro.

Palavras-chave: *Sertão*; *Segunda Geração Modernista*; Discursos literários; Modernização; Projetos estatais-nacionais; Era Vargas (1930-1945).

ABSTRACT

Guided in the possible intersection between Art and Science – more precisely, between Geography and Literature –, this research aims to provide an analysis of how the idea of *Sertão* is discursively constructed along of the most representative opus of the *Second Modernist Generation*'s – also known as the *Generation of 1930* – regionalist novels. Considering legitimate the relationships between literary texts and spatial awareness (and production), and conceiving the literates as intellectuals and *expressive individuals* (GOLDMANN, 1979), it becomes possible to construct a panel about the mode of evaluative broach of the national *Sertão* (positive, negative or beyond these dualistic versions images), related to the national-state projects of formation and modernization of the Brazilian territory – which, largely, were treated, during de Vargas Era (1930-1945), under the badge of *Sertão*'s (or *hinterland*'s) *modernization*. Being configured more as a *condition* (a basic qualifying imposed, implying in the valuation process of given locational situations) than a strictly *place* (localizable terrestrial materiality, which can be defined and mapped), the *Sertão* hosts, along the History, different evaluative discourses about the space (*geographical ideologies*), usually, but not necessarily, negatives. Therefore, nothing ingenuous, the backcountry qualifying indicates, thus, a qualifying of some terrestrial spots, always accompanied by projects (historically established in slogans such as *settlement*, *civilization* or *modernization*), aiming the incorporation of such spaces to the scope of the national economy. Based on this assumption and pursuing the goal listed above, were selected and analyzed representative opus of canonical authors – Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego and Jorge Amado – of the literary-historical moment in focus, intending to scrutinize in which extension these writers forged images about theirs literary hinterlands that, in whole or in part, justify the interventionist intentions – under the signs of modernization – to the consolidation of a central State in the Brazilian territory.

Keywords: *Sertão*; *Second Modernist Generation*; Literary discourses; Modernization; State-national projects; Vargas Era (1930-1945).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Modernidade em São Paulo: o bonde elétrico, a indústria e o crescimento	71
FIGURA 2	Modernidade no Rio de Janeiro: paisagem urbana, estética e costumes em sintonia com os novos tempos	72

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Mapa da rede urbana brasileira, 2007	23
MAPA 2	Brasil: centros urbanos do interior onde o Brasil mais cresce economicamente	27

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Polos de desenvolvimento do interior: motores da economia e perspectiva	28
QUADRO 2	Síntese das características e imagens do <i>Sertão</i> na Literatura da Geração de 1930	326

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
 <i>Capítulo I</i>	
MODERNIDADE EM MARCHA E SUPERAÇÃO DOS SERTÕES: uma saga histórica e literária	21
1.1 De <i>sertão</i> a <i>não-sertão</i> : o caso da transubstanciação do Sertão da Farinha Podre em Triângulo Mineiro	31
1.2 A urbanidade moderna e a modernidade urbana nas lentes da História e nas letras dos romances da <i>Segunda Geração Modernista</i>	43
1.2.1 <i>Romances regionalistas de 1930: representações literárias da modernidade Urbana</i>	51
1.2.2 <i>A urbanidade moderna e a modernidade como monumento</i>	64
 <i>Capítulo II</i>	
“O SERTÃO VAI VIRAR MAR...”: Sertão e Litoral no pensamento social e na literatura brasileira	74
2.1 Reflexões sobre a noção de <i>Sertão</i> : o incógnito e o autêntico nas letras e ideologias da <i>intelligentsia</i> brasileira	81
2.1.1 <i>Descobrimos os sertões e interpretando o Brasil: breves considerações sobre as imagens do Sertão no pensamento social brasileiro</i>	97
2.1.2 <i>Sob os signos das mudanças espaço-temporais: fronteiras e expansionismo do Litoral</i>	111
2.2 Sob os signos da modernidade: o moderno no espaço geográfico e na literatura modernista-regionalista da década de 1930	122
2.2.1 <i>A modernidade do espaço geográfico e a manifestação do não-sertão</i>	132
2.2.2 <i>Romances regionalistas de 1930: a superação dos sertões pela modernidade Produtiva</i>	140
 <i>Capítulo III</i>	
RETRILHANDO OS SERTÕES NA LITERATURA BRASILEIRA: o percurso histórico do regionalismo literário até a Segunda Geração Modernista	158
3.1 A evolução histórica do regionalismo/sertanismo na Literatura brasileira	162
3.1.1 <i>Desvelando os sertões: um breve panorama das representações regionais dos espaços sertanejos na literatura nacional</i>	173
3.2 Imaginário e representações geográficas e políticas: a fundação das regiões e dos regionalismos	190
3.3 A Segunda Geração Modernista nos meandros da História e da Literatura	202

<i>Capítulo IV:</i>	
RACHEL DE QUEIROZ, GRACILIANO RAMOS, JOSÉ LINS DO REGO E JORGE AMADO: as imagens do <i>Sertão</i> no regionalismo nordestino da Geração de 1930	220
4.1 Rachel de Queiroz: a arquetípica imagem do sertão das secas nordestino	222
4.2 Graciliano Ramos: o angustiado romancista das “secas vidas” do sertão nordestino	242
4.3 José Lins do Rego: o atraso e a injustiça nacionais refletidos nos sertões do “ciclo da cana-de-açúcar”	260
4.4 Jorge Amado: os sertões do “ciclo do cacau” como universo da violência dos coronéis	291
CONSIDERAÇÕES FINAIS	320
REFERÊNCIAS	332
APÊNDICE	343
Quadro biobibliográfico de Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953), José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957), Rachel de Queiroz (1910-2003) e Jorge Leal Amado Faria (1912-2001)	344

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como *objetivo central* o intuito de analisar como a *ideia de Sertão* é construída discursivamente ao longo de obras representativas da prosa regionalista do momento histórico-literário da Geração de 1930 – a *Segunda Geração Modernista* –, buscando construir, a partir de tais retóricas artístico-literárias, um painel do modo de abordagem valorativa do Sertão (imagens positivas, negativas ou para além dessas versões dualistas) relacionado aos projetos estatais-nacionais de formação e modernização do território brasileiro. A partir de tal escopo, esta pesquisa pretende contribuir com a compreensão da construção histórica da espacialidade brasileira, somando-se aos esforços de investigação da formação territorial brasileira: projetando-se nessa direção investigativa, ela almeja penetrar nos interstícios do espírito socioespacial, cultural, econômico e político do momento histórico – a Era Vargas (1930-1945) – em seu viés de discussões e debates sobre a *modernização do Sertão*, valendo-se, para tanto, dos discursos literários.

De fato, este estudo – cujo fulcro assenta-se no entrecruzamento da Arte com a Ciência, ou, mais propriamente, no binômio Geografia/Literatura – não é um produto de um esforço principiante: por ocasião da conclusão do curso de Bacharelado em Geografia, desenvolvemos a pesquisa *Sob os signos da modernização do Brasil: Formação territorial brasileira em Triste Fim de Policarpo Quaresma*, defendida em janeiro de 2010, a qual tinha como objetivo a apresentação das concepções de Lima Barreto/Policarpo Quaresma acerca dos projetos de reforma do Brasil, com fins à (trans)formação da sociedade brasileira em prol de uma marca indistinta de civilidade/modernidade; alicerçada sob um tom irônico aos valores arrivistas, diletantes e desditosos da sociedade, à (des)organização espacial e à discriminação – marcas candentes no universo social brasileiro do final do século XIX e início do século XX –, esta obra de Lima Barreto apresenta uma postura crítica em relação à formação brasileira no aspecto urbano, no caráter rural e na dimensão política, em que pesam manifestações como o desamparo, a pobreza e o autoritarismo.

Desse modo, a presente pesquisa anseia continuar a trilhar os caminhos abertos pela pesquisa anterior, amadurecendo as investigações no campo da Estética e nas relações do papel discursivo dos literatos, buscando manter intacta a autonomia da arte literária, em sua aura particular, mas sem desvincular sua origem genética ao seu conteúdo histórico, social e geográfico singulares. Um dos propósitos é, pois, desenvolver metodologias profícuas de estudo nas relações entre a Geografia e a Literatura.

Notoriamente marcada pelo tamanho, esta pesquisa enovela-se em amplas discussões e desenvolve-se em uma dimensão de extensas frentes ou “aberturas”: dada a complexidade e a imaturidade do escopo temático e metodológico – considerando a falta de tradição nos estudos de Geografia e Literatura que possuem como sustentáculo os debates discursivo-ideológicos da formação territorial brasileira –, este estudo emprega uma patente imprescindibilidade de contextualização dos fenômenos e discussões; esta contextualização, típica dos meus cuidados – não obviamente julgados como desnecessários – enquanto pesquisador, repercute-se na amplitude dos textos, sem, contudo, recair numa suposta prolixidade. As “aberturas” para a conversação com categorias e variáveis partilhadas entre várias áreas do conhecimento só endossam a complexidade da discussão aqui encetada.

Esta complexidade também serve como justificativa para a disposição dos capítulos: sem uma pragmática mais ou menos convencionada de abordagens escalonares e lineares de contextos panorâmicos e globais para contextos particulares e analíticos, a pesquisa optou por deslindar uma não linearidade completa do estudo, desenvolvendo um roteiro que preza pela abordagem, desde o primeiro capítulo, de variáveis encontradas nas obras literárias em foco e, sem se furtar de discussões teóricas ou da contextualização histórico-literária, a concatenação de tal roteiro de pesquisa busca denotar a confluência de inúmeras variáveis e aportes reflexivos possíveis, ratificando a complexidade da realidade, sempre mais abrangente e múltipla do que a abrangência dos recortes impetrados pelos estudos acadêmicos. Outras trajetórias seriam possíveis, mas a que aqui foi escolhida – em que pesam as variações entre discussões do presente e do pretérito histórico em foco, sendo aquele herança deste, e entre abordagens temáticas dos sertões mais rarefeitas e outras mais densas, no universo artístico ou do pensamento social brasileiro – pode ser creditada ao estilo autoral empregado.

Por fim, uma última observação torna-se pertinente: nas citações dos autores de grande relevância no Pensamento Social e na Literatura brasileira, incluindo-se os literatos em foco nesta pesquisa, as bibliografias correntes na argumentação estão assentadas nas edições das obras usadas; no entanto, considerando o caráter emblemático e referencial de tais obras, as referências, no final do texto, valem-se também, quando possível, da indicação do ano original de publicação. Assim, busca-se assumir um respeito às indicações mais precisas e ao ciclo de desenvolvimento das ideias, das interpretações e dos conhecimentos.

Introdução

“Decifra-me ou devoro-te”



INTRODUÇÃO

Sófocles foi um dos mais importantes dramaturgos gregos durante o apogeu da cultura helênica, destacando-se, ao lado de Ésquilo e Eurípedes, por suas peças trágicas, as quais orbitam dois tipos de sofrimento: o excesso de paixão; e as consequências de acontecimentos acidentais, reveladores da inevitabilidade do Destino. Entre as suas peças trágicas mais conhecidas e importantes está a Trilogia Tebana, escrita no século V a.C., e composta pelas peças *Édipo-Rei* (430 a.C.), *Édipo-Colono* (401 a.C.) e *Antígona* (441 a.C.).

Édipo – celebrizado pela psicanálise freudiana a partir do Complexo de Édipo – foi um importante personagem da mitologia grega, baluarte da inexorabilidade das profecias trágicas. Discorrida sucintamente por Bulfinch (2001), a história de Édipo inicia-se quando Laio, rei de Tebas, foi advertido pelo Oráculo de Delfos de que seu reinado e sua vida corriam risco caso seu filho recém-nascido vivesse. Para evitar os infortúnios preditos, o rei entregou a criança a um pastor, o qual deveria matá-la; todavia, motivado pela piedade ao recém-nascido, o pastor não conseguiu realizar o sacrifício, deixando-o à própria sorte, amarrando a criança pelos pés em um ramo de uma árvore. O menino foi assim encontrado por um camponês, que o levou aos seus senhores, os quais adotaram a criança, dando-lhe o nome de *Edipodos* (Édipo), ou “pés-distendidos”. Muitos anos depois, quando Laio, acompanhado de apenas um de seus servos, se dirigia para Delfos, encontrou-se, em uma estreita estrada, com outro viajante que vinha na direção oposta; houve um desentendimento entre os viajantes acerca de quem deveria ceder a passagem, de modo que o servo matou um dos cavalos do estranho, o qual, furioso, matou Laio e seu servo. O estranho, assassino do rei, era o seu próprio filho, Édipo.

Pouco tempo depois, a cidade de Tebas foi afligida por um monstro, a Esfinge, um híbrido que tinha a parte inferior do corpo de leão e a parte superior de uma mulher, além de asas. Agachada no alto de um rochedo, ela detinha todos os viajantes que passavam pelo caminho de Tebas, propondo-lhes um *enigma*, para o qual recitava: “Decifra-me ou devoro-te” – ou seja, somente os viajantes que decifrassem o enigma poderiam prosseguir sãos e salvos a viagem; caso não conseguissem encontrar a solução, no entanto, seriam devorados pelo monstro. Como ninguém conseguia decifrar o enigma, todos eram mortos. Édipo, sem ser intimidado pelas narrativas assustadoras, aceitou ousadamente o desafio de decifrar o *enigma da Esfinge*:

– Qual é o animal que de manhã anda com quatro patas, à tarde com duas e à noite com três? – desafiou a Esfinge.

– É o homem, que engatinha na infância, anda ereto na juventude e na fase adulta, e precisa da ajuda de um bastão ou bengala durante a velhice – respondeu Édipo.

Tal encontro entre Édipo e a Esfinge é o motivo de muitas pinturas classicistas e neoclassicistas e de vasos helênicos, como a imagem de abertura deste capítulo, pintado sobre um vaso, datado de 467 a.C., e que se encontra, atualmente, no Museu do Vaticano.

Tendo o seu enigma resolvido, a Esfinge ficou tão humilhada que cometeu suicídio, atirando-se do alto do rochedo.

Gratificados pela libertação do monstro e órfãos de um rei, os tebanos ofereceram o trono da cidade a Édipo, dando-lhe a rainha Jocasta em casamento. Dessa forma, alheio a seu destino, Édipo tornara-se assassino do pai e marido de sua própria mãe, a rainha Jocasta. Esses horrores foram ignorados até que Tebas foi assolada pela peste e pela fome, de modo que os infortúnios, segundo o Oráculo de Delfos, só seriam eliminados com a vingança da morte de Laio, revelando-se, em tal ocasião, o duplo crime de Édipo. Jocasta pôs fim à própria vida e Édipo, enlouquecido, furou os olhos e se exilou de Tebas, temido e abandonado por todos, exceto por suas filhas, que fielmente o seguiram até Colono – onde se desenrola a segunda parte da trilogia.

Rico em simbolismos e alegorias, esse mito tem aqui a sua importância por suscitar a figura do *enigma*. Os ditos enigmáticos parecem constituir uma esfera interessante enquanto ponto de partida das explorações científicas, uma vez que desvelam, a partir de frases geralmente curtas e genéricas, o (ou *um*) núcleo estrutural que subjaz aos problemas de pesquisa, exigentes de uma postura cognoscente mais reflexiva e abrangente do que a problemática em si, pois esta já se encontra articulada com uma temática específica. É a demanda por uma postura eminentemente reflexiva, e por vezes opinativa, que traça o limite do enigma para os trabalhos acadêmicos, pois estes se inscrevem nas vicissitudes de uma formalidade racional e empírica; o enigma, por seu turno, mobiliza explicações transcendentais aos campos das ciências, abrangendo posicionamentos nos campos da Ética e da Filosofia, além de mobilizações das heranças materiais e simbólicas da Cultura.

Advogando em favor do poder científico-investigativo do enigma – sem indicar, porém, que este prescinde da elaboração de uma problemática já mais ou menos específica de acordo com a temática –, a presente pesquisa tem como suporte enigmático a complexa questão: *Como se nega aquilo que não se conhece?* Note-se que esta questão pode cingir fenômenos de diversos matizes, incluindo o fenômeno que norteia a preocupação deste estudo – e esta é a idiosincrasia do enigma científico. Assim, se coloca: como aquilo que é desconhecido ou não reconhecido, longínquo, espaço e tempo do “outro” (do “eles”), de

outras lógicas e coerências internas, estranhas ao familiar (ao “nós”), e que, portanto, fogem à alçada do nosso poder e controle – qualificativos que denotam o *Sertão* – podem ser negados? Essa *negação* ocorre por meio de alguns vetores: a padronização, homogeneização, racionalização, matematização e geometrização do espaço e do tempo, articulados aos princípios de *modernização* e velocidade, aceleração e produção/consumo do espaço-tempo.

O que nota-se é, pois, a *negação* (ou, para usar uma recorrente palavra de ordem, a *modernização*) do desconhecido. Isso não significa, necessariamente, dotar de valores negativos o “outro”, mas de valorizá-lo segundo um padrão ou arcabouço de princípios e crenças exógenos a este, e próprios de quem investiga e avalia. O que na Antropologia e na Etnologia provavelmente se circunscreveria no âmbito dos complexos debates acerca da *alteridade*, transportada para esta pesquisa a questão traduz-se em torno de três alternativas: ou o Sertão é negado e inferiorizado, sendo um espaço que envolve projetos de conversão política, econômica, social e cultural do “eles”, transmudados, ao máximo possível, em “nós”; ou o Sertão é valorizado e quase mitificado em suas expressões e em seu povo, conduzindo a uma interpretação em que o “lado moderno” deve se esforçar para preservar o “lado sertanejo” e todas as suas manifestações genuínas e interpretadas como “puras”; ou ainda o Sertão é interpretado como um híbrido, em essência nem bom ou mau, mas que deve ser superado (não nos termos de *conversão*, como no primeiro caso, mas sim de *adequação*) em favor de uma lógica moderna hegemônica.

Como não suporta uma alternativa exclusiva, a questão da negação do Sertão impõe-se enquanto um enigma que convida/exige ser decifrado, em cada contexto histórico-geográfico particular, ou, caso contrário, tende a consumir o pesquisador em seus dilemas e angústias, próprias do árduo percurso de construção do conhecimento – “Decifra-me ou devoro-te”.

Ante esse prelúdio centrado no mito de Édipo, discorre-se que a presente pesquisa localiza-se na interface da Geografia com a Literatura. Para tanto, vale-se, por um lado, das construções teóricas desenvolvidas no âmbito da Geografia Histórica e da História do Pensamento Geográfico – realizando, por vezes, diversas “pontes” e intercâmbios com outras áreas do conhecimento das Ciências Sociais *lato sensu*; por outro lado, a Literatura funciona como o aporte discursivo sob o qual serão buscados os fundamentos da noção geográfica central deste estudo: o *Sertão*.

Geografia e Literatura, portanto. Áreas do pensamento e do conhecimento tão opostas quanto complementares: intuição e análise; emoção e razão; fruição e sistematização; criatividade e pragmatismo; enfim, Arte e Ciência. Essa relação entre as obras artístico-literárias e as produções acadêmicas geográficas não são, em essência, uma novidade, uma

vez que já há algumas décadas alguns geógrafos vêm tentando estabelecer as conexões entre essas manifestações do pensamento humano; isso não indica, contudo, que as relações já estejam bem estabelecidas a ponto de engendrar uma tradição sólida de pesquisas nesse campo de estudos, ao menos no Brasil.

Nesse escopo, um esforço de caráter institucional são os volumes do *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras*¹: uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que pretende redimensionar os recortes territoriais brasileiros, na escala regional, orientados por características e extensões definidas a partir de dinâmicas genéticas de cunho econômico, populacional, cultural e ambiental. Essas novas dimensões regionais, não vinculadas, portanto, aos limites político-administrativos, respondem a um aspecto formativo identitário-cultural, largamente expresso em grandes obras (notadamente romances) da Literatura Brasileira (IBGE, 2006). A partir dessa diretriz de regionalização e representação literária, os volumes do Atlas apresentam uma *matriz estrutural*: a princípio, a região delimitada é mapeada e caracterizada com base nos preceitos da ciência geográfica e dos aspectos de formação histórica; em seguida, são apresentadas as percepções estabelecidas pela Literatura em relação à região de referência; por fim, as considerações feitas são *ilustradas* com passagens significativas de romances e fotos e/ou mapas correlacionados a tais excertos. Assim, o que se impões nesta série institucional é uma espécie de *catalogação da Arte*, segundo a qual as obras literárias são utilizadas como *adornos* de uma regionalização realizada previamente: a Literatura é, portanto, reduzida em sua capacidade legítima de gerar reflexões e conhecimentos em prol exclusivamente das reflexões e dos conhecimentos engendrados no universo da Geografia Regional.

Brosseau (1996), pautado em um amplo referencial internacional, vai adiante ao traçar um panorama histórico das relações estabelecidas entre a Geografia e a Literatura. Segundo o autor, os trabalhos geográficos que se apoiaram em obras literárias eram escassos até o início da década de 1970, quando a geografia humanista anglo-saxã recrudescer o apelo pelo uso de fontes artístico-literárias em suas pesquisas; até esta década, os poucos trabalhos que se dedicavam à relação Geografia-Literatura usavam, em geral, os romances como meros complementos de análises regionais – recurso empregado pelas referidas publicações do IBGE –, acrescentando uma perspectiva literária à tradição da geografia histórica regional. Foi somente a partir da década de 1970, com a emergência mais proeminente da Geografia

¹ O *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras* foi projetado para abarcar todo o território brasileiro a partir de cinco volumes, dos quais apenas os dois primeiros já foram lançados: *Brasil Meridional* (2006) e *Sertões Brasileiros I* (2009). Os outros volumes previstos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são: *Sertões Brasileiros II*; *Amazônia* e *Costa Brasileira*.

Humanista – a qual, junto com uma corrente crítica, de orientação marxista, buscava contrapor-se à corrente quantitativista, hegemônica na década anterior – que a Literatura foi efetivamente usada de modo mais denso, sobretudo (mas não exclusivamente) sob um caráter epistemológico da Fenomenologia: sob essa diretriz, as obras literárias podiam servir como fontes preciosas para a avaliação da originalidade e personalidade dos lugares (*sense of place*), além de prover exemplos eloquentes acerca da dotação de juízos de valores em relação às paisagens, em que pesavam a mobilização de noções como representações, valores, intenções, subjetividade, identidade, enraizamento, experiência concreta e percepção. Por outro lado, os trabalhos dos geógrafos franceses ou francófonos não alcançaram a mesma “popularidade” dos trabalhos geográficos anglo-saxões: multiplicando-se apenas na virada da década de 1980, os trabalhos franceses associaram-se, sobremaneira, às investigações sobre o *espaço vivido* (BROSSEAU, 1996).

À Literatura enquanto complemento de uma Geografia Regional, questionava-se a capacidade dos literatos em reproduzir objetiva e fielmente as paisagens e os lugares e, embora se admitisse a não vinculação estreita entre a paisagem descrita e o seu referente no mundo exterior (*fact into fiction*), consideravam-se dignas de crédito as apresentações das relações entre o homem e a natureza e das características de exploração econômica regional. Sobre este aspecto, torna-se pertinente, a partir de considerações biográficas, saber se o autor realmente viveu nos lugares que descreve em suas obras, concedendo, nos casos afirmativos, uma maior autoridade às descrições. Destarte, estabelece-se uma relação híbrida: faculta-se uma *subjetividade* autoral e criativa sobre a exatidão referencial das paisagens descritas ao mesmo tempo em que as relações homem-meio e/ou da personalidade dos lugares são encaradas *objetivamente*. Sob outro viés, Brosseau (1996) coloca que as obras romanescas também exercem uma literalidade a partir da conversão de pessoas “reais” em ficção, cumprindo um compromisso com o realismo a partir da descrição dos *gêneros de vida* de uma população (atitudes, valores e conflitos interpessoais e entre os homens e seu meio em uma determinada região); configurar-se-ia, neste caso, um realismo subjetivo coletivo, do qual o literato seria o porta-voz.

Para além dessa leitura “literal”, sob os auspícios da Geografia Humanista também foram desenvolvidas pesquisas que investiam no realismo literário a partir de uma leitura de apreciação subjetiva verossímil: assim, o mimetismo da literatura não pauta-se tanto na tenção de refletir a realidade, mas sim no desígnio de ser um reflexo da alma, repousando em uma confiança na capacidade de transcrição, pela linguagem artística, de uma experiência concreta. Esse reflexo sensitivo, embasado em uma concepção quase mística da Literatura,

segreda, todavia, a ausência de uma reflexão teórica ou estética do texto literário, negligenciando, por vezes, a relação entre o autor e as condicionantes sociais e político-econômicas, ou, do ponto de vista linguístico, a *opacidade* dos discursos literários.

Brosseau (1996) ainda destaca os estudos de orientação marxista, na maioria das vezes preocupados, em sua relação com a Literatura, em demonstrar não o que a realidade *é*, mas o que *poderia* ou *deveria ser*, atribuindo uma nítida “função libertária” para as obras literárias. Para tanto, a obra deve ser analisada sob sua ótica genética – isto é, a partir do conjunto das influências psicológicas e sociopolíticas que emanam de um contexto espacial e temporal – de modo que, ao suscitar o contexto sócio-histórico da produção artística, a concepção estética em geral empregada redireciona a análise para uma literatura militante e engajada, comprometida com uma maior justiça social; essa postura pode verter para duas posições não necessariamente excludentes entre si: ou as análises literário-geográficas marxistas buscam desvelar a suposta ideologia burguesa dominante, ou buscam evidenciar a pertinência social ou capacidade das obras artístico-literárias em, enquanto agentes, transformar efetivamente o conteúdo social.

Revelando uma nítida predileção pelo realismo literário, as pesquisas geográfico-literárias elencadas pelo autor – inscritas na tradição regional, na corrente humanista ou na corrente crítica – foram criticadas, em sua maioria, por Brosseau (1996) por operarem um uso meramente *instrumental* da Literatura, como um objeto de investigação cuja pertinência é exterior a si mesmo:

Esse caráter instrumental – que é difícil de se contornar – repousa, evidentemente, em motivos diferentes, mas as razões frequentemente são as mesmas, servindo a suas respectivas causas: para uns a literatura serve como fonte de informações; para outros, serve para colocar o homem no centro das preocupações; ou, ainda, para criticar o *status quo*, tendo em vista uma melhor justiça social. Em todos os casos, sabe-se exatamente o que se procura e, infalivelmente, isso é encontrado. (BROSSEAU, 1996, p.60).

Assim, o autor expõe esse uso da Literatura como fonte de comprovação das teses geográficas, traçadas *a priori*, como um dos principais limites das relações até aqui estabelecidas entre a Geografia e a Literatura em seu quadro geral, o qual compromete e oblitera o caráter estético-literário autônomo dos textos.

Atento ao uso *utilitário* das obras literárias, apêndices de uma reflexão geográfica principal, Moretti (2003) propõe uma relação entre a Geografia e a Literatura em que a primeira constitui-se em uma força ativa, impregnando o campo literário de influências que se materializam não somente no conteúdo, mas, sobretudo, na forma da própria produção artística, em suas determinações estéticas e linguísticas internas. Destarte, ele constrói a sua

pesquisa sob dois vieses: o estudo do *espaço na literatura* e o da *literatura no espaço*. Mais do que a aparente simples inversão de palavras, o primeiro centra-se no espaço literário (ficcional) e o segundo no espaço geográfico (real e histórico), demonstrando, a partir do uso sistemático de mapas enquanto *pontos iniciais* da pesquisa, duas questões principais: o *ortgebunden* (a ligação, vinculação ao lugar) das formas literárias ante os aspectos espaciais; e a evidenciação das lógicas *internas* das narrativas, nas quais os espaços constituem-se símbolos privilegiados de aglutinação e organização do enredo. Em outras palavras, há eventos e tramas narrativas que só podem ocorrer em determinados espaços ficcionais, e há espaços ficcionais que só podem emergir de determinados contextos histórico-sociais e geográficos reais². Esta geografia literária, portanto, propõe a forma literária como resultado da combinação das forças internas e externas, conflitantes e significativas, que estabelecem o foco de análise na sociedade, na retórica e na relação entre ambas (MORETTI, 2003).

Ponderando os riscos limitantes de adoção de uma leitura literária instrumental para as investigações geográficas, esta pesquisa não transcende por completo esta referida limitação, uma vez que o uso de instrumentais analíticos linguísticos, estéticos ou semióticos – os quais permitem avaliar a Literatura (ou a Arte, de modo geral) em suas idiossincrasias, em suas lógicas internas e autônomas enquanto campo independente do pensamento humano – demanda estudos mais aprofundados e minuciosos, além de diálogos horizontais com outras áreas do conhecimento.

Isso não indica, contudo, que a relação entre Geografia e Literatura aqui desenvolvida não tenha qualquer importância – ainda que assumidamente restrita perante os aspectos inovadores que o texto literário possa suscitar: no limite, o presente estudo tem por mérito a busca por desvendar, nos discursos literários, as concepções de mundo inscritas, explícita ou tacitamente, nas obras, patenteando a sua origem sócio-histórica e a sua inserção em um contexto de debates ideológicos, nos quais os literatos constituem uma parcela significativa da *intelligentsia* nacional. Essa *intelligentsia*, para o tempo histórico em foco (a Era Vargasista, 1930-1945), era o fórum privilegiado em que circulavam as posições e oposições, as ideias e

² Moretti (2003) adota como escopo de sua pesquisa uma grande variedade de romances europeus, datados, sobretudo, do século XIX, abarcando uma diversidade de gêneros romanesco: sentimentais, de ideias, históricos, picarescos, coloniais, *silver-forks*, citadinos, policiais, literatura de invasão etc. Ao cartografar algumas variáveis desses romances (o espaço dos inícios, dos finais e das complicações narrativas, os trajetos, a origem e o destino dos protagonistas e dos vilões, a mobilidade e as principais áreas de ação das personagens, a espacialização das classes econômicas, os campos de poder, os locais dos crimes e/ou assassinatos etc.), por um lado, e ao mapear e avaliar quantitativamente dados referentes à produção literária (distribuição espacial das bibliotecas circulantes, porcentagem dos cânones literários, porcentagem dos romances estrangeiros, localização e datação das traduções e da difusão dos romances etc.), por outro, o autor chega a uma conclusão que evidencia o dialogismo e a dialética entre a Geografia e a Literatura: “Um novo espaço faz surgir uma nova forma [literária] – que faz surgir um novo espaço.” (MORETTI, 2003, p.208).

suas antíteses, referentes aos calorosos debates sobre os conteúdos essenciais e amplos da formação territorial e nacional brasileira – incluídos aí a questão acerca da modernização dos *sertões* nacionais, foco deste estudo.

A propósito de uma pesquisa que leve em consideração a natureza discursiva das obras literárias, torna-se pertinente destacar alguns pontos relevantes sobre a linguagem, o discurso e os literatos. *A priori*, cabe ressaltar que a linguagem possibilita a (trans) formação dos saberes, criando e/ou expressando concepções de mundo, as quais tencionam materializar-se no Real. Assumida no âmbito do universo societário, a linguagem transmuta-se em discurso, o qual, enquanto instância permanente à ordem social, torna patente as hierarquias e os valores das estruturas sociais de que emana, guardando uma homologia explícita com o ser social. “Falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem social: o discurso.” (SEVCENKO, 2003, p.28).

Para além do senso comum, no qual os discursos são vistos sob o prisma de meros pronunciamentos eloquentes – e, em grande medida, artificiais ou mesmo falaciosos – a esfera discursiva implica uma exterioridade à língua e à linguagem: no âmbito da Análise do Discurso (AD) do Brasil, Fernandes (2008) coloca que, quando se fala em *discurso*

Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações do nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter uma existência material e/ou real. (FERNANDES, 2008, p.13).

Preocupada em traçar uma proposta de reflexão acerca da linguagem, do sujeito, da história e da ideologia, Orlandi (1999) coloca que é contribuição da Análise do Discurso:

Problematizar as maneiras de ler, de levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada do simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. (ORLANDI, 1999, p.9).

Nesse sentido, a noção de discurso desenvolvida indica que no ato comunicativo de qualquer natureza não ocorre uma mera transmissão de informações, mas sim um processo em que a própria linguagem é posta em funcionamento, relacionando sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, cujo resultado é justamente a constituição dos sujeitos e a produção dos sentidos. Nesse complexo processo são mobilizadas questões como a identificação do sujeito, a argumentação, a subjetivação e a construção da realidade, estabelecendo relações de

linguagem que são, em suma, relações entre sujeitos e entre sentidos, das quais os efeitos são múltiplos e variados. Daí decorre uma das mais tradicionais definições de *discurso*: “o discurso é o efeito de sentido entre locutores.” (ORLANDI, 1999, p.21).

Essa concepção teórica remonta às elucubrações de Pêcheux (1975), para o qual a materialidade ideológica constitui-se em discurso, e a materialidade específica discursiva aparece na língua/linguagem, organizando uma relação estreita entre língua, ideologia e discurso. A interação entre esses elementos é complementada com o fato de que não há discurso sem sujeito, e este não existe sem a ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito a partir da ideologia, dando, somente assim, sentido à língua (mobilizada pelo discurso).

Em resumo, o que se tem posto é que o *discurso* implica na consideração das condições histórico-sociais e filiações ideológicas dos sujeitos discursivos (ou, no caso dos literatos, sujeitos-escritores). A produção discursiva encontra-se, então, marcada por conflitos e embates que lhe são estruturais, pois as ideologias que interpelam os sujeitos no interior de uma sociedade são diversas, manifestando distintas *tomadas de posição* e configuração de diferentes *concepções* ou *visões de mundo*. Dentre as muitas formas que pode assumir, a Literatura se configura como um interessante aporte discursivo, uma vez que, por meio desta instância artístico-cultural, o “coro dos contentes” também encontra brechas e interstícios para o desafinamento dos atores sociais inconformados e mal-ajustados: os textos literários, portanto, estão revestidos de uma *aura* que lhes confere o estatuto de importante campo estratégico para o “descortinamento” das forças e tensões pertinentes às estruturas sociais.

Entretanto, por se tratar de um discurso literário (ou seja, vinculado diretamente à Arte), faz-se mister a assunção de uma postura que preze pela conservação da riqueza estética e comunicativa do texto literário, ao mesmo tempo em que a produção discursiva mantenha a sua relação genética com o seio histórico-social: afinal, os escritores possuem, via de regra, uma liberdade criativa inerente, uma *licença poética*, levando em consideração que seus temas, motivos, valores, normas ou descontentamentos são guarnecidos, expressa ou ocultamente, pelas condições têmporo-espaciais (contexto histórico, social e geográfico) em que este literato (intelectual) se inscreve.

Para Goldmann (1979), esse não comprometimento realista de traduzir a realidade, *ipsis litteris*, é explicitado pelo fato de que “O artista não copia a realidade nem ensina verdades. Ele cria *seres* e *coisas* que constituem um universo mais ou menos vasto e unificado.” (GOLDMANN, 1979, p.82, grifos do autor). Mais adiante, este autor argumenta que o valor artístico de uma obra é julgado conforme a riqueza e a unidade do universo criado, bem como consoante a adequação da forma empregada para a criação e expressão

desse universo artístico. Assim, a própria arte naturalista não opera uma cópia da realidade, mas sim uma *criação* de um universo que se assemelha ao universo da nossa vida cotidiana. A esse respeito, Candido (1985) argumenta também em favor da relação arbitrária e deformante entre o trabalho artístico e a realidade, mesmo quando o objetivo posto é o de refletir com rigor, no universo literário, os aspectos da vida real, dizendo que “a *mimese* é sempre uma forma de *poiese*.” (CANDIDO, 1985, p.12). Para endossar a sua argumentação, ele cita um exemplo de metamorfose de fatos transpostos por meio de contornos artísticos, levada a cabo por um dos mais representativos autores canônicos do Naturalismo brasileiro, Aluísio de Azevedo:

Conta o médico Fernandes Figueira, no livro *Velaturas* (com o pseudônimo de Alcides Flávio), que o seu amigo Aluísio de Azevedo o consultou, durante a composição de *O homem*, sobre o envenenamento por estricnina; mas não seguiu as indicações recebidas. Apesar do escrúpulo informativo do naturalismo, desrespeitou os dados da ciência e deu ao veneno uma ação mais rápida e mais dramática, porque necessitava que assim fosse para o seu desígnio. (CANDIDO, 1985, p.12).

Para Candido (1985), portanto, há de se destacar as influências recíprocas (e não determinantes) entre a autonomia estético-formal das obras de arte e a representatividade dos conteúdos simbólico-concretos da realidade. Assim, na relação entre a obra artístico-literária e o seu condicionamento social, há uma fusão entre *texto* e *contexto*, segundo uma interpretação dialeticamente íntegra, sem pautar-se na explicação por fatores externos ou crer na estrutura de uma obra como virtualmente independente: o *externo* (no caso, o social) não é *causa* ou *significado*, mas sim um elemento que desempenha certo papel da constituição da estrutura, tornando-se, pois, *interno*.

Ainda que não sejam retratos absolutamente fidedignos à realidade, as obras literárias possuem, todavia, uma inserção obrigatória em uma dada esfera socioespacial. Por conta dessa inserção, os discursos literários tendem a expressar *pensamentos geográficos*, os quais, segundo Moraes (2005), referem-se a discursos que substanciam o modo pelo qual uma dada sociedade, num momento histórico específico, entende o seu meio e as relações estabelecidas com ele. Esses discursos, emersos de diversos contextos, incluindo os literários, sedimentam certas concepções e difundem valores – *ideologias geográficas* –, engendrando uma espécie de “senso comum”, uma mentalidade coletiva acerca do espaço.

O *pensamento geográfico* produzido se dá sobre um espaço também produzido: “O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem.” (MORAES, 2005, p.15). Desse modo, a paisagem, expressão do espaço, reflete a historicidade do desenvolvimento humano, correlacionando os diversos objetos datados, materializados e fixados ao solo, de modo que,

aparentemente inertes, tais objetos são capazes de influir na dinâmica social. Evidencia-se, por conseguinte, que os arranjos espaciais são diretamente correlacionados aos arranjos das organizações sociopolíticas específicas, articuladas na funcionalidade dinâmica do seu presente histórico.

Destarte, a expressão do espaço, seja ela *material* ou *ideal*, reflete a historicidade de um grupo humano, fazendo emergir uma ordem espacial que pode ser bem apreendida pela *Formação Socioespacial* (SANTOS, 1977), sendo esta consubstanciada pelo entrecruzamento de instâncias econômicas, sociais, políticas e culturais, constituindo-se em um elemento legítimo explicativo da sociedade e do seu espaço correlato. O que essa categoria analítica coloca em voga é, portanto, o estudo das sociedades em sua incessante dinâmica de (re)construção das manifestações espaciais, herdadas das gerações precedentes, por meio das diversas instâncias produtivas. Nesse sentido, a relação da Sociedade com a Natureza é garantida por uma ligação estreita entre a esfera social e o meio transformado, em que a primeira é vista para além de seu caráter transformador: afora a sua consistência enquanto causa, a sociedade é também um dos corolários do espaço transformado.

Adotando como eixos norteadores do espaço as bases sociopolíticas, dadas em um contexto histórico determinado, tornam-se patentes as características de transformação e fluidez inatas ao espaço geográfico, uma vez que as esferas sociais e políticas estão em permanente mudança. Assim, a formação territorial fica imbricada por mudanças constitutivas do seu presente histórico, de tal forma que o resgate da formação territorial em tempos pretéritos fica sujeito à recuperação das condições históricas, sociais e políticas pertinentes ao momento histórico em análise, sendo estas condições manifestas nos documentos históricos e nos discursos de modo geral.

Discorrendo mais especificamente sobre a noção geográfica central desta pesquisa – o *Sertão* – vale destacar que ele não expressa propriamente ou de modo apriorístico uma realidade fáctico-material, distinta por seus elementos naturais ou por uma determinada especificidade da paisagem humanizada, ainda que exista um imaginário acerca do qualificativo que se imputa a uma localidade como sertaneja: tal noção não se refere, pois, a um *local* (materialidade terrestre localizável, passível de ser delimitada e cartografada), mas a uma *condição* (um qualificativo básico imposto, implicando na valoração de determinadas condições locais), em geral a ser superada, conduzindo a contínuos processos de domínio territorial em diversos momentos históricos, calcados, sobretudo, num ideal expansionista e dialógico, uma vez que o Sertão só se expressa a partir do *não-sertão*. (MORAES, 2009).

Esse dialogismo entre Sertão e não-sertão revela um desejo mais profundo, recalçado constantemente: o desejo de *intonia*, de equiparação social e econômica com os centros hegemônicos mundiais. Tal desejo sempre perpassou pela formação histórica do Brasil independente – seja na necessidade pleiteada de *civilizar-se* ou de *modernizar-se*. Desse modo, tem-se que, em linhas gerais, as necessidades iminentes de engrandecimento pátrio, cujo cenário aponta frequentemente para uma desvantagem em âmbito internacional, perturbaram (e ainda perturbam) constantemente o seio da heterogênea *intelligentsia* brasileira, a qual utilizou o campo literário como um dos suportes mais significativos e emblemáticos para dar vazão às suas angústias e aos seus (des)contentamentos.

Por conseguinte, os textos artístico-literários configuram-se como veiculadores de discursos que propugnam ideologias geográficas, manifestando visões de mundo relacionadas, de modo interpretativo, aos modelos mais adequados para a formação/modernização territorial e a construção da identidade nacional. Por conta dessa necessária filiação e inserção em determinadas concepções ideológicas por parte dos literatos, os textos literários *podem ser lidos* enquanto expressão, em seu tempo, de diversas orientações e projetos sociais, políticos, econômicos, culturais e espaciais que buscam legitimidade e mesmo materialização em um dado território. Diante disso, vale refletir um pouco mais sobre os textos literários, os literatos e suas expressões ideológicas.

Tertulian (2008), ao expor uma visão de conjunto do complexo itinerário de Lukács pelo terreno da Estética, assinala que o filósofo marxista húngaro advoga uma necessária dialética entre a subjetividade e a objetividade no tratamento analítico das obras artísticas:

A arte é definida como a “consciência de si do gênero humano”. A ideia favorita de Lukács é, todavia, que o autoconhecimento do homem não é um ato solipsista ou narcísico, não podendo ser dissociado das relações individuais com o mundo objetivo. O conhecimento em profundidade de uma personalidade não tem a ver com a pura imanência (ou de uma operação de pura introspecção) mas com a totalidade das interações com o mundo circundante. Os fins a que se propõe o indivíduo não podem ser reconhecidos como válidos a não ser que se baseiem no reflexo dos determinantes essenciais da realidade. O “conhecimento de si” remete assim inevitavelmente ao conhecimento do mundo exterior, o qual rege e sofre, ao mesmo tempo, as ações do indivíduo. O ato estético estaria destinado, segundo a visão de Lukács, a exprimir esse movimento circular essencial entre subjetividade e objetividade: o universo próprio da obra de arte exprime o mundo real em suas determinações objetivas essenciais, mas unicamente em relação com as aspirações fundamentais do homem. (TERTULIAN, 2008, p.63).

Por meio dessa dialética, as obras artísticas mantêm resguardados o seu estatuto autônomo e a sua *aura microcós mica* e visceralmente atrelada aos recônditos impulsos humanos, sem, contudo, proclamar uma independência total ou indiferença ao mundo real, pois é este que é expresso em sua faceta que melhor atende aos desígnios fundamentais (no

que diz respeito à *criação* e *inspiração*) do artista. No âmbito da tensão contraditória entre subjetividade e objetividade, a solução harmoniosa encontrada seria, por predestinação, incorporada à obra artística, em que pesa a transformação da subjetividade contingente em uma subjetividade dotada de atributos universais.

No universo das produções artísticas, a obra literária adquire um papel de destaque. Consoante Goldmann (1979), a obra artístico-literária é a expressão de uma visão de mundo acerca de um universo *concreto* de seres e coisas, de modo que o escritor é “um homem que encontra uma forma adequada para criar e expressar este universo.” (GOLDMANN, 1979, p.75). Para ele, os escritores são, portanto, *indivíduos expressivos* – isto é, indivíduos que conseguem expressar e/ou melhor discorrer, a partir de seus escritos, sobre uma *visão de mundo* compartilhada por um determinado grupo social. Esses escritos são pautados, em suma, na maneira (comungada com seus pares) que estes intelectuais-literatos veem, sentem e imaginam o mundo, sem desconsiderar, contudo, que suas concepções são objetivamente condicionadas pelas relações de poder e de força instauradas em uma dada Formação Socioespacial.

Os literatos não são, pois, alheios ao mundo, configurando-se como uma espécie de atores sociais metafísicos desprendidos das condições objetivas da realidade; ao contrário, eles ocupam, concomitantemente, posições relativas aos seus lugares sociais e ao contexto literário de sua época:

[...] o escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores ou auditores. (CANDIDO, 1985, p.74).

Enquanto indivíduos expressivos, os literatos expressam, na linguagem, as *ideologias* do grupo que representam, segundo o contexto histórico-social. A ideologia aqui é tratada como uma *visão de mundo*, aceitando-se o seu estatuto de realidade, mesmo enquanto ilusão³; nesse sentido, a unidade entre o pensamento e a ação é recuperada, de modo que as ideias cumprem o seu papel de convencimento e legitimação, colocando em voga, como questão central para o pensamento crítico, a eficácia política dos discursos ideológicos (BRUNI, s/d *apud* MORAES, 2005). Avaliada em sua positividade, a ideologia representa, nesta versão

³ Goldmann (1979) coloca que a *ideologia* é um fenômeno, no plano social, que consiste “no fato de terem os homens, *absolutamente de boa fé*, tendência a deformar seus pensamentos e suas ações no sentido de fazê-los corresponder aos interesses do grupo social a que pertencem.” (GOLDMANN, 1979, p.41, grifo do autor). Assim, as ideologias correspondem mais a concepções de mundo sobre as quais genuinamente se acredita, de modo mais ou menos consciente, do que às ilusões com que uma ortodoxia marxista buscou revestir o conceito, encarando-o como estratégias ou “máscaras” de ideias das classes dominantes perante as classes dominadas para justificar um dado *status quo*.

interpretativa, um valor simbólico produzido e consumido socialmente, funcionando como “gatilho” intelectual das práticas sociais.

Sob esse fundamento, Goldmann (1979) acrescenta que as *visões de mundo* são *fatos sociais*, e não *fatos individuais*, representando “um ponto de vista *coerente e unitário* sobre o conjunto da realidade. [...] é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais.” (GOLDMANN, 1979, p.73, grifos do autor). Grosso modo, relaciona-se ao conteúdo da objetividade que é mobilizado e arregimentado pela subjetividade sensível e criadora do artista-literato.

Em virtude de serem fatos sociais – e, ao menos sob uma orientação marxista, relacionados, sobremaneira, às classes socioeconômicas –, as ideologias (ou *formações ideológicas*) interpelam os indivíduos-literatos em sujeitos sociais, inserindo-os em visões ou concepções de mundo específicas, mais ou menos heterogêneas: é a partir desses lugares socioideológicos, historicamente marcados, que os escritores, bem como todos os sujeitos, se manifestam. Acerca dessa interpelação ideológica obrigatória, Gramsci (1981) destaca que:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. (GRAMSCI, 1981, p.12).

Considerando que os escritores pensam ou sentem essas visões de mundo até suas últimas consequências e as expressam por meio da linguagem, destaca-se, entretanto, que não há uma ligação necessária entre a ideologia expressa pelo escritor e o seu meio de vivências:

Há muitas possibilidades, sem dúvida, de que o pensamento do escritor seja influenciado pelo meio com o qual está em contacto imediato; esta influência pode, entretanto, ser múltipla: adaptação, mas também reação de recusa ou de revolta, ou ainda síntese de ideias encontradas neste meio com outras vindas de lugares diversos etc.

A influência do meio imediato pode também ser contradita, e mesmo superada, pela de ideologias afastadas no tempo e no espaço. (GOLDMANN, 1979, p.74).

Por outro lado, ao considerar a ligação entre as ideologias e uma possível eficácia política pleiteada pelos discursos, coloca-se em voga mais do que a posição social ocupada pelo literato e a sua capacidade de atuar no *campo de poder* das relações sociais: é resgatado, a partir da *poièse*, o pensamento ideológico que o literato busca dar vazão, sendo possível inseri-lo no contexto dos embates de forças ideológicas maiores, presentes na complexidade social de seu tempo. A extração dos embates imbricados nos discursos é atrativa no sentido de perscrutar, a partir de análises e interpretações retrospectivas, quais proposições encontraram legitimidade/eficácia política, relegando às demais a sua dissolução (o relativo *esquecimento*)

ao longo da história, uma vez que o oficialismo histórico apresenta uma nítida empatia pelos ditos “vencedores”.

Sob a límpida verificação da análise apenas limitada que as estruturas econômicas podem fornecer, considerando o papel apenas restrito e parcial desempenhado pela base material na apreensão da dinâmica social *lato sensu*, torna-se imprescindível resgatar as interrelações entre a base e as estruturas ideais, na busca permanente e interminável da totalidade. Goldmann (1978) comenta acerca desse movimento incessante:

Acabamos de dizer que a compreensão é a evidenciação de uma estrutura *significativa imanente* ao objeto estudado [...] A explicação é simplesmente a inserção dessa estrutura, enquanto elemento constitutivo e funcional, em uma estrutura imediatamente globalizante, que o pesquisador não explora, no entanto, de maneira detalhada, mas somente na medida em que isso é necessário para tomar inteligível a gênese da obra que ele está estudando. Entretanto, basta tomar como objeto de estudo a estrutura globalizante para que o que era explicação se torne compreensão e para que a pesquisa tenha de se reportar a uma nova estrutura mais ampla. (GOLDMANN, 1978, p.66, grifos do autor).

O estruturalismo genético propugnado por Goldmann torna-se, portanto, o guia para a busca da *máxima consciência possível* em um literato. Esta é uma busca que se perseguirá nesta pesquisa.

Obras artístico-literárias, contextos sócio-históricos, literatos, discurso, ideologias... Após todas essas considerações, torna-se possível melhor delinear a presente pesquisa, a qual, em essência, pretende contribuir para a compreensão da construção histórica da espacialidade brasileira, articulando-se à tradição geográfica de investigação do processo de formação territorial do Brasil. Para tanto, ela tenciona penetrar nos interstícios do espírito socioespacial, cultural, econômico e político da Era Vargas (1930-1945), momento histórico de acentuação das discussões e debates acerca da *modernização do Sertão* (que constitui um dos *fronts* mais emblemáticos da modernização territorial), a partir de obras artístico-literárias consagradas no cânone literário nacional, em particular das prosas da *Segunda Geração Modernista* (os Romances Regionalistas da Geração de 1930).

Assim, se o enigma fora previamente definido – “Como se nega aquilo que não se conhece?” –, é possível sugerir, por ora, *problemáticas* mais afeitas ao tema específico da investigação: Como o Sertão é abordado nos romances da Segunda Geração Modernista? Ou melhor: qual(is) o(s) discurso(s) sobre a formação/modernização territorial veiculados por estes romances? Ou ainda: a escrutinização literária regionalista, na Era Vargas, endossa projetos de modernização (*negação*) dos *fundos territoriais* (MORAES, 2000), representados pelos sertões? Questões adjacentes, sujeitas à interpretação, aparecem “coladas” a esses

problemas e problematizações, lembrando o enigma inicial: o que é negado? O que é afirmado? O que é conhecido? O que permanece desconhecido?

Encaminhando enigmas, problemas e questões, assenta-se que o *objetivo central* deste estudo é analisar como a *ideia de Sertão* é construída discursivamente ao longo das obras mais representativas dos Romances Regionalistas de Geração de 1930, construindo um painel do modo de abordagem valorativa do Sertão (positiva e/ou negativa) relacionado aos projetos estatais-nacionais de formação e modernização do território.

Para tanto, o *corpus* desta pesquisa está dividido em quatro capítulos. Os capítulos apresentam temáticas que se entrecruzam e se complementam, buscando tecer, de modo coeso, uma linha investigativa que atenda, na medida do possível, à *totalidade* demandada pela complexidade da questão enfocada.

O Capítulo I, intitulado *Modernidade em marcha e superação dos sertões: uma saga histórica e literária*, busca construir um panorama genérico do *não-sertão*, relacionando a *interiorização da urbanização*, pretérita e presente, com a *interiorização da (experiência da) civilidade/ modernidade*. Para tanto, é apresentada, como um estudo de caso, a “história oficial” regional do Triângulo Mineiro, outrora *Sertão da Farinha Podre*, constituindo-se em um emblemático exemplo de transubstanciação de um sertão em um não-sertão. Na relação entre o aspecto urbano e as experiências da civilidade/ modernidade, os espaços que tiveram a sua condição sertaneja superada são deslindados a partir da *modernidade urbana* e da *urbanidade moderna*, expondo a histórica transformação das urbes em ovacionados monumentos, bem como as aparências das urbes não-sertanejas nos discursos das obras artístico-literários da *Segunda Geração Modernista* em foco nesta pesquisa.

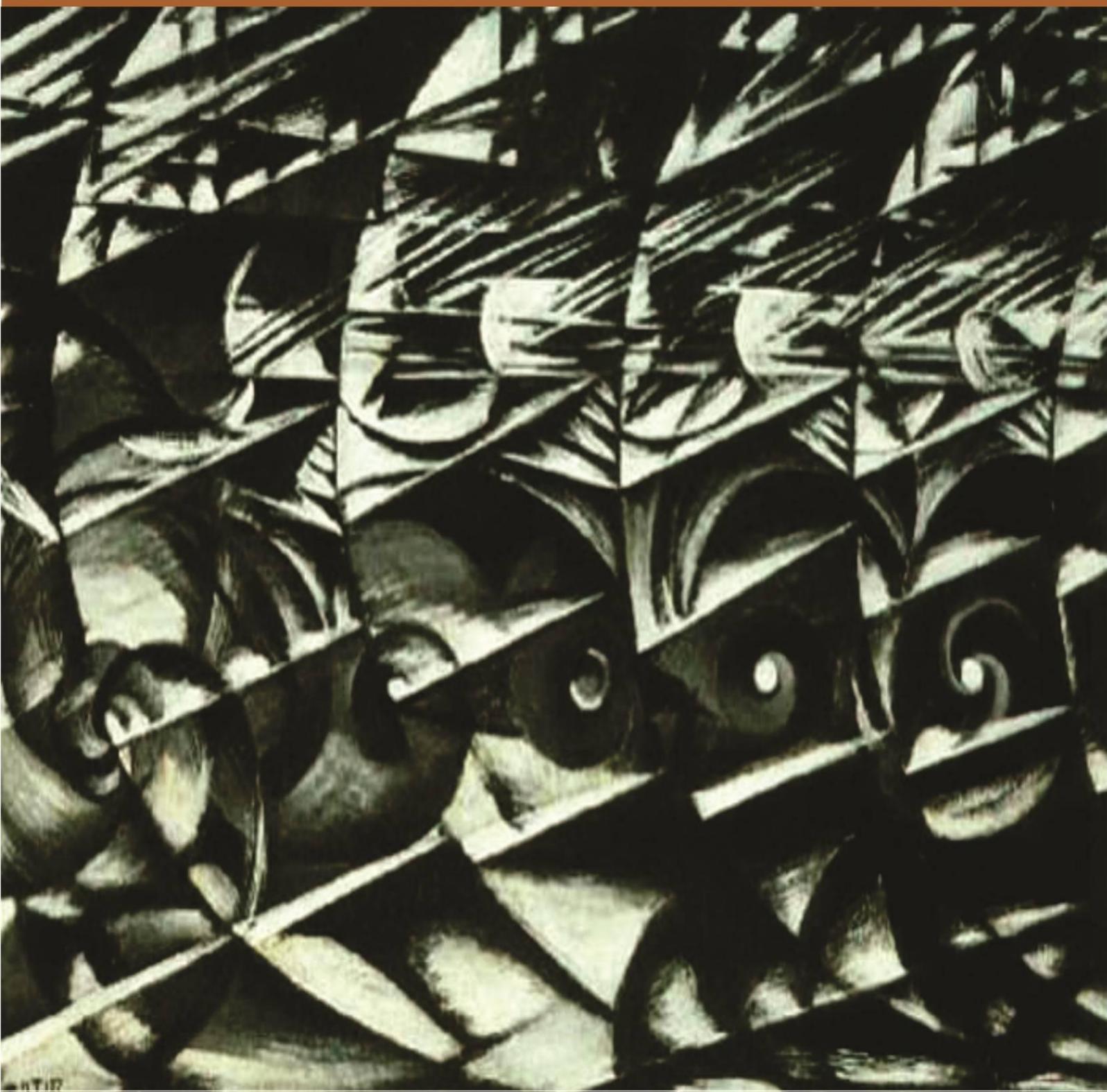
No Capítulo II, intitulado “*O Sertão vai virar mar...*”: *Sertão e Litoral no pensamento social e na literatura brasileira*, tenciona-se revelar a *noção de Sertão*, “chave interpretativa” ubíqua no âmbito do pensamento social brasileiro, compósita de um recorrente padrão de partição do Brasil conforme a dualidade Sertão/Litoral. Permanentemente atualizado, o caráter sertanejo continua válido na contemporaneidade, a despeito de suas transformações históricas, ensejando uma correlação entre a *noção de Sertão* e as discussões acerca da *fronteira* e da *modernidade* – espacial e produtiva –; esta relação também encontra vazão nos discursos da literatura regionalista do modernismo brasileiro, denotando uma imagem da superação sertaneja regional a partir das modificações/atualizações – em consonância às lógicas político-econômicas e socioculturais hegemônicas – dos padrões produtivos.

O Capítulo III, intitulado *Retrilhando os sertões na literatura brasileira: o percurso histórico do regionalismo literário até a Segunda Geração Modernista*, pretende discorrer

sobre a evolução histórica do sertanismo/regionalismo na Literatura brasileira, enfocando, a partir de um breve panorama, as representações regionais dos espaços sertanejos; para tanto, aborda-se o *imaginário* essencialmente enquanto constructo espacial e político, articulado discursivamente para a engendração das retóricas regionalistas da seara artístico-literária da Geração de 1930. Nesse escopo, apresenta-se uma breve exposição do momento histórico – a Era Vargas – e histórico-literário – a Segunda Geração Modernista – em foco nesta pesquisa, a fim de aprofundar, nas estruturas contextuais, os entendimentos dos discursos ensejados.

Por fim, no Capítulo IV, intitulado *Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado: as imagens do Sertão no regionalismo nordestino da Geração de 1930*, constrói-se a análise discursiva, inclusive com considerações estético-literárias, das imagens do *Sertão* nos romances regionalistas da Segunda Geração Modernista em foco nesta pesquisa: *O Quinze*, de Rachel de Queiroz; *São Bernardo* e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos; *Cacau*, *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, de Jorge Amado; e *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Bangüê*, *Usina*, *O Moleque Ricardo* e *Fogo Morto*, de José Lins do Rego. A partir das retóricas artísticas, busca-se correlacionar as imagens-síntese – explicitadas ao longo do capítulo e sintetizadas nas Considerações Finais – do Sertão com os projetos estatais-nacionais de superação dos sertões pela via da modernização, antevendo a importância discursiva que essas obras tiveram para a construção da sociedade brasileira.

Capítulo I:
Modernidade em marcha e superação dos
sertões: uma saga histórica e literária



CAPÍTULO I:

MODERNIDADE EM MARCHA E SUPERAÇÃO DOS SERTÕES: UMA SAGA HISTÓRICA E LITERÁRIA

Sertão: foco e elemento central desta pesquisa. No entanto, antes de investir na penetração dos recônditos desta noção geográfica, podemos vislumbrar o que ele não é – ou seja, deslindar o panorama do *não-sertão*. Esta condição é marcadamente, embora não exclusivamente, investida de uma faceta da experimentação ou vivência madura do fenômeno urbano. Portanto, as localidades que se valem de um padrão de vida urbano cosmopolita ou minimamente integrado a uma lógica política, econômica e sociocultural hegemônica *não são* sertões.

Se os espaços sertanejos aparecem, segundo uma cartografia do poder constituído predominante, como áreas desfocadas, a marcha urbana para a hinterlândia nacional tem sistematicamente diminuído as suas dimensões e os seus “borrões”, nitidizando e alternando tais espaços em não-sertão. Essa marcha urbana pode ser constatada, em caráter conclusivo, já no primeiro parágrafo de *A Urbanização Brasileira*:

Como se define, hoje, a urbanização brasileira? Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização. O turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relação complexas e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas. (SANTOS, 2008a, p.9).

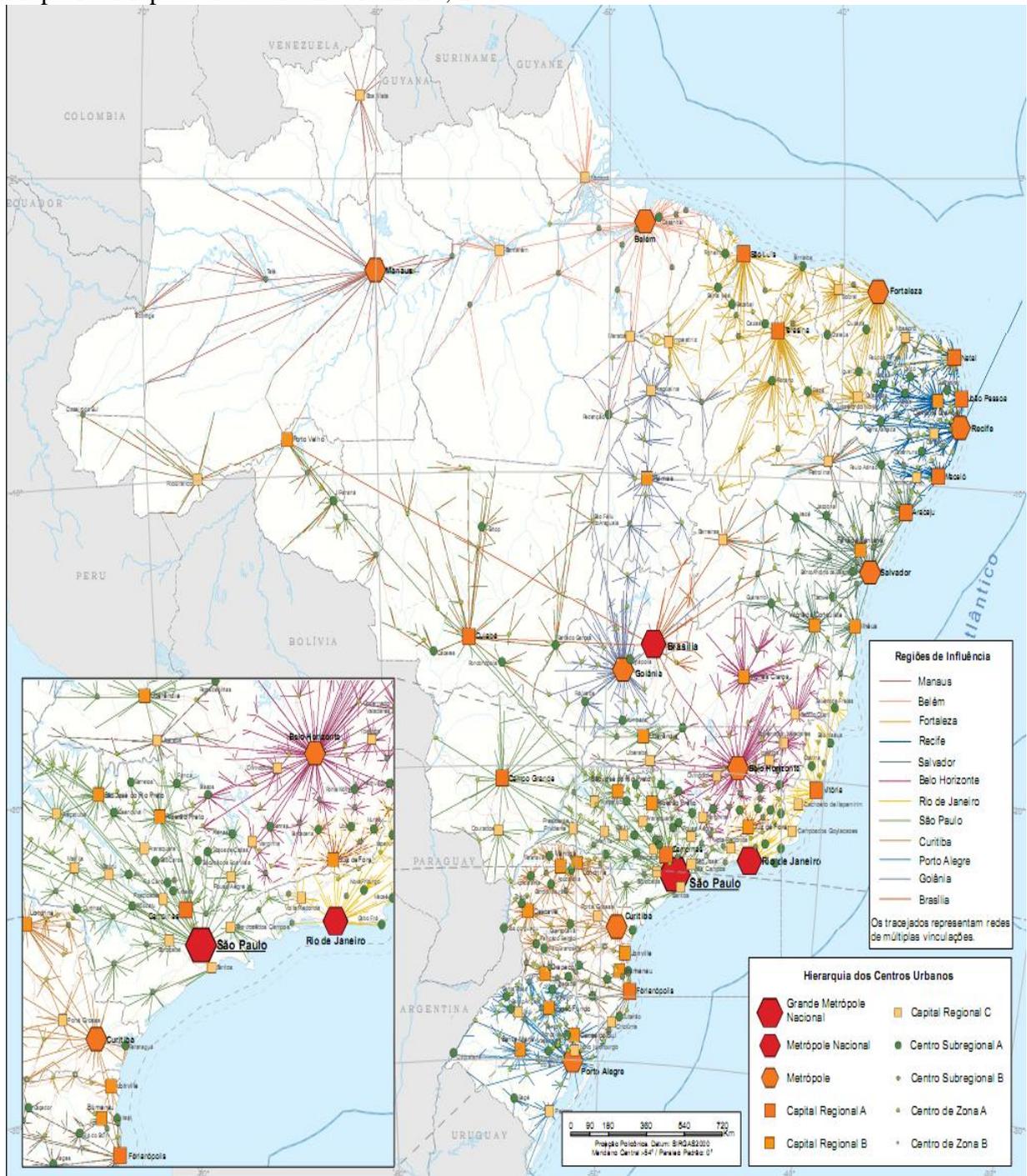
A marcha urbanizadora, ou *interiorização da urbanização*, resultou na constituição mais complexa da rede urbana brasileira⁴, com a participação de núcleos urbanos heterogêneos da hinterlândia, como pode ser observado no mapa da rede urbana brasileira (Mapa 1), desenvolvido a partir dos estudos da publicação *Regiões de Influência das Cidades, 2007*⁵. Esse mapa evidencia que o padrão ocupacional do território deixou a sua reclusão histórica mais ou menos atrelada ao litoral, espalhando-se para o interior a partir, no que tange

⁴ Para uma visualização concisa e panorâmica do padrão da rede urbana brasileira na década de 1960, as suas transformações e a sua dinâmica recente ver Corrêa (2001).

⁵ Esta pesquisa, publicada em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a quarta versão dessa linha de pesquisa, interessada em atualizar, periodicamente, o quadro da rede urbana brasileira. As outras publicações foram lançadas em 1972, 1987 e 2000.

ao final do século XX e início do século XXI, da introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, do aprofundamento da globalização da economia nacional e do avanço da fronteira de ocupação territorial (IBGE, 2008).

Mapa 1 – Mapa da rede urbana brasileira, 2007



Fonte: IBGE, 2008.

Essa configuração territorial, concernente às relações urbanas, só corroborou as considerações de Davidovich (1987): para a autora, o quadro urbano brasileiro relaciona-se a

um modelo, conduzido principalmente pelo Estado, de crescimento econômico e célere modernização, em que a indústria representa a principal base produtiva, a expansão do aparato tecnoburocrático e militar configura-se como sustentáculo da maximização do poder e a urbanização como principal estratégia e suporte material desse processo. Para além dos ditames internos, esse quadro urbano também tem que ser relacionado ao padrão econômico mundial, orientado pela expansão do capital global, estruturador de mercados, processos produtivos e relações de trabalho a partir de fluxos intensos de dinheiro e informação.

Nesse contexto, os novos rumos da política econômica envolveram: o reforço do circuito de reprodução e crescimento das metrópoles, principais *locus* de atuação das indústrias; a expansão urbana das cidades do interior, nós cruciais de apoio para uma difusão da atividade agrícola moderna, mecanizada, voltada para a exportação; e o recrudescimento demográfico da população urbana, em termos relativos, nas áreas de frentes pioneiras do Norte e do Centro-Oeste. (DAVIDOVICH, 1987). Esse novo padrão articulou mudanças no espaço urbano já consolidado, seja nas metrópoles ou na ascensão da importância de capitais estaduais e determinados centros regionais, bem como nos espaços urbanos em via de estruturação nas áreas de fronteira socioeconômica.

O processo de urbanização tem como expressão material espaço-temporal a cidade, sítio espacial que contém todo o amplo movimento para as transformações estruturais, bem como todas as decorrências e imposições advindas do cotidiano (SPÓSITO, 1993). Nesse sentido, o *urbano* se apresenta como a síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento surgido do esvaziamento da dualidade entre os espaços citadinos e o campo: é, pois, uma manifestação material e socioespacial da contemporânea sociedade urbano-industrial, estendida, virtualmente, para todo o espaço social, para todo o território, por meio do *tecido urbano* – isto é, pela configuração socioespacial coetânea com a qual a sociedade e o fenômeno urbano se revestem. (MONTE-MÓR, 2006).

De fato, a cidade, tanto em sua forma material quanto em sua organização social, configura-se como a fonte de conceitos centrais da vida contemporânea: da ideia grega de *polis* deriva o conceito de política, enquanto do latim *civitas* e *civis* derivam as noções de cidadão, cidade e civilização; ademais, o sentido de urbano também adveio do latim, a partir de *urbanum* (arado) – designando o senso de povoação ao referir-se aos sulcos produzidos pelos bois sagrados que demarcavam o território ocupado com os modos de produção e de vida dos romanos – e, a partir de sua simplificação semântica, dos termos *urbe* e *urbs*, referindo este a Roma, cidade-império e centro do mundo. (MONTE-MÓR, 2006).

Destarte, se o *urbanum* demarcava as fronteiras do *Senatus Populusque Romanus* (SPQR, “O Senado e o Povo Romano”, sigla e nome oficial do Império Romano), e, por consequência, do modo de vida romano – padrões de valores e comportamentos que se enquadravam naquilo que, naquele contexto espaço-temporal, se entendia por civilização –, é possível pensar, transpondo tal configuração para a contemporaneidade, que o modo de vida urbano detém, segundo a lógica hegemônica ou oficial, a codificação do que é *civilizado* e/ou *moderno*. Deste modo, a interiorização da urbanização brasileira implica ou indica, na verdade, uma *interiorização da civilidade/modernidade* (ou, mais propriamente, de *experiências* da civilidade/modernidade); em outras palavras, aponta-se o avanço e a afirmação do *não-sertão* em detrimento de uma redução e negação (superação) dos *sertões* do território nacional.

É esta ideia da interiorização da (experiência da) civilidade/modernidade, orientada sobremaneira por indicadores socioeconômicos, que norteia a reportagem *Especial Cidades: onde o Brasil mais cresce* (Revista Veja, n.2180, 01 set. 2010). Dedicada à análise das cidades médias brasileiras – sendo assim consideradas, nesta reportagem, as cidades que, tomadas segundo um critério pragmático e meramente demográfico, possuem uma população entre 100 mil e 500 mil habitantes –, tal matéria do periódico considera que o universo de 233 cidades médias, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, responde, na atualidade, como a principal força motriz da economia nacional: no período 2002-2007, enquanto o Brasil cresceu, em média, 4% ao ano, as cidades médias cresceram, em média, 5,4% ao ano; esse maior dinamismo econômico, alavancado por pujantes parques industriais e pelo setor de serviços, configura-se como uma superação da histórica concentração de riquezas nos grandes centros urbanos, situados próximos ou ao longo do litoral.

A despeito de considerações reducionistas, deterministas e unilaterais acerca da medida do progresso local ser exclusivamente fornecida por indicadores quantitativos de crescimento demográfico e econômico, de acordo com a lógica de um capitalismo mercantil e financeiro extremo, a reportagem deixa entrever (ou quer fazer acreditar) que a modernidade, madura ou em curso, encarnada pelas cidades médias, tem alterado o arquétipo do interior subdesenvolvido e atrasado, fazendo com que tais cidades constituam-se, embora não se valha desse termo, em supostos *polos de difusão* de códigos civilizatórios e de estruturas modernas.

O que subjaz aos elogios dos resultados da dinamicidade econômica é a reversão ou transcendência do simples modelo dualista centro-periferia – ou, em outros termos, da clássica dicotomia campo-cidade – em favor de um modelo articulado na complementaridade entre o urbano e o agrário/agrícola: o modo de vida urbano alastrou-se pelo território nacional,

como indicado anteriormente pela tendência já citada de difusão do tecido urbano nas sociedades contemporâneas urbano-industriais ou pelas considerações de Milton Santos sobre a mudança do padrão dualista Brasil urbano/Brasil rural para um novo paradigma, o do Brasil urbano/Brasil agrícola; por conseguinte, a simplificação da correlação campo/interior/atraso e cidade/capital/desenvolvimento perdeu inteiramente – para além das exceções que historicamente relativizaram tais relações – o seu valor explicativo da configuração e organização territorial e socioeconômica do Brasil.

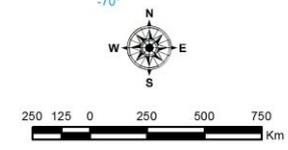
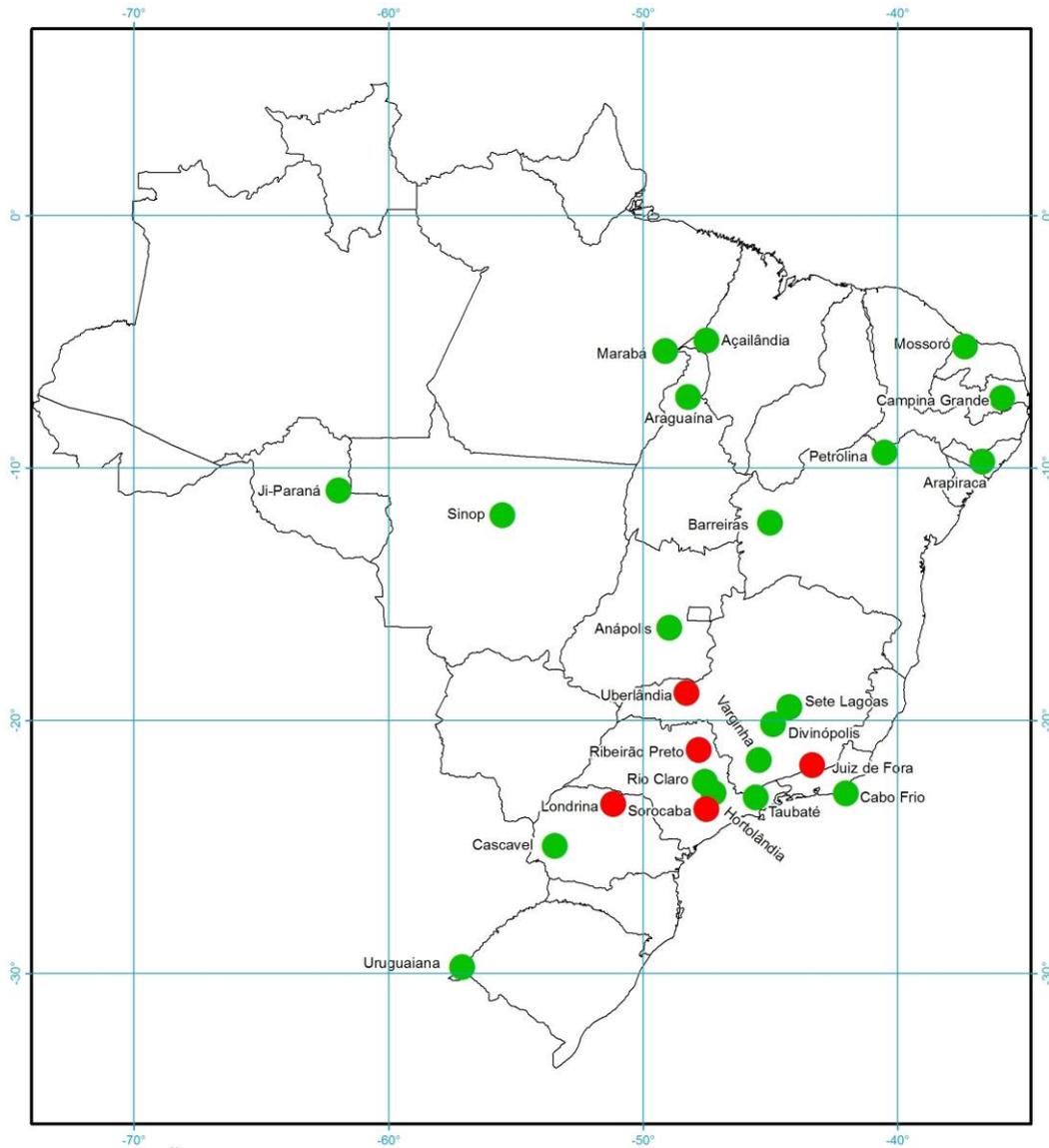
A matéria especial do periódico faz uma defesa dos investimentos do setor privado, pautando-se na retomada de uma simplista linha evolutiva unívoca para os centros urbanos do país: o ápice da linha evolutiva – ou seja, o objetivo último enquanto patamar a ser almejado por todos os centros urbanos – estaria encarnado pelas metrópoles, estatuto designado, na reportagem, aos municípios que, tomados também segundo um critério pragmático e meramente demográfico, sem maiores considerações de indicadores qualitativos de ordem dinâmica, contariam com uma população superior a 500 mil habitantes. Assim, o crescimento econômico e demográfico, para além das questões políticas, ignoradas, representaria a obstinação necessária das cidades médias, como que vaticinando uma regra universal ou espécie de “meta vital” de que toda cidade média *deseja* tornar-se metrópole, valendo-se, para tanto, dos exemplos de pujança econômica – ao mesmo tempo em que advogam para si a manutenção de melhores indicadores de qualidade de vida – dos grandes centros urbanos. Em resumo, tornar-se metrópole seria, enfim, consoante a bandeira levantada pelo texto do periódico, alcançar o máximo de progresso e de desenvolvimento.

Sob esse pressuposto, essa matéria organiza dois universos distintos de centros urbanos, parcialmente designados como “*Aonde o futuro já chegou*” – constituído por vinte municípios elencados como os casos mais interessantes dentre as cidades médias do interior brasileiro – e os “*5 exemplos a serem seguidos*” – constituído por cinco novas metrópoles que aliam, segundo o periódico, o desenvolvimento socioeconômico com a qualidade de vida, configurando-se, pois, como modelos para as cidades médias. A espacialização desses vinte e cinco centros urbanos pelo território nacional pode ser observada no Mapa 2.

A respeito da suposta prosperidade das cidades médias elencadas, o Quadro 1 mostra cada um desses municípios a partir das qualidades socioeconômicas – em termos dos “Motores da economia” e da “Perspectiva” – que os individualizam e destacam no universo da hinterlândia nacional. No movimento rumo ao progresso, um dos principais sustentáculos de modernização desses centros urbanos teria sido, consoante a referida reportagem, a solidificação de uma estrutura social mais complexa, marcada pela ascensão da classe média:

Mais prósperos, esses centros urbanos com mais de 100.000 e menos de 500.000 habitantes passaram a contar com classe média sólida, apta a pagar por produtos e comodidades que antes eram oferecidos apenas nas metrópoles. Muitos deles, agora, dispõem de shoppings, cinemas, teatros e restaurantes que mimetizam o cardápio e a decoração dos paulistanos. Outros têm hospitais que realizam procedimentos complexos ou se converteram em polos de ensino superior. Nestes, formam-se batalhões de trabalhadores qualificados capazes de suprir empresas que desfrutaram os atrativos do interior: terrenos mais baratos, mais qualidade de vida, impostos e salários menores que os das capitais. (COUTINHO, 2010, p.117).

Mapa 2 – Brasil: centros urbanos do interior onde o Brasil mais cresce economicamente



Legenda	
●	5 exemplos a serem seguidos
●	Aonde o futuro já chegou
	Estados da Federação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: AS IMAGENS DO SERTÃO NA LITERATURA NACIONAL: O PROJETO DA MODERNIZAÇÃO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA A PARTIR DOS ROMANCES DA GERAÇÃO DE 1930	
Data: Abril de 2012 Orientadora PROFa. DRa. RITA DE CÁSSIA Autor ARTUR MONTEIRO L. JÚNIOR	Fonte: Revista VEJA, 1º setembro 2010 Base Cartográfica: IBGE, 2012 Sistema de Coordenadas Geográficas: Datum: WGS 84

Quadro 1 – Polos de desenvolvimentos do interior: motores da economia e perspectiva

CIDADES MÉDIAS: AONDE O FUTURO JÁ CHEGOU		
Municípios	Motores da economia	Perspectiva
Açailândia (MA)	Siderurgia e indústria de laticínios	Desenvolver indústrias para transformar o setor industrial na principal atividade econômica
Anápolis (GO)	Indústria farmacêutica e de autopeças; porto seco	Transformar-se no principal centro de logística do Centro-Oeste
Araguaína (TO)	Setor de serviços	Acentuar a vocação comercial e outras atividades afins
Arapiraca (AL)	Diversidade comercial e industrial	Montar um importante parque industrial a partir da boa oferta de serviços
Barreiras (BA)	Culturas de algodão e soja, principalmente	Fortalecer a rede de serviços para atender às demandas do agronegócio
Cabo Frio (RJ)	Petróleo e turismo	Transformar-se em polo turístico internacional
Campina Grande (PB)	Comércio e educação	Ampliar o polo tecnológico
Cascavel (PR)	Agropecuária, sobretudo soja, milho e frango	Tornar-se um centro industrial diversificado
Divinópolis (MG)	Educação e saúde	Firmar-se como centro hospitalar
Hortolândia (SP)	Indústria ferroviária e de computação	Despontar como um polo de tecnologia
Ji-Paraná (RO)	Setor de serviços e pecuária	Ampliar o alcance do setor de serviços naquela região amazônica
Marabá (PA)	Siderurgia	Tornar-se polo de desenvolvimento do sul e sudeste do Pará, uma das regiões mais promissoras do país
Mossoró (RN)	Petroquímica e fruticultura	Tornar-se polo cerâmico a partir de seu processo de industrialização em curso
Petrolina (PE)	Fruticultura	Firmar-se como região vinícola
Rio Claro (SP)	Diversidade industrial	Tornar-se polo de tecnologia médica
Sete Lagoas (MG)	Indústria automobilística e siderúrgica	Tornar-se a maior produtora de caminhões do país
Sinop (MT)	Madeira, serviços e educação	Tornar-se o principal centro educativo do Centro-Oeste a partir de suas dez universidades
Taubaté (SP)	Indústria aeronáutica e automobilística	Ampliar a rede de serviços, firmando-se como centro de referência no Vale do Paraíba
Uruguaiana (RS)	Comércio internacional e agronegócio	Ampliar o polo logístico e atrair indústrias de médio porte
Varginha (MG)	Fábricas de autopeças, eletrodomésticos e alimentos	Converter-se em polo automotivo

Fonte: ESPECIAL Cidades..., Veja, 01 set. 2010.

Quanto às (supostas) metrópoles – centros urbanos que ultrapassaram os 500 mil habitantes –, a reportagem reforça o recrudescimento da importância quantitativa e qualitativa das urbes da hinterlândia: de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, das quarenta metrópoles nacionais, vinte eram cidades do interior, enquanto a outra metade era

composta por capitais dos seus respectivos estados; essa configuração representa um crescimento percentual em relação aos dados censitários de 2000, quando as metrópoles interioranas respondiam por 40% do total de trinta centros metropolitanos brasileiros. Qualitativamente, as “metrópoles” do interior elencadas – Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG), Ribeirão Preto (SP) e Sorocaba (SP) – abrigam lições a serem aprendidas nos caminhos rumo ao progresso e ao desenvolvimento: o planejamento do crescimento, a conquista da independência econômica, a formação da mão de obra, a garantia da qualidade de vida e a estruturação do trânsito.

Assim, a reportagem insiste em uma retórica de enaltecimento dos dados estatísticos econômicos de cidades do interior do Brasil, alegando que tais dados são provas irrefutáveis de experiências da modernidade vivenciadas por tais urbes. Além de reduzir as análises a poucos indicadores econômicos, desrespeitando as obrigações de investigações mais sérias no âmbito de análises completas e conjunturais – em que pesam considerações de ordem política, social e espacial, para além das considerações econômicas –, a matéria do periódico confunde as expressões do meio técnico-científico-informacional no conjunto do território – a partir das quais as cidades parecem ganhar “ares” metropolitanos – com a cristalização de um estatuto cosmopolita inegável e maduro, acreditando – e querendo fazer acreditar – no caráter metropolitano e/ou de polo de desenvolvimento de centros urbanos do interior, muito heterogêneos entre si, mas classificados em um mesmo grupo por condições demográficas similares.

Além de reduzir as diferenças, a realidade é mascarada, ignorando graves problemas infraestruturais em centros urbanos deslocados de consolidadas regiões economicamente dinâmicas. Desse modo, a verve panegírica somente engrossa os reclames das elites econômicas das urbes destacadas, sequiosas pela ostentação do título de “motores da economia nacional” e de parcelas importantes em prol do engrandecimento pátrio no cenário econômico mundial; nessa fabricação e vazão de “belas mentiras” ou “meias verdades”, as categorias urbanas – metrópoles, cidades médias e polos econômicos – são “esvaziadas” em seus conteúdos mais densos e tomadas a partir unicamente de suas dimensões populacionais. Por sua popularidade, o periódico contribui, assim, para a difusão de ideologias produtivistas e de *performance* meramente quantitativas, engendrando um senso comum pautado em “falseamentos da realidade”.

Apesar de todas as críticas que podem ser feitas às orientações ideológicas da matéria do periódico (e, provavelmente, a este veículo midiático como um todo), esta reportagem tem o mérito de endossar, em suma, as discussões até aqui desenvolvidas, as quais parecem

indicar que, de fato, está em curso um processo de *interiorização da (experiência da) civilidade/modernidade* – ou, em termos mais sincrônicos com o momento histórico atual, de locais integrados ao amplo processo de globalização econômico-cultural. Tal civilidade/modernidade em marcha, amparada pelos desejos de *sintonia* aos preceitos cosmopolitas, progressistas e civilizatórios dos grandes centros capitalistas urbano-industriais mundiais, tem redimensionado os sertões brasileiros, cada vez mais superados em favor de novos espaços de produção e consumo, novos territórios da lógica do capital; esse novo *status* dos espaços outrora sertanejos é causado por fatores heterogêneos, desde o avanço do agronegócio até a complexificação do setor de serviços e comércio ou a constituição de polos tecnológicos.

Embora os caminhos (e descaminhos) sejam múltiplos, os resultados apontam para um avanço das fronteiras⁶, sustentado, no momento presente, por infraestruturas, técnicas e conteúdos modernos. Esse “alargamento” das fronteiras sob novos arquétipos – para o caso específico das fronteiras agrícolas – já fora indicado por Luiz Ablas ao refletir, na década de 1980, sobre as mudanças nos padrões de ocupação territorial e desenvolvimento regional:

Do ponto de vista da produção agropecuária, ao mesmo tempo em que se percebe um adensamento dessa mesma região dinâmica [o triângulo Rio de Janeiro – Belo Horizonte – São Paulo], tem acontecido um intenso processo de ocupação da fronteira agrícola, inicialmente através dos Estados de Mato Grosso e Goiás e, mais recentemente, na direção das regiões mais ao norte e mais ao oeste do território brasileiro.

O processo recente de ocupação da fronteira agrícola apresenta indicações de possuir características diferenciadas daquelas que prevaleceram em movimentos anteriores desse tipo, como no caso do Paraná, por exemplo. Há razões para acreditar que a agricultura desenvolvida nessas novas regiões possui características muito mais modernas do que aquela desenvolvidas anteriormente. (ABLAS, 1989, p.220).

No entanto, não são somente as fronteiras agrícolas que se encontram em expansão: o avanço do *não-sertão* pela hinterlândia também representa a expansão das fronteiras de cunho econômico, político, social e cultural.

Essa cruzada civilizatória e modernizadora apresenta como esteio fundamental a exaltação da vida moderna, simbolizada nas máquinas, no movimento, na energia elétrica, nos automóveis e na velocidade – os mesmos símbolos que, pleiteando uma ruptura artística com as técnicas clássicas e as formas do passado, articularam os princípios do movimento futurista. O Futurismo – tendência da vanguarda europeia que influenciou decisivamente o Movimento Modernista no Brasil –, surgido em 1909 a partir de um manifesto assinado por Filippo Tommaso Marinetti (1876-1944), exerceu grande autoridade moral sobre as mais diversas manifestações artísticas do início do século XX, a exemplo de outras tendências

⁶ As fronteiras, nesse contexto, não designam os limites jurídico-administrativos dos Estados, mas sim os limites territoriais, mais ou menos fluidos, das áreas de domínio de determinadas lógicas políticas, econômicas, sociais e culturais. O fenômeno da *fronteira*, nesta concepção, será abordado no capítulo seguinte.

coetâneas, como o Expressionismo, o Cubismo, o Dadaísmo e o Surrealismo (DE NICOLA, 1998). Os valores da vida moderna nortearam as pinturas modernistas-futuristas a partir de pinceladas que denotavam o movimento, o dinamismo e a força, como é o caso do quadro *Velocidade abstrata, o carro passou*, do pintor italiano Giacomo Balla (1871-1958) – imagem de abertura deste capítulo.

Conclui-se, pois, que a formação territorial brasileira está imersa numa relação causal: a marcha civilizatória/modernizadora produz, como um dos seus principais corolários, a superação (ou, em outros termos, a negação e/ou *transmutação*) dos sertões em favor de seu antípoda, o não-sertão. Embora tal fenômeno tenha sido brevemente destacado aqui a partir de segunda metade do século XX – quando pareceu ganhar um novo fôlego –, é preciso destacar que o mesmo foi recorrente durante toda a *formação histórica* brasileira, de modo que sua abordagem permeou as mais diversas manifestações da *intelligentsia* nacional, incluídas aí as obras de cunho artístico-literário.

1.1 De sertão a não-sertão: o caso da transubstanciação do Sertão da Farinha Podre em Triângulo Mineiro

Como já indicado pelo mapa da rede urbana brasileira (Mapa 1) ou pela condição de metrópole do interior brasileiro (Mapa 2), o município de Uberlândia, localizado na porção oeste do Estado de Minas Gerais, possui uma posição de destaque no cenário nacional, cuja importância talvez possa ser aferida simbolicamente pela alcunha que a classe hegemônica uberlandense pretende fazer com que a urbe ostente e pela qual seja reconhecida: a de *Capital Nacional da Logística*. Distante do litoral atlântico – palco para o qual foram, historicamente, direcionados os maiores fluxos econômicos brasileiros –, Uberlândia floresceu em meio aos projetos estatais de *interiorização* da colonização, tendo no interesse próprio dos *geralistas* de ocupação e posse das novas terras, mais férteis, e nas diretrizes geopolíticas do Estado luso-brasileiro de efetiva ocupação e colonização do imenso território brasileiro as válvulas de escape para que os *sertões do oeste mineiro* entrassem no cenário colonial – e, posteriormente, nacional.

No século XIX, quando as primeiras famílias luso-brasileiras se estabeleceram no atual Triângulo Mineiro, essa porção do território já havia se transformado em um dos principais pontos de passagem para os viajantes, sobretudo aqueles que iam das capitânias (depois províncias) de São Paulo e Minas Gerais para a *Fronteira Oeste*, nos atuais estados de

Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Oficialmente fundada no ano de 1888, a cidade de Uberlândia, segundo a laudatória retórica oficial, cresceu e desenvolveu-se em virtude de sua privilegiada localização, ainda mais destacada com a chegada de uma linha da Ferrovia Mogiana (1895) e, posteriormente, com a interiorização da capital federal a partir da construção de Brasília (inaugurada em 1960), solidificando a estrutura de Uberlândia para se tornar a *capital logística do Brasil* (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2007/8, p.3) e oficializar a sua vocação para o dito *turismo de negócios*.

Etimologicamente, a toponímia Uberlândia⁷ é composta pelos radicais *uber* (do latim, “fértil”) e *land* (do inglês, “terra”), denominando, a partir da composição “terra fértil”, uma das principais características geo-históricas que comungaram para a vocação e colonização regional por famílias luso-brasileiras, assentadas por meio de atividades agropecuárias. No entanto, existe a hipótese do primeiro radical referir-se, na verdade, ao termo alemão *über*, o qual é usado tanto como prefixo quanto como uma palavra em si mesma: enquanto prefixo, equivale-se ao prefixo latino *super*; enquanto palavra pode indicar um estado ou ação que designam uma maior elevação ou quantidade, no sentido concreto, ou ainda excesso ou superioridade, no sentido abstrato, além de poder também se configurar como preposição (acerca de, sobre) ou advérbio (sobre, acima, acima de). Destarte, a toponímia, segundo essa composição com o prefixo de origem germânica, busca designar uma “terra superior”.

Esta conceituação aproxima-se da ideia que a elite e os uberlandenses, em geral, nutrem a partir da identificação positiva com sua terra: uma imagem de grandiloquência e grandiosidade, conquistadas e mantidas com trabalho e dedicação, segundo um espírito progressista e uma mentalidade cosmopolita – patenteada, por vezes, com as posturas, típicas do interior, da tranquilidade e hospitalidade. O que se observa, pois, é um amálgama da “terra de oportunidades”, segundo o alegado espírito metropolitano, com o “jeitinho do interior”, segundo as decantadas qualidades de segurança pública e qualidade de vida. Essa “síntese perfeita” entre a cidade grande e a cidade pequena, tão bem explorada e propagandeada pela

⁷ Além de Uberlândia, o município teve, desde a sua origem, outros nomes. Conforme a Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), o primeiro nome da atual cidade foi São Pedro do Uberabinha, denominação recebida quando esta localidade foi elevada a distrito de Uberaba pela Lei provincial n.831, de 11 de julho de 1857. Foi sob essa toponímia, pela Lei provincial n.3643, de 31 de agosto de 1888, que o distrito foi elevado à condição de vila, sendo desmembrado de Uberaba. A Lei estadual n.23, de 14 de março de 1891, já no regime republicano, mudou o nome da vila para Uberabinha, constituída administrativamente pelo distrito-sede (Uberabinha) e pelo distrito de Santa Maria. Pela Lei estadual n.843, de 07 de setembro de 1923, foi criado o distrito de Martinópolis, desmembrado do distrito-sede e anexado ao município de Uberabinha. Pela Lei estadual n.1128, de 19 de outubro de 1929, o município passou a ser designado por Uberlândia, o qual, por fim, pelo Decreto-lei estadual n.1058, de 31 de dezembro de 1943, passou a ser administrativamente composto pelos distritos de Miraporanga (ex-Santa Maria), Martinésia (ex-Martinópolis) e pelos recém-criados distritos de Tapuira e Cruzeiro dos Peixotos, anexados ao município de Uberlândia, além do distrito-sede.

administração local, faz reverberar o suposto papel destacado que Uberlândia assume na composição da rede urbana brasileira.

A comentada mentalidade progressista e voltada para os negócios, alicerçada em tons marcadamente competitivos, transforma em obsessão o crescimento econômico e a busca pela atração de investidores. Para tanto, o poder executivo local lançou a publicação *Uberlândia, capital nacional da logística*, a qual compila, a partir de uma heterogênea gama de pesquisas e instituições, uma série de dados que atestam as posições de destaque deste centro urbano nos rankings nacionais e internacionais: Uberlândia é a 2ª maior cidade do interior do Brasil e a 1ª do interior de Minas Gerais (IBGE – Estimativa populacional de 2007); 2º mercado consumidor de Minas Gerais (IPC Target 2008); 2º lugar em infraestrutura disponível para investimentos em Minas Gerais e 25º lugar em todo o país (Anuário EXAME Infraestrutura 2006); 1ª posição na produção nacional de suínos (Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE 2006); 10ª cidade do Brasil em número de eventos internacionais sediados (ICCA – *International Congress and Convention Association* 2006); 3ª receita em ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – de Minas Gerais (Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais 2007); 2ª rede hoteleira de Minas Gerais (Federação dos *Conventions & Visitors Bureaux* do Estado de Minas Gerais 2007) e; 2ª maior frota de veículos do Estado de Minas Gerais (Detran/MG 2007). (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2007/8, p.9).

Sendo assim, Uberlândia ratifica a sua posição de cidade polo do interior brasileiro, apresentando uma ambígua *condição sertaneja*: por um lado, os fatores ambientais do entorno ainda são tratados sob a pecha de sertão, indicando com isso que, a partir das imagens de prosperidade e progresso notórios com que a urbe uberlandense se reveste a despeito dos titânicos óbices impetrados pelo ambiente, a “vitória” da civilização e da modernidade parece muito mais faustosa e imponente; por outro lado, a noção de centro urbano sertanejo é decisivamente negada quando o sertão assume um caráter tipicamente pejorativo, enquanto um local inóspito e atrasado em relação aos grandes centros urbanos nacionais.

Portanto, a retórica oficial do governo municipal pauta-se em dados estatísticos bem selecionados: são dados de um universo limitado, alicerçado em tópicos mercadológicos e financeiros que sobrelevam a importância da capacidade produtiva e do furor de consumo no âmbito da urbe uberlandense. O estatuto de “terra de negócios” torna-se, assim, emblemático, de modo que outras variáveis – como indicadores relacionados à educação, à saúde, à cultura, ao desenvolvimento social em geral etc. – não se tornam tão interessantes quanto os dados econômicos para a argumentação e consolidação da imagem de polo econômico com a qual se pretende revestir a cidade. Assim, a dimensão populacional torna-se sinônimo de mercado

consumidor e indicadores como os de infraestrutura de investimento, quantidade de hotéis, de eventos sediados e de veículos, e os valores referentes à produção e à receita tornam-se os dados a serem celebrados, fomentando, nas entrelinhas, o lema de que “quanto mais, melhor”.

A polaridade da urbe uberlandense no interior brasileiro, em que pesa a negação do seu caráter sertanejo, indica uma necessidade de superação da condição sertaneja – algo emblemático para o polo da atual região do Triângulo Mineiro, outrora conhecida como *Sertão da Farinha Podre*. Essa porção territorial do extremo oeste do atual Estado de Minas Gerais teve sua formação, no âmbito da “história oficial”, atrelada às estratégias geopolíticas de ocupação e colonização dessas paragens, conectando-as aos anseios do Estado – conjugados com as vontades das elites locais – de transformação desses espaços em áreas integradas aos domínios efetivos luso-brasileiros: ou seja, em locais destinados a terem a sua condição sertaneja superada. Foi esse anseio que norteou o Estado e a elite local, com a contribuição dos migrantes *geralistas* – a transformar Uberaba (ao longo do século XIX) e depois Uberlândia (sobretudo a partir da segunda metade do século XX) em centros catalisadores da *civilização/modernização* do interior brasileiro e, portanto, de transubstanciação desse sertão em *não-sertão*.

O princípio da “história oficial” da região do atual Triângulo Mineiro⁸ está atrelado a um legítimo estado de “área de passagem” a partir do estabelecimento, em 1730, da *Estrada dos Goias*, caminho régio exclusivo de ligação entre a Capitania de São Paulo e a região mineradora recém-descoberta na fronteira ocidental. Nesse momento histórico dos primórdios

⁸ A “história oficial” da atual região do Triângulo Mineiro, no extremo oeste de Minas Gerais, não se constitui em objeto central deste estudo e, por isso, será abordada superficialmente a partir dos trabalhos de Lourenço (2005; 2010): assim, tal análise histórica regional será, consciente e intencionalmente, delineada a partir de eventos ou matrizes estruturais primazes, suscitando possivelmente uma impressão de linearidade histórica, de simples justaposição de eventos ou fatos históricos; no entanto, reconhece-se que a realidade do *processo histórico* se desenvolve de modo bem mais complexo, enovelando-se em relações causais e desenvolturas de universos variados de opções e escolhas socialmente assumidas, de modo que o modelo histórico aqui apresentado é fruto de (intencionais) simplificações e generalizações – em que pesam a recorrência a hiatos históricos candentes. Acerca de um esboço ampliado da história regional à luz do caso de transubstanciação do *Sertão da Farinha Podre* em Triângulo Mineiro, ver LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. Uberaba e Uberlândia: o Sertão transubstanciado em Não-Sertão – um estudo de caso da modernização do interior no Sertão da Farinha Podre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 9., 2011, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 2011. Para um estudo mais aprofundado da história regional, ver, entre outros: TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970. 2v.; ARANTES, Jerônimo. *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Pavan, 1938; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro*. 1995. 347f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização do Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978; MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974; MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837) – Volume II*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.

da “colonização oficial” da Capitania de Goiás – destacando-se que a atual região do Triângulo Mineiro integrava a Capitania de Goiás até 1816, quando foi transferida para a Capitania de Minas Gerais –, diversas incursões dos índios caiapós ameaçaram a estabilidade dos arraiais auríferos, sobretudo no tráfego pela estrada régia, provavelmente atuando de modo decisivo para a ausência de povoados e fazendas nas faixas de terra do baixo Paranaíba e baixo rio Grande (atuais sul de Goiás, noroeste de São Paulo, pontal do Triângulo Mineiro e leste de Mato Grosso do Sul) – região conhecida, no início do século XIX, por *Caiapônia*. (LOURENÇO, 2005). Essa resistência indígena atribuía a esta região, pois, o estatuto do que aqui se entende por *Sertão*, ao impedir aí a definitiva instauração da soberania da Coroa portuguesa.

Motivada pela insegurança gerada por tais “bárbaros”, a Coroa portuguesa declarou, em meados do século XVIII, guerra aos índios caiapós, incentivando campanhas de extermínio e apresamento desses “gentios”; assim, os caiapós foram repelidos em grande parte da porção territorial compreendida pelos rios Paranaíba e Grande, região mesopotâmica que, a partir do final do século XVIII, ficou conhecida e foi nomeada, na “cartografia oficial” do Estado, *Sertão da Farinha Podre*. Os índios bororos que ajudaram na campanha de extermínio dos caiapós foram instalados em aldeamentos constituídos às margens da *Estrada dos Goiazes*, tornando-se os responsáveis pela defesa do tráfego nesta estrada régia e configurando-se, portanto, como uma espécie de “*muralhas do sertão*”: esses indígenas aldeados passaram a representar legítimos agentes dos limites da soberania estatal, formando um “corredor de proteção” e apoio logístico às tropas que transitavam de São Paulo aos arraiais goianos, e vice-versa.

Destarte, a região ficou, até o início do Oitocentos, marcada por um padrão territorial dual: por um lado, tinha-se um “espaço de penumbra” da cartografia estatal, definido pelo *Sertão da Farinha Podre*, ocupado por “gentios domesticados” (bororos) no jogo político do governo luso-brasileiro; por outro lado, tinha-se os “espaços incógnitos” da cartografia, definidos genericamente pela *Caiapônia*, em que predominava a ocupação dos “gentios selvagens” (caiapós), arredios à soberania da Coroa portuguesa. A condição regional sertaneja ficou, pois, assentada sobre um padrão territorial de aglomerações de povoados, isolados uns dos outros, segundo um modelo de “arquipélago”, por zonas intermediárias não colonizadas (os *sertões*), ligados entre si por meio de caminhos de trânsito obrigatório, de modo que estes “espaços vazios” ou *sertões*, colonizados pelos “bárbaros”, eram, de fato, grandes barreiras naturais aos fluxos clandestinos, desestimulando os contrabandos e permitindo à Coroa um maior controle do território (LOURENÇO, 2005). Enfim, notava-se uma ocupação, ainda que

não contígua e sim fragmentada, pela hinterlândia, engendrando um mosaico de territórios “ilhados”, isolados e cercados por áreas de “ocupação proibida”.

As mudanças, na segunda metade do século XVIII, das concepções geopolíticas do Reino de Portugal a partir da ascensão do ministro Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, tiveram nítidos reflexos na postura da Coroa frente à valorização da hinterlândia da colônia luso-brasileira⁹. Incorporando princípios da Ilustração na política lusitana, a ampla reforma pombalina do Estado português buscou empreender uma engenharia político-econômica que encampasse um projeto de modernização institucional do Estado absolutista português, dirimindo resistências conservadoras, encarnadas, sobretudo, por famílias nobres e pela Companhia de Jesus.

Assim, no que tange à colônia brasileira, dentre os principais corolários das novas orientações político-econômicas podem ser citados: (i) o enrijecimento do monopólio comercial sobre o Brasil; (ii) a expulsão e confisco das propriedades da ordem jesuítica de Portugal e, conseqüentemente, de todas as colônias, em 1759, a partir do recrudesimento das tensões entre os jesuítas e a elite estatal lusitana, preocupada em laicizar as instituições; (iii) a demarcação e o povoamento da *fronteira ocidental*¹⁰, a fim de garantir e legitimar a posse portuguesa sobre o vasto território colonial e; (iv) a afirmação de uma presença mais ativa de Portugal na colônia luso-brasileira por meio de um reforço do povoamento dos principais eixos de defesa do território, inclusive com a transformação do indígena em “agente povoador” e a partir do estabelecimento de dois centros internos de poder – Belém e Rio de Janeiro – com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão separado do Estado do Brasil.

A valorização estratégica do interior no período pombalino refletiu-se nos projetos de povoamento/colonização dos sertões luso-brasileiros. Sob esse propósito, foram os *geralistas* (roceiros e criadores luso-brasileiros) que, vindos da região aurífera de Minas, povoaram “oficialmente” o então *Sertão da Farinha Podre* no final do Setecentos e durante os primeiros

⁹ No âmbito dessa valorização da hinterlândia luso-brasileira durante o período pombalino, tem-se que o governador de Minas Gerais, Gomes Freire, declarou guerra aos quilombos do então oeste mineiro – porção territorial correspondente, hoje, ao centro-oeste do estado, uma vez que o atual Triângulo Mineiro compunha ainda a Capitania de Goiás – sob o objetivo de *alimpar* aquela região com vistas à colonização. Esta política teve prosseguimento no período mariano-joanino (1778-1822) com a declaração de guerra aos índios botocudos do vale do rio Doce, para a “liberação” de tal região – sertão até então conhecido e mapeado sob a alcunha de *Área Proibida* – para as investidas de povoamento/colonização. Como ainda restavam, no território da Capitania de Minas, áreas esparsamente povoadas no Leste (Zona da Mata e vales do rio Doce e Mucuri), no Noroeste (termo da vila de Paracatu) e no recém Extremo Oeste (atual Triângulo Mineiro), o governo da capitania valeu-se, durante o período joanino, de dois instrumentos para a ocupação dessas *regiões de fronteira*: as isenções fiscais e a concessão de sesmarias. (LOURENÇO, 2005).

¹⁰ Para uma abordagem do processo histórico de construção das fronteiras de Goiás e Mato Grosso entre o final do século XVIII e o início do século XIX, avançando no entendimento das influências que a espacialidade da colonização portuguesa teve na formação territorial brasileira, ver Nogueira (2008).

anos do Oitocentos. Apesar dos fatores centrífugos migratórios estarem assentados em questões de natureza demográfica, tecnológica a ambiental – no que concerne, sobretudo, ao esgotamento das terras disponíveis para o cultivo e à impossibilidade de crescimento da produtividade por conta das rudimentares técnicas de produção empregadas –, o Estado foi imprescindível para este processo de colonização das fronteiras mineiras: realizou campanhas contra os quilombos ao longo do século XVIII; concedeu sesmarias; estruturou políticas indigenistas; e abriu estradas e picadas a fim de facilitar a comunicação entre as novas localidades e os principais centros político-econômicos do território. (LOURENÇO, 2005).

Portanto, essas *migrações geralistas* – frutos de uma combinação entre os movimentos populacionais espontâneos decorrentes das condições socioeconômicas saturadas da região central mineira e as orientações e diretrizes estatais – passaram a esboçar um novo caráter ao *Sertão da Farinha Podre*: com os adventícios geralistas, inaugurava-se um claro esforço de “ocupação oficial” das fronteiras – sem desconsiderar, contudo, a ocupação pretérita pelos índios aldeados, sendo tal ocupação elencada como um evento histórico dos “primórdios” da história regional sistemática e “oficial” – e superação (cuja palavra de ordem estava assentada, à época, sob os princípios civilizatórios) desta condição sertaneja.

A ocupação territorial pelos geralistas iniciou um processo histórico que culminou, a partir de uma confluência de fatores no âmbito da história regional, com a transformação de Uberaba, ao final da primeira metade do século XIX, em um dos principais centros urbanos do oeste brasileiro. Concorreram para tal destaque: a localização privilegiada entre as províncias de Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais; a fertilidade dos solos, aproveitada pelos adventícios; e as iniciativas particulares – devidamente contextualizadas ao panorama amplo das diretrizes do poder real – do sargento-mor Antônio Eustáquio Silva Oliveira¹¹. Como resultado das novas ligações de transporte – inclusive com a formação de uma rede tentacular de estradas salineiras, cujos caminhos convergiam em Uberaba –, das concessões de sesmarias aos geralistas recém-chegados e da política colonizadora regional, surgiram, entre 1820 e 1850, oito novos arraiais entre os rios Paranaíba e Grande, fazendo com que a vila de Uberaba se transformasse, em meados do século XIX, em um polo político-

¹¹ Segundo Lourenço (2005), Antônio Eustáquio obteve a sua liderança a partir da influência pessoal e das relações de parentesco, que lhe permitiram a posse de terras devolutas e de um grande plantel de escravos, além de centralidade em relações de dependência e autoridade sobre uma coletividade de colonos livres, investindo-lhe, como corolário, de um grande *prestígio*, principal marco da deferência social, significando poder sobre homens e terras. Em termos de atitudes político-econômicas regionais, este potentado abriu uma nova estrada para Goiás, a *Estrada Real*, a qual se tornou a principal via de acesso das províncias de Goiás e Mato Grosso a São Paulo, encurtando em várias léguas o caminho até Cuiabá, centro político-econômico importante da fronteira oeste; além disso, ele promoveu a criação de um novo porto fluvial no rio Grande, o porto de Ponte Alta (atual Delta), o qual facilitava o acesso a São Paulo pela navegação fluvial.

econômico caracterizado como *boca do sertão*¹². Em outras palavras, Uberaba se constituiu, pois, em ponto de convergência dos principais caminhos da atual região do Triângulo Mineiro e num dos mais importantes núcleos urbanos do interior durante o Império.

Essa condição de centralidade no âmbito da hinterlândia favoreceu a reverberação regional, encampada por Uberaba, das transformações estruturais brasileiras em termos de transição para uma formação socioespacial dominada pelo modo de produção capitalista: essa transição foi vivenciada nos planos de configuração territorial, das técnicas e das paisagens urbana e rural, sendo percebida pela população coeva como um ingresso ao mundo da *civilização* (LOURENÇO, 2010) e uma experimentação de autênticos “ares” de *urbanidade*, sobretudo na vila de Uberaba. Assim, a partir da década de 1870, as mudanças nas estruturas socioeconômicas nacionais¹³ abalaram o arranjo tradicional da região: ainda segundo Lourenço (2010), a expansão da cafeicultura na província de São Paulo criou um novo mercado para o atual Triângulo Mineiro, de modo que as diversificadas estruturas das fazendas locais foram alteradas, sobretudo com uma especialização na pecuária bovina, em favor do abastecimento das zonas cafeicultoras. Além disso, a extensão dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro¹⁴ recrudescer a produção alimentícia, inserindo decisivamente a região na divisão regional do trabalho comandada por São Paulo.

O cenário apontava, então, para novos espaços citadinos, corolários do fortalecimento da elite mercantil, dos investimentos em indústrias e em técnicas científicas de produção e da imigração estrangeira: os espaços urbanos, sobretudo na tríade Uberaba-Uberabinha (atual Uberlândia)-Araguari, abandonaram a aparência tipicamente colonial, em que predominavam

¹² As *bocas de sertão*, segundo Aroldo de Azevedo (1957 *apud* LOURENÇO, 2010, p.36), constituíam-se em pontos de partida para os movimentos migratórios destinados às zonas fronteiriças e, posteriormente, em núcleos de abastecimento e acesso ao mercado para os colonos que se encontravam assentados além dessas paragens. Consoante Lourenço (2005), com a transformação da região, a partir da década de 1830, em ponto nodal para a colonização – ou, em outras palavras, em *zona de difusão da colonização*, valendo-se dos termos de Moraes (2000) – das terras situadas mais a ocidente, tendo na agropecuária o seu sustentáculo, Uberaba se firmou como centro regional no Império: “Graças à sua situação de *intersecção* entre dois sistemas dendríticos, Uberaba consolidou-se como *boca do sertão*, com características muito especiais: era intermediária entre duas cidades primazes – Rio de Janeiro e São Paulo –, e três regiões – Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Daí seu excepcional crescimento, a ponto de se transformar numa das principais cidades do interior do Império do Brasil.” (LOURENÇO, 2005, p.339-40, grifos do autor).

¹³ Consoante Machado (1995), entre as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX ocorreu uma redefinição da identidade nacional brasileira: os sessenta anos transcorridos desde a promulgação da “Lei do Ventre Livre” (1871) e a dita Revolução de 1930 marcam, segundo a tradição dos historiadores, a ascensão do “projeto de modernização” do Brasil; esse projeto é caracterizado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a acentuação das diferenças sociais e econômicas entre as regiões brasileiras, a sucessão da Monarquia pela República e o deslocamento do eixo principal do comércio brasileiro da Europa para os Estados Unidos.

¹⁴ A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ingressou na região em 1889, a partir de um ramal ferroviário até a cidade de Uberaba. Posteriormente, os trilhos foram estendidos a outras duas cidades ao norte: Uberabinha (atual Uberlândia), em 1895, e Araguari, em 1896, ocasionando, nessas cidades, uma guinada decisiva em prol da *modernização* das estruturas socioeconômicas. (LOURENÇO, 2010).

os prédios eclesiásticos na paisagem, em favor da aparência valorizada na *Belle Époque*, típicas das cidades republicanas que vivenciavam o processo de modernização técnica. Desse modo, essas cidades afastaram-se dos seus núcleos primordiais ao estenderem o traçado do espaço urbano rumo às estações ferroviárias e aos trilhos por meio de amplas avenidas ajardinadas, em linha reta, interrompidas por praças ladeadas por suntuosos edifícios públicos¹⁵. Nesse período, a valorização dos imóveis urbanos significou, parcialmente, a transferência de fortunas rentistas do campo para a cidade; por outro lado, próximo à Abolição (1888), encaminhou-se uma mudança nas relações de trabalho, em que o regime escravocrata passou a ceder lugar, cada vez mais, para regimes de trabalho calcados nas parcerias e no assalariamento temporário. (LOURENÇO, 2010).

Como as mudanças não se restringiram a Uberaba – mas atingiram, em intensidades distintas, toda a região do Triângulo Mineiro –, a supremacia uberabense começou a esfacelar-se devido à concorrência de outros centros urbanos próximos, o que despontou, no tempo presente, para a preponderância – como já assinalada no início deste capítulo – de Uberlândia no cenário regional. Destarte, a rede urbana regional foi, ao longo do século XX, sofrendo uma transferência paulatina no papel de centralidade político-econômica, passando de Uberaba para Uberlândia, até que, a partir da segunda metade do Novecentos, esta cidade despontasse como o polo na hierarquia urbana do Triângulo Mineiro. O que se estabeleceu foi, portanto, uma re-hierarquização, contextualizada espaço-temporalmente, decorrente das práticas das elites locais, das grandes corporações e do Estado, constituindo-se em resultado de transformações teleológicas, de escolhas intencionalmente assumidas.

Discorrendo acerca da mudança hierárquica urbana triangulina – em que pesa, grosso modo, a sucessão de três fases, indo da primazia urbana de Uberaba até a preponderância de Uberlândia, passando pela paridade entre estas referidas urbes – Bessa (2007) resume o panorama histórico dessa rede urbana regional:

Em cada um desses espaços-tempos, determinadas racionalidades sociais, econômicas e políticas foram predominantes e indicaram a existência de fatores de estancamento e regressão para Uberaba e de ascensão para Uberlândia e, por conseguinte, os movimentos de mudança da rede urbana regional. Valendo enfatizar que a transição de um para outro significou a imposição de novas racionalidades e a redefinição dos atores, que, por sua vez, promoveram a recombinação dos elementos característicos às redes urbanas, re-atualizando o seu padrão espacial. Num primeiro momento, observou-se o predomínio de uma racionalidade local, definida pela atividade pastoril, período em que se destacou a elite uberabense e uma espacialidade gestada a partir desse centro; em seguida, observou-se o momento dos

¹⁵ A respeito da *modernização* da urbe uberlandense, ver SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado”* – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro. 1995. 347f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

embates entre racionalidades regionais, uma ainda associada à atividade pastoril e outra relacionada com as atividades mercantis, marcados pelos conflitos entre a elite tradicional uberabense e a elite comercial uberlandense, resultando numa espacialidade marcada pela relativa paridade e simetria funcional, bem como pelo revezamento dos comandos; e, finalmente, o momento de diversificação das racionalidades, no qual passaram a atuar fatores de escalas distintas, locais, nacionais e internacionais, expresso por uma espacialidade com múltiplos circuitos, orientada por complementaridades e competitividades, bem como por coerências e rupturas, cujos benefícios foram mais bem aproveitados por Uberlândia, que alargou sua importância tanto em escala regional, quanto em escala nacional, uma vez que sua elite mostrou-se muito mais apta a acolher os imperativos das subseqüentes divisões territoriais do trabalho. (BESSA, 2007, p.322-3).

Por conseguinte, a sucessão do processo histórico encetou um relativo declínio de uma elite tradicional (uberabense) em favor da consolidação efetiva de uma elite emergente (uberlandense), mais adaptada e adequada frente às mudanças impostas por novas divisões territoriais do trabalho. Nesse processo de continuidades e descontinuidades, convergências e divergências, as organizações socioespaciais modificaram-se (ou conservaram-se) à luz do contexto e das escolhas assumidas, resultando na diferenciação dinâmica do espaço enquanto reflexo (e, dialeticamente, também enquanto causa) das ideias e práticas econômicas, políticas e socioculturais¹⁶.

Em suma, mais importante para esta pesquisa do que as discussões e deslindamentos dos eventos e das escolhas socialmente assumidas que transferiram a primazia regional da elite uberabense para a elite uberlandense¹⁷ é o fato de que, independentemente da localização da liderança regional, o Triângulo Mineiro experimentou a superação da condição sertaneja, sustentada outrora pela própria denominação regional de *Sertão da Farinha Podre*. A respeito dessa transformação do *Sertão da Farinha Podre* em *Triângulo Mineiro*, Ribeiro (2008) comenta que a identidade regional renovada – fazendo uma alusão à forma geográfica estabelecida pelos médios e baixos cursos convergentes da margem direita do rio Grande e da margem esquerda do rio Paranaíba – foi promovida pelo Dr. Henrique Raimundo Des Genettes, fundador de importantes jornais de circulação regional, como *O Paranaíba* (1874) e o *Eco do Sertão* (1875), sendo este veículo favorável à campanha de anexação da região à província de São Paulo; mais do que uma mera troca de designações, a mudança da nomenclatura, ocorrida no final do Oitocentos, expressa simbolicamente o coroamento de um processo que vinha se desenvolvendo desde, no mínimo, o final do primeiro terço do século XIX: a alteração nominal configura-se, pois, como um símbolo da transubstanciação pela qual

¹⁶ “Nesse processo de mudança contínua, os contornos regionais foram rapidamente transformados, também no sentido de adaptação, como consequência das imposições das intencionalidades dos agentes hegemônicos, atribuindo novos significados às áreas de cerrado. Trata-se, diante da espessura das sucessivas divisões territoriais do trabalho, da cristalização de uma fronteira de *modernização*.” (BESSA, 2007, p.324, grifo meu).

¹⁷ A respeito desse processo, ocorrido ao longo do século XX, ver Bessa (2007).

passara (e, a bem dizer, ainda vinha passando) a região, tencionando abandonar o seu passado sertanejo:

[...] da geração presente poucos fazem referencia á antiga [denominação]: só d'ella se lembra ainda um ou outro habitante que, como eu aprecie recordações antiquadas. Em todo caso, o Triângulo Mineiro vê a 'Farinha Podre' transformada por continuado progresso.

Não é mais Sertão. A Estrada de Ferro Mogyana, a cargo de uma empresa laboriosa e honrada, o atravessa desde Jaraguá até Araguay, Antigo Brejo alegre, com um percurso de 266 Kilometros, 14 estações e brevemente ella transporá o rio Paranyha para Catalão. Diversas de rodagem e muitas pontes são transito activo entre seus diversos povoados, bem como para importação e exportação, commutando suas cousas com os Municípios e Estados visinhos. A linha telegraphica da União o atravessa desde a margem direita do Rio Grande, á margem esquerda do Paranyha, em distância de cerca de 400 Kilometros, pondo em relação immediata com Goyaz e Cuiabá no centro, e com todo o mundo civilizado pelo litoral, além do serviço que presta ao público o telegrapho da Companhia Mogyana. (BORGES, 1905, p.823-4¹⁸ apud RIBEIRO, 2008, p.28, grifo meu).

Assim, o “sertão” foi convertido em “triângulo”, processo emblemático da mudança regional dos “espaços obsoletos” em “espaços da modernidade”: a nova identidade passava a ser simbolizada por uma figura geométrica, insígnia da racionalidade e exatidão matemática. Essa mudança nominal – nada ingênua – estava em consonância, nos albores republicanos, com os anseios das elites ilustradas em *civilizar* o país, substituindo generalizadamente as toponímias religiosas ou rústicas por outras que evocassem as noções de *ordem* e *progresso*. (LOURENÇO, 2010). Como já mencionado, esse “território geometrizado”, outrora “sertão”, constitui-se, portanto, no ápice ou coroamento de um processo histórico de integração regional a um “circuito oficial” do Estado, entrando definitivamente no universo espacial efetivamente comandado pela soberania estatal.

Se até o início do século XIX ainda existia uma dualidade regional marcada pelo estatuto sertanejo – e, portanto, por espaços que escapavam à órbita da soberania estatal –, pode-se aventar a hipótese, no entanto, que os “espaços de penumbra” (o *Sertão da Farinha Podre*) e os “espaços incógnitos” (a *Caiapônia*) constituíam-se, de certo modo, em “cálculos geopolíticos” diferenciados, na nova lógica de transformação regional operada ao longo do Oitocentos, pela maior ou menor resistência frente ao poder estatal, uma vez que a região seria integralmente – a despeito das resistências – incorporada ao escopo da soberania do Estado, transformando-se em *não-sertão*. Portanto, esses espaços sertanejos, derivados de supostos “cálculos geopolíticos”, representam verdadeiros “espaços de reserva” ou *fundos territoriais* (MORAES, 2000) para os projetos político-econômicos de incorporação regional – independentemente se na condição central ou periférica – à autoridade da Coroa portuguesa/

¹⁸ BORGES, Antonio Sampaio. Triângulo Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, fasc. III e IV, ano X, 1905, p.823-4. A grafia original foi mantida.

Estado nacional, continuamente impetrados, sobretudo desde o século XIX, sob os signos da *civilização* e da *modernidade*.

Destarte, a cristalização dos “ares” de *urbanidade* para a atual região do Triângulo Mineiro torna-se o estatuto da inequívoca sensação de (experimentação da) *civilidade/modernidade* e consequente superação da condição sertaneja, agora limitada a um suposto qualificativo pretérito, de um passado “heroico” regional, fazendo emergir a imagem de força e pujança nascidas, pela vontade e determinação, dos sertões outrora dominantes. Aos “espaços rudes” do passado se imputaram a sintonia aos ideais civilizatórios e, posteriormente, aos ideais de modernização, os quais foram alçados à condição de desejos nacionais – dos quais as práticas e iniciativas regionais eram meros reflexos ou repercussões – para a *construção* do país e para a ambição elitista de *grandiosidade pátria*, a partir da conquista permanente e diuturna de nossos próprios territórios internos.

Vale enfatizar que essa *interiorização da urbanidade* – a qual parece indicar, de fato, uma *interiorização da (experiência da) civilidade/modernidade*, ainda em curso, como pretendeu mostrar o início desta pesquisa – foi responsável pela transformação da região triangulina, a partir da conjugação das ações do Estado com os agentes locais, em um local mais do que meramente uma “área de passagem” ou uma “fronteira da soberania e da civilização”. Foram o Estado e os agentes locais que metamorfosearam definitivamente o *Sertão da Farinha Podre* – o qual, a exemplo dos outros sertões brasileiros, foi assim qualificado por abrigar projetos ou realidades distintas dos projetos socioculturais, políticos e econômicos hegemônicos “oficiais”, em determinado contexto espaço-temporal – em uma área importante e atrelada aos circuitos político-econômicos nacionais: primeiro, a elite uberabense, com o auxílio do Estado a partir de estratégias de ocupação e colonização, fez de Uberaba um grande centro do interior durante o Império; posteriormente, Uberlândia reverteu, a partir da segunda metade do século XX, a centralidade uberabense em seu favor, adaptando-se, por meio de sua elite, aos novos cenários da divisão internacional do trabalho.

De Uberaba a Uberlândia, a condição sertaneja foi, pois, superada. Em outras palavras: para o Estado, esses *fundos territoriais*, verdadeiros “espaços de penumbra”, passaram a ser “iluminados” sob a ótica hegemônica do poder (político, econômico, social e cultural), tendo como motes históricos palavras de ordem como *civilização* e *modernização*, pilares da ideologia estatal.

O que interessa para esta pesquisa, mais do que propriamente a “história oficial” da atual região do Triângulo Mineiro, é o fato desta mesma “história oficial” se configurar como um caso, no âmbito da *formação territorial brasileira*, de transubstanciação de um sertão em

não-sertão. Essa transubstanciação, ocorrida ao longo do Oitocentos, é um estudo de caso, um recorte singular de um processo histórico genérico, universal, na formação histórica do Brasil; assim, considerando as idiossincrasias contextuais – em termos espaço-temporais –, a transformação e a incorporação de porções territoriais da hinterlândia ao escopo da soberania estatal constitui-se em um fenômeno ubíquo no forjamento da nacionalidade brasileira, desde o período colonial, de modo que o caso do Triângulo Mineiro pode ser, à luz das diretrizes mais gerais, multiplicado por diversos outros estudos de casos regionais, em vários pontos da hinterlândia nacional e em diversos momentos históricos.

Em todo caso, os eventos de transubstanciação dos sertões em não-sertão seguiram, desde a época colonial até a atualidade, palavras de ordem primazes: o povoamento, a instauração de uma ordem civilizatória ou ainda a dotação de infraestruturas e instituições modernas – que, nos albores do século XXI, é ornada sob a retórica da globalização. Por isso, será na relação da (experiência da) civilidade/modernidade com a forma urbana que a questão dessa modernidade, no âmbito da História e da Literatura em foco (a Segunda Geração Modernista), será apresentada a seguir.

1.2 A urbanidade moderna e a modernidade urbana nas lentes da História e nas letras dos romances da *Segunda Geração Modernista*

Literatura: instância artística que se configura como o principal aporte discursivo da presente pesquisa, onde serão buscados os fundamentos gerais dos *sertões* nacionais – mais especificamente dos espaços que, segundo a literatura de cunho modernista-regionalista da década de 1930, foram alçados à condição sertaneja.

Assim, o momento artístico-literário enfocado é o da *Segunda Geração Modernista*¹⁹ – que, na prosa brasileira, ficou conhecida como os Romances Regionalistas da Geração de 1930 – marcado sobremaneira por uma literatura de caráter mais construtivo e maduro, se beneficiando das conquistas da ‘fase heroica’, isto é, da Geração Modernista de 1922 e sua prosa inovadora. As mudanças estruturais nacionais e internacionais que ocorreram ao longo da década de 1930, alavancadas, dentre outras coisas, pela crise econômica de 1929, articularam a formação de um campo artístico distinto pelo desenvolvimento de romances

¹⁹ Uma análise mais completa deste momento artístico-literário – qual seja: a *Segunda Geração Modernista* (os Romances Regionalistas da Geração de 1930) – será realizada no terceiro capítulo.

caracterizados pela denúncia social – documentária da realidade brasileira –, em que foram elevados os graus de tensão da relação eu/mundo. (DE NICOLA, 1998).

Um dos mais nítidos retratos desse momento literário foi a busca do “povo brasileiro”, tencionando transformar o homem comum em herói romanesco; destarte, o *regionalismo* despontou como arquétipo literário, adquirindo uma importância sem precedentes no universo literário brasileiro, levando ao extremo as relações estabelecidas entre os personagens e seus meios naturais e sociais. Nesse contexto, merecem destaque os escritores nordestinos, os quais retrataram com maestria a mudança paradigmática regional de um atual Nordeste ainda do período colonial, de “faceta medieval”, para uma nova realidade capitalista e imperialista.

Além dessas mudanças estruturais econômicas, desencadeadoras de transformações políticas e socioculturais, são motes temáticos: as intervenções do poder político; as secas, fatores de acirramento das desigualdades sociais e causas da geração de mão de obra barata; a migração; a miséria; a fome (DE NICOLA, 1998). Todo esse panorama literário regionalista nordestino engendrou e consagrou um imaginário do atual Nordeste enquanto “região-problema”, o que, na Era Vargas (1930-1945), repercutiu em projetos de modernização territorial, sob os pressupostos de *modernização dos sertões*, donde os sertões nordestinos configuravam-se como modelos típicos para as intervenções estatais.

Considerando esse sucesso do regionalismo/sertanismo literário, a relação esposada nesta pesquisa preza, no que tange ao deslindamento do Sertão nas obras artístico-literárias da Geração de 1930, por uma análise mais centrada nos cânones literários, sobretudo os de origem nordestina: o alagoano Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953), o paraibano José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957), a cearense Rachel de Queiroz (1910-2003) e o baiano Jorge Leal Amado de Faria (1912-2001)²⁰. É óbvio que o painel estabelecido por estes autores não engloba a totalidade do universo temático da literatura do período, nem transcreve para o universo artístico todas as nuances do fenômeno *Sertão*. Todavia, a escolha de tais literatos está relacionada à *expressividade* estético-formal e temática de suas obras, genericamente

²⁰ Além dos literatos regionalistas modernistas aqui enfocados – Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Jorge Amado – também se destacou, na prosa regionalista da década de 1930, o gaúcho Érico Veríssimo (1905-1975), sobretudo com a sua trilogia épica *O tempo e o vento* – a qual se encontra dividida em *O Continente*, que remonta o passado histórico do Rio Grande do Sul do século XVIII até 1895, com as lutas impetradas nos albos republicanos; *O Retrato*, enfocando as primeiras décadas do século XX; e *O Arquipélago*, narrativa que contempla a história regional até o período varguista (1930-1945). Do painel de abordagem das disputas de terra e poder entre as famílias Amaral, Terra e Cambará, despontam alguns dos maiores personagens do literato, como Ana Terra e o Capitão Rodrigo.

A respeito dos literatos enfocados, considerações biográficas e análises de cunho estético e temático (no que interessa à pesquisa) de suas obras serão abordadas de modo mais completo no quarto capítulo; no entanto, noções pontuais sobre a dualidade relacional entre *Sertão* e *não-sertão* nas obras, referentes à marcha modernizadora dos ambientes urbanos ou das transformações das relações de produção, serão abordadas nos capítulos I e II.

elencadas pelos críticos literários como as melhores e mais representativas do momento literário em questão.

Partindo de considerações já arroladas anteriormente, os textos artístico-literários veiculam ideologias geográficas, manifestando visões de mundo do literato – e, em termos mais precisos, do grupo social e intelectual que ele representa –, o que permite ler os textos literários como instâncias que expressam nítida ou tacitamente, em seu tempo, orientações e projetos sociais, políticos, econômicos, culturais e espaciais que anseiam materializar-se no Real, no território. Assim, os discursos literários, a partir de sua amplitude e popularidade, alçam os literatos como uma parcela significativa e poderosa no âmbito da *intelligentsia* nacional, inscrevendo concepções de mundo largamente difundidas.

Dessa maneira, os autores realçados pela crítica literária são aqueles que, de algum modo, melhor encarnam o papel de *individuos expressivos* (GOLDMANN, 1979) e, por isso, são as suas obras que melhor permitem vislumbrar universalmente os conteúdos socioculturais e políticos dos espaços literários enfocados – no caso, os sertões brasileiros, circunscritos a uma determinada temporalidade e, sobretudo, à espacialidade da atual Região Nordeste. É preciso levar em conta, porém, que a escolha da representatividade literária de um período a partir da qualidade artística do conjunto das obras publicadas por um literato não é um critério inteiramente sustentado na suposta neutralidade crítica: ao contrário, pelo fato dos críticos literários estarem eles também circunscritos em dadas filiações e formações ideológicas – entendendo a ideologia aqui em sua concepção ampla de *visão* ou *concepção de mundo* –, a escolha dos autores canônicos passa pela noção de *campo literário* (BOURDIEU, 1996). Este conceito operativo busca apreender as mediações interpostas entre autor e público, de modo a suscitar as relações envolvidas na produção, circulação e consumo das criações artísticas, reveladoras da parcialidade da noção de valor artístico: conforme a *tomada de posição*, as obras artístico-literárias são benquistas ou malquistas no interior do campo literário, definindo a sua indelével ou efêmera permanência na memória do sistema literário.

Justamente devido ao estreitamento das relações entre a representatividade literária e as esferas de legitimação ideológica e de poder que os autores canônicos do momento artístico-literário em questão – a Geração Modernista de 1930 – serão enfocados, uma vez que se configuram, pois, nos maiores e mais poderosos (em termos de capacidade de difusão de ideologias, isto é, de valores) expoentes dos grupos de intelectuais preocupados com a formação territorial brasileira – ou, mais precisamente, conforme este trabalho, com o papel/estatuto desempenhado pelos sertões na totalidade do território nacional. Vale destacar que, mesmo sob a roupagem da autêntica criação artística e desconsiderando possíveis

intencionalidades de caráter militante ou de engajamento político dos literatos, as obras literárias veiculam, necessariamente, *concepções de mundo*, uma vez que tais valores são inerentes a quaisquer manifestações discursivas humanas. Ainda assim, tais reflexões não descartam as breves considerações, que serão feitas nesta pesquisa, referentes a outras obras, outros literatos e outros sertões.

Enquanto legítimos representantes da *intelligentsia* nacional, os literatos apresentam, como toda forma de produção intelectual, uma importância fundamental no âmbito social brasileiro: o estatuto da intelectualidade representou, na formação histórica brasileira, um constante e renovado papel de conotação pragmática e política, de modo que nem o Estado Novo de Getúlio Vargas ou mesmo o Estado autoritário da Era Militar deixaram de, se não cooptar a classe dos intelectuais, levá-los ao menos em conta; destarte, a classe dirigente empenhou-se em se apropriar das representações políticas engendradas pelos intelectuais, ao passo que estes, frequentemente, inspiraram-se nas representações encabeçadas pela esfera estatal (PÉCAUT, 1990).

Desse modo, nota-se uma filiação histórica entre a classe dirigente e a *intelligentsia* nacional. Em linhas gerais, quando as classes dirigentes coincidem com as classes dominantes no âmbito de estrutura socioeconômica, são os pensamentos dessa classe dominante que predominarão na época em questão, uma vez que as classes detentoras de poder sentem necessidade de difundirem seus interesses sob o estatuto de interesses universais, comuns a todos os membros da sociedade. Tal conversão dos interesses particulares em universais é conseguida pelo fato das classes dominantes possuírem o controle sobre os meios de produção material, e, por conseguinte, sobre os principais meios de produção intelectual, possuindo um maior alcance territorial de circulação e ampla difusão das Ideias. (ANSELMO, 1995). Assim, os subordinados acabam por reproduzir os pensamentos da classe dominante, veiculados de várias e complexas maneiras – como, por exemplo, por meio de obras literárias –, assegurando a manutenção da ordem social vigente.

Ao traçar o papel a ser desempenhado pelos intelectuais, Gramsci (2006) coloca que a elite político-econômica dirigente é típica de um Estado na fase econômico-corporativa, o qual é superado em prol de um Estado na fase hegemônica – quando os grupos sociais convergem, se unindo em torno de um projeto que contempla a sociedade como um todo – a partir da ação dos intelectuais e dos líderes políticos. Caberia aos intelectuais, pois, fazer com que as massas transcendessem as suas reflexões para além do senso comum, educando-as para uma visão de mundo moderna e universal. Ademais, tais intelectuais também seriam os responsáveis pelo conhecimento e valorização das estruturas sociais e mentais das massas, a

partir do estudo dos costumes e das manifestações artístico-literárias da cultura popular; desse modo, a educação das massas pelos intelectuais as aproximaria do poder e da cultura “oficial”, compondo um regime de governo verdadeiramente democrático, tendendo ao autogoverno.

No caso brasileiro, Pécaut (1990) coloca que a geração intelectual do período 1925-1940 teve um papel fundamental na efetiva projeção e construção da sociedade brasileira, posicionando-se ao lado do Estado nessa construção sob o princípio de fornecer as bases racionais necessárias. Ao participar direta e ativamente das funções públicas, ou não, essa elite intelectual constituiu-se, claramente, em uma elite de cunho dirigente.

Para o desenvolvimentismo brasileiro, que começava a germinar na mente da *intelligentsia* nacional das décadas de 1930 e 1940, era necessário superar as disparidades das distintas regiões. Essa homogeneização relativa, metamorfoseando o país em uma nação *civilizada e desenvolvida*, não ficaria a cargo, pois, das elites civis, uma vez que não estavam *ainda* aptas a assumirem tal responsabilidade, sendo este um pensamento praticamente unânime entre a intelectualidade envolvida com o Estado durante o período (PÉCAUT, 1990). Assim, a condução da sociedade rumo ao engrandecimento pátrio só poderia ser realizada pela elite intelectual, verdadeiramente conhecedora da realidade do país: somente a elite esclarecida – moral e intelectualmente – poderia engendrar o padrão moderno necessário ao desenvolvimento econômico.

Anselmo (1995), em sua pesquisa sobre o pensamento social de Francisco José de Oliveira Vianna, ao considerar a grande missão assumida pela *intelligentsia* de salvação do país²¹, coloca que, segundo tal pensador, a redenção nacional passaria por uma necessária expansão territorial, efetivada e assegurada por uma ocupação ditada pelo Poder Central a partir da expansão das vias de comunicação e da própria instalação da capital política na hinterlândia. Nesse contexto, a oposição Litoral/Sertão – a ser mais bem deslindada, baseada no pensamento social de Oliveira Vianna, no capítulo seguinte – não passaria de uma concreta espacialização dos problemas sociais, sendo os sertões caracterizados genericamente como as

²¹ A assunção, por parte da elite intelectual, da missão de *salvar o país* não é uma novidade encabeçada pela *intelligentsia* brasileira do início do século XX: conforme Sevcenko (2003), a “geração modernista de 1870” buscava engendrar um futuro progressista e liberal para o Brasil a partir da *condenação* das estruturas fossilizadas do Império e a *redenção* a partir da Abolição e da República formalmente democrática, de modo que o principal núcleo dos escritores cariocas cunhou a expressão “*mosqueteiros intelectuais*” para se referirem a si mesmos, desejando uma autoimagem forjada segundo um ideal utilitário extremado. Todavia, mesmo com o advento da Abolição (1888) e da República (1889), esses intelectuais não foram aceitos como os salvadores e condutores das reformas nacionais, transformando-se, então, em paladinos frustrados, cujas missões em prol da modernização, se bem que vitoriosas, acabaram por lhes reservar um papel histórico marginal, muitas vezes traduzido em frugalidade material e miséria econômica.

“áreas atrasadas” e um dos principais empecilhos ao desenvolvimento, de modo que modernizar o Brasil significaria adotar o modelo do Litoral para todo o restante do território.

Voltando à questão dos literatos elencados, vale enfatizar que, para além dos recortes no que tange aos autores, a pesquisa também realizará um recorte do conjunto das obras, uma vez que apenas algumas das obras serão analisadas por se constituírem, segundo seus próprios escopos temáticos, mais afeitas ao conteúdo socioespacial e político-econômico dos espaços sertanejos. Assim, esta pesquisa buscará analisar, mais detidamente, as obras:

- de Rachel de Queiroz: *O Quinze* (1930), obra em que se sobressai o caráter regionalista-modernista que a autora empresta aos seus romances: o Ceará, as paisagens, as pessoas da terra e as secas são constantes elementos das narrativas, compostos segundo uma linguagem fluente, dinâmica e de diálogos fáceis. Obra de estreia da romancista, harmoniza o social e o psicológico no drama universal, analisado sob a ótica dos episódios particulares do vaqueiro Chico Bento e sua família, retirantes da seca, sem, contudo, perder o foco de entrada para temas políticos típicos da época, como o da difícil afirmação social da mulher – vivenciado pela personagem Conceição;

- de Graciliano Ramos: as obras *São Bernardo* (1934) e *Vidas Secas* (1937). Graciliano Ramos levou ao extremo o clima tenso existente nas relações entre o homem e o meio natural, e entre o homem e o meio social, gerador de um conflito intenso, capaz até mesmo de moldar as personalidades e influenciar a moral individual. Nesse contexto de violência, a morte se constitui em uma angústia inexorável, uma constante trágica e irreversível, relegando todos os personagens à luta pela sobrevivência, uma vez que a vida só se exprime por relacionamentos impraticáveis e os seus personagens são sempre oprimidos pelo meio, moldados à luz de uma forçosa resignação ante os acontecimentos “inevitáveis”. Em termos formais, este literato destaca-se por sua linguagem sintética e concisa.

Em *São Bernardo*, elabora-se uma das mais convincentes análises do caráter inescrupuloso e egoísta derivado do sentimento de posse e da anulação da existência alheia, encarada apenas sob aspectos utilitários. Assim, as personagens e as coisas surgem como meras modalidades do narrador-protagonista, Paulo Honório, filho de pais incógnitos, guia de cego e, por fim, um grande fazendeiro, respeitado e temido, a partir da tenacidade infatigável com a qual manobrou sua vida, “pisando” escrúpulos e sentimentos e visando apoderar-se das terras da fazenda São Bernardo. Esse caráter egoísta e utilitário entra em choque, num conflito simbolicamente interessante, com o caráter humanitário de Madalena. Como pano de fundo, tem-se características marcantes dos sertões: o coronelismo, a sociedade patriarcal do atual Nordeste, os jogos políticos de favorecimentos, além da Revolução de 1930 e seus

desdobramentos, que ecoaram regionalmente e golpearam o combalido, mas não arrependido, protagonista.

Em *Vidas Secas*, as tensões entre o homem e o seu meio social são enfocadas nos modos de ser e nas condições de existência determinadas pelo *sertão da seca* e pela *fome*, em que as condições subumanas nivelam homens e pessoas. Paralelamente à trágica migração forçada, em prol da sobrevivência, são retratados: o abuso de poder das autoridades (na figura de um soldado amarelo); e o abuso de poder dos empregadores, em relação aos pagamentos e taxações, aproveitadores da ignorância dos trabalhadores.

- de Jorge Amado: as obras que compõem o “ciclo do cacau” – *Cacau* (1933), *Terras do sem-fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). Jorge Amado representa o regionalismo baiano da zona rural cacaeira e da zona urbana soteropolitana, preocupando-se em fixar os tipos marginalizados e, a partir deles, analisar toda a sociedade. As suas obras são marcadas por uma linguagem popular e pelo forte lirismo e postura ideológica. Em relação específica ao ciclo enfocado, a temática relaciona-se às fazendas de cacau de Ilhéus e Itabuna, à exploração dos trabalhadores rurais e aos exportadores – a nova força econômica regional

Nos três romances são apresentados o patricarcalismo e o coronelismo nordestino, além da exploração das relações trabalhistas e a prostituição, combinando crítica social, narrativa de cunho biográfico e um bem elaborado retrato espaço-temporal. Enquanto *Cacau* apresenta o universo da zona cacaeira na perspectiva de um trabalhador rural, o protagonista José Cordeiro, as obras *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus* apresentam um contorno mais épico, retratando, em conjunto, a conquista da terra para o plantio de cacau; esta conquista foi realizada a partir das disputas jurídicas, políticas e, sobretudo, bélicas entre dois grupos de poderosos proprietários rurais – a família Badaró e o coronel Horácio da Silveira. No momento histórico posterior, o cacau atinge um patamar de produção industrial-financeira, estabelecendo um conflito entre os coronéis e os exportadores, os novos exploradores das zonas cacaeiras e os vencedores deste novo conflito, representando a modernidade e a vitória dos contratos comerciais frente ao poderio absoluto dos latifundiários. Em suma, essas obras representam a estrutural mudança político-econômica regional, sem, contudo, afetar os elementos arcaicos e constantemente renovados das desigualdades sociais.

- de José Lins do Rego: as obras que compõem o “ciclo da cana-de-açúcar” – *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Este ciclo compreende uma série de romances de caráter memorialista – as recordações da infância e da adolescência do escritor –, retratando, ainda que a partir de um universo individual, centrado no narrador-protagonista Carlos de Melo, a Zona da Mata da

atual Região Nordeste em um período crítico de transição: a decadência dos engenhos, esmagados pela modernidade produtiva representada pelas usinas de açúcar. Composto por muitos traços autobiográficos, esse ciclo tem como principal suporte espacial o engenho Santa Rosa, cenário que, pertencente ao velho coronel José Paulino, vai representar toda uma mudança estrutural socioeconômica regional.

Enquanto os dois primeiros romances do ciclo apresentam sobremaneira o caráter memorialista do ciclo – apresentando, respectivamente, a vida do menino Carlinhos no engenho Santa Rosa e a opressão pedagógica durante sua educação formal de aluno interno no Instituto Nossa Senhora do Carmo –, a partir do terceiro livro o literato se distancia um pouco, mas não completamente, das suas memórias para traçar um perfil mais maduro das mudanças a serem experimentadas por suas paisagens de origem. *O Moleque Ricardo* se distancia mais das outras obras do ciclo, sendo considerada uma obra marginal desse conjunto, pois o ambiente muda, bem como o protagonista: o espaço da narrativa é centrado no ambiente citadino de Recife e o protagonista é Ricardo, um dos “moleques da bagaceira”, passando de serviçal do engenho a proletário urbano. Romance-satélite, esta obra vai se revestir de um marcante cunho político ao cotejar o mundo espiritual e material do operário de engenho ao operário urbano.

Fogo Morto, embora não tenha sido considerado pelo próprio autor como um romance integrante do “ciclo da cana-de-açúcar”, segundo a crítica literária, porém, não só sintetiza todo o ciclo como também se constitui no seu ponto máximo. Essa síntese bem retrata – a partir de três personagens distintas: o seleiro José Amaro; o senhor de engenho do Santa Fé, coronel Lula de Holanda; e o quixotesco capitão Vitorino Carneiro da Cunha – o universo do engenho e a transmutação regional da passagem de um modelo sociocultural oligárquico baseado nos latifúndios dos engenhos para um novo paradigma, ameaçador do primeiro, centrado no capital proveniente da industrialização. Assim, esse romance dispõe, como pontos de discussão, temáticas que emergem nos outros romances do ciclo, como, entre outros elementos: o patriarcalismo; o coronelismo; a superstição popular; a religiosidade; o cangaço/banditismo; e as disputas políticas e politicagens.

Após essas breves considerações das principais obras elencadas para análise na presente pesquisa, a seguir serão transcritos excertos literários que permitirão traçar os aspectos mais gerais de retrato da modernização dos sertões pela via da urbanidade, sendo, como já afirmado, um processo historicamente recorrente na hinterlândia brasileira.

1.2.1 Romances regionalistas de 1930: representações literárias da modernidade urbana

Durante todo o “ciclo da cana-de-açúcar”, José Lins do Rego não destacou o ambiente citadino na mesma medida em que o ambiente rural, dos engenhos de açúcar, foi enfocado. Essa predileção pelos engenhos obviamente se relaciona com a biografia do literato, uma vez que, tendo ele mesmo nascido e vivido, durante a infância, no engenho Corredor, na Paraíba, este autor quis emprestar à sua obra traços memorialistas. Destarte, o que pode ser antevisto como perspectivas abertas pela modernidade não resulta tanto das transformações do tecido urbano das cidades, mas sim da incorporação de valores urbanos – representados, por exemplo, pelos ideais e escopos temáticos modernistas-futuristas: a máquina, a velocidade, a eletricidade etc. – aos sistemas e modelos produtivos dos engenhos, culminando na mudança paradigmática em favor da industrialização da produção de açúcar a partir das usinas.

Ainda assim, esporadicamente a modernidade urbana – como símbolo da superação da condição sertaneja – é realçada, como no trecho de *Doidinho* em que os meninos do internato disputam qual estado, entre a Paraíba e Pernambuco, teria sido pioneiro na construção e no estabelecimento de feitos simbólicos da modernidade urbana:

Mentia-se muito nesses bate-bocas inocentes. Vinham as discussões:
 - A Paraíba botou bonde elétrico primeiro que o Recife.
 Era todo o orgulho dos paraibanos. Falaram também de outras vantagens:
 - A música da Polícia da Paraíba é a melhor do Brasil.
 Heitor, pernambucano, contava tantas grandezas de Recife, que a pobre Paraíba se escondia, de tão pequena. (REGO, 1960, p.141).

Esta discussão, típica da empáfia individual adolescente, sequiosa pela autoafirmação e pela construção de autoimagens portentosas, em que integrar espaços citadinos modernos seria certificar-se de pertencer a locais que mereciam o digno estatuto de civilização, não se repete ao longo do ciclo, pois o enfoque é outro: é o espaço rural, arcaico, construído sobre os pressupostos ainda coloniais, que precisavam ser atualizados e modernizados.

Atualização e modernização são também os vetores que direcionam o desbravamento das matas virgens em *Terras do sem-fim*. Modernizar, nesse sentido, também significa, nos princípios mais básicos, retirar o estatuto místico dos lugares, dotando-os de uma razão produtiva: em outros termos, significa “apequenar” os locais para “agigantar” os homens, de modo que estes tenham uma maior capacidade de influir e organizar os espaços segundo seus desígnios. Desse modo, a ontologia das matas ainda não conquistadas e desbravadas, marcada pela geração de superstições e por uma “geografia fantástica”, acaba por inibir os homens, crentes nos poderes dos mistérios desses sertões florestados:

Os homens se encolheram com medo, a mata lhes infundia um respeito religioso. Não havia nenhuma picada, ali habitavam somente os animais e as assombrações. Os homens pararam, o medo no coração.

A tempestade caiu, raios que cortavam o céu, trovões que ressoavam como o rilhar dos dentes dos deuses da floresta ameaçada. Os raios iluminavam por um minuto a mata, mas os homens não viam nada mais que o verde escuro das árvores, os sentidos todos presos aos ouvidos que ouviam, juntamente com o silvo das cobras em fuga e com o miado das onças aterrorizadas, as vozes terríveis das assombrações soltas na mata. Aquele fogo que corria sobre os mais altos galhos saía sem dúvida das narinas do boitatá. E o tropel que se ouvia que era senão a corrida através da floresta da mula-de-padre, antes linda donzela que se entregou, numa ânsia de amor, aos braços sacrílegos de um sacerdote? Não ouviam mais o miado das onças. Agora era o grito desgraçado do lobisomem, meio homem, meio lobo, de unhas imensas, desvairado pela maldição da mãe. Sinistro bailado da caopora na sua única perna, com seu único braço, rindo com sua face pela metade. O medo no coração dos homens.

[...] Vinham de outras terras, de outros mares, de próximo de outras matas. Mas de matas já conquistadas, rasgadas por estradas, diminuídas pelas queimadas. Matas de onde já haviam desaparecido as onças e onde começavam a rarear as cobras. E agora se defrontavam com a mata virgem, jamais pisada por pés de homens, sem caminhos no chão, sem estrelas no céu de tempestade. [...]

E, de súbito, na noite de temporal, diante da mata, os homens descobriam esse recanto trágico do universo, onde habitavam assombrações.

[...] Agora, em meio ao ruído do temporal, os homens parados, pequeninos, ouvem, vindo da mata, o rumor das assombrações despertadas. E veem, quando cessam os raios, o fogo que elas lançam pela boca, e veem, por vezes, o vulto inimaginável da caopora bailando seu bailado espantoso. A mata! Não é um mistério, não é um perigo nem uma ameaça. É um deus! (AMADO, 1997, p.35-6).

Contudo, nem todos os adventícios tinham o mesmo deslumbramento, que os tornava pequenos diante dos insólitos mistérios ali recônditos; o endeusamento das matas não era a postura que o senhor de terras Juca Badaró tinha, uma vez que, ao invés (ou talvez, de modo mais preciso, para além) do “habitat sagrado e proibido das assombrações”, a mata era, para ele, um autêntico espaço sertanejo, uma vez que reservava a tais domínios florestados novos usos e ocupações, segundo planos de valorização econômica a partir dos cacauzeiros:

Mas diante deles, parábélum na mão, o rosto contraído de raiva, está Juca Badaró. Também ele estava ante a mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e o silvo das cobras, também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali moravam as assombrações. Mas Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. Via na sua frente não mais a mata iluminada pelos raios, cheia de estranhas vozes, enredada de cipós, fechada nas árvores centenárias, habitada de animais ferozes e assombrações. Via o campo cultivado de cacauzeiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos. Via as roças de cacaus se estendendo na terra onde antes fora a mata. Era belo. Nada mais belo no mundo que as roças de cacau. (AMADO, 1997, p.37-8).

Vale enfatizar que a condição sertaneja é circunscrita a uma dada temporalidade: isso indica que o pensamento de Juca Badaró – que, em essência, promulgava a necessidade de conversão do sertão (as matas intocadas) em não-sertão (fazendas de cacau) – poderia, em um momento histórico posterior, não mais condizer com novas lógicas hegemônicas em termos

socioeconômicos e políticos, readquirindo, portanto, sob o novo olhar, o estatuto de espaço sertanejo – ou seja, de espaço a ser reavaliado, atualizado, modernizado. É isto que vai acontecer efetivamente em *São Jorge dos Ilhéus* – como será visto no segundo capítulo –, quando a lógica do capitalismo mercantil e financeiro vai sobrepujar a tradicional estrutura produtiva do cacau, baseada no poder dos coronéis.

Mas, em termos da ocupação econômica hegemônica, é justamente a lógica das grandes fazendas de cacau, modelo produtivo que ditava a “existência” da região para o país, que irá predominar nos primórdios da história regional “oficial”, entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX. É sob essa lógica, portanto, que Juca Badaró – assim como o seu rival, o coronel Horácio da Silveira – irá olhar as matas intocadas, as lendárias matas do Sequeiro Grande, para convertê-las em *não-sertão*. E, portanto, é sob a lógica de projetar nessas matas a constituição de grandes plantações de cacau que o sobrenatural e o místico começam a perder força – não totalmente, uma vez que permanecem, ainda que latentes, nas crenças duradouras do imaginário popular –, como pode ser avaliado pela trágica morte, simbolicamente significativa, do misterioso negro Jeremias, morador da mata e famoso feiticeiro e curandeiro. Sábio leitor da realidade, este negro feiticeiro vaticinou o fim daqueles sertões florestados do Sequeiro Grande:

Agora seus olhos quase cegos viam perfeitamente vista a mata em todo seu esplendor. E a via desde os dias mais longínquos do passado até esta noite que marcava o seu fim. Sabiam que os homens a iam penetrar, iam derrubar a floresta, matar os animais, plantar cacau na terra onde havia sido a mata do Sequeiro Grande. Enxergou o fogo das queimadas se estorcendo nos cipós, lambendo os troncos, ouviu o miado das onças acossadas, o guincho dos macacos, o silvo das cobras se queimando. Viu os homens de machados e facões acabando com o resto que o fogo deixara, pelando tudo, pondo a terra nua, arrancando até as raízes mais profundas dos troncos. [...] E disse:

- O olho da piedade secou e eles tá olhando pra mata com o olho da ruindade. Agora eles vai entrar na mata mas antes vai morrer homem e mulher, os meninos e até os bicho de pena. Vai morrer até não ter mais buraco onde enterrar, até os urubu não dar mais abasto de tanta carniça, até a terra tá vermelha de sangue que vire rio nas estrada e nele se afogue os parente, os vizinho e as amizade deles, sem faltar nenhum. Vão entrar na mata mas é pisando carne de gente, pisando defunto. Cada pé de pau que eles derrube vai ser um homem derrubado, e os urubu vão ser tanto que vai esconder o sol. Carne vai ser estrume de pé de cacau, cada muda vai ser regada com sangue deles, deles tudo, tudo, sem faltar nenhum. (AMADO, 1997, p.118).

Esses vaticínios de Jeremias, profecias apocalípticas de uma nova era, anunciavam os épicos conflitos pela terra que se seguiriam, realizados com base numa flagrante violência, típica da sociedade dominada pelos grandes latifundiários. O “primitivo” Jeremias precisava, pois, ser eliminado para dar vez a uma nova ordem, da mesma forma que, posteriormente, a supremacia dos coronéis do cacau e a parcialidade de suas justiças – verdadeiras marionetes de seus desejos – precisariam ser substituídas pela justiça e soberania oficiais do Estado,

segundo uma nova lógica hegemônica. Em síntese, as imagens e os conteúdos do progresso e da modernidade, estatutos da superação do Sertão, modificam-se no tempo, acompanhando as mudanças da Formação Socioespacial em foco.

O princípio da transformação, da modernização em marcha, converte os “vencedores” em “vencidos” na medida em que vai promovendo a *superação dos sertões*. É o que acontece, por exemplo, na contraposição do narrador-protagonista Paulo Honório e Seu Ribeiro, em *São Bernardo*: o major Seu Ribeiro, “um velho alto, magro, curvado, amarelo de suíças [...] tinha setenta anos e era infeliz, mas havia sido moço e feliz” (RAMOS, 1992, p.35), já governara o seu povo, infundindo muito respeito entre todos e revestindo-se de uma inequívoca autoridade para decidir as contendas da população, no tempo em que o povoado não tinha instituições oficiais – representadas pelos soldados, juízes ou vigários: “O major decidia, ninguém apelava. A decisão do major era um prego.” (RAMOS, 1992, p.36).

No entanto, afastado do progresso a partir da urbanização e crescimento do lugarejo onde vivera, Seu Ribeiro foi encontrado em estado de miséria e fraqueza, não guardando vestígios de sua grandiosidade pretérita; esta fora ultrapassada pelos novos ritmos de vida, mais velozes, contra os quais o lento ritmo patriarcal não se adequava: “O elemento novo, que chega trazendo estradas, máquinas, eletricidade, apuradas técnicas de pecuária e agricultura, impõe-se e domina. Paulo Honório traz a força de tempos novos que surgem, vencendo a inércia e quebrando os obstáculos. Pernas contra automóveis.” (LAFETÁ, 1946, p.196). O protagonista Paulo Honório é, pois, o representante desses novos tempos, dessa modernidade que penetra e se apropria dos sertões brasileiros a partir de um dinamismo e de um empreendedorismo que, por vezes, beiram à crueldade das ações impetuosas e enérgicas.

As mudanças do lugarejo, modernizado e integrado à soberania oficial – a partir da instalação permanente de suas instituições de poder –, e suas consequências para a perda da autoridade local de Seu Ribeiro podem ser visualizadas no excerto:

Ora, essas coisas se passaram antigamente.
Mudou tudo. Gente nasceu, gente morreu, os afilhados do major cresceram e foram para o serviço militar, em estrada de ferro.
O povoado transformou-se em vila, a vila transformou-se em cidade, com chefe político, juiz de direito, promotor e delegado de polícia.
Trouxeram máquinas – e a bolandeira do major parou.
Veio o vigário, que fechou a capela e construiu uma igreja bonita. As histórias dos santos morreram na memória das crianças.
Chegou o médico. Não acreditava nos santos. A mulher de seu Ribeiro entristeceu, emagreceu e finou-se.
O advogado abriu consultório, a sabedoria do major encolheu-se – e surgiram no foro numerosas questões.
Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos. O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E impostos.

[...] Um dia seu Ribeiro reconheceu que vivia numa casa grande demais. Vendeu-a e adquiriu outra, pequena. Como havia agora liberdade expressiva, a autoridade dele foi minguando, até desaparecer.

[...] Seu Ribeiro enraizou-se na capital. Conheceu enfermarias de indigentes, dormiu nos bancos dos jardins, vendeu bilhetes de loterias, tornou-se bicheiro e agente de sociedades ratoeiras. Ao cabo de dez anos era gerente e guarda-livros da *Gazeta*, com cento e cinquenta mil-réis de ordenado, e pedia dinheiro aos amigos.

Quando o velho acabou de escorrer a sua narrativa, exclamei:

- Tenho a impressão de que o senhor deixou as pernas debaixo de um automóvel, seu Ribeiro. Porque não andou mais depressa? É o diabo. (RAMOS, 1992, p.37-8).

Não andou mais depressa porque não podia, ou não sabia. Aquele novo tempo, das céleres mudanças não era o tempo de Seu Ribeiro, mas sim o de Paulo Honório – enérgico ator e representante do dínamo capitalista que localmente se impunha. Seu Ribeiro tornou-se, portanto, ultrapassado, obsoleto, relegado ao esquecimento – tornou-se o símbolo de um sertão. O tempo arcaico dos movimentos a pé precisava ser superado em favor do tempo da circulação por automóveis – e, portanto, o sertão precisava, sob a imposição da nova lógica da velocidade, ser atualizado, ser modernizado.

A marcha modernizante continua impondo mudanças, alterando os espaços urbanos (e rurais). Porém, como nem todos os espaços respondem aos estímulos da mesma maneira – a partir das ações públicas, particulares ou de agentes privados –, a modernidade também se faz espacialmente desigual pelo território, de modo que velhos centros de poder podem perder o seu estatuto e importância com a ascensão de outras urbes enquanto polos da modernidade desejada ou em sintonia ao tempo coetâneo. É o que parece ter acontecido com a cidade de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe:

A cidade subia pelas ladeiras e parava lá em cima, bem junto ao imenso convento. Olhando do alto, via-se a fábrica, ao pé do monte pelo qual se enroscava a cidade como uma cobra de uma só cabeça e inúmeros corpos. Talvez não fosse bela a velha São Cristóvão, ex-capital do Estado, mas era pitoresca, pejada de casas coloniais, um silêncio de fim de mundo, as igrejas e os conventos a abafarem a alegria das quinhentas operárias que fiavam na fábrica de tecidos.

Acho que meu pai montara a fábrica em São Cristóvão devido à decadência da cidade, à sua paz e ao seu sossego, triste cidade parada que devia apaixonar os seus olhos e o seu espírito cansado de paisagens e de aventuras. (AMADO, 2000, p.10).

Neste trecho de *Cacau*, a decadência de São Cristóvão, “triste cidade parada”, pode ser relacionada ao fato dela não ter se sintonizado à sanha modernizadora, permanecendo “parada” no tempo, dedicada ao conservadorismo dos símbolos de outrora: “as igrejas e os conventos” e as “casas coloniais”. Cidade imperial em um novo tempo, republicano, em que o Estado passara a ser laico, se dissociando oficialmente da Igreja: por isso, uma cidade cuja paisagem era centralizada pelo poder eclesiástico não respondia aos novos rumos e lógicas do espírito do tempo (*zeitgeist*), perdendo o seu estatuto de capital do Estado de Sergipe.

No extremo, a decadência ou obsolescência espacial perante as novas diretrizes econômicas, políticas e socioculturais pode reverter um território outrora dinâmico (portanto, um não-sertão) em um novo sertão – quando não mais configurado como um território de predomínio dos modelos hegemônicos. É o que parece ter ocorrido com a cidade baiana de Olivença, retratada em *São Jorge dos Ilhéus* a partir de sua festa a Oxossi, o São Jorge dos negros, sendo tal festa o único marco de deferência local apenas porque era lá que vivia Salu, o pai de santo:

Olivença era um resto de povoação, que fora quase totalmente destruída numa luta acontecida antes dos barulhos do Sequeiro Grande, no início do cacau, quando os partidos ganhavam as eleições na ponta dos clavinotes, naqueles anos tão longínquos, em que os ciganos dominaram durante três dias a cidade de Ilhéus. [...] Olivença foi quase totalmente destruída e não se reergueu mais, cedeu lugar a Ilhéus. [...] Naquela terra, onde tudo dava a impressão de crescimento, de progresso, de vida, Olivença era a decadência, a ruína, a morte. Viviam ali apenas pescadores que partiam para o mar nas jangadas afoitas. Havia duas ou três miseráveis casas de comércio, o vento entrava pelas janelas e pelos buracos daquelas que antes foram as melhores casas de toda a zona, quando Olivença, no tempo dos engenhos de açúcar, era o centro da vida dessa terra. Antes da chegada do cacau, quando a cana-de-açúcar era a verde lavoura de Ilhéus, quando os engenhos rudimentares eram a fortuna dos ricos. [...]

O candomblé de Oxossi impedia que Olivença morresse de todo. (AMADO, 1968, p. 172-3).

O cacau substituiu a cana-de-açúcar. Ilhéus substituiu Olivença. Assim, sendo a região do sul da Bahia refuncionalizada e especializada enquanto “zona cacaeira”, Olivença – não tendo se sintonizado aos desígnios dos novos tempos e das novas lógicas – (re)adquiriu a condição sertaneja, tornando-se quase uma “cidade fantasma”, habitada por pescadores e marcada pela festa a Oxossi. No entanto, esse *novo sertão*, advindo de espaços outrora dinâmicos, parece guardar uma *aura* diferenciada dos sertões a serem desbravados – como os sertões florestados das matas do Sequeiro Grande –, pois possui minimamente uma estrutura, se bem que obsoleta, de modo que a condição sertaneja lhe é imposta por conta de uma inadaptabilidade, considerado o contexto espaço-temporal, das suas funções e conteúdos.

Qualitativamente, o não-sertão – caracterizado enquanto território que preza por lógicas e valores hegemônicos da urbanidade e modernidade – possui uma dinâmica social e econômica muito mais intensa do que os sertões. Contudo, a despeito de sua dinamicidade, esse não-sertão, ao ser posto em relação a outros espaços não-sertanejos, pode apresentar uma situação de evasão populacional (emigração), quando, por algum motivo – uma crise econômica, por exemplo –, estabelecer-se uma competição, por via da fluidez do capital, de locais dinâmicos. Desse modo, é a extensão espaço-temporal dessa causa ou motivo que vai determinar o futuro regional em termos dos territórios afetados continuarem ou não integrados à lógica do capital – ou seja, de continuarem ou não sob a condição de não-sertão.

Foi essa situação que afetou a cidade de Ilhéus, dando-lhe um “ar de abandono”, após a crise econômica advinda da baixa dos preços do cacau no mercado: a cidade perdeu grande parte da sua vida cultural, com a emigração inclusive das prostitutas, que se dirigiram, em grande parte, à Paraíba, onde a safra de algodão – o “ouro branco” – prometia um grande dinamismo socioeconômico. É este um dos retratos mais imediatos de Ilhéus após a baixa do preço do cacau, já ao final de *São Jorge dos Ilhéus*:

Como pássaros migrados tinham [as prostitutas] viajado quase todas. Destinavam-se à Paraíba, onde o algodão em alta dava dinheiro, era chamado de “ouro branco”. As ruas de Ilhéus ofereciam um triste aspecto de desolação e abandono. Parecia que a situação geral refletia-se até nos jardineiros da Prefeitura, pois os jardins – orgulho da cidade – estavam abandonados. (AMADO, 1968, p.303).

Entretanto, Ilhéus não decaiu como Olivença a ponto de mudar sua condição, de deixar de interessar ao capital; ao contrário, uma vez que – como será visto no segundo capítulo – a baixa dos preços não passou de uma estratégia dos exportadores de cacau para que as terras “mudassem de dono”, integrando a região na lógica mais mercantil e financeira do capitalismo. Ademais, a grande pujança econômica vivenciada por Ilhéus no período áureo do cacau – quando os preços adquiriram os maiores patamares no mercado – emprestou-lhe um dinamismo tão intenso que dificilmente a cidade seria “abandonada” pela lógica do capital, de modo a perder absolutamente sua importância dentro de um sistema de divisão do trabalho.

O “ciclo do cacau” de Jorge Amado, sobretudo nas obras *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, dedica partes consideráveis de suas narrativas a descrever a modernidade, sob a forma de pujança econômico-comercial, da zona cacaeira. Em *São Jorge dos Ilhéus*, a paisagem citadina de Ilhéus é destacada já no primeiro parágrafo, quando Carlos Zude, um dos principais exportadores de cacau, chega de avião à cidade: “Descia em ruas pobres e ziguezagueantes pelo morro proletário, se estendia rica entre o rio e o mar em avenidas novas, cortadas na praia, continuava na ilha do Pontal, em casas de jardins alegres, subia mais uma vez proletária pelo morro do Unhão, casas de zinco e de madeira.” (AMADO, 1968, p.19). A importância da cidade acaba também sendo inferida, para além das “avenidas novas” ou do “aeroporto da companhia americana” no qual Carlos Zude desembarcou, por conta do tamanho do porto – “O porto parecia maior que a própria cidade.” (AMADO, 1968, p.19) –, do aumento do tráfego aéreo – “os americanos vão botar agora um avião exclusivamente para o serviço entre Ilhéus e a Bahia. Duas viagens diárias...” (AMADO, 1968, p.20) –, ou ainda da presença de grandes navios comerciais estrangeiros – “O navio sueco, enorme e cinzento, engolia o cacau.” (AMADO, 1968, p.22).

Ilhéus, antes mesmo da alta dos preços do cacau, já possuía uma grande importância comercial, uma vez que o cacau já havia se cristalizado como símbolo regional, dando à urbe um aspecto de “canteiro de obras”, por suas inúmeras construções, atestados do progresso:

Chamavam-na ‘Rainha do Sul’, em honra à sua riqueza. Era o quinto porto exportador do país, por ele saía todo o cacau da Bahia, noventa e oito por cento de todo o cacau do Brasil, uma grande parcela do total de cacau produzido no mundo. E raras cidades no Brasil tinham um crescimento tão rápido; ruas e ruas novas que eram abertas, uma febre de construções, uma das cidades mais ricas também, dinheiro correndo no comércio tão próspero. Demais, era uma cidade bonita, cortada de praças e jardins, bem calçada, bem iluminada, bem servida de água e esgoto. (AMADO, 1968, p.29).

Aliás, o progresso é a palavra de ordem que vai definir a evolução da cidade no tempo: de cidade comercial, dinâmica e moderna, ela passará, após a alta dos preços do cacau, a ser também uma cidade cosmopolita, preocupada com a cultura, numa clara tentativa de *mimese* dos grandes centros urbanos do país.

Destarte, sob a alcunha de “*Rainha do Sul*”, Ilhéus é literariamente representada, nas linhas do literato baiano, sob um amplo e complexo panorama sociocultural, econômico e político: além da sua reiterada força comercial, atípica do interior brasileiro – “Entre as cidades habitualmente pobres do interior do país, nos Estados onde as capitais eram o único centro importante, Ilhéus se distinguia como uma cidade progressiva e rica.” (AMADO, 1968, p.67) –, a cidade é também abordada, a partir da movimentação portuária, como núcleo expressivo da integração econômica regional, alavancando o crescimento das cidades próximas de Itabuna e Itapira, além dos povoados surgidos naquelas amplas zonas cacaeiras. Nesse contexto, recrudescia a empáfia ilheense – “Não se diziam baianos, e, sim, ilheenses. Falavam que um dia o sul da Bahia seria um Estado e Ilhéus seria a sua capital.” (AMADO, 1968, p.68) – orgulhosa de seus teatros, da sua biblioteca e até de seus cabarés, sempre comparados e engrandecidos perante as casas de lazer e cultura da região e da capital baiana.

Ademais, nesse torvelinho descritivo, Jorge Amado ainda discorre, entre outras coisas, sobre a maior complexidade dos quadros políticos após a Revolução de 1930 (com a atuação, para além dos tradicionais partidos do governo e da oposição, do Partido Comunista e da Ação Integralista); sobre as instituições de saúde e educação; sobre os suntuosos prédios da Igreja, apesar da manutenção de uma irreligiosidade do povo ilheense; sobre a mudança de postura dos jornais locais, renunciando ao maniqueísmo partidário de outrora, e nutrindo, às vezes, uma maior rivalidade somente com os periódicos de Itabuna, por conta da rivalidade entre as cidades; e sobre o alto custo de vida de Ilhéus à época.

Sintetizando o esplendor moderno e dinâmico de Ilhéus, o escritor discorre:

O comércio era intenso, grandes armazéns, grandes lojas, uma multidão de caixeiros-viajantes espalhados pelos hotéis caríssimos, vários bancos, o grande prédio do “Banco do Brasil”, inúmeros agiotas. A cidade de Ilhéus vivia uma vida de trabalho, de lutas políticas e de lutas por dinheiro, nas suas ruas estreitas formigavam uma multidão onde se viam diariamente caras novas. Houve um tempo em que todos se conheciam nessa cidade. Mas esse tempo vai distante, hoje só as pessoas mais importantes são conhecidas de todos. Os navios que chegam trazem gente nova, homens e mulheres que vêm em busca do ouro fácil que nasce na árvore do cacau. Porque por todo o Brasil corre a fama da “Rainha do Sul”, fama que está mesclada com as antigas histórias de mortes e tiroteios e com as histórias modernas do cacau sendo a melhor lavoura do país. No bojo dos navios, nas asas rápidas dos aviões, nos trens de ferro que se dirigem para o sertão, viajava a fama de Ilhéus, cidade do dinheiro e dos cabarés, da impávida coragem e dos negócios sujos. Não só nas grandes capitais, no Rio, em São Paulo, na Bahia, no Recife, em Porto Alegre, homens de negócio se interessavam e falavam naquela terra do cacau. Também os cegos violeiros, nas feiras nordestinas, cantavam grandezas desta cidade que dominava com seu luxo o sul do Estado da Bahia:

*“E a rainha do Sul,
se veste de pedrarias...”*

.....
*“Tem automóvel, tem bancos,
tem cacau e tem dinheiro,
terra de muita grandeza!”* (AMADO, 1968, p.73-4, grifos do autor).

O cenário grandiloquente do progresso citadino ilheense, testemunho de que a cruzada civilizatória e modernizante ali se estabelecera e dera frutos, tornou-se ainda mais dinâmico durante os três anos de alta dos preços do cacau: “Foram três anos durante os quais Ilhéus e a zona do cacau nadaram em ouro, se banharam em champanha, dormiram com francesas chegadas do Rio de Janeiro.” (AMADO, 1968, p.180). Nesse tempo, os altos preços do cacau trouxeram opulência e esbanjamentos, patrocinando o consumo de modas e de produtos vindos dos grandes centros urbanos, ocasionando o abarrotamento de Ilhéus com as novidades que chegavam via cais portuário: “os mais estranhos carregamentos: *jazz-bands* e perfumes caros, cabeleireiros e massagistas, jardineiros, agrônomos e mudas de frutas européias para os pomares, aventureiros e automóveis de luxo.” (AMADO, 1968, p.180, grifo do autor). Por conta dos grandes fluxos, a Prefeitura de Ilhéus preocupou-se, inclusive, com a reforma do cais portuário, para atender a demanda dos novos tempos.

A paisagem e a vida urbana da cidade durante a alta também foram abordadas nas linhas descritivas, quase documentárias do passado, do escritor baiano: o grande fluxo de dinheiro estabeleceu uma febre de novas construções caríssimas, elevando os preços dos terrenos; os coronéis gastavam e esbanjavam, dependendo com usura nos cabarés, nos jogos, e mesmo na Bolsa de Valores; o valor das terras dedicadas ao plantio de cacau foi hipertrofiado, atraindo interessados de todo o país; a imigração avolumou-se sobremaneira, trazendo todo tipo de forasteiros, inclusive as prostitutas, as quais encheram os cabarés da cidade, distintos por seu público-alvo; a migração também se processou com a chegada de

muitos profissionais, como os caixeiros-viajantes, médicos, advogados, além de intelectuais que viajavam para realizar conferências.

O ímpeto modernizador de Ilhéus também lhe rendeu a construção de “um grande estádio (a imprensa dizia, como o fizera de referência ao Ginásio, que ‘era o melhor do Norte do país’) onde os times de Itabuna vinham disputar ardorosas partidas de futebol.” (AMADO, 1968, p.186). Entretanto, o crescimento socioeconômico ilheense parecia não vir acompanhado de um crescimento espiritual-religioso cristão, como sugerem as reclamações do Bispo e dos padres acerca da má vida local, baseada na luxúria e nos escândalos; por outro lado, cresceu a influência dos centros espíritas.

O clima de faustosas conquistas da modernidade, mais impressionantes por serem inéditas naquela hinterlândia, mereceu as linhas de júbilo para com o espírito progressista instaurado; todavia, o escritor documenta a história das mudanças formais da urbe sem se esquecer que, em termos estruturais, as desigualdades socioespaciais se mantinham – como demonstram as suas descrições da falta de infraestruturas básicas na Ilha das Cobras, principal reduto da classe trabalhadora e, por isso mesmo, de atuação do Partido Comunista, embora mesmo ali a alta do cacau fosse celebrada. Assim, na voz do poeta Sérgio Moura, o “milagre econômico ilheense” também merece a derrisão de Jorge Amado:

Dinheiro havia, era preciso descobrir em que gastá-lo. Os aviões saíam cheios e chegavam cheios. Os navios também. [...] As estradas de rodagem penetravam cada vez mais longe e os rápidos ônibus subiam e desciam repletos. [...] Nasciam fortunas, os coronéis prodigavam dinheiro. Viam de repente o resultado de tudo que haviam feito trinta anos antes, nos tempos da conquista da terra. Valera a pena o sacrifício, as mortes, o sangue derramado. A terra conquistada dava frutos de ouro. Quando, um dia, o poeta Sérgio Moura quis caracterizar os anos da alta, disse a seguinte frase:
- Foi tão espantoso que até duas livrarias abriram em Ilhéus... (AMADO, 1968, p.187).

O *humour* sarcástico do literato tem a sua razão de ser, uma vez que, apesar de todas as transformações, o panorama das estruturas sociais regionais se manteve, alterando apenas a classe dirigente a partir da transferência, dos coronéis para os exportadores, do poder de mando político-econômico. Se ao final dessa marcha modernizadora, foram os exportadores os “vitoriosos”, os “donos da terra”, é preciso destacar, porém, que eles atuaram sob os pressupostos de *sintonizar* a região do sul da Bahia aos preceitos mercantis e financeiros do capitalismo mundial e, por isso, naquele momento histórico, foram os agentes modernizantes daquelas paragens; para estes agentes, considerando o olhar do capitalismo global, a região sob o mando político-econômico dos coronéis poderia ser qualificada, somente a partir desta ótica, como sertão – apesar de todo o seu dinamismo explícito –, precisando ser civilizada/

modernizada. Essa ambiguidade sertão/não-sertão ficará mais bem exposta no capítulo seguinte, quando abordada a transitoriedade da condição de *fronteira*.

De qualquer modo, a superação da condição sertaneja foi, a princípio, impetrada pelos próprios coronéis, quando da valorização do território a partir das plantações de cacau, fazendo emergir as estruturas e os “ares” de *urbanidade*, conectando a região aos grandes centros político-econômicos do país. Se, para aquele momento histórico, a lógica de assumir uma posição definitiva na divisão nacional do trabalho adequava-se aos ditames hegemônicos, Ilhéus se configurava, desde então, em *não-sertão*. Esse momento pretérito da história “oficial” regional – quando o tecido urbano se efetivou territorialmente – é focado por Jorge Amado em *Terras do sem-fim*.

Acerca de Ilhéus, o literato baiano a descreve em relação à infraestrutura de suas ruas – “As ruas centrais de Ilhéus eram calçadas todas elas e duas o eram de paralelepípedos, num sinal de progresso que inchava de vaidade o peito dos moradores.” (AMADO, 1997, p.197) – e de seu porto, origem e “coração econômico” de Ilhéus, sendo um sonho local as reformas portuárias para a exportação direta do cacau, sem o necessário transbordo no porto da capital – “Mas a verdade é que o assunto nunca ia adiante, o governo estadual punha travas, protegendo a renda do porto da Bahia.” (AMADO, 1997, p.198). Além do mais, eram traços distintivos do recrudescimento do “espírito urbano” – marcando, portanto, uma interiorização efetiva da urbanização e da civilidade/modernidade – a suntuosidade das casas dos coronéis, os quais começavam a fazer da cidade o seu principal local de moradia, e, dessa forma, aumentavam o dinamismo e a demanda por serviços mais complexos: “Em Ilhéus podia se medir a fortuna dos coronéis pelas casas que possuíam. Cada qual levantava uma casa melhor e aos poucos as famílias iam se acostumando a demorar mais na cidade que nas fazendas. (AMADO, 1997, p.198). Porém, esse prolongamento da permanência ainda era incipiente, sendo ainda mais comum a ida à cidade por ocasião das festas religiosas, uma vez que o espaço citadino ainda não apresentava, à época, grandes atrações de lazer e entretenimento.

Como se vê, cotejando as duas cidades – a Ilhéus de *Terras do sem-fim* e a Ilhéus de *São Jorge dos Ilhéus* –, é notório que as estruturas urbanas e modernas foram aprimoradas ao longo do tempo, ratificando sua condição não-sertaneja. No entanto, alguns fenômenos e hábitos permaneceram, pois já eram comuns nos albores da urbe, tais como: o grande número de migrantes de várias partes do país, interessados em trabalhar nas fazendas de cacau e atraídos pelo sonho de enriquecimento; ou a falta de religiosidade da população, sendo uma sociedade marcada pelo absenteísmo nas missas, pela prostituição e pela violência – “uma terra de assassinos”. Ainda assim, a chegada à cidade de um bispo era um sinal indelével de

que os ilheenses estavam no rumo do progresso e da civilização – “Para Ilhéus era o Bispo, era a importância adquirida pela cidade, era o progresso.” (AMADO, 1997, p.301) –, com o que concordavam, pela primeira vez, as folhas da imprensa, independentemente do partidarismo e da posição política.

Ainda nesta obra, Jorge Amado dedicou capítulos inteiros – integrantes de uma parte sugestivamente intitulada “Gestão de Cidades” – a fim de descrever as origens e mudanças nos povoados locais de Ferradas e Tabocas, símbolos de que, às apalpadelas, a região vinha tentando, por meio da consolidação de seus espaços urbanos, superar a condição de sertão. Em relação ao povoado de Ferradas, este pequeno e movimentado centro de comércio era um feudo de Horácio – um dos poderosos coronéis do cacau –, originado nos princípios das plantações de cacau, que viriam a suplantar os engenhos de açúcar, os alambiques de cachaça e as roças de café; o povoado fora, na verdade, uma fase da história regional, ponto de apoio para a conquista das matas do Sequeiro Grande e ponto obrigatório de convergência para o comércio: “povoado de aventureiros e jagunços, onde havia apenas uma pensão, onde a lama era o calçamento da rua, mas onde qualquer homem de pé descalço levava um maço de dinheiro no bolso.” (AMADO, 1997, p.136).

Tragicamente marcada pelo tifo e pela varíola, Ferradas ficara ainda mais conhecida, à época, pela briga política: por ser um feudo de Horácio, o povoado não aceitava a nomeação, por parte da Prefeitura de Ilhéus – sob a influência política da família Badaró, núcleo do principal coronel do cacau rival de Horácio nas disputas pelas terras do Sequeiro Grande –, de um subdelegado, a fim de impetrar ali um “oficialismo” jurídico-institucional; essa discórdia política gerara mortes e, por fim, o reforço do mandonismo local de Horácio. Para Horácio, Ferradas funcionava como *boca de sertão*:

Eram assim as histórias do povoado de Ferradas, feudo de Horácio, coito de bandidos. Dali partiam para as matas os desbravadores da terra. Era um mundo primitivo e bárbaro cuja única ambição era dinheiro. Cada dia chegava gente desconhecida em busca de fortuna. De Ferradas, partiam as novas estradas recém-abertas da terra do cacau. De Ferradas, os homens de Horácio iam partir para dentro das matas do Sequeiro Grande. (AMADO, 1997, p.139).

Em relação ao povoado de Tabocas, Jorge Amado escreveu que este, pertencente ao município de Ilhéus, conclamava para si uma identidade própria, sob o nome de Itabuna. Em tal povoado, existia um subdelegado, que funcionava como um “braço” – ainda que, na prática, sem grande influência – da polícia oficial, para além do poder paralelo dos coronéis do cacau. A política, aliás, era central na vida do povoado, uma vez que as disputas eleitorais entre os simpatizantes de Horácio da Silveira, por um lado, e os dos Badarós, por outro, indicava a existência de uma cisão nítida da população, influenciando na escolha – a partir da

filiação política de cada um – dos médicos, dos dentistas e estendendo as rivalidades para as páginas dos jornais de Ilhéus. Essa efervescência política fazia do povoado um centro atrativo para os advogados, que existiam em grande número, uma vez que estes, se habilidosos, poderiam enriquecer por meio dos frequentes caxixes.

Não obstante os seus problemas, Tabocas era encarada como um centro de progresso e de civilização – e, portanto, sob a perspectiva aqui abordada, como um *não-sertão*:

Em meio aos caxixes, às lutas políticas, às intrigas, e às festas da Igreja ou da Maçonaria, vivia Tabocas, que antes não tivera nome e agora pensava em se chamar de Itabuna. Muitas vezes o sangue de homens caídos nos barulhos se misturava à lama das ruas. Os burros revolviam tudo no seu passo lento. Por vezes, quando o dr. Jessé chegava com mala de ferros, custava a encontrar a ferida porque a lama cobria o corpo do homem. Mas, ainda assim, a fama de Tabocas corria mundo, se falava deste povoado até no sertão, e certo jornal da Bahia já o chamara de *centro de civilização e de progresso*. (AMADO, 1997, p.145, grifo do autor).

Com tal fama e com o crescimento de sua importância regional, sobretudo após Horácio ter vencido a disputa pelas terras do Sequeiro Grande e se encontrar no lado político que comandava o governo, Tabocas fora desmembrada de Ilhéus, transformando-se no município autônomo de Itabuna.

Em suma, o que se infere desses excertos é que a civilização/modernização estava em marcha, na esteira da interiorização da urbanização. As urbes, surgidas e constantemente renovadas, entronizavam os valores urbanos e, com isso, veiculavam os códigos civilizatórios e as inovações técnicas e tecnológicas, sintonizando os territórios às lógicas hegemônicas e, por conseguinte, corroborando a negação (*superação*) dos sertões, transubstanciados em não-sertão. Os Romances Regionalistas da Geração de 1930 podem, portanto, ser lidos a partir de uma perspectiva que endossa o modo de vida urbano como um modelo de superação de um espaço que guarda em si a condição sertaneja.

Emblemático neste sentido – e voltando ao “ciclo do cacau” de Jorge Amado – é o fato dos ilheenses, nos romances do literato baiano, mostrarem-se orgulhosos em intitular a si mesmos *grapiúnas*²²: os habitantes de Ilhéus, ante os inequívocos traços de modernidade e ante a pujança econômica e urbana que experimentavam, queriam fazer parte do *Litoral* – que, muito mais do que uma referência geográfica da proximidade ao mar, é uma referência geo-histórica que designa os grandes centros de poder político-administrativo, socioeconômico e cultural do Brasil. Para tanto, era necessário negar a sua condição de *sertão* – encarada, então, como uma fase histórica já ultrapassada.

²² O termo *grapiúna* é um regionalismo baiano que designa o nome dado pelos sertanejos aos habitantes do litoral.

Assim, a sede pela (experiência da) civilidade/modernidade – ou, em outras palavras, pela assunção de um caráter não-sertanejo – antevê nos traços urbanos que buscam atestar a sintonia com os centros político-econômicos do cenário mundial um dos elementos mais emblemáticos de legitimação da integração de um dado espaço ao universo da lógica hegemônica. Explorado significativamente pela Literatura, essa característica reverbera – como se verá a seguir – um processo histórico real, assumidamente encampado pelas elites e importante no quadro geral da formação histórica brasileira.

1.2.2 A urbanidade moderna e a modernidade como monumento

Seguindo o exemplo da “*Rainha do Sul*” (Ilhéus), nas obras de Jorge Amado, ou da “*Capital Nacional da Logística*” (Uberlândia), no marketing administrativo uberlandense, diversas outras localidades também reivindicam alcunhas grandiloquentes para si mesmas. Destarte, a partir da reportagem supracitada (Revista Veja, n.2180, 01 set. 2010), tem-se, por exemplo: Araguaína (TO) reclamando o rótulo de “*Capital do Boi Gordo*”; Sinop (MT) reivindicando o título de “*Capital do Nortão*” – isto é, do norte de Mato Grosso; Marabá (PA) assumindo a denominação de “*Capital do Estado de Carajás*”, acompanhando um projeto de emancipação político-administrativa em relação ao Estado do Pará; e Campina Grande (PB) reivindicando a alcunha de “*Capital do Interior do Nordeste*”. Esse crescendo grandioso atinge o ápice com a altivez do título que a cidade de São Carlos (SP) advoga a si mesma: “*Capital da Tecnologia*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2011).

Esses exemplos, que certamente poderiam ser multiplicados por inúmeros outros ao longo da hinterlândia nacional, denotam, em suma, um conjunto de propagandas cidadinas que alimentam os seus “egos” de espaços da modernidade. A modernização suscitada desses outrora espaços “do outro” – portanto, desses outrora sertões, convertidos em territórios integrados à lógica política e socioeconômica hegemônica – é representada e celebrada, constituindo-se em um fenômeno imposto e, ao mesmo tempo, desejado, uma vez que, em geral, responde a uma projeção da elite dirigente, a qual tende a universalizar as suas concepções de mundo (ou seja, as suas ideologias) particulares para a esfera social como um todo.

É preciso destacar, todavia, que as alcunhas conquistadas e ovacionadas não são efeitos de um processo “liso”, sem contraposições, nem se constituem em desejos unânimes: ao contrário, por dizerem respeito ao campo ideológico, são construções e representações mentais e concretas que ganham força na medida em que se legitimam, tanto no imaginário

quanto nas organizações e disposições materiais do espaço. Assim, os títulos e rótulos tendem a “apagar” outros projetos, tornados “vencidos”, bem como tendem a dirimir as contradições às “verdades” que se impõem. O resultado desses processos é o sentimento de *sincronia* com o tempo coetâneo, integrando – por meio, por exemplo, de uma especialização produtiva, de um qualificativo econômico ou de uma polarização territorialmente marcada – o amplo e complexo sistema de divisão do trabalho, nas mais diferentes escalas.

Como já abordado, a transformação da hinterlândia – nitidamente sob o enfoque da transubstanciação dos sertões em não-sertão, via civilidade/modernidade pela urbanização – não é uma prerrogativa da segunda metade do século XX, mas um processo recorrente na formação histórica brasileira. Ademais, ela não se direcionou exclusivamente aos projetos de mudança do interior: atingiu também os grandes centros urbanos, quando se revelaram “atrasados” ao espírito do tempo, necessitando sofrerem intervenções estruturais a partir dos princípios civilizatórios e de modernidade. Transformações estas historicamente marcantes, sobretudo no *locus* urbano. Nesse contexto, as transformações da urbe carioca e paulistana, ocorridas no final do século XIX e início do século XX, são emblemas da necessidade de acompanhar o momento histórico, referenciado nos grandes centros urbano-industriais mundiais.

De acordo com Costa e Schwarcz (2000), os finais do século XIX lembram uma sociedade totalmente confiante em suas aquisições tecnológicas, marcada por uma euforia, uma atmosfera de fausto e luxo. Esse tempo de prosperidade, o *fin de siècle*, tinha, pois, na República a imagem de um regime político adequado, conveniente para a *aura temporal* que afluía, cegamente confiante nas aquisições fabulosas, obtidas por meio do conhecimento científico – era a “*era das certezas*”. Também sob a alcunha de “era da *sciencia*”, esse momento representa o triunfo histórico de uma modernidade avassaladora, trazendo à tona uma legião de conceitos – tais como *civilização*, *progresso*, *velocidade* e *rapidez* –, os quais denotavam uma euforia extasiante, em que os lemas e os símbolos derrubavam quaisquer barreiras e freios.

A ovação da modernidade é simbolicamente patenteada pelo cartaz disposto atrás da primeira locomotiva, o qual dizia “*Catch me who can*”, como que debochando da letargia dos tempos que deveriam ser olvidados. O meio técnico iria, nas profecias utópicas e confiantes daquele tempo, autorizar os seres humanos a realizarem a sonhada reversão da condição de subordinados a mestres da Natureza. Voltando às obras literárias em análise, é o caráter moderno que subjaz às disputas pela conquista das terras dominadas pelas matas do Sequeiro

Grande, ou ainda às mudanças paradigmáticas dos ritmos de vida, os quais foram representados simbolicamente na antítese Seu Ribeiro *versus* Paulo Honório.

Atraído pelo teatro da modernidade – cuja face indicava o compartilhamento, no âmbito da “humanidade integrada”, de concepções de mundo, compreensões éticas e gostos estéticos semelhantes –, o Brasil pretendia acompanhar o espírito das mudanças, tomar o seu lugar, uma vez que não lhe cabia tomar a dianteira. (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Assim, o Brasil foi compulsoriamente inserido na *Belle Époque*, deixando como rastros nítidas marcas de tensões sociais, políticas e econômicas.

Nesse painel histórico, tencionou-se transformar o centro do Rio de Janeiro – que era, então, a capital federal – em uma paisagem-cenário completamente reformulada, embelezada e europeizada, panorama concebido para o convívio dos argentários. Segundo Sevcenko (2003), a demolição dos velhos casarões, a esse tempo transformados, em sua maioria, em pensões baratas, gerou um déficit habitacional que pressionou um recrudescimento dos preços dos aluguéis e, em contrapartida, gerou um compulsório deslocamento das classes populares empobrecidas, então direcionadas para os subúrbios ou para cima dos morros, circundantes do centro cenográfico. Concomitantemente, a imprensa patrocinou uma campanha de eliminação dos esmoleres, pedintes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos ripários (marginais) do perímetro central da cidade; desse modo, as manifestações populares tradicionais só poderiam ocorrer em locais confinados e distantes do centro, a fim de evitar o contato entre a “nova” sociedade, afrancesada, e os grupos “bárbaros” populares.

O Rio de Janeiro era uma metonímia das reformas e mudanças que se queria para todo o território, ensejando a vitória do cosmopolitismo, marcado pelo consumo de figurinos, mobiliários e roupas, sobretudo franceses, além das notícias de peças e livros da moda, escolas filosóficas predominantes, comportamentos, atividades de lazer e estéticas – enfim, tudo aquilo que pudesse ser consumido pela sociedade efetivamente urbanizada nascente, sedenta por modelos de prestígio. A capital experimentou, pois, uma voraz febre de consumo, voltada para a novidade, para os artigos *dernier bateau*, declarando guerra aos “velhos hábitos” – estatutos de tempos já obsoletos, que só poderiam denotar uma condição de “atraso” a ser superada. O principal baluarte em favor da redenção urbana carioca foi o prefeito Francisco Pereira Passos, “ditador” da *Regeneração*²³, o qual, além de importar os

²³ Para um panorama da *Regeneração* urbana do Rio de Janeiro, ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação, 1990; ou LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. *Sob os signos da modernização do Brasil: Formação territorial brasileira em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”*. 2010. 197p. Trabalho Final de Graduação

pardais – símbolos de Paris –, buscou harmonizar a paisagem com uma arquitetura *art nouveau* e com a importação de estátuas e obras de arte, especialmente encomendadas na França ou em outros países europeus, para encher os espaços públicos das praças e jardins.

A atmosfera carioca representava uma correspondência ao surto que ocorria em outras partes do mundo, afinando a contextura nacional aos ditames de progresso e civilização mundiais. Sob esse pressuposto, o Rio de Janeiro ganhou, como ícone dos novos tempos, uma “nova Avenida Central” – atual Avenida Rio Branco –, marco do projeto urbanístico que se operava, adornada por lojas de produtos importados, modernos lampiões a luz elétrica, transeuntes à francesa e palácios de mármore e cristal. Complementar a essa renovação, deu-se a ditadura do “bota-abaixo”, demolidora das residências das classes populares nas zonas centrais da urbe – tudo sob o intuito de transformar a capital nacional em uma esplêndida vitrine para a captação de recursos e investimentos estrangeiros.

Vale enfatizar, contudo, que havia dissensões no âmbito da *intelligentsia* acerca da reforma urbana que se processava, permitindo visualizar que as ideologias que proporcionaram o suporte intelectual para as mudanças socioespaciais não foram homogêneas: em síntese, distintas concepções de mundo foram postas em debate, de modo que algumas conseguiram legitimidade política – sagrando-se “vencedoras” – em detrimento de outras²⁴.

Porém, não foi somente a capital federal que se transformou em palco privilegiado das mudanças: conforme Costa e Schwarcz (2000), São Paulo também presenciou, a partir da década de 1870, transformações de ordem socioeconômica, urbanística, demográfica e física. Ante a crescente prosperidade das lavouras de café do interior e as pressões ligadas aos movimentos imigratórios – relacionados também ao final da escravidão –, a cidade se metamorfoseou na “metrópole do café”, fazendo a mediação comercial e financeira entre a lavoura cafeeira e o capital internacional.

(Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. (especialmente o capítulo três). Sobre outra perspectiva, referente às disputas, no final do Oitocentos e início do Novecentos, entre Buenos Aires e Rio de Janeiro para receber o título quimérico de Paris sul-americana, ver: FREIRE, Bianca Pinheiro de. O sonho de ser Paris: Buenos Aires e Rio de Janeiro na virada do século (As Reformas Urbanas como Caminho para a Modernidade). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 5., 1993, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, v.1, 1995. p.17-31.

²⁴ Acerca dessas ideologias destoantes, os trabalhos de Leitão Júnior e Anselmo (2010; 2011) traçam um perfil interessante de duas *concepções de mundo* díspares que refletem sobre o amplo processo de reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Essas divergências ideológicas são encabeçadas por dois egrégios literatos – Olavo Bilac e Lima Barreto –, demonstrando que as ponderações sobre os destinos pretendidos para a capital – e, por extensão, para o Brasil – também geraram tensões no âmago da *intelligentsia* brasileira.

A partir da ascensão de João Theodoro Xavier de Mattos para o governo da província de São Paulo, em dezembro de 1872, as reformas se iniciaram com as infraestruturas necessárias ao escoamento do café dos seus centros de produção – as fazendas do interior da província – para o porto de Santos; nesse contexto, as estradas de ferro se expandiram e uma miríade de pequenos ramais, que se comunicavam, passaram a cortar o território paulista, convergindo para a capital. Ademais, nas décadas de 1880 e 1890, pequenos desvios foram construídos por fazendeiros até a porta de suas propriedades, em favor da facilidade de escoamento da produção: eram as linhas “cata-café”.

Sob uma intensa discussão técnica entre os cafeicultores acerca de uma viabilidade ou não de uma mecanização do cultivo de café, os fazendeiros do Oeste Paulista começaram, a partir dos anos de 1880, a empregar máquinas no processo de beneficiamento, aumentando a produtividade. O fato é que, consoante Costa e Schwarcz (2000), a dinâmica cafeicultora engendrou a necessidade de uma base técnico-científica para a agricultura, resultando em esforços que culminaram na criação da Comissão Geográfica e Geológica (1886), da Estação Agrônômica de Campinas (1887) e da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz (1901), em Piracicaba.

Ancorada na riqueza agrícola, a paisagem da capital paulista também foi alterada: a Avenida Paulista, inaugurada no ano de 1891, fez frente aos bairros suntuosos dos Campos Elísios e de Higienópolis; a imagem da sobriedade, opulência e modernidade que os cafeicultores deixavam transparecer ficou estampada no conjunto de edifícios das secretarias de Estado, no largo do Palácio, projetado por Ramos de Azevedo entre os anos de 1891 e 1896; além disso, a Escola Normal, na Praça da República, e o Viaduto do Chá também atendiam aos desideratos dos cafeicultores. As instituições científicas, de modo semelhante, encorpavam a ideia de integração paulistana ao espírito modernizante da época: em 1894, surgiram o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Escola Politécnica e a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, aos quais se seguiram o Museu Paulista (1895), o Instituto Butantã (1899) e a Escola Livre de Farmácia (1899).

Em 1899, Antônio Silva Prado – fazendeiro, industrial e influente paulista – assumiu o posto de primeiro prefeito de São Paulo, cidade até então administrada por intendentes. Estabelecido no cargo de comando político até 1911, Antônio Prado promoveu uma “cruzada civilizatória”: ruas, praças e becos foram reformulados, bem como o Jardim da Luz e a Praça da República; avenidas foram arborizadas ao estilo inglês; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Homens Pretos foi transferida, em 1894, do Largo do Rosário para o Paiçandu, sob o intuito de afastar do centro as lembranças da escravidão. Mesmo sem um planejamento

concebido, as reformas da urbe, tencionando deixá-la com feições europeias, adquiriram uma relativa padronização de zoneamento: as veredas, modificadas, foram destinadas às moradias das classes mais abastadas (Higienópolis, Paulista e arredores); o centro e entorno foram destinados ao comércio, negócios e lazer; os bairros populares, por seu turno, foram ocupados preferencialmente pelos operários, junto às fábricas. Nessa conjuntura, a luz e os bondes elétricos – serviços conquistados junto à empresa canadense *Light and Power* – representam a entrada definitiva da capital ao novo século, de modo que este ingresso foi alegoricamente condecorado com a Estação da Luz (1901).

As intervenções não se deram, no entanto, somente nas feições espaciais da cidade: a estrutura social também foi alterada, principalmente pela política imigratória – a qual fora reforçada a partir de 1870 e, sobretudo, na década seguinte, com a institucionalização efetiva de uma política de imigração –, ensejada como solução para o enfrentamento da escassez de mão de obra na agricultura. Os imigrantes – compostos, em sua maioria, por italianos e, em menor número, por espanhóis, portugueses, alemães, ingleses, franceses, sírios, libaneses, russos e outros – engendraram alterações profundas no campo e na cidade: enquanto alguns se adaptaram às colônias dos cafezais, outros, partícipes diretos do significativo incremento demográfico da capital paulista, passaram a integrar a massa urbana, favorecendo o aumento do fenômeno industrial – patrocinado pelo capital vindo da cafeicultura – e da alteração do perfil do operariado, notadamente com a disseminação de ideias socialistas e anarquistas. Os comportamentos e hábitos também foram, pois, modificados em favor de um cosmopolitismo, em nome do qual a alta sociedade descobriu os bailes, o turfe, o *trottoir*, os espetáculos teatrais, a maquilagem da cidade e a repulsa aos pobres. Porém, amparada que estava no capital agrícola, a capital paulistana resguardou velhos padrões de sociabilidade próprios do universo rural escravocrata e patriarcal brasileiro. (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

A respeito das modificações nas paisagens urbanas das capitais carioca e paulistana, inequívocos índices de ingresso no “tempo da modernidade”, pode-se inferir o clima eufórico a partir das folhas da imprensa, documentárias do progresso em curso: em São Paulo, por exemplo, foram ovacionadas a chegada do bonde elétrico (07/05/1900), a inauguração do Moinho Matarazzo (15/03/1900) e o crescimento e melhoramentos da urbe – *Figura 1*; no Rio de Janeiro, por sua vez, foram aclamadas as obras na feição da paisagem urbana e o estilo *art nouveau*, signo do abandono da era colonial em favor da modernidade – *Figura 2*.

Todavia, não eram apenas as urbes do Rio de Janeiro e de São Paulo que mostravam uma guinada rumo à modernidade cosmopolita do final do século XIX e início do século XX: outras cidades também pretenderam interiorizar aquele espírito que florescia em nosso

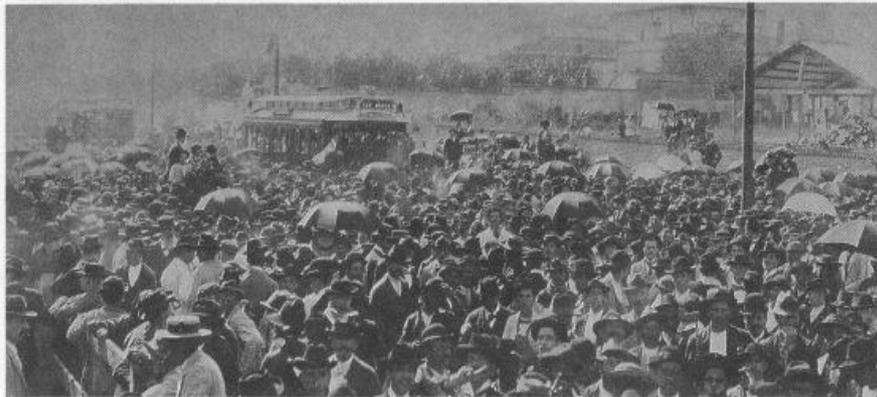
Litoral, “acertando os ponteiros” de seus territórios de modo a suplantar o estigma do atraso de nosso interior, uma das figuras mais decantadas e qualificativas da condição sertaneja. Sob a mesma ambiguidade entre a inclusão no clima de euforia ante os preceitos de civilidade/modernidade e a exclusão de grande parcela da população em termos de usufruto das “conquistas civilizatórias e da modernização”, Costa e Schwarcz (2000) citam ainda o caso de Belo Horizonte, que, projetada nos moldes modernos e civilizados para ser a capital do estado, seguiu o mesmo arquétipo: por um lado, conjugou a modernização – obtida a partir da dotação de infraestruturas de abastecimento de água, iluminação e energia elétrica (1895) – com o embelezamento – a partir de parques, praças, arborização, restaurantes e observatórios; por outro, promoveu o “saneamento” da cidade, com a repressão, a demolição das casas das classes mais baixas, a elaboração de um código de posturas e o estabelecimento de normas de higiene²⁵.

Em suma, as obras arquitetônicas e os planos urbanísticos aqui traçados – reveladores de paisagens cenográficas remodeladas, ou, em outros termos, atestados de uma *modernidade urbana* –, bem como as alcunhas reivindicadas pelas urbes – signos inequívocos da crença em uma *urbanidade moderna* – funcionam como monumentos (concretos e abstratos) forjados para afastar a condição de “atraso”: são, pois, a monumentalização da modernidade.

A respeito da relação entre documentos e monumentos, o historiador Jacques Le Goff projeta nos documentos históricos uma descrença para com a pretendida neutralidade e absoluta objetividade de que estariam investidos segundo as concepções positivistas. Para ele, todos os documentos não resultam de outra coisa senão da montagem histórica – consciente ou não – da época e da sociedade que lhes deram origem, sendo esta construção reiterada constantemente durante todas as épocas sucessivas a esta origem, durante as quais continua a ser manipulado, ainda que pela via do silêncio.

²⁵ Acerca dos planos urbanísticos da cidade de Belo Horizonte no final do século XIX, irradiadores de palavras de ordem como progresso, civilização e modernidade, ver Lima (1993) e Barreto (1995). Outros exemplos conectados ao momento histórico e aos ideais de civilização/modernização podem ser fornecidos: por Duarte (1997), o qual analisa a expansão e modernização da cidade de Belém na virada do século XIX para o XX, ensejando um novo modelo de cidade baseado nos princípios da viabilidade urbana e do higienismo; por Faria (2001), a qual centra sua pesquisa em Campo dos Goytacazes (RJ), nos anos 1870-1880, buscando mostrar que os investimentos do capital público ou privado no espaço urbano foram marcados pelo desejo de inserir a cidade no novo projeto de modernização e desenvolvimento nacional, mudando a composição social e morfológica local; pelos trabalhos de Moreira (1995; 1997), que apresentam, em conjunto, os sucessivos projetos de modernização de Recife ao longo da primeira metade do século XX; e por Andrade (1991), o qual analisa os planos urbanísticos de Saturnino de Brito para a cidade de Santos (SP) no início do século XX, tendo como prioridade as exigências sanitárias, mas sem se esquecer dos princípios de circulação, segurança e estética.

Figura 1— Modernidade em São Paulo: o bonde elétrico, a indústria e o crescimento



A multidão festeja o primeiro bonde: um alegre adeus ao bonde de burros.

O bonde elétrico chega a SP

Antes do prazo fixado, a Light and Power Co. inaugurou a primeira linha de bondes elétricos de São Paulo, no dia 7 de maio, ligando o largo de São Bento à Barra Funda.

Foi um dia memorável. A multidão se locomovia afoita à procura de um melhor lugar para ver o bonde se deslocar, e aglomerados de pessoas se formaram por todo o percurso, na rua Libero Badaró, na rua São João na avenida Anhan-

gabau... O veículo amarelo, conduzido por um impecável funcionário, trajando farda azul e boné, tomava o centro da via pública e caminhava devagar, arrancando murmúrios de admiração.

Neste primeiro dia não foram cobradas passagens e não faltaram voluntários para experimentar o novo veículo, embora muitos se afastassem temerosos; afinal, ninguém sabia direito o que era a tal da eletricidade, aquela força invisível

que impulsionava a estranha máquina apinhada de gente.

A cidade vai dizendo adeus aos bondes puxados por burros. E a Light prevê novas linhas para servir o Bom Retiro e a Vila Buarque. Ela dispõe de uma usina elétrica de mil W, com tensão de 24 mil volts. Mas será preciso para outras linhas previstas para alimentar a iluminação pública e fornecer energia para as residências, a construção de uma usina hidrelétrica.

Matarazzo inaugura no Brás um grande moinho de trigo

Um dos mais destacados empresários de São Paulo, Francisco Matarazzo, que introduziu a comercialização da banha em lata no país, inaugurou dia 15 de março o Moinho Matarazzo, no bairro do Brás. De típica arquitetura inglesa, com tijolinhos vermelhos, o prédio domina a paisagem da região e produzirá farinha de trigo e massas alimentícias.

Sempre dinâmico, Matarazzo anunciou também a criação do Banco Commerciale Italiano, em que terá como sócios Giuseppe Pugliese, Emilio Falchi e Egidio Gamba.



O novo moinho: marcando a paisagem paulistana.

São Paulo cresce e até parece uma capital européia

Tem sido tão grande e tão rápido o crescimento da cidade de São Paulo, nos últimos tempos, graças à grande riqueza trazida pela cafeicultura, que muita gente já comenta, neste final de século XIX, que a cidade não é mais a terceira do país — como era nos dias iniciais da República, atrás do Rio e de Salvador.

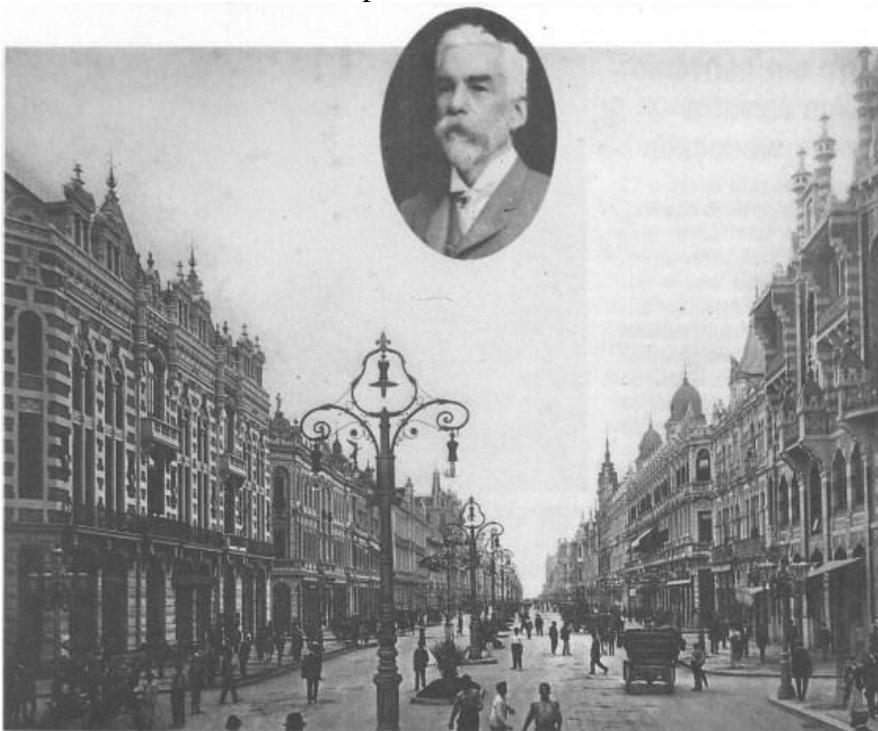
Com o dinamismo de tantos imigrantes instalados na indústria, com a vinda dos ricos do café para viverem no comércio, a cidade, com seus 240 mil moradores, nada tem do vilarejo de 20 mil almas do início do século, quando a cidade se comprimia no apertado triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro. Dali se atravessou para o vale do Anhangabaú, e o providencial viaduto do Chá, completado em 1892, facilitou a extensão do centro para oeste.

Áreas sujas ou infestadas foram saneadas. O prefeito Antônio Prado tem se empenhado em aterrar várzeas e em construir pontes. Cientistas como Vital Brasil e Saturnino de Brito ajudaram a cruzada. Ruas e mais ruas têm sido calçadas para melhorar o trânsito, agora mais moderno com a chegada do bonde elétrico.

Famílias ricas abrem caminho e criam estilo nos Campos Elísios, Higienópolis e na avenida Paulista, hoje endereços de confortáveis palacetes que fazem da cidade quase uma metrópole européia.

O prefeito pretende ajardinar o antigo largo dos Curros, agora chamado praça da República. Um grande jardim botânico instalou-se perto da Estação da Luz. Fala-se em trazer plátanos do Canadá e carvalhos da Europa para o largo do Paissandu e avenidas importantes. Em breve a iluminação elétrica alcançará ruas distantes de Santana e da Água Branca.

Figura 2– Modernidade no Rio de Janeiro: paisagem urbana, estética e costumes em sintonia com os novos tempos



A avenida Central, um pedaço de Paris no coração da capital, e seu idealizador, o prefeito P. Passos.

O Rio de Janeiro no século XX

O Rio de Janeiro fez uma rápida viagem no tempo para chegar ao século XX. E a nova cara da cidade surge graças a dois inimigos públicos que se transformam em heróis. O odiado dr. Osvaldo Cruz é agora reverenciado como o exterminador das moléstias tropicais. Pereira Passos, comandante do turbulento “bota-abaixo”, merece a admiração geral.

O carioca se orgulha de viver na “cidade mais linda do mundo”. Os estrangeiros podem descer sem sustos no porto novo, andar pela bela avenida do Mangue, ou contemplar as praias das calçadas da avenida Beira-Mar. Mas o grande cartão-postal da cidade é a avenida Central. Com quase 2 quilômetros de comprimento e 33 metros de largura, a avenida custou 46 772 contos de réis, contando despesas de demolição, à prefeitura carioca.

O mundo elegante esqueceu a rua do Ouvidor. Todo o comércio de primeira linha se concentra nos prédios imponentes da nova avenida. E seu traçado, com calçamento de macadame, parece ideal para um engenho cada vez mais presente nas ruas, o automóvel.



A construção de uma ponte sobre o canal do Mangue.

Se o Rio se converte em “uma metrópole brasileira que mais parecia um pedaço da Europa”, São Paulo também tenta eliminar seus ares de província. Remodela o Jardim da Luz, o largo do Paisandu e constrói a avenida Tiradentes, que dará acesso a toda a zona norte da cidade.

Finalmente o Brasil ingressa na modernidade

O estilo *art nouveau* invadiu o Brasil. Ele está nos postes de iluminação elétrica que substituíram os velhos lampiões de gás, no vaso de flores, nos móveis de quarto, nos espelhos das confeitarias, nas portas e portões, nas fachadas e interiores, e até na silhueta esguia da nova mulher.

A novidade permeia o cotidiano de cariocas e paulistas. É o automóvel, o bonde elétrico, a fotografia, o cinematógrafo, os discos e as vitrolas. O *flirt* é uma realidade definitivamente incorporada ao comportamento. Na praça da República, em São Paulo, ou na avenida Central, no Rio, nascem muitos casamentos, pois nada impede que uma jovem passeando com sua mãe acolha com um sorriso o olhar interessado de um rapaz.

Nunca foi tão grande a impressão de prosperidade. Nunca foi tão grande a sensação de velocidade. Vai longe o tempo em que as famílias circunscreviam sua vida aos centenários, sem janelas nos quartos que dessem para a rua. O Brasil saiu da época colonial e entrou definitivamente na modernidade.



O requinte dos novos cafés.

O documento se configura, portanto, como algo que é – ou tende a ser – duradouro, trazendo em seu bojo um testemunho, um preceito que deve ser analisado e desmistificado em seu significado aparente. Em resumo: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.” (LE GOFF, 1985, p.103). Assim, o documento-monumento é testemunho de um poder, ao mesmo tempo em que o cria e o reforça; portanto, é revestido de intencionalidades.

Ademais, ao considerar a essência dos monumentos, Rodrigues (2001) coloca que:

Seja como obra arquitetônica ou escultural ou como documento histórico escrito ou iconográfico, o monumento serve de testemunho do poder. Poder esse que deseja ser legado à memória coletiva a fim de tentar perpetuar-se, “fazendo recordar” às gerações futuras de sua existência, e, mais que isso, “avisando” e “instruindo-as” sobre sua força. (RODRIGUES, 2001, p.591).

Destarte, tomando os monumentos enquanto instâncias revestidas de poder e de uma teleologia explícita ou implícita, pode-se, retomando as argumentações aqui deslindadas, considerar as “alcunhas modernas” e as obras arquitetônicas e de melhoramentos urbanísticos como documentos-monumentos de uma pleiteada civilidade/modernidade.

Portanto, as obras que vêm sendo operadas nas urbes brasileiras – especialmente nas capitais, mas também em cidades do interior – sobretudo a partir de meados do século XIX, sob o intuito de manifestarem *modernidades urbanas*, bem como a marcha da civilização e da modernidade que vem se operando, ao longo da formação histórica brasileira, no bojo do processo de interiorização da urbanização, encaradas enquanto manifestações de *urbanidades modernas*, podem ser lidas à luz de um desejo recorrente: o que subjaz aos espíritos de empreendedorismo e pioneirismo – alçados à ambição de *sintonia* à lógica e aos desígnios das características modernas coetâneas – é a generalizada necessidade de afirmação das elites, pleiteadoras, segundo uma obsessão que quase beira à megalomania, de um estatuto inquestionável da condição civilizada/moderna de seus espaços urbanos. O que vigora é a manifestação de uma publicidade do *antigo sertão* ou de territórios citadinos projetados como *não-sertão*, integrados à lógica do capital. São, pois, espaços *civilizados, modernos* e, em sintonia com a contemporaneidade, *globais*, demonstrando nitidamente que a marcha da *formação territorial* brasileira ainda se encontra em pleno curso.

Capítulo II:
“O Sertão vai virar mar...”: Sertão e Litoral no
pensamento social e na literatura brasileira



CAPÍTULO II:
“O SERTÃO VAI VIRAR MAR...”:

SERTÃO E LITORAL NO PENSAMENTO SOCIAL E NA LITERATURA BRASILEIRA

A *historicidade* guarda uma importante chave de leitura para compreender o presente: a configuração do que está posto não é uma relação necessária e pré-determinada, sendo antes resultado de escolhas assumidas, consciente ou inconscientemente. Sendo, pois, corolário das escolhas pretéritas, a compreensão submete-se a duas condições importantes: a assunção da existência de escolhas na tessitura do presente indica a imprescindibilidade da ocasião de alternativas, a possibilidade de outros caminhos possíveis, “abandonados” em detrimento do caminho que se trilhou. Nesse sentido, a imagem de uma linha histórica processual, como uma espécie de encadeamentos simples e sucessivos de fatos, perde o seu vigor em favor de um “emaranhado de opções”, de modo que estas são debatidas conforme as distintas posições e concepções de mundo dos atores sociais; desse debate, uma ou algumas ideias sagram-se “vitoriosas”, sendo socialmente assumidas – ainda que não representem de modo unânime as posições políticas de todos, mas se valham desta “roupagem” para encontrarem a necessária legitimidade – a partir dos embates impetrados no campo de forças da esfera política. Ideias “vencidas” permanecem, em geral, enquanto “focos de resistência”.

A outra condição compreende que o presente pode e deve ser entendido à luz do seu pretérito: sob uma ótica ontológica, o que se *é* resulta daquilo que se *escolhe ser*, e, embora não se escolha tudo – devido, sobretudo, às condições objetivas existentes –, faz-se necessário evitar os fatalismos e assumir a responsabilidade de que se escolhe muita coisa, sendo possível até mesmo, não olvidando a relação de forças envolvida, o enfrentamento e/ou negação dessas condições objetivas. Sob essa perspectiva, o projeto de Brasil assumido, em que pesa o fator territorial, deve ser compreendido a partir de sua origem colonial.

Conforme Moraes (2000), a centralidade da dimensão territorial nas formações latino-americanas parece confirmar uma qualidade intrínseca às “vias” coloniais de desenvolvimento capitalista na periferia da economia-mundo. Em relação às atividades econômicas ensejadas pelo colonizador, a *valorização do espaço* exprime-se a partir da riqueza natural depositada em um dado lugar e no trabalho morto acumulado *in situ*, além de reportar-se ao contingente populacional e sua organização prévia: “O espaço do colonizador contém recursos naturais, heranças entesouradas e pessoas agrupadas; estes são os principais vetores de atração.” (MORAES, 2000, p.272). Desse modo, esses fatores prévios entram em jogo na instalação do

colonizador; no entanto, a efetiva produção só se sucede por meio da arregimentação forçosa do fator trabalho.

Apesar de objetivar uma organização de assentamentos direcionada ao exterior, o espaço colonial também avança internamente por meio de um movimento de forte caráter *extensivo*, significando uma correlação direta entre a riqueza gerada e a magnitude do espaço apropriado, tanto nas “franjas” da fronteira agrícola e/ou pecuária quanto na dilatação das zonas de trânsito, *locus* das “riquezas do sertão” (índios, metais preciosos e especiarias). “Por isso, o móvel da conquista não se restringe à fase inicial da instalação, mas permanece como motivação constante do dinamismo interno das formações territoriais coloniais.” (MORAES, 2000, p.276).

Em síntese, a valorização colonial do espaço requer a presença dos dominados – ou agentes “passivos” – e dos dominantes, sendo os primeiros correspondentes às populações e lugares submetidos, e os segundos aos colonizadores. Os sujeitos colonizadores organizam os seus dominados a partir dos interesses da colonização e de uma lógica subordinada a um mercado e a um centro difusor externos. O *padrão* estabelecido do processo de colonização²⁶ responde a essa lógica mercantil, atraída por recursos raros, riquezas entesouradas e por vantagens para o estabelecimento de produções complementares de alto valor no mercado internacional. Todavia, a partir de certo momento da organização colonial, o volume de capital internalizado enseja o surgimento de interesses endógenos, os quais podem ou não se contrapor aos interesses metropolitanos, considerando-se as conjunturas histórico-sociais reinantes.

Com o advento da independência política das colônias, atualizou-se a centralidade da dimensão espacial, de modo que o expediente da *conquista* territorial permaneceu bastante ativo nos novos países, atuando decisivamente sobre os lugares, recursos naturais e conjuntos populacionais. Os *fundos territoriais* ainda não explorados pela economia, a qual havia sido

²⁶ Moraes (2000) estabelece quatro etapas fundamentais do processo de colonização: *descoberta/exploração*; *conquista/instalação*; *consolidação/expansão*; *complexização*. O primeiro momento ou ato colonial – a descoberta (ou “achamento”) e exploração das novas terras – refere-se à consciência de existência de tais espaços, sendo identificadas e estabelecidas rotas para acessá-los, bem como para retornar à metrópole; tal momento vale tanto para a expansão marítima quanto para os adentramentos na hinterlândia. O segundo momento liga-se à etapa inicial de submissão das populações locais e apropriação dos lugares, envolvendo as primeiras edificações dos assentamentos euro-americanos. O terceiro momento refere-se à plena montagem da estrutura produtiva, com instalações de equipamentos e dispêndio de trabalho morto, sendo acompanhados, em geral, por alterações na estrutura fundiária, no estatuto jurídico das propriedades e na organização do mercado de terras e de trabalho; nesta etapa estabelecem-se núcleos e zonas de assentamento consolidado, os quais vão atuar como bases difusoras na continuidade do processo de colonização. O último momento, por fim, é inaugurado a partir da acentuação da etapa anterior, envolvendo o estabelecimento de atividades produtivas complementares e certa especialização regional no âmbito do território colonial, engendrando a estruturação de uma divisão territorial produtiva e uma hierarquização dos fluxos e assentamentos coloniais.

recém-nacionalizada, permaneceram à espera de novas ações colonizadoras, traçando similaridades acerca da constituição dos aparelhos de Estado, de modo que este teve o forte caráter de centralização do poder realçado.

Ao comentar acerca da caracterização geográfica da colônia, Moraes (2008) define os *fundos territoriais* como as áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento ainda incerto e, em geral, apenas formalizadas de modo genérico na cartografia de sua época. São, pois, as áreas que correspondem, grosso modo, aos “sertões” (ou ainda às “zonas de fronteira”), lugares ainda sob o domínio da natureza ou dos “naturais”.

Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. Vale mencionar que, em vários quadrantes do mundo extra-europeu, tal categoria engloba a maior extensão dos espaços coloniais, isto é, boa parte dos territórios coloniais na verdade estão submetidos a uma jurisdição meramente formal da metrópole, sendo portanto mais bem definidos como fundos territoriais do ponto de vista da efetiva soberania metropolitana. (MORAES, 2008, p.69-70).

Esses espaços coloniais são legados à posteridade, de modo que os países recém-independentes herdaram tais porções territoriais, fazendo da conquista delas um dos cerne de sua nacionalidade.

No caso brasileiro, após a emancipação política, ocorrida em 1822, o patrimônio territorial extenso serviu de mote para a edificação de ideologias geográficas e projetos nacionais e estatais basilares (MORAES, 2001). O território nacional possuía ainda muitos “vazios” a serem ocupados e garantidos, gerando uma grande tensão, uma vez que o Estado nacional, nascente e ainda em construção, precisava garantir a posse de seu extenso território. Todavia, a população disponível para a formação nacional não se adequava aos preceitos qualitativos demandados ou correspondentes àqueles da conformação das nações tipicamente europeias – isto é, o Brasil não possuía os padrões ou modelos identitários vigentes nos centros hegemônicos. Como corolário, a construção da nacionalidade brasileira se operou com base no território, e não na sociedade, justificando e legitimando todas as atrocidades para com esta em nome da manutenção da integridade territorial.

Sob um Estado sustentado pelo pacto oligárquico firmado entre as elites regionais, a “construção” do país transformou-se e revestiu-se de um estatuto de “interesse geral”, orientando um projeto nacional comum em detrimento dos projetos locais e regionais – muito deles considerados bastante perniciosos por seu caráter emancipacionista. O Estado tornou-se, pois, enquanto condutor desse projeto, o guardião da soberania e construtor da nacionalidade – entendida à época, basicamente, sob a feição de *povoamento* do território. Nesse panorama,

tornaram-se legítimos todos os atos de autoritarismo e truculência estatais, bem como o uso do povo como mera *massa de manobra* diante da proposta de *construção da nação*.

Nesse sentido, Moraes (2001) identifica as palavras de ordem que historicamente nortearam os projetos estatais-nacionais de construção do Brasil. Segundo ele, a questão central posta em debate no final do século XIX e início do século XX era, então, com qual povo contávamos para a construção do país. Sob esse pano de fundo, ganharam forças as políticas indigenistas e imigratórias – no caso desta, entenda-se de europeização ou, mais claramente, de “branqueamento” da população. O equacionamento dessa questão central colocou duas posturas opostas ante o futuro do país: por um lado, a positividade da natureza (ou, de modo genérico, do território brasileiro) e da magnitude territorial e, por outro lado, o pessimismo engendrado pela “baixa qualidade” da população nacional.

O mote discursivo básico que se desenvolveu no século XIX foi, portanto, assentado sobre a etnocêntrica concepção europeia de *civilização*, dando à monarquia brasileira a missão civilizadora dos sertões nacionais. Assim, a “integração” dos índios e o “branqueamento” da população – a partir do povoamento de parcela do território com colonos brancos – foram estratégias que, explícita ou implicitamente, se alimentavam do ideal de “extermínio da barbárie”. Em suma, os ideais civilizatórios significavam a subordinação e o domínio dos recursos naturais, apoderando-se dos mesmos em nome do progresso.

As ideias civilizatórias se impregnaram de tal modo na *intelligentsia* brasileira, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que compuseram decisivamente a mentalidade dessas elites, expressando-se em discursos singulares, alçados à condição de verdades indubitáveis. Um dos pilares do *zeitgeist*, os discursos civilizatórios amplamente se difundiram e foram, ao longo do tempo, reproduzidos, negados e transformados, de tal modo que, a partir da década de 1930, o padrão de interpretação do país transferiu decisivamente o seu eixo central da noção de *civilização* para o conceito de *modernização* (MORAES, 2001). Esta concepção engendrou um projeto revestido de uma densa base espacial, implicando na reorganização e ocupação (funcional e econômica, sob os moldes hegemônicos) do território, dotando-o de novos equipamentos e sistemas de engenharia. Ademais, adotou-se como tenção primária a *conectividade* dos diversos fragmentos territoriais a partir de densos sistemas viários e de comunicação.

Nesse novo padrão histórico nacional, o Estado continuou a se configurar como o agente central no propósito de construção do Brasil moderno: a partir da centralização do macropoder, o Estado varguista – sobretudo durante o período do Estado Novo – operou a

adequação do aparato estatal para a execução de políticas territoriais; para tanto, criou órgãos, programas e normas, exercendo a sujeição do povo em prol da integridade territorial.

Em todo caso, as conclusões advindas das ponderações de Moraes (2001) referem-se à centralidade do território na mentalidade da formação nacional²⁷. Este se constitui no núcleo em torno do qual orbitam todas as demais instâncias, de modo a identificar o Brasil, de modo imediato, ao seu espaço de domínio e soberania, vasto e rico em recursos naturais. Sob esse espírito centrípeto, a *identidade* brasileira se construiu em torno do território nacional: afinal, a positividade do Brasil apareceu ideologicamente erigida em sua riqueza territorial, contraposta à “inferioridade” do povo – ou, para ser fiel ao termo que embasou tal debate, das raças – que nele habitava (habita).

Nesse contexto, as formas-conteúdos se modificam a partir da retórica estatal – e, vale ressaltar, que os projetos não são exclusivamente verticais no sentido Estado-sociedade, uma vez que também são levados a cabo ou ensejados pela atuação e pioneirismo de atores locais, sequiosos pelas mudanças –, alterando as palavras de ordem (sejam os referenciais da *civilização*, da *modernização* ou, mais recentemente, da *globalização*), ainda que a essência permaneça: o patrimônio territorial enquanto centralidade identitária brasileira. Com as vistas viciadas no território, a imensidade de “terra vazia” se configura como um desafio básico para a construção da nacionalidade.

A imensidão dos “vazios” provoca o debate acerca das possibilidades de construção de um Brasil uno, sendo esta magnitude territorial uma unanimidade enquanto fulcro da problemática da nacionalidade, constituindo-se em um dos pontos essenciais de intervenção e projeção de mudanças. Assim, conforme Souza (1997), os discursos que buscam compreender o Brasil, em sua grande parte, pensam em uma efetiva Nação somente a partir da superação dos problemas nacionais por transformações ocorridas no âmago das imensidões geográficas: “As narrativas de brasilidade atestam que outras bandeiras há por se fazer, pois ainda se vêem vazios a domesticar no Brasil do presente. A nação não descansou e mais Brasil deve ser semeado pelos desertões hodiernos.” (SOUZA, 1997, p.83).

²⁷ Moraes (2008) vai retomar a argumentação de que, nos países periféricos e de formação colonial, a dimensão espacial, em sua vertente territorial, adquire considerável potência explicativa na dimensão histórica, pois o próprio processo de colonização denota, em si mesmo, uma relação entre a sociedade e o espaço: “A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas.” (MORAES, 2008, p.91). Nesse contexto, as *ideologias geográficas* assumem um papel central nesses países, acentuando o caráter de “área de expansão”: “O caráter tardio [do capitalismo] impõe uma perda de ‘espontaneidade’ no ordenamento do território, o apetite territorial do Estado se exacerba, os mitos espaciais encontram um campo propício à sua disseminação.” (MORAES, 2005, p.94).

O pensamento social brasileiro vai tradicionalmente se pautar nesses referenciais, apresentando reflexões sobre a sociogênese da nação por meio do espaço – revelando, de modo nítido, a centralidade que a geografia possui para/na formação nacional. Sobre esta autodefinição de brasilidade sustentada pelo território, diz Miguel Reale que:

a terra, as características mesológicas, o patrimônio territorial que nossos avós nos legaram, é como que o eixo da nossa história e de nossa alma de povo. Nossas epopéias são ainda as da conquista direta ou indireta da terra, as das bandeiras, as das entradas, as dos criadores nordestinos, as dos plantadores de fazendas, as dos desbravadores do sertão. A terra aos olhos dos brasileiros surge sempre como um desenrolar de distâncias. O brasileiro ama a terra na grandiosidade infinita de seus horizontes. (REALE, 1983, p.XII²⁸ *apud* SOUZA, 1997, p.157).

Desse modo, os maiores “gargalos” para a concretização do desejo de plenitude nacional são a quantidade e a dimensão dos “vazios” disponíveis e incontestavelmente brasileiros, de modo que estes se constituem em essências dos *constructos* do sentimento patriótico brasileiro²⁹. A singularidade brasileira está assentada na sua fundação enquanto *pátria geográfica*, sendo a nação articulada em torno dos ideais perpétuos de conquista e usufruto do espaço: isto implica, pois, na reposição continuada da imagem do Brasil enquanto nação feita de espaços “vazios” e inextinguíveis, cuja colonização, partindo dos seus próprios centros político-econômicos, precisa ser diuturnamente feita.

No escopo das interpretações e narrativas acerca do Brasil enquanto nação feita primordialmente de espaço, as proposições intelectuais dos pensadores sociais e dos literatos ganharam grande vulto, engendrando ideologias geográficas que alimentaram as crenças de identificação do sustentáculo de nossa própria natureza. Sob a iniciativa de buscar o Brasil dentro de seus limites internos, os textos que versavam sobre a sociogênese nacional construíram representações espaciais calcadas na partição entre porções territoriais de Sertão e Litoral, descrevendo os conteúdos fisiográficos e humanos dessas porções para a qualificação e o verdadeiro conhecimento do Brasil. (SOUZA, 1997).

²⁸ REALE, Miguel. Estudo sociológico de Geografia sentimental. In: SALGADO, Plínio. *Geografia sentimental*. S/l.: Editora Voz do Oeste/Brasília: INL, 1983.

²⁹ No Brasil, as características da centralidade territorial e das “áreas de expansão” na formação nacional são acentuadas pelo fato do país ainda não ter o seu território plenamente construído, transformando a história brasileira em um contínuo processo de expansão territorial, atualmente ainda em curso: “O imperativo da apropriação constante do espaço e da consolidação do espaço conquistado pode ser considerado um dos fios condutores da formação brasileira. O escravismo, esta instituição tão caracterizadora de nosso passado, teve na vastidão das terras um de seus condicionantes – aceitando-se a argumentação formulada por Marx acerca da ‘colonização moderna’. O próprio ‘sentido da colonização’ aqui estabelecido repousa em certos atributos do meio: são as condições ambientais distintas da metrópole que permitem uma exploração complementar. Enfim, os nexos são muitos. Mais ainda, o papel jogado pela formação territorial na armação da política nacional é exemplar. Seu destaque nas soluções efetivadas nos momentos de ruptura em nossa evolução é claríssimo. A prática da conciliação e das ‘transformações pelo alto’ – dominantes em nossa história política – em grande parte se fundamentou na máxima: *tutela do povo em nome da integridade do espaço*. A própria independência brasileira – um compromisso em torno do príncipe português – exprime este elemento de agregação.” (MORAES, 2005, p.94-5, grifo do autor).

Essa descrição integra, na verdade, uma proposta mais ampla, constituindo-lhe apenas a primeira etapa, seguida do julgamento valorativo do que se encontrou e descreveu: “Segue-se à enumeração dos componentes nacionais a opinião sobre a contribuição positiva e/ou negativa das coisas e dos modos de viver dos sertanejos e litorâneos para a construção de uma nacionalidade completa em civilização e segura em sua autenticidade.” (SOUZA, 1997, p.17). Avaliada e diagnosticada, a paisagem brasílica torna-se alvo de uma retórica programática e prospectiva, abarrotada de orientações sobre exclusões e inclusões dos elementos existentes no Sertão e no Litoral, sob o objetivo de imiscuir as características positivas de ambos – e anular ou neutralizar as características julgadas desagradáveis – para a constituição da nação desejada, ou, conforme Souza (1997, p.17), “para fazer do Brasil grande um grande Brasil.”

Enquanto julgadora autorizada, essa *intelligentsia* nacional edifica as representações de como o Brasil *é* e de como *deveria ser*: os textos sociográficos e literários são, também, políticos, pois nem de longe se querem inocentes, projetando transformações que apontam para um Brasil novo, congregando a terra rica com um grande povo unificado.

Muito além de simples pinturas descompromissadas da paisagem do território brasileiro, os escritores nacionais compõem uma análise política e moral que inclui avaliações sobre o impacto da desintegração das regiões mapeadas na sociedade nacional. Portanto, as interpretações do Brasil são proeminentemente discursos prescritivos que se põem como falas autorizadas para dizer sobre o que deve haver dentro desse grande mapa. A descrição, desse modo, é etapa acessória para a seqüência de julgamentos avaliativos sobre o destino nacional a partir da perspectiva geopolítica. (SOUZA, 1997, p.37).

Assim, assumindo o espaço como o cerne da nacionalidade brasileira, as imagens de Brasil são, em grande medida, construídas em torno da dualidade Sertão/Litoral, visando agir sobre os sertões nacionais, ressaltando as suas positivities (quando são notadas) e dirimindo ou extinguindo os seus elementos perniciosos.

2.1 Reflexões sobre a noção de *Sertão*: o incógnito e o autêntico nas letras e ideologias da *intelligentsia* brasileira

A partir do entendimento histórico do *Sertão*, podemos vislumbrar a compreensão dos diversos caminhos assumidos para a construção da brasilidade, uma vez que, segundo Oliveira (1998), o sucesso das interpretações que versam acerca da singularidade brasileira a partir da conquista e ocupação do espaço é mais notório do que o sucesso porventura adquirido por interpretações que buscam construir o sentido da nacionalidade a partir dos eventos históricos. Assim, os ditames da *conquista* e *ocupação* do espaço incorporaram no

referencial sertanejo um código emblemático para pensar o país desde o momento da descoberta (ou “achamento”) do novo continente, quando o imaginário do Novo Mundo – e conseqüentemente do Brasil – foi edificado sob uma *geografia fantástica*, a partir de imagens extraordinariamente positivas, edênicas, ou terrivelmente ameaçadoras. Foi essa base interpretativa sobre os novos espaços que emergiu dos textos literários que buscavam dar conta da identidade do país.

A formação societária e estatal do Novo Mundo teve, pois, no domínio do espaço geográfico o seu sustentáculo genético, suplantando a busca das essências identitárias em passados mitológicos ou traços culturais pioneiros das *raças fundantes* – no caso brasileiro, os portugueses, os índios e os negros. Como a miscigenação étnica (ou racial, para ser fiel ao termo usado ao longo de grande parte da historiografia nacional) configurou-se como uma construção simbólica que mais problematizou do que solucionou as idiossincrasias brasileiras – isto é, produziu mais consciência da distinção do que da integração social –, a consciência do espaço e da territorialidade forneceu bases mais sólidas para a formulação de um projeto de nação. (OLIVEIRA, 1998). Dessa forma, pode-se melhor apreender a manutenção do ufanismo enquanto ideologia fundada no caráter natural/territorial, base do sentimento de identidade nacional.

Essa presença marcante do território enquanto mote definidor da nacionalidade brasileira nos permite apreender a ubiquidade da imagem do Sertão no pensamento social e na literatura nacional. Segundo Amado (1995), a ideia de Sertão configura-se como uma das categorias mais recorrentes ao longo da historiografia brasileira, sobretudo no período entre 1870 e 1940, quando adquiriu uma dimensão fundamental para a interpretação da nação brasileira. Na cultura, essa categoria também encontrou brechas favoráveis para a sua difusão, produzindo profundos ecos, sobretudo na seara artístico-literária, onde povoa obras desde a poesia e prosa românticas do século XIX (sobretudo em José de Alencar e Bernardo Guimarães), passando por escritores realistas e/ou naturalistas do final do Oitocentos e início do Novecentos (como Franklin Távora, Coelho Neto e Afonso Arinos), e da “geração de 30” (Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado etc.), até culminar em Guimarães Rosa. “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro.” (AMADO, 1995, p.146).

Souza (1997) e Lima (1999) também vão notar o caráter ubíquo de representações do Brasil a partir do Sertão – e, mais precisamente, a partir do dialogismo entre o *Sertão* e o seu contraponto, em geral identificado como *Litoral*.

Das retóricas narrativas do pensamento social brasileiro que qualificam o espaço físico e social da nação emergem representações nacionais cunhadas nesse dialogismo Sertão/Litoral. O tom ensaístico dos discursos interpretativos do Brasil reconhece estas denominações como categorias articulantes e classificações aptas a comunicar o processo permanente de formação nacional, configurando-se enquanto recursos nominadores capazes de ajudar na apreensão da estruturação do país. (SOUZA, 1997). Dotadas de uma centralidade cultural na formação e representação do Brasil, tais ideias incorporaram-se ao léxico dos discursos interpretativos do país, de modo que os mapas desenhados pela análise sociográfica brasileira apresentam, de modo corriqueiro, os divisores geográficos de Sertão e Litoral³⁰, padrões descritivos de contraste entre partes distintivas que compõem o território brasileiro. “As clivagens políticas, sociais e econômicas, encontradas na observação da ‘realidade’ nacional, são inteligíveis, para os pensadores do Brasil, mediante esta bipartição geográfica e cultural do território nacional.” (SOUZA, 1997, p.39).

O que se tem é, portanto, uma tradição temática e uma perspectiva de interpretação social brasileira a partir das imagens de Sertão e Litoral. Nesse sentido, duas perspectivas opostas conviveram na sanha interpretativa/explicativa da brasilidade a partir dessas porções territoriais: a ideia de um país moderno no Litoral em contraposição a um país refratário aos ditames da modernização no interior, espaço da “barbárie” ou do “atraso” cultural; e a concepção de autenticidade do Sertão contrastante ao “parasitismo” e “superficialidade” litorâneos. (LIMA, 1999). Esta autora coloca que, enquanto matriz do pensamento e da interpretação de Brasil, a visão dualista das representações geográfico-sociais calcada no par Litoral/Sertão transformou-se em eixo central do processo de *nation-building*, tendo como objeto primordial o homem das regiões interioranas, quer fosse este tipificado como sertanejo, caboclo ou caipira³¹.

Assim, frente a esse “homem do interior”, o estranhamento foi uma constante em relação ao “outro” típico dos sertões nacionais, atualizando historicamente, sob a perspectiva do intelectual que detém a fala – e que, portanto, torna-se um legítimo julgador e propositor de mudanças –, o contraste entre o Brasil do interior e o Brasil litorâneo:

Imagens da sociedade brasileira que, por vezes, surpreendem pela sua semelhança, são construídas por intelectuais de épocas diferentes, formados segundo cânones distintos de trabalho acadêmico, mas que parecem compartilhar os mesmos

³⁰ Souza (1997) coloca, em nota, que: “As denominações de *sertão* e *litoral* são as mais utilizadas para identificar essas duas regiões [partes distintas que compõem o todo Brasil]. No entanto, também surgem outras nomeações equivalentes, tais como *hinterlândia*, *interior*, *Oeste*, correspondentes ao lugar sertão; e *marinha*, *costa* para indicar o lugar litoral.” (SOUZA, 1997, p.83, grifos da autora).

³¹ A respeito da vida dos caipiras, ver CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

sentimentos de estranhamento diante de seu lugar como intelectuais e em relação a esse ‘outro’ representado pelo homem brasileiro – visto como isolado, abandonado, doente, nômade, atrasado, resistente à mudança ou despossuído. (LIMA, 1999, p.32).

Esse contraste “Brasil litorâneo” *versus* “Brasil dos sertões” pode ser correlacionado a outras experiências históricas em que divisões geográficas assumiram um grande poder simbólico no âmbito das sociedades nacionais, atribuindo aos espaços subordinados – como o Sertão – versões positivas ou negativas, encarando o dilema do processo civilizatório ora como inevitável, ora como passível de algumas alternativas: “Podemos lembrar, entre outras, a linha divisória entre o Oeste e o Leste alemães, que mereceu a atenção de Max Weber, a questão meridional na Itália, tal como a abordou Antonio Gramsci, além da busca incessante da historiografia americana pela especificidade do Sul.” (LIMA, 1999, p.35).

Nos discursos dos intelectuais da sociografia, o Sertão oscila entre “problema insolúvel” e “esperança resistente”, interessando enquanto fonte de “alimento material e espiritual para a nação.” (SOUZA, 1997, p.127) e encarado como polo de atenção para a missão de construção da brasilidade: “Urgência primeira entre as missões de construção do grande Brasil, a transformação do vazio de civilização pleno de riquezas é meta nomeada e definida de muitos modos nessas falas dos brasileiros.” (SOUZA, 1997, p.127).

Tentando penetrar nos recônditos do conceito de *Sertão*, a investigação das origens etimológicas desse vocábulo pode contribuir na apreensão de sua essência. Pautando-se no trabalho de Maria Elisa S. Mader (1995)³², Lima (1999) coloca que a palavra seria derivada do vocábulo “desertão”, sendo seu sentido estabelecido, de acordo com dicionários da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII, a partir de duas ideias: um sentido *espacial*, atrelado à concepção de interior; e um sentido *social*, correspondente à noção de deserto, região pouco povoada³³. No Brasil colonial quinhentista e seiscentista, o Sertão transcendia o sentido de uma delimitação espacial determinada e, mais do que em contraposição ao Litoral, esse vocábulo se impunha contra a ideia de região colonial, espaço ocupado pelo colonizador e dominado pela Igreja e pelo Estado enquanto instâncias de poder. Dessa forma, o Sertão aparecia como:

³² MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. 1995. 104p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

³³ Em nota, a autora considera que: “Ainda que não exista consenso a respeito da etimologia da palavra sertão, a conotação de deserto e de tudo o que se encontra distante da civilização é bastante freqüente e duradoura no pensamento social brasileiro. Este ponto é sublinhado, por exemplo, na análise de Roberto Ventura sobre os textos elaborados por Euclides da Cunha, com referência às viagens por este realizadas a Canudos e à Amazônia.” (LIMA, 1999, p.57). Referenciada em Ventura, a autora coloca que o sertão euclidiano corresponde àquele que não integra a história ou o “espaço civilizado”, constituindo-se em terra de inversão de valores e lugar da “barbárie” e da “incultura”, locais ainda não sistematicamente cartografados e inventariados.

o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial. (MADER, 1995, p.13 *apud* LIMA, 1999, p.58).

Em consonância a esta linha interpretativa, Amado (1995) argumenta que, desde o século XII (ou, certamente, desde o século XIV), o “sertão” (ou “certão”) referia-se a áreas situadas no interior de Portugal, mas distantes da capital, Lisboa. A partir do século XV, o uso desse termo se alastrou para designar os espaços “vazios”, interiores, dentro dos limites das áreas recentemente conquistadas ou contíguas a elas, mas sobre as quais pouco ou nada se sabia. Nesse momento histórico, no âmbito da formação do Império Colonial Português, as colônias portuguesas (como o Brasil) assumiram, além da concepção original lusitana – de espaços vastos, pouco habitados, longínquos e incógnitos – um novo sentido conceitual: eram “terras ‘sem fé, lei ou rei’, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza indomada, habitadas por índios ‘selvagens’ e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, legais ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente.” (AMADO, 1995, p.148). Esta concepção adquirida se aproxima muito, pois, das reflexões de Mader (1995) sobre o conceito de Sertão oposto à região colonial, acima referido.

Em Portugal, à medida que o império colonial foi ruindo, a categoria passou a conter, em termos oficiais semânticos, apenas a noção generalista de “interior”; no Brasil (e demais colônias), no entanto, o Sertão não se esvaziou de seu significado político. (AMADO, 1995). Esse “esvaziamento” semântico também foi notado por Lima (1999), a qual considerou a posterior tendência à *naturalização* do vocábulo, esgotando o termo em uma referência simplista a um espaço físico delimitado, apartando tal noção de sua riqueza simbólica inerente. Destarte, para além das áreas despovoadas da hinterlândia, duas outras conotações mostraram-se possíveis, desde o século XIX, para a compreensão reduzida e simplificada de “sertão”, no Brasil: na primeira concepção, próxima ao uso atual, os espaços sertanejos são associados ao semiárido do atual Nordeste brasileiro; na outra, também usual nos autores contemporâneos, associa-se o “sertão” a um padrão específico de atividades econômicas e modos de organização social, aproximando-o à “civilização do couro”.

Esta associação da vida sertaneja ao modo de vida pecuarista é ressaltada por egrégios autores do pensamento social, dos quais se pode elencar, entre outros, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré. (SOUZA, 1997). Todavia, mais do que o modo de vida, um denominador comum para o termo “sertão” encontra-se na ideia de distanciamento em relação ao poder público e a projetos modernizadores, de modo a se configurar como um

dos polos do dualismo modernidade/atraso, sendo “analisado com freqüência como o espaço dominado pela natureza e barbárie. No outro pólo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização.” (LIMA, 1999, p.60). Este sentido simbólico e metafórico transmuta-se em um qualificativo que pode ser imposto a uma diversidade de lugares³⁴, considerados os contextos históricos e a posição socioideológica de quem enuncia – em geral, um colonizador, que fala a partir do *não-sertão*.

Essa variação espacial (e temporal) dos locais qualificados como Sertão é uma das essências deste termo:

Se, para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro, desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis; para o bandeirante paulista do século XVII ou XVIII, o sertão eram os atuais Minas, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos mas dourados, fontes de mortandades e riquezas, *locus* do desejo; para os governantes lusos dessas mesmas capitanias, entretanto, o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados, em seus tão bons serviços prestados à Coroa... Variando segundo a posição espacial e social do enunciante, “sertão” pôde ter significados tão amplos, diversos e aparentemente antagônicos. (AMADO, 1995, p.149, grifo da autora).

Outras interpretações da origem etimológica do termo “sertão” se aproximam dessa noção de encarar tal referente ao local de exílio: Amado (1995) argumenta que, segundo Gilberto Mendonça Teles (1991)³⁵, o termo proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), ao passo que Vicentini (1998), pautando-se neste mesmo autor, completa que o termo “sertão” adviria de *De-Sertum*, supino de *desere*, significando “o que sai da fileira”, sendo incorporado pela linguagem militar para indicar aquele que deserta, que sai da ordem e/ou desaparece; assim, o substantivo *desertanum* passou a referir-se ao lugar desconhecido para o qual fora o desertor, promovendo uma nítida oposição entre

³⁴ Amado (1995) coloca que “durante a época colonial (à medida, portanto, que a colonização avançava sobre as terras), ‘sertão’ foi empregado para nomear áreas tão distintas quanto, por exemplo, o interior da capitania de São Vicente (Prado, 1961:234), a atual Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro (Santos, 1965:118), a Amazônia (Jobim, 1957:179), a cidade do Recife (Freyre, 1977a:147), a capitania de Minas Gerais (Goulart, 1961:49), as áreas contíguas ao Recôncavo Baiano, plantado com cana-de-açúcar (Brandão s.d.:28), o aldeamento indígena de Mossamedes, no atual Goiás (Souza, 1978:12), e a ilha de Santa Catarina (Prado, 1961:337)!” (AMADO, 1995, p.149). Lima (1999) cita referências que compreendem, em parte, as listadas por Janaína Amado, além de outras identificadas ao longo de sua pesquisa: “Este sentido metafórico evidencia-se na diversidade de lugares e contextos em que a expressão foi utilizada: para nomear o interior da capitania de São Vicente (Prado, 1961, p.234); o Oeste paulista nas primeiras décadas do século XX (Figueirôa, 1997); a Amazônia (Rondon, 1915; Jobim, 1957, p.179); a cidade do Recife (Freyre, 1977b, p.147); a capitania de Minas Gerais (Goulart, 1961, p.49); a ilha de Santa Catarina (Prado, idem, p.337); áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros (Penna e Neiva, 1916); o Norte de Goiás (Albuquerque, Benchimol *et alli*, 1991); subúrbios da cidade do Rio de Janeiro (Peixoto, 1918).” (LIMA, 1999, p.60). Como não diz respeito à temática propriamente desta pesquisa, para maiores informações destes *sertões* elencados, consultar as referências citadas por tais autoras.

³⁵ TELES, Gilberto Mendonça. O lugar do sertão na poesia brasileira. In: LEROY, Silvia Menezes. *Sertão: réalité, mythe, fiction*. Rennes: [s.n.], 1991. (mimeo.).

supostos “lugares certos” e “lugares incertos”, estes encarados sob a perspectiva do incógnito, do desconhecido e impenetrável. Ademais, ainda se pautando em Teles (1991), a autora observa que o adjetivo latino *certum*, componente da expressão *domicilium certum*, pode, a partir da forma que assumiu na língua portuguesa arcaica (“*certão*”), “haver contagiado a significação (não a forma) de *desertanum* como ‘lugar incerto’, *sertão*, vocábulo que aponta sempre para um sítio oposto e distante de quem está falando.” (VICENTINI, 1998, p.45, grifos da autora).

Portanto, repõe-se a ideia de uma ambivalência e flexibilidade situacional de uso do termo “sertão”, indicando uma duplicidade valorativa quando tal termo é empregado no âmbito do par Litoral/Sertão: o Sertão pode ser o polo negativo, indicando uma resistência ao moderno e à civilização, a partir de uma interpretação cunhada nos referenciais da “raça” e da natureza; ou o Sertão pode ser o polo positivo, foco da possibilidade de desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional, uma vez que o Litoral seria encarado enquanto local da inautenticidade, antítese da nação. (LIMA, 1999).

No escopo do tratamento do fenômeno sertanejo, Amado (1995) encara o Sertão como uma categoria geográfica, entendendo-o como um predicável que se imputa a um conceito em sua relação com materializações espaciais/territoriais específicas – em outras palavras, a categorização do Sertão indica, no que concerne à ciência geográfica, uma referência espacial delimitada para este. Assim, talvez seja preferível tratar o Sertão como uma *noção* (ou, formalmente, um conceito), ao entendê-lo como uma representação mental de um objeto, destacando-se o seu aspecto informante, sob uma perspectiva abstrata. Sob esse ponto de vista, mais do que uma referencialidade material, o Sertão designa uma essencialidade qualitativa que pode referir-se a um conjunto mais amplo e concreto de localidades, sendo estas caracterizadas, a partir da ótica assumida, como uma ou mais categorias geográficas (território, lugar, ambiente, paisagem, região etc.).

É óbvio que a *noção* de Sertão, ao se considerar o constructo discursivo de emprego deste termo, não inviabiliza a referencialidade territorialmente demarcada e estabelecida; no entanto, ao encarar o Sertão como uma *noção* – e, nesse sentido, mais como uma categoria do pensamento do que uma categoria geográfica propriamente dita –, ficam resguardadas as suas características de flexibilidade e relatividade de referência aos espaços concretos.

Essa perspectiva se coaduna com as reflexões de Moraes (2009), para o qual o Sertão não se caracteriza como uma materialidade que resulta de processos naturais de modelagem de uma porção da superfície terrestre (como um bioma, um ecossistema, um compartimento geomorfológico etc.), nem, tampouco, como um espaço produzido pela sociedade (como uma

plantação, vila, cidade etc.): isso significa que o Sertão não corresponde propriamente a um compartimento fisiográfico – ainda que em sua qualificação predominem o ritmo e a força naturais – ou uma paisagem culturalmente elaborada, sendo mais apropriada a correlação dos espaços sertanejos aos “vazios demográficos” ou “terras desocupadas”. (MACHADO, 1995).

O que se coloca como sustentáculo, então, é a concepção de que o Sertão não se configura como um *lugar* (no sentido de designar prioritariamente uma materialidade terrestre localizável, passível de ser precisamente delimitada e cartografada), mas uma *condição* (um qualificativo básico imposto, implicando no processo de valoração de determinadas condições locais), revelando ser uma *ideologia geográfica* geralmente negativa:

Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar. (MORAES, 2009, p.89).

Por estar mais afeito à ordem discursiva, o Sertão não possui uma precisão geográfica determinada. Nesse sentido, Normano (1945) vai refletir que o Sertão é um *cenário invisível* onde se dá o desenvolvimento brasileiro, resguardando, pois, seu caráter enigmático; assim, em termos locais, este intelectual vai dizer que o Sertão encontra-se onde a fronteira ainda não está: “a localização geográfica do sertão não é estável, mudando com o movimento ou deslocamento da fronteira, produto do desenvolvimento econômico.” (NORMANO, 1945, p.87³⁶ *apud* SOUZA, 1997, p.145). Argumentando em favor da dificuldade em estabelecer contornos geográficos precisos para o Sertão, Lima (1999) pensa-o como um espaço simbólico e ideia referida a características fundamentais na formação social brasileira, ligando-se ao processo de expansão da “fronteira civilizada”. Para a autora, o mais importante não é saber “o que os sertões de fato foram, são ou têm sido, mas por que essas representações têm início e como se tornam paradigmáticas para se pensar a natureza das sociedades e o tema da identidade nacional.” (LIMA, 1999, p.44).

Considerada essa dificuldade de expressividade da delimitação espacial do Sertão – condição que dificulta, também, o estabelecimento de suas particularidades –, o aspecto sertanejo vai figurar no pensamento social brasileiro sob uma “roupagem” alegórica, a fim de comunicar proposições acerca da nacionalidade, uma vez que os espaços sertanejos são uma parcela significativa da totalidade correspondente ao território brasileiro. Estabelece-se, pois,

³⁶ NORMANO, João Frederico. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945.

um *Sertão genérico*: “Deparamo-nos, então, com descrições macroscópicas do sertão como saídas de mapeamentos feitos à distância, de onde só se percebem impressões que transcendem a história e o espaço. O sertão, de quaisquer lugares e tempos. Um mesmo.” (SOUZA, 1997, p.57-8). Sob essa faceta alegórica, o Sertão também vai figurar como um espaço de resistência à mudança, sob um caráter historicamente conservador (LIMA, 1999); nesse sentido, ele pode adquirir conotações positivas ou negativas.

Essas avaliações variáveis entre características positivas e negativas atribuídas aos sertões acompanham os tratamentos, desde os primórdios do território luso-brasileiro, da natureza, ora encarada enquanto paraíso terreal, ora identificada a partir dos “tristes trópicos” e dos perigos que reserva. (OLIVEIRA, 1998). Acompanhando este trajeto de ambiguidade valorativa,

As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortes. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla. O cabra – o cangaceiro – aparece como a encarnação do herói sertanejo. Para além destes atributos, aparece no imaginário social a idéia de que não há um sertão mas muitos sertões e que o sertão pode e deve ser tomado como metáfora do Brasil. (OLIVEIRA, 1998, p.196-7).

Sem um referencial fixo propriamente dito, o que se tem, pois, é a construção de um *imaginário* do Sertão, adaptado, de modo conveniente, a diferentes realidades, congregando juízos e projetos político-espaciais muito distintos. Assim, no âmbito desse imaginário podem ser identificadas recorrências que permitem vislumbrar um determinado foco essencial definidor desta noção: ao qualificativo de Sertão aparece “colada” a ideia de uma localidade com projetos de valoração futura em moldes diferentes dos vigentes até então:

Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade. (MORAES, 2009, p.90).

Ademais, e não desvinculado a essa característica, o qualificativo Sertão aparece como uma valoração aplicável a novos lugares ou para novas ondas colonizadoras, sendo, em geral, concebido

como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. (MORAES, 2009, p.90-1).

Nesse contexto, o Sertão parece existir somente a partir da alteridade – isto é, quando contraposto à noção de *não-sertão*. Isso significa que ele assume-se como parcela de uma realidade cindida e dual, adquirindo uma identidade pela ausência, a partir de sua antípoda (o não-sertão), que, em grande parte do pensamento social brasileiro, foi identificado – como já várias vezes exposto nesta pesquisa – sob a condição genérica de *Litoral*. Dotado, em grande parte das construções dos intelectuais, de traços positivos, o não-sertão atribui aos espaços sertanejos uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, tencionando transformá-lo – intenção, faz-se necessário destacar, que perpassa inclusive as concepções positivas destes espaços sertanejos, pois, em tais posturas, a condição positiva aparece latente, adormecida, sendo necessário despertá-la (efetivá-la em realidade) por intermédio de ações de cunho intervencionista³⁷.

Souza (1997) sintetiza a dualidade das possibilidades de entendimento da porção sertaneja enquanto espaço da “barbárie” e matriz da nacionalidade: concebido como vastidão espacial “desocupada” ou dominada por um modo de viver específico, o Sertão se configura como um constructo geográfico que protagoniza as narrativas do pensamento social brasileiro, impondo enunciados de cunho projetivo. “A motivação para pensar o Brasil é a convicção de uma nação incompleta, por isso o dito sobre o sertão se faz com ares de diagnose e, mais, reveste-se de acusações à sua permanência enquanto fardo para o país.” (SOUZA, 1997, p.161). Por outro lado, a *alma* genuinamente nacional parece estar resguardada nos sertões, precisando ser recuperada: “Como se desistisse de ver apenas negatividades nesse lugar sertão, o sociógrafo admite qualidades que devem ser preservadas e, se possível, aproveitadas como boa contribuição para a nação.” (SOUZA, 1997, p.161). O que se impõe é, portanto, a necessidade de neutralizar os traços e resíduos indesejáveis, diminuindo as disparidades e levando a “civilização” e a obediência ao poder estatal para esta hinterlândia.

Esse avanço civilizatório processa-se a partir do contraponto sertanejo – o *Litoral* –, o qual também é valorizado ambigualmente, “surgindo ora como parte civilizada que deve se estender ao interior, ora como porção degradada e inautêntica que deve se renacionalizar, absorvendo a pura brasilidade da hinterlândia.” (SOUZA, 1997, p.161). Não descrito em si mesmo, o Litoral apenas surge como *locus* da familiaridade para destacar o que há de ignoto nos sertões. Assim, os espaços qualificados como sertanejos revestem-se de significados

³⁷ Moraes (2009), pautando-se nas argumentações de Velloso (1983) e de Diniz Filho (1994), coloca que esta foi a postura, por exemplo, dos intelectuais do Estado Novo, os quais buscavam enfatizar a autenticidade e a originalidade da vida sertaneja. Estas características deveriam guiar um novo projeto nacional para o país, tendo como eixo central a incorporação das suas terras e de seus recursos (riquezas). Aliás, a partir de Souza (1997) e Lima (1999), percebe-se que o critério da *autenticidade* foi o principal vetor, ao longo da sociografia brasileira, quanto às considerações de uma positividade dos sertões.

políticos e materiais ao passo que lhes são dirigidas ações transformadoras, buscadas no sentido de edificar um verdadeiro sentido de brasilidade.

Os brasileiros renovados e redimidos são produtos do interior do país, uma vez que as propriedades da hinterlândia são as responsáveis pela depuração dos elementos perniciosos do Litoral e do Sertão. “Para os solucionadores do Brasil, a destinação para dentro do país converte-se em alternativa única de mutação dos impedimentos à nacionalidade. Do contrário, o fracasso inevitável da tentativa de fazer aqui uma civilização de valor.” (SOUZA, 1997, p.106). Desse modo, a escolha a ser operada deve se basear na premissa de que devemos nos internar, fórmula do patriotismo e “gatilho” do progresso almejado³⁸. O propósito é a geração de uma totalidade brasileira, e não somente considerações parciais calcadas no Sertão ou no Litoral, uma vez que nenhuma dessas parcelas contém em si a base da nacionalidade ou do sonhado engrandecimento pátrio. No entanto, o caminho a ser trilhado é unilateral: do Litoral ao Sertão.

O interior é aconselhado porque aí se processará a modificação pelos dois lados. Ou seja, o litoral vai ao sertão para encontrar a fonte da verdadeira nacionalidade. No caminho para a hinterlândia, deixa os sinais de impurezas e contaminações adquiridos na exposição a tudo que é o não-Brasil. Por sua vez, o sertão, que lá já está, não sofre o deslocamento espacial, mas ao receber a chegada do mundo litorâneo abandona seu estado de atraso e primitivismo e passa a integrar a civilização.

A direção está correta, pois com a internação se estabelecem os pré-requisitos obrigatórios para uma consciência nacional unitária. Civilização do sertão e nacionalização da marinha vão ter, como resultante, uma civilização propriamente brasileira, autenticada no contato depurador com a “realidade nacional”. (SOUZA, 1997, p.107).

No bojo desse processo, o “projeto de nação” é feito unilateralmente no Litoral, sendo o Sertão apenas um objeto crucial dessa iniciativa. (SOUZA, 1997). Por isso, pode-se dizer que, genericamente, a linhagem prognóstica nacional parece seguir o lema de que “o *Sertão* vai virar mar...”, pois a intenção é trazer a “civilização” do Litoral (o mar) – só que em novos moldes, remodelada – para a hinterlândia (o Sertão, genérico).

Na confluência desse projeto nacional autoritário, observa-se outro ponto de parcialidade: as descrições e proposições de brasilidade sempre partem de escritores situados no Litoral, escrevendo para um público-receptor também aí localizado. Assim, as distinções estabelecidas pelos intelectuais (sejam eles pensadores sociais ou mesmo literatos) são engendradas tendo como referência seu local de origem, de modo que as diferenças e o

³⁸ Essa fórmula da internalização necessária, proposta por Elísio de Carvalho (1921), assemelha-se e responde à clássica afirmação fatalista de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*: “estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos.” (CUNHA, 1991, p.52). Isso significa que, a despeito da manutenção da condenação ao progresso e à “civilização”, o caminho apontado para a efetivação deste progresso é a ida ao interior.

estranhamento aos sertões se tornam muito mais destacados quando analisados sob esta ótica do familiar. O resultado é a “constatação de que o Brasil não (re)conhece o Brasil ou, em linguagem geografizada, o país de cá não (re)conhece o país de lá.” (SOUZA, 1997, p.39).

Ao abordar o fenômeno literário propriamente dito, Vicentini (1998) coloca que a literatura sertanista, enquanto projeção de uma arte literária do mundo iletrado, inexistente em si – a não ser em uma literatura oral ou popular, ou na literatura de cordel, no caso nordestino –, uma vez que o universo “da literatura sertanista é o mundo do escritor citadino fingido de sertanejo, que escreve para um leitor também ele citadino, a respeito de uma cultura diferente da sua.” (VICENTINI, 1998, p.44). O que se estabeleceu na seara artístico-literária foi a ótica do colonizador ao tratar dos sertões: esse ponto de vista da colonização vê o “outro” a partir do estranhamento, encarando-o como desconhecido, iletrado e rude, e cujo mundo é marcado pela falta de ordem e de lei, “porque ordenado, conhecido, civilizado e letrado é o mundo de quem enxerga a totalidade, de quem conquista e não se deixa conquistar, um mundo que enxerga e fala pelo colonizado.” (VICENTINI, 1998, p.46).

Enquanto espaço-alvo de projetos vindos do Litoral, aos espaços sertanejos cabe, a princípio, a sua apropriação simbólica: faz-se reverberar, portanto, o projeto de conhecimento e divulgação, donde se destacam as práticas corográficas e cartográficas enquanto resposta ao Sertão caracterizado como uma terra de domínio do incógnito, pouco ou nada conhecida. Ademais, por ser o espaço do “outro” e da alteridade, ao imaginário qualificativo de Sertão se junta a caracterização de ser um lugar isolado e distante – referenciais culturalmente variados –, lugar das diferenças (paisagísticas e, sobretudo, de cunho cultural) e território de perfil não-urbanizado, *habitat* das “populações tradicionais” (DIEGUES, 1996), tais como caipiras, “bugres”, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caiçaras etc.³⁹ O universo sertanejo é, destarte, marcado pelo *modus vivendi* rural, distinto por sua dispersão e pela vida agrária, pecuarista e/ou extrativa; por ser estranho ao mundo da *urbe*, impelido cada vez mais para as áreas marginais economicamente, o Sertão aproxima-se da noção de fronteira⁴⁰, configurando-se como um *sertão-fronteira*. (NOGUEIRA, 2008).

A institucionalização da brasilidade se operaria, segundo a *intelligentsia*, a partir do aproveitamento racional e sistemático dos recursos naturais e humanos do interior, sendo uma diretriz programática de origem litorânea que culminaria em uma intervenção direcionada à

³⁹ Os sertões configuram-se como espaços cujos habitantes são cultural ou “racialmente” distintos na classificação dos tipos nacionais: conforme Schwarcz (1993), tratam-se, pois, de localidades povoadas por seres descendentes de *outra época* ou de *outra origem* em relação ao padrão-tipo formador da nacionalidade. Mesmo quando identificado como um tipo genuinamente nacional, o sertanejo é definido como um segmento diferente, exótico ou arcaico, dotado ou não de alguma positividade (de acordo com o discurso considerado).

⁴⁰ A aproximação entre sertão e fronteira será abordada mais adiante, no subitem 2.1.2.

aceleração das atividades econômicas do Sertão. A concertação de todo o país se daria pelo viés das atividades produtivas e com vistas à garantia de um Estado nacional onipresente, sendo estabelecida, segundo Rangel (1934⁴¹ *apud* SOUZA, 1997), pelo *aproveitamento*, *encurtamento*, *devassamento* e *fixação* da economia nos sertões brasileiros: em termos de aproveitamento, os espaços sertanejos abandonariam a sua economia de subsistência e sua autarquia produtiva, favorecendo o intercâmbio em detrimento do isolamento econômico; quanto ao encurtamento, este seria promovido sobre os “vazios” e distâncias caracterizadoras dos sertões, ensejando uma vitória sobre o afastamento social das porções conhecidas como Sertão e Litoral; o devassamento, por sua vez, referia-se ao máximo conhecimento possível dos recursos existentes nas paragens sertanejas, tornando-as familiares; por fim, quanto à fixação, esta ocorreria quando da consolidação de uma economia sedentária e absorvedora da mão de obra local. Essas quatro determinações marcam o projeto intervencionista sobre os sertões, modificando-os em seus costumes, mentalidades e modos de vida: “Há em tudo o propósito de disciplinar, pelo uso econômico e pela dependência governamental, a terra e a gente desse lugar um dia selvagem, retardatário e insurgente.” (SOUZA, 1997, p.117).

Subjacente a estas proposições de forjamento da nacionalidade por meio de soluções econômicas, subsiste um otimismo quanto à possibilidade favorável de construir um espírito de brasilidade que não seja malsinado por concepções fatalistas ou por óbices que impediriam quaisquer tentativas de mudança socialmente planejada e progresso socioeconômico. Assim, as limitações impostas pela natureza rude e pela vastidão, pelos desfavorecimentos genéticos (raciais) e pelo nomadismo, pobreza ou desassistência governamental não seriam páreas para os projetos da nacionalidade cunhados no desenvolvimento de atividades econômicas e de transportes e comunicações. (SOUZA, 1997).

Voltando à questão central, o que se encontra em jogo na noção de *Sertão*, imputada a determinadas localidades sob o olhar exógeno, é, em suma, a intenção de transformar tais *fundos territoriais* (MORAES, 2000) em *território usado* (SANTOS; SILVEIRA, 2001), configurando-se quase que como um projeto estatal-nacional brasileiro básico, uma diretriz que atravessa a nossa formação histórica. Esta categoria miltoniana refere-se às porções espaciais valoradas – sendo esta *valoração* o corolário e a instância crucial enquanto indicativo de “uso do território” – pela sociedade e por seus respectivos universos econômicos, políticos, sociais e culturais, engendrando particularidades socialmente gestadas e uma identidade para um dado recorte espaço-temporal; em outras palavras, é o efetivo *uso*

⁴¹ RANGEL, Alberto. Os sertões brasileiros. In:_____. *Rumos e perspectivas*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1934.

(em termos de *valor atribuído*, a partir de uma lógica estrutural considerada legítima por uma coletividade social) do território – respondendo tanto ao “o quê” quanto ao “como” – que vai fornecer a uma determinada porção da superfície terrestre (um território) a sua identidade geográfica e histórica.

Todavia, a qualificação de um território a partir de seu uso parece remeter à sua antípoda – o território *não-usado*, ou, de acordo com o termo de Rita de Cássia Ariza da Cruz, o *território negligenciado* –, “não exatamente sem uso, mas de algum modo esquivado, como uma espécie de reserva de valor ou, meramente, como uma porção do espaço sobre a qual não recaíram os interesses de sujeitos sociais hegemônicos.” (CRUZ, 2005, p.28). Assim, o território nunca é “negligenciado” ou “não-usado” em absoluto, mas apenas relativamente, de modo que o seu uso – sempre existente, em maior ou menor grau – pode ser um estatuto “deferido” (ou “indeferido”) no âmbito de uma lógica específica: portanto, no escopo da retórica da lógica hegemônica, aos espaços que não respondem (ainda) aos valores hegemônicos é imputada a condição de *território não-usado* ou *fundos territoriais*, os quais são semanticamente aproximados dos *sertões*; por outro lado, segundo esse pressuposto do uso territorial em concordância com a lógica sociocultural e político-econômica hegemônica, os territórios usados aproximam-se semanticamente do Litoral. É por isso que, no domínio dos entendimentos construídos nesta pesquisa, estabelece-se uma distinção entre os *fundos territoriais* e o *território usado*, atentando-se para a projeção de transformação do primeiro no segundo enquanto anseio de superação dos sertões.

Nesse contexto prospectivo da recorrência, ao longo da formação histórica brasileira, de integração dos sertões nacionais aos padrões hegemônicos, Moraes (2009) argumenta que os espaços sertanejos foram, no período imperial, definidos como o *locus* da “barbárie”, cuja apropriação passou a ser legitimada como obra civilizadora, colocando-os enquanto espaço-alvo de projetos civilizatórios/modernizantes, subscritos aos preceitos de conhecimento, integração, conexão, povoação e ocupação. Ideal de instauração de uma *aura moderna* que se seguiu na ordem republicana, instalada sob “este objetivo de modernização, que novamente qualifica o sertão como *locus* do “arcaísmo” e do “atraso”. Situação que – na ótica de seus ideólogos – deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território.” (MORAES, 2009, p.97, grifo do autor).

No escopo do imaginário popular, portanto, a noção de *Sertão* ratifica a concepção do “país em construção”⁴². A tarefa épica permanentemente atualizada de construção da nação

⁴² Moraes (2008) coloca que, na formação brasileira, todos os condicionantes da conquista espacial mantêm-se ativos desde o processo de Independência, pois o país foi, geneticamente, marcado pelo domínio de vastos

se processaria por uma volta a si mesma, para o seu interior, a partir de um aproveitamento de suas próprias potencialidades, sendo uma espécie de atualização histórica dos movimentos de bandeirantismo. De acordo com Cassiano Ricardo (1970), o fenômeno do bandeirantismo deve ser compreendido de modo diferenciado em seus sentidos histórico e social: o primeiro liga-se à empresa de origem predominantemente paulista, cujo principal corolário foi a conquista de soberania formal para grande parte do atual território nacional, dando origem à vastidão física do Brasil, à imensidão de sua forma territorial; o segundo é caracterizado como uma “marcha civilizatória”, uma Marcha para Oeste de cunho político-cultural, pulverizando-se em múltiplos agentes, herdeiros dos bandeirantes originais e porta-vozes do Estado no projeto de forjamento da nacionalidade, tais como pioneiros, sertanistas e grandes empreendedores, fundadores de cidades e migrantes rumo à hinterlândia, desde que guiados pelo espírito das entradas civilizadoras/modernizadoras.

Para Sodré (1990), a política ocupacional e transformadora da hinterlândia assume um estatuto de *imperialismo intrafronteiras*, significando uma internalização do ato colonizador para o domínio dos próprios compatriotas. Invade-se o que é nosso de direito, sob o intuito de tornar o Brasil do interior (o Sertão) semelhante ao Brasil hegemônico (do Litoral). Dessa forma, os intelectuais sentiam-se aliviados pelo fato de que a matéria-prima para o sonhado engrandecimento – o território ilimitado, aberto às permanentes conquistas – estava garantido, sendo possível confiar nas próprias capacidades domésticas para superar os obstáculos ao progresso; assim, Ricardo (1970) vai regozijar-se com a existência de *espaços de futuro* (os quais, como os territórios não-usados na acepção acima referida, são similares aos fundos territoriais), símbolos de políticas expansionistas orientadas sob o propósito de “crescer para dentro”.

Buscando um unívoco conteúdo nacional, os pensadores sociais brasileiros pensam esta orientação autoimperialista como uma essência da brasilidade:

Pela introspecção do movimento de conquista no Brasil, acontece a realimentação constante da nacionalidade; sem a perenidade dos tais “espaços de futuro”, compromete-se a existência mesma da comunidade organizada. No entanto, se o trajeto imperialista percorre sempre o sentido da hinterlândia, não poderá nunca ser extinto o lugar para colonizar. Devem estar para sempre disponíveis partes do Brasil que necessitem dos recursos civilizadores. A mobilidade precisa ser mantida; em

fundos territoriais. Essa particularidade empresta ao Brasil um projeto estatal que, mesmo que fora constantemente renovado, assentou-se constitutivamente sobre bases geopolíticas: “*Construir o país* é o mote ideológico que orienta um projeto nacional que, atravessando diferentes conjunturas e distintos atores políticos, firma-se como uma das metas hegemônicas na história do império brasileiro. A eficácia de tal ideologia advém do fato de agregar num mesmo enunciado um conjunto de valores caros às elites, entre eles a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, valor supremo justificador de qualquer ação estatal.” (MORAES, 2008, p.93, grifo do autor).

quaisquer planos da vida nacional haverá horizontes para a mudança nacionalizante. (SOUZA, 1997, p.125).

Nesse ponto, o pensamento social assume, simbolicamente, um caráter de narrativa mítica associada ao *trabalho de Sísifo*⁴³, uma vez que a marca distintiva da nacionalidade está fundada sob um evento interminável de conquista territorial. O Sertão, renitente a desaparecer, não pode ser extinto, pois é a fonte alimentadora da brasilidade; por isso, enquanto objeto e razão do mito nacional, é preservado no imaginário e na concretude brasileira, motivando a renovação da missão dos brasileiros de todas as épocas: a de fazer o Brasil uma *pátria geográfica* por excelência⁴⁴. (SOUZA, 1997).

Por isso, a noção de Sertão não é nada ingênua, designando, pois, um qualificativo dos lugares (e, conseqüentemente, de seus habitantes), sempre acompanhada de projetos (sejam eles circunscritos aos ideais de *povoação*, *civilização* ou *modernização*), com vistas à incorporação na economia nacional – ou, em outras palavras, à integração à lógica do capital.

Por conta dessa importância à formação histórico-nacional, o Sertão permaneceu como foco nas retóricas dos cientistas e literatos do final do século XIX e início do século XX (e, a bem dizer, ainda se configura como uma noção central, à luz de suas transformações históricas, na retórica atual), de modo que os discursos dessas parcelas da *intelligentsia* nacional apresentavam uma notável confluência:

A delimitação de identidades profissionais era ainda incipiente, e talvez possamos falar com mais acerto em cientistas-literatos e numa literatura que se pretendia

⁴³ Segundo a mitologia greco-romana, Sísifo foi um lendário rei de Corinto. Astuto, prendeu a Morte até que Ares, rei da guerra, fora soltá-la a pedido do senhor do submundo, Hades; por isso, quando morreu, foi para o Inferno e lá chegando foi autorizado a voltar à Terra para confrontar o seu denunciante. Recusando-se, após isso, a voltar à terra dos mortos, ele foi preso por Hermes e condenado à labuta eterna (o *trabalho de Sísifo*): ele deveria empurrar um grande bloco de pedra de mármore até o topo de uma montanha; mas, sempre que estava próximo ao cume, a rocha rolava, por forças irresistíveis, de volta para o início. Interromper essa labuta significava ser chicoteado pelas Erínias, as deusas da vingança. Assim, o trabalho de Sísifo passou a designar um labor infrutífero, sem término e inútil; considerando que a “ida aos sertões” sempre se fez na perspectiva necessária de forjar a brasilidade, a alegoria é aqui suscitada no intuito de designar menos o teor infrutífero do esforço e mais o seu caráter incessante e permanente.

⁴⁴ Citando a própria autora: “A permanência de uma reserva de vazio nos faz um povo andejo que sabe dispor de um patrimônio de espaços situado dentro de seus limites territoriais. Diminuir a área onde domina o deserto é necessidade mor; extingui-la totalmente seria como eliminar o grande relicário nacional, onde se preservam a alma e o corpo da nação. A ida às terras de interior vem a ser a missão interminável da coletividade nacional. Ficará para os brasileiros o insolúvel dilema: o sertão deve acabar? Se for de tudo vencido, finda-se o que há de mais brasílico em nós. E então tudo que é sertão será apenas memória de uma época de ouro em que a nação tinha de onde retirar seu ânimo. Para ser civilizado ou moderno, porém, é preciso que se decida por mudar muito do que há na terra e na gente da hinterlândia. Por enquanto, a atitude a ter é deixar existir o sertão na medida certa, o que se faz pelo controle do mau sertão, permitindo a continuidade do que não ameaça o ideal de Brasil.” (SOUZA, 1997, p.155-6). Mais adiante, ela conclui: “Será permanentemente pelo movimento que se apropria do espaço que a nacionalidade se expressa e se afirma. A conservação do deserto é garantia de que o Brasil não está terminado. O sociógrafo concebe-o como um país em obras, no qual sempre se convoca a comunidade nacional em renovados projetos de transformação por seus próprios meios: a marcha sobre o espaço que é seu. Com isso, os dilemas postos ao intelectual ensaísta referem-se à resolução do destino nacional. A interlocução importante é aquela que se faz entre o Brasil original e um ideal projetado para o futuro.” (SOUZA, 1997, p.165).

científica. Expressam essa associação entre ciência e literatura, entre outros indícios, a indagação sobre o caráter científico ou literário da obra de Euclides da Cunha; a consagração que representava para os intelectuais cientistas a eleição para a Academia de Letras e o exercício de uma dupla atividade entre vários profissionais, notadamente entre os médicos. (LIMA, 1999, p.52).

Os debates acerca do progresso e da autenticidade estiveram no centro das discussões impetradas pelos textos científicos e, sobretudo, pelos textos literários de cunho regionalista. Sob a voga de um naturalismo literário, a caracterização autêntica do homem sertanejo passou a contrapor o idílio romântico com a pobreza do campo, escrita, paradoxalmente, para um universo letrado, uma vez que o propósito era tornar conhecido e audível esse interior real, em oposição ao interior mitificado.

Em todo caso, parece ser a preocupação com o Brasil real o veio condutor das teorias interpretativas do país, fossem elas conduzidas por engenheiros, médicos, advogados ou por aqueles poucos que conseguiam se fixar na profissão literária como atividade profissional praticamente exclusiva. Nesse sentido, alguns principais traços sobre a interpretação do Sertão no pensamento social brasileiro serão apresentados a seguir.

2.1.1 Descobrimos os sertões e interpretando o Brasil: breves considerações sobre as imagens do Sertão no pensamento social brasileiro

Segundo Cassiano Ricardo (1970), o bandeirantismo, como já indicado anteriormente, se configura como uma orientação coletiva e singular do Brasil, uma essência da brasilidade, um caráter “genético” assumido e incorporado como seu lema definidor, o de “nação andeja”. O espaço geográfico é centralizado, de modo que o deslocamento se constitui como o *imago mundi* brasileiro, pois o território resguarda as características da cultura brasileira legítima: destarte, conquistá-lo geográfica, econômica e espiritualmente reveste-se de requisito inadiável para o despertar da quintessência da nacionalidade. A conquista de si e sobre si mesmo se faz pelas andanças civilizadoras e modernizantes sobre o seu próprio território.

A empreitada bandeirante não se extingue, portanto, com o término das andanças dos vicentinos, refazendo-se historicamente em *marcha para a nacionalidade* que mira o Sertão, pois esta é a porção simbólica do Brasil que aponta para um futuro independente e autônomo, em contraposição ao Litoral alegórico, maculado pelas influências exógenas.

Em Capistrano de Abreu (1988), temos um dos pensadores pioneiros na historiografia da ocupação da hinterlândia nacional, elucidando uma percepção dos espaços sertanejos que foi longamente retomada no pensamento social brasileiro. Ao abordar as origens históricas do

Sertão, este autor coloca a ocupação e o povoamento do planalto vicentino como a primeira conquista territorial fora dos domínios litorâneos, fundando, nos paulistas, um espírito de deslocamento e desbravamento do interior, valendo-se das ambiguidades de adaptação e de enfrentamento dos obstáculos impostos pela natureza e pelos bravios índios. O corolário é a engendração do brasileiro típico, gestado a partir da catalisação operada pelo interior; nesse contexto, a sociedade sertaneja estabelece uma identidade própria, autônoma, instituindo um orgulho nativista que se reconhece como diverso dos parâmetros metropolitanos lusitanos.

A reprodução do modo de vida sertanejo, calcado no nomadismo pecuarista – isto é, na criação do gado *vacum* –, irá superar o sedentarismo colonial, emblematicamente lembrado pela metáfora dos colonizadores portugueses enquanto caranguejos que “arranham” a costa litorânea, cunhada por Frei Vicente de Salvador (Vicente Rodrigues Palha):

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos. (SALVADOR, 1627, p.8 *apud* VICENTINI, 1998, p.46).

Materialmente parca, a sociedade pecuarista sertaneja era marcada pela estruturação social e econômica em torno do gado, engendrando uma verdadeira “civilização do couro”. Assim, de couro eram partes das residências, os leitos, os utensílios domésticos, os recipientes para coletar água e comida, as roupas etc. Retratando o itinerário geográfico de fixação dessa sociedade pastoril, Capistrano se celebrou por descrever pioneiramente o modo de vida estabelecido pela pecuária sertanista, inclusive no que se refere ao modo de organização das fazendas e o trabalho dos vaqueiros.

Este sertão pecuarista ganha um lugar simbólico destacado na literatura regionalista em foco nesta pesquisa: para além da recorrente figura do vaqueiro, tipo humano constante dos sertões, é emblemática a figura do mestre José Amaro, em *Fogo Morto* (1943), de José Lins do Rego. Esta personagem configura-se como um seleiro pobre, orgulhoso e machista, recusando-se a ser dominado por qualquer um e trabalhando apenas para quem considerava digno de respeito. Nesse sentido, ele representa a altivez do sertanejo da “civilização do couro” de Capistrano de Abreu.

Dentre os autores do pensamento social brasileiro, outro intelectual que ofereceu uma interpretação de Brasil de grande influência e repercussão foi Oliveira Vianna. Este autor apresentava um quadro do Brasil distinto em três estratos, diferenciados em função de fatores sociais e históricos: o *sertanejo*, habitante dos sertões nacionais, localizados geograficamente no norte; o *matuto*, habitante das matas, tipo social do centro-sul; e o *gaúcho*, original das

áreas de pampas, habitante-tipo do extremo sul. (VIANNA, 1933). Integrando tais fatores sociais e históricos a noções deterministas de raça e meio, este autor visualiza nesse Brasil multifacetado o heterogêneo perfil do povo brasileiro, distinto não só em sua composição aparente, mas também em termos de valor para a edificação do ideal nacional e pelas desigualdades de detenção de poder político. Nesse sentido, o matuto do centro-sul (paulistas, mineiros e fluminenses) prepondera sobre os demais grupos.

A respeito dos sertanejos, Anselmo (1995) diz que o grupo sertanejo, considerando-se a população litorânea à parte, constitui, no pensamento de Oliveira Vianna, uma “área-problema” e, embora não tenha sido abordado de modo central em nenhuma de suas obras, sempre mereceu considerações de tom crítico.

Em todo caso, a interpretação de Brasil deste intelectual conduz à afirmação da ruralidade enquanto elemento fundante da nacionalidade brasileira, pois foi o ambiente rural o responsável pela geração dos tipos sociais nacionais (sertanejos, gaúchos e matutos), frutos da miscigenação das “raças originais” – brancos lusos, negros e índios. A empresa colonizadora só logrou o sucesso de ocupação do interior por conta dos intercruzamentos “raciais”, os quais supostamente favoreceram a combinação de qualidades imprescindíveis para a conquista da vastidão territorial.

A centralidade do caráter rural auxiliou o espírito brasílico de dispersão e o caráter centrífugo de ocupação do território, de modo que a dilatação da área de povoamento se deu, historicamente, por intermédio da instalação de latifúndios que sucedeu as entradas bandeirantes; estes domínios latifundiários, ao invés de indicarem uma fixação a terra, promoveram uma dispersão pelo território do tipo social mestiço engendrado, difundindo, durante a ocupação colonial, os núcleos de povoamento pela hinterlândia. Desse modelo explicativo, Vianna (1933) impõe dois arquétipos de ocupação econômica rural, desenvolvidos distintamente no Brasil litorâneo e no Brasil interior: a ordem rural da faixa marinha é baseada em engenhos, garantindo a fixidez ao terreno; o interior é marcado pelo pastoreio, e, por isso, é nômade por natureza.

O Sertão seria, pois, ocupado a partir de sua ruralização, baseada na criação de gado e corolário de uma primeira fase de povoamento, responsável por combater a hostilidade da natureza bruta da hinterlândia. Assim, os vaqueiros foram os vanguardistas da civilização nos sertões, sendo os responsáveis por superar os “vazios” culturais e as resistências naturais; no entanto, após essa fase heroica de conquista, a fase econômica centrífuga deveria ser superada em favor de um novo modelo econômico, calcado na agricultura fixa, o que não se sucedeu,

uma vez que o nomadismo pecuarista se arraigou de modo renitente no espírito sertanejo, não condizente aos projetos de nação advindos das populações meridionais brasileiras.

Os principais impedimentos para a solidificação de um projeto de brasilidade advindo dos espaços sertanejos encontravam-se na grande propriedade, no povoamento esparso e, sobretudo, no mandonismo local dos grandes proprietários de terras, o qual estimulava um comportamento arredo e esquivo do interior, clamando por uma autonomia de poder perante o Estado central. Empecilho para uma nova etapa de evolução social, os sertões, de acordo com Vianna (1933), afetavam negativamente a tentativa de estabelecimento da ordem e do progresso desejados, pois eram palcos de turbulências e caudilhismos, sendo um *status quo* herdado das entradas bandeirantes, responsáveis por uma expansão colonizadora, mas não por uma expansão do poder público.

A própria estrutura do Sertão, com o domínio do pastoreio e do poder político dos grandes fazendeiros e de seus asseclas, exército de prepostos, homiziava os sertanejos, isolando-os e protegendo-os dos ditames isonômicos. Vasto, desconhecido e impiedoso, o imaginário do espaço sertanejo resguardava as ações de caudilhismo, compactuando-se com a violência autoritária dos poderosos locais e obstaculizando a centralização do Estado. Por isso, a figura de um Estado central poderoso é um dos principais alicerces do pensamento deste intelectual, uma vez que somente tal Estado poderia manter a integridade territorial e a estabilidade do país, a ser construído pela *intelligentsia*. Somente sob a mão de um Estado forte que os sertões poderiam ser integrados e incorporados efetivamente ao “corpo pátrio”, subjugando-os ao “Brasil Moderno” do Litoral – modelo a ser copiado –, ao espírito da unidade nacional e ao anseio de concretizar o sonhado projeto de engrandecimento do Brasil, completando a, até então inacabada, “cruzada civilizatória”.

Assim como o sertão pecuarista da “civilização do couro”, também foram notáveis e recorrentes na literatura regionalista da década de 1930 as figuras dos coronéis, emblemáticos símbolos do poder político local, do autoritarismo e do mandonismo personificado. Dentre outras figuras, evidências desse fenômeno político do Sertão, podem ser destacadas: Paulo Honório, protagonista de *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos; o coronel José Paulino, das obras do “ciclo da cana-de-açúcar”, de José Lins do Rego; o coronel Lula Chacon de Holanda, da obra *Fogo Morto* (1943), de José Lins do Rego; além dos diversos coronéis descritos e imortalizados nas páginas do “ciclo do cacau” de Jorge Amado, com destaque para o coronel Manoel Misael de Souza Telles em *Cacau* (1933), e o coronel Horácio da Silveira e a família Badaró, nas obras *Terras do sem-fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944).

O caráter pastoril/pecuarista dos sertões nacionais também é centro das argumentações desenvolvidas por Sodré (1990), uma vez que seu ensaio interpretativo do Brasil dedica-se a pensar, desde a origem, como as atividades de pastoreio distenderam e organizaram social e economicamente o território. Iniciado nas jornadas bandeirantes, o amplo *Oeste* tem em sua origem uma dupla atratividade: uma possibilidade de enriquecimento rápido e uma fuga aos rigores do fisco régio, estabelecido na porção litorânea. Assim, a partir das penetrações na hinterlândia, foram fundados esparsos núcleos de povoamento, os quais, quando cessaram historicamente os contínuos fluxos das bandeiras, garantiram uma efetiva ocupação luso-brasileira pela imensidão territorial ocidental, configurando um isolamento das populações ali estabelecidas de modo disperso.

Estabelecida, a sociedade pastoril brasileira se caracterizou por um desejo de autonomia e pelo estabelecimento de hábitos e costumes singulares, diferentes aos costumes “regrados” da porção oriental do país. Marcado por características geográfico-naturais de “amplitude horizontal” – isto é, de disponibilidade ampla de espaços a serem conquistados –, o Oeste constituiu formas específicas de vida, de trabalho e produção, calcadas no exíguo fator populacional – uma vez que era pequena a exigência de mão de obra – e nas grandes propriedades. Inconstante, tendente à mobilidade, arredo ao poder e de vida frugal, o vaqueiro representava o habitante-tipo desses sertões (SODRÉ, 1990), estabelecendo uma organização social próxima à “civilização do couro” de Capistrano de Abreu.

Quanto à abordagem do poder estabelecido nos sertões, o autor se mostra descontente com o mando patriarcal, tendente à acentuação dos potenciais de autossuficiência e isolamento, negando quaisquer integrações em uma coletividade mais ampla, mesmo que adaptada ou originada dos modelos de convívio dos próprios espaços sertanejos. Nesse contexto, a fraca presença de poderes estatais favoreceu a manutenção desse *status quo*, pois, segundo Sodré (1990), o poder público não conseguiu acompanhar a expansão territorial, de modo que os meios de coerção/repressão e as instituições de autoridade permaneceram apenas nas cidades, associando os campos pastoris à impunidade. Apesar da heroica participação dos sertões do Oeste na constituição do Brasil, essa resistência ao poder era encarada como um anacronismo insustentável, empecilho para a concretização da evolução social desejada.

Essa linha interpretativa das particularidades da organização política sertaneja encontrou uma guarida ampla no pensamento social brasileiro, voltando-se para o Sertão, para o além-litoral, a fim de identificar os genuínos modos de pensar e agir da política nacional. Destarte, inverte-se o sentido interpretativo, indo do Sertão para a costa – seria possível dizer que, concomitante ao intuito de civilizar e sintonizar os sertões à modernidade litorânea, a

hinterlândia é pensada de modo dialético, tornando também factível a ideia de que “o mar vai virar *Sertão*...” –, identificando nos espaços sertanejos as particularidades políticas típicas da brasilidade.

Nestor Duarte (1939), sob o intuito de identificar as origens sócio-históricas do caráter político brasileiro, encara a predominância de uma ordem privatista como uma herança lusitana, favorecendo uma autonomia localista em detrimento da configuração de um poder político coletivo e da autoridade estatal. Nas excursões de ocupação e povoamento dos sertões, essa diretriz do privatismo encontrou as condições favoráveis para desenvolver-se no território colonial, agudizando, a partir dos episódios de bandeirantismo, as tensões entre os poderes privados e a instituição de um ordenamento político do Estado. Como corolário, o interior presenciou – a partir do descompasso entre a expansão social e a expansão do Estado – o florescimento de uma sólida organização política de cunho privado, estruturando uma organização social específica distinta daquela que seria requerida para a unificação política nacional. Nos conflitos entre os sertões e o Estado, o grande “gargalo” do país estaria na efetivação da soberania estatal no âmbito da totalidade do território.

Nessa perspectiva, este intelectual passa a qualificar as diferenças sertanejas como oposição ao Litoral, narrando as diferenças de organização política como contextos apartados de desenvolvimento dessas porções do território nacional; para além da oposição, o “outro” passa a ser encarado também como indesejável, necessitando ser superado. No campo de forças políticas, é a superação dos sertões a partir de ações impetradas pelo Litoral que vai adquirir maiores repercussões.

Em Raymundo Faoro (1987), essa representação do Sertão enquanto porção territorial de ritmo e organização política particulares incorpora esse estatuto de entendimento dos espaços sertanejos como alvos de projetos políticos de transformação e superação. Focada na centralidade do patrimonialismo na política nacional, esta obra encara a bipartição nacional como uma mácula para o desenvolvimento pleno de um espírito brasileiro unívoco; nesse contexto, a “civilização litorânea” busca uma centralização estatal que objetiva reduzir ou mesmo extinguir as influências políticas advindas dos espaços sertanejos, e, enquanto o Sertão parece permanecer alheio às diretrizes da costa atlântica, o Litoral incomoda-se com a presença e existência dessa outra configuração da hinterlândia.

Na correlação de forças, Faoro (1987) anuncia uma permanência das condições impostas pelos sertões, em que pesam o conservantismo da herança política patrimonial: a presença de coronéis e capangas, de fazendeiros e sertanejos, de latifundiários e matutos, de estancieiros e peões, tende a se manter, resistindo às “ondas civilizatórias e modernizadoras”

do Litoral. Assim, para os intelectuais empenhados em interpretar – dos quais Faoro era um legítimo representante – e projetar novos destinos ao país, a questão sertaneja é imposta como querela inadiável, na medida em que é encarada como um incômodo anacronismo na estruturação socioeconômica, política e cultural do Brasil.

Refletindo sobre a cindida realidade brasileira em Litoral e Sertão, Elísio de Carvalho (1921) argumenta que a nacionalidade vem sendo determinada a partir de sua base marinha, pois é no Litoral que estão os tipos humanos e os modos de vida valorizados e reconhecidos como brasileiros; no entanto, é interessante reverter esse quadro, pois, embora a sintonia litorânea com os códigos civilizatórios e modernos dos centros hegemônicos de poder mundial se manifeste como um dado positivo, as novidades do progresso põem em risco a nacionalidade autêntica, suscetível a ser abandonada. Desse modo, sob o signo de uma regeneração da brasilidade, opera-se uma ida aos sertões para buscar matérias-primas para o forjamento de outro país, acreditando-se que lá se encontravam os substratos do Brasil idealizado, os “diamantes brutos” a serem “lapidados” pelo Litoral.

Torna-se notável, pois, o dualismo valorativo dos sertões: ao mesmo tempo em que a interiorização sertaneja manteve resguardada a autenticidade nacional, conservando a matriz do Brasil, ela favoreceu a permanência anacrônica de um caráter “incivilizado” e rústico, incapaz de espraiar por forças próprias, para a totalidade do território, essa positividade contida em suas entranhas. Assim, a construção do Brasil faz-se sob a necessária e urgente ação em dois flancos: a sociedade costeira precisa ser superada em sua civilização decadente, e a organização social sertaneja também precisa ser superada em seu estado de “barbárie” e miséria. Neutralizados esses traços perniciosos, as positivities de ambos os espaços podem ser ressaltadas com equilíbrio, reacendendo a figura simbólica do Sertão como componente crucial para o desenvolvimento da legítima nacionalização brasileira.

Essa duplicidade valorativa entre as porções genericamente conhecidas como Sertão e Litoral (não-sertão) retoma, em alguma medida, a tradição euclidiana (termo aqui empregado como referência ao legado de Euclides da Cunha): o pensamento social vai, ao longo do século XX, se arquitetar em torno das partições sócio-geográficas do Brasil, reafirmando as diagnoses de Euclides da Cunha (1991), para o qual essa abstrata divisão do país em porções territoriais – que, mais do que “regionalizações”, estabelecia distâncias de cunho social, político, econômico e cultural – comprometia quaisquer esforços sérios para a formação da nacionalidade. A partir desses diagnósticos, os intelectuais, assim como Euclides, preocuparam-se em orientar os processos de superação dessa distinção.

Para Cunha (1991), Canudos era metonímia do Sertão genérico, representando “outra raça” e sociedade, apartada dos desenvolvimentos históricos do Brasil litorâneo: apesar de compatriotas, os sertanejos revelavam-se descompassados na evolução social, “atrasando-se” por três séculos em comparação ao Brasil da costa atlântica. O conflito nos albores da República era apenas o contexto e a ocasião de revelação deste “outro Brasil”.

A princípio, este intelectual valora negativamente o Litoral e positivamente o Sertão, apesar de direcionar-lhe críticas por sua rudeza: o Litoral configurava-se, na verdade, como um engodo, um falso progresso, já decadente, pois os seus resultados advinham de processos artificiais e de *mimese*, responsáveis pelo esquecimento dos grupos sociais brasileiros; em contraposição, a rude sociedade sertaneja era o cerne da nacionalidade brasileira. Mais do que distâncias espaciais, pois são sociedades contíguas, a distância melhor se afirma em termos de estádios evolutivos: o Litoral já teria atingido o estágio civilizacional, enquanto o Sertão ainda estaria no estado de “barbárie”; todavia, como afirmado, o adiantamento da marinha era falso, pois se processava às custas de descaracterizações e, portanto, não se sustentava, de modo que a originalidade brasílica deveria ser buscada nos sertões.

O alheamento recíproco dessas porções punha em risco um projeto de unificação nacional, sendo possível a superação dessa cisão somente a partir de uma autoridade central, emergida do pacto federativo. O sucesso da empreitada de projeção do Brasil se daria pela reformulação das condições negativas e desenvolvimento das positivities, atestando, em Cunha (1991), uma fé na capacidade de alteração do *status quo*, o que representava uma inovação no pensamento interpretativo do país, uma vez que a mudança se operaria a partir de modificações em estatutos passíveis de flexibilização, afastando os fatalismos malsinados da miscigenação racial como indelévels elementos de determinação dos fracassos nas tentativas de construção da uma “civilização nos trópicos”.

Assim, a despeito de Euclides da Cunha ter mantido orientações candentes à época no tocante à diferenciação racial do povo sertanejo, ele não desiste de projetar melhoras para o país, pois inverte as programáticas científico-filosóficas que consideravam a uniformidade racial – no sentido claro de “branqueamento populacional” – como pressuposto para a evolução social em favor de uma equação científica em que o problema não era a heterogeneidade da população, mas sim as diferenças dos momentos evolutivos que os distintos estratos da população encarnavam. A consolidação da nacionalidade seria dada a partir da sincronia dos ritmos civilizatórios entre o Sertão e o Litoral, sendo necessárias, para tanto, ações firmes para a eliminação dos descompassos sociais, reduzindo diferenças e promovendo uma concertação das sociedades existentes no âmbito territorial brasileiro.

No entanto, o forjamento da nacionalidade possui um traçado mais ou menos definido, pois, como afirma: “estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos.” (CUNHA, 1991, p.52). Dessa forma, como meta inadiável, a “civilização” devia substituir a “barbárie”, atualizando o princípio valorativo euclidiano dos espaços sertanejos e litorâneos: o Sertão passa a ser caracterizado como *locus* da “barbárie” e da “incivilidade”, um incômodo que necessitava ser superado urgentemente por uma “cruzada civilizatória e modernizante” derivada do Litoral – um “assalto” civilizatório que deveria ser feito, mesmo que “a pranchadas”. Retardatários, mas não degenerados, os sertanejos poderiam ser civilizados, confiando no sucesso dos propósitos de constituição do Brasil moderno, otimizado a partir da autenticidade dos sertões e da atualização histórica do Litoral.

Embora as condições sociais de “atraso” pudessem ser superadas, Euclides da Cunha ainda impõe uma nova dificuldade à concretização do Brasil uno: os obstáculos mesológicos, o sertão-natureza, com seus vazios e sua vastidão desértica; se são impostas dúvidas sobre a possibilidade de o projeto nacional ser bem-sucedido ao enfrentar o cenário dos rudes ambientes sertanejos, o ímpeto civilizador é renovado em certo momento da retórica do autor, confiando na capacidade de superação, não só social, mas também física dos sertões. Essa crença na civilização, emersa de uma dualidade Litoral/Sertão, constitui-se, em suma, no maior legado deste intelectual.

Crença na civilização que se faria por “expedições civilizatórias” rumo aos sertões, objetivadas em projetos missionários associados à cristalização da presença do Estado. Assim, muitos dos intérpretes do Brasil se constituíram, na verdade, em viajantes-intérpretes, retirando de suas observações diretas das condições objetivas do país – e, paralelamente, das suas concepções cientificistas – os diagnósticos e os prognósticos de uma nação efetivamente mais completa. Há, pois, uma interpenetração entre as viagens rumo aos sertões e as atividades das missões oficiais do Estado nas três primeiras décadas do século XX: “O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico, que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política.” (LIMA, 1999, p.67).

Ao abordar a “descoberta” do Brasil do interior pelas viagens científicas empreendidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, Lima (1999) argumenta que os cientistas de Manguinhos⁴⁵ consideravam, a partir de seus relatórios de viagens ou outras fontes utilizadas pela autora, a

⁴⁵ Em nota, Lima (1999) coloca que Manguinhos se refere ao bairro em que foi construída, em 1900, a sede da atual Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Originalmente, a fundação era chamada Instituto Soroterápico Federal, passando a se chamar, pouco tempo depois, Instituto Oswaldo Cruz. Manguinhos tornou-se um nome “extraoficial”, de forte apelo simbólico, hoje ainda usado para designar esse centro de pesquisas biomédicas.

existência difusa dos sertões pelo território nacional: estes encontravam-se no extremo Norte, no Nordeste, em áreas centrais do Brasil e mesmo no Sul, na nova frente de expansão do café; poderiam ainda ser considerados mais extensos geograficamente se os sertões fossem qualificados como os espaços marcados pela presença de patologias, as quais eram significativas mesmo nos centros político-econômico hegemônicos. Mesmo que atreladas a imagens determinísticas de cunho climático e racial, as viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz contribuíram para difundir amplamente, na imprensa leiga, uma representação do Sertão – baseada nas conclusões da viagem científica empreendida por Belisário Penna e Arthur Neiva, em 1916 – caracterizada pelo “atraso”, pelo abandono e, naturalmente, pelas doenças.

Retomando a tradição euclidiana, Lima (1999) ainda investiga as representações discursivas acerca do Brasil do interior engendradas pelas viagens da Missão Rondon e do Instituto Oswaldo Cruz, indicando que, a despeito da heterogeneidade de propósitos oficiais, podem ser encontrados muitos pontos em comum, tanto no que se refere a similaridades entre ideias, personagens e interesses, quanto aos aspectos representativos dos traços dos sertões e dos homens sertanejos:

Por mais diferentes que sejam, de um ponto de vista geográfico, socioeconômico e cultural, os sertões retratados nos textos apresentam muitos elementos comuns, entre eles, as descrições das cidades-fantasma que se seguem aos surtos de progresso, e a presença da natureza como verdadeira protagonista. A caatinga na narrativa de Euclides, os charravascais de Mato Grosso, nos relatórios de Rondon, o contraste entre a força da natureza e a fragilidade do homem nos textos dos relatórios do Instituto Oswaldo Cruz trazem à tona representações comuns sobre os diferentes sertões. O termo missão, o tema do povoamento dos trópicos, a crença na eficácia da ciência, ainda que comportando ambigüidades, são recorrentes no conjunto dos textos analisados, numa mescla, muitas vezes de difícil compreensão, de valores como o cientificismo, com a afirmação de um progresso linear infenso às diferenças culturais, e o tema romântico da autenticidade da experiência nacional. (LIMA, 1999, p.88).

Os sertões de Euclides da Cunha e Cândido Rondon conferiram centralidade à figura do mameluco, base da nacionalidade, em descrições e proposições calcadas na mescla entre o positivismo e uma busca pela identidade e autoidentificação com esse espaço sertanejo miscigenado; ainda que não tenham adotado um viés ortodoxo positivista – embora tenham mantido uma crença na Ciência e uma confiança nos postulados evolucionistas –, os médicos-cientistas de Manguinhos também foram agentes importantes no traçado dos quadros do Brasil e de seus sertões. Essas similaridades ainda se completam com a encarnação, por parte desses intérpretes do Brasil, de um caráter de missionários da “civilização”, efigie presente nos relatórios de viagens e nas conferências ministradas sobre essas experiências; essa figura missionária, salvacionista, era requerida pelo fato de que o povo era amplamente retratado

como incapacitado de, por forças próprias, voltar-se para o progresso, dadas as suas condições de miséria, enfermidade e analfabetismo. (LIMA, 1999).

O temário da doença, em sua relação à sociedade brasileira como um todo, vai surgir de modo recorrente, entrando definitivamente, ao lado de fatores geográficos e demográficos, na composição imagética das representações dos espaços sertanejos. No entanto, por sua presença generalizada, as patologias foram, ao longo do século XIX, associadas livremente também à “civilização”, resultando, frequentemente, em uma imagem negativa das cidades. (DUFFY, 1990⁴⁶ *apud* LIMA, 1999). A partir do momento em que fora controlada nas cidades por medidas sanitário-higienistas, a sua presença praticamente epidêmica no interior passou a ser vinculada quase que exclusivamente aos sertões, sendo mais um indício de “atraso” e “barbárie” desses espaços aos ritmos do progresso e da civilização/modernidade.

No âmbito das obras regionalistas do modernismo literário brasileiro, as associações dos ambientes literários com as doenças aparecem frequentemente, seja nos espaços citadinos, rurais ou generalizadamente nas zonas de interface entre o urbano e o rural. Esse é o caso, por exemplo, da periferia de Recife – retratada em *O Moleque Ricardo* –, assolada por uma total falta de infraestrutura de saneamento, revelando um quadro de miséria extrema na Rua do Cisco, local de moradia de Odete – esposa do protagonista Ricardo – e sua família; nessa periferia, a presença de tísicos nas casas era uma constante, quase uma malsinada regra. Aliás, Odete vai morrer por conta da doença, contraída mesmo após ter se mudado com a família e o marido para a Rua do Cravo, longe do mangue, menos miserável e com melhores – ainda que, aparentemente, não totalmente satisfatórias – condições de higiene e saneamento.

Também é o caso da febre tifoide (tifo), endêmica nas zonas do cacau descritas por Jorge Amado em *Terras do sem-fim* – “[Dona Auricídia] Temia o contágio, aquela febre não conhecia remédio que servisse. Só muitos anos depois os homens foram saber que era o tifo, endêmico em toda a zona de cacau.” (AMADO, 1997, p.89) –, contra a qual eram ineficientes os tratamentos médicos dos doutores ou mesmo as feitiçarias de Jeremias, feiticeiro que morava nas matas do Sequeiro Grande: “Jeremias se alimentava com raízes e com frutas silvestres. Fechava o corpo dos homens contra bala e contra mordida de cobra. [...] Dava remédios para males do corpo e para males de amor. Mas com essa febre nem ele podia.” (AMADO, 1997, p.91).

Esta doença aparece de forma mais tímida – pois já descoberta e relativamente controlada –, em *São Jorge dos Ilhéus*; no entanto, isso não indica que a zona do cacau estava

⁴⁶ DUFFY, John. *The sanitarians: A History of American Public Health*. Urbana and Chicago: Board of Trustees of the University of Illinois, 1990.

saneada, pois à febre tifoide se junta o impaludismo, pintando um quadro de uma *Geena social* – expressão tomada emprestada de Sevckenko (2003), que a utiliza para descrever o cenário da cidade do Rio de Janeiro nos albores da República – marcada duplamente pelas patologias e pela exploração e insalubridade das condições de trabalho:

Ao amarelo da terra comida terá se juntado o amarelo do impaludismo. Se não morrerem antes, de disenteria ou de tifo. Morrem muitos meninos nessas fazendas, anjinhos de Deus, como diz dona Auricídia, a espôsa do coronel Maneca Dantas, que é uma senhora piedosa. Ela diz que todos viram anjinhos no céu, de asas de beija-flor. Os que não viram anjos, viram trabalhadores, comem o sol do meio-dia nas costas nuas, é como um chicote. A voz do capataz pede pressa, mais pressa, não roubem o dinheiro do patrão, que lhe custa a ganhar. Varapau ouve a ordem e trabalha mais depressa, caem os frutos das árvores, os meninos levam, correndo, as mulheres partem com um golpe sêco de facão. Às vêzes, uma corta a mão, um golpe mal calculado, cobre o talho de terra, derrama visgo de cacau em cima. O talho fecha, parar o trabalho é que não pode, não roube o dinheiro do patrão, mulher, que lhe custa a ganhar. (AMADO, 1968, p.109).

Ante esse cenário que não passou despercebido pela literatura, o incômodo gerado pela presença generalizada das doenças destacou a saúde como um dos temas prioritários, ao lado da alfabetização e da profissionalização do Exército, para a edificação de uma nacionalidade. Por isso, os higienistas envolveram-se, sobretudo nos fins da década de 1910, com questões de ordem social, promovendo movimentos de saneamento rural – ou, como diziam as lideranças do movimento, “saneamento dos sertões”. Era um ato imprescindível ante a descoberta de um Brasil abandonado, estigmatizado pela doença e pelo analfabetismo, contrapondo-se à ideologia do “sertanejo forte” – sendo tal ideologia o pilar de uma nacionalidade de bases militares, ancorada na ideia de que, se convocado, tal homem sertanejo seria capaz de garantir a integridade territorial e política do Brasil.

Para essa revelação do Brasil do interior, foram destacados – como anteriormente já mencionados – os relatórios das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz, em especial a expedição encabeçada por Belisário Penna e Arthur Neiva, revelando uma hinterlândia oposta à exaltação da natureza e do homem sertanejo, encontrada nos textos românticos e ufanistas. Sustentado por essa denúncia de um Brasil oculto e ignorado, o médico Miguel Pereira, em 1916, declarou que “O Brasil é um imenso hospital”, provocando polêmicas no âmbito da *intelligentsia* nacional: os intelectuais favoráveis a este mote acreditavam na necessidade da exposição das “feridas” do país, em termos de endemias e abandono dos sertões, argumentando em favor da abordagem realística do Brasil, sem os eufemismos do ufanismo; os críticos, por sua vez, entendiam essas exposições cáusticas como riscos de formação de uma geração cética e pessimista quanto aos destinos nacionais. (LIMA, 1999).

Contudo, não era para um negativismo irremediável que as considerações e conclusões dos médicos-cientistas do Instituto Oswaldo Cruz apontavam, uma vez que o movimento sanitário da Primeira República alimentava a ideia de que, com os recursos higienistas adequados, seria possível enfrentar os dilemas da nacionalidade brasileira, fragilizada pelas patologias. Assim, não encorpendo concepções essenciais e imutáveis de inferioridade racial ou inospitalidade climática, os sertões – redutos das essencialidades da brasilidade e noções marcadas mais pelas experiências de autenticidade avessas ao parasitismo cosmopolita das metrópoles do que espaços geográficos propriamente ditos, pois eram quase do tamanho do Brasil – poderiam ser modificados.

No esforço de caracterização dos sertões, o homem sertanejo também foi representado intensamente, sendo valorizado ambigualmente, positiva ou negativamente, variando da ótica centrada em elementos como força, autenticidade e comunhão com a natureza – enaltecidos na literatura romântica – até os caracteres de isolamento, ignorância e ociosidade – traços mais destacados por uma literatura (neo)naturalista; para além dessas duas posições opostas, o tipo humano rural da hinterlândia também foi satirizado e caricaturado pelo modernismo. Isso porque, assim como os pensadores sociais, os literatos – enquanto legítimos e privilegiados representantes da *intelligentsia* nacional – também se empenharam, conscientemente ou não, no “desvendamento” e na descrição do Brasil, contribuindo decisivamente para o forjamento da imagem nacional, divulgada de modo relativamente mais amplo por conta da “leveza” das obras artístico-literárias quando cotejadas aos relatórios e ensaios acadêmicos e científicos dos pensadores sociais propriamente ditos.

Esquemáticamente, pode-se dizer que o Sertão, cenário privilegiado da literatura do século XIX, sobretudo da terceira geração romântica brasileira, era enobrecido a partir da valoração positiva dos tipos humanos do interior brasileiro, ativos e mestres no domínio da natureza, cujos elementos eram entronizados na conformação das características mais essenciais desses sertanejos. Dentre os principais literatos que responderam a essa concepção de mundo podem-se citar José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora; tal perspectiva foi retomada, posteriormente, por Afonso Arinos. O sertanejo também era representado de modo positivo, exaltado em sua adaptabilidade ao ambiente, em sua força e virilidade; esse sertanejo em espécie de simbiose com o meio natural exterior já havia sido destacado pelos textos de Rondon e Roquette Pinto, não indicando uma ruptura radical entre os textos românticos do Oitocentos e os textos supostamente científicos e críticos das “missões civilizatórias” do início do século XX.

Se a literatura regionalista paulista, tanto anterior quanto coetânea a Monteiro Lobato, retratava os habitantes do Sertão como personagens históricos (e literários) altivos, a sua face diametralmente contrária fora apresentada alegoricamente pelo personagem Jeca Tatu, deste literato paulista. Nessa alegoria simbólica de grande sucesso, o caipira – metonímia dos habitantes do interior – era caracterizado como indolente, imprevidente, parasita e sem sensibilidade ecológica, pois tomava atitudes predatórias:

Este funesto parasita da terra é o Caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças, à medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, o pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. (LOBATO, 1957, v.1, p.271).

Em *Urupês* (1918), o caboclo Jeca Tatu é definido como “um piraquara do Paraíba”, sempre de cócoras, não se colocando ativo perante qualquer problema que exigisse força e caráter. Ironizando a literatura romântica, o literato afirma: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!” (LOBATO, 1957, v.1, p.281). Essa imagem negativa calcava-se nos relatórios dos movimentos de saneamento dos sertões, responsáveis pelo verdadeiro “descobrimento” do povo brasileiro interiorano: ao invés do sertanejo forte idealizado, encontrou-se um homem enfermo e alquebrado pelo impaludismo e pelas verminoses.

No entanto, são os próprios relatórios do Instituto Oswaldo Cruz que vão fazer o literato paulista mudar sua postura ante o caboclo sertanista: revelando a generalização das pandemias, esses relatórios contribuem para que o sertanejo seja redimido de sua preguiça e indolência, atribuindo ao abandono ao qual era acometido – com a consequente falta de assistência para a sua convalescência – a responsabilidade por sua situação de miséria e indigência. Assim, Lobato mostrava a sua conversão ao ideário sanitário ao reclamar urgência para o “saneamento dos sertões”, somente assim sendo possível integrar o homem do interior ao projeto de um país forte e autônomo. Por isso, na epígrafe de *Problema vital* (1918), este literato vai reconhecer a sua própria falha de julgamento, ao dizer que: “O Jeca não é assim: está assim.” (LOBATO, 1957, v.8⁴⁷ *apud* LIMA, 1999, p.146).

Em suma, a obra de Lima (1999) é tributária ao entendimento da heterogeneidade com que o sertanejo fora tratado e “desenhado”, ao longo da história, pela *intelligentsia* brasileira: para alguns, podem ser considerados como depositários dos males decorrentes da mistura racial; para outros, podem ser, justamente por essa miscigenação, considerados como frutos

⁴⁷ LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. v.8. (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, literatura geral).

ou produtos positivos, mais bem adaptados às condições adversas do meio; outros ainda consideram o sertanejo como o portador dos valores autênticos do caráter nacional; há ainda as considerações desses personagens como corolários da degeneração advinda do isolamento e do abandono.

Essa heterogeneidade do personagem sertanejo se consubstancia em uma discussão de outra ordem: o Sertão assume ainda o significado de *fronteira*, espaço a ser (re)ocupado e (re)povoado de acordo com os ditames de um projeto nacional cientificamente orientado. Nesse contexto, emerge uma praticamente inevitável comparação dos sertões no pensamento social brasileiro com o papel da fronteira na formação histórico-social dos Estados Unidos da América: em ambos os casos, constrói-se simbolicamente uma representação espacial cindida e dual – o decantado dualismo Litoral/Sertão e a partição geográfica Leste/Oeste nos casos, respectivamente, do Brasil e dos Estados Unidos – em que se enfatizava o dilema de uma sociedade que queria civilizar-se/modernizar-se ao mesmo tempo em que deveria preservar a sua autenticidade.

Assim, será a partir da condição fronteiriça – enquanto “borda” ou “limite” de espaços que respondem a lógicas socioculturais e político-econômicas distintas – que as porções territoriais sertanejas contrapor-se-ão às porções territoriais litorâneas; da mesma forma, será com vistas à superação dessas fronteiras que se tencionará expandir o arquétipo do Litoral rumo aos sertões do território nacional. Respondendo a essa matriz genética e embebida de intenções, a formação histórica e a dinâmica da fronteira, no bojo da penetração da hinterlândia e dos projetos de superação dos sertões, serão trabalhadas a seguir.

2.1.2 *Sob os signos das mudanças espaço-temporais: fronteiras e expansionismo do Litoral*

Embora esteja preocupado essencialmente com outro fenômeno – o do avanço da frente de expansão nacional sobre os territórios indígenas, sobretudo em terras amazônicas –, Martins (2009) estabelece interessantes reflexões acerca do elemento *fronteira*: espaço de contato, de relação e de tensão, a fronteira justapõe os “do lado de cá” e os “do lado de lá”, constituindo-se em ponto limite de territórios continuamente redefinidos, diferentemente disputados por distintos grupos humanos. Desse modo, este autor coloca que a fronteira não se reduz, de modo algum, à fronteira geográfica, limite espacial mais ou menos definido e traçado, cartografado, segundo jurisdições de soberania e poder:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E,

sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (MARTINS, 2009, p.11, grifo do autor).

A fetichização da fronteira como “ponta da história”, marcada por sua dimensão mais moderna e transformadora da sociedade, impõe limitações aos estudos de cunho sociológico, histórico, geográfico e antropológico, pois nega um fator fundamental: a fronteira se expressa por uma complexa combinação de tempos históricos, em que formas “arcaicas” de produção e reprodução dos modos de vida se combinam com os hegemônicos cenários racionais e modernos. (MARTINS, 2009).

As sociedades latino-americanas ainda estão no *estágio da fronteira* (HENNESSY, 1978⁴⁸ *apud* MARTINS, 2009) – isto é, ainda se encontram em um momento histórico em que as relações sociopolíticas estão marcadas por movimento de expansão demográfica sobre áreas “não ocupadas” ou “insuficientemente” valorizadas pelo capital. A história do recente deslocamento sobre a fronteira abriga perspectivas dicotômicas: ao mesmo tempo em que se revela uma história de destruição, é também uma história de resistência, protesto, sonho e esperança.

Em termos sociológicos, a caracterização e a definição da fronteira, no caso brasileiro, passam necessariamente pela situação do conflito social, fazendo dela, essencialmente, um lugar de alteridade, de descoberta do “outro” e de desencontro; este desencontro, todavia, não é apenas o desencontro explícito de diferentes concepções e visões de mundo dos grupos humanos postos em contato, mas é também um desencontro das temporalidades históricas. Assim, a fronteira é, além de tudo, uma *fronteira espaço-temporal*.

Conforme Souza (1997), o imaginário da fronteira retira sua força simbólica a partir, principalmente, da tradição que associa o Sertão a traços negativos, uma problemática a ser resolvida para a concretude da nacionalidade brasileira. No âmbito dessa interpretação, marca-se de imediato a direção de avanço da fronteira: o Sertão é o alvo, sobretudo o “sertão vazio”, não utilizado, desértico, do Brasil Central. Contudo, a fronteira não corresponde ao movimento propriamente dito, mas ao seu resultado fixado, ao pouso ou estabelecimento e cristalização de núcleos sedentários, contrapostos à errância sertaneja.

Enquanto área de demarcação entre porções distintas de um mesmo território, “a fronteira vem a ser intermédio entre um Brasil ‘cultivado’ pela civilização e outro ainda bruto, muito sertão.” (SOUZA, 1997, p.135). A posse das terras do interior, sob o pressuposto de sua nacionalização efetiva, transforma-se, pois, na missão prioritária dos agentes fronteiros. Os

⁴⁸ HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. London: Edward Arnold, 1978.

sertões e as florestas aparecem mapeados como regiões disponíveis à expansão e à ocupação – o que significa, em síntese, a diretriz para um “aproveitamento” econômico; entretanto, nas interpretações de Candice Vidal e Souza, essas “reservas” nacionais possuem desiguais significâncias para a brasilidade, uma vez que é somente no sertão do Brasil Central que se opera uma transmutação das etnias em favor de uma “nova raça” típica e original do Brasil, uma miscigenação fortalecedora dos grupos sociais isolados que permite a conquista da hinterlândia: “No sertão, conta-se, nasce o brasileiro como povo e surge o gérmen da nacionalidade autêntica.” (SOUZA, 1997, p.136). Em outras palavras, a formação da nacionalidade se processa no avanço fronteiriço por esses sertões da nossa hinterlândia ocidental, pois o avanço por outras fronteiras pretensamente não-sertanejas, também realizado entre limites internos, não se afirma sob a mitologia do “povo andejo” e da renovação perpétua do sentimento de nacionalidade, mas apenas enquanto questão de soberania, de legitimação do poder estatal sobre seu território. (SOUZA, 1997).

Vale enfatizar que essa distinção entre um sertão propriamente dito – correspondente ao Brasil Central e ao Oeste – e as áreas florestadas, ambos na condição de “espaços de reserva”, não é realizada nesta pesquisa, pois, na condição de espaços-alvos de projetos, tanto o primeiro quanto o segundo são classificados como *Sertão*, a despeito de ser possível reconhecer uma distinção dos momentos históricos em que estiveram em foco.

No que se refere à questão da fronteira na formação histórica brasileira, tornou-se frequente no pensamento social a comparação entre as experiências históricas do Brasil com os Estados Unidos da América⁴⁹. Neste país, o maior arauto das teorias acerca das fronteiras foi Frederick Jackson Turner (1861-1932), cuja teoria foi amplamente cotejada pelos intelectuais brasileiros. Dentre estes, um dos principais foi o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

Conforme Wegner (2000), a obra de Sérgio Buarque de Holanda apresenta muitos pontos de contato com a obra de Turner, sendo uma delas a da “válvula de segurança” (*safety valve*) – que aparece na tese turneriana como uma de suas facetas, ainda que não seja a mais original: esta característica da fronteira pauta-se na existência de terras livres, as quais assumiram o papel histórico de ponto de convergência para a migração interna dos habitantes dos núcleos “saturados”, em geral correspondentes aos núcleos originais de povoamento; esse

⁴⁹ Assim como no pensamento social brasileiro, Wegner (2000) coloca, a partir do pensamento do intelectual George H. Williams em *Wilderness and Paradise in Christian Thought*, que a noção do Sertão/deserto dos Estados Unidos, expressa na concepção de *wilderness*, também possui uma ambivalência de valorizações positivas ou negativas no âmbito do pensamento judaico-cristão: adotando como pressuposto exemplar o Êxodo dos israelitas do Egito e sua peregrinação pelo deserto, o Sertão/deserto incorpora tanto a ideia de abrigo e lugar de meditação como local ou terra devastada, inóspita.

era o caso do Planalto paulista, permitindo uma maior mobilidade que não encontrava par em nenhuma outra localidade do território luso-brasileiro, ou mesmo da Europa. Sérgio Buarque coloca ainda que a saturação de terras em decorrência de métodos predatórios de cultivo – gerando uma espécie de *fronteira perversa*, similar àquela que, posteriormente, influenciou os generalistas a migrarem das zonas mineradoras para outras porções territoriais mais favoráveis à ocupação econômica, gerando uma ocupação do Oeste mineiro, como visto no capítulo anterior – indica a tendência a um povoamento de novas terras.

A despeito do funcionamento da “válvula de segurança” das fronteiras ter sofrido interrupções em função da intensa migração, a partir do final do século XVII, para as regiões mineradoras – uma vez que este mecanismo pressupõe, para o seu funcionamento, uma continuidade dos fluxos populacionais –, o planalto vicentino foi marcado significativamente por essa válvula, ao longo do Seiscentos:

[...] a criação de sucessivos núcleos urbanos obedeceu [nas capitânicas paulistas] a uma necessidade vital dos seus habitantes. Pois se de um lado era suscitada pela própria estrutura social e econômica em que tradicionalmente assentava a vida das mesmas capitânicas, de outro devia servir para conservar intacta aquela estrutura, ameaçada de deteriorar-se sempre que faltassem escoadouros por onde se verteriam os excedentes da população das vilas. (HOLANDA, 1966, p.104⁵⁰ *apud* WEGNER, 2000, p.118).

É o próprio historiador que realça a similaridade com a *safety valve* do Oeste dos Estados Unidos, responsável por resguardar o Leste atlântico de perturbações internas: “Quando os empregados vierem a minguar, ou forem insuficientes os soldos, não faltará ao operário diligente o recurso àquelas terras dadivosas, verdadeiro jardim do mundo, que desde os dias da Criação está à espera dele, a fim de que o povoe e desfrute.” (HOLANDA, 1966, p.104 *apud* WEGNER, 2000, p.119). Entretanto, para além das semelhanças entre as áreas livres ao redor do núcleo piratiningano e o Oeste estadunidense em suas funções de permitir a sobrevivência dos tipos sociais das áreas tradicionais, há diferença entre ambos: “Se diferença houvesse, estaria nisso, que aqueles espaços livres [em torno do núcleo de Piratininga], em vez de tingidos de cores tão idílicas, deviam parecer, em geral, uma realidade descolorida e chã, mais refrigerio talvez do que esperança.” (HOLANDA, 1966, p.105 *apud* WEGNER, 2000, p.119).

Outro ponto de convergência entre as fronteiras luso-brasileira e estadunidense foram os contatos históricos dos colonizadores com os nativos, estabelecendo certo grau de adaptação daqueles a estes: fenômeno recorrente em todo o continente, as experiências de

⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da População em São Paulo no Século XVIII. *Revista do IEB*, 1966, p.103-105.

contato/adaptação entre adventícios e nativos, embora de mesma natureza, muito variaram em termos de intensidade, de modo que, se nos Estados Unidos elas aconteceram sob o signo da exceção, na América portuguesa essa intensa adaptação ao nativo constituiu-se praticamente em regra. Em todo caso, o que se sucedeu foi a *americanização* propiciada pela fronteira, considerada como o núcleo da tese de Turner⁵¹.

Advogando uma universalidade do processo de adaptação aos grupos humanos nativos na história colonial continental, Sérgio Buarque de Holanda aponta, em *Monções* (1945) e em *Caminhos e Fronteiras* (1957), para uma formação de uma sociedade de fronteira no Brasil, marcada pela forte miscigenação demográfico-cultural ao nativo. Para o caso da fronteira nos Estados Unidos, Lima (1999) subestimou esse sincretismo com os habitantes originais, entendendo a sociedade como resultado mais de uma pura universalização do núcleo original de origem puritana do que como produto de um grau menos intenso de adaptação – como sugeriu o historiador paulista; por outro lado, esta autora concorda que a fronteira luso-brasileira implicou, de fato, na simbiose de paisagens, pessoas e culturas.

Considerando a necessidade de que os conquistadores/colonizadores desenvolvessem, em alguma medida, um espírito *aventureiro*, Sérgio Buarque diferenciou as concepções que nortearam as audácias dos *homens de fronteira* ante os espaços incógnitos nos casos da colonização luso-brasileira e estadunidense: no caso dos Estados Unidos predominou a noção de que o desconhecido deveria ser *transformado*; por outro lado, no caso português, a noção predominante foi de que o que estava além-fronteira deveria ser *desfrutado*. Essas duas posturas geraram, também, dinâmicas diferenciadas nas fronteiras desses países, inclusive no que tange à incorporação maior ou menor à racionalidade burguesa. O que se coloca no caso da América portuguesa é, pois, uma racionalidade de “ajustamento ao mundo”, estabelecendo uma contraditória relação entre o tradicional e o moderno em que nenhum deles se assume em termos absolutos – daí Wegner (2000) falar de uma mentalidade capitalista *sui generis* para este Brasil colonial na obra de Sérgio Buarque, ainda que contraposta ao pressuposto da “racionalidade de dominação do mundo” na clássica concepção de Weber.

Em desacordo ao historiador paulista, Caio Prado Júnior, apoiando-se no historiador americano Marcus Lee Hansen (1892-1938), vai encarar a empreitada colonizadora como

⁵¹ O núcleo da tese turneriana acerca da fronteira, segundo Wegner (2000), consiste, sinteticamente, em: “num primeiro momento, diante de um ambiente hostil, o adventício se adapta ao nativo, para só depois, num segundo momento, retomar elementos da sua tradição que passam a se amalgamar com os de origem nativa para, daí, no terceiro momento, haver a retomada do legado europeu sobre novas bases.” (WEGNER, 2000, p.215). Em Sérgio Buarque de Holanda, essa *americanização* corresponde à dinâmica da fronteira em ação, enfatizando, de modo mais acentuado, o enfoque situacional das fronteiras – isto é, a consideração de uma dinâmica própria do continente americano que possa significar a *impressão de uma marca particular* nos valores do Velho Mundo transportados para a América.

uma luta entre a “barbárie” e a “civilização”, em que a única vitória possível encontra-se na dominação da natureza, já que a adaptação significa a derrota do precioso legado europeu, que, por ser considerado superior, deve permanecer e se sobressair. (PRADO JÚNIOR, 1996).

Para além da dupla perspectiva de dominação/adaptação da fronteira, Sérgio Buarque aborda também a questão, na formação histórica brasileira, da *fronteira controlada*, solução encontrada pela Coroa portuguesa para manter a empresa colonial ante a escassez de mão de obra. Essa escassez é encarada como problema:

precisamente no Brasil, aquele princípio [que manda que as regiões de terra adentro não se povoem antes de assegurado o povoamento, a defesa e a posse da marinha], ditado pelas condições especiais de sua metrópole européia, que não dispunha de gente numerosa e nem, por isso mesmo, de poderosa milícia, para ensaiar em seu longo império uma empresa de modo aparatoso, comparável à que se vinha realizando nas Índias de Castela, é manifesto já nas cartas de doação das capitanias, onde se estipula que aos donatários será lícito erigirem tantas vilas quantas queiram junto ao mar ou aos rios navegáveis, porém que pela terra adentro as não poderão fazer, salvo se entre uma e outra corra espaço mínimo de seis léguas. A idéia era, claramente, conterem-se os povoadores nas imediações dos portos de embarque e pontos vulneráveis da costa, pois não seriam os colonos em tamanho número que pudessem ser encaminhados ao sertão sem se despovoarem aqueles sítios. (HOLANDA, 1954, p.37-8⁵² *apud* WEGNER, 2000, p.134-5).

Assim, as entradas para o interior, reprimidas pelo governo central, só aconteciam como exceção, condição que, no século XVII, transformou-se em fluxo continuado de colonos que demandavam o Sertão, configurando o movimento do bandeirantismo; por conseguinte, a fronteira controlada passou a ser uma “fronteira mal controlada”.

Em síntese, enquanto a América espanhola pouco vivenciou, comparativamente, a experiência da fronteira no sentido turneriano – uma vez que a formação histórica colonial espanhola apontou para a formação de cidades no interior do continente, abrigando núcleos de poder e controle –, a América portuguesa e a América inglesa vivenciaram essa experiência: no caso anglo-americano, após um controle efetivo durante os séculos XVII e XVIII, ocorreu uma experiência de *fronteira aberta* no século XIX, quando os Estados Unidos se viram livres da dominação britânica e responderam por uma participação estatal em termos de incentivo; no caso luso-brasileiro, a colonização litorânea foi acompanhada de um controle sobre as entradas para o continente, mas, em decorrência de deficiências nesse controle, essas entradas aconteceram desde o século XVII, a despeito das ordens régias e da baixa quantidade de pessoas disponíveis.

No cotejamento das fronteiras coloniais, o historiador paulista ainda faz uma distinção entre as experiências brasileira e estadunidense: a conquista do Oeste nos Estados Unidos se

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Piratininga: 1532-1560. *Separata do volume do IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1954. p.37-44.

deu sob um *ritmo* muito mais acelerado, em função, sobretudo, do poder bélico intensamente mais desenvolvido, permitindo um maior distanciamento entre os colonos e os nativos e, conseqüentemente, um menor índice de adaptação daqueles a estes; o caso da fronteira brasileira, dinamizada séculos antes, não pôde contar com o mesmo poderio bélico e, por conseguinte, não estabeleceu a mesma vantagem na relação de forças entre os adventícios e os habitantes originais da terra, forçando a uma maior aproximação e a uma integração maior entre ambos. Esses corolários em termos de maior ou menor afastamento/adaptação aos nativos já haviam sido apontados pelo autor e mesmo nesta pesquisa; mas o que interessa neste ponto é a ênfase que Sérgio Buarque dá aos aspectos materiais e tecnológicos para explicar as diferenças nas dinâmicas das fronteiras.

Outros intelectuais também se debruçaram sobre a questão da “fronteira em movimento” no caso brasileiro. Um destes foi J. F. Normano, o qual, em *Evolução econômica do Brasil* (1945), estabeleceu uma interpretação de deslocamento das fronteiras que representou a fundação de uma tradição nas explanações da sociografia brasileira: para este intelectual estadunidense, a fronteira constitui-se em um conceito que designa a expansão econômica dentro dos limites políticos de um território; desse modo, ela “Não é a expansão do território político, mas a incorporação do território existente à vida econômica da nação, a colonização interna nacional.” (NORMANO, 1945, p.2⁵³ *apud* SOUZA, 1997, p.143). Com um mapa econômico menos extenso do que o mapa político, a expansão continuada do Brasil é um movimento desencadeado por forças internas, sendo um processo de *nation-building* que se faz a partir de si mesmo, e, embora tenha se transmutado ao longo do tempo, as fronteiras dos sertões brasileiros persistem em seus projetos expansionistas, avançando sobre as reservas territoriais (políticas) do Brasil e “abrindo” os espaços sertanejos por meio de modernos equipamentos de comunicação e por uma maior organização/racionalidade na colonização.

Nesse sentido, a marcha da fronteira estabelece-se como uma estratégia (auto) imperialista por excelência, promovendo uma intervenção de cunho econômico, político e simbólico sobre uma porção territorial; o “sertão-vazio” é transformado em alvo de um imperialismo interno, buscando a integração nacional no estabelecimento de uma unicidade do sistema econômico, calcada em modernos meios de transporte e circulação. (NORMANO, 1945 *apud* SOUZA, 1997). Esta estratégia imperialista parece se assentar como um componente fundamental na formação histórica do Brasil, considerando que Holanda (1957) anteviu uma recorrência dessa “força expansiva” na história nacional, revelando uma

⁵³ NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945.

dinâmica de deslocamentos constantes da fronteira a partir da continuidade das figuras andejas, levando em conta os tempos históricos de seus predomínios, dos *bandeirantes* (no século XVII), dos *monçoneiros* (no século XVIII) e dos *tropeiros e fazendeiros* (no século XIX).

Nash (1939⁵⁴ *apud* SOUZA, 1997), outro autor-intelectual brasilianista, vai levar ao extremo a necessidade de avanço das fronteiras com o resguardo de um avanço econômico: a fronteira é também limite da “barbárie” e marca do avanço civilizatório, sustentado pelo progresso e pela produção econômica; o avanço sobre os sertões dá-se quase que como uma operação bélica, requisitando o avanço produtivo sustentado por ações sociais estimuladas pelos auxílios oficiais, ações cooperativas e, principalmente, por grandes somas de capitais. O amadorismo das iniciativas privadas é substituído, pois, pela racionalização planejadora.

Nas narrativas interpretativas de Fernando de Azevedo, em *A cultura brasileira* (1971⁵⁵ *apud* SOUZA, 1997), porém, ganha destaque uma repercussão mais política do que econômica: com o avanço rumo aos sertões brasileiros, operava-se uma aproximação com a estrutura histórica da fronteira dos Estados Unidos, formando-se, segundo este sociólogo, os primórdios de uma democracia de base individualista e igualitária.

Por fim, vale ainda destacar a obra de Clodomir Viana Moog, o qual, em *Bandeirantes e pioneiros* (1989⁵⁶ *apud* SOUZA, 1997), também realizou um cotejamento das experiências fronteiriças do Brasil e dos Estados Unidos: *a priori*, este autor estabelece uma crítica cultural ao Brasil a partir de negações das suas dimensões sociais quando comparadas ao espírito do *pioneer* norte-americano, ovacionado em suas qualidades, tomadas como básicas; *a posteriori*, porém, ele assume a definição de projeções otimistas para a construção nacional. O modelo do pioneiro funciona, então, como um constructo simbólico e alegórico especular à figura do conquistador nacional – o bandeirante: o pioneiro é arraigado profundamente a terra, realizando a migração sob os fins de estabelecimento e ocupação efetivos; o bandeirante, por sua vez, é predatório, uma vez que migra de modo pendular, “indo para voltar”. A valorização da experiência norte-americana assume, neste autor, um aconselhamento para a redefinição da experiência brasileira, tencionando reverter a postura nacional no tratamento de sua fronteira, ainda não finalizada – pois operada de forma desconcertada, mantendo inúmeros “vácuos” na extensão territorial –, em prol da construção efetiva de uma “civilização nos trópicos”.

⁵⁴ NASH, Roy. *A conquista do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.

⁵⁵ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1971.

⁵⁶ MOOG, Clodomir Viana. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

Destarte, cristaliza-se a mitologização da fronteira interminável, elemento distinto e imprescindível nas sociografias voltadas para a construção da nação brasileira: marchar sobre os sertões é centelha para a nacionalidade; a posse do de-sertão engendra uma expectativa de ações planejadas e racionais, extraindo as potencialidades dos espaços grandiosos – ainda que relativa ou totalmente incógnitos – do território nacional e buscando construir um Brasil uno, magnificente como a sua geografia.

Nos estudos da fronteira no Brasil, os estudiosos se depararam, basicamente, com duas concepções de referência: desde os anos 1940, os geógrafos importaram a designação de *zona pioneira* (ou *frente pioneira*) para designar a fronteira; a partir dos anos 1950, por sua vez, os antropólogos cunharam a ideia de *frentes de expansão* para expressar o deslocamento da população “civilizada” e das atividades econômicas reguladas, de algum modo, pelo mercado. Em linhas gerais, a distinção entre tais frentes baseia-se no ponto de partida e no ponto de vista: enquanto a frente de expansão – usada mais acentuadamente por antropólogos, sociólogos e historiadores – expressa a concepção de ocupação espacial a partir dos agentes subordinados, como os indígenas, a frente pioneira adota como referência os agentes subordinadores, heterogeneamente compostos por, por exemplo, empresários, fazendeiros, comerciantes e pequenos agricultores modernos e empreendedores. (MARTINS, 2009).

Subjacente à concepção da frente pioneira encontra-se a ideia de que a fronteira propicia a criação de novas sociabilidades, cunhadas sob os pressupostos do mercado e das contraturalidades das relações sociais; desse modo, ela configura-se como “situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas.” (MARTINS, 2009, p.135-6). Portanto, a frente pioneira indica uma face da reprodução ampliada do capital, em seu caráter extensivo e territorial, mediado pela conversão da terra em mercadoria (ou seja, em renda capitalizada). Sob essa forma capitalista, a expansão que se opera na fronteira dá-se a partir da proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários.

Por outro lado, a frente de expansão indica uma forma de expansão do capital que não se caracteriza como essencialmente capitalista⁵⁷, pois se pauta, sobremaneira, na difusão de

⁵⁷ “No meu modo de ver, as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações *não capitalistas* de produção mediadoras da reprodução *capitalista* do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. Portanto, aí tendem a se desenvolver atividades econômicas em que não assumem forma nem realidade própria os diferentes componentes da produção propriamente capitalista, como o salário, o capital e a renda da terra. Os meios de

uma rede de trocas comerciais em que pesa a ausência reguladora do dinheiro – a não ser como mera referência nominal arbitrada pelos donos locais do poder, controladores dos recursos materiais e exploradores da força de trabalho que mantêm sob seu domínio. Assim, o mercado existe – por meio dos comerciantes dos povoados – sob um caráter monopolista, quase sempre assinalado pela violência das relações de dominação pessoal, seja no comércio ou mesmo nas relações de trabalho, em que são recorrentes as figuras da peonagem ou da escravidão por dívida⁵⁸. Nas frentes de expansão, por conseguinte, a dimensão econômica é secundária, pois o que está posto em primeiro plano é a *fronteira da humanidade*, de modo que no “lado de lá”, visto do “lado de cá” – seja a visão da sociedade hegemônica (litorânea) que olha os sertões, ou a visão oposta, dos sertanejos para a sociedade capitalista dominadora –, encontra-se o “outro”, “não humano” e “bárbaro”.

O que a dualidade frente pioneira/frente de expansão impõe é a necessidade de refletir, no âmbito das fronteiras políticas brasileiras – isto é, do território submetido à soberania do Estado nacional brasileiro –, acerca de outra contraposição: a fronteira demográfica *versus* a fronteira econômica; nem sempre coincidentes, esta, em geral, encontra-se aquém daquela. Segundo a correspondência entre a frente pioneira e a fronteira econômica, por um lado, e entre a frente de expansão e a fronteira demográfica, por outro, concebe-se uma situação em que a linha de povoamento estabelece-se de modo mais avançado que a linha de ocupação efetivamente econômica do território, articulando uma distinção essencial: “entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc.” (MARTINS, 2009, p.138). Em outras palavras, a “marcha civilizatória e modernizadora” se caracteriza por um *front* de agentes que entram em choque com as condições anteriormente postas, objetivando, sob a lógica de uma fronteira demográfica dada, inserir elementos mais condizentes, ainda que não totalmente, a uma lógica capitalista; quando a situação encontra-se menos tensa e

produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário. Portanto, o produtor não tem como organizar a sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. O capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível.” (MARTINS, 2009, p.156, grifos do autor). Dessa forma, parece haver uma aproximação entre este entendimento das *frentes de expansão* e os *fundos territoriais*, destacados alhures nesta pesquisa.

⁵⁸ A *peonagem* ou *escravidão por dívida* são relações de trabalho bastante comuns na retratação do universo do trabalho nas obras regionalistas da Segunda Geração Modernista, como se verá no Capítulo IV. Isso indica que os territórios ali retratados encontravam-se sob a lógica da frente de expansão, podendo, assim, serem encarados efetivamente como *sertões*, espaços-alvos de necessária modernização – ou, em outros termos, integração de modo efetivo à lógica do capital.

caótica, ocorre o avanço da fronteira econômica, que, anteparada pela anterior, pode estabelecer as relações efetivamente racionais e modernas do capitalismo.

O quadro pintado por essas realidades é o de tempos históricos próprios, uma vez que a inserção ou não na territorialidade definida pela fronteira econômica impõe diferentes níveis de desenvolvimento econômico, os quais, associados ao modo de vida, sugerem modelos historicamente desconhecidos – embora coetâneos – de desenvolvimento social. Destarte, a admissão ou não de uma porção territorial em um território hegemônico – definido pela lógica capitalista da fronteira econômica, considerando que a esta se associa a hegemonia política – indica, no âmbito de uma mesma soberania, a coexistência da diversidade de pensamento, em que vale ressaltar a convivência entre ideias e condutas modernas e arcaísmos.

As “faixas” de fronteiras, entretanto, não se estabelecem de modo ideal: ao contrário, as condições de expansão e pioneirismo se interpenetram, sendo marcadas sobremaneira pela tensão entre populações antagônicas, inclusive no que tange ao tempo histórico em que vivem. No escopo dessa comutação de elementos característicos, traços típicos da história da frente de expansão – como a exploração trabalhista a partir da escravidão por dívida – são adotados pelas empresas modernas da frente pioneira; do mesmo modo, pobres povoados camponeses encontram-se justapostos a fazendas de grandes grupos econômicos, dotadas de equipamentos modernos e de alta tecnologia. (MARTINS, 2009).

No âmbito dessa interpenetração, a própria característica de funcionamento das frentes de expansão como *fronts* ou “escudos” das frentes pioneiras perdeu o seu vigor, sobretudo a partir da Marcha para Oeste, de 1943, quando o Estado passou a intervir diretamente a fim de acelerar o ritmo de deslocamento dos agentes típicos da frente pioneira sobre os territórios novos, em geral já ocupados na condição de fronteiras demográficas. A partir dessa data, o avanço da frente pioneira sobre a Amazônia – que, em outras regiões, dependia do impulso gerado por interesses imobiliários do grande capital, de empresas ferroviárias e da agricultura voltada para a exportação, como o café do sudeste brasileiro – passou a depender de iniciativas estatais.

Essa nova situação alterou inclusive o quadro social envolvido nessas migrações: se a frente de expansão era tradicionalmente composta por populações ricas e pobres – em geral, grandes fazendeiros e pecuaristas que levavam seus trabalhadores e agregados, sujeitos à exploração e à dominação pessoal, apoiadas no endividamento e coação –, a nova situação de superposição das frentes de expansão e pioneira colocou em justaposição o grande poderio do capital organizado e as populações autóctones, tornando os conflitos mais agudos e dramáticos.

Tornaram-se frequentes e numerosos os despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam. Com ou sem base em decisão judicial, os supostos donos, muitas vezes apoiados em documentos falsos, têm conseguido com facilidade o reconhecimento de direitos indevidos. A aceleração do avanço da frente pioneira em diversas regiões adiantou-se à própria frente de expansão e entrou diretamente em contato com as populações indígenas. Se nos anos 1970, no Mato Grosso, a distinção entre as duas modalidades de ocupação territorial ainda podia ser facilmente feita, o mesmo não se deu nos anos 1980, no Pará. Aqui os índios ainda em fase incipiente de integração na sociedade nacional combateram diretamente as grandes empresas modernas que se instalavam em sua região com grandes fazendas, interditando-lhes o acesso às terras que pretendiam ocupar. (MARTINS, 2009, p.154).

Todavia, a coexistência das frentes em uma *situação de fronteira* significa muito mais do que o “gatilho” para os conflitos que ali se travam – sobretudo entre camponeses e grandes proprietários de terra, ou ainda entre “civilizados” e “bárbaros” silvícolas ou indígenas –, pois indica também a dimensão dos conflitos em distintas concepções de destino ou, em outros termos, em distintos projetos históricos; portanto, ao estabelecer diferentes modelos de ocupação do território, as frentes de expansão e as frentes pioneiras também marcam entre si projetos de Brasil diferenciados, dotando essas fronteiras de uma riqueza referencial ímpar para as pesquisas e interpretações que buscam apreender a pátria brasileira.

Pátria-Brasil, é preciso destacar, marcada por uma paradoxal composição: voltando ao historiador Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil é marcado, esquematicamente, pelo signo da *reforma*, e não da revolução, justapondo, por transformações graduais e sem cortes drásticos com o passado, as instâncias do *tradicionalismo* e do *moderno*. (WEGNER, 2000). Por isso, conforme Lima (1999), o paradigma mais clássico de dicotomia entre o Litoral e o Sertão foi atualizado – sem, contudo, alterar a sua essência –, no âmbito da sociologia institucionalizada, para o dualismo *atrasado/moderno*.

2.2 Sob os signos da modernidade: o moderno no espaço geográfico e na literatura modernista-regionalista da década de 1930

Sertão, fundos territoriais, espaços de reserva, espaços de futuro, fronteira... todas essas conotações denotam componentes ou elementos que objetivam a transformação ou transubstanciação desses espaços assim qualificados, calcadas no estatuto da *modernidade*. Mas afinal, quais são os signos dessa modernidade demandada? Qual é essa modernidade de que se vale para “afastar” ou negar os sertões, para superá-los? Embora seja um fenômeno bastante complexo, aqui serão abordados apenas os traços superficiais da modernidade pleiteada – para além de suas características que já puderam ser inferidas a partir da sua

relação com a urbanidade, impetrada no primeiro capítulo –, dínamo da transição dos espaços de fronteira em prol da afirmação da lógica político-econômica e sociocultural hegemônica.

Gomes (2007) reconhece três características essenciais que permitem congregá-los sob o rótulo da modernidade os diversos movimentos considerados modernos: o caráter de ruptura, a imposição do novo e a pretensa capacidade de alcançar a totalidade dos fatos e fenômenos. Todos os fenômenos que se impõem a alcunha de “modernos” partem de uma negação ao que até então existia, referenciado como “antigo” ou “tradicional”, como um elemento obsoleto que precisa ser superado; disso decorre uma filiação intrínseca com a estrutura do progresso, conclamando permanentemente os signos da mudança e do avanço de modo a transformar o *novo* em sinônimo de legítimo. Chamada diuturnamente a assumir o papel protagonista da história, essa novidade nega o tradicional a partir da *ruptura*, sempre alimentando um debate, um conflito entre tempos históricos, cujo mote é a mudança radical – e não a adaptação ou o ajustamento progressivo. No escopo dessas rupturas, o moderno conclama a emergência de um sistema global, no qual toda uma lógica seria redefinida em função da pretensão de *totalidade* característica dessa modernidade.

No âmbito desse processo de renovação permanente, o fato moderno é mitificado, e, enquanto mito, o combate entre o moderno e o tradicional é transformado em um discurso em que o primeiro é enaltecido; a partir da glorificação e do endeuamento da atualidade, a fabricação contínua do novo encontra seu perpétuo combustível no forjamento incessante de novos passados – adversários engendrados a fim de serem sempre superados.

Segundo Baudrillard (1990⁵⁹ *apud* GOMES, 2007), a modernidade configura-se como um *modo de civilização* característico, oposto ao tradicionalismo das culturas anteriores; a imprecisão histórico-geográfica desta definição não estabelece uma noção operacional acerca da modernidade, de modo que Habermas (1981⁶⁰ *apud* GOMES, 2007) vai precisar de modo mais rígido, no plano histórico, o fenômeno da modernidade: *moderno* era um termo usado no século V para designar a nova ordem cristã em oposição ao pretérito pagão e, desde então, assumiu a noção de substituição, a qual deveria ser operada, em grande medida, sobre o modelo da Antiguidade. Apenas no final do século XVIII que a ideia de modernidade se desvinculou do modelo da Idade Antiga, quando os ideais iluministas, inclusive no campo científico, redefiniram o termo, que iria se afirmar ao longo do século XIX.

Mesmo assumindo o recorte histórico como uma operação forçosamente arbitrária, Paulo Cesar da Costa Gomes estabelece que a fundação da modernidade, em suas genéricas

⁵⁹ BAUDRILLARD, Jean. *Encyclopedia Universalis*, 1990. Tomo 5, p.552.

⁶⁰ HABERMAS, Jurgen. La modernité: un projet inachevé, *La Critique*, v.XXXVII, n.413, out. 1981. p.950-967.

características que lhe conferem identidade, manifestou-se ao final do século XVII e ao longo do XVIII com o chamado Século das Luzes. *Mutatis mutandis*, as características da ordem social – em seus aspectos do pensamento científico, dos ideais políticos e fundamentos ideológicos – que então floresceram, prolongam-se na contemporaneidade, marcando uma raiz genética naquele profícuo momento histórico.

Em termos geográficos, as condições de constituição de territórios da modernidade surgiram em vários pontos da Europa Ocidental, nutrindo-se, sobretudo, da *aura moderna* dos grandes centros urbanos europeus: Paris, Londres e Amsterdã; dessa forma, instaurou-se um caráter cosmopolita que, embora não fosse absoluto, permitiu uma rápida difusão e circulação das ideias, apoiadas numa nova rede de comunicação estabelecida pela melhoria dos sistemas de transportes e pelo aumento considerável do nível médio de instrução. “As novas idéias difundiam valores julgados comuns a todas as épocas e a todas as sociedades e, de certa maneira, pressupunham a existência de uma unidade e de uma comunicação global.” (GOMES, 2007, p.54).

Destarte, o compartilhamento de uma única e comum “natureza humana” instaurou-se como ideia de grandes repercussões, permitindo a eclosão de novas escalas espaciais de identificação, de modo que as diferenças evidentes entre as diversas sociedades e seus gêneros de vida passaram a ser interpretadas como “posições” distintas no mesmo eixo unilinear de desenvolvimento – fundamento básico das *teses evolucionistas* da humanidade. O ápice do estatuto civilizatório foi etnocentricamente estabelecido na Europa, espaço-síntese do auge da condição humana e, para além das fronteiras tradicionais entre os Estados nacionais, região universal de referência, considerada a partir de uma base comum de identidade. A Europa como um todo foi tomada, pois, como um espaço que apresentava, com certa homogeneidade, um mesmo “grau civilizatório”, um mesmo patamar evolutivo do homem moderno – embora nem todo o continente europeu tenha experimentado, ao mesmo tempo, as mudanças advindas do *espírito da modernidade*.

Contraposta ao ideal nacionalista-romântico de estabelecimento das culturas nacionais, forjou-se, sob os pressupostos iluministas, uma ideia de um mundo unido sob uma única comunidade, para a qual se elegeu o francês como o idioma “culto” para a comunicação:

O francês foi adotado como língua “culto” dentro das mais importantes cortes européias da época e se impôs como idioma de comunicação, substituindo o latim na maior parte das publicações científicas e filosóficas. [...] O idioma foi a marca explícita de uma influência muito mais larga e difusa. A bem da verdade, a corte francesa representava o modelo de um certo modo de viver que contribuiu fortemente para criar a imagem de um mundo unido por um mesmo ideal de comportamento. (GOMES, 2007, p.55-6).

Concomitantemente, o cosmopolitismo sustentou redefinições no espaço e no tempo: quanto ao espaço, uma nova ideia de centralidade surgiu atrelada aos pontos espaciais de onde emergiam as inovações, instaurando uma nova ordem mundial baseada no dualismo *centro-periferia*, cujo *core* do progresso era Paris: “Paris é, sem dúvida alguma, a capital do mundo, o centro civilizador por excelência, onde tudo é ruído, movimento e espetáculo.” (GOMES, 2007, p.56); quanto ao tempo, o *tempo cíclico* da tradição – associado aos festejos tradicionais, em grande medida relacionados às atividades rurais – foi substituído pelo *tempo linear*, marcado por universais instrumentos de precisão (como, por exemplo, o relógio e o cronômetro), aperfeiçoados ou criados durante o Século das Luzes. O que aconteceu foi, pois, uma racionalização do tempo, exigência dos novos arquétipos produtivos, os quais requeriam unidades cronológicas mais precisas para alcançar uma maior eficiência produtiva. Ademais, descobertas geológicas e paleontológicas, no campo das ciências, e novas teorias filosóficas revolucionaram as ideias de duração e progresso, fundando uma sequência lógica de passado-presente-futuro, a qual legitimava a atualidade da modernidade como superação do passado e arauto do devir. (GOMES, 2007).

A própria ideia de sociedade vai se modificar com o advento da modernidade, uma vez que a esfera social se distanciou dos códigos de honra e tradição da Era Medieval, suscitando uma base de valores gerais – cujo sustentáculo era a universal “natureza humana” –, que ampliou, sob todos enfoques, as noções de tempo e espaço, e impôs uma nova leitura da diversidade cultural, submetida aos valores reconhecidos universalmente. Nesse contexto, a base da nova organização social foi dada pela constituição do Estado moderno, instituição que, conforme Paulo Cesar, consagrou a *racionalidade administrativa*⁶¹ a partir de três princípios fundamentais de legitimidade: a isonomia, o bem comum e o estabelecimento de equilíbrio entre interesses públicos e privados.

Como essência, a modernidade implantou uma concepção de mundo dominada pelo estatuto da razão e do progresso, de modo que a racionalização concorreu, inclusive, para o surgimento de um novo estilo literário e sociológico, uma visão de mundo dita *utópica*, confiante nos faustos advindos da Razão. Segundo Bureau (1984⁶² *apud* GOMES, 2007), as características fundamentais desta utopia centram-se na padronização e na igualdade; na

⁶¹ Dando sustentação à ideia de que heranças da ordem social iluminista se prolongam na contemporaneidade, o autor coloca que: “Entre o Estado planejador dos anos trinta [do século XX], criador de projetos, gerenciador, e as iniciativas dos serviços públicos, produção de dados e materiais para o reconhecimento do terreno, das administrações dos sécs. XVIII e XIX, existe uma forte correspondência.” (GOMES, 2007, p.59). Vale enfatizar, portanto, que os projetos de “devassamento” dos *sertões* no Novecentos já possuem as suas raízes nas práticas administrativas dos albos da modernidade.

⁶² BUREAU, Luc. *Entre l’Eden et l’Utopie: Les fondements imagineires de l’espace québécois*. Montreal: Québec/Amérique, 1984.

segregação, de modo que cada coisa deve permanecer em seu lugar; e na geometrização do espaço. Tais características ligam-se a um princípio maior, norteador da lógica moderna: a submissão do real ao racional.

Os planos urbanísticos modernos também se valem dessa hipertrofia da racionalidade, encarando o tecido urbano como uma totalidade passível de ser apreendida em todas suas funções e dinâmicas e, mediante o reconhecimento desse dinamismo e funcionalidade, funda-se o pressuposto básico das reformulações das *urbes*: é possível ensejar uma nova racionalidade em que, segundo os critérios de circulação, centralização e maximização de funções, a estética também se encontra imbuída do espírito de aprimoramento da *performance* funcional. Assim, as linhas retas, as simetrias, os largos horizontes e os alinhamentos de perspectivas, ângulos e fachadas compreendem, enfim, “todo um programa estético em harmonia perfeita com as idéias do moderno, do novo, do funcional, que definem uma beleza urbana racional que conjuga forma e função.” (GOMES, 2007, p.61).

Todavia, a modernidade também guarda lugar para o florescimento de ditas antiutopias, segundo as quais a fé e a positividade da razão são supostamente negadas e denunciadas, explorando visões negativas e perniciosas do racionalismo extremado. Em todo caso, o ambiente privilegiado para encetar a valorização da modernidade será o espaço urbano – seja a partir da relação entre uma cidade idealizada e o modelo progressista e harmônico, fruto do endeusamento racional; seja por sua versão oposta, de caracterização de cidades incontroláveis e caóticas, corolários de uma razão demoníaca e autoritária.

Utopias e antiutopias, correntes e contracorrentes, essa dicotomia valorativa do moderno vai repercutir, inclusive, na seara artística:

Na arquitetura, as linhas retas, os ângulos retos, os planos simétricos e proporcionais definem um modelo que se opõe a um outro em que as proporções são livres de dimensões matemáticas, as curvas são predominantes e, no lugar da sobriedade de superfícies e de planos, desenvolve-se uma sobrecarga de ornamentação, sobre diversos planos encaixados que dão uma ordem colossal às construções. Na pintura, estes modelos se distinguem antes pelas [*sic*] temas: de um lado, há uma preferência pelas cenas emprestadas da Antiguidade ou da fábula. Do outro, os temas são familiares, extraídos do cotidiano. O primeiro modelo propõe, em geral, uma composição com poucos personagens, cujas atitudes são calmas e racionais. Vê-se aí uma predominância do desenho e notadamente do contorno, e as paisagens apresentam volumes equilibrados. No outro modelo, a composição pictórica apresenta muitas vezes numerosos personagens em atitudes movimentadas, voluntariosas e irracionais, e as paisagens são pitorescas, por vezes completamente desprovidas de personagens. (GOMES, 2007, p.64).

Em síntese, o que as reflexões deste autor colocam é que, seja no campo da Estética ou da Ciência, a modernidade, enquanto uma espécie de movimento “revolucionário” – originário do Século das Luzes –, compreende um universo fundado na dicotomia entre a

tradição e a novidade, entre a razão e a emoção. Esses pares dicotômicos/dialógicos metaforizam de modo abrangente todas as relações estabelecidas no âmbito deste momento histórico, dando luz ao contexto geral que identifica a modernidade, em seu caráter geográfico – a ser destacado adiante –, a partir de suas relações com a mundialização da economia, industrialização, urbanização, metropolização e com o destacado papel atuante dos novos modelos de transporte e comunicação.

Destarte, quando se fala, contemporaneamente, de um suposto *pós-modernismo*, pode-se aventar que o principal traço de oposição do moderno ao pós-moderno⁶³ encontra-se “apenas” no grau de confiabilidade destinada à razão universal, ainda que no seio da própria modernidade tenham surgido contracorrentes, sendo um período bem menos monolítico do que se supõe, uma vez que fora marcado por um campo de tensões e conflitos em torno da legitimidade da atividade intelectual e de sua organização⁶⁴. De qualquer modo, enquanto, em traços gerais, o estatuto da modernidade conclamava que as noções de *ordem*, *progresso*, *equilíbrio* e *civilização* seriam tributárias de acesso à verdadeira humanidade por meio da racionalidade, o estatuto do pós-moderno vai negar a prerrogativa exclusivista da razão enquanto único princípio legítimo da cultura e do saber, promovendo a valorização do *particular*, do *desconstrucionismo*, das estruturas míticas e das noções de *caos* e *anarquia*. (GOMES, 2007).

Outro intelectual que tece considerações gerais acerca da modernidade é Anthony Giddens, o qual, em linhas gerais, emprega este termo num sentido amplo para referir-se às

⁶³ O marco inaugural do dito pós-modernismo se deu, conforme Gomes (2007), na arquitetura, suplantando a arquitetura moderna, sendo esta baseada na *performance* funcional, no purismo estético e na pesquisa de materiais, de modo a engendrar uma estreita comunhão e harmonia entre os elementos do trinômio ciência/tecnologia/arte. Nas ciências sociais, a pós-modernidade se instaura com a reintrodução da hermenêutica enquanto tentativa de superar o racionalismo moderno – conclamado, sobretudo, a partir dos “idiomas” científico-filosóficos do marxismo e do estruturalismo –, uma vez que seria menos passível a generalizações e ortodoxias, e mais atenta às especificidades. Por outro lado, outra linha interpretativa argumenta que o pós-modernismo, ao invés de ser uma nova fase, é mais uma manifestação de contestação ao racionalismo da modernidade, similar a outras manifestações também ocorridas no decurso da *era moderna*.

⁶⁴ O próprio autor coloca que a ciência é provavelmente o principal fundamento da modernidade, instauradora do novo código de valores dessa época; no entanto, mesmo dentro do campo científico, a modernidade abrigou dois polos epistemológicos díspares: a *corrente racionalista*, pautada na argumentação lógica, ordenada e sistemática, no acúmulo progressivo de conhecimento, na valorização privilegiada da forma ou “linguagem” científica (método), na explicação e nas verdades universais; e as *contracorrentes*, que, embora de diversos matizes, podem ser congregadas essencialmente na assunção de uma postura pautada em verdades relativas, que devem ser analisadas em seus contextos socioculturais específicos, na interpretação dos fatos a partir de suas expressões, na valorização do conteúdo dos fenômenos e na aceitação do papel da subjetividade no processo do conhecimento. Em suas palavras, este autor vai dizer que: “estas correntes contestatórias do racionalismo aceitam várias vias para a constituição do saber, inclusive a concepção racionalista, considerada como parcial, reducionista e simplificadora. A valorização do sentido, da expressão, do único, do espontâneo, da subjetividade e da multiplicidade de vias analíticas implica o fato de que estas correntes utilizam elementos de análise diferentes daqueles previstos pelo racionalismo. Implica também o fato de que existe um discurso próprio e individualizado que se opõe ao discurso da ciência institucionalizada, esta oposição sendo, aliás, o principal traço de identidade dessas ‘contracorrentes’.” (GOMES, 2007, p.34).

instituições e modos de comportamento que foram estabelecidos na Europa pós-feudalismo, mas que assumiram um impacto decisivamente mundial apenas no século XX. Segundo Giddens (2002), a modernidade, a princípio, é distinta por três dimensões: as relações sociais calcadas no uso generalizado de força material e de maquinário no processo produtivo; a supremacia do capitalismo enquanto sistema de produção de mercadorias, envolvendo tanto a competitividade de mercado de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho; e a instituição da vigilância, base da força organizacional típica da vida social moderna, referindo-se ao controle e à supervisão, seja no comando direto ou no uso da informação para a coordenação das atividades sociais.

No escopo dessas dimensões, a forma social engendrada mais importante da modernidade foi o Estado-nação, instituição e sistema reflexivamente monitorado, seguidor de políticas e planos coordenados em escala geopolítica e marca distintiva da *organização* – isto é, do controle regularizado das relações sociais no âmbito de distâncias espaço-temporais indeterminadas.

Em diversos aspectos essenciais, as instituições modernas, para este autor, vão ensejar um caráter *descontínuo* com os modos de vida pré-modernos, uma vez que a era moderna é qualificada substancialmente por sua celeridade, por seu dinamismo extremado, não só no *ritmo*, como também na *amplitude* e *profundidade* das mudanças, alterando substancialmente práticas e comportamentos sociais. Concordando com essa interpretação, Gomes e Costa (1988) vão colocar a modernidade como um período de estabelecimento de um movimento permanente de rápidas substituições e interações entre o “antigo” e o “novo”:

De certa forma, a modernidade é um tempo de conditos entre o “moderno” e o “tradicional”, mas também entre as visões do novo e a impresivibilidade das transformações, entre as versões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos. Compreende assim uma com-vivência – a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambigüidades, desordem e organização, compondo uma atmosfera com a qual podemos nos confrontar em diversas escalas e contextos espaciais. (GOMES; COSTA, 1988, p.50).

Esse dinamismo da vida social moderna é o corolário, segundo Giddens (2002), de três elementos principais: o primeiro é a chamada *separação de tempo e espaço*, em que, ao invés de se tornarem mutuamente alheios ao processo de organização social, são recombinações de modo a operarem eficazmente a coordenação das atividades sociais sem uma menção necessária às particularidades do lugar – “A organização social moderna supõe a coordenação precisa das ações de seres humanos fisicamente distantes; o ‘quando’ dessas ações está diretamente conectado ao ‘onde’, mas não, como em épocas pré-modernas, pela mediação do lugar.” (GIDDENS, 2002, p.23).

Essa reorganização do tempo e do espaço fundamenta o segundo elemento: a expansão dos mecanismos de *desencaixe* das instituições – ou seja, os mecanismos que deslocam as relações sociais de seus lugares específicos para recombiná-los a partir de grandes distâncias, indeterminadas, no espaço e no tempo. Tais mecanismos, os quais são tomados em conjunto como *sistemas abstratos*, podem ser de dois tipos: as *fichas simbólicas*, meios de troca com valor padrão, intercambiáveis numa grande variedade de contextos, mesmo que distantes em termos temporais e espaciais; e os *sistemas especializados*, que impõem conhecimentos de ordem técnica que podem ser usados independentemente dos praticantes e dos clientes que deles se servem, por mais que estejam separados no espaço e no tempo dos pontos de origem desses conhecimentos. Para além das áreas tecnológicas, “[os sistemas especializados] estendem-se às próprias relações sociais e às intimidades do eu. O médico, o analista e o terapeuta são tão importantes para os sistemas especializados da modernidade quanto o cientista, o técnico ou o engenheiro.” (GIDDENS, 2002, p.24).

O terceiro elemento é a *reflexividade institucional*, dizendo respeito ao uso regular e contínuo de conhecimentos como diretrizes para as circunstâncias da vida social e das relações materiais com a natureza, organizando-as e transformando-as, de modo a deixá-las suscetíveis a intensas revisões à luz de novos conhecimentos ou informações. Desse modo, a modernidade configura-se como uma ordem pós-tradicional, mas sem substituir efetivamente as antigas certezas por novas, dadas pelo conhecimento racional, uma vez que institucionaliza o princípio da dúvida radical, insistindo na apresentação dos conhecimentos somente sob a forma de hipóteses, abertos à revisão e passíveis de serem abandonados em prol de outros sistemas explicativos mais adequados: “A dúvida, característica generalizada da razão crítica moderna, permeia a vida cotidiana assim como a consciência filosófica, e constitui uma dimensão existencial geral do mundo social contemporâneo.” (GIDDENS, 2002, p.10).

Para além da Ciência, essa relação visceral entre a modernidade e a dúvida radical apresenta-se também como *existencialmente perturbadora* na cunhagem das identidades pessoais, pois “o eu, como os contextos institucionais mais amplos em que existe, tem que ser construído reflexivamente. Mas essa tarefa deve ser realizada em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades.” (GIDDENS, 2002, p.11). Portanto, por meio de uma marcante influência dos acontecimentos distantes sobre os eventos locais/regionais e sobre a definição da autoidentidade, sobretudo a partir da mídia impressa ou eletrônica, agente de protagonismo inequívoco na alta modernidade, os reflexivos projetos de constituição do *eu*

tornam-se uma empreitada individual angustiosa porque passível de diversas escolhas e/ou possibilidades⁶⁵.

Embora a existência de diversas possibilidades possa indicar uma maior autonomia identitária, é preciso destacar, por outro lado, que a sociedade moderna nem sempre garante as condições de liberdade para as escolhas conscientes e autênticas. Nessa perspectiva das considerações cáusticas acerca da sociedade na era da modernidade, Marcuse (1973) vai considerar que a sociedade industrial desenvolvida torna-se mais rica, melhor e maior ao perpetuar o perigo dos meios de destruição típicos dessa era; com a expansão do domínio do Homem sobre a Natureza pelos aparatos materiais-tecnológicos, os meios de informação e de comunicação de massa travestem-se de um autoritarismo pungente, em que os interesses particulares são repassados como interesses de todos os “homens sensatos”. Esse contexto destaca a característica mais significativa da moderna sociedade racionalizada: o seu *caráter irracional*. Apesar de parecer paradoxal, a irracionalidade da racionalidade moderna dá-se pelo caráter repressivo e coercitivo inerente aos próprios aparatos icônicos da Razão – os instrumentos e equipamentos tecnológicos:

Sua [da sociedade moderna] produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional. Essa repressão, tão diferente daquela que caracterizou as etapas anteriores, menos desenvolvidas, de nossa sociedade, não opera, hoje, de uma posição de imaturidade natural e técnica, mas de força. As aptidões (intelectuais e materiais) da sociedade contemporânea são incomensuravelmente maiores do que nunca dantes – o que significa que o alcance da dominação da sociedade sobre o indivíduo é incomensuravelmente maior do que nunca dantes. A nossa sociedade se distingue por conquistar as forças sociais centrífugas mais pela Tecnologia do que pelo Terror, com dúplice base numa eficiência esmagadora e num padrão de vida crescente. (MARCUSE, 1973, p.14).

A irracionalidade social se manifesta por concretizar a distinção entre uma “consciência verdadeira” e uma “consciência falsa” (ou falsificada), entre interesses reais e interesses que são imediatos, a despeito da grande maioria da população aceitar (ou ser levada a aceitar) os valores sociais impostos. Por meio dessa imposição, a sociedade organizada tende a reprimir as tentativas de autenticidade individual a partir da eficiência com que é capaz de “entregar as mercadorias” em amplas escalas, usando a conquista científico-tecnológica como trunfo para a conquista e o controle do Homem. Desse modo, pode-se falar também, conforme Marcuse (1973), em um caráter racional da irracionalidade da civilização

⁶⁵ “O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções.” (GIDDENS, 2002, p.12-3).

industrial, de modo que os indivíduos se identificam e se reconhecem nas mercadorias, questionando a tradicional noção de alienação – “As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, *hi-fi*, casa em patamares, utensílios de cozinha.” (MARCUSE, 1973, p.29, grifo do autor) –, ainda que tais indivíduos sejam alvos de controle social e da imposição das necessidades de consumo.

Em face das particularidades desse novo modelo social, a ideia habitual de uma “neutralidade” da tecnologia não se sustenta⁶⁶, pois a tecnologia não pode, em si mesma, ser isolada do uso que lhe é conferido na atual organização social mundial: desde a concepção e elaboração das técnicas, a sociedade tecnológica já se reveste de um inequívoco sistema de dominação; essa sociedade industrial é organizada a partir de um projeto político que se torna “vencedor”, dado pela realização de um projeto histórico específico, que possui como um de seus vetores o universo tecnológico, responsável, pois, por operacionalizar e institucionalizar o funcionamento dessa sociedade. Destarte, por seu caráter central, a tecnologia tende a assumir uma postura controladora, emprestando à sociedade industrial contemporânea uma feição *totalitária*, pois impeditiva de surgimento de qualquer oposição contundente ao sistema: esse totalitarismo no sistema de produção e distribuição manifesta-se como “uma coordenação técnico-econômica não-terrorista que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos. Impede, assim, o surgimento de uma oposição eficaz ao todo.” (MARCUSE, 1973, p.24-5).

Acima do nível biológico, as necessidades humanas são, em suma, necessidades que foram constituídas historicamente, segundo contextos espaciais e temporais específicos; no escopo destas necessidades, a sociedade industrial moderna engendra necessidades falsas e repressivas – isto é, aquelas que são superimpostas ao indivíduo para a satisfação, a partir da repressão, de interesses sociais particulares, frequentemente propagandeados como universais. Assim, incontroláveis ao nível individual – pois controlados por forças externas –, essas necessidades são produtos de uma sociedade cujo interesse dominante requer repressão, sendo fatos consumados e aceitos na ignorância⁶⁷. O quadro é o da sufocação das necessidades que

⁶⁶ Segundo Marcuse (1973), os controles tecnológicos, no período contemporâneo, parecem personificar a Razão voltada para o bem coletivo, transformando as contradições em irracionalidades e impossibilitando as ações contrárias. Em termos sociais e psicológicos, a esfera política atual é marcada pelo desaparecimento das forças históricas representativas das alternativas de formas de existência, sendo mais do que um caso de *introjeção* dos controles sociais operados pelos aparatos tecnológicos, pois a “introjeção” requer a existência de uma instância interior autônoma que se submete a um desígnio ou força exterior; no caso, o que se sucede é mesmo uma *mimese*, uma vez que os indivíduos se identificam, de fato, com a *sua* sociedade, castradora das possibilidades de oposição. O corolário é a refutação, pelo progresso técnico, das forças que se contrapõem ao sistema, rejeitando os protestos e contendo as iniciativas de transformações qualitativas da sociedade.

⁶⁷ O filósofo alemão coloca que a sociedade industrial moderna estabelece uma etapa mais progressiva de *alienação*, sendo esta inteiramente objetiva e engolfando completamente o sujeito alienado. Desse modo, a

demandam a libertação – inclusive do sentido de satisfação eufórica perante uma resignação com o estatuto autoritário e coercitivo da dominação –, de tal forma que os controles sociais penetram no alcance das escolhas individuais: “a reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades superimpostas não estabelece autonomia; apenas testemunha a eficácia dos controles.” (MARCUSE, 1973, p.28). O fator de determinação da liberdade humana não deve ser, pois, a abertura das possibilidades de escolha, mas o que *pode ser* escolhido e o que *é* efetivamente escolhido pelos indivíduos.

Em suma, a teoria crítica social de Hebert Marcuse vai conceber a racionalidade tecnológica como o principal vetor da dominação social, típica da era moderna. Assim, do mesmo modo que os outros intelectuais aqui sumariamente elencados, ele arquiteta as suas reflexões sobre o momento histórico designado por *modernidade* – substrato essencial que tonifica os eventos e fenômenos histórico-geográficos, inclusive no tocante à estruturação do espaço geográfico, como se verá a seguir.

2.2.1 A modernidade do espaço geográfico e a manifestação do não-sertão

Retomando aspectos já mencionados alhures nesta pesquisa, Santos (2008b) vai referir-se a uma tendência à urbanização do interior com a crescente organização e racionalização do território brasileiro; essa urbanização pode ser espontânea – como no caso das cidades nascidas nas intersecções dos caminhos ou nos limites das zonas pioneiras – ou intencional – como as cidades administrativas, industriais e mineiras. Sobre as *frentes pioneiras*, ele vai dizer que elas sempre se fazem, quando desenvolvidas no âmbito de um capitalismo maduro, com o *mais novo*, ao menos nos setores rentáveis, que permitem a acumulação e coleta da mais-valia. Desse modo, as frentes revelam-se na busca de uma maior eficácia, podendo, todavia, ser obstaculizadas por alguns elementos: os agentes compósitos desses espaços fronteiros (homens, capitais, organizações); o “cenário” da frente, isto é, as condições locais – naturais e/ou culturais – já materializadas no contexto histórico em foco; e as instituições incumbidas de ordenar, por meio de medidas coercitivas, o avanço e o funcionamento da frente. Ante essa complexidade dos agentes envolvidos nas frentes – incluindo o embate entre o capital e as diversas escalas do Estado –, além do processo de

cultura industrial engendra uma sociedade mais ideológica do que sua predecessora, surgindo um padrão de *pensamento e comportamento unidimensionais*: “Os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias casa, alimento e roupa, a produção irresistível da indústria de diversões e informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradávelemente aos produtores e, através destes, ao todo. Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade.” (MARCUSE, 1973, p.32).

interiorização da urbanização em moldes modernos, atesta-se, de fato, a emergência dos espaços da modernidade brasileira – ou, em outras palavras, a manifestação da *modernidade no espaço*.

Em cada etapa do processo histórico, o imperativo de reprodução ampliada do capital impõe modernizações, que procedem no sentido centro-periferia, de modo a atingir os espaços que respondem às necessidades de crescimento e funcionamento do sistema capitalista requeridas pelos espaços centrais. Criadores de novas necessidades ou adaptadores das atividades já existentes a um novo grau de modernismo, os elementos de modernização atuam seletivamente, explicando os motivos pelos quais nem todos os espaços são objetos de todas as “ondas modernizadoras” e porque existem defasagens, nas diversas escalas, quanto à incorporação das variáveis modernas. Nesse sentido, as diferenças que são estabelecidas pela dinâmica modernizadora criam efeitos sobre o arranjo externo e interno das forças, ratificando ou modificando o padrão de polarização mundial, por um lado, e intranacional/regional, por outro. Nos países periféricos, a especialização mercantil é acompanhada por um processo de centralização econômico-geográfica e de comunicações e informações no centro do sistema econômico-político nacional, em grande medida hipertrofiado; mediante uma relação privilegiada entre este centro nacional e o contexto internacional, a noção de região, sobretudo em seus supostos aspectos autônomos, fica seriamente afetada. (SANTOS, 2008b).

Ademais, a ideologia precede, nestes países, o modo de produção, não se configurando propriamente como um reflexo da produção (uma superestrutura, portanto), mas sim um instrumento de penetração dos novos modelos produtivos; é, pois, causa, e não consequência do advento da modernização econômica: “A ideologia do crescimento, ao nível da nação e do Estado, e a ideologia do consumo, ao nível dos indivíduos, são o motor da introdução de novas formas de produção.” (SANTOS, 1982, p.14). Portanto, o Estado e a concepção ideológica hegemônica, em nível nacional e principalmente internacional, são fundamentais enquanto agentes legitimadores da economia global/globalizada e definidores da totalidade da cadeia produtiva: “Atingimos assim uma fase histórica em que as transformações econômicas podem ser obtidas, a princípio, a partir de manipulações ideológicas, antes mesmo que uma presença mais maciça do capital de produção ou do capital comercial seja necessária.” (SANTOS, 1982, p.14).

A região surge, pois, como uma categoria geográfica envolvida, em cada momento histórico, com a maior ou menor capacidade de realizar certo número de atividades, para a qual concorre a existência de fixos de épocas pretéritas – os quais respondiam a uma lógica de

múltiplas instâncias (políticas, econômicas, geográficas) do tempo histórico de sua emergência –, com significativo papel de inércia.

Não é propriamente a obsolescência de tais fixos em relação às novas formas técnicas que determina a relativa incapacidade local de participar do processo de acumulação geral, mas sim o conteúdo, no âmbito dessas “formas envelhecidas”, das relações sociais, as quais efetivamente condicionam o funcionamento econômico para a participação local na hierarquia dos papéis desempenhados no sistema econômico das escalas mais amplas. O que se coloca é a composição da escala regional por *formas-conteúdo*, ligadas à lógica interna das firmas e instituições, opondo (ou não) resistências à lógica mais ampla, de cunho nacional.

A região se definira, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações acima indicadas. Pode-se dizer que há uma verdadeira dialética entre ambos esses fatores concretos, um influenciando e modificando o outro. (SANTOS, 2008b, p.90).

Nesse contexto de capitalização do espaço, contradições entre os centros de comando econômico e os centros mais locais de controle cultural-ideológico são estabelecidas. Parece haver uma relação, no caso dos países periféricos, de que “quanto mais o espaço está carregado de capital fixo e de um nexos técnico-científico, tanto mais parece fácil a sua penetração por nexos econômicos mais complexos, por uma ideologia estranha à História local e por um comando político distante.” (SANTOS, 2008b, p.65). Destarte, a análise conjuntural regional torna-se complexa diante da possibilidade de distorções entre a instância econômica e os comandos políticos ou as identidades culturais locais/regionais, ainda que a tendência seja a adequação da estrutura espacial às exigências de rentabilidade do capital especulativo.

Na contemporaneidade, fala-se, pois, de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008c), onde o território inclui, obrigatoriamente, as esferas da ciência, da técnica e da informação, configurando a nova face do espaço e do tempo⁶⁸. Paralelamente, a natureza contabilizada é uma natureza já artificializada, de modo que a produção não se estabelece enquanto trabalho intelectual atuante sobre meios naturais, mas sim enquanto trabalho intelectual vivo sobre a natureza artificial (trabalho intelectual morto). Para além dos espaços citadinos, onde essa realidade já havia sido estabelecida, o campo tem vivenciado os efeitos

⁶⁸ À luz da teoria miltoniana, Santos (1982) estabelece sinteticamente, sobretudo nas seções *O Período Técnico-Científico e a Universalização da Sociedade* e *O Espaço Global* (p. 11-18), as características gerais do modo de produção capitalista no final do século XX – as quais continuam, em linhas gerais, válidas para o início do século XXI –, permitindo antever o contexto mais amplo de emergência e vigência do atual meio técnico-científico-informacional.

da imposição desse meio pautado na ciência, na técnica e na informação: o cotidiano do campo modernizado demanda sementes especializadas, correção e fertilização do solo, proteção das plantas pelos inseticidas e a imposição de um novo calendário agrícola, fundado na informatização agrícola. No escopo desse processo de transformação geográfica, as cidades médias do interior incorporam um coeficiente de modernidade elevado, não raro superior ao de algumas metrópoles.

Em termos espaciais e temporais, estabelece-se uma condição dual, uma partição do globo entre hegemônicos e hegemonzados. Assim, pode-se falar de uma temporalidade hegemônica e de uma temporalidade não-hegemônica, ou hegemonzada: a primeira define-se como vetor de ação dos agentes hegemônicos da sociedade, em suas esferas econômica, política e cultural; a segunda é a temporalidade própria dos agentes sociais subordinados aos primeiros e viventes de “tempos lentos”. Na esfera espacial, a modernização técnico-científica e informacional também exige adaptações e (re)organizações: as atividades produtivas e de trocas de alto nível – ou seja, as atividades econômicas ditas mundiais – são concretizadas quando uma determinada fração do território adota os componentes demandados pela nova era, transformando-se em *espaço atual* e, portanto, hegemônico, onde se instalam as forças que vão regular as ações em outros lugares.

Presente em toda a parte, esse meio técnico, científico e informacional tem variadas dimensões conforme os continentes, países ou regiões, podendo ser superfícies contínuas, zonas mais ou menos vastas ou simples pontos. Somente a partir de objetos hegemônicos aí instalados que as ações hegemônicas poderão se realizar, convergindo para a manifestação das produções materiais e imateriais características da época. Completando esse sistema de sistemas, “o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar. Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ações específicas dos agentes econômicos e sociais.” (SANTOS, 2008c, p.48-9). Ao considerarem-se as singularidades e particularidades, tem-se que os novos subespaços são mais ou menos capazes de rentabilizar uma atividade produtiva:

Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes da ciência, da tecnologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas “luminosas”), áreas praticamente vazias (zonas “opacas”) e uma infinidade de situações intermediárias, estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão. (SANTOS, 2008c, p.48).

Esquemáticamente, segundo Santos (2008c), esse meio técnico-científico pode ser entrevisto por sua composição em *tecnoesfera* e *psicoesfera*: a primeira é o corolário da crescente artificialização (ou antropomorfização) do meio geográfico, recrudescendo a

presença de esferas técnicas em substituição a esferas essencialmente naturais; a segunda resulta de crenças, desejos, vontades e hábitos inspiradores e motivadores de comportamentos de cunho filosófico e prático, de relações interpessoais nas mais diversas escalas e de princípios de comunhão com o Universo. Enquanto instâncias essenciais às práticas humanas, tais esferas encontram-se imersas nas relações de forças político-ideológicas, sendo subordinadas às leis dos agentes hegemônicos, os quais impõem as mudanças.

De modo geral, a psicoesfera é espacialmente mais abrangente que a tecnoesfera, pois se atrela aos princípios ideológicos, mais fluidos que os aportes materiais envolvidos na composição da segunda; como argumentação, o autor cita o caso brasileiro: “Como tecnoesfera, o meio técnico-científico se dá como fenômeno contínuo na maior parte do Sudeste e do Sul, desbordando para grande parte do Mato Grosso do Sul. Como psicoesfera, ele é o domínio do país inteiro.” (SANTOS, 2008c, p.30).

Repercutindo profundamente nas práticas econômicas e nos comportamentos sociais e políticos, essa partição territorial permite uma regionalização com base nos critérios da racionalidade: em virtude dos progressos técnicos e da aceleração contemporânea, os espaços nacionais podem ser divididos em “espaços da racionalidade”, por um lado, e “outros espaços”, por outro, ainda que sejam possíveis inúmeras situações intermediárias. Pode-se falar, portanto, em uma meticulosa medição, padronização, ordenação e racionalização espacial, graças às escolhas teleológicas dos objetos, localizados sistematicamente, mais do que em épocas pretéritas, sob propósitos funcionais conforme as ações racionais dos atores hegemônicos. (SANTOS, 2008c).

Gomes e Costa (1988), nesse contexto, vão dizer que a racionalidade *strictu sensu* se expressa na espacialidade, uma vez que possui um compromisso visceral com o caráter funcional, com a maximização das eficiências e com a maior racionalização possível dos usos; destarte, as projeções e organizações espaciais apresentam concretizações de lugares específicos e especializados a fim de manterem “cada coisa em seu lugar”.

No escopo das reflexões acerca do espaço geográfico, Santos (1982) dedica atenção à configuração espacial expressa pela paisagem, entendendo-a como uma combinação dialógica – e não simplesmente uma justaposição, portanto – de objetos naturais e de objetos sociais, sendo estes testemunhas do trabalho humano, em tempos pretéritos – e acumulados ao longo das gerações – ou no presente. Não assumindo um caráter fixo ou imóvel, a paisagem se transforma constantemente para se adequar às necessidades mutantes da sociedade, uma vez que esta altera frequentemente suas características econômicas e suas relações sociais, culturais e políticas em ritmos e profundidades variados. No entanto, essas mudanças

paisagísticas acontecem apenas parcialmente, pois alguns elementos permanecem inalterados ao menos na aparência, configurando-se como “testemunhas” do passado: “Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempo.” (SANTOS, 1982, p.38).

Pautando-se em Lefèbvre (1961; 1974)⁶⁹, Santos (1982) define o espaço social em termos teórico-metodológicos a partir de três conceitos gerais: a *forma*, a *estrutura* e a *função* – aos quais se pode juntar o *processo* –, significando que o espaço social pode ser objeto de análises formais, estruturais e funcionais; a interpretação do espaço e/ou de sua evolução só pode ser realizada mediante a análise global que combine todas essas categorias analíticas, antevendo a *totalidade* espacial⁷⁰. Com a totalidade social posta em marcha, alteram-se as relações entre os componentes da sociedade (estrutura), modificando os processos e incitando o surgimento de novas funções, as quais demandam novas formas espaciais; resultado de uma seletividade histórica e geográfica, as mudanças operadas no seio de uma formação social específica também se concretizam a partir de formas preexistentes, portadores de funções determinadas.

É nesse contexto dialético entre a configuração pretérita e as demandas do presente que as paisagens devem ser compreendidas, lançando mão das categorias analíticas para uma epistemologia do espaço: a sociedade deve ser percebida em suas *estruturas*, ou seja, nas relações estabelecidas e mantidas entre os atores sociais em seus objetivos de reprodução de um modo de vida, conforme um dado sistema de produção; outro foco de análise deve ser o *processo* de produção em si, referente ao controle temporal e espacial ensejado pelo trabalho social; as *funções* devem ser apreendidas a partir dos atos de trabalho em si e das demais manifestações da vida coletiva; e, por fim, também devem ser postas sob análise as *formas* – isto é, todos os objetos naturais e/ou artificiais envolvidos em uma dada paisagem, os quais atuam, direta ou indiretamente, como instrumentos e meios de trabalho. (SANTOS, 1982).

Ante a era moderna, as frações espaciais, em geral, não escapam do torvelinho das mudanças e dos escrutínios cientificistas de compreensão e desvendamento dos recônditos

⁶⁹ LEFÈBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche, 1961; LEFÈBVRE, Henri. *La production de l’espace*. Paris: Editions Anthropos, 1974.

⁷⁰ Milton Santos (1982) considera que a separação analítica da estrutura em relação à forma recai ou em um estruturalismo a-histórico e formal ou em um funcionalismo limitado ao caráter conservador institucional, abandonando o problema da transformação; ao considerar-se apenas a forma, recai-se num empirismo. Por outro lado, a mera combinação de estrutura e forma supõe uma relação sem mediação, enquanto a combinação simples entre função e forma indica uma mediação sem causa motora. “Em realidade nenhuma dessas três categorias existe separadamente e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos a totalidade em seu movimento.” (SANTOS, 1982, p.39).

terrestres. O *espaço humano* contemporâneo compreende todo o globo, incluindo as áreas que permanecem como *espaço biológico*, investidas de interesses não somente econômicos, como também políticos, afetivos, culturais, simbólicos etc., podendo ser efetivos ou potenciais. Assim, se ainda é possível falar em “espaços vazios”, não se pode falar, entretanto, de “espaços neutros”:

O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não-construído mas suscetível – face ao avanço da ciência e das técnicas e às necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares – de tornar-se um valor, não-específico ou particular, mas universal, como o das mercadorias no mercado mundial. (SANTOS, 1982, p.19).

Portanto, mesmo o espaço não-construído é suscetível a ser valorizado, tornando-se uma mercadoria universal por excelência, cuja potencialidade se converte num foco de especulações de ordem econômica e político-ideológica. A *construção do espaço* não se desvincula, em geral, da ideologia dominante (SANTOS, 1982), de modo que os valores hegemônicos ensejam transformações pontuais no espaço, atingindo apenas as áreas que são necessárias à realização das atividades modernas de produção e circulação, material ou imaterial, criando espaços marcados por exclusividades funcionais e por intencionalidades fundadas nas inovações. Provavelmente minoritários em termos de extensão, esses *espaços da modernidade* são hegemônicos do ponto de vista do controle dos processos econômicos e políticos, manifestando uma lógica implacável que se sobrepõe à lógica dos demais espaços, subordinados qualitativamente no tocante às funções, ainda que sejam quantitativamente dominantes na paisagem. (SANTOS, 2008c).

Sob os pressupostos da fluidez e da competitividade, as relações produtivas, culturais e históricas ensejadas nesses espaços da racionalidade acabam por redefinir os papéis do Estado, agente indispensável, em última instância, na definição de facilidades ou dificuldades – a partir, por exemplo, da melhoria dos transportes e comunicações, do fornecimento de energia elétrica, subsídios fiscais, ou eliminação das “rugosidades” de qualquer natureza – para a instalação dos grandes capitais. O Estado torna-se, em grande parte, um aliado dos vetores econômicos hegemônicos, desencadeando as mudanças formais no território – e vale enfatizar que as formas, enquanto *formas-conteúdo*, não são meros efeitos das ações, mas, uma vez materializadas no território, atuam de modo dialético como causas de novas ações.

A matriz estrutural mundial atual é dada pela formação de *redes*, fator primordial na configuração de uma unificação mundial – ao mesmo tempo em que traz em seu bojo um fracionamento/fragmentação do espaço. Paralelamente à condição de vetores da modernidade,

as redes também são vetores de entropia: na escala mundial, veiculam os princípios de ordem e de regulação demandados pelos atores hegemônicos em escala planetária; na escala local, todavia, elas estabelecem relações de disparidade e desigualdade, uma vez que servem para a afirmação dos poderes locais dos atores hegemônicos. (SANTOS, 2008c).

Com o contexto atual de difusão da modernidade para todo o território nacional, Santos (2008c) contesta a cisão do Brasil em porções territoriais essencialmente dicotômicas:

A partir dessa nova organização do território já não cabe, no caso do Brasil, falar em litoral e interior, ou simplesmente em cidade e não-cidade, ou urbano e não-urbano. Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Todavia, essa racionalidade sistêmica não se dá de maneira total, absoluta e homogênea, pois nas áreas assim transformadas permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente. (SANTOS, 2008c, p.101).

Mais do que zonas contínuas, as noções dualísticas de Sertão e Litoral, por exemplo, designariam, pois, pontos ou áreas marcadas/caracterizadas ou não por essa modernidade espacial, considerando que existem porções modernas nos sertões, bem como porções atrasadas no tradicional Litoral. Esse “cruzamento” de porções simbolicamente caracterizadas – a partir de suas respostas ou não à lógica político-econômica e sociocultural hegemônica – como sertanejas ou litorâneas torna mais complexa, contemporaneamente, a relação Sertão/Litoral; todavia, esta relação mantém, sob os signos de uma atualização histórica, a tendência de levar o Litoral racionalizado (a “civilização”, a modernidade, a globalização) aos sertões (aos locais marcados pelo “atraso”), como emblematicamente aparece na imagem introdutória deste capítulo: a despeito de tal imagem referir-se à ferrovia para Vichy Camp, no entorno de Berguent (Marrocos), pode-se extrapolar sua simbologia – a de progressão da modernidade rumos aos desertos nacionais, espaços do “atraso” (sertões) – enquanto um fenômeno de ordem mundial, no âmbito do modo de produção capitalista.

Preocupado com uma análise geográfica socialmente engajada, Santos (2008c) nos coloca diante de um dilema da modernização nos países periféricos, sobretudo na América Latina e no Brasil em particular: por conta do cosmopolitismo adotado na maior parte de suas formações históricas, esses territórios são, ao mesmo tempo, fortes e vulneráveis, uma vez que esta “abertura” ou integração lhes permite “saltar etapas” dos processos de modernização à custa de distorções territoriais, econômicas, sociais e políticas, só acentuadas pelo recente período técnico-científico. Concomitante à matematização do espaço, tem-se também uma matematização da vida social, recrudescendo, ao lado das condições de maior lucro possível, as condições de maior alienação possível.

Faz-se necessário, pois, pensar novas bases e valores para diminuir os contrastes:

O ponto central não é apenas a escolha das novas variáveis históricas, num mundo em que a modernidade se tornou irrecusável; mas a dosagem de sua combinação, não mais a partir dos imperativos da técnica a que a economia se tornou subordinada, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e se atribuiria à economia e à tecnologia um papel histórico subordinado em benefício do maior número. (SANTOS, 2008c, p.148-9).

Por conseguinte, diante da inexorabilidade da modernidade – no sentido de uma imperiosa necessidade de *atualização* –, há de se pensar uma nova lógica de conversão e transubstanciação dos fundos territoriais ou sertões nos espaços que são requeridos pela lógica dominante, sem, contudo, abandonar a diretriz ética de buscar uma maior justiça e equidade sociais. Pautados em uma suposta inevitabilidade dessa conversão, os escritores regionalistas-modernistas, privilegiados arautos da *intelligentsia* nacional, também versavam acerca das transformações socioespaciais enquanto vetores de modernizações produtivas e superação dos sertões – como se verá a seguir.

2.2.2 Romances regionalistas de 1930: a superação dos sertões pela modernidade produtiva

Em síntese, a “marcha modernizadora” rumo aos sertões tem como intuito básico *atualizar* os espaços sertanejos, afinando-os à lógica hegemônica do capital – que corresponde à lógica do não-sertão (ou, segundo a clássica dicotomia territorial no pensamento social brasileiro, do Litoral). Mais ou menos traumática, essa marcha sempre se opera ensejando significativas transformações simbólicas, culturais, econômicas, políticas e sociais, além das transformações de cunho espacial. Por isso, a apresentação do espaço moderno, racional, mecanizado e revestido de um caráter produtivo sistemático mereceu atenção dos literatos em suas obras artístico-literárias, especialmente quando o alvo a ser ambientado eram os espaços tidos como sertões; com esse foco, as obras regionalistas da década de 1930, em análise nesta pesquisa, repercutiram a dualidade Sertão/Litoral aqui delineada.

Com um personagem-protagonista que representa iconicamente – como será visto nas considerações gerais estético-literárias do Capítulo IV – o espírito de um “capitalismo selvagem” ou, mais propriamente, o espírito de acumulação primitiva materialista, a obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, oferece de soslaio uma descrição que atesta a existência de equipamentos modernos também na zona rural: “Devagarinho, foram clareando as lâmpadas da iluminação elétrica. Luzes também nas casas dos moradores. [...] Luz até meia-noite. Conforto! E eu pretendia instalar telefones.” (RAMOS, 1992, p.42).

Mas não são somente os equipamentos que são modernos, as pessoas são também “modernizadas” – isto é, elas são também apresentadas como objetos caracterizados por sua racionalidade de operação e por sua eficácia e utilidade; assim reificadas, as personagens, no âmbito da mentalidade reinante no espírito produtivista da fazenda São Bernardo, chefiada por Paulo Honório, funcionam como “engrenagens” imbecilizadas e mecânicas, em que as ações são meticulosas e justificáveis a partir somente de suas capacidades em gerar lucros. Ante esse controle racional-produtivista, D. Glória, tia de Madalena, não se adapta aos ditames daquele modo de vida, exigente de uma especialização nas tarefas e serviços, ainda que se esforce para tanto: nas palavras significativas de Madalena, “D. Glória é incansável. O que ela não pode é dedicar-se a um trabalho continuado: consome-se em trabalhos incompletos. [...] D. Glória vê máquinas e homens que funcionam como máquinas. Entretanto d. Glória procura ser útil [...]” (RAMOS, 1992, p.116-7).

Porém, mais significativas do que as obras literárias de Graciliano Ramos – no tocante à manifestação dos processos de transformações espaciais e econômicas (produtivas) em prol da incorporação de uma lógica capitalista mais moderna – são as obras de José Lins do Rego e de Jorge Amado, as quais compõem, respectivamente, o “ciclo da cana-de-açúcar” e o “ciclo do cacau”.

Quanto ao “ciclo da cana-de-açúcar”, José Lins do Rego reconstrói, a princípio, a percepção de suas personagens segundo um duplo sentimento, o de um “estranhamento” concomitante ao “deslumbramento”, perante os maquinários e os equipamentos modernos: em *Menino de Engenho*, o processo de fabricação do açúcar é alvo de espanto para o menino Carlinhos, criança que, por falta de habituação ao campo, se espanta com a “perfeição” do maquinário, engrandecido pelas próprias dimensões diminutas de seu ser, fazendo tudo ao ser redor parecer maior do que efetivamente vai se revelar à medida que cresce.

Ficava a fábrica bem perto da casa-grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostam tanto das máquinas. Minha atenção inteira foi para o mecanismo do engenho. Não reparei mais em nada. Voltei-me inteiro para a máquina, para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. [...] Andamos depois pela boca da fornalha, pela bagaceira coberta de um bagaço ainda úmido. Mas o que mais me interessava ali era o maquinismo, o movimento ronco da roda grande, e a agitação febril das duas bolas do regulador. (REGO, 1960, p.10).

Em *O Moleque Ricardo*, o deslumbramento parece ser ainda maior, porque é menos um produto da infância e mais fruto da consciência da pequenez do mundo do engenho, do qual o protagonista saíra ao fugir para a metrópole recifense. A modernidade que ele encontra

é a modernidade da *urbe*, com as suas luzes, seus meios de locomoção, suas extensões e com a grande quantidade de habitantes.

O Recife estava próximo. A cidade se aproximava dele. Teve até medo. Falavam no engenho do Recife como de uma Babel – “Tem mais de duas léguas de ruas”. “Você numa semana não corre”. E bondes elétricos, sobrados de não sei quantos andares. E gente na rua que só formiga. O dia todo é como se fosse de festa. [...]

Já era de noite quando ele com seu novo dono atravessou a cidade no caminho de casa. Os seus olhos não davam para ver tudo, tantas as luzes, os bondes, os automóveis. O barulho de tudo deslumbrava o negrinho do Santa Rosa. (REGO, 1978, p.9-10).

Todavia, o principal mote temático do “ciclo da cana-de-açúcar” é a transformação do arquétipo formal produtivo na economia regional, passando dos decadentes engenhos (os ditos *banguês* – ou seja, os engenhos mais tradicionais, movidos ainda por tração animal) para as usinas, instituições típicas do capitalismo no setor sucroalcooleiro. Para apresentar esse pano de fundo contextual, o literato lança mão de uma estratégia retórica e estética: *a priori*, os engenhos são apresentados enquanto uma estrutura decadente, mas resistente na paisagem e nas influências político-econômicas e socioculturais de uma região; em seguida, a usina de álcool e açúcar é apresentada como o vetor de modernização produtiva; por fim, a transição do modelo básico de produção é realizada, de modo que esse processo de modificação não é simples ou propriamente pacífico, pois envolve resistências e embates com modos de vida tradicionais, tanto em seus aspectos simbólicos quando nas organizações sociais e políticas. A “aristocracia” do modelo tradicional é desnudada – o que não significa, necessariamente, que ela é valorizada negativamente – em prol dos valores capitalistas adventícios, por vezes tratados como mais autoritários e perniciosos do que os próprios poderes patrimonialistas dos senhores de engenho.

Na apresentação da decadência dos engenhos – o que significava, nas entrelinhas, a decadência de um modelo produtivo quando cotejado com outros modelos, mais modernos e rentáveis –, o engenho Santa Fé, chefiado por Seu Lula, é o ícone dos engenhos de *fogo morto* – isto é, dos engenhos que deixavam de moer cana para a fabricação do açúcar em favor da venda de sua matéria-prima às usinas, uma vez que não podiam concorrer economicamente com esses estabelecimentos modernos. Com a perda de seu poder político-econômico, os engenhos tornaram-se reféns dos preços pagos pelas usinas, sendo inseridos no esquema da competição capitalista; assim, tornaram-se decadentes modelos produtivos, ainda que o produto básico da economia regional – a cana-de-açúcar – não tenha sido alterado.

Em *Menino de Engenho*, a desolação e a ruína do Santa Fé ganham ares mais dramáticos quando comparadas com a prosperidade do engenho Santa Rosa, de José Paulino, avô de Carlinhos – este, o narrador-protagonista.

O Santa Fé ficava encravado no engenho de meu avô. As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha êste gôsto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fôssem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dêle um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas. Acompanhava o Paraíba com as várzeas extensas e entrava na caatinga adentro. Ia encontrar as divisas de Pernambuco nos tabuleiros de Pedra de Fogo. Tinha mais de três léguas, de estrema a estrema. E não contente de seu engenho possuía mais oito, comprados com os lucros da cana e do algodão. [...] Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal êle foi, mas os seus párias não traziam a servidão como ultraje. O Santa Fé, porém, resistia a essa sua fome de latifúndios. Sempre que via aquêles condados na geografia, espremidos entre grandes países, me lembrava do Santa Fé. O Santa Rosa crescera a seu lado, fôra ganhar outras posses contornando as encostas. Êle não aumentara um palmo e nem um palmo diminuía. [...] Coitado do Santa Fé! Já o conheci de fogo morto. Uma desolação de fim de vida, de ruína, que dá à paisagem rural uma melancolia de cemitério abandonado. Na bagaceira, crescendo, o mata-pasto de cobrir gente, o melão entrando pelas fornalhas, os moradores fugindo para outros engenhos, tudo deixando para um canto, e até os bois de carro vendidos para dar de comer aos seus donos. [...]

– Coitado do Lula – diziam os senhores de engenho em suas conversas. – Atrasou-se. (REGO, 1960, p.55-6).

Adiante, Carlinhos apresenta um breve panorama de alguns moradores do engenho Santa Fé: o senhor de engenho Seu Lula, a sua filha Neném e a sua esposa D. Amélia, além de fazer referência a uma irmã sua maluca, D. Olívia, e ao velho José Amaro sapateiro, o qual possuía, entre os trabalhadores, a melhor das casas. Todas essas personagens serão retomadas na última obra do ciclo – e a obra-prima de José Lins do Rego –, *Fogo Morto*. A apresentação do decadente engenho ainda é retomada e arrematada adiante: “E o açúcar subia e o açúcar descia – e o Santa Fé sempre para trás, caminhando devagar para a morte, como um doente que não tivesse dinheiro para a farmácia.” (REGO, 1960, p.59). Situação que persistiria como um *resquício* na paisagem: em *Bangüê*, em tom de reminiscência, Carlinhos (ou Carlos de Melo) já adulto declara novamente suas impressões sobre aquele engenho e seu senhor – “Desde a minha infância que seu Lula era aquilo, aquêle doloroso fim de raça. E o Santa Fé o mesmo, com a mesma tristeza, a mesma gente misteriosa. Dissera-me êle que o seu carro tinha quebrado. No entanto, os cavalos é que tinham morrido.” (REGO, 1960, p.275).

Em *Fogo Morto*, o mesmo ar misterioso é retomado sob um caráter de alienação dos moradores do engenho Santa Fé perante a realidade, à exceção de D. Amélia, a qual parecia ser a única que sentia a realidade do engenho, a sua decadência:

Lula era como se não soubesse das dificuldades por que passavam. Só ela tinha os olhos para ver o Santa Fé como estava, na petição de miséria em que vivia. Lula, naquela devoção, no seu rezar, era como um homem de outro mundo, fora de tudo que fosse da terra, indiferente ao seu tempo. Podia chover e fazer sol, podia o rio descer nas enchentes, e a seca queimar a folha da cana, que ele não tomava conhecimento do tempo. Mas ela via tudo, sentia tudo. Todos os pedaços de miséria que a família sofria, era ela quem mais sofria. Todos em sua casa pareciam de um mundo que não era o seu. [...] Seria somente ela quem teria coração, quem teria

olhos para ver, ouvidos para ouvir, que era a ruína do Santa Fé. (REGO, 1997, p.171).

Nesta obra, as derradeiras imagens de decadência e degradação do engenho de Seu Lula são ressaltadas com uma inequívoca ênfase no malsinado destino: “Amélia fechou a porta da cozinha. Dentro de sua casa havia uma coisa pior do que a morte. [...] Acabara-se o Santa Fé.” (REGO, 1997, p.178); e, no desfecho da obra, com a conversa entre o negro Passarinho e o lendário Capitão Vitorino Carneiro da Cunha: “ – E o Santa Fé quando bota, Passarinho? – Capitão, não bota mais, está de fogo morto.” (REGO, 1997, p.258).

Porém, se o Santa Fé já pareceu “nascido morto” para o tempo da narrativa, sendo a sua grandeza produtiva apenas uma menção da memória de outrora, o engenho Santa Rosa possui a força retórica de revelar-se um ambiente-síntese da transição econômica regional, porque encarna justamente a figura de um engenho grandioso que entra em decadência diante das pressões econômicas representadas pelas usinas de açúcar. Ao sucumbir definitivamente diante do novo modelo produtivo, depois do estabelecimento de tensões e impasses, também ruem os paradigmas “aristocráticos” dos poderes políticos e simbólicos dos senhores de engenho – o que significa uma entrada definitiva dos vetores da modernização naqueles sertões. Por isso, o Santa Rosa é a metonímia do movimento transicional da economia regional, passando de uma aura faustosa do poderio do engenho, na infância de Carlinhos (em *Menino de Engenho*), para um estatuto de obsolescência relativa ante as coações político-econômicas (em *Bangüê*) até a incorporação completa da lógica do novo modelo (em *Usina*).

Portanto, em *Bangüê*, o prenúncio da decadência do Santa Rosa é, na verdade, um símbolo da degradação regional dos engenhos tradicionais – “Dentro da casa-grande do Santa Rosa o crepúsculo era de todas as horas.” (REGO, 1960, p.280). A metáfora estabelecida entre a perda da primazia produtiva e o crepúsculo é completada com a relação instituída entre a velhice e doenças do coronel José Paulino e a perda do vigor produtivo de seu engenho: “Não tirava [o coronel José Paulino] mais dois anos de vida, [...] Tossia cada vez mais e a bronquite crônica perturbava as suas noites de sono solto. Comendo pouco, não ia mais aos banhos de madrugada. Como a roda volante do engenho, empacava.” (REGO, 1960, p.283).

A degradação das posses de José Paulino é marcante – “Tudo o que era dêle estava se acabando. O gado caindo no cercado dos outros, os partidos minguando, o roçado se reduzindo.” (REGO, 1960, p.333) – se acentuando ainda mais após a morte do coronel, quando o engenho passou a ser chefiado por Carlos de Melo, tornando o seu triste fim um desfecho praticamente inevitável – “A verdade dura, porém, era esta: o Santa Rosa qualquer dia faria parelha com o Santa Fé do Seu Lula. Havia quase mistério nestas decadências.”

(REGO, 1960, p.355). Sob os signos da modernização, o progressivo silêncio do Santa Rosa – “Tudo se ia de vez. A casa-grande, cada vez mais, perdia as vozes de antigamente, silenciosa a tôdas as horas do dia.” (REGO, 1960, p.421) – simbolizava a evasão dos trabalhadores, dando ao engenho um ar de completo abandono e “morte”, estado em que outros engenhos próximos já se encontravam – “Fui ao engenho. E não devia ter ido. O melão-de-são-caetano entrava na bôca de fornalha adentro. Lembrei-me do [engenho] Comissário, dos outros engenhos reduzidos a terra sòmente.” (REGO, 1960, p.421).

Neste ponto, o lado oposto surge como a redenção da economia regional: a usina – simbolizada, na narrativa, pela Usina São Félix – apresentava-se como vetor da modernização e, assim, exercia uma grande pressão sobre os engenhos tradicionais, tencionando, a partir de sua presença e de sua potência econômica, apropriar-se das terras dos mesmos; o Santa Rosa também foi envolvido nesse esquema de transição econômica regional, sendo alvo da cobiça da Usina São Félix, assim como foram outros engenhos da região:

A usina estava dentro do Santa Rosa. Outros engenhos já tinham caído: Santo Antônio, Boa Sorte, Bugari. As linhas de ferro da usina passavam pelas bagaceiras. Nas casas-grandes moravam trabalhadores, e os maquinismos arrancados para vender. As tachas do Ponte Nova serviam de bebedouro para o gado. A usina comia, um por um, os engenhos. O meu avô resistiu. Vieram-lhe propostas, dariam mundos e fundos para passarem os trilhos pelo Santa Rosa. Êle estava velho e queria morrer descansado. E esbarrou no Santa Rosa a corrida do gigante. (REGO, 1960, p.386).

A mudança, no entanto, não se fizera de modo acelerado, uma vez que os usineiros precisavam combater o poder de múltiplas facetas, historicamente estabelecido, dos senhores de engenho. Desse modo, já em *Doidinho*, na adolescência de Carlinhos, há uma menção à presença, aos maquinários fascinantes e ao poder produtivo das usinas na região:

Ouvira falar das usinas pelos moradores que voltavam da de Goiana. Quando ele [Vergara, colega de Carlinhos] me dizia que as moendas puxavam a cana numa esteira, eu me espantava. Via no engenho os negros tombando cana, feixe por feixe. Na usina a esteira puxava para a moenda, sem ninguém empurrar. Era só sacudir a cana em cima. Se caísse até gente, a moenda engolia. Me encantava a notícia dessa engrenagem das usinas. Pensava nos trens, nas maquinazinhas de brinquedo, puxando vagões de cana para dentro dos partidos.
– Açúcar de usina é limpo, contava Vergara. Os trabalhadores não botam os pés nêle, como nos engenhos.
A verdade é que as usinas já estavam ali para humilhar os bangüês do meu avô. (REGO, 1960, p.153).

A transição modernizadora era demorada, pois, encabeçada pelas usinas, fazia-se a partir de uma estratégia evitativa de grandes conflitos com os senhores de engenho, dando-se ao luxo de “esperar” as conjunturas contextuais tornarem-se insuportáveis para que mesmo as maiores e mais “vistas” propriedades (sob o ponto de vista do capital), chefiadas pelos principais senhores de engenho da região, fossem incorporadas pelos usineiros. Assim, a

vitória era certa, a médio e longo prazo, diminuindo os riscos ao máximo – típico pensamento empresarial, característico de uma mentalidade capitalizada.

Um poderoso emblema dessa transição demorada – e, porque não, tensa – em favor da afirmação das usinas como arquétipo produtivo regional foi a *conquista* do engenho Bugari pela Usina São Félix, após muito tempo de “namoro”, e só efetivada após a morte do Coronel Manuel Antônio, senhor de engenho do Bugari:

A usina olhava para êle [engenho Bugari] com vontade. A chaminé da usina não se sentia bem, com um bueiro de engenho por perto. O Bugari distava uma légua da S. Félix. Do engenho via-se a fumaça da fábrica arrogante. O senhor de engenho vivia bem, não devia a ninguém. Moía as suas safras, criava a sua família com fartura. A usina queria o Bugari para ela. Terras tão férteis, matas tão boas e tão junto. Não se podia compreender como ainda tudo aquilo não fôsse dela. Fêz tudo. Botaram preço para o Coronel Manuel Antônio. Depois, a usina rompeu com o Bugari. Os cabras do Coronel apanhavam na feira. Os bois do Coronel não botavam a cabeça de fora, sem que os vigias da usina não os vissem dentro das canas. Mas o Coronel não era frouxo. Matava também gado da usina. [...]

A usina, então, resolveu esperar. Podia esperar. O Bugari não estava maduro. Havia outros por aí bem melhores para se comer. Comeu o Santo André, o Pitombeira. Engolia tudo. Os bueiros ficavam de fora, tristes como catacumbas. Nunca mais que de suas bocas a fumaça subisse para o céu. [...] O Engenho do Meio não fêz barulho, entregou-se como rapariga. [...] Também já estava há tempos de fogo morto. Agora, as terras dêle iam ver o que era trabalhar para a usina e os cabras que viviam por lá, descansados, pagando fôro, saberiam o que a usina obrigava a fazer.

O Coronel Manuel Antônio morrera. O Bugari contava seus dias. Processaram o inventário. Os filhos brigaram, os genros exigiam, e a usina, de longe, como um urubu-rei, esperando pelo pedaço melhor. No fim, falariam com ela. E um genro lhe vendeu uma parte do Bugari. Era só do que precisava. Estrçalhou o bichinho que só gavião com a fogo-apagou. (REGO, 1960, p.386-7).

Ao mesmo fim do Bugari parecia estar destinado o engenho Santa Rosa, uma vez que este contraíra dívidas com a usina, não conseguindo um rendimento suficiente – por conta dos preços do mercado – para quitá-las. A esperança de manutenção daquelas terras, porém, fazia-se a partir de uma promessa de boa safra, e, nesse impasse, ia-se construindo os tensos relacionamentos entre o senhor de engenho, Dr. Carlos de Melo, e os usineiros. Com a venda de sua cana para a usina, Marreira – um dos proprietários que tinham suas terras nos domínios do engenho Santa Rosa – tornara ainda mais iminente o conflito entre o engenho e a Usina São Félix.

Em breve, mesmo os engenhos *vivos* da região – “Lá estava o Itapuá, de bueiro grande afrontando tôdas as usinas do mundo. Massangana, de senhor de engenho rico. Maraú, vivendo do algodão.” (REGO, 1960, p.403-4) – perderiam os seus poderes e influências, uma vez que a tendência modernizadora proclamava a transformação de tudo em um “mar de cana” – “Os canaviais subiam e desciam pelas encostas, sumiam-se várzea afora. Não se via um roçado de morador, uma vaca amarrada de corda, pastando. Era cana e só cana. A usina só precisava daquilo. Para que moradores com roçados, criando gado?” (REGO, 1960, p.404).

Tais transformações econômicas e territoriais ensejavam, por sua vez, alterações na estrutura social: os pequenos proprietários também seriam seriamente afetados – “Acabara com os senhores de engenho, mas destruíra também os pequenos que se defendiam no algodão.” (REGO, 1960, p.404) –, bem como o regime de trabalho seria posto a serviço dos ditames do capital – “A usina não permitia que vivessem de outra coisa que de seus eitos e das suas vinte e quatro horas de trabalho. Os dias da usina tinham vinte e quatro horas. Trabalhavam de dia e de noite, como nos tempos da escravidão.” (REGO, 1960, p.404).

A transição dos poderes levava no seu bojo as fidelidades da polícia e do Direito: quando procurados pelo Dr. Carlos de Melo, os poderes policial e judiciário nada puderam (ou, talvez mais apropriadamente, nada quiseram) fazer para resguardar a propriedade do senhor de engenho contra o açulamento que sofria por parte de seus subordinados, incitados pelos usineiros; nessa ocasião, esses poderes foram, então, acusados de serem vassallos dos proprietários da usina, defendendo os interesses desta. Diante desse escândalo, a imprensa oposicionista aproveitou-se da situação para fazer frente aos poderes estabelecidos, “tomando as dores” do senhor do engenho do Santa Rosa: “E um jornal da capital, do partido de baixo, publicava uma notícia, onde dizia que a minha propriedade fôra invadida pela polícia e me chamava de amigo e correligionário.” (REGO, 1960, p.417).

O desfecho de *Bangüê* – que pode ser relativamente encarado como o desfecho do processo de modernização dos sertões no âmbito do “ciclo da cana-de-açúcar” – resguarda uma sobrevida ao engenho Santa Rosa: as antigas terras do coronel José Paulino encontraram a sua salvação ante as “garras” da usina, ao menos temporariamente, a partir da cupidez humana, uma vez que se abriu uma disputa pela compra do engenho entre a Usina São Félix e o tio Juca (tio de Carlos de Melo), o qual tinha fundado uma usina – a Usina Bom Jesus – com as terras da família. Impedido de ter a sua posse transferida por meio de uma sentença judicial, o Santa Rosa foi vendido ao tio Juca, deixando Carlos com muito dinheiro. Adiante, em *Usina*, todavia, o Santa Rosa – agora propriedade da Usina Bom Jesus – não escapa do destino concorrencial capitalista, uma vez que essa usina da família não suporta as hipotecas e a concorrência, sendo a sua venda forçada.

Por fim, o ciclo se completa com as novas instituições modernas – as usinas de açúcar e álcool –, supondo mudanças profundas nos quadros político-institucionais e socioculturais, para além das óbvias mudanças econômicas e infraestruturais. O panorama regional torna-se, pois, mais complexo, típico de uma situação de fronteira econômica, marcada por uma patente convivência entre os modos “tradicionais” e os modelos “novos”. E a modernidade é sentida em diversas esferas, afetando desigualmente o conjunto da população: nesse caso, pode-se

citar em *Doidinho*, por exemplo, a ideia de que a modernidade também corresponde a fazer chegar a ordem fiscal, como elemento do poder oficial; os impostos assumem, então, um caráter “castrador”, baldando as iniciativas dos pequenos produtores: “ – Não está vendo que eu não vou vender feijão por menos do que comprei! Outros falavam de cobradores de impostos: – É uma miséria! Com pouco mais a gente paga impôsto até para fazer precisão.” (REGO, 1960, p.243). Mais do que uma simples modernização, o processo se conclui como uma *modernização conservadora* – segundo termos de Barrington-Moore Jr., retomado por Moraes (2005) –, que não traz benefícios sociais amplos, nem ganhos em prol da cidadania ou da participação popular nas decisões.

Quanto ao “ciclo do cacau”, por sua vez, há também uma transformação da forma produtiva da economia regional, ainda que a matéria-prima básica – o cacau – tenha sido mantida: as grandes fazendas de cacau – comandadas pelos “coronéis do cacau” – foram substituídas pelas casas de exportação – agentes modernizantes a partir dos quais a primazia político-econômica regional foi trasladada dos tradicionais coronéis para os exportadores.

Em *Terras do sem-fim*, os vaticínios do negro Jeremias acerca da inevitabilidade de uma disputa entre os coronéis pela conquista da mata do Sequeiro Grande – como exposto no capítulo anterior – apresenta as áreas florestadas como sertões florestados e, além disso, como uma *fronteira*. Na condição de fronteira, as matas do Sequeiro Grande são projetadas como posses territoriais de nítidas ocupações efetivas – no caso, são pleiteadas para servirem de base territorial para a ampliação dos grandes latifúndios de cacau dos poderosos da região –, sendo encaradas, pois, sob o signo da *frente de expansão*.

O estatuto de fronteira também permite antever uma aparente complexidade sociocultural regional, em que pesa, por exemplo, a heterogeneidade religiosa: no povoado de Ferradas, nos primórdios da *conquista da terra*, esta heterogeneidade era marcada pela presença do catolicismo – na simbólica figura do frade – ao lado do espiritismo – representado pela figura da respeitada médium Eufrosina – “Mais que o catolicismo, representado pelo frade com seu desinteresse pela povoação, o espiritismo medrava.” (AMADO, 1997, p.138).

As distinções religiosas, estabelecendo crenças e disposições espirituais diferentes para o tratamento e a aceitação da realidade, também se refletiam na área da saúde: o espiritismo se converteu em alternativa para o tratamento das doenças – “Com o sucesso das sessões, Eufrosina iniciou também uns tratamentos de moléstias pelo espiritismo, com relativo sucesso.” (AMADO, 1997, p.138) –, contrariando o “oficialismo” da medicina tradicional, a qual, a partir da figura do Dr. Jessé de Freitas, “médico em Tabocas e que vinha

uma vez por semana a Ferradas para atender aos doentes do povoado, que era chamado também nas noites de tiroteio” (AMADO, 1997, p.138), uniu a sua campanha à campanha do eclesiástico frei Bento contra o espiritismo de Eufrosina, pois esta estava “lhe roubando a clientela”.

No âmbito do percurso histórico do “ciclo do cacau” na região, as lutas pela conquista das matas do Sequeiro Grande – ou, como ficaram conhecidas na história local/regional, “os barulhos do Sequeiro Grande”, em função da grande violência e quantidade de mortes envolvida – tornaram-se uma referência histórica da zona cacauceira – “Foi a última grande luta de conquista da terra, e mais feroz de todas, também. Por isso ficou vivendo através dos anos, as suas histórias passando de boca em boca, relatadas pelos pais aos filhos, pelos mais velhos aos mais jovens.” (AMADO, 1997, p.230) -, sendo poetizadas pelos cegos – “Os cegos são poetas e os cronistas dessas terras. Pela sua voz esmoler, nas cordas das suas violas, perdura a tradição das histórias do cacau.” (AMADO, 1997, p.230). Essa briga épica de conquista da fronteira, representada pelas matas, atesta um primeiro movimento do fenômeno fronteiriço, o da fronteira demográfica, em que os sertões (os “espaços vazios” das matas) são ocupados economicamente sob a lógica “aristocrática” das grandes fazendas de cacau, se fazendo como um primeiro momento de embate entre “civilização” e “barbárie”.

A disputa pela posse da mata do Sequeiro Grande é sucintamente explicada, em seu enredo de fundo, por Horácio (um dos coronéis da disputa) ao seu advogado, doutor Virgílio:

- Se trata do seguinte: essa mata do Sequeiro Grande é terra boa para cacau, a melhor de toda a zona. Nunca ninguém entrou nela pra plantar. Só quem vive lá é um maluco, metido a curandeiro... Do lado de cá da mata tou eu com minha propriedade. Já meti o dente na mata por esse lado. Do lado de lá tão os Badarós com a fazenda deles. Eles também já meteram o dente na mata. Mas pouca coisa de um lado e de outro. Essa mata é um fim do mundo, seu doutor, e quem tiver ela é o homem mais rico dessas terras de Ilhéus... É mesmo que ser dono de uma vez de Tabocas, de Ferradas, dos trens e dos navios...
- [...] Faz muito que eu tenho o plano de derrubar a mata do Sequeiro Grande. Os Badarós bem sabe... Se metem porque quer...
- Olhou em frente, as últimas palavras soavam como anunciando desgraças irremediáveis. Maneca Dantas esclareceu:
- Eles tão de cima na política, por isso se atrevem... (AMADO, 1997, p.102-3).

É este contexto que vai embasar, direta ou indiretamente, todos os acontecimentos cotidianos desta narrativa de Jorge Amado. A disputa entre os coronéis Horácio e a família Badaró – os dois maiores produtores de cacau da zona – vai se operar com muita violência, se configurando como um embate pelas fronteiras ainda disponíveis e suscetíveis à ocupação econômica.

Se a conversão dos sertões florestados em não-sertão (grandes fazendas de cacau) se consubstancia como transmutação/superação dos espaços sertanejos em consonância com a

ocupação demográfica efetiva dos domínios das matas, a partir da nova necessidade de modernização – o que significa, neste contexto, necessidade de capitalização da região, substituindo a forma “pré-capitalista” de ocupação da terra com as monoculturas cacaueiras – a região vai se tornar, novamente, um *sertão*, para o qual não basta o avanço de uma frente de expansão, mas sim o de uma *fronteira econômica*, ditada pelas regras do capitalismo financeiro.

Portanto, o primeiro momento da fronteira – o seu *front* demográfico – é superado em favor do segundo momento, de sintonia econômica da região com os ditames mais modernos do capitalismo; desse modo, o embate “civilização/modernidade” *versus* “barbárie” é atualizado, em que a “barbárie” é relacionada aos assassinatos, à violência, às politicagens, à exploração de trabalho e ao “regime aristocrático” de poder encarnado pelos “coronéis do cacau”, ao passo que o vetor moderno é representado pelas casas de exportação – e seus novos agentes ou “donos da terra”, os exportadores.

Assim como no caso da região canavieira, a transição entre o modelo institucional básico cacaueiro pautado nas grandes fazendas de cacau para as casas de exportação – legítimas representantes do capital financeiro e especulativo – não se deu de modo imediato, mas sim demorado, a médio e longo prazo, pois precisava combater toda uma estrutura social e político-econômica construída em torno da simbólica figura dos coronéis. As casas de exportação já marcavam a sua presença, incipiente e secundária, nos primórdios da história regional: em *Terras do sem-fim*, é apresentada a existência das casas de exportação de cacau, em geral apenas seções das grandes casas exportadoras de tabaco, algodão, café e coco, numa época em que elas se curvavam às vontades dos coronéis e ainda não tinham condições de ditar os preços no mercado internacional; não possuíam, por conseguinte, poder econômico e político suficiente à época.

Perto do porto, num sobrado, estava a casa exportadora Zude, Irmão & Cia. Embaixo era depósito de cacau, no andar superior ficavam os escritórios. Uma das três ou quatro firmas que começavam a se dedicar à exportação de cacau, que se iniciara fazia poucos anos. Antes a produção, ainda pequena, era toda consumida no país. Mas, com o crescimento da lavoura, alguns comerciantes da Bahia e alguns estrangeiros, suíços, alemães, fundaram firmas para a exportação de cacau. Abriram a filial em Ilhéus e mandaram para ela Maximiliano Campos, um velho empregado, já de cabelos brancos, com muita experiência. Nesse tempo eram as casas exportadoras que se curvavam ante os coronéis, os empregados e gerentes se dobrando em mesuras e cortesias, os proprietários oferecendo almoços aos fazendeiros quando estes viajavam à capital, levando-os aos cabarés e às casas de mulheres. (AMADO, 1997, p.216).

Com o passar do tempo, as casas de exportação tornaram-se aparatos privilegiados do capitalismo, na medida em que foram sendo identificadas como um ramo rentável a partir de

investimentos e estratégias econômicas planejadas. Nesse novo momento histórico, a mesma casa de exportação anteriormente apresentada, a Zude, Irmão & Cia., é retomada em *São Jorge dos Ilhéus*, a partir da assunção, por parte de Carlos Zude, da filial de Ilhéus, de modo a transformá-la na matriz, dedicada exclusivamente à exportação do “fruto de ouro”, o cacau – “Quando Maximiliano morreu, Carlos tomou a si a filial de Ilhéus, passava longos meses no sul do Estado, comprando cacau, aumentando a firma, transformando-a numa das maiores exportadoras do produto.” (AMADO, 1968, p.27).

Sob esse caráter de afirmação local, numa espécie de arregimentação de forças para a “cruzada modernizadora”, segundo uma disputa pela primazia político-econômica regional, também é apresentada a “Companhia Exportadora de Cacau de Ilhéus”, popularmente conhecida apenas como “Exportadora”, a maior firma de exportação de cacau de todo o país; com seus armazéns ocupando quase um quarteirão, ela “representava muitas outras firmas, mas todo êsse trabalho de representação ocupava uma parte mínima dos enormes escritórios e uma parte também pequena dos livros de balanço. [...] Os caroços de cacau enchiam os armazéns que iam quase de ponta a ponta do quarteirão.” (AMADO, 1968, p.49).

Por trás da “Exportadora” estava o estadunidense Karbanks, sendo ele, provavelmente, o mais proeminente exportador da região, atuando decisivamente em diversos setores, como: no sistema portuário – para além da pressão política exercida, junto aos demais exportadores, para que o governo realizasse melhorias na barra, “foi êle quem conseguiu o contrato da companhia de navegação sueca para a vinda dos grandes cargueiros, que permitiram a exportação direta do cacau, desde o pôrto de Ilhéus para os Estados Unidos, Alemanha e o Norte da Europa.” (AMADO, 1968, p.50) –; no setor financeiro – “[...] diziam que a ‘Exportadora’ tinha a maior parte das ações das docas do pôrto, compradas aos herdeiros do coronel Misael. E a renda do pôrto era enorme. Diziam também que por detrás da direção do ‘Banco de Auxílio à Lavoura’ se encontrava a ‘Exportadora’, ou seja, Karbanks.” (AMADO, 1968, p.50) –; e no sistema de estradas de rodagem, que começava a fazer concorrência às estradas de ferro – “E ela [a ‘Exportadora’] tinha preferência nos caminhões para conduzir o cacau das cidades e povoados ligados a Ilhéus pela estrada de rodagem: Itabuna, Ferradas, Pirangi, Palestina, Banco da Vitória e Guaraci.” (AMADO, 1968, p.52).

Todo esse poderio econômico, conquistado à luz das condições favoráveis externas e sob a demanda e a atuação de atores locais para internalizá-las, indicava uma luta próxima entre os exportadores e os coronéis, conquistadores da terra:

Êle [Karbanks] e Carlos Zude estavam em tôda parte, só não se haviam metido ainda nas fazendas. Ninguém ainda se dava perfeita conta de que a luta entre os coronéis, conquistadores e plantadores da terra, e os exportadores se aproximava. Por ora se

davam conta apenas da aproximação da alta do cacau, uma alta como nunca se havia visto antes... Mas já se falava muito em Karbanks, em Zude, em Ribeiro & Cia., nos Rauschnings, os alemães de outra casa exportadora, em Reicher, um judeu seguro, no nazista Schwartz. Falava-se também de Correia, que fundara uma pequena fábrica de chocolate e pagava artigos nos jornais para provar que estava fazendo uma obra patriótica produzindo o chocolate no próprio Brasil. (AMADO, 1968, p.50-1).

O cenário estava montado para as operações e estratégias econômicas e mercantis dos exportadores a fim de se tornarem os novos “donos da terra”. Ante essa crescente atuação, essa classe dos exportadores deu início ao processo que, no final, lhe daria a primazia política, econômica e social na região: o aumento planejado dos preços de compra do cacau, criando uma euforia perdulária que, seguida por uma baixa intencional, criaria um pânico entre os produtores de cacau, alterando o comando local em prol de uma modernização regional, passando da “aristocracia latifundiária pré-capitalista” para um pleno capitalismo mercantil e financeiro.

Na narrativa, esse estratagema é apresentado aos poucos, de modo a acompanhar os eventos: a princípio, a programática da alta dos preços do cacau é relatada na conversa entre Carlos Zude e seu gerente, Martins, potencializando a condição de ditar, no futuro, os preços dessa matéria-prima no mercado internacional; em seguida, a diretriz dos planos econômicos dos exportadores é retomada em uma reunião entre os exportadores, encabeçada por Carlos Zude, a fim de explicar o planejamento estratégico econômico – da alta dos preços do cacau, seguida, posteriormente, por uma baixa controlada e prevista. Segundo esse planejamento, as empresas exportadoras deixariam de atuar enquanto mediadoras no mercado de compra do cacau dos fazendeiros e venda no mercado nacional e internacional, passando a constituírem-se em conglomerados, atuantes em todas as etapas de reprodução do capital: o controle da produção seria garantido ao adquirir as fazendas – livrando-se, assim, da dependência perante os coronéis – e mediante a atuação nos setores relacionados à circulação da matéria-prima, para além do setor propriamente mercantil, em que as casas exportadoras eram, em essência, especializadas.

Por fim, com o plano em curso, Carlos Zude vê se aproximar o “tempo da modernidade”, em que ele e os demais exportadores seriam os “donos da terra”:

Carlos Zude sorria: “os donos da terra”. Dissera um dia a Julieta que eles seriam os “donos da terra” num futuro próximo. Ele e Karbanks, os Rauschning e Schwartz, Reicher e Antônio Ribeiro, os exportadores de cacau. Quando tivessem terras, fazendas, não dependessem do cacau dos coronéis. Nos gordos livros de escrituração da casa de “Zude, Irmão & Cia.”, como nas demais casas exportadoras, crescia o débito dos coronéis ao mesmo tempo que crescia o preço do cacau. Carlos Zude sorri como um guerreiro que faz um balanço da situação da batalha e constata que tudo vai bem. Era um plano admiravelmente traçado. (AMADO, 1968, p.249).

Se a briga, quando a alta estava em curso, já era suspeitada por alguns personagens, de início foram poucos que conseguiram antever nas entrelinhas as estratégias dos exportadores: mesmo não compreendendo os motivos da alta dos preços de compra do cacau, o poeta Sérgio Moura pressentiu a guinada político-econômica que estava para acontecer na região, a partir de uma disputa pelo poder entre as classes dos coronéis e a dos exportadores.

Nas suas conversas com os sabiás, os canários e os pintassilgos, o poeta já lhes dissera algo da luta que antevia entre os grandes exportadores e os donos da terra, os grandes fazendeiros, aquêles conquistadores de matas que haviam passado, trinta anos antes, sôbre tantos cadáveres para plantar a árvore do cacau, luta que arrastaria também os pequenos lavradores, que cultivavam suas rocinhas com a sua própria família, trabalhando homens, mulheres e crianças. Os exportadores eram apenas intermediários, mas realmente estavam se tornando os donos do cacau, os que mais ganhavam com a lavoura. Os pequenos lavradores, coitados, viviam numa luta constante para não serem engolidos pelos grandes fazendeiros. Por detrás, o exportador sustentava a luta, ajudando com empréstimos aos pequenos lavradores, subdividindo as fazendas para que assim as safras não estivessem em pequeno número de mãos que pudessem impor preços. Agora vinha esta história da alta... (AMADO, 1968, p.55).

Esse presságio do crescimento do poder dos exportadores foi sintetizado em uma figura metafórica e alegórica de grande poder retórico: a imagem de um dragão imperialista que “engole” toda a cidade de Ilhéus. Esta imagem, nascida da conversa entre o poeta Sérgio Moura e o mecânico comunista Joaquim – “um monstro milenar, de cem bôcas famintas, engolindo tudo” (AMADO, 1968, p.60) – apenas atestava uma transição em marcha, de um “feudalismo” para uma realidade de um capitalismo candente. Nesse processo de transição econômica regional, os exportadores, nas simbólicas personagens de Carlos Zude e Karbanks, passaram a ser alcunhados de “pedras angulares do progresso atual da zona”, denotando-lhes um grande prestígio, ainda mais com as altas dos preços sem precedentes, quando “Nem ouro valia como caroço de cacau, êsses caroços que se viam aos milhões nos grandes armazéns dos exportadores.” (AMADO, 1968, p.284).

Com a mudança das diretrizes a partir das mudanças históricas, ocorreu também uma significativa transformação das estratégias “válidas” – legítimas – para a conquista da terra: se em *Terras do sem-fim* as narrativas das disputas pela terra se centravam nas histórias de mortes encomendadas, tocaias, caxixes, incêndios criminosos etc., em *São Jorge dos Ilhéus*, tais histórias não passavam de lendas de outrora, narrativas folclóricas e distantes, “espantosas histórias de Ilhéus, de tiros e barulhos, de mortes e incêndios quando, no princípio do século, os coronéis, os Horácios e os Badarós, conquistavam a terra de ninguém para plantar cacau.” (AMADO, 1968, p.155). Tais contos épicos fascinavam Carlos Zude – o principal exportador do enredo, articulador político dos demais exportadores e ícone pessoal da transição dos tempos em favor de uma modernização regional –, embora ele reconhecesse que o jogo do

poder político-econômico não seguia as mesmas regras: “Hoje sabia que o revólver e a repetição, o capanga e o incêndio já não adiantavam para a conquista dessas terras. Não eram mais terras de ninguém, matas das assombrações, virgens do contacto humano.” (AMADO, 1968, p.155); ao contrário, eram terras com donos muito bem marcados – “os coronéis ricos e poderosos, donos dos eleitores, das casas de Ilhéus, dos postos governamentais, das estradas de rodagem, dos automóveis de luxo. Eram os donos de Ilhéus, porque eram os donos da terra...” (AMADO, 1968, p.155).

Adventícios, Carlos e os demais exportadores também sentiam a necessidade de “plantarem raízes” na terra, se empenhando na conquista da mesma. Mas a lógica das lutas pela primazia regional mudou: “Era uma luta de escritório, de jôgo de Bôlsa, de alta e baixa, uma luta bem diferente. [...] Era uma luta que exigia inteligência e cálculo, visão e tato.” (AMADO, 1968, p.156). O que não mudara fora a necessidade de “passar por cima dos outros” – necessidade repetida por Carlos Zude a si mesmo, como que tentando convencer-se de que não havia outro modo para a conversão da região em uma zona pioneira, marcada pelo capitalismo moderno, financeiro e mercantil, e relegando apenas à memória a “barbárie” das violências dos pistoleiros e jagunços de outrora. Os novos tempos – e as novas formas de luta, conseqüentemente – apelavam para a legitimidade das instituições oficiais: desse modo, as disputas se davam sob o julgo das regras da “civildade”, sendo menos bélicas e mais jurídicas, mas igualmente políticas, uma vez que as politicagens e os favorecimentos de acordo com a condição política – se situação ou oposição ao governo – ainda predominavam, atestando heranças conservadoras de uma modernização estéril e autoritária.

Destarte, é simbólica a luta na justiça entre Silveirinha e seu pai, Horácio, por conta do inventário de bens de sua falecida mãe, Ester: opondo Horácio – signo maior dos fazendeiros do cacau – e Silveirinha – jovem integralista, representante dos novos tempos da política, mais complexa do que o simples dualismo oposição/situação, e influenciado e patrocinado por Schwartz, um dos exportadores –, a luta entre as classes mais proeminentes e poderosas, do passado e do presente, se fazia mais clara. Era uma briga, como já dito, de novas regras, institucionais, encarnadas pelas leis a que todos deviam se submeter; mas este *zeitgeist* moderno também encontrava resistência nas atitudes dos coronéis, os quais queriam fazer valer as suas leis particulares e os seus violentos modos de resolver os conflitos, como antigamente: “Mas o coronel não queria saber de leis nem de direito. Para êle, leis e direito, juízes e advogados, foram sempre coisas amoldáveis à sua vontade, feitas para servirem-no.” (AMADO, 1968, p.215).

Era tempo de afirmação do Litoral no Sertão – isto é, de transformar aqueles sertões das grandes fazendas de cacau, fronteiras demográficas, em zonas pioneiras, marcadas pelo mais atual e moderno capitalismo à época. Isso significava instituir todos os elementos e estruturas básicas para a reprodução ampliada do capital, o que só poderia acontecer com um cenário armado para tanto, de modo a tornar praticamente inadiável o processo de transformação/transição regional em prol da supremacia do capitalismo ditado pelos exportadores.

Assim como o coronel Manuel Antônio, do Engenho Bugari – acima apresentado –, a morte de Horácio foi pacientemente esperada, se desvelando aos poucos, ao longo de um processo demorado – “Carlos Zude roubara-lhe o prestígio político. Schwartz tomara-lhe as terras. Aproveitaram-se de Silveirinha, arrastaram-no para o seu lado, Horácio era um velho de mais de oitenta anos.” (AMADO, 1968, p.297). A morte de Horácio, enfim, “enterrou” definitivamente as perspectivas de resistência organizada de classe dos coronéis frente aos exportadores, resistência esta que se mostrara uma necessidade não imediatamente percebida por aqueles – pois a luta se fazia nas entrelinhas –, mas que fora imensamente lamentada quando veio a baixa dos preços: “Os fazendeiros começaram então a dar-se conta de que a alta fôra apenas um jôgo dos exportadores. Alguns lembravam-se dos volantes comunistas, recordaram até do comício realizado em Ilhéus e que a polícia dissolvia sob gerais aplausos.” (AMADO, 1968, p.296).

O que a baixa inaugurou foi, pois, um novo *status quo*, estabelecendo um novo quadro político-econômico regional, transformando os exportadores na classe hegemônica. O “golpe de misericórdia” foi dado com o leilão da totalidade ou de grande parte das terras dos latifúndios do cacau, arrematados pelas casas exportadoras.

[Karbanks] Olhava, como olhavam os demais exportadores, os cacauzeiros carregados, as roças amarelas, o chão tapetado de fôlhas, e calculava o que era necessário fazer para duplicar a produção. Os pequenos lavradores arruinados davam ótimos capatazes, voltavam ao lugar de onde tinham partido. Nas roças reduzidas, os coronéis também voltavam à vida sóbria, um laivo de tristeza e decepção nos lábios de bigodes brancos. Os trabalhadores, despedidos com a baixa, vagavam de fazenda em fazenda, sem encontrar trabalho. Constava que os comunistas agiam entre eles. Só os exportadores sorriam, das varandas das casas-grandes recentemente conquistadas, olhavam os pés de cacau, suas raízes assentadas na terra. Olhavam, eram os novos donos da terra. (AMADO, 1968, p.304).

Desse modo, os exportadores se consolidaram como os “donos da terra”, conquistando a independência produtiva em relação aos coronéis e promovendo – ao trazer a reboque a funcionalização estrutural das instituições oficiais e legítimas – a modernização (atualização) regional, agora integrada à lógica do capital e aos espaços caracterizados como Litoral (não-sertão).

As instituições oficiais funcionaram, portanto, como aparatos da modernidade, como fora o caso do Instituto do Cacau da Bahia, construído pelo governo na capital – nominada como Bahia – durante a alta dos preços: típico instrumento do meio técnico-científico miltoniano, tal instituto apareceu na conversa entre os lavradores João Magalhães e Don’Ana Badaró – uma personagem remanescente da lendária família Badaró, rival de Horário no pleito de conquista das matas do Sequeiro Grande –, os quais, após os acontecimentos do ciclo de alta e baixa dos preços, escaparam da vida de Ilhéus e do “visgo do cacau”:

Uma noite, porém, quando já as coisas se haviam equilibrado em Ilhéus, a crise cessando, os exportadores lavrando cacau, eles [o capitão João Magalhães e Don’Ana Badaró] saíram para um passeio no cais da Bahia. E aconteceu sentarem num banco próximo ao enorme prédio do Instituto do Cacau, que o governo fizera construir durante a alta. Ficaram a mirá-lo com os olhos tristes. De Ilhéus chegavam notícias que a baixa terminara, que os preços subiam novamente, que as fazendas, em mãos dos exportadores, estavam que dava gosto de ver. Olhavam o prédio do Instituto do Cacau. A sombra imensa, nascida do luar, caía sobre eles.

- Cresceu muito... – disse Don’Ana Badaró.

João Magalhães sabia que ela estava falando sobre o cacau:

- É verdade... – respondeu. – Cresceu demais para a gente, minha velha... (AMADO, 1968, p.334-5).

O que aconteceu, por conseguinte, foi que o cacau adquiriu um grande valor rentável aos investimentos de capital, de tal modo que as velhas formas e estruturas produtivas – calcadas nas grandes fazendas, chefiadas pelos “coronéis do cacau” – não eram mais adequadas para a capitalização mais moderna da região; assim, tinha-se um cacau que “cresceu demais” e que, a exemplo da cana-de-açúcar (que atraía as usinas), exigia uma mudança espacial, social e política que acompanhasse as transformações econômicas.

Em suma, as mudanças não eram integrais, uma vez que se realizavam segundo o caráter das *modernizações conservadoras*: sob o signo da modernização, o Litoral fazia-se no Sertão sem preocupações maiores com a justiça e a equidade sociais, perfil despreocupado eticamente – como já refletira Milton Santos – com os efetivos ganhos pró-cidadania e democracia, excluindo a maioria e meramente transferindo os poderes centrípetos. Triste sina de uma modernização que é legitimada pelo capital, mas que não é também um ganho enquanto modernidade social.

Dessa forma, pretendeu-se, neste capítulo, refletir brevemente sobre a noção de Sertão no pensamento social brasileiro, revelando a permanência de sua essência ubíqua nos propósitos de interpretação do Brasil segundo a partição genérica do Litoral *versus* o Sertão. Constructo de uma *intelligentsia* interessada no desvelamento do “Brasil real”, o caráter brasílico suscitado instaurou-se como uma “chave interpretativa” que, considerando as mudanças espaço-temporais, não perdeu a sua validade; para tanto, ela (re)atualiza as

discussões acerca da *fronteira* e da *modernidade* – seja ela espacial ou produtiva – reverberando nos mais diversos discursos, inclusive nos artístico-literários, como os aqui considerados, pertencentes à *Segunda Geração Modernista*.

Capítulo III:
Retrilhando os sertões na literatura brasileira:
O percurso histórico do regionalismo literário até a
Segunda Geração Modernista



CAPÍTULO III:

**RETRILHANDO OS SERTÕES NA LITERATURA BRASILEIRA:
O PERCURSO HISTÓRICO DO REGIONALISMO LITERÁRIO ATÉ A SEGUNDA
GERAÇÃO MODERNISTA**

Os julgamentos valorativos bipolares, referenciados nas genéricas e variáveis noções qualificativas do *bom e agradável* ou do *mau e pernicioso*, perpassaram por toda a história da formação territorial brasileira. Para além das visões quinhentistas e seiscentistas de uma natureza rude e sombria *versus* uma natureza edênica, o território brasileiro também guardou outra dicotomia positivo/negativo bastante candente: os espaços geográficos e sociais identificados enquanto manifestações empíricas do *Sertão* acompanharam essa dualidade avaliativa, recebendo ora uma conotação negativa, ora uma conotação positiva.

Fazendo referência a traços geográficos, demográficos e culturais, os espaços sertanejos foram transformados em indicadores de regiões agrestes, semiáridas, distantes do litoral, marcadas pela rarefação ou mesmo ausência de povoações, ou ainda onde predominavam tradições e costumes antigos. (OLIVEIRA, 1998). Lugares inóspitos, de vida difícil e rude, somente suportados por pessoas bravias e fortes, os sertões são as marcas de um ambiente impiedoso, vencido pelos obstinados e resilientes heróis sertanejos, encarnados nas figuras do cabra e/ou do cangaceiro. Diante das grandiosas e loquazes expressões roseanas, em *Grande Sertão: Veredas* (2006), de que “*O sertão é do tamanho do mundo*” (ROSA, 2006, p.73) e de que “*O sertão é sem lugar*” (ROSA, 2006, p.354), o imaginário social fabrica a ideia de que não há um único sertão, mas múltiplos sertões, que podem ser tomados metaforicamente como representações ideologicamente significadas do território brasileiro.

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior e perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor. (OLIVEIRA, 1998, p.197).

As visões parciais e qualificadas dos espaços sertanejos, como já indicado alhures nesta pesquisa, designam um processo valorativo do incógnito originado e referenciado no “lado conhecido”, o que produz uma *negação* – ou, no mais, um “silenciamento” do desconhecido, uma vez que este é designado e qualificado a partir de vozes exógenas. Se no viés econômico-produtivo, a negação tendenciosamente parte para a necessidade de superação dos traços de “atraso” e desajustamento ao padrão hegemônico – considerando que a exigência de *sintonia* não indica obrigatoriamente uma homogeneização, pois também pode

pautar-se na concertação hierarquicamente diferenciada no âmbito da lógica capitalista hegemônica, em que pesa o valor do *desenvolvimento desigual e combinado* –, a esfera artístico-literária opera com uma valorização do Sertão um tanto mais complexa: o que é considerado, na produção econômica, uma obsolescência, pode ser considerado, pela Literatura, um estandarte que merece e deve ser preservado, porque se constitui como um *resquício* do genuíno, do puro e do autêntico. Os espaços sertanejos literários, portanto, não se vinculam a uma obrigatoriedade de negação/superação (ou, pelo viés aqui adotado, de modernização), uma vez que podem ser idealizados e enaltecidos, mesmo em seus patentes “atrasos” ao Litoral desenvolvido e socioeconomicamente hegemônico.

Oliveira (1998), nesse contexto, coloca uma base tripartida de perspectivas do modo pelo qual o Sertão pode aparecer na literatura nacional:

- (i) O “*sertão como paraíso*”, expresso basicamente no Romantismo. A imagem evocada é de um verdadeiro Éden, um paraíso perdido, reduto da perfeição, da beleza e da justiça, uma expressão da humanidade sublime e de pureza original, em uma linguagem que transparecesse esses ideais que deveriam ser resgatados e preservados. Ao longo do século XX, essa linha romântica de expressão se mantém em autores da cultura popular, como Catulo da Paixão Cearense, ou mesmo em autores consagrados pela cultura erudita, como Afonso Arinos.
- (ii) O “*sertão como inferno*”, marcado distintamente pela brutalidade da natureza, inclemente aos sofrimentos e ao desespero daqueles que por ela perambulam (retirantes, cangaceiros, volantes, beatos etc.). A violência torna-se uma banalidade aceita e o único código de conduta conhecido, produzindo uma resignação para com os fatalismos; é, portanto, o “fracasso da civilidade”, onde as leis naturais imperiosas da força tornam-se também imperativas e inclementes. Euclides da Cunha é um dos representantes dessa leitura, ainda que sua explicação esteja calcada em sustentáculos político-culturais.
- (iii) O “*sertão como purgatório*”, em que se enaltece a sua condição de passageiro, local de passagem e de travessia, em que pesa não os determinismos apriorísticos, mas as dramaticidades da liberdade e das consequências das escolhas de cada um. É um lugar de penitência e reflexão, um plano místico que precisa ser decodificado e decifrado diuturnamente. É, certamente, o sertão onipresente de Guimarães Rosa, reino do fantástico e do mítico, embalador de sonhos e de esperanças nos mais diversos movimentos messiânicos ocorridos no Brasil.

Essas posturas possíveis se assemelham às três alternativas de abordagem do Sertão elencadas na Introdução desta pesquisa. Valorizados em termos positivos, negativos ou simplesmente transcendentais a qualificativos dicotômicos, os espaços sertanejos são

abordados de modo variegado na história da literatura nacional, quer sejam redutos da autenticidade nacional, quer sejam “espaços-problema”, ou meramente espaços do *outro*, a ser aprendido e apreendido. Em todo caso, a literatura do Sertão – ou *sertanista* – foi percebida ou tratada como uma literatura de cunho regional ou *regionalista* – pois se tratava de uma região enquanto área, ainda que não determinada ou precisamente delimitada, em oposição a outra área-referência, o *não-sertão*.

O que se coloca em evidência aqui é a possibilidade dos discursos literários entrarem em sintonia ao “coro dos descontentes”, postura resguardada pela liberdade poética e pela flexibilidade permitida pela Arte em dar vazão aos princípios e valores de foro íntimo, sem um comprometimento maior com qualquer engajamento doutrinário em sistemas ideológicos pré-estabelecidos. “Libertos” pela arte, os literatos podem, inclusive, contradizer os seus próprios lugares socioeconômicos no âmbito do sistema social, advogando posturas críticas e contestadoras dos meios que lhes nutriram ou lhes permitiram exercer o ofício artístico: em outras palavras, a postura ideológica assumida pelos literatos – no caso do Brasil, notadamente representantes ou partícipes, em sua maioria, de uma elite socioeconômica, uma vez que a condição do intelectual-artista é garantida somente a partir de melhores possibilidades de estudos, em um país maculado, ao menos até meados do século XX, pela alta taxa de analfabetismo – pode ser a de contestação da própria elite política e socioeconômica.

Outro ponto de destaque em relação à Literatura é a sua maior capacidade inata de propagação: adotando uma linguagem mais livre e menos confinada a métodos e princípios, a linguagem artística consegue difundir-se a públicos mais amplos, reclamando uma eficácia e uma amplitude comunicativa que a linguagem científica, por exemplo, não consegue. Destarte, a *tomada de posição* do artista-literato no escopo socioideológico torna-se um ponto nodal para a investigação da formação simbólico-cultural e política de um povo (público receptor), considerando o verdadeiro papel, emblemático no caso brasileiro, assumido por tais intelectuais enquanto uma *intelligentsia missionária* (SEVCENKO, 2003), primaz na formação da nacionalidade.

Retomando a reflexão sobre as literaturas sertanistas/regionalistas, nas quais são veiculadas concepções a respeito da formação territorial brasileira, pode-se aventar que estas são, em suma, tão variadas quanto são os seus autores. No entanto, considerando os contextos históricos mais amplos dos ditos momentos literários, podem-se perceber certas recorrências que permitem trilhar paralelos e arquétipos de questões centrais que norteiam as reflexões acerca dos espaços sertanejos, bem como aproximações em seus modos de abordagem

individuais na seara artístico-literária. Pautado nesse agrupamento de tendências, serão apresentadas, a seguir, as bases genéricas e sucintas da abordagem do Sertão ao longo dos grandes momentos da Literatura brasileira.

3.1 A evolução histórica do regionalismo/sertanismo na Literatura brasileira

A literatura de cunho regionalista/sertanista apresenta, como toda e qualquer literatura, um embasamento histórico a fim de engendrar uma representação pontuada em mundos fictícios, tanto mais convincentes enquanto arte quanto forem as suas verossimilhanças com os dados do mundo real – seja este pretérito, presente ou possibilidades de futuro. Portadora de um imaginário e de uma ideologia (concepção de mundo) que lhe é constitutiva, as literaturas regionalistas, como se pode supor imediatamente, pautam-se na região enquanto escopo espacial de referência para as narrativas: segundo Vicentini (2007), essa região, na literatura, é caracterizada por seus aspectos físico, geográfico, antropológico, psicológico etc., apresentando, ao máximo possível e (obviamente) sob o ponto de vista do literato, o *caráter performativo* de apresentação da *identidade grupal*.

Em outras palavras, o conteúdo-chave da literatura regionalista é a *identidade regional*, pondo em destaque, portanto, as preocupações com a verossimilhança do mundo que é representado. Tal verossimilhança é fundamental para a identificação do mundo em foco, da região de que se trata o discurso artístico-literário, dependendo de tal identificação o caráter regionalista do texto: por isso, a literatura regionalista pretende também ser a mais *documental* possível. Nesse contexto, as narrativas regionalistas, por seu caráter documental, buscam expressar todos os caracteres regionais, como linguagem, fauna, flora, ofícios, roupas, comportamentos, climas, os problemas, crenças etc.

Essas são as razões por que os *escritores* regionalistas dizem-se também *pesquisadores*, recolhedores de anotações em cadernetas. Publicam miscelâneas de lendas, cancioneros, folclore recolhido, provérbios, dicionários de termos típicos, livros de receitas etc., todos dentro ou ao lado de suas obras literárias propriamente ditas. E também se lançam em polêmicas infundáveis sobre a fidelidade da representação de mundo que suas obras apresentam – se de fato é ou não é assim a sua região; se aconteceu ou não do jeito que está relatado. E defendem a posição de que só o nativo ou o enraizado no local é capaz de ler, entender e transmitir essa identidade regional. (VICENTINI, 2007, p.188, grifos da autora).

Por centrar-se em espaços distantes ao “mundo oficial” das cidades mais importantes do território brasileiro, a literatura regionalista nacional frequentemente abordou os *sertões*

nacionais – como aqui considerados, espaços de lógicas diferentes às vigentes e dominantes, hegemônicas do ponto de vista socioeconômico, cultural e político.

Ainda segundo Vicentini (2007), o percurso histórico de nossa literatura regionalista iniciou-se com as primeiras manifestações do sertanismo árcade e romântico do final do século XVIII e meados do século XIX, em sonetos do jurista e poeta Cláudio Manuel da Costa ou ainda nas expressões românticas de Alfredo de Taunay e José de Alencar. Todavia, esse modelo literário tornou-se recorrente apenas no final do século XIX, com o mineiro Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), e, já no século XX, com o gaúcho João Simões Lopes Neto (1865-1916), os paulistas Valdomiro Silveira (1873-1941) e José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948) e o goiano Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921). Os anos 1930 marcaram profundamente a literatura regionalista/sertanista com os prestigiados nordestinos Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado – que, com Rachel de Queiroz, constituem-se nos literatos em foco nesta pesquisa. O quadro de literatos ainda se completa com o mineiro João Guimarães Rosa (1908-1967) e os goianos Bernardo Élis Fleury de Campos Curado (1915-1997) e Eli Brasiense (1915-1998), expoentes da literatura nacional no pós-guerra e, sobretudo, a partir da década de 1950⁷¹.

Em todo caso, a literatura de cunho regionalista/sertanista apresenta, segundo Lima (1999), uma dimensão de intenso debate entre o progresso e a autenticidade: não exclusivo da seara artístico-literária, como visto já aqui no tocante às preocupações do pensamento social brasileiro (*ver subitem 2.1.1*), tal debate coloca a hinterlândia sertaneja em franca oposição à modernização produtiva e à urbanidade. No campo literário, o traço do homem do interior é diferenciadamente caracterizado no âmbito do idílio romântico e do realismo literário, colocando em xeque uma associação simplista entre o regionalismo e o conservantismo.

Consoante Chiapinni (1995), essa associação imediata entre o regionalismo e a tradição greco-latina do idílio e da pastoral – traços vistos sob uma valoração positiva, reclamando uma retomada e conservação dos mesmos – é apenas uma parcela das literaturas regionalistas, uma vez que as representações realistas tenderam a focalizar progressivamente o homem pobre do campo, que buscava ser “ouvido” pelos leitores da cidade. Desse modo, a nostálgica visão do passado, idealizado e marca da autenticidade do homem, é contraposta às

⁷¹ A autora ainda cita outros exemplos mais recentes de literatos regionalistas: na década de 1970, destacam-se na literatura goiana – especialidade da pesquisadora – José Godoi Garcia (1918-2001), Carmo Bernardes (1915-1996) e Bariani Ortêncio (1923-); ademais, destacam-se contemporaneamente o sergipano Francisco Dantas e o paulista Antonio Torres. Além desses nomes elencados por Vicentini (2007), também é possível citar o caso do político e escritor mineiro Mário de Ascensão Palmério (1916-1996), enfocado nos trabalhos de Vinaud (2008; 2011), destacados adiante.

denúncias da miséria do presente, alavancadas pelo progresso ou pela falta de assistência à população excluída das zonas progressistas.

Um dos principais sustentáculos argumentativos dos literatos realistas, em suas descrições regionais/sertanistas enquanto alternativas às idealizações românticas, pautava-se na crítica da falta de “conhecimento prático” dos literatos para com as realidades relatadas nos romances – ou seja, os autores realistas acusavam os literatos românticos de não terem entrado em contato com as paisagens e os homens abordados em seus romances regionalistas, construindo uma representação carente de maior verossimilhança. No entanto, Lima (1999) retoma essas posições dos intelectuais do primeiro período republicano, argumentando que a caracterização positiva dos sertões nacionais não foi uma prática exclusiva da geração romântica, que inclui expoentes como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Alfredo Taunay, e, tampouco, que a caracterização romântica dos sertões opera com valorizações exclusivamente positivas: “Se, com ela [geração romântica], a ficção romântica consolidou-se sob a forma sertanista e regionalista, encontramos nos textos produzidos tensões e ambigüidades nessa afirmação do sertão como essência da nacionalidade.” (LIMA, 1999, p.65).

Além do mais, a crítica realista da produção literária romântica artificial e confinada em gabinetes é contrastada com o fato de que, em muitos casos, a literatura produzida sob o caráter do Romantismo refletiu experiências de viagens etnográficas e de ações militares, não se diferenciando tão radicalmente aos textos “científicos” do Realismo. (LIMA, 1999). O que se impõe, portanto, é não uma ruptura entre as gerações literárias, mas sim uma necessidade de contextualização das obras, diferenciadas historicamente, uma vez que, nos albores da República, a magna preocupação não era tanto mais – ao menos na mesma medida em que fora no período posterior à Independência – com o *forjamento* do espírito da nacionalidade, mas sim, influenciado pelas teses científicas, com o ideal missionário de “civilizar os sertões”.

Acerca dessas diferenças históricas, Oliveira (1990) coloca que:

O movimento romântico buscava a nossa peculiaridade: com um agudo senso do real, num momento em que, mal saídos da independência, buscávamos a nossa afirmação como povo, o romantismo, de acordo com os esquemas de pensamento do tempo, insistia no típico e no insólito. [...] Outra é a perspectiva da geração seguinte: ela já não quer pôr em relevo o específico nacional, mas integrar-nos na civilização ocidental; compreender nossas diferenças em relação com os países mais adiantados do Ocidente não como uma ‘diferença de natureza’ mas como uma diferença de fase histórica, apreendida segundo o modelo de uma filosofia progressista da história. (BARROS, 1967, p.14⁷² *apud* OLIVEIRA, 1990, p.81).

⁷² BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo/USP, 1967.

No momento pós-independência, o Romantismo configurou-se como um estandarte para a construção da *alma brasileira* e do *entusiasmo patriótico*. Vale destacar, embora não seja o foco desta pesquisa e já tenha sido abordado por outras bibliografias⁷³, o Romantismo operou, no Brasil, com a preocupação notável de ensejar um *espírito patriótico*, engendrando um sentimento de nacionalismo, a busca pelo passado histórico e a exaltação da Pátria. No oportuno momento da consolidação do Império, esses desígnios procuravam sustentar uma tessitura nacional que amalgamasse todas as diferenças e particularidades regionais em torno de um Estado unívoco e forte, portador do sentido e da essência da brasilidade. Em termos de conteúdo, esse nacionalismo romântico manifestou-se na exaltação da natureza pátria e na criação do herói nacional: enquanto nas literaturas europeias, os heróis nacionais eram representados por belos e valentes cavaleiros medievais, na literatura brasileira, a falta de um passado medieval obrigou a busca do herói no *indianismo*, fabricando uma imagem mítica do índio brasileiro, dotado de valores europeizados de beleza, valentia e civilidade.

Esse arcabouço estético permitiu a construção simbólica do passado comum brasileiro, forjando a cimentação do nascente e ainda frágil Estado-nação. Desde a primeira geração romântica, consoante Araújo (2002-3), a literatura nacional revestiu-se de um caráter empenhado em fabricar a brasilidade, o que era ainda mais destacado pelo fato da elite intelectual se confundir com a elite política do país, encetando uma legítima *intelligentsia* empenhada na tarefa de construção simbólica do território. Com intensa participação na vida pública nacional e veiculadores de projetos políticos nacionalistas, os literatos expoentes desse momento histórico-literário – como era o caso de José Martiniano de Alencar (1829-1877) e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1825-1884) – buscaram configurar as idiossincrasias regionais, dando lugar aos primeiros romances regionalistas românticos, sequiosos pela afirmação da unidade do Império a partir da diversidade das paisagens e dos tipos humanos.

O sertanismo de Alencar – presente em romances como *O Gaúcho* (1870), *As Minas de Prata* (1870), *O tronco do Ipê* (1871), *Ubirajara* (1874) e *O Sertanejo* (1875) – surge como uma necessidade de descobrir literariamente as regiões afastadas da Corte fluminense, integrando-as à unidade nacional: por isso, a obra alencariana nestes romances é menos regionalista do que se supõe, uma vez que está impregnada de uma aura nacionalista, buscada a partir das peculiaridades regionais. José de Alencar, presidente da província do Ceará,

⁷³ Entre outras, pode-se citar duas obras recentes: RICÚPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1930-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; e SOMMER, Doris. *Ficções de Fundação – Os Romances Nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

deputado, senador e ministro da Justiça, tencionava, em seus discursos literários regionalistas e sertanistas, dar concretude aos símbolos e anseios de uma unidade regional, ressaltada menos em sua coesão peculiar e autônoma do que em sua especificidade, engrandecida enquanto parcela significativa do todo nacional. (ARAÚJO, 2002-3).

A valorização das idiossincrasias paisagísticas brasileiras, recortadas em unidades regionais, não incorporava uma dimensão propriamente documental, como eram os relatos dos cientistas viajantes do início do século XIX, mas sim uma tentativa de elaboração de uma épica própria, fundando um tropicalismo sustentado pelas características da natureza dos sertões brasileiros: “Assim, o próprio sentido da glorificação romântica da natureza sucumbe aos desígnios do nacionalismo engajado. A natureza, ao se opor à cultura da cidade, opõe também uma dimensão autêntica do ‘ser brasileiro’ à afetação cosmopolita da Corte.” (ARAÚJO, 2002-3, p.55).

Se em José de Alencar tem-se, propositalmente, uma descrição das singularidades da natureza e da paisagem sob o intuito de unir os habitantes do território por meio de uma história comum – ou seja: se a prosa romântica de Alencar constitui-se em uma força nacionalizadora baseada na criação de símbolos e de imagens literárias da unidade histórica e geográfica do Brasil –, a nova geração literária, realista/naturalista, vai paulatinamente criticar essa postura romântica: enquanto em Bernardo Guimarães tem-se uma mistura da descrição das paisagens sertanejas enquanto parcelas da unidade nacional com a interpretação das particularidades e autonomias regionais, em João Franklin da Silveira Távora (1842-1888), a particularidade regional é exaltada em si mesma, engendrando um regionalismo *strictu sensu*, que não busca responder aos ideais da orquestração nacionalista mais ampla. O regionalismo e sertanismo de Távora podem ser entendidos como uma tentativa de ressaltar, a partir da descrição e mesmo da exaltação das diferenças culturais e geográficas, a importância das elites regionais – no caso específico do literato, a elite pernambucana –, alijadas das divisões de poderes a partir da centralização político-econômica, durante o Segundo Império, no Rio de Janeiro.

Destarte, a estética romântica cedeu lugar, com a unificação do Estado garantida, no final do século XIX, às descrições realistas e naturalistas das regiões-Sertão, distantes da Corte fluminense. Paralelamente, as autenticidades localistas foram perdendo terreno literário para as caracterizações regionalistas/sertanistas, que pretenderam idealizar menos, retirando o “véu mítico e encantado” dos sertões, uma vez que estes precisavam entrar no jogo de forças encabeçado pelo poder centralizado na Corte: “Ao contrário do que ocorria em Alencar e nos românticos, a perda desse encanto natural não era lamentada, porque a colonização e o

progresso atribuiriam um novo sentido ao território, garantindo assim um novo sentido para a consolidação do Estado e da nação brasileiras.” (ARAÚJO, 2002-3, p.62).

Do mesmo modo, contrariando a decantada relação simplista entre regionalismo e conservantismo, Oliveira (1998) coloca que, apresentados na literatura sob a categoria de regionalismo, o Sertão e o sertanejo podem ser identificados sob essas duas perspectivas básicas, já aqui destacadas: a tradição romântica e a realista, distintas no trato do espaço geográfico e do homem que o habita. Sob a conotação romântica, o sertanejo é elevado a símbolo da nacionalidade, notável por seu modo de vida simples e destro, em que pesa uma relação orgânica com o meio natural: “Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades.” (OLIVEIRA, 1998, p.197); por outro lado, a perspectiva realista desmistifica essa vida interior idealizada, relegando o Sertão a uma condição de “região-problema”, uma questão nacional a ser resolvida em sua oposição à urbanidade litorânea e na suspeita da “degeneração racial” de seu povo.

A autora ainda coloca que esse regionalismo/sertanismo, em suas origens, era, sob o escopo e os desígnios do Romantismo e nos argutos discursos artístico-literários de autores como José de Alencar, Bernardo Guimarães e Alfredo D’Escagnolle Taunay, uma forma de definição da nacionalidade. No final do século XIX e início do XX, todavia, o regionalismo, a partir das influências do Realismo e do Naturalismo, se transformou em *conto sertanejo*, trazendo à tona o homem rural, caracterizado “sob o ângulo do pitoresco, do jocoso e do sentimental.” (OLIVEIRA, 1998, p.197); um notável expoente desta literatura regionalista e sertaneja foi Afonso Arinos, importante na construção de mediações entre as culturas erudita e popular, entre os mundos cosmopolita (Litoral) e regional (Sertão).

Em outra perspectiva, um sertanismo mais brando já pode ser notado nos albores da Literatura brasileira: como aponta Vinaud (2011), o Sertão já aparece como referência desde a *Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil* (1500), de Pero Vaz de Caminha. Neste caso, o *Sertão* era uma denominação genérica das terras que se estendiam além-litoral, grandes extensões de terra rumo à hinterlândia incógnita que a vista não conseguia abarcar em sua totalidade. Vale destacar que essa literatura Quinhentista não era propriamente uma literatura *do* Brasil, uma cosmovisão artística do homem brasileiro, mas sim uma literatura *no* Brasil, denotando uma literatura que se referenciava geograficamente nas terras luso-brasileiras, mas que expressavam a cosmovisão, as ambições e os projetos dos colonizadores.

A *Carta* possui mais um valor histórico do que um valor estético-literário propriamente dito, uma vez que está substancialmente preocupada em operar uma descrição

da “terra nova”, em seus aspectos físicos e humanos – e, por isso, é meramente descritiva. Aliás, esse é a principal característica da *literatura informativa* quinhentista, também chamada de literatura dos viajantes ou dos cronistas, sendo um reflexo artístico do momento histórico das Grandes Navegações. O principal traço dessa literatura é a exaltação do Novo Mundo, sobretudo em sua natureza exótica e exuberante, elemento que seria retomado no final do século XVII, com os primeiros movimentos nativistas.

Vinaud (2011) ainda destaca uma branda referência aos sertões na literatura árcade de Cláudio Manuel da Costa, sobretudo em sua obra poética de referência aos sertões mineiros, próximos à cidade de Vila Rica, centro pulsante do Brasil aurífero durante o século XVIII. Espaço-alvo de projetos, os sertões também foram buscados na literatura romântica e nas estéticas do Realismo/Naturalismo, já aqui abordadas. Em outros momentos de nossa história literária, o regionalismo/sertanismo reacendeu a (re)construção de imagens dos nossos sertões, “quer como lugar legítimo da identidade nacional, quer como lugar de atraso e barbárie em oposição ao espaço litorâneo de desenvolvimento e civilização.” (VINAUD, 2011, p.67). Sobre esse regionalismo sertanista, ela discute como a ideia de Sertão é construída discursivamente nas obras de Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Mário Palmério – sendo este literato o principal foco de estudo da autora –, influentes na formação da mentalidade nacional sobre o Sertão.

Em Mário de Ascensão Palmério – professor, empreendedor, político e escritor mineiro, de Monte Carmelo (MG) –, a literatura regionalista/sertanista foi empreendida em seus romances *Vila dos Confins* (1956) e *Chapadão do Bugre* (1965). As duas obras desenvolvem o tema da disputa pelo poder no sertão mineiro – em sua porção oeste e noroeste – onde a presença do coronelismo e dos pactos oligárquicos entre os políticos locais e os governadores se apresentava como o modelo básico de garantia dos privilégios políticos e das relações de forças desiguais. Favorecimentos particulares, mandonismos, nepotismos e parcialidade política e jurídica são os principais traços desses sertões rudes, “incivilizados”; ainda que tenha estabelecido um confronto entre o poder descentralizado dos coronéis locais e o poder centralizado nas figuras institucionais oficiais do Estado, o literato desenvolveu uma visão pessimista acerca das elites dirigentes do país, quer fossem oficiais ou não, considerando-as autoritárias e geradoras de uma ordem social violenta, repressiva ao livre florescer de uma legítima cidadania. (VINAUD, 2008; 2011).

Considerando o par ordem *versus* desordem como os elementos estruturantes dos romances de Palmério, o discurso artístico-literário do autor expõe uma crítica às instituições políticas públicas nacionais, que não substituem os favorecimentos privados da ordem

coronelista – ao contrário, alimentam ainda mais o caráter patrimonialista e particularista do poder público, como se o que estivesse em jogo fossem principalmente os ganhos pessoais. Amante dos espaços sertanejos, o literato não poderia compactuar, mesmo (e sobretudo) na condição de homem público, com o regime estabelecido, em que a grande maioria da ordem social continuava à margem dos ganhos socioeconômicos, restritos a uma elite.

Os discursos oficiais falavam em civilização, em progresso, em integrar o interior, mas o que se vivenciava no dia a dia dos municípios, conforme denúncias de membros de sua base eleitoral, era a exploração do trabalhador rural, a falta de remédios para combater a malária que incapacitava a população para atividades produtivas, a cobrança de impostos exorbitantes sobre a circulação dos produtos agrícolas, a falta de médicos e dentistas mesmo nos municípios maiores como Uberlândia e Uberaba. Palmério presenciava este estado de coisas, ouvia as reivindicações sociais e via estas aspirações por melhoramentos reais serem reprimidos pela força policial, e sob a alegação de que as manifestações populares eram manobras comunistas que ameaçavam a integridade territorial e comprometiam o progresso desejado pelo povo. (VINAUD, 2011, p.130).

Assim, para a autora, Mário Palmério parece ter usado o discurso literário como uma alternativa aos seus discursos políticos e empresariais, uma vez que por meio da Arte ele julgava fazer-se comunicar a um público mais amplo (VINAUD, 2011). Portanto, ao invés de se configurar como um legítimo *literato-político*, de posturas discursivamente engajadas, ele se mostrou ser, de fato, um *político-literato*, valendo-se da literatura para comunicar a sua paixão pelo sertão mineiro, sequioso por projetos progressistas, mas que trouxessem, em seu bojo, ganhos de cidadania para a sua população.

Apesar da contemporaneidade entre os autores – considerando-se a distinção dos valores literários e estilísticos –, esse não é exatamente o caso do regionalismo/sertanismo de João Guimarães Rosa. O regionalismo roseano faz parte da chamada produção literária da Geração de 1945, apresentando um sertão mineiro que é, em essência, um sertão místico, redefinindo novos rumos para a Literatura brasileira. Em obras como *Sagarana* (1946), *Corpo de Baile* (1956) e *Grande Sertão: Veredas* (1956), João Guimarães Rosa encetou uma revalorização da linguagem sertaneja, recriando a sua fala – sobretudo a partir de neologismos e de recriações e invenções de palavras baseadas no universo dos sertanejos – e entabulando a *universalização do regional*. O misticismo foi outra característica importante nas obras do literato, fundando uma imagética do Sertão que oscila entre pares dicotômicos fundamentais: o exterior e o interior, o bem e o mau, o Céu e o Inferno.

O sertão em Rosa é, pois, ora particular, pequeno e próximo; ora universal e infinito. Não é exatamente uma área-região pré-estabelecida, mas sim uma área-região que se vale do qualificativo de *ser* (ou *não-ser*) Sertão a partir dos valores ou concepções de quem assim avalia.

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucúia vem dos montões oestes. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte. (ROSA, 2006, p.7-8, grifo do autor).

Além disso, o sertão em Guimarães Rosa é um sertão psicológico, interno e interior. É um estado de espírito, oscilante entre a divindade celestial e o martírio infernal, condição pendular da qual o exterior é somente projeção.

Mas o demônio não existe real. Deus é que deixa se afinar à vontade o instrumento, até que chegue a hora de se dansar. Travessia, Deus no meio. Quando foi que eu tive minha culpa? Aqui é Minas; lá já é a Bahia? Estive nessas vilas, velhas, altas cidades... Sertão é o sozinho. Compadre meu Quelemém diz: que eu sou muito do sertão? Sertão: é dentro da gente. (ROSA, 2006, p.309).

O objetivo aqui não é interpretar o espaço sertanejo roseano – considerando a extensão e a complexidade de tal tarefa, focalizada em outras inúmeras pesquisas⁷⁴ –, mas demonstrar sutilmente que a imagem do Sertão transcendeu, com tal literato, as bases físicas e sociais do regionalismo/sertanismo literário até então desenvolvido, alcançando novos patamares e novas dimensões de pesquisa e referência.

Outro regionalismo pode ainda ser notado nas poesias de João Cabral de Melo Neto (1920-1999), caracterizadas pela objetividade na apreensão e expressão da realidade, sendo uma de suas temáticas prediletas o Nordeste e a sua gente – em especial Pernambuco e sua cidade-natal, Recife, com atenção destacada ao rio Capibaribe – focando-se nos retirantes, nas suas tradições e folclores, nos engenhos etc. Apresentando uma preocupação estética, este literato buscava construir a sua poesia de modo calculado, racional, segundo uma linguagem enxuta, concisa, elíptica, mimetizando o falar do sertanejo. Nesse escopo, uma das principais referências poéticas é a peça literária *Morte e vida Severina (Auto de Natal pernambucano)*, publicada em 1966.

⁷⁴ Da vasta bibliografia dedicada ao estudo de *Grande Sertão: Veredas*, pode-se citar, por exemplo: BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas cidades, 2004.; CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In:_____. *Tese e Antítese*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.; COUTINHO, Eduardo. *Em busca da terceira margem: ensaios sobre o Grande sertão: veredas*. 2.ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.; GALVÃO, Walnice. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande sertão: veredas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.; HANSEN, João Adolfo. *O o: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas*. São Paulo: Hedra, 2000.; PASTA JR., José Antônio. O Romance de Rosa: Temas do Grande Sertão e do Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n.55, 1999.; ROSENFELD, Kathrin. *Grande sertão: veredas: roteiro de leitura*. São Paulo: Ática, 1992.; e UTÉZA, Francis. *João Guimarães Rosa: metafísica do Grande sertão*. São Paulo: Edusp, 1994.

Desse breve panorama do regionalismo/sertanismo na Literatura brasileira notam-se as variações temáticas e simbólicas do Sertão nos discursos artístico-literários. Como não é objetivo desta pesquisa retratar as variações históricas da noção de Sertão no âmbito da Literatura brasileira – mas tão somente verificar quais foram as imagens do Sertão na literatura da Segunda Geração Modernista (Geração de 1930) –, torna-se relevante notar que a expressão pretensiosamente documental de uma totalidade de mundo definida a partir de uma identidade grupal regional não é suficiente para definir o regionalismo literário: para além do modo de *como se fala* de um grupo regional, também se torna relevante o *recorte temático* identitário de tal grupo. (VICENTINI, 2007).

Segundo esta autora, o principal recorte temático da literatura regionalista é o mundo rural, o qual vem sendo caracterizado de forma bastante dicotômica, segundo pares dicotômicos de posturas e valores que oscilam entre a positividade e a negatividade: de Caminha a Euclides da Cunha, o par é a decantada oposição *Litoral/Sertão*; em Taunay e José de Alencar, o par dicotômico *campo/cidade* ganha vez na literatura, com o destaque para a poética roseana, além de ser um par bem explorado pela seara musical; ainda, a partir dos estudos etnográficos e folclóricos de Couto de Magalhães e Sílvia Romero, no final do século XIX, precedidos por José de Alencar, o destaque é para o par dicotômico *Norte/Sul*, desdobrado, nos romances nordestinos de 1930, em *Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste*; por fim, desde Monteiro Lobato, o par dicotômico *interior/capital* torna-se central.

Além disso, o sertão também vem sendo recortado como elemento de uma totalidade que se situa num outro lugar propriamente falando, distanciado de tudo (o contraponto ainda é feito por oposição) e em todos os sentidos possíveis. Há o sentido *espacial* – o sertão é o interior longínquo e despovoado, ou povoado por uma raça mestiça, ou o *locus amoenus* das bucólicas greco-romanas; o sentido *econômico* – o sertão mantém uma economia distante da economia da metrópole e do litoral, agrária e subdesenvolvida em face da economia industrial e mais desenvolvida da metrópole; o sentido *social* – o sertão mantém outro tipo de associação de membros, uma associação mais comunitária, outro tipo de usos e costumes; a aliança *sociopolítica* – o poder dos coronéis, o desvalimento dos camaradas, a luta social dos estados periféricos; o sentido *psicossocial*, na perspectiva da antropologia – sertão detém um universo psíquico mais ritualizado, com formas de pensamentos mais míticas e agônicas; o sentido *histórico* – o sertão detém a chave de nossa origem histórica típica e genuína, a partir das entradas e bandeiras, por exemplo, e o sentido do *imaginário* propriamente falando – quando o sertão avulta como local de vida heroica ou trágica, de vida salutar e genuína, ou de vida identitária. E outros tantos, que salientam uma perspectiva romântica, ou realista, ou conservadora, ou de denúncia social, ou determinista etc.. (VICENTINI, 2007, p.189, grifos da autora).

A partir do processo de homogeneização das diferenças por meio das atuações do sistema capitalista de produção, o próprio campo tem se revestido de uma faceta industrial, incorporando modelos citadinos de produção e de consumo de bens e serviços, o que permite refletir sobre a atual concretude de manifestação dos sertões: torna-se cada vez mais difícil

saber onde se encontra o Sertão, pois a tendência galopante é a da transubstanciação do espaço sertanejo em *não-sertão*, de modo que sua perda de espacialidade e de materialidade concretas tem relegado a cultura sertaneja àquilo que, antropologicamente, é conhecido como *arquétipo cultural*, com suas realizações concretas tornando-se paulatinamente meras *vitrines*, ou *espetáculos* que simulam as manifestações culturais sertanejas.

Todavia, o pretenso projeto de homogeneização reproduz, por outro lado, uma nova segmentação, engendrando uma heterogeneização necessária – isso significa que, no modelo do desenvolvimento desigual e combinado, a extinção de uma forma recria ou transforma novas formas. Em outros termos, pode-se aventar a hipótese de que o Sertão é sempre recriado a partir, do ponto de vista aqui assumido, das lógicas hegemônicas, não espraiadas para todos os rincões de um dado território. Quando um espaço sertanejo, por interesses hegemônicos, é transubstanciado em não-sertão, a lógica imperante se altera, gerando novos espaços “atrasados” e “obsoletos”, cujas lógicas são desatualizadas – ou seja, novos sertões.

A despeito do confinamento da noção de *Sertão*, no senso comum, para a designação da atual área nordestina de domínio da *seca* – de modo que se instaurou uma espécie de monopólio de sentido, reducionista –, as análises literárias que abordam o fenômeno sertanejo, nas ditas literaturas regionalistas/sertanistas, devem se preocupar com o comportamento temático de referência. Atualmente, esse comportamento parece se destacar no par dicotômico *interior-capital (cidade grande)*, mantendo o Sertão como elemento-baliza, uma vez que a condição paradigmática deste emprestaria ora à cidade interiorana, ora às cidades grandes (sobretudo em suas periferias), o comportamento, a geografia, os “causos”, os conflitos etc., típicos do espaço sertanejo. (VICENTINI, 2007).

Desse modo, o par antitético *interior-capital* parece reproduzir, sob outras bases, as noções de atraso *versus* modernidade. Em todo caso, qualquer que seja a condição de oposição encetada pelas letras literárias, a literatura regionalista/sertanista trabalha sempre a um passo da estereotípia da paisagem, dos tipos humanos e de suas ações e linguagens. As obras sertanistas literárias conseguem subverter essa “sintomatologia” superficial quando as características físicas e humanas dos espaços sertanejos são ou paralelas ao tema literário, ou secundárias, mas funcionais, dentro do constructo do enredo singular.

Segundo Vicentini (1998), essa escritura sígnica, no entanto, não é aleatória, mas sim resultado do tratamento literário dado aos sertões, construído a partir do lugar social ocupado pelos escritores regionalistas/sertanistas: a literatura sertanista enquanto escrita dos sertanejos só existe na tradição oral ou popular, ou ainda na literatura de cordel, pois o que se tem, de modo geral, “é o mundo do escritor citadino fingido de sertanejo, que escreve para um leitor

ele também cidadão, a respeito de uma cultura diferente da sua.” (VICENTINI, 1998, p.44). Sobre essa relação do literato com a posição social que ocupa no âmbito da sociedade, a pesquisadora coloca que os escritores regionalistas quase sempre não são sertanejos de origem, sendo provenientes da cidade e letrados; também não são, em geral, descolonizadores ou escritores engajados, mas sim abastados: em geral, esses literatos embrenham-se na literatura regionalista/sertanista por conseguirem, em tais temáticas, bons ânimos do meio artístico, ou por serem dedicados à preservação e à conservação de características que a sociedade tende a transformar em épocas de mudanças mais radicais.

É sob esta última postura que a literatura regionalista/sertanista produz os estereótipos simbólicos e o imaginário regional, reproduzindo as “viciadas” e acríticas noções do senso comum, que tomam uma região por uma cenografia de seus produtos, suas imagens e tipos humanos, engendrando uma expectativa indelével do que se deve encontrar na realidade. Entretanto, essa postura também admite a tomada de uma postura social mais produtiva, discutindo – ou, mais propriamente, subvertendo – o eixo hegemônico da cultura, permitindo que a periferia se manifeste perante o centro, chamando a atenção para os valores autodeterminados ou para a denúncia das disparidades culturais e regionais. Dessa forma, se estabelecem os bons valores literários das letras regionalistas e sertanistas, desvelando, de modo autêntico, os sertões nacionais.

3.1.1 Desvelando os sertões: um breve panorama das representações regionais dos espaços sertanejos na literatura nacional

O *Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras: Sertões Brasileiros I* (IBGE, 2009) configura-se como um esforço institucional de delineamento dos sertões nacionais, conforme suas abordagens nos discursos artístico-literários, considerando que a referência à porção territorial sertaneja esteve presente na formação territorial brasileira desde os primórdios, iniciada já, como afirma Vinaud (2011), com a carta de Pero Vaz de Caminha. Por isso, os sertões estabelecem-se como uma regionalização importante, e territorialmente extensa: o volume I desta publicação (por ora, o único publicado) abrange as regiões dos atuais estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

Considerada a polissemia – contextualmente variada – da noção de Sertão, destacam-se literariamente os *Sertões do Leste*, denominação de toda a extensa área da Mata Atlântica e das serras do Mar e da Mantiqueira, dominantes em grande parte do Sudeste, vigorando ao

longo dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII. A condição sertaneja desta área persistiu até as descobertas de ouro, alimentando uma notável produção mineradora na região e, assim, incentivando um intenso fluxo populacional e, na esteira desse processo, uma presença mais marcante das instituições de poder e de autoridade, da Coroa e da Igreja. Séculos mais tarde, esses mesmos (outrora) sertões abrigaram a produção cafeeira, sobretudo nas atuais regiões do Vale do Paraíba, da Zona da Mata Mineira, do Sul de Minas e do Vale do Rio Doce, constituindo-se em regiões produtoras de alimentos para as *minas gerais*.

Na medida em que o projeto colonial, sob os auspícios da mineração, deu novos contornos conceituais e territoriais aos sertões, a presença de outros poderes estranhos à ordem estabelecida – que ora se coadunavam ao poder “oficial”, ora se opunham a ele – também passaram a designar a condição sertaneja. Como era um produto muito caro às aspirações da Coroa portuguesa, o ouro estabeleceu um novo paradigma na relação entre o Brasil e sua metrópole, de modo que se acirrou a presença lusitana, com a armação de uma maior vigilância nos caminhos por onde transitavam os minérios, buscando evitar os desvios na arrecadação do quinto (tributo pago à Coroa) ou do dízimo (tributo pago à Igreja).

A doação de sesmarias e datas⁷⁵ foi estrategicamente usada para o efetivo controle e ocupação do território, gerando enclaves de domínio da ordem oficial metropolitana em áreas de domínio de outros poderes, particulares. Dessa forma, armou-se uma distinção entre as áreas densamente povoadas e controladas pela Coroa portuguesa – as *minas* – e as áreas de população mais rarefeita, marcadas pelos conflitos particulares para o controle territorial, em torno dos quais a noção de *Sertão* associou-se à ausência de lei e ordem – os *currais*. (CARRARA, 2007). Esse panorama histórico definiu os parâmetros dos *Sertões do Ouro* e dos *Sertões dos Currais*.

Em um processo similar, a região da Chapada Diamantina (Bahia) conquistou sua “personalidade regional própria” já na década de 1840, quando a descoberta da mineração de diamantes provocou uma intensificação do povoamento. No entanto, no âmbito desse

⁷⁵ Segundo Manuel Diegues Júnior (1959), tanto as *sesmarias* quanto as *datas de terra* foram regimes de distribuição de terras destinadas à produção: a sesmaria era um tipo de propriedade derivado do sistema jurídico português, sendo a sua concessão disciplinada, no Reino, pela Lei de Sesmarias, datada de 26 de maio de 1375 e baixada por D. Fernando de Borgonha; essa lei buscava obrigar os proprietários a cultivarem e semearem as terras e, por isso, foi usada como mecanismo de ocupação extensiva do território luso-brasileiro e de exploração econômica, fundamentando a organização social e de trabalho implantada na Colônia: com as sesmarias consolidou-se a existência das *fazendas*, isto é, os latifúndios monocultores e escravagistas. As *datas de terra*, por sua vez, representavam concessões de terra a partir de pequenas propriedades, distinguindo-se das sesmarias pelo tamanho atribuído; destinando-se à pequena exploração, serviu de base, em particular, para a experiência de colonização, como foi o caso dos açorianos no século XVIII, ou ainda para a formação de núcleos coloniais, no século XIX, com imigrantes estrangeiros, exigindo menor mão de obra e recursos, com atividades de natureza preponderantemente familiar.

processo, a região foi marcada pelo conflito entre a ordem oficial e a presença de potentados locais que organizavam regras e valores organizativos da vida social local – ordem que se manteve até a década de 1930, sob a notória presença da figura dos coronéis e das relações ensejadas pelo *coronelismo*. Este figurou enquanto traço marcante dos romances regionais do então conhecido *Sertão de Cima*.

Dessa forma, tão variada quanto são os espaços sobre os quais incide, a noção de *Sertão* também assume uma postura variegada ao longo do processo histórico. A qualificação recente, de associação da imagem sertaneja, no bojo do senso comum, à semiaridez ou aridez, restringe o entendimento dos espaços sertanejos aos *Sertões Nordestinos*, estabelecidos desde o século XVI, a partir dos movimentos de expansão dos currais de gado, sobretudo nas regiões do Cariri Paraibano, do Sertão do Pajeú e do Cariri Cearense. Na época quinhentista, ao contrário da atualidade, o critério definidor desses espaços sertanejos não era tanto as suas condições naturais, mas a sua distância em relação à porção litorânea e a presença dos “bárbaros” indígenas, obstáculos à efetiva ocupação da ordem metropolitana.

Como não é do interesse propriamente desta pesquisa a abordagem de formação histórica específica dos *Sertões do Leste*, dos *Sertões do Ouro*, dos *Sertões dos Currais*, do *Sertão de Cima* e dos *Sertões Nordestinos*⁷⁶, a seguir será apresentado um sucinto panorama da representação e do retrato desses espaços sertanejos na literatura nacional, conforme a referida publicação do IBGE (2009).

Em relação aos *Sertões do Leste*, a conquista da Serra do Mar e do Planalto Atlântico, no contexto do século XVII, constitui-se no pano de fundo de duas importantes obras da Literatura brasileira: *O guarani* (1857), de José de Alencar, e *A muralha* (1954), de Dinah Silveira de Queiroz. Na primeira, obra clássica do movimento indigenista no âmbito do Romantismo brasileiro, buscava-se uma afirmação da nacionalidade a partir da valorização do indígena – personagem elencado como símbolo da brasilidade; os aspectos mais relevantes para a caracterização regional, todavia, são as relações retratadas, como a doação de uma sesmária por Mem de Sá ao fidalgo D. Antônio de Mariz – situada na Serra dos Órgãos (RJ), segmento fluminense da Serra do Mar, evidenciando a ocupação territorial a partir da doação oficial de sesmarias – e a comunicação entre o interior e a capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, a partir do estabelecido caminho régio, conhecido como *Caminho Velho*, por onde os aventureiros escoavam os produtos da hinterlândia.

⁷⁶ Para um breve panorama da formação histórica específica de cada uma dessas porções territoriais, identificadas em um determinado momento de sua história como sertão, ver IBGE (2009).

No segmento paulista da Serra do Mar, por sua vez, a segunda obra recria a sociedade bandeirante do planalto paulista de meados do século XVII, trazendo à tona diversos atores sociais, como o próprio bandeirante, o jesuíta, fidalgos, artífices, comerciantes e aventureiros em geral. Os ideais territorialistas bandeirantes são expressos, no enredo, pelas relações estabelecidas por D. Braz Olinto e sua família com o núcleo de Piratininga, os espaços-além (identificados como *sertão*), São Vicente e o Reino. A dinâmica social recriada nesta obra permite entrever as relações conflituosas estabelecidas entre os bandeirantes e os jesuítas – cujo cerne da contenda girava em torno da legitimidade e dos interesses de escravização do indígena –, e entre os paulistas e os emboabas pelo domínio das regiões mineradoras; além disso, também aparecem destacadas a dinâmica andeja dessa sociedade e o comando da propriedade assumido pelas mulheres quando os homens encontravam-se ausentes por conta das bandeiras, como indicara Diegues Júnior (1960).

Ambientados no Vale do Paraíba do Sul fluminense, retratando a economia cafeeira do século XIX, os romances *O tronco do ipê* (1871), de José de Alencar, e *Rei negro* (1914), de Coelho Neto, dão guarida à representação da sociedade escravocrata das fazendas de café: os enredos demonstram o enraizamento da cultura do negro africano a partir de personagens fortes, considerados “feiticeiros” negros, além de referências a crenças, lendas, costumes e relações sociais recriados e ambientados nos cafezais. Em *O tronco do ipê*, destaca-se a influência político-econômica dos barões do café durante o regime imperial, expondo os favorecimentos políticos dados aos fazendeiros do café pelos políticos da capital; em *Rei negro*, por sua vez, o foco é a brutalidade e a desumanidade do sistema escravocrata. Esse vale é ainda cenário do romance *O coronel: o poder falível de um semideus* (2001), de Rita Amélia Serrão Piccinini: a principal temática é o coronelismo em sua expressão nas terras contíguas dos atuais noroeste fluminense, Mata mineira e sul capixaba, demonstrando as consequências sofridas por tal região com o fim da escravidão e a implantação do regime republicano, no final do século XIX. Enquanto economicamente a região caracterizava-se pela produção agropecuária complementar à cafeicultura, o traço político-social mais forte era a ordem opressiva dos coronéis, da violência, dos insultos e da intimação. No início do século XX, Miracema e São Antônio de Pádua, ambos localizados no Rio de Janeiro, passaram a se destacar pelo fornecimento de equinos de montaria e de carga – em grande parte, fruto de ações criminosas – para centros urbanos do atual Sudeste, demandantes de animais de tração para tropas, bondes e obras públicas.

O romance *Água funda* (1946), de Ruth Guimarães, envolve, enquanto cenário, as regiões da Mantiqueira, do Sul de Minas e do Vale do Paraíba do Sul paulista, apresentando,

entre o final do século XIX e o início do século XX, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado, a estagnação socioeconômica decorrente da fragmentação da propriedade rural herdada e a transferência da posse da terra e do domínio simbólico local, passando da figura do proprietário rural para a empresa agrícola. No âmbito desse complexo escopo temático, a cultura caipira é expressa em suas relações, afirmando-se, por meio dos comportamentos, das crenças e dos costumes, em entidades místicas do folclore regional.

Outro romance regionalmente centrado é o consagrado *Canaã* (1902), de Graça Aranha: ao retratar a cafeicultura do Vale do Rio Doce ao final do Oitocentos, tal obra discute a imigração alemã no Espírito Santo sob a perspectiva dos dois protagonistas – os imigrantes Milkau e Lentz –, os quais deslocam-se da antiga e decadente zona cafeeira, nas serras ao sul do Espírito Santos, para o Vale do Rio Doce, região promissora, ainda florestada, mas cujas matas seriam desmatadas para o cultivo do café. Nesse contexto, o autor aborda a condição do imigrante, as suas relações difíceis com o Estado brasileiro, as relações sociais estabelecidas entre os próprios colonos alemães e seus aspectos morais, religiosos e interesses de classe. O destaque é dado para o confronto das visões de mundo encabeçadas pelos protagonistas: enquanto Milkau considera os alemães como apenas mais um elemento na composição étnica do Brasil, para Lentz caberia aos germanos o exercício de uma influência preponderante na nacionalidade brasileira.

Outro romance ambientado no Vale do Rio Doce, porém já nas primeiras décadas do século XX, é *Fome em Canaã* (1951), de Agripa Vasconcelos. Nesta obra, é demonstrada uma ocupação agropecuária regional – centrada no café – já avançada, destacando ainda o modelo econômico da extração madeireira, fornecedora de material e combustível para outras áreas, destinando-se a diversos fins. Um aspecto socialmente relevante é expresso no processo de “estranhamento” desencadeado pela migração dos personagens originários do norte de Minas, no vale são-franciscano, para a região florestada do rio Doce, causando os embates com a sociedade ali estabelecida.

Por fim, os *Sertões do Leste* – mais especificamente, a Zona da Mata mineira – ainda são palcos da trilogia *Inferno provisório*, de Luiz Ruffato. Em seus três volumes – *Mamma, son tanto felice* (2005), *Mundo inimigo* (2005) e *Vista parcial da noite* (2006) – o autor apresenta a dificultosa trajetória dos italianos e seus descendentes em seus estabelecimentos nas colônias agrícolas da região: transcorrida ao longo do século XX até os dias atuais, as tramas romanescas revelam a ocupação agrícola com os pés de café e com outras culturas de subsistência, na região dos atuais municípios de Cataguases, Leopoldina, Rodeiro, Ubá, Astolfo Dutra, entre outros; no panorama erigido, são observáveis amplos quadros dos

fenômenos histórico-geográficos, dentre os quais destacam-se o processo de mecanização do campo e da consolidação urbano-industrial, gerando efeitos devastadores sobre os pequenos produtores. Nesse contexto, toda uma gama de elementos das transformações econômicas e sociais é explicitada: o fracionamento da propriedade rural; a proletarização da população; o êxodo rural rumo às cidades regionais; a urbanização desordenada, o subemprego e o desemprego; a formação de um operariado de baixa qualificação; e a geração de altos índices de informalidade.

Quanto aos *Sertões do Ouro*, a produção artístico-literária sobre os primórdios do povoamento das *minas gerais* é inversamente proporcional à importância regional para a formação histórica brasileira, inclusive no que concerne à conformação de uma rede de lugares e de sua articulação territorial, ou ainda à conformação das bases precípua da nacionalidade brasileira: durante muito tempo, as *minas gerais* foram cenários somente das obras dos inconfidentes, qualitativamente significativas, mas quantitativamente parcas, pois são poucos os romances centrados na ocupação das vilas, na produção aurífera, nos conflitos entre a população colonial e os interesses da Coroa, e nas mazelas e sofrimentos do segmento escravocrata da população.

Alguns fatores ajudam a compreender parcialmente a pequena diversidade da prosa romanesca regional: um fator possivelmente explicativo é o fato de que entre os processos de ocupação, auge extrativo e declínio decorreram menos de um século, não possibilitando, pois, um amplo período de usufruto de algum conforto e acumulação derivados da atividade mineradora, geradora de tradições sociais territorialmente assentadas; outro fator, relacionado à literatura árcade dos inconfidentes, é o fato do estilo literário à época, ainda reflexo do momento histórico-literário europeu e, mais particularmente, lusitano, ser centrado na poesia, e não na prosa; outro fator ainda potencialmente explicativo são as articulações externas estabelecidas regionalmente, em grande medida desencadeadas pela apropriação de terras e pela extração e comercialização do ouro, promovendo uma espécie de “desencaixe” entre a região aurífera e a sua sociedade, uma vez que esta era confrontada constantemente por interesses externos a ela, personificados nos paulistas, baianos, reinóis, no erário real, nos representantes da Coroa etc. Como a região aurífera se configurou como um verdadeiro campo de conflitos de interesses, a definição acerca dos direitos de posse sobre as terras e as lavras traçou diferentes destinos, de modo que os derrotados no intuito de controle territorial buscaram novos caminhos, como foi o caso dos paulistas, os quais, derrotados na Guerra dos Emboabas, buscaram expandir seus domínios para o Oeste, rumo à fronteira, nos atuais estados de Goiás e Mato Grosso.

Estes interesses exógenos também dão suporte para explicar porque os romances que retratam os primórdios de ocupação das *minas gerais* foram escritos por sociedades afetadas pelas disputas que lá aconteceram – e não, propriamente, pela sociedade desenvolvida no âmbito da região aurífera. Esse é o caso, por exemplo, da já citada obra *A muralha*, que aborda a Guerra dos Emboabas a partir da visão paulista, uma vez que sua autora, Dinah Silveira de Queiroz, era nascida e criada em São Paulo; este conflito é também o motivo que embasa o romance *O retrato do rei* (1991), de Ana Miranda, só que do ponto de vista de um reinol residente na capital, a cidade do Rio de Janeiro; outro ainda é o ponto de vista do enredo de *Josefa do Furquim* (1991), de Vera Telles, já que o contexto histórico é apresentado pelas impressões de uma mineira, não só sobre este conflito, como também em relação à Revolta de Vila Rica, ocorrida em 1720.

Enquanto em *A muralha*, os personagens mineiros que se encontram envolvidos na Guerra dos Emboabas representam o desrespeito aos direitos paulistas sobre a posse das terras e das lavras de ouro nas áreas mineradoras – pois este conflito, do ponto de vista paulista, é visto como um ato autoritário e usurpador, impetrado por reinóis, baianos e pernambucanos, dos direitos dos paulistas sobre os “achados” de ouro –, o romance *O retrato do rei* impõe outro ponto de vista ao incorporar a visão do governador do Rio de Janeiro, representante da Coroa portuguesa, interessado em manter contínua a remessa de ouro para Portugal. Buscando manter-se alheio ou não tomar partido dos acontecimentos nos distantes *sertões* das *minas gerais*, o protagonista, Dom Fernando de Lancaste, acabou perdendo o cargo quando as notícias sobre a tragédia do Capão da Traição chegou a Lisboa. Quanto a *Josefa do Furquim*, o romance utiliza-se da trajetória da protagonista Josefa como pretexto para abordagem da formação histórica das *minas gerais*, desde a explosão demográfica, as intrigas e as disputas até a presença forte da Igreja e suas cobranças. O principal evento histórico da trama é a sedição de Vila Rica, que determinou a separação entre a Capitania de Minas Gerais e a Capitania de São Paulo, em 1721, sendo que a Guerra dos Emboabas (1707-1709) participa da trama numa visada que prioriza os interesses dos não-paulistas (reinóis, pernambucanos e baianos que vivam na região aurífera).

Outras duas obras regionais merecem destaque: *O romance da prata* (1935), de Paulo Setúbal, e *Gongo sôco: o romance do ciclo do ouro nas Gerais* (1966), de Agripa Vasconcelos, quarto volume da série *Sagas do País das Gerais*⁷⁷. O primeiro constitui-se em

⁷⁷ Essa saga foi fundamentada em pacientes pesquisas, de modo que cada volume corresponde a um verdadeiro documento histórico da época focalizada. Ao todo, são sete volumes que compõem as *Sagas do País das Gerais*, publicadas em conjunto pela Editora Itatiaia (Belo Horizonte), em 1966: *Fome em Canaã*, que relata o ciclo do

um relato histórico por excelência, percorrendo as lendas em torno da existência de vultosas minas de prata nos *sertões* coloniais, desembocando na famosa lenda da serra de Sabarabuçu (da “montanha grande que resplende”); o segundo, por sua vez, não se trata especificamente do ciclo do ouro, ocorrido no século XVIII, uma vez que o romance centra-se temporalmente na primeira metade do século XIX – e, portanto, posterior à decadência da mineração na capitania –, quando a mina de Gongo sôco foi descoberta e explorada. A trama deste romance explora o modo de vida do Barão de Catas Altas, proprietário da mina de Gongo sôco, uma das mais profícuas de todos os tempos da Capitania de Minas Gerais; destarte, o luxo e a ostentação proporcionados pelo domínio da atividade mineradora também entram em cena no enredo.

Quanto aos *Sertões dos Currais*, estes podem ser segmentados basicamente em duas porções: os *currais da Bahia* e o *Curral D’El Rei e entorno*. A região dos *currais da Bahia* não teve, ao contrário da área mineradora, uma ocupação intensiva ou o surgimento de uma rede de cidades articuladas em função da atividade econômica preponderante, uma vez que a principal característica regional foi o trânsito populacional, tanto pela comercialização quanto pelo deslocamento de animais. Como o trânsito na região foi proibido, por algum tempo, pela Coroa portuguesa, a fixação tornou-se ainda mais parca, contribuindo para a rarefação da população e, como corolário, para o não-favorecimento ao surgimento de obras regionais, ao menos coetâneas ao processo dos seus primórdios, marcados intensamente pela mobilidade – tendo em vista que a produção literária pressupõe uma dada concentração populacional para a geração de tensões e conflitos, bem como para o consumo das obras. Sendo assim, as obras que dão visibilidade às características desses currais foram lançadas quando tal região já não mais existia em sua função primordial de transporte de mercadorias para as *minas gerais*.

Os *currais da Bahia* eram percebidos, no final do século XVII e ao longo do século XVIII, como *Sertão* pela população da área mineradora, pois as áreas das chapadas próximas ao rio São Francisco encontravam-se distantes e não possuíam vilas governadas por representantes da Coroa portuguesa, reproduzindo a imagem simbólica de ser uma “área sem lei”. Em meados do século XVIII, quando a função de abastecimento de gado para a região central da capitania mineira entrou em declínio, sobretudo a partir do surgimento dos campos de vacarias em Rio Grande de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul), a região

latifúndio; *Gongo sôco*, que relata o ciclo do ouro; *A vida em flor de Dona Beja*, centrado no ciclo do povoamento; *Sinhá Braba*, centrado no ciclo da agropecuária; *Chica que manda*, focalizando o ciclo do diamante; *Chico Rei*, que expõe o ciclo da escravidão; e *Ouro verde e Gado negro*, que expõe o ciclo do café e da abolição dos cativeiros das Gerais. Seguindo o mesmo padrão documental histórico dos livros da saga, o autor ainda escreveu *São Chico*, o qual se ambienta no nordeste brasileiro.

perdeu parte de seu vigor, mas não foi totalmente desarticulada, mantendo, por meio da emblemática figura do rio, o contato entre a Bahia e Minas Gerais. Sob as características, assim, da fraca densidade populacional, das relações sociais centradas na presença do rio, do gado e dos vaqueiros, e das convivências com a impunidade e injustiças, muitas vezes praticadas pelos representantes do poder oficial, a região – enquanto área sertaneja – foi retratada nas tramas romanescas. Esse sertão é percebido como local de homens amantes da liberdade, ainda que permanentemente em fuga, lugar de buscas interiores, perigos, descobertas e belas paisagens.

Talvez a obra mais emblemática seja o consagrado romance *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa, no qual é traçado o perfil regional a partir dos rios, dos jagunços, dos chapadões, dos “desertos demográficos”, das disputas entre os fazendeiros e destes com o Estado etc. Outra obra regional importante é *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó* (2006), de Petrônio Braz, centrado no retrato de Antônio Dó, vaqueiro baiano que se criou em São Francisco, no norte de Minas Gerais, às margens do rio homônimo, tornando-se jagunço sob o propósito de fazer justiça com as próprias mãos, com sede de vingança pelo roubo e humilhação que sofrera nas mãos das autoridades locais. Outras obras destacam a região a partir de sua vida urbana, como *Maria Clara* (1978), de Nazinha Coutinho, *Migo* (1988), de Darcy Ribeiro, e *A menina do sobrado* (1979), de Cyro dos Anjos: predominam, nas tramas, os conflitos entre as gerações e os contrastes entre a vida rural e a urbana nas pequenas cidades, com seus preconceitos e com a vida política local.

O *Curral D’El Rei e entorno* configurou-se como uma região híbrida, apresentando elementos da área das *minas gerais* e dos *currais da Bahia*. Por essa condição, a região esteve mais assiduamente presente em obras artístico-literárias, até mesmo pela constituição de uma rede de cidades mais dinâmica, permitindo a existência de possíveis escritores e de um público leitor efetivo. Surgido a partir de um registro – onde era feito o recolhimento dos impostos sobre o ouro para a Coroa –, o curral era responsável pela retenção do gado que era recolhido para o pagamento à Fazenda Real, o que foi determinante para que a região se consolidasse como uma nova área de criação, distinta dos currais mais ao norte; essa distinção se estabeleceu, sobretudo, por dois fatores: a região foi originada, *a priori*, como área de atividade mineradora, ainda que fora a ocupação curraleira que promovera definitivamente o desenvolvimento regional durante o século XVIII; e o acesso e a regularização da posse da terra, que, conforme Carrara (2007), distinguem as *minas gerais* dos *currais* pelo fato de nas primeiras predominarem os sítios e as posses temporárias, e nos segundos o latifúndio e a posse mais permanente.

Essas paragens são percorridas na obra, já mencionada, *Grande Sertão: Veredas*, bem como em *Corpo de Baile* (1956), também de Guimarães Rosa, especialmente nas novelas *O Recado do Morro*, *Campo Geral* e *Buriti*: nessas tramas aparecem, usualmente, personagens que representam grandes fazendeiros, bem como a referência a outras porções territoriais, mais distantes, como *sertão*, como que para designar uma diferença de dupla face, nomeando o distante ora como “terra sem lei”, ora como “reduto da liberdade”. Ademais, a região também guarda heranças do período em que esteve economicamente atrelada à mineração, como, por exemplo, as suntuosas igrejas; nesse escopo, um dos romances mais significativos talvez seja o, também já mencionado, *Sinhá braba*, de Agripa Vasconcelos: a protagonista, Dona Joaquina do Pompéu (a “sinhá braba”), a maior latifundiária do Brasil imperial, respeitada mesmo na sociedade patriarcal brasileira, aparece no centro do enredo, marcado pelas relações comerciais, a partir do transporte de gado, desse interior da capitania com a Corte, e pela centralidade dos latifúndios e latifundiários na estrutura social, política e econômica.

O *Sertão de Cima*, notoriamente caracterizado pela Chapada Diamantina, foi historicamente marcado pela presença de lavras de diamantes, fato gerador de disputas de ocupação nas áreas das lavras, bem como das melhores terras para a produção agrícola e da pecuária, fortalecendo, por muito tempo, a imagem desses sertões como local em que a força e a coragem tornavam-se indispensáveis para a sobrevivência. Por isso, foi palco de personagens históricos fortes, como o caso do poderoso coronel Horácio de Matos, imortalizado nas páginas de *Jagunços e heróis* (1963), de Walfrido Moraes; nesta obra, o autor opera um relato vibrante e apaixonado da resistência e da derrota dos coronéis frente ao processo de unificação do território nacional durante a primeira metade do século XX. Dessa forma, a região vivenciou um explícito domínio social, político e econômico dos coronéis, poder que fora somente “esvaziado” a partir do projeto centralizador de Getúlio Vargas, na década de 1930. O estabelecimento do coronelismo foi fruto do “vazio” deixado pela falência da velha “aristocracia rural” – estabelecida como vetor hegemônico do poder regional desde o período colonial –, ensejada pela queda da Monarquia e ascensão da República, como indica Wilson Lins em *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros* (1983).

A Chapada Diamantina geomorfologicamente constitui-se em uma continuação, em território baiano, da Serra do Espinhaço, apresentando uma formação histórica ligada a este fato, uma vez que os primórdios da ocupação regional estiveram ligados à expansão territorial na busca de metais preciosos em tal serra; por outro lado, a ocupação também se atrelou à expansão dos *currais da Bahia*, uma vez que a região também se encontra próxima ao vale do

rio São Francisco. De qualquer modo, a ocupação da chapada efetivou-se apenas em meados do século XIX, quando foram descobertas lavras diamantíferas economicamente viáveis, recebendo um grande fluxo de migrantes e, posteriormente, de vaqueiros e negros libertos; essa condição de área mineradora compôs, junto com as influências do entorno – voltado para a criação de gado e produção de alimentos destinados ao abastecimento da população mineradora –, o *caráter histórico regional*, posteriormente reformulado para atender ao paradigma turístico-cultural e preservacionista.

Dois literatos expuseram a região em seus romances: Afrânio Peixoto, com *Bugrinha* (1922), e Herberto Sales, com *Cascalho* (1944) e *Além dos marimbus* (1961). A primeira discute temas avançados à época, como a emancipação feminina em uma sociedade patriarcal e o incesto, demonstrando uma notória sutileza e liberdade do literato ao tratar do universo feminino na figura de sua protagonista; a trama ainda apresenta os valores e preconceitos típicos da sociedade centrada politicamente nos coronéis, além dos homens rudes e brutos do garimpo, lançados na trama a partir das reminiscências da infância do autor, vivida na cordilheira Azul – como era conhecida a Chapada Diamantina nos albores do século XX. Ao contrário da obra de Afrânio Peixoto, em que as relações sociais são apenas panos de fundo para o perfil psicológico, central no enredo, as obras de Herberto Sales apresentam uma maior contextualização regional: são expostas as relações estabelecidas entre os proprietários dos garimpos e seus trabalhadores; a instabilidade e oscilação da vida dos garimpeiros, ora miseráveis, ora esbanjando as fortunas adquiridas; e as violências dos garimpos, com disputas em relação às posses materiais do trabalho, dos territórios de mineração e até mesmo das prostitutas da cidade.

Por fim, os *Sertões Nordestinos* marcam-se pelo decantado discurso da trágica e onipresente seca, como que tomando a extensa zona semiárida nordestina como característica de toda a região; assim, os sertões nordestinos viraram quase sinônimos do semiárido brasileiro, construindo e continuamente reproduzindo um imaginário, amplamente divulgado no senso comum, da região como espaço de domínio da “incivilidade”. Concorreram para esta *naturalização* do significado de Sertão – imbuído, essencialmente, de significados sociais e políticos complexos, como foram demonstrados no Capítulo 2 desta presente pesquisa – os romances regionalistas e outras produções artístico-literárias, cinematográficas e científicas. Portanto, o sertão semiárido permanece como peça-chave para a apreensão da atual identidade cultural regional nordestina, de modo que, para além das dicotomias clássicas – como as partições Litoral/Sertão, progresso/atraso e seca/irrigação –, abrem-se possibilidades para a *re-fundação simbólica* da região, contestando ou mitigando parcialmente os discursos

fundados no determinismo da natureza ingrata. (IBGE, 2009). Por isso mesmo essa região é tomada em seu sentido plural, como um mosaico socioeconômico e cultural.

No sertão seco, a natureza e os gêneros de vida impregnam-se no imaginário social, sendo, por outro lado, reforçados por este a partir dos discursos do regionalismo político, da cultura popular e das retóricas midiáticas. Como pressuposto teórico-metodológico aqui assumido, as obras artístico-literárias não derivam de um conhecimento puramente intuitivo, livre de influências, uma vez que a própria apreensão e criação de sentidos envolvem, enquanto discursos, processos históricos, ideológicos, políticos, sociais e biográficos.

Na gênese de uma narrativa literária regional os sentidos históricos e ordinários são impregnados de circunstâncias geográficas (concretas e imaginárias) precisas, além do estilo do autor. Como frequentemente a paisagem possui o poder de generalização de um sentido parcial em global, onde fragmentos extraídos de certas características básicas tornam-se representativos do todo (metonímia), evidencia-se sua potência comunicativa e o grande interesse de estudos dos processos mentais inerentes à sua instituição simbólica enquanto imagem da região. (MACIEL, 2004).

Como as apresentações paisagísticas revestem-se deste estatuto metonímico, os escritos regionalistas assumem um grande potencial retórico, dando abertura, pois, a novas interpretações criativas, opondo a reflexão aos preconceitos e estigmas regionais: é nesse sentido que as obras elencadas pela publicação do IBGE (2009), aqui abordadas, buscam melhor representar as nuances do espaço sertanejo nordestino.

Para tanto, os *Sertões Nordestinos* foram fracionados em três seções – o *Cariri Paraibano*, o *Sertão do Pajeú* e o *Cariri Cearense* –, cujas origens identitárias remontam à introdução, a partir do século XVI, da atividade pecuária no interior nordestino: essa atividade configurou-se como uma prática econômica acessória à monocultura de cana-de-açúcar desenvolvida no litoral nordestino, abastecendo-o com seus produtos derivados e com os animais de tração, necessários ao funcionamento dos engenhos. Duas frentes pecuaristas principais irradiaram a ocupação do interior: a frente originada de Salvador, chamada de *sertão baiano* (PRADO JÚNIOR, 1996) ou *sertão de dentro* (ABREU, 1988), foi a mais significativa e característica, alcançando uma maior penetração na hinterlândia; a frente originada de Olinda, por sua vez, chamada de *sertão pernambucano* (PRADO JÚNIOR, 1996) ou *sertão de fora* (ABREU, 1988), ocupou o interior de modo a acompanhar, grosso modo, a linha da costa. Essas penetrações interioranas se confundiram e confluíram, criando as áreas de domínios dos currais a partir, sobretudo, dos eixos fluviais.

A ocupação sertaneja sustentada pelos currais assumiu um caráter irregular, de bases rurais e rarefação demográfica, uma vez que as próprias fazendas de gado não necessitavam de numerosa mão de obra. A agricultura, nesse contexto, assumiu um papel totalmente

secundário, ficando restrita às áreas mais úmidas, desestimulando o desenvolvimento comercial ou urbano, de modo que os núcleos urbanos eram poucos, não-desenvolvidos e distantes entre si. A sociedade específica engendrada com base na pecuária extensiva deu origem à imagem decantada da *civilização do couro* (ABREU, 1954), símbolo representativo do “sertão nordestino como um todo”, mas que não constitui outra coisa senão somente uma parcela do todo, mais afeita ao que aqui é regionalizado como *Cariri Paraibano*.

A identidade regional *caririzeira* é centrada na atividade pecuária, que, a despeito das transformações históricas, ainda apresenta traços tradicionais fortes, ligada à criação de bovinos e caprinos; ademais, também compõem o imaginário identitário regional: a vegetação da Caatinga; os rios temporários; a cultura do algodão, iniciada posteriormente à pecuária; a forte religiosidade, manifesta na arquitetura sacra e nas festas dedicadas aos padroeiros; a culinária, que congrega as influências indígena e da atividade pastoril; e a existência dos cantadores de viola, repentistas, emboladores de coco e cordelistas. Esta última característica, para além da existência de danças em comum – como o *xaxado* –, constitui-se em um traço comungado com a tradição da cultura pajezeira.

O *Sertão do Pajeú* e o *Cariri Cearense*, por seu turno, podem ser compreendidos como enclaves da umidade no sertão, distintos dos planaltos sertanejos de vegetação xerófila, permitindo o desenvolvimento de uma agricultura mais proeminente, a qual fomentou o adensamento populacional e um maior desenvolvimento econômico, da rede urbana e de atividades comerciais e industriais. Um produto bastante destacado foi o algodão, de modo que a cotonicultura favoreceu a fragmentação das propriedades rurais e mesmo da malha municipal, dando origem a municípios de dimensões territoriais menores em relação àqueles existentes nas áreas de primazia pecuarista.

No *Cariri Cearense*, embora o impulso inicial do povoamento tenha se filiado à pecuária, foi a agricultura que impulsionou o desenvolvimento regional: já no século XVIII, a agricultura era a principal atividade econômica da região, aproveitando-se dos diversos quadros naturais para o desenvolvimento de diferentes culturas, como o feijão, o milho e o algodão nas encostas, a cana-de-açúcar e o arroz nos sopés das serras e nos brejos úmidos, além da própria pecuária extensiva no alto das chapadas. (REGIÃO..., 1992⁷⁸ *apud* IBGE, 2009). A cana-de-açúcar transformou-se no marco distintivo e no alicerce identitário regional, impulsionando uma proliferação de engenhos – voltados para a produção de açúcar mascavo, aguardente e especialmente rapadura –, organizados em médias e pequenas propriedades,

⁷⁸ REGIÃO nordeste. In: *Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. v.2. t.2.

utilizando mais mão de obra familiar do que escrava e destinando-se para o consumo regional; essa organização era, pois, substancialmente diferente da dos engenhos da Zona da Mata, alicerçados no trinômio latifúndio/escravidão/monocultura. Nesse contexto, Crato (CE) se destacou como o principal centro regional.

Por outro lado, Juazeiro do Norte (CE) cresceu rapidamente a partir de sua vocação religiosa – referenciada na emblemática figura de Padre Cícero Romão Batista, expressão religiosa e política regional – e de seu comércio, impulsionado pelo fluxo crescente de romeiros e desenvolvido sobremaneira pela venda de artesanatos e artigos religiosos. Se no início do século XX havia uma disputa em torno da hegemonia regional, atualmente a rivalidade entre Crato e Juazeiro do Norte dissolveu-se numa complementaridade que coloca os dois centros urbanos enquanto *centros da identidade regional*. Schröder (2000) aponta ainda outros elementos que forjaram a *alma cultural regional*, pouco apresentados na historiografia, como o coronelismo, um histórico de movimentos camponeses, a influência da cultura rural sobre o meio urbano e a presença étnica marcante de índios e escravos africanos.

O *Sertão do Pajeú* exibe um grau de hibridez cultural com o *Cariri Paraibano*, apresentando uma identidade cultural muito ligada à vida pastoril e camponesa; os seus habitantes são sertanejos ou, mais especificamente, *pajeuzeiros*, apresentando um estilo de vida próprio, estruturado em torno da pequena propriedade fundiária, da organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e outras organizações e da pecuária semiextensiva atrelada a uma lavoura alimentar e comercial. Os sertanejos do Pajeú priorizam o autossustento, sendo tal característica um elemento de honra pessoal; ademais, este sertão também engloba os cantadores, violeiros e artistas da terra.

Em termos literários, o *Cariri Cearense* apresenta uma produção ficcional centrada em produções de cordel, contos e poemas. Apesar do menor destaque para a literatura romanesca, o romance *Caldeirão* (1982), de Cláudio Aguiar, representa significativamente esta tradição regionalista, construindo um retrato fiel da sociedade caririrense. Esteticamente construída sobre o modelo da oralidade popular nordestina, o enredo conta a trajetória de vida do Beato José Lourenço – líder religioso da comunidade de Caldeirão⁷⁹ – a partir das narrações de

⁷⁹ Segundo o IBGE (2009), José Lourenço nasceu em Pilões de Dentro (PB), por volta do ano de 1870, e foi criado em um ambiente rural de lida com a terra e com o gado; por volta de 1890 chegou a Juazeiro do Norte, à procura da família, de quem havia se separado ainda na adolescência. Transformado em um dos principais beatos do Padre Cícero Romão Batista, no clima de fervor religioso que fervilhava na cidade, José Lourenço tornou-se, em 1890, o líder, sob indicação do próprio Padre Cícero, de uma comunidade rural no sítio da Baixa da Anta, permanecendo ali até 1926, quando foi obrigado a mudar-se, pois a forma de vida comunal provocava parte das autoridades políticas e religiosas, ideologicamente defensoras da estruturação da posse da terra com base nos latifúndios. Em 1926, o Beato José Lourenço e mais centenas de famílias foram encaminhadas pelo Padre Cícero a uma propriedade distante e árida, pertencente à Ordem dos Jesuítas, onde erigiram a *comunidade do Caldeirão*,

Mestre Vitalino, um de seus seguidores. Esse contexto serve de pano de fundo para os traçados do quadro regional: a presença do indígena e sua dizimação; a perspectiva territorial distinta do Cariri em relação ao seu entorno, configurando-se como uma espécie de “oásis” em meio ao semiárido; a importância religiosa de Juazeiro do Norte como foco de peregrinação, imprimindo uma rivalidade com Crato, no início do século XX, pela hegemonia política regional; e, por fim, a apresentação da Igreja Católica e da “aristocracia rural” (e seu consequente poder político) como os dois pilares sobre os quais se assentou a sociedade caririense.

Por seu turno, as regiões do *Cariri Paraibano* e do *Sertão do Pajeú* podem ser entrevistadas na obra *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue que vai-e-volta* (1971), de Ariano Suassuna. A obra, comprometida com a construção de uma arte erudita brasileira com base na cultura popular nacional, congrega elementos diversos como a literatura de cordel, a xilogravura, as festas populares e os cantores acompanhados por violas, rabecas e pífanos em parceria com as referências aos brasões e bandeiras lusitanas, aludindo às raízes ibéricas de nossa cultura. A trama vale-se da necessidade de autodefesa do protagonista, Dom Dinis Ferreira-Quaderna, frente ao corregedor local, para desvelar o quadro natural regional; seguindo uma cosedura narrativa não-linear e complexa, o romance desenvolve-se na década de 1930, marcado pelo declínio dos poderes coronelistas no âmbito da sanha nacionalista e de centralização política da Era Vargas, sendo este contexto político – do qual a Revolta de Princesa, ocorrida no município de Princesa Isabel (PB), é um exemplo do confronto coronelismo/nacionalismo – relacionado aos eventos sebastianistas ocorridos, em 1819, na Serra do Rodeador (PE) e, entre 1836 e 1838, em Pedra Bonita (PE), ou “Serra do Reino”.

Nesse panorama dos sertões, outras porções territoriais – considerando a conotação abrangente aqui assumida para o entendimento histórico-territorial da noção *Sertão* – podem ser encaradas enquanto espaços que assumiram, em algum momento histórico, a condição de sertanejos, apartados que estavam da lógica político-econômica e social hegemônicas, irradiadas dos centros decisórios da nação. Para além das áreas de domínio do Cerrado, no Centro-Oeste brasileiro, ou mesmo da Floresta Amazônica, no extenso norte, o Sertão também ocupou, segundo um universo de entendimento mais amplo, as áreas de fronteira no sul do país. Estas áreas merecem uma rápida menção pelo fato de que um de seus maiores

assim nomeada em virtude do poço natural que lhe serviu de fonte hídrica. Essa comunidade foi combatida pela Igreja Católica e pela “aristocracia rural”, sendo exterminada em 1936, no contexto da Era Vargas de combate a qualquer forma organizacional de sociedade que pudesse fazer alusão ao comunismo.

porta-vozes, o escritor Érico Veríssimo (1905-1975), foi considerado pela crítica literária – a exemplo dos autores em foco nesta pesquisa: Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego – um dos cânones da Segunda Geração Modernista (1930-1945), singularizando-se pelo fato de ter se tornado uma exceção, em relação aos demais, ao não desenvolver suas obras no arquétipo do regionalismo nordestino, mas sim de um regionalismo sulista, ou, mais especificamente, dos pampas sul-rio-grandenses.

No extremo sul brasileiro, duas porções territoriais podem ser distintas em suas abordagens nas obras artístico-literárias, conforme publicação do IBGE (2006): as *Missões Jesuíticas* e a *Campanha Gaúcha*. As primeiras eram constituídas, nos séculos XVII e XVIII, pelos Sete Povos das Missões (reduções jesuíticas localizadas nos atuais municípios de Santo Ângelo, São Borja, São Luís Gonzaga, São Nicolau, São Miguel, São João Baptista e São Lourenço, todos no Estado do Rio Grande do Sul). Destinadas à proteção e catequese dos índios guaranis pelos padres jesuítas, as missões ensejaram um tipo específico de ocupação da terra, sendo alvos constantes de conflitos com os bandeirantes vicentistas, sequiosos por mão de obra escrava indígena para a exploração econômica do território luso-brasileiro.

A importância das missões assenta-se, sobremaneira, sobre as características que a sua organização produtivo-social legou, a exemplo de alguns costumes dos pioneiros da terra – os índios guaranis –, para o tipo de ocupação estabelecido posteriormente nas áreas da Campanha Gaúcha. Os primórdios da ocupação regional, impetrada pelos paulistas, assentam-se na existência de gado livre, que era capturado e conduzido para as áreas de mineração em Minas Gerais e Goiás; este gado fora introduzido pelos jesuítas, vindos do Uruguai e da Argentina, sob o propósito de abastecer as *reduções*⁸⁰, atividade que alcançou o sucesso almejado pelo fato dos índios reduzidos terem adquirido exímias técnicas de adestramento de cavalo e criação de gado: “Instrumentos como a boladeira foram desenvolvidos por seus ancestrais em épocas remotas para a captura de emas, e foi posteriormente adaptada para a lida com o gado bovino. Também é um costume indígena o consumo do chimarrão.” (IBGE, 2006, p.28). Por isso, os romances ambientados na região da Campanha frequentemente fazem menção aos índios das *estâncias*⁸¹, auxiliares significativos na lida com o gado.

⁸⁰ De acordo com a publicação do IBGE (2006), as *reduções* designavam os aldeamentos indígenas destinados à conversão, pela Igreja, dos nativos à fé católica. Pautando-se em Júlio Quevedo, na obra *As missões: crise e redefinição* (1993), a publicação argumenta que o termo tem origem latina a partir de *reduction*, *reductionis*, ato ou efeito de reduzir, significando “reconduzir”, “converter”. (QUEVEDO, 1993 *apud* IBGE, 2006).

⁸¹ Consoante Daniel Vidart, em *La vida rural uruguaya* (1955 *apud* IBGE, 2006), este nome provém da antiga distinção espanhola entre “ganaderia estante” e “ganaderia trashumante”, sendo a primeira caracterizada por seu caráter sedentário e por ser a mais significativa dentre as designações destinadas aos núcleos de exploração pecuária: *hatos* (Venezuela), *fazenda* (Brasil), *rancho* (Estados Unidos), *fincas* (países hispano-americanos) e *estância* (Uruguai e Argentina).

Érico Veríssimo, em *O Continente* (v.1, 1949), primeira parte da trilogia *O tempo e o vento*, retrata o conflito entre as missões e os vicentistas:

Alonzo olhava as bandas do nascente. Era de lá que no futuro havia de vir o perigo. Os vicentistas, que agora eram senhores de estâncias de gado naquelas terras lindas, provavelmente descendiam dos bandeirantes renegados que havia mais dum século tinham destruído bestialmente as províncias jesuíticas de Guaíra e Itati. E a idéia de que um dia os Sete Povos pudessem cair nas mãos dos portugueses deu-lhe um calafrio desagradável. (VERÍSSIMO, 2001, v.1, p.22).

Em relação à *Campanha Gaúcha*, o relevo levemente ondulado (coxilhas) coberto com campos limpos associou-se com a pecuária extensiva, geradora de uma ocupação específica, de baixa densidade de população rural e predomínio de cidades de porte médio; incrementada com a criação de ovinos e produção de lã, a identidade regional, a partir da década de 1920, transformou-se com a introdução das lavouras de arroz, intensificando-se, a partir da década de 1970, com a introdução da cultura de soja, associada à modernização das técnicas agrícolas, ao aprimoramento genético e à introdução da vitivinicultura. (IBGE, 2006).

Seguindo-se os traços da publicação do IBGE (2006), tem-se que a identidade regional foi forjada com base em três aspectos essenciais: as disputas entre Portugal e Espanha pelos territórios da bacia do Rio da Prata; a estrutura fundiária estabelecida, definida a partir da doação de sesmarias a militares, comerciantes de gado e protegidos da Coroa portuguesa; e a experiência das missões jesuíticas no território sul-rio-grandense. A condição de fronteira conquistada marca profundamente a história e a geografia do Rio Grande do Sul, produzindo marcas indeléveis sobre o imaginário regional, em que pesam as figuras históricas do *caudilho* – latifundiário, senhor de terras, pessoas e gado, e chefe militar – e do *gaúcho* típico, homem de coragem e enérgico, de hábitos específicos de alimentação e vestuário, fundando um *ethos* peculiar e vangloriado.

Nesse sentido, o modo de ser dos habitantes dos pampas e a dinâmica histórica da ocupação regional aparecem destacados na literatura do já mencionado *O Continente*, em seus dois volumes: este romance histórico retrata as primeiras correntes migratórias e etnias que participam na formação do gaúcho, em seus primórdios, antes da chegada de grande fluxo de imigrantes europeus (sobretudo alemães e italianos), bem como aborda os conflitos e confrontos que definiram e consolidaram a fronteira sul do território brasileiro. Para tanto, o enredo lança mão de diversos personagens históricos, como os paulistas de Sorocaba, os índios guaranis, os mercenários bélicos e os negros escravos, além de imigrantes alemães e italianos. Os eventos históricos também se fazem presentes a partir do deslindamento dos confrontos da Revolução Farroupilha (1835-1845), da Guerra do Paraguai (1864-1870), da Guerra Civil de 1893 e da Revolução Federalista de 1923, vivenciados a partir da localidade

de Santa Fé, onde Ana Terra se estabelece com seus filhos após o ataque à propriedade de sua família.

A fronteira disputada, com base na ocupação das terras e na efetivação e assentamento do poder régio por meio da instalação e legitimação institucional sob as insígnias de uma das coroas, é retratada, destarte, em *O Continente*:

E naqueles vinte últimos anos muitos lagunistas e vicentistas se haviam fixado em vários pontos do Continente, estabelecendo invernadas e currais que mais tarde se transformavam em estâncias. Contava-se até que quase todos eles já tinham conseguido cartas de sesmarias. E o fato de os portugueses haverem fundado em 1737 um presídio militar no Rio Grande indicava que estavam decididos a tomar posse definitiva do Rio Grande de São Pedro. (VERÍSSIMO, 2001, v.1, p.22).

Outro escritor preocupado com o processo de ocupação sul-rio-grandense é Luiz Antônio de Assis Brasil, em seu romance histórico *Um Quarto de Léguas em Quadro* (1976), retrato das origens da ocupação territorial a partir do estabelecimento de colonos açorianos em Rio Grande e das estratégias da Coroa portuguesa, personificadas na figura do general Gomes Freire, em termos de extensão dos domínios por meio da expulsão das Missões Jesuíticas, no oeste, e pela manutenção da Colônia de Sacramento, ao sul. Em outro panorama, esse romance também desvela os impactos sofridos pelos imigrantes, não só em função das longas viagens, mas também pelo “choque cultural”, representado, entre outras coisas, pelas diferenças paisagísticas.

Destarte, descortina-se um panorama amplo de obras regionalistas (que, ao tratarem do que aqui estamos entendendo a partir da noção de *Sertão*, são também sertanistas), mostrando um comprometimento histórico-literário de retratação e ambientação dos espaços apartados dos “domínios oficiais” ou centros político-econômicos e sociais do Brasil, preocupando-se em traçar as suas identidades histórico-geográficas específicas. Em todo caso, as literaturas regionalistas/sertanistas aqui apresentadas se valem dos constructos do *imaginário*, que são, em essência, concomitantemente espaciais e políticos. A partir dessas instâncias, define-se o regionalismo encetado pela seara artístico-literária, como se verá a seguir.

3.2 Imaginário e representações geográficas e políticas: a fundação das regiões e dos regionalismos

Ao entender a política como o controle das pulsões emergidas do *pathos* humano (relativo, genericamente, às *paixões*) e o território como o suporte material estabelecido e destinado à convivência, catalisador e receptor das liberações de energia desprendidas por

estas pulsões, torna-se possível articular o imaginário político com a base territorial, advindo daí, ainda, a cimentação propiciada pelo *imaginário social*. Este se constitui enquanto elo que dá visibilidade e que torna interpretáveis os simbolismos presentes nas relações estabelecidas entre a sociedade e o seu meio, produzindo, em última instância, os diferentes modos de organização socioespacial. Imaginário político, imaginário social e base territorial se coadunam, pois, nas situações concretas, explicando questões relativas às representações territoriais da política, ou ainda o sentido dos discursos e das bandeiras regionalistas. (CASTRO, 1997).

O imaginário social é fundado na necessária ligação entre o homem e a terra, de modo que o espaço funciona para além da condição de ser substrato físico de inspiração dos mitos e base da organização dos rituais que configuram o imaginário, sendo, também, continente e conteúdo dos signos e símbolos deste imaginário. Todavia, a relação é ainda mais complexa por envolver as relações humanas e suas inerentes “paixões”, dando uma dimensão também política ao fenômeno banal da essencial interação do homem com o seu meio: “Assim, o imaginário social desdobra-se em imaginário político e, ambos, por sua matriz espacial e por serem informados pela geografia dos lugares, encerram em si o imaginário geográfico.” (CASTRO, 1997, p.157).

Por muito tempo, o imaginário foi relegado a uma condição inferior e “execrado” das investigações tidas como verdadeiramente científicas, uma vez que ele se encontraria revestido de uma aura de deturpação, engano e deformação da realidade: como a Razão era imperiosa, a busca rígida por fatores causais relegava as referências à imagem, aos símbolos e ao imaginário à decodificação destas categorias enquanto categorias ideológicas. Porém, com a busca de novos paradigmas científicos, transcendendo as explicações pautadas na rigidez da racionalidade na matriz iluminista sem, contudo, perder ou abandonar o rigor metodológico, as explicações geográficas puderam investir nas discussões acerca do imaginário, pautadas desde o século XIX, quando os movimentos antirracionaisistas tiveram grande expressão em Fichte, Schelling, Goethe, entre outros. Nesse contexto, pode-se reconsiderar o papel do simbólico nos discursos acerca do espaço, pois tais discursos só adquirem sentido e legitimidade se sancionados pela sociedade, em toda a sua complexidade e variedade de pulsões, desejos, intenções, conflitos etc. – ou seja, em suas paixões, contextualizadas espaço-temporalmente.

Assim, tem-se verificado a importância da imagética para as explicações de cunho geográfico, relacionando intimamente a dinâmica das imagens e do imaginário com a produção e reprodução semiótica do espaço, de modo que os modelos de apreensão e de

vivência dos símbolos (re)produzem importantes efeitos sobre os comportamentos sociais. Por conta dessa vinculação aos desígnios e estímulos individuais e societários, os símbolos também adquirem um papel preponderante frente às ações políticas e processos decisórios e frente ao território, substrato material e corolário dinâmico e teleológico (isto é, efeito nada passivo ou inocente, mas sim intencional) dos conteúdos sociais. Por conseguinte, funda-se um profícuo campo investigativo pautado nas relações entre a política – enquanto controle das ações sociais – e o espaço – enquanto continente destas ações.

A política deve ser compreendida em seu *lato sensu*, para além de sua esfera macro – ou seja: para além de sua organização institucional na esfera do Estado, advogando uma esfera política essencial, fundadora mesmo da vida social humana por instituir e possibilitar o controle das “paixões” desencadeadas pelo convívio societário, qualquer que seja a dimensão da coletividade. Nesse sentido, Castro (1997, p.161-2) coloca que “A política é, portanto, o meio de controle das paixões; embora progressivamente encastelada na esfera pública, permanece também como regulação na esfera privada.” Destarte, estabelece-se o paradoxo fundamental da política no seio social: a emergência do ser humano como animal gregário paralela à convivência potencialmente conflituosa.

A modernidade do pensamento político tem justamente enfrentado tal paradoxo da *conflitividade potencial* da sociedade associada à necessária constituição societária para a realização do ser humano enquanto espécie socialmente estabelecida: dessa forma, o pensamento político moderno, expressivo em Maquiavel, Hobbes, Bodin e Rousseau, buscava formular, desde sua origem, um sistema de regras que regulasse e controlasse, de modo duradouro, os *interesses*, avatares das paixões humanas. O corolário foi a institucionalização e legitimação do Estado Moderno como aparato legal do controle individual e coletivo, e instância detentora do monopólio da violência, cabendo-lhe a resolução dos conflitos sociais em recortes territoriais específicos. Estabeleceu-se, pois, um tripé basilar entre a sociedade, o seu território e a sua política, encerrando todas as suas especificidades espaço-temporais.

Nessa linha argumentativa, o imaginário ganha um forte componente explicativo, uma vez que ele permite desvendar o substrato simbólico das ações e comportamentos concretos dos atores sociais, considerando as suas referências espaciais e temporais⁸². Disso decorre que o imaginário social atrela-se substancialmente ao meio geográfico, de modo que os fatores espaciais, cujos conteúdos simbólicos e significados são construídos socialmente, reverberam

⁸² Para as discussões acerca do imaginário, Castro (1997) vale-se de autores como Claude-Gilbert Dubois, Gilbert Durand, Jean-Paul Sartre, Gaston Bachelard, Cornelius Castoriadis, Georges Balandier, Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, Antoine Bailly, Robert Ferraz e Eric Dardel.

nos *discursos* – jamais neutros, sempre ideológicos, pois veiculam concepções de mundo; diante disso, os espaços são diferentemente valorizados, presidindo as suas estruturas funcionais e, conseqüentemente, agindo significativamente sobre as suas organizações pela sociedade, em função dos significados a eles atribuídos.

Ante essa perspectiva, o valor simbólico dos objetos geográficos, fundamentais nas representações sociais e nas ações políticas, territorialmente ensejadas, permite, segundo Castro (1997), a abordagem do imaginário geográfico em algumas perspectivas: (i) a correspondência entre a natureza e o discurso político, fundado no imaginário social sobre ela; (ii) a representação política territorial, realizando a prática política com base no imaginário geográfico; e (iii) o *regionalismo*, amplamente apoiado na constituição de um *nós* coletivo de base territorial. Esta perspectiva é interessante para a presente pesquisa, uma vez que os discursos artístico-literários da Segunda Geração Modernista sustentaram-se copiosamente em um regionalismo, notadamente nordestino.

Na relação entre a natureza e o imaginário social e político, os recursos disponíveis em uma base natural, territorialmente determinada, têm sido usados como recursos políticos, conforme valorizados e percebidos coletivamente; assim, podem ser julgados positivamente, como suportes necessários à sobrevivência e subsistência ou sustentáculos para alavancar o desenvolvimento econômico, ou negativamente, como obstáculos para a subsistência e para o desenvolvimento. De qualquer modo, são as imagens socialmente gestadas que vão definir o imaginário social sobre as bases naturais, recursos para a retórica ou para a ação política.

No Brasil, é emblemático o caso do semiárido nordestino: desde o final do século XIX, a causa principal dos problemas regionais da porção nordeste brasileira tem sido atribuída ao impiedoso clima semiárido, configurando-se como um argumento retórico elementar para a obtenção de maiores benefícios junto ao governo federal; o atraso regional, exemplificado a partir de uma legião de índices socioeconômicos, sedimentou um imaginário regional e nacional que alimenta, (in)disfarçadamente, um determinismo natural, pautado na inexorável condenação dessa porção do território nacional ao sofrimento e à pobreza, domínio de uma natureza rude e hostil, onde somente a figura do “sertanejo forte” da retórica de Euclides da Cunha pode sobreviver. Essa mesma base natural é aliciada e mobilizada para angariar recursos financeiros na esfera das políticas públicas, transcendendo o seu simbolismo negativo no imaginário social ao revestir-se de um denso simbolismo também nas retóricas do imaginário político regional. (CASTRO, 1997).

Os discursos regionais sustentam-se, pois, na *seca*, palavra-chave de primeira ordem para a referência aos problemas socioeconômicos nordestinos – ainda que os mesmos não

sejam intrinsecamente atrelados ao baixo índice regional de precipitação: o valor simbólico da seca passa a designar e a associar à falta de chuvas questões tão diversas como o desemprego, a miséria, o analfabetismo, as epidemias, a descapitalização etc., fundando um *nós coletivo* que cimenta a todos os nordestinos “humilhados” pela rudeza natural, equalizando a todos em suas sinas trágicas, quaisquer que sejam as suas condições socioeconômicas particulares de existência objetiva. Dessa forma, a natureza (re)produz representações simbólicas legítimas em um imaginário político socialmente equalizador e institucionalmente eficiente para o forjamento de uma comunidade coletiva regional e para a obtenção de recursos financeiros e de poder.

Ao referir-se sobre o imaginário da pobreza, constantemente renovado, do semiárido nordestino, Iná Elias de Castro ainda comenta:

No entanto, é sabido também que há grande diferença entre a água disponível hoje na região e a que havia no início do século [XX], quando da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas. O Nordeste atualmente é a região semi-árida mais bem servida de água represada do mundo, o que não chegou a alterar muito suas atividades, seu quadro social de miséria, nem o imaginário dos *porta-vozes* regionais mais tradicionais sobre as dificuldades para o seu desenvolvimento. (CASTRO, 1997, p.182, grifo da autora).

Essa imagem da seca enquanto obstáculo intransponível, transformando em vítimas todos os nordestinos (sobre)viventes da região semiárida, nutriu o imaginário social e político sobre a região, não escapando dos discursos veiculados pelas manifestações artísticas: por conseguinte, a exemplo da Literatura, a Pintura também deu voz à ideologia da natureza inclemente, causadora de sofrimento para os sertanejos. Não alheio a isso, o pintor brasileiro Cândido Portinari exprime e reflete esse sofrimento a partir das formas rústicas e rudes, e das cores fortes e de tons mais sombrios, manifestando intensas situações dramáticas: os *retirantes*, despojados de tudo, do trabalho, da vida, possuem apenas a garantia da morte, como expressa a sua obra *Criança Morta* (1944) – imagem de abertura deste capítulo. Essa pintura (óleo sobre tela, 176x190 cm.) faz parte da Coleção Assis Chateaubriand do Museu de Arte de São Paulo, em São Paulo (Brasil).

Outro exemplo brasileiro de imaginário sociopolítico calcado nas bases naturais refere-se ao movimento separatista *O sul é o meu país*, alicerçado nas “vantagens comparativas” do clima subtropical sulista para a suposta evidenciação de uma superioridade qualitativa da sociedade, branca, educada e mais desenvolvida frente ao padrão tropical, mestiço e pobre das porções territoriais mais ao norte. O discurso separatista entrevê nas necessidades de criação de um novo Estado-nação o resultado natural das particularidades histórico-sociais regionais, dadas, em grande medida, pelas características socioeconômicas

substancialmente distintas da maior parte do território brasileiro, subsumidas de um atuante determinismo natural, formador do imaginário social. (CASTRO, 1997).

Nesses casos essencialmente regionais, de imagens partilhadas em escalas geográficas mais amplas, estabelece-se uma relação íntima entre a dimensão territorial abrangida e as características naturais, positiva ou negativamente valorizadas, sustentando as representações culturais e o imaginário social e político. Do mesmo modo, a base territorial do imaginário político também instituiu, nas teorizações sobre a constituição territorial dos Estados Unidos, uma relação entre a dimensão territorial e as possibilidades de desencadeamento do processo civilizatório de legitimação da democracia, conforme apresentado pelas formulações de Aléxis de Tocqueville (1805-1859) e de Frederick Jackson Turner (1861-1932).

Quanto à questão da representação política, ela jamais prescinde do território, pois sempre mantém um vínculo com uma porção delimitada do espaço, onde são estabelecidos e legitimados os laços de convivência, desde as escalas mais locais – com base na *proxemia*⁸³ – até a escala nacional – em que se manifesta o domínio simbólico de pertencimento a uma dada nacionalidade. Em suma, a dimensão política vincula-se necessariamente a um território, pois não dispensa o recurso simbólico advindo deste, sendo tal recurso fundamental para a elaboração do seu discurso e para a conquista das adesões dos atores sociais. Esse ponto torna-se fundamental ao embasar a engenharia política, considerando que os modelos de representação política não refletem apenas a representação em termos de cidadania, mas também a representação do território, o qual será beneficiado ou não pelas ações políticas. É no espaço político que se concretiza a representação e a administração dos interesses contraditórios, de modo que a carga dos conteúdos simbólicos – inerentes ao território – desempenha um papel fundamental nas disputas pelo poder, engendrando o amálgama simbólico constituinte do *nós fusional*, reclamado nas disputas eleitorais.

O fenômeno político moderno se concretiza a partir da instituição de uma cidadania universal – tendo como princípios fundamentais a isonomia e a igualdade de direitos e deveres –, garantida pelo *contrato* fundador da sociedade; no entanto, se a abstração política versa uma suposta universalidade, a prática política se mostra mais complexa ao abrigar a mediação territorial, impondo alguns problemas:

Na realidade, não havendo homogeneidade na base material do território, as condições para o exercício dessa cidadania ampliada que inclui hoje não apenas o direito à proteção, o de votar e de ser votado ou a possibilidade de controle dos

⁸³ De acordo com Maffesoli, em *La transfiguration du politique* (1992 *apud* CASTRO, 1997), este conceito refere-se às histórias vividas cotidianas, às situações e fatos imperceptíveis, mas que criam o amálgama societário, a trama comunitária, estabelecendo a tessitura dos indivíduos ao seu meio e fundando a sensação de pertencimento a um dado território.

governantes, mas também direitos relacionados à qualidade de vida e às condições para a sua reprodução, encontram-se afetadas. (CASTRO, 1997, p.191).

Assim, o exercício pleno da cidadania fica comprometido nos países com grandes disparidades socioeconômicas não só pelos entraves usualmente recorrentes quanto ao pleno funcionamento da idealizada equanimidade constitucional, mas também pelas diferenças territoriais. No caso brasileiro, essas disparidades geográficas incitam as reflexões acerca do atual sistema representativo, polemizando sobre a proporcionalidade e o despreparo dos representantes, além dos casos frequentes de corrupção e das bancadas de interesses pessoais na esfera legislativa. Conclui-se, portanto, que, de modo geral, a compreensão da base material do território enquanto suporte de construção e significação do imaginário político revela muito sobre as forças, tensões e embates inerentes ao processo de organização espacial da sociedade.

Quanto à relação entre o imaginário político e a fundação dos *regionalismos*, é preciso considerar que a estrutura e mesmo as formas-conteúdos da sociedade vinculam-se ao espaço em que ganham substância e significado, fundamentando na noção da *proximidade* a unidade interna em oposição ao “outro”, ao externo, distanciado física e ideologicamente. No confronto do interno (próximo) com o externo (distante), são gestadas as tensões simbólicas e materiais dos particularismos frente ao jacobinismo do poder institucionalizado e centralizado na figura do Estado Moderno.

Todavia, indica Castro (1997), os atores políticos encarregados da gestão e funcionamento institucional da esfera estatal utilizam-se dessa energia agregadora societária das pequenas escalas geográficas em favor do estabelecimento de nexos de dominação, poder e controle dos poderes centralizados e distantes. Dessa forma, atesta-se a existência de um imaginário político fundado na *força imaginal* de que fala Michel Maffesoli, engendrando uma dupla dimensão, vivenciada concomitantemente: a cimentação da unidade particular, o *nós* comunitário que dá origem e é perpetuado pelo contrato social, e a inserção territorial obrigatória do fato social, representando os limites territoriais de reconhecimento deste contrato – em outras palavras, impõe-se uma dialética do “um” *versus* “o todo”.

No caso das relações sociais, a tensão fundamental é estabelecida entre o indivíduo (o “eu”) e o grupo social, de modo que o “eu” é forjado, mesmo que considerando todas as suas idiossincrasias, no âmbito do universo de valores e concepções de mundo da sociedade da qual faz parte – ou seja: todo indivíduo, nos mais profundos recônditos de sua personalidade, possui uma parcela socialmente ajustada, constituindo-se em um ator social ao mesmo tempo passivo e ativo, moldando e sendo moldado pela *alma do grupo*, por seu *habitus*. Além da

conformidade, também se abre aos cidadãos políticos a perspectiva de influírem na formação e na dinâmica do imaginário do grupo social. (MAFFESOLI, 1982 *apud* CASTRO, 1997).

Na perspectiva espacial, essa dialética eu *versus* todo é manifesta na tensão entre as territorialidades fundadas no lugar e o território mais amplo, centrado na figura do Estado; de fato, a esfera estatal tem cumprido um duplo papel: ao mesmo tempo em que representa um abrigo para a preservação das identidades territoriais ameaçadas, ameaça, por outro lado, essas mesmas identidades por conta do poder simbólico do nacionalismo, imprescindível para a coesão nacional, fazendo frente à ameaça dos outros estados e das forças homogeneizadoras em escala planetária. Dessa forma, o território da soberania estatal só pode ser compreendido segundo uma base dialógica, que incorpore a dualidade das lógicas contraditórias, mas interdependentes, das dinâmicas sociais encetadas na proximidade e na distância, aproveitadas no plano simbólico de cimentação das identidades e dos sentimentos de pertencimento.

O *regionalismo* surge como corolário dessa dialética de sobrevivência do singular ante o universal: emergidas de uma reação ao Estado nacional, as bandeiras regionalistas – pautadas nos pendores da identidade, autonomia e direito à diferença – valem-se da proteção deste Estado frente à ameaça de uniformização desencadeada pelas forças do capitalismo em escala planetária. A base regionalista guarda em sua essência um paradoxo, pois, fundada na sustentação territorial dos Estados Modernos, o território configurou-se tanto como base de poder e de sustentação da soberania, quanto dimensão de reposição dos conteúdos simbólicos, mobilizados para o forjamento do *nós coletivo* do pacto nacionalista; nesse sentido, a modernidade política exige que as sociedades, ao se inscreverem em determinados territórios, busquem a sua preservação e a resistência de suas singularidades ao mesmo tempo que, enquanto se universalizam, busquem uma renovação sadia de seus atributos particulares, garantindo a sua própria sobrevivência identitária.

O regionalismo, enquanto mobilização política de base territorial, decorre justamente dos modos através dos quais o estado nacional tem organizado, ou administrado, as diferenças – culturais e econômicas – em seu território para fundar a ideologia da unidade nacional. Os estados-nacionais hoje conhecidos foram consolidados, em sua maior parte, a partir do domínio hegemônico de uma região que impôs cultura, língua, religião e sistema produtivo sobre outras. É justamente nas clivagens desta dominação que se tem desenvolvido a ideologia regionalista. (CASTRO, 1997, p.187).

A bandeira regionalista deriva, pois, muito mais de uma contenda por recursos – impetrada a partir da mobilização do poder simbólico afirmativo de uma identidade ou solidariedade firmada com territórios particulares – do que um efetivo e autêntico desejo de soberania. Em suma, o que se estabelece é uma articulação entre distintas escalas territoriais, desiguais no campo das relações de forças, buscando o estabelecimento de um equilíbrio

mínimo nas esferas do poder e da identidade; essas escalas de dimensões micro e macro, embora essencialmente contraditórias, são complementares na prática política. Assim sendo, a esfera política também possui uma participação importante no desenvolvimento dos regionalismos, de modo que estes não se esgotam tão somente nas variáveis do viés cultural (língua, etnia, religião etc.).

Ainda que os regionalismos mobilizem sua semiótica particular para nutrir os rituais de identidade socioterritorial, assim como fazem os nacionalismos, a perspectiva e intenção daqueles diferem destes: enquanto o nacionalismo engaja-se no forjamento de uma unidade para o Estado-nação, os regionalismos almejam maiores vantagens (ou, ao menos, menores desvantagens) na partição dos recursos entre as diversas regiões de um Estado consolidado. Assim, na maioria dos casos, as bandeiras separatistas não passam de uma estratégia de luta frente ao poder central. No Brasil, o processo histórico-político amalgamou as unidades administrativas ao conteúdo simbólico de solidariedade, identidade e pertencimento, de modo que, à exceção do regionalismo nordestino, as identidades territoriais e os interesses políticos aparecem confinados aos limites administrativos dos estados federativos. (CASTRO, 1997).

Nesse sentido, o *regionalismo* – fenômeno importante para a presente pesquisa – aparece como uma espécie de concessão para a manifestação das diferenças, permitidas sob graus controlados a fim de que não “atrapalhem” a unidade nacional: às particularidades e singularidades regionais é dado o direito de existência desde que comprometidas com a causa da concertação do Brasil a partir da junção orgânica dos inúmeros tipos regionais, os quais, em conjunto, promovem a tessitura da brasilidade. O Brasil é social e culturalmente rico justamente porque abriga e permite a expressão de inúmeras manifestações e identidades, sem, contudo, abrir mão da unidade nacional – isto é, do seu povo assumir o estatuto de ser, acima de tudo, brasileiro.

A lógica desse dialogismo entre o regionalismo e o nacionalismo é expressa na animosidade e proscricção para com as existências de diferenças autônomas, uma vez que o acordo nacional as impeliram a uma participação na orquestração dos tipos regionais, parcelas do todo, chamado Brasil. A fórmula era, portanto, “transformar o país em uma coleção de variedades sociais e paisagísticas, que sejam nada mais que representativas variantes do parâmetro nacional único.” (SOUZA, 1997, p.120), sendo, pois, a diversidade inofensiva à coesão federativa.

Partindo do pressuposto de que as ideologias geográficas assumem um imprescindível papel no desenvolvimento da formação territorial e econômico-social brasileira, e de que a nossa origem colonial nos fornece, por herança, uma identidade centrada no território, em que

se instaura a crença permanente do *território a conquistar* – como já indicado alhures nesta pesquisa –, pode-se aventar a hipótese da perpetuação desse “pecado de origem” sob a imagem do Brasil como eterno “país em construção”, segundo a qual o desencadear do processo de edificação nacional é impetrado pelas classes hegemônicas, de modo que a população é reificada ou instrumentalizada nesse processo: “Assim, vai sedimentando-se uma ótica, ao nível das classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares.” (MORAES, 2005, p.98).

Segundo Moraes (2005), a defesa intransigente da “integridade territorial” funcionou (e funciona) como substrato para as classes dominantes forjarem sua identidade, sob fortes laços de solidariedade. Nesse sentido, a prioridade dada, na identificação da brasilidade, ao espaço ao invés da sociedade tem repercutido em uma continuidade das bases autoritárias na história da formação brasileira, tornando recorrente, na ensaística nacional, a preocupação avaliativa “do povo que contamos para construir o país”⁸⁴; essa temática emerge com grande ênfase nos momentos de reordenamento institucional, quando novas frações das classes dominantes assumem o controle do Estado.

O autor ainda coloca que, com a predominância da base social escravista em grande parte da história brasileira, a cimentação da identidade com bases territoriais permaneceu, por muito tempo, circunscrita aos agentes hegemônicos, uma vez que a condição escravista impediu a formação de uma ampla e ativa sociedade civil, pois a hierarquização social era feita com base muito mais na coerção e truculência do que na necessidade de legitimação. Dessa forma, a sociabilidade entre os não-escravos também foi determinada, fundamentando uma identidade pela oposição, engendrando formas clientelistas de relação que configuraram os, até hoje presentes na estrutura política brasileira, mecanismos de “compadrio” e do “favor”; tais mecanismos revelaram-se eficazes no intuito de subordinarem as camadas populares não escravas, impedindo uma coesa manifestação classista da população livre, fragmentando os interesses e sedimentando as identidades a partir de referências espaciais regionais – ou seja, sendo um dos pilares das ideologias regionalistas: “O clientelismo, e sua conseqüente lógica provinciana, é a base social objetiva do sucesso das ideologias regionalistas no Brasil.” (MORAES, 2005, p.101).

⁸⁴ Sobre esta recorrente avaliação ver MEYER, Marlyse. A descoberta do Brasil. O eterno retorno. *Cadernos do CERU*, São Paulo, n.13, 1980. Neste artigo também fica clara a perpetuação da ideologia geográfica da eterna “construção do Brasil”, reforçando o ideário continuamente evocado no pensamento social brasileiro, como indicado no Capítulo 2, das atualizações, na história da formação territorial brasileira, do *bandeirantismo*.

A construção das identidades regionais opera o estabelecimento de laços interpessoais com base nos locais de origem ou moradia – a região de referência –, criando comunidades de interesses fragilizadas, pois os constructos identitários são ilusórios e desvinculados de referências sociais objetivas. Com a fragmentação da organização popular, o *corporativismo regional* engendrado transforma-se em um grande instrumento de segregação: ao passo que as elites valem-se da ideologia geográfica de manutenção da integridade do território brasileiro em sua totalidade, os regionalismos seccionam as classes subordinadas a interesses localizados geograficamente (MORAES, 2005); destarte, dá-se uma nova visibilidade à concepção já apresentada aqui de que os regionalismos surgem como concessões reguladas e limitadas à diferença sociocultural, de modo a não impor constrangimentos à unidade nacional expressa no patrimônio territorial brasileiro, o qual deve ser preservado a qualquer custo pelas classes dominantes.

Se, outrora, a economia mais ou menos regionalizada do território luso-brasileiro e depois nacional tornava empiricamente plausível a existência de identidades regionais, a nova realidade nacional, suportada pelo estabelecimento de relações plenamente capitalistas, transforma os regionalismos em ideologias geográficas plenas, em que as representações simbólicas perpetuam os imaginários socioterritoriais, embrenhados de preconceitos e atuantes enquanto profícuos expedientes de dominação legitimada quando duas regiões extremamente díspares são postas em relação. Este autor ainda coloca que, com as frágeis solidariedades político-sociais, os interesses populares tornam-se fragmentados, favorecendo, pela partição inerente às identidades regionais, a manipulação das massas.

É sobre o caldo cultural brasileiro – em que pesa a substantivação do nacional a partir de uma base tripartida (índios, negros africanos e brancos portugueses), cujos vértices são heterogêneos em si mesmos e entre si – que se formaram as estruturas sociais, políticas, culturais e territoriais. O modelo básico derivado da formação nacional é uma sociedade rigidamente hierarquizada e autoritária, marcada significativamente pelas “transformações pelo alto”, sob os signos da violência. Os estamentos e papéis sociais bem demarcados no âmbito dessa cultura senhorial e elitista faziam com que as trocas com os dominados fossem apenas fortuitas e derivadas de “cálculos políticos”, já que os espaços de resistência eram mínimos. Em suma, o país apresenta ainda um caráter de difícil concretização de identidades progressistas e de uma sociedade civil forte e democrática. (MORAES, 2005).

Nesse contexto em que os regionalismos são constantemente reciclados, assume-se um viés agressivo de superação das ditas “disparidades regionais”. Sob a simbologia do progresso e do desenvolvimentismo, a questão regional torna-se um “gargalo” a ser trabalhado no

processo de industrialização brasileira. O Estado Novo (1937-1945) reforçou, consoante Moraes (2005), a consciência de brasilidade, imprimindo uma política cultural de cunho nacionalista a partir da crença no progresso e da grandeza pátria. Esse compromisso com o progresso e com a civilização/modernização dos trópicos continuou ao longo do processo da formação territorial brasileira: com o novo ímpeto do surto modernizador, a partir da década de 1950, destacados no plano viário e no projeto de interiorização da capital, com a construção de Brasília, a necessidade imperiosa de superação das porções territorialmente “atrasadas” foi enfatizada; nesse processo, o espaço foi personificado e assumiu as qualificações dos processos sociais, operando uma distinção entre o “Brasil moderno” e o “Brasil atrasado”, obsoleto, restrito regionalmente e alvo de políticas intervencionistas.

Os discursos hegemônicos centraram-se na ideologia da racionalidade técnica, priorizando projetos e práticas de ordenamento espacial que tomaram por critérios basilares as “imparciais” variáveis quantitativas. Esse padrão se perpetuou no regime autoritário pós-64, quando a ideologia geográfica da “integração nacional” assumiu o cerne das políticas territoriais, baseada em um Estado tecnocrático e militar; novamente o espaço foi o alvo das políticas, e a população encarada como mero instrumento.

O regionalismo nordestino será abordado no âmbito deste trabalho com base nas imagens do Sertão na literatura nacional (notadamente nordestina) dos Romances Regionalistas da Geração de 1930. Esta abordagem se dará a partir de duas perspectivas: o viés político regionalista, encarado enquanto uma concessão para as diferenças no âmbito da tessitura da unidade nacional; e a construção simbólica regional como paradigma de qualificação territorialmente delimitada, tomada a partir das suas vantagens ou desvantagens como ponto de partida para os projetos socioeconômicos de integração na concertação da administração e ordenamento político-econômico brasileiro.

Desse modo, serão apresentados um breve panorama do momento histórico – a Era Vargas – e histórico-literário – a Segunda Geração Modernista – para que, por fim, sejam descritas, no capítulo seguinte, as principais características das obras artístico-literárias em foco, separada por autores, buscando apreender como a *ideia de Sertão* é construída discursivamente, de modo a construir um painel do modo de abordagem valorativa do *Sertão* (positiva, negativa ou para além dessas versões dualistas) relacionado aos projetos estatais-nacionais de formação e modernização do território.

3.3 A Segunda Geração Modernista nos meandros da História e da Literatura

Os fatos que antecederam o início da Era Vargas (1930-1945) encontram-se, em parte, no próprio contexto interno, com o descontentamento social contra o tradicional regime oligárquico que dominava a política brasileira, sendo tal descontentamento sentido, sobretudo, na porção territorialmente conhecida como *Litoral*, onde a influência dos ditos coronéis era relativamente diluída. Essa insatisfação engendrou o *tenentismo*, movimento político-militar que almejava, a partir da luta armada, a conquista do poder para a promoção de reformas sociais: com a proposta de eliminação do voto de cabresto e criação de uma justiça eleitoral transparente e autônoma, os tenentistas tencionavam moralizar a administração pública e eliminar a corrupção eleitoral, marca distintiva da República Velha (1889-1930); ademais, defendiam um nacionalismo econômico e uma reforma na educação pública, com vistas à universalização do ensino. Segundo Fausto (1994), os tenentistas não confiavam na programática do liberalismo para a o engrandecimento pátrio, uma vez que faziam restrições às eleições diretas e ao sufrágio universal, sugerindo uma crença numa via autoritária que encetaria a reforma social e do Estado. Na prática, pretendiam estabelecer um poder centralizado, objetivando educar o povo e fundar uma política vagamente nacionalista.

As rebeliões dos militares – representantes práticas dos ideários do movimento tenentista, e individualizadas na Revolta do Forte de Copacabana (1922), na Revolta de 1924 e na Coluna Prestes – não produziram efeitos imediatos na estrutura política brasileira; no entanto, expressaram e alimentaram a insatisfação com o regime oligárquico republicano, configurando-se como referências de base, no contexto interno, para as mudanças históricas que se seguiriam na sociedade e na política brasileiras. A reverberação do descontentamento com as estruturas da República Velha também atingiu o campo cultural, manifestando-se no chamado *movimento modernista*: um dos objetivos do movimento era promover uma reação crítica aos padrões arcaicos da estética e da invasão cultural estrangeira, motivo de despersonalização do Brasil; assim, a reação modernista tinha como propósito “abrasileirar” a cultura brasileira, fazendo emergir as suas características próprias, singulares.

O contexto externo, por sua vez, não era menos conturbado: o grande episódio que modelou a “face inicial da década de 1930” foi a crise do capitalismo, figurada pela Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929): por conta, sobretudo, da superprodução da indústria norte-americana, a qual experimentou um crescimento vertiginoso, superior às necessidades do mercado interno e da capacidade de compra do mercado internacional, a

década de 1930 iniciou-se sob um forte colapso do sistema financeiro internacional, gerando paralisações fabris, falências bancárias, rupturas de relações comerciais, desemprego, fome e miséria generalizadas. Sem poder vender, os Estados Unidos encabeçaram a crise mundial por evitarem a compra de produtos estrangeiros, afetando gravemente a economia dos países que dependiam da exportação para os estadunidenses, como era o caso da produção cafeeira do Brasil; o resultado foi a crise da cafeicultura, principal suporte das estruturas oligárquicas da República Velha.

Ademais, toda essa situação de tensão tornou-se mais aguda com o agravamento das questões sociais e com a efervescência das ideologias de cunho socialista e comunista, provocando choques político-sociais, sobretudo com as burguesias nacionais, as quais se tornaram, então, defensoras de um Estado autoritário e de um nacionalismo conservador, segundo uma postura política de extrema-direita. Dessa forma, a década caminhou para o desenvolvimento das alas políticas nazifascistas – é o que ocorreu, por exemplo, na Itália (com Mussolini), na Alemanha (com Hitler), na Espanha (com Franco) e em Portugal (com Salazar) –, calcadas em um crescente armamentismo e militarismo: em linhas gerais, esse panorama dicotômico entre a esquerda revolucionária e a extrema-direita contribuiu para a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No Brasil, o quadro histórico foi marcado pela já mencionada ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ocorrida também em um processo histórico alvoroçado: além dos problemas econômicos, sucedeu-se uma ruptura do acordo político entre as lideranças de Minas Gerais e São Paulo – a chamada “política café com leite” –, uma vez que a oligarquia paulista apoiava o candidato Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista (PRP), para a sucessão da presidência de Washington Luís, enquanto a oligarquia mineira apoiava a candidatura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, governador de Minas Gerais e membro do Partido Republicano Mineiro (PRM). O rompimento do acordo político entre as oligarquias mineira e paulista permitiu a formação de alianças opositoras, como foi o caso da Aliança Liberal, formada por lideranças políticas do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba, lançando o governador gaúcho, Getúlio Vargas, como candidato à presidência da República, e o governador paraibano, João Pessoa, como vice-presidente. Essa aliança apresentava um programa de reformas que alcançava uma grande aceitação junto às classes médias e aos militares ligados ao tenentismo; dentre os pontos principais, destacavam-se: a instituição do voto secreto, com fins à eliminação das fraudes e enfraquecimento do coronelismo; a criação de leis trabalhistas; e o incentivo à produção industrial. (COTRIM, 1999).

Com a vitória do candidato paulista, Júlio Prestes, a tensão recrudesceu, atingindo seu ápice quando o governador da Paraíba, João Pessoa, foi assassinado por motivos pessoais e políticos, configurando-se como um estopim para a união da oposição contra o governo. A luta armada eclodiu, em outubro, no Rio Grande do Sul, espalhando-se por Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco, sob o desígnio de impedir a posse de Júlio Prestes. Reconhecendo o avanço da guerra civil, os militares do Rio de Janeiro, chefiados pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, depuseram o presidente Washington Luís e entregaram o poder a Getúlio Vargas, chefe político da “Revolução de 30”. Após a “revolução”, Vargas iniciou o governo provisório apoiado pela burguesia industrial, pelos setores médios e pela maioria dos tenentes – à exceção de Luís Carlos Prestes, o qual, no exílio, optara claramente pelo comunismo – que tinham encabeçado, na década de 1920, as acima referidas revoltas contra a oligarquia.

Uma tentativa contrarrevolucionária – a chamada Revolução Constitucionalista – partiu de São Paulo, em 1932, como resultado dos descontentamentos da oligarquia cafeeira com os novos rumos político-econômicos varguistas e pelo temor das classes médias e da burguesia com as agitações populares, além da frustração com a nomeação de um interventor pernambucano para o Estado de São Paulo. A crise política foi ainda mais agravada pelos constantes conflitos entre a Ação Integralista Brasileira, grupo defensor do nacionalismo exacerbado de cunho fascista, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), grupo que congregava as forças esquerdistas, fundado em 1934, e que, no ano seguinte, fora considerado ilegal pelo governo por promover “atividades subversivas”.

Derrotados militarmente por tropas federais após três meses de conflito, os paulistas, no entanto, se consideraram politicamente vitoriosos, uma vez que, terminada a revolta, o presidente Vargas garantiu a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a qual ficaria encarregada de elaborar a nova Constituição. Promulgada em 1934, a nova Constituição Federal teve como alguns dos principais pontos a garantia do voto secreto, o reconhecimento de direitos trabalhistas e o nacionalismo econômico. (COTRIM, 1999). Após sua promulgação, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte, iniciando o seu mandato constitucional.

Nesse período, mesmo na clandestinidade, a Aliança Nacional Libertadora programou, em novembro de 1935, uma revolução de cunho militar e popular – a chamada Intentona Comunista; mas, o movimento ficou restrito às unidades militares do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, que logo foram derrotadas, ensejando um pretexto para o enrijecimento do regime por parte de Vargas. Assim, auxiliado pelos integralistas, Vargas noticiou um plano, forjado e falacioso – o Plano Cohen –, que seria, em tese, um movimento

comunista contra o regime democrático; dessa forma, ante esse contexto político interno, Getúlio iniciou a ditadura em 1937, no chamado Estado Novo, segundo um regime de caráter antidemocrático, populista e de nacionalismo conservador. Esse regime perdurou até 1945, quando o presidente foi afastado do poder.

Assim, em síntese, o período getulista pode ser dividido em três grandes fases: o governo provisório (1930-1934); o governo constitucional (1934-1937); e o Estado Novo, de governo ditatorial (1937-1945). Em linhas gerais, durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil sofreu grandes transformações: a sociedade urbana cresceu em relação à sociedade agrária; a indústria recrudescceu a sua importância no âmbito da economia nacional; a burguesia empresarial das cidades aumentou o seu poder ante as tradicionais oligarquias agrárias; e a classe média e o operariado conquistaram relativo espaço, antes inexistente, na vida política do país. (COTRIM, 1999).

Esta pesquisa não objetiva realizar o escrutínio do contexto histórico varguista, e suas implicações para as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais – até mesmo porque tal tarefa é complexa e significativamente densa. De qualquer modo, pode-se aventar que a ditadura de Vargas foi um exemplo emblemático da diretriz autoritária da formação territorial brasileira, uma vez que levou a cabo, de modo integral, a máxima da *tutela do povo em prol da integridade do território*. Segundo Moraes (2008), nesse contexto já havia se estabelecido uma transformação da *episteme* no pensamento social brasileiro, assentando um novo padrão interpretativo para o país, calcado em uma postura cientificista que se hegemonizara e que, ao integrar as velhas instituições do saber aos novos ideais de ciência, passara a veicular fortemente o ideal da *modernidade*. Assim, a *modernização* assume o papel aglutinador das elites, outrora ocupado pelo ideal de *civilização*.

Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno. E o primeiro governo Vargas, notadamente no período do Estado Novo, opera a adequação do aparato estatal para realizar tal tarefa, com a criação de órgãos, programas e normas dedicados à execução de políticas territoriais. (MORAES, 2008, p.96-7).

Nesse contexto, dois elementos de grande destaque dentre as *ideologias geográficas* do Estado Novo foram a *mitologização da hinterlândia* e a emergência da *temática regional* como aporte central na tarefa de interpretar o Brasil. O primeiro elemento foi responsável pela paradoxal valorização positiva dada ao interior do país (os *sertões*), matriz da brasilidade e

espaço que manteria resguardado o legítimo caráter nacional brasileiro, mas que só poderia ser levado a cabo e efetivado por meio de uma segunda *conquista* do território pátrio a partir da chamada “Marcha para o Oeste”, agora calcada no ideal da modernização (MORAES, 2008). Essa conquista deveria partir dos centros hegemônicos do país (o *Litoral*).

Quanto ao *regionalismo*, a Era Vargas foi responsável pela primeira divisão regional nacional, constituindo-se em uma subdivisão definida pelo governo central, mediando as escalas governamentais da esfera estatal-nacional e da esfera local (o Município). Destarte, o governo buscava reagir à tendência centrífuga representada pela estrutura do pacto federativo da República Velha, de modo que a legitimidade da brasilidade passou a ser definida a partir do somatório das culturas regionais; essa tática governista estimulou “um surto de construção de identidade e de criação de tradições em diferentes partes do território nacional, como estratégia mesma de alocação das elites locais no projeto de construção do Brasil moderno.” (MORAES, 2008).

Consoante Souza (1997), a “Marcha para o Oeste” vai se configurar como um projeto de união “civilizadora” e nacionalizante para o Brasil, promessa de uma nova organização nacional e emblema da transformação do interior do país, acompanhada de diagnósticos e prognósticos acerca dos modelos adequados de engrandecimento do espaço-nação. Em suma, as obras que versam sobre a marcha ocidental, numa “cruzada modernizadora”, perpetuam uma tradição existente no pensamento social brasileiro: a busca pelo real caráter nacional, sob os propósitos de identificação da legítima brasilidade e da construção de um país integrado e harmonizado em suas diversidades físicas e humanas, em grande medida identificadas genericamente sob as partições universais do *Litoral* e do *Sertão*⁸⁵.

Tais obras adquiriram um novo estatuto na época varguista, sobretudo no Estado Novo, quando o Estado e os intelectuais reconheceram-se mutuamente como parceiros, estabelecendo concordâncias quanto aos objetivos do engrandecimento pátrio – o que, é preciso enfatizar, não indica obrigatoriamente uma proximidade concreta dos intelectuais com o aparelho estatal, sendo possível antever discordâncias político-ideológicas entre o modo de condução dos projetos nacionais e o modelo almejado. De qualquer modo, a relação entre *intelligentsia* e Estado vai se tornar pronunciada pelo fato da classe intelectual encontrar no

⁸⁵ A interpretação do Brasil em pares dicotômicos e antitéticos remonta aos primórdios do pensamento social brasileiro, tendo se transformado em uma base interpretativa quase obrigatória no âmbito da sociografia – como foi sucintamente demonstrado no Capítulo 2. Uma das primeiras tentativas de leitura social do Brasil foi a saga de Jacques Lambert, *Os Dois Brasis* (1957), o qual focalizava o país por meio de suas contradições *riqueza/pobreza, modernidade/arcaísmo, urbanidade/deserto* etc. – enfim, *Litoral/Sertão*.

Estado varguista uma instituição forte e comprometida com os seus projetos, configurando-se, por outro lado, como um agente central das mudanças:

O diferencial notável está no fato de que o Estado consta como personagem da sociografia. Se externamente aparece como ouvinte receptivo às orientações dos escritores respeitados, no interior do texto é dado como agente vital no arranjo do programa de transformação do país. Está legível a centralidade da ação estatal no ordenamento narrativo em que se distribuem os papéis na construção da nação. Depositam-se todas as expectativas de mudança na intervenção do poder público. (SOUZA, 1997, p.113).

A esse respeito, Lahuerta (1997) vai afirmar que o impulso questionador da ordem, vivenciado ao longo da década de 1920 – o qual denotava uma perspectiva missionária já presente no seio da intelectualidade brasileira desde os anos iniciais da Primeira República⁸⁶ – e realizado sob uma visão genericamente modernista, vai se desdobrar, durante a Era Vargas, em uma politização da produção cultural sem precedentes da história do país, fazendo emergir uma identidade intelectual alicerçada nas tentativas de construção do tripé nação-povo-moderno, antevendo no Estado o desaguadouro natural de todas as suas inquietações. Durante a década de 1930, as questões culturais são, portanto, politizadas de modo a incluir a temática da modernização ao escopo maior de edificação de um projeto nacional, gerando uma primazia das demandas da organização nacional, princípio norteador das interpretações e prognósticos acerca da dinâmica da sociedade e de seus conflitos.

Ante uma polarização ideológica crescente durante a década de 1930, até mesmo o núcleo principal dos modernistas paulistas – em que pesam figuras como Mário de Andrade e Sérgio Milliet, por exemplo –, que se colocaram à esquerda e na oposição, invocaram, de modo implícito, a presença de um Estado centralizador, realizador dos interesses coletivos; desse modo, o Estado varguista – inclusive o autoritário Estado Novo – foi amplamente aceito no seio da intelectualidade nacional, pois era tido como o pilar dos anseios de modernização e restauração das bases de nossa genuína nacionalidade, levando ao extremo a ideologia organicista e antiliberal radicalizada nos anos 20. Assim, para Lahuerta (1997), o resgate de Alberto Torres pela geração de Oliveira Vianna vai amalgamar os intelectuais – tanto à esquerda quanto à direita – em torno do consenso de unificação do país, radicalizando a crença na exclusividade do Estado enquanto agente da construção da nação e modernização da sociedade, sobrepondo-se a particularismos, clientelismos e ao caráter “clânico” social. O Estado personifica, pois, o agente primaz das mudanças, assumindo o protagonismo do cenário político a partir da década de 1930:

⁸⁶ A esse respeito, ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Portanto, se a “revolução” aprofunda a exigência de renovação, o Estado Corporativo, que se quer *Novo*, reconhece a necessidade de mudança e de modernização, mas procura domesticar esse impulso transformador, trazer para si essa exigência. É em nome da ordem e até da tradição, e sempre pleiteando o primado do público sobre o privado, que o Estado Novo, realizando expectativas difusas da sociedade civil, se assume como arauto da modernidade e realizador dos ideais dos anos 20. (LAHUERTA, 1997, p.101, grifo do autor).

O movimento de 1930 vai, ainda segundo Lahuerta (1997), inaugurar um processo de “revolução-passiva” ou “revolução-restauração”, de modo que o núcleo articulador e comandante do Estado, sobretudo no período do Estado Novo, passara a exercer uma função de classe dirigente ao impulsionar decisivamente o Estado nacional em torno da transformação da sociedade oligárquica, ruralista e pulverizada regional e setorialmente para uma sociedade urbana, nacional e centralmente orientada. Por conseguinte, o Estado Novo se configurou como o coroamento do ideal de modernização e unificação político-cultural do Brasil, temática nacional retomada radicalmente ao longo dos anos 1920 e simbolicamente revigorada em 1922. Assumindo as prerrogativas funcionais de partido de governo, o Estado Novo, a despeito de seu caráter repressivo, “oferecia à massa dos intelectuais um horizonte para a satisfação de suas exigências gerais, inclusive as éticas, acolhendo-os e procurando dar sentido à sua atividade, engajando-os na construção de um Estado ético, modernizador, que se pretendia a própria encarnação da nação.” (LAHUERTA, 1997, p.105-6).

Embebida de um modernismo genérico, grande parte da intelectualidade aceitou a direção e o caminho estatistas enquanto horizontes efetivos ou simbólicos da construção do país, sequiosos pela sintonia do Brasil com o plano das nações mais desenvolvidas no cenário internacional. O período do governo Vargas foi, pois, um momento histórico que amalgamou os projetos intelectuais aos planejamentos do Estado, configurando uma classe intelectual que, por excelência, assumiu o estatuto de *intelligentsia*. Muitos dos “homens cultos” assumiram cargos na esfera pública, adquirindo a prerrogativa de buscar conciliar seus planos com os projetos a serem efetivados pelo Estado.

Em seu estudo sobre as relações entre os intelectuais e a classe dirigente brasileira, Miceli (1979) se preocupou com o contexto e com as estratégias impetradas pelos intelectuais para a ocupação de cargos nos setores públicos e privados, no período entre 1920 e 1945. No âmbito da pesquisa, sobressaíram-se, para o período em questão, alternativas para a atividade intelectual: o mercado de trabalho encontrava-se em franca expansão, destacando-se as organizações partidárias e as frentes de mobilização político-ideológicas, para além das organizações institucionais culturais, tutoradas pelo grupo dirigente paulista; o mercado nacional do livro estava florescendo, incrementado por funcionários, profissionais liberais,

professores e empregados do setor privado, classes em expansão em função dos processos de industrialização e urbanização; por fim, o serviço público também se abriu como alternativa, cedendo muitos cargos a renomados intelectuais, artistas e escritores.

No período entre a Semana de Arte Moderna (1922) e a criação da Universidade de São Paulo (1934), a burguesia esteve à frente dos projetos de reforma dos empreendimentos da esfera educacional e cultural, sem tornar necessárias profundas modificações na estrutura e engenharia política, no sentido de não ceder maiores poderes representativos à classe operária e ao crescente setor médio urbano. Dessa forma, os intelectuais dependiam do financiamento e do patrocínio dos “mecenias privados”, membros da elite paulistana, e interessados na produção artístico-cultural de vanguarda, uma vez que o desejo era a sintonia, também ela cultural, aos padrões europeus. Liberados da imperiosa necessidade, outrora castradora, de sucesso comercial, os artistas puderam exercer uma “liberdade criativa” mais pronunciada, atrelando, pois, os movimentos de renovação literária, das artes plásticas e da arquitetura aos projetos de reformas do sistema oligárquico. (MICELI, 1979).

Todavia, os projetos modernistas achincalhavam os arquétipos estéticos parnasianos e do beltrismo, em grande medida calcados em uma visão de mundo de caráter burguês, pois apregoavam o racionalismo e a perfeição formal, além do universalismo, da objetividade temática, da impassibilidade e da impessoalidade. (DE NICOLA, 1998). Dessa forma, o que se sucedeu foi a geração de um impasse para a burguesia, criado pela concomitância do mecenato à forma modernista e o desconforto causado pelos conteúdos das obras artísticas. Como consequência, sucedeu-se um recuo da elite paulista aos incentivos pró-modernismo, favorecendo o engajamento de alguns intelectuais, sobretudo aqueles de classe média alta, no movimento integralista e/ou na reação católica, sequiosos para assumir o controle do Estado e ditar os rumos doutrinários do governo, aproveitando-se do prestígio que detinham junto a setores sociais que ingressavam na vida política nacional.

Ao contrário do início do século XX, quando a atividade intelectual do escritor era rebatida pela imperiosa necessidade de sobrevivência, o que impunha, entre outros fatores – como a grande taxa de analfabetismo da população –, uma “inanição” ao desenvolvimento e profissionalização dos literatos, as décadas de 1930 e 1940 permitiram a expansão do setor editorial no Brasil: a literatura ficcional, de amplo consumo nas camadas urbanas florescentes, permitiu a profissionalização literária, de modo que as obras brasileiras, cujas produções passaram a ser estimuladas pelos editores, ensejaram uma concorrência com a tradução das obras importadas; destarte, a produção de livros no Brasil foi assegurada pela fundação de

editoras comerciais, pelo aumento da rentabilidade gerada aos literatos ficcionistas e pela produção literária amplamente voltada ao mercado interno.

Ainda que sujeitos às repressões e à censura impetrada pelo Estado Novo, e mesmo usando os modelos analíticos norte-americanos, os romancistas empenharam-se em uma abordagem realistas das transformações amplas da sociedade nacional à época, buscando tecer um retrato do país – reconhecendo-se, obviamente, a liberdade artística de criação e as visões de mundo partilhadas pelos literatos, considerados em suas posições sujeitudoais específicas –, como desejado pelo público-leitor.

O Estado Novo foi singularmente marcado pela armação de um significativo aspecto ideológico, articulando a necessidade de *consenso* ao lado do notório caráter coercitivo. Nesse sentido, Velloso (1983), pautando-se em Carone (1977)⁸⁷, coloca que:

Pode-se mesmo afirmar que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar e nem recorreu a aparatos ideológicos tão sofisticados. É neste período [do Estado Novo] que se elabora efetivamente a montagem de uma propaganda sistemática do governo, destinada a difundir e popularizar a ideologia do regime junto às diferentes camadas sociais. Para dar conta de tal empreendimento é criado um eficiente aparato cultural, diretamente subordinado ao executivo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) viria materializar toda a prática propagandista do governo, abarcando os seguintes setores: divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa. Criada em dezembro de 1939 e tendo à sua direção Lourival Fontes, a entidade estava incumbida de centralizar, coordenar e promover a superintendência da propaganda interna e externa, sistematizando as informações para os ministérios e entidades públicas e privadas. Os órgãos filiados nos vários Estados (DEIPS) estavam subordinados ao do Rio de Janeiro. (VELLOSO, 1983, p.5-6).

Dessa forma, a estrutura centralizada da máquina de propaganda do governo Vargas permitiu ao Estado um eficiente controle da informação, assegurando um domínio da vida cultural nacional: a imprensa, subordinada ao poder público, exercia a censura e a propaganda do regime, assumindo uma função pública de mediação entre o povo e o governo, na medida em que interpretava para o Estado o sentimento do povo e, por outro lado, esclarecia a população sobre os pensamentos e ações governamentais. A imprensa estabeleceu-se, pois, como uma esfera empenhada na consulta popular em suas “legítimas aspirações”, tornando autênticas as intervenções estatais em todos os domínios da sociedade civil; nessa ordem, os intelectuais deveriam desempenhar um papel fundamental, unificando Estado e Nação, uma vez que eram encarados como os intérpretes por excelência da vida social, tradutores da “alma do povo” a partir de suas diversas manifestações culturais. (VELLOSO, 1983).

A respeito também da máquina de propaganda governamental no período do Estado Novo de Vargas, Ribeiro (1985) coloca que o principal veículo de propaganda usado pelo

⁸⁷ CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. São Paulo: DIFEL, 1977. P.152-172.

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão da presidência destinado ao culto à personalidade de Vargas – era a *Rádio Nacional*, a qual adquirira grande audiência a partir da contratação de importantes artistas da época; outros veículos fundamentais eram os jornais *A Manhã* e *A Noite*, do Rio de Janeiro, e *A Noite* e *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, porta-vozes do governo getulista e integrados nas Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Ademais, a força de convencimento era reforçada pela colaboração ideológica de egrégios intelectuais – como, dentre outros, Almir de Andrade, Múcio Leão, Cassiano Ricardo⁸⁸ e Orígenes Lessa – ou de grandes compositores da música popular – como Lamartine Babo, Ari Barroso, Almirante e Oduvaldo Viana –, além de recrutar para o seu aparato político o sistema escolar, por meio da revisão dos programas escolares – para a qual concorreu, inclusive, a edição de livros didáticos, verdadeiros manuais propagandistas do regime e de culto à personalidade de Getúlio Vargas –, da obrigatoriedade do ensino cívico, dos desportos, do canto coral e dos desfiles majestosos.

Ainda de acordo com Miceli (1979), o encontro entre a classe política dirigente e os intelectuais se efetivou em prol da legitimação das diferenças sociais, ocorrida no sistema de ensino e na indústria cultural *lato sensu*: os intelectuais, a partir do poder simbólico emanado da posse de títulos, diplomas e postos em cargos políticos, e no interior das instituições – cooptados pelos grupos hegemônicos –, passaram a veicular diuturnamente discursos que expressavam as diferenças sociais enquanto diferenças biológicas, escolares e/ou culturais.

Faz-se necessário, pois, destacar o papel da *cooptação*, ao considerar que, como indica Candido (1989), a *intelligentsia* assumiu, no Brasil, uma nítida expectativa opositora – “Uma das conseqüências foi o conceito de intelectual e artista como opositor, ou seja, que seu lugar é no lado oposto da ordem estabelecida” (CANDIDO, 1989, p.125) – criando, assim, uma relação paradoxal: ao mesmo tempo em que se opunham “por natureza”, os intelectuais (entre eles, os literatos) foram cooptados, sobretudo a partir da década de 1930, pelo Estado, atendendo aos desígnios governistas de (re)organizar as atividades e atuações da esfera pública, bem como suprir as exigências crescentes de racionalização burocrática. No entanto, tal cooptação não significa, necessariamente, submissão ideológica – embora, seja possível pensar, para o caso de alguns intelectuais-políticos, tal relação –, mas somente uma brecha

⁸⁸ O trabalho de Velloso (1983) vai reportar-se à trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (1895-1974), sendo este um dos principais intelectuais da dimensão cultural do Estado Novo, ocupando, por isso, lugares privilegiados nos aparelhos ideológicos do regime getulista e configurando-se como um sustentáculo das bases doutrinárias do Estado autoritário varguista.

percebida e aproveitada, de modo oportuno, pelos intelectuais para, ao usarem o poderio emanado do aparato estatal, fazer valer as suas propostas de Brasil⁸⁹.

De todo modo, o que as reflexões acima sugerem é que o período histórico em questão experimentou um estreito relacionamento entre o poder político estatal e a intelectualidade. No contexto desse amálgama, pode-se sugerir que os regionalismos políticos da era varguista foram alimentados e alimentaram um caráter regionalista também na seara artística: por isso, o período foi fortemente marcado pelos romances regionalistas, emblemas da *literatura maior* (isto é, das obras e autores canonizados pela crítica literária) no período da Segunda Geração Modernista, a qual recebeu como herança todas as conquistas da Geração de 1922.

Evidentemente, cada literato (e artista, de modo geral) possui idiossincrasias em suas formas de composição e expressão – derivadas, inclusive, de suas biografias particulares –, conferindo-lhes identidades singulares irredutíveis. No entanto, no esforço empreendido de entendimento do conjunto das obras artísticas, historicizadas a partir de contextos específicos, torna-se imprescindível operar algumas generalizações: sob esse aspecto, o termo “geração” torna-se um referencial histórico, indicativo mais de uma *tendência* ou um *zeitgeist* do que propriamente uma *obrigatoriedade* do “fazer literatura” em uma época específica. Desse modo, uma individualidade artística pode “fugir à regra” de um modelo ou arquétipo cultural e estético de seu tempo, tornando problemática a questão da geração; todavia, esta não é anulada pelas exceções, pois se pauta na disposição espiritual hegemônica que, no caso da Segunda Geração Modernista (1930-1945), estava empenhada no desvendamento dos traços e especificidades regionais – em seus pontos positivos e negativos – do território nacional. Ademais, ressalta-se que os mesmos escritores regionalistas em foco assumiram outros vieses

⁸⁹ Sobre esse aspecto, Vinaud (2011), em nota, coloca que Antônio Candido, ao prefaciar a obra de Sérgio Miceli (1979), faz ressalvas às avaliações do sociólogo fluminense, considerando que Miceli faltou com uma distinção importante, categórica, entre os intelectuais que “servem” e os que “se vendem”. Como exemplificação do primeiro caso, Candido cita o exemplo do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, o qual apenas “serviu” o Estado Novo como funcionário, não tendo, de fato, alienado a sua autonomia ideológica, nem, tampouco, a sua dignidade. O próprio Candido (1989) cita Cândido Portinari, o qual pintara os murais do Ministério da Educação, atendendo uma encomenda feita pelo governo autoritário de Vargas: apesar de servir ao Estado Novo, o pintor elaborou murais de negação ao regime opressor e ditatorial, enaltecendo o papel produtivo do trabalhador e do negro (e não as figuras tradicionais do patrão e do homem branco), inovando nas técnicas e contrariando o padrão estabelecido pelo grupo hegemônico. A esse respeito, Lahuerta (1997) vai negar que a aceitação ampla da institucionalização corporativa implantada com o Estado Novo seja sinal inequívoco de uma cooptação da classe intelectual brasileira: “não se trata de cooptação, mas de constituição de um novo bloco de poder com uma simultânea perspectiva autoritária e modernizadora, que busca consenso entra a intelectualidade chamando-a para participar do processo, realizando a fusão de modernidade e projeto nacional.” (LAHUERTA, 1997, p.106). Para este autor, mesmo os intelectuais que não se entregaram “de corpo e alma” ao Estado Novo alimentaram a crença de que o “atraso” da nação estava, bem ou mal, sendo sanado pela imposição de uma ditadura que “acertava o passo” do Brasil no âmbito das exigências do progresso: “Ainda que por linhas tortas, caminhávamos para o moderno.” (LAHUERTA, 1997, p.110).

temáticos, sob outros contextos, como o caso de Jorge Amado, o qual ficara famoso nacional e internacionalmente por seus romances de costume.

A *fase heroica* do modernismo brasileiro – isto é, o período compreendido entre 1922 e 1930, em que o modernismo se mostrou mais radical – foi marcada pela necessidade de rompimento com todas as estruturas pretéritas, emprestando ao movimento um forte caráter “anárquico” e um amplo sentido destruidor. A busca dos traços modernos, da originalidade e da polêmica conviveram com o anseio pela definição nacionalista, a qual ensejou uma volta às origens, a pesquisa de fontes quinhentistas, o resgate de uma legítima “língua brasileira” (pautada na linguagem oral popular cotidiana), as paródias – cunhadas sob os propósitos de reinterpretação da história e da literatura brasileiras – e a valorização da etnia indígena em seus traços reais, e não mitificados, como nas prosas românticas. (DE NICOLA, 1998). Sob a bandeira nacionalista, o período caracteriza-se pela efervescência de manifestos e revistas modernistas⁹⁰: é o tempo do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* e do *Manifesto Antropófago*, ambos da orientação nacionalista comandada por Oswald de Andrade, e do *Manifesto Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta*, precursor do nacionalismo fascista encabeçado por Plínio Salgado.

Uma das marcas mais agudas do período foi, portanto, as disputas ideológicas acerca da postura nacionalista: por um lado, apresentou-se o *nacionalismo crítico*, politicamente identificado com as correntes esquerdistas, consciente e de denúncia da realidade nacional; por outro, emergiu o *nacionalismo ufanista*, politicamente identificado com a extrema direita,

⁹⁰ De Nicola (1998) resgata as principais revistas e manifestos do Primeiro Momento Modernista (1922-1930), destacando: a revista *Klaxon – Mensário de Arte Moderna*, primeiro periódico modernista, publicado entre 1922 e 1923, e inovador nos aspectos formais, estéticos, gráficos e de conteúdo, anunciando a modernidade literária; o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, escrito por Oswald de Andrade e originalmente publicado no jornal *Correio da Manhã* (18/03/1924), veiculador de uma proposta literária vinculada estritamente à realidade brasileira, sob os signos da “redescoberta” do Brasil; *A Revista*, publicação do movimento modernista em Minas Gerais que circulou entre junho de 1925 e janeiro de 1926, contando com Carlos Drummond de Andrade como um de seus redatores; o *grupo do Verde-Amarelismo*, criado em 1926 e formado por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo, propositores de um nacionalismo primitivista, ufanista, simbolizado pelo tupi e pela anta, e identificado com o fascismo, evoluindo, na década de 1930, para o Integralismo de Plínio Salgado. Para a identificação de seus ideais, este grupo publicara, no *Correio Paulistano* (17/05/1929), o seu manifesto, intitulado *Nhengaçu Verde-Amarelo – Manifesto do Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta*. São ainda expressões do período: (i) o *Manifesto Regionalista de 1926*, lançado pelo Centro Regionalista do Nordeste, sediado em Recife e interessado no desenvolvimento do sentimento de unidade nordestina dentro dos valores modernistas, trabalhando para o atendimento dos interesses regionais no âmbito econômico, cultural e social. Esse centro foi a base para que, a partir da década de 1930, o regionalismo nordestino produzisse importantes obras literárias, destacando-se os literatos Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Jorge Amado (estes, em foco nesta pesquisa) e José Américo de Almeida, no romance, e João Cabral de Melo Neto, na poesia; (ii) a *Revista de Antropofagia*, a qual teve duas fases, sendo que a primeira, sob o comando de Raul Bopp, foi marcada pela miscelânea ideológica do período modernista, e a segunda, chefiada por Geraldo Ferraz, foi mais bem definida ideologicamente como uma renovação do nacionalismo Pau-Brasil; (iii) outras revistas, como a *Revista Verde de Cataguazes*, em Minas Gerais, as revistas *Estética* e *Festa*, no Rio de Janeiro, e a revista *Terra Roxa e Outras Terras*, em São Paulo.

utópico e exagerado. Assim, ao final da década de 1920, projetou-se a tensão político-ideológica que iria assinalar o contexto sociocultural e político brasileiro na Era Vargas. Na Primeira Geração Modernista, esse embate ficou exposto nas disputas do Verde-Amarelismo com os nacionalistas do Pau-Brasil e dos Antropófagos: o grupo dos verde-amarelos criticava o “nacionalismo afrancesado” de Oswald de Andrade, contrapondo a ele um nacionalismo exacerbado e ufanista; o contra-ataque de Oswald de Andrade apareceu no artigo *Antologia*, publicado no *Jornal do Comércio* (24/02/1927) e, em 1928, com o *Manifesto Antropofágico*. Este marcou a primeira edição da *Revista de Antropofagia*, fase em que predominou a polissemia ideológica do veículo, refletindo a heterogeneidade do movimento modernista ao incluir desde artigos do próprio Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Drummond e Mário de Andrade até artigos de representantes da Escola da Anta, como Plínio Salgado e Guilherme de Almeida. A segunda fase da revista, assinalada por uma maior ortodoxia ideológica, ensejou uma ruptura entre Oswald e Mário de Andrade, de modo que continuavam partidários das ideias antropófagas Oswald, Raul Bopp, Geraldo Ferraz, Oswaldo Costa, Tarsila do Amaral e Patrícia Galvão (a Pagu); os alvos de duras críticas eram Mário de Andrade, Graça Aranha, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia e Plínio Salgado.

Todo esse contexto de definições e de embates político-ideológicos em torno das causas nacionalistas e dos paradigmas renovadores modernistas desembocou na *Segunda Geração Modernista* (1930-1945), fase de grande riqueza poética, tanto em termos de poesia quanto de prosa romanesca. De modo geral, essa geração representa um amadurecimento e aprofundamento da ‘fase heroica’, dirimindo a sanha “anárquica” e destruidora em prol de uma construção e consolidação de um novo fazer literário, calcado no vigoroso questionamento da realidade e, sobretudo, nos questionamentos dos intelectuais acerca de si mesmos enquanto indivíduos e artistas, promovendo profundas reflexões sobre as interpretações do *estar-no-mundo*. O corolário fundamental foi o aparecimento de uma literatura construtiva e politizada, além de, em obras extremamente reflexivas e psicológicas, o desenvolvimento de um caráter mais espiritualista e intimista.

Com a substituição das atitudes de rebeldia, transgressão e combate ao academicismo, amadureceu-se, neste novo momento, a mentalidade literária, aprofundando as relações entre o *eu* e o *mundo* e construindo uma literatura mais adulta e consciente de si e do seu papel social. Nesse contexto de superação da fase antecedente, o romancista e conferencista José Lins do Rego criticou, em seu artigo *Espécie de história literária*⁹¹, a história literária

⁹¹ Este artigo foi publicado na revista *Lanterna Verde*, do Rio de Janeiro, em abril de 1938, e reproduzido no livro de crônicas *Gordos e Magros* (1942) e na obra póstuma *Dias idos e vividos – Antologia* (1981).

desenvolvida pelo escritor paulista Sérgio Milliet, o qual teria exagerado, sob um olhar retrospectivo, a importância advinda da Semana de Arte Moderna:

Para ele, tudo o que há nas letras do Brasil de hoje procede de uma chamada “Semana de Arte Moderna”, que meia dúzia de rapazes inteligentes e lidos em francês realizou em São Paulo, com todos os tiques e toda a *mise-en-scène* com que Marinetti se exibira em palcos italianos, há quinze anos atrás.

Para nós, do Recife, essa “Semana de Arte Moderna” não existiu, simplesmente porque, chegando da Europa, Gilberto Freyre nos advertia da fraqueza e do posição do movimento. Eu mesmo, num jornal político que dirigia com Osório Borba, me pus no lado oposto, não para ficar com Coelho Neto e Laudelino Freire, mas por verificar na agitação modernista uma velharia, um desfrute que o gênio de Oswald de Andrade inventara para divertir os seus ócios de milionário.

[...] Vem agora o Sr. Sérgio Milliet e reivindica para a tal “Semana” tudo que em literatura se tem feito no Brasil, de 1922 para cá. O crítico se esquece que desde 1923 Gilberto Freyre começou a existir, e que desde esse tempo o eixo literário Recife apareceu independente do Rio e São Paulo e até um tanto hostil. (REGO, 1981, p.97).

A figura do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) foi o centro gravitacional em torno do qual o grupo de intelectuais nordestinos, centrados em Recife, marcou a sua posição distinta em relação ao centro político-econômico hegemônico nacional (notadamente Rio de Janeiro e São Paulo). Freyre, autor da emblemática obra *Casa-grande e senzala* (1933), expõe a tese do Brasil como resultado de um “lusotropicalismo”, de modo que as bases de nossa formação cultural assentam-se no amálgama entre a tradição ibérica lusitana, nos legada a partir do colonizador, e na mestiçagem racial (negros, índios e brancos), dando origem a uma relativa, e polêmica, *democracia racial*. Com base em suas argumentações inovadoras e revolucionárias à época, este sociólogo e escritor conseguiu agregar em torno de si um forte grupo de intelectuais nordestinos, se tornando um dos organizadores, em 1926, do *I Congresso Brasileiro de Regionalismo*, evento que influenciou todo um grupo de escritores, reunidos em torno do *Manifesto Regionalista de 1926*, conforme mencionado acima (vide nota de rodapé 90). (INFANTE, 2001).

Dessa forma, José Lins do Rego apresenta certo orgulho de relativizar a importância do movimento modernista de 1922, marcando uma posição mais autônoma da renovação literária nordestina:

O movimento literário que se irradia do Nordeste muito pouco teria que ver com o Modernismo do Sul. Nem mesmo em relação à língua. A língua de Mário de Andrade em *Macunaíma* nos pareceu tão arrevesada quanto a dos sonetos de Alberto de Oliveira. A língua que Mário de Andrade quis introduzir com o seu livro é uma língua de fabricação; mais um arranjo de filólogo erudito do que um instrumento de comunicação oral ou escrito. O livro de Mário de Andrade só foi bem entendido por estetas, por eruditos, e o seu herói é tão pouco humano e tão artificial quanto o boníssimo Peri, de Alencar. A diferença é que em vez de Chateaubriand, Mário de Andrade procurou a erudição alemã para fabricar o seu herói sem nenhum caráter. *Macunaíma* é um Peri que se serviu da ruindade natural, em vez da bondade natural. Esse livro de Mário de Andrade é um repositório de folclore. O livro mais cerebral que se escreveu entre nós. Se não fosse o autor um grande poeta, seria o *Macunaíma*

uma coisa morta, folha seca, mais um fichário de erudição folclórica do que um romance. (REGO, 1981, p.97-8, grifos do autor).

Ao atacar Mário de Andrade – a partir da sua consagrada obra *Macunaíma* –, um dos baluartes da *fase heroica*, José Lins do Rego contestava o papel e o valor determinante da Semana de Arte Moderna no que se refere à renovação da arte brasileira, uma vez que considerava tal evento modernista um espetáculo anacrônico e zombeteiro, efetivamente descompromissado com uma renovação linguística e estética, pois a obra de Andrade era fruto de uma erudição ímpar, que afastava a pretensão de contato do grande público-leitor com o universo artístico. Longe de se alinhar ao academicismo de Coelho Neto e Laudelino Freire, o literato nordestino representava uma rixa ou incompatibilidade apenas aparente entre os modernistas paulistas e recifenses, pois, ainda que o romance nordestino da década de 1930 pudesse ter surgido independentemente do movimento modernista de 1922, a campanha antiacadêmica da Semana permitiu que muitos dos ficcionistas surgidos posteriormente pudessem ser mais facilmente aceitos pelo público-leitor. Ademais, há certa continuidade dos propósitos modernistas nas duas vertentes: há tanto um esforço para a *sintonia* da literatura brasileira às produções das Vanguardas Europeias quanto uma *redescoberta* do Brasil, transformando a realidade nacional em temática privilegiada, abordada de maneira crítica e problematizadora. (INFANTE, 2001).

O que se estabeleceu foi, de fato, um novo contexto, reflexo das conjunturas nacionais e internacionais da crise do capitalismo e da Era Vargas, ensejando posturas ideológicas e políticas mais definidas e engajadas. No âmbito dessa composição histórica, propiciou-se o desenvolvimento dos romances de denúncia social, documentários da realidade nacional, em que as relações *eu/mundo* atingem um grande grau de tensão, percebendo-se a fragilidade do “eu” perante a dimensão gigantesca do “mundo”.

Esse caráter da denúncia social tornava imprescindível o contato do escritor com o seu povo, configurando-se como uma das principais características do romance brasileiro; esse contato é destacado na conferência *Tendências do Romance Brasileiro*⁹², de José Lins do Rego, pronunciada em 1943:

Nós, no Brasil, queremos, acima de tudo, nos encontrar com o povo, que andava perdido. E podemos dizer que encontramos este povo fabuloso, espalhado nos mais distantes recantos de nossa terra. O romance de nossos dias está todo batido nesta massa, está todo composto com a carne e o sangue de nossa gente. O mestre Manuel Antônio de Almeida, em 1850, nos dera o roteiro. O segredo era chegar até o povo. Ele tinha todo o ouro, toda a alma, todo o sangue para nos dar a verdadeira grandeza. Sem ele não haveria eternidade. Sem o povo não haveria eternidade. O nosso

⁹² Publicada no livro *Conferências no Prata: Tendências do Romance Brasileiro* – Raul Pompéia e Machado de Assis (1946).

romance tem um século. Justamente em 1843 publicava-se no Brasil o primeiro romance. Levamos uns anos para chegar ao povo. Hoje, podemos dizer, já podemos afirmar: o povo é em nossos dias herói de nossos livros. Isto equivale a dizer que temos uma literatura. (REGO, 1946, p.46⁹³ *apud* DE NICOLA, 1998, p.352).

A busca pelo homem brasileiro “escondido” nos recônditos do território renovou a tradição do regionalismo literário, dando a este caráter regionalista uma importância sem precedentes na história da Literatura brasileira. Esse foi o mote básico da prosa da Segunda Geração Modernista: os *Romances Regionalistas de Geração de 1930*, que levaram ao extremo as relações entre os personagens e seu meio natural e social, engendrando tramas que perpassavam, sobretudo, na atual Região Nordeste. Assim, destacaram-se os literatos nordestinos – como, os aqui enfocados, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado –, os quais vivenciaram as agudas transformações regionais, que deixaram marcas indeléveis na sociedade, na política e na cultura: à época, a região passara de um arquétipo “medieval”, centrado no poder adquirido substancialmente pela posse da terra, para um modelo capitalizado e “imperialista”, em que se operou e efetivou a hegemonia sociopolítica advinda do capital.

Nessa linha de transformações regionais, Jorge Amado romantiza, em seu “ciclo do cacau”, a conquista das terras do sul da Bahia pelos coronéis “feudais” e, posteriormente, a passagem de sua posse para os ávidos exportadores; José Lins do Rego, por sua vez, em seu “ciclo da cana-de-açúcar”, romantiza a decadência dos banguês e engenhos em decorrência da concorrência imposta pelas usinas modernas. São ainda temáticas típicas desse *regionalismo nordestino*: o cangaço; as constantes e desumanas secas, elementos agudos de acirramento das desigualdades sociais e da geração de mão-de-obra barata; o poder político interesseiro e a politicagem; o grande movimento migratório, configurando-se como um verdadeiro êxodo regional; a miséria; e a fome.

Deve-se enfatizar que o *regionalismo nordestino* da geração modernista de 1930 não se opunha, de modo algum, ao *universalismo*: o caráter literário regionalista faz com que o literato eleja uma região geográfica e sua estrutura social correlata como temáticas prioritárias de sua obra, sem, contudo, restringir-se aos enredos superficiais das realidades representadas, uma vez que elas servem como ponto de partida para análises mais profundas de conteúdos universais e atemporais, penetrando na essência dos conflitos existenciais e da psicologia humana por meio das variações e formas assumidas pelos conflitos locais/regionais. Não se deve confundir, pois, o regionalismo ao *exotismo* ou *localismo*, que, segundo Infante (2001),

⁹³ REGO, José Lins do. *Conferências no Prata: Tendências do Romance Brasileiro* – Raul Pompéia e Machado de Assis. Conferências lidas no Colégio Livre de Estudos Superiores, de Buenos Aires, em outubro de 1943. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1946.

“resultariam da preocupação excessiva em mostrar o que uma determinada região geográfica tem de peculiar ou exótico, sem, no entanto, investigar os dramas humanos e sociais que nela ocorrem.” (INFANTE, 2001, p.500).

Em defesa do regionalismo, José Lins do Rego, em seu já mencionado artigo, coloca que a grandiosidade literária está conectada, muitas vezes, ao vigor e à saúde proveniente da terra, da “alma do povo”; é, pois, a partir das desgraças de uma região ou de uma porção da humanidade que se atinge o mundo e a humanidade como um todo. Foi assim que, por exemplo, Tolstoi – a partir do Cáucaso – e Dostoievski – a partir do cotidiano das prisões da Sibéria – conquistaram a genialidade de uma literatura absolutamente universal e atemporal. (REGO, 1981).

De fato, a geração literária de 1930 pode ser dividida, consoante Infante (2001), em duas vertentes modernistas: a dos *ficcionistas regionalistas* – como José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado – e a dos *ficcionistas psicologizantes ou intimistas* – como Érico Veríssimo, Dionélio Machado, Cyro dos Anjos e Cornélio Pena. No entanto, essa divisão é mais didática do que propriamente uma segmentação rígida, pois esses dois modelos literários não são mutuamente excludentes ou opostos: ao contrário, os literatos permearam as duas esferas, como é possível ver, por exemplo, nas obras de Graciliano Ramos e Érico Veríssimo.

O primeiro romance representativo do regionalismo nordestino foi *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida. Esta obra configurou-se como um marco da literatura nacional por inaugurar a literatura regional e social modernista, assentada sobre o intuito de apresentar e analisar as condições de vida e os costumes dos nordestinos, ou, de modo mais específico, dos trabalhadores rurais nordestinos, atormentados pela seca e pela exploração econômica. Destarte, esse romance tornou-se emblemático mais por sua temática (a seca, os retirantes e o engenho, trazidos à tona a partir de um caráter social) do que por sua qualidade e valores estéticos. Nesse contexto de tessitura de uma visão crítica da realidade, o local, o regional, o particular foi investigado argutamente sob o propósito de alçar as relações humanas e sociais descritas no escopo do universalismo dos conflitos humanos em geral.

Esta obra foi o ponto de partida para o florescimento dos romances regionalistas, comprometidos com a denúncia e análise dos problemas sociais, notadamente os problemas que afloravam na atual Região Nordeste. Sob esse pano de fundo, surgem os romances de Rachel de Queiroz (*O Quinze*), Graciliano Ramos (*São Bernardo* e *Vidas Secas*), Jorge Amado (*Cacau*, *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*) e José Lins do Rego (*Menino de*

Engenho, Doidinho, Bangüê, Usina, O Moleque Ricardo e Fogo Morto), analisados, nas imagens que produziram do Sertão, no capítulo seguinte.

Capítulo VI:

Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado: as imagens do *Sertão* no regionalismo nordestino da Geração de 1930



CAPÍTULO IV:
RACHEL DE QUEIROZ, GRACILIANO RAMOS, JOSÉ LINS DO REGO E JORGE
AMADO: AS IMAGENS DO SERTÃO NO REGIONALISMO NORDESTINO DA
GERAÇÃO DE 1930

O presente capítulo configura-se como o cerne desta pesquisa, dedicado que está em analisar as obras artístico-literárias da prosa regionalista da Segunda Geração Modernista, elencadas como suporte discursivo básico para a aferição das imagens do *Sertão* no discurso intelectual à época. Como indicado no primeiro capítulo, foram selecionadas doze obras literárias da Geração de 1930, todas elas consagradas no cânone literário nacional e emblemas do Regionalismo literário nordestino: *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz; *São Bernardo* (1934) e *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos; o “ciclo do cacau”, composto por *Cacau* (1933), *Terras do sem-fim* (1943) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), de Jorge Amado; e o “ciclo da cana-de-açúcar”, composto por *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943), de José Lins do Rego.

O trabalho percorreu, até o momento, as trilhas das discussões acerca da modernidade, em suas facetas da modernidade urbana nas lentes do processo histórico brasileiro e da urbanidade moderna nas letras do regionalismo/sertanismo literário da Geração de 1930; a questão da modernidade no espaço geográfico como manifestação do *não-sertão* e a sua reverberação romanesca na modernidade produtiva; e o profícuo debate, no âmbito do pensamento social brasileiro, da dualidade *Sertão/Litoral*, em que pesam as discussões sobre as questões da *fronteira* e dos caracteres dualistas de autenticidade *versus* atraso nos espaços sertanejos brasileiros. Ademais, foi traçado um breve panorama do regionalismo – sobretudo daquele empenhado na revelação dos sertões nacionais – literário brasileiro, empreendendo um exame dos *regionalismos* à luz do imaginário e das representações geográficas e políticas, culminando no contexto histórico e nas características estéticas da dita Segunda Geração Modernista (1930-1945).

Certamente outras trajetórias seriam possíveis para induzir às análises das imagens do Sertão na literatura regionalista/sertanista brasileira. Todavia, sob a trajetória reflexiva aqui desenvolvida faz-se necessário elucidar que as análises das prosas romanescas serão pontuais, referenciadas sob uma determinada ótica, especialmente geográfica; obviamente, outras preocupações e problemáticas, sustentadas por outras áreas de conhecimento ou mesmo no

escopo da ciência geográfica, engendrariam diferentes investigações. Mesmo o enfoque dado, em última instância, à formação territorial brasileira – resgatada a partir dos discursos literários – poderia encetar uma trajetória distinta, em que outros elementos que não os aqui elencados seriam destacados; disso decorre que alguns aspectos serão privilegiados, reconhecendo-se, no entanto, que as possibilidades são inúmeras e muito mais diversas. A redução dos enredos a alguns de seus elementos é, portanto, voluntária, e não esgota novas análises ou mesmo aprofundamentos futuros das análises que aqui serão desenvolvidas. Destarte, alguns aspectos serão obviamente ignorados, ainda que muitas temáticas de cunho social, político, econômico e cultural possam mostrar-se relevantes, em plano secundário, para as formações territorial e nacional brasileiras.

As obras aqui elencadas e analisadas sumariamente em alguns de seus aspectos principais conforme os objetivos propostos apresentam notórios entrecruzamentos temáticos: assim, algumas reflexões serão empreendidas para alguns dos romances, embora muitas dessas características possam ser notadas nas leituras e interpretações também das demais obras elencadas – ou seja, embora algumas características geográficas, responsáveis pelos constructos das imagens dos sertões, sejam indicadas especificamente no repertório de um dos literatos em foco, isso não indica, todavia, que tais aspectos estejam ausentes nas temáticas romanescas dos demais literatos.

Por fim, duas outras ressalvas são importantes: (i) os tópicos deste capítulo incluem breves considerações biográficas – as quais podem ser incrementadas ou contextualizadas a partir do Apêndice, o *Quadro Bio-bibliográfico* –, sob o intuito de revelar ou aprofundar os entendimentos das formações discursivas no âmbito das estéticas singulares e temáticas dos literatos em foco. (ii) Por conta da dimensão e da quantidade de obras, não serão estabelecidas sínteses narrativas dos romances em estudo; ressalta-se, no entanto, que tal ausência não compromete, em suma, a análise mais geral das imagens do Sertão que se propõe estabelecer a partir das prosas regionalistas elencadas, analisadas em consonância ao momento histórico e aos desígnios estatais-nacionais da formação territorial brasileira à época.

Ante essas breves considerações, seguem-se as análises das obras dos literatos.

4.1 Rachel de Queiroz: a arquetípica imagem do sertão das secas nordestino

A escritora, jornalista, dramaturga e tradutora Rachel de Queiroz nasceu em Fortaleza (CE), no dia 17 de novembro de 1910. Filha de Daniel de Queiroz e de Clotilde Franklin de

Queiroz, descendia, pelo lado materno, da estirpe dos Alencar (uma vez que sua bisavó – “Dona Miliquinha” – era prima do consagrado literato José de Alencar), e, pelo lado paterno, dos Queiroz, tradicional família de Quixadá (CE), onde residiam e onde seu pai era juiz de Direito à época de seu nascimento. Em 1913, com a nomeação de seu pai para o cargo de promotor, passam a residir em Fortaleza (CE). Após um ano estabelecido no cargo, ele pede demissão e vai lecionar Geografia no Liceu, função que lhe permite dedicar-se pessoalmente à educação de Rachel, ensinando-a a ler, cavalgar e nadar.

Na capital cearense, a futura escritora presencia as agruras da *seca de 1915*, deixando inextinguíveis marcas na memória de Rachel, a qual aproveitaria anos mais tarde os eventos da seca para ambientar o seu romance de estreia, *O Quinze*. Em virtude dos horrores e pavores causados, a família “foge” para o Rio de Janeiro em julho de 1917. No entanto, estabelecem-se na Capital somente até novembro, quando se mudam para Belém (PA), onde residem por dois anos. Depois, retornam ao Ceará, inicialmente para Guaramiranga e depois para Quixadá, onde Rachel é matriculada no curso normal, no regime de internato do Colégio Imaculada Conceição; com apenas 15 anos de idade, em 1925, ela formara-se professora.

Após a sua formatura, Rachel retornou à fazenda dos pais, em Quixadá, dedicando-se à leitura de obras literárias, nacionais e estrangeiras, sobretudo francesas, o que lhe estimulou a elaborar os seus primeiros escritos, que não mostrava a ninguém. Pouco tempo depois, porém, ela passou a colaborar com a imprensa jornalística, no jornal *O Ceará*: sob o pseudônimo *Rita de Queluz*, ela enviou a este veículo, em 1927, uma carta em que ironizava o concurso *Rainha dos Estudantes*, promovido pela publicação; impressionado pela escrita e pelo sucesso da carta, o diretor do jornal e amigo do seu pai, Júlio Ibiapina, convidou-a para colaborar no jornal. Ironicamente, em 1930, quando exercia as funções docentes de História, em caráter substituto, no Colégio Imaculada Conceição, o mesmo em que se formara, ela fora eleita *Rainha dos Estudantes*; na festa de coroação, com a presença do Governador do Estado, chegara a notícia do assassinato de João Pessoa, em meio às tensões políticas nacionais. Ante tal evento, ela abandonou a festa de coroação sob uma única alegação: “Sou repórter!”.

Com uma colaboração regular no jornal *O Ceará*, ela publica, em folhetim, o romance *História de um nome*, também organizando a página de literatura do jornal, onde escreve poemas e crônicas de caráter modernista. À época, volta a residir próximo à capital do estado, no Sítio do Pici, adquirido por seu pai.

Em 1930, sob um tratamento rígido de saúde ante um quadro de congestão pulmonar, suspeito de indicar uma tuberculose, Rachel é forçada a ficar de repouso, quando decide escrever “um livro sobre a seca”: daí advém seu romance *O Quinze*, marcado por seu fundo

social, profundamente realista no estabelecimento da secular luta do povo sertanejo contra a miséria e a seca fatídicas. Tal romance é mostrado e aprovado pelos pais, que decidem “emprestar” o dinheiro para a sua edição, publicada em agosto, com uma tiragem de mil exemplares. A crítica cearense reage de modo hesitante ao livro, fazendo com que Rachel decida por remetê-lo aos centros nacionais, o Rio de Janeiro e São Paulo, onde recebe elogios de Augusto Frederico Schmidt e Mário de Andrade, promovendo a autora estreada ao estatuto de “personalidade literária”. Com o dinheiro advindo da venda dos exemplares, ela pagou o “empréstimo” dos pais.

Em 1931, *O Quinze* é condecorado, pela Fundação Graça Aranha, com o prêmio de melhor romance; quando vai ao Rio de Janeiro para o recebimento do prêmio, ela conhece integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), interessando-se pela ala esquerda da política nacional. De volta a Fortaleza, ajuda a fundar o Partido Comunista Cearense.

No ano seguinte, ela casa-se com o poeta esporádico (ou *poeta bissexto*, na expressão cunhada por Manuel Bandeira) José Auto da Cruz Oliveira. Nesse mesmo ano, é fichada como “agitadora comunista” pela polícia política de Pernambuco. O seu segundo romance, *João Miguel*, já estava pronto para ser publicado quando a escritora é informada da necessidade de submetê-lo a um comitê para a aprovação de seu enredo; semanas depois, em uma reunião no cais do porto do Rio de Janeiro, é informada do indeferimento do Partido Comunista para a publicação do romance, alegando que era “inapropriado” pelo fato de que um operário mata outro. Com os originais em mãos, ela rompe com o Partido Comunista, alegando que o partido não era revestido de uma autoridade competente e legítima para censurar sua obra. Assim, decide publicar o seu romance pela editora Schmidt, do Rio de Janeiro, e muda-se para São Paulo, onde se aproxima do grupo trotskista. Influenciada por esse grupo, milita com Aristides Lobo, Plínio Mello, Mário Pedrosa e Lívio Xavier, filiando-se ao sindicato dos professores de ensino livre.

Em 1935, muda-se para Maceió (AL), onde constrói amizades com importantes expoentes da intelectualidade nacional, como Jorge de Lima, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, além do jornalista Arnon de Mello – pai do futuro presidente da República, Fernando Collor de Mello. Em 1937, lança o seu romance *Caminho de Pedras*, pela editora José Olympio, do Rio de Janeiro (editora esta que publicaria as suas obras até 1992): se nos romances anteriores – *O Quinze* e *João Miguel* – há uma coexistência entre os aspectos social e psicológico, embora os primeiros sobreponham-se aos segundos, neste romance a autora desvelaria de modo mais destacado a sua literatura engajada e esquerdizante, configurando-se como o seu romance mais social e político. Essa postura militante, de caráter esquerdista,

relevando-se o contexto histórico do início do Estado Novo de Getúlio Vargas, levou o regime político nacional a considerar as suas obras como subversivas, promovendo, em Salvador (BA), a queima de seus livros, juntamente com os de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Ademais, a escritora permaneceu detida, por três meses, na sala de cinema do quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza.

No ano de 1939, separa-se do marido e muda-se para o Rio de Janeiro, onde publica o romance *As Três Marias*: este romance marca o início de uma guinada no perfil estilístico e temático da escritora, uma vez que, a partir de então, em virtude das situações adversas, a romancista passa a abandonar, paulatinamente, os aspectos sociais em favor das análises psicológicas.

Por intermédio do seu primo e médico, o escritor Pedro Nava, conhece, em 1940, o médico Oyama de Macedo, casando-se com ele – casamento que duraria até 1982, ano em que o marido morreu. Nesse mesmo ano, sob a notícia da morte de Trotski, a mando de Stálin, ela se afasta da esquerda – o que não significa, contudo, que ela se afastara definitivamente da política, pois ainda participaria significativamente de eventos importantes da história política nacional.

Quatro anos mais tarde, deixa de colaborar com os jornais *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Diário da Tarde*, dedicando-se exclusivamente às crônicas da revista *O Cruzeiro*, onde permaneceria até 1975. Nos anos seguintes, escreve várias obras, aventurando-se e obtendo sucesso e prêmios em outros estilos e gêneros literários: além dos romances, se dedica a peças de teatro, livros infanto-juvenis e obras memorialistas.

Em 1961, o então presidente da República, Jânio da Silva Quadros, a convida para ocupar a chefia do Ministério da Educação, cargo que ela recusa, argumentando ser uma mera jornalista, posição que gostaria de manter como sua principal atividade. No entanto, seu papel de protagonismo na história política ficaria reservado para o golpe militar, em 1964, quando paradoxalmente – considerando a sua militância política esquerdista, nos anos trinta – apoia o regime, colaborando e “conspirando” em favor da deposição do presidente João Goulart. Essa atitude a indis põe com grande parte da intelectualidade nacional, tendo se transformado, para uma parcela dos intelectuais, em uma mácula histórica na figura da escritora no cenário da *intelligentsia* brasileira.

Ademais, a sua concordância com o regime se prolonga para além do golpe, quando, em 1966, aceita a nomeação feita pelo presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco – seu conterrâneo e aparentado – para que ela se tornasse delegada do Brasil na 21ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), junto à Comissão

dos Direitos do Homem. No ano seguinte, em 1967, passa a integrar oficialmente o quadro político da Ditadura Militar na pasta do Conselho Federal de Cultura, onde ficaria até 1985.

Em 4 de agosto de 1977, por 23 votos a 15, e um em branco, Rachel de Queiroz quebrou uma velha tradição e foi eleita para a Academia Brasileira de Letras, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo, ao vencer o jurista e escritor Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. Recebida por Adonias Filho, tomou posse da cadeira número cinco – fundada por Raimundo Correia, tendo como patrono Bernardo Guimarães e sendo sucessivamente ocupada pelo médico Oswaldo Cruz, o poeta Aluísio de Castro e o jurista, crítico e jornalista Cândido Mota Filho – em 4 de novembro de 1977, causando um grande *frisson* nas feministas da época; porém, a escritora reagiu de modo sóbrio, pronunciando, em uma entrevista, a polêmica declaração: “*Eu não entrei na Academia por ser mulher. Entrei, porque, independente disso, tenho uma obra. Tenho amigos queridos aqui dentro. Quase todos os meus amigos são homens, eu não confio muito nas mulheres.*”

Em novembro de 2000, por ocasião do nonagésimo aniversário da escritora, foi inaugurada, na Academia Brasileira de Letras, a exposição *Viva Rachel*, composta por 17 painéis e um ensaio fotográfico de Eduardo Simões, resumindo a geografia interior e exterior que inspirou as suas obras. Aos 90 anos, ela declarou que, no íntimo, não gostava de escrever e só o fazia para se sustentar, sendo, de fato, pequeno o número de livros escritos, pois considerava que a maior parte de sua obra era composta por compilações de crônicas escritas para a imprensa.

Em 2003, foi inaugurado, em Quixadá (CE), o Centro Cultural Rachel de Queiroz. E, em 04 de novembro, faleceu, dormindo em sua rede. Deixou, aguardando publicação, o livro *Visões: Maurício Albano e Rachel de Queiroz*, uma fusão artística, composta por imagens do Ceará, fotografadas por Maurício, e ilustradas poeticamente por textos de Rachel.

Quanto ao seu romance de estreia – à exceção do folhetinesco *História de um nome* (1927) –, que é o que mais nos interessa aqui, tem-se que a obra se desenvolve em dois planos: (i) o do vaqueiro Chico Bento e sua família; (ii) o da relação afetiva entre Vicente (proprietário e criador de gado) e Conceição (sua prima, culta e professora). Esses planos se entrecruzam, no enredo, a partir de Conceição, protagonista e mulher de forte caráter, que, em certo sentido, encarna-se como alterego literário da própria Rachel ao representar uma forte figura feminina, culta e letrada no interior cearense. No entanto, o principal eixo, definidor do seu mais importante conteúdo social, é a saga dos *retirantes* – alegoricamente representados por Chico Bento e sua família –, marcha penosa que cobra um alto preço, pois, durante o trajeto, rumo a Fortaleza, para lá permanecer ou prosseguir com auxílio governamental – a

partir do fornecimento de passagens para os trabalhadores – para as áreas do extrativismo de borracha do Norte, Chico Bento e sua esposa, Cordulina, perderam três dos cinco filhos: Josias morreu por envenenamento, ao comer mandioca crua; Pedro fugira com alguns comboeiros de cachaça; e o mais novo, Duquinha, passara a viver com Conceição, sua madrinha, em Fortaleza, a qual tinha melhores condições de criá-lo. No final, o destino escolhido são as áreas produtivas do Sul, mais especificamente as fazendas de café de São Paulo.

Em *O Quinze* tem-se, portanto, uma harmonização do social e do psicológico no drama dos retirantes. Essa obra romanesca superou o naturalismo provinciano – característico, por exemplo, em *A fome* (1890), de Rodolfo Teófilo –, mas não a estrutura fragmentária – marcante em *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, livro que inaugurou o regionalismo nordestino do Modernismo artístico brasileiro. De qualquer modo, a obra dá um novo tom, mais destacado e apurado esteticamente, a uma novidade: a paisagem social e humana de um Brasil “embrutecido” e “atrasado”, cuja exploração foi levada ao extremo, posteriormente, pelos regionalistas da década de 1930. Este talvez seja, então, o maior mérito de *O Quinze*: o drama dos retirantes é harmonizado social e psicologicamente, considerando, na esteira do processo, temas políticos de importância à época, como a afirmação social da mulher, no cenário social patriarcal. No entanto, a seca é mitificada e personificada, enquanto, inversamente, os homens são reificados quando o tema da mobilidade humana, na busca pela sobrevivência, é tocado, mas não tratado em suas causas sociais estruturais.

Segundo Adonias Aguiar Filho (1965), *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, alarga, ao lado de *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, o ciclo nordestino, passando a interferir profundamente na ficção brasileira. O que se sucedeu foi, pois, uma ampliação do caminho antes trilhado por autores como Franklin Távora e Domingos Olympio, sobretudo no que se refere à linguagem e à estrutura, tornando ficção o homem e a terra, cosidos na tessitura do drama regional. Homem e meio revelaram-se nós de um poderoso material, alimentos profícuos do espírito de criação e merecedores de uma renovada atenção literária por conta da instigante relação estabelecida, repleta de uma vasta carga humana e de complexidade social; levemente tocada pelos ficcionistas anteriores, tal relação ensejou a descoberta de um universo amplo e de imponderável grandeza, em que a terra fornecia dramas e tragédias, e os homens, problemas e conflitos. Este foi, em suma, o desafio norteador das respostas literárias dadas por intelectuais como José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Amando Fontes, egrégios literatos da geração de Rachel de Queiroz, e que tiveram em *O Quinze* a antecipação pioneira de problematização.

O romance é reverenciado por apresentar-se como uma autêntica manifestação artística, corolário de um dom, vazão de uma sublimidade interna, a partir da tomada de consciência de um problema social. É uma virtude surgida da simplicidade de não querer fazer literatura, e que, por isso mesmo, engendra uma grande obra literária, derivada de uma experiência íntima do coração da romancista, não obstante ela não ter necessariamente participado de tais experiências. *O Quinze* aparece como uma obra atemporal, nas palavras de seus críticos, por ter sido forjada em meio à virtude da simplicidade, sendo uma obra de construção sóbria, de formas nítidas e de grandiloquentes emoções. (MONTEIRO, 1964).

Rachel de Queiroz edificou, neste romance, a sua presença espiritual: o romance, pois, não possui um significado meramente histórico, dada sua inovação literária, mas é também um núcleo do qual partirá a romancista, sempre o retomando em suas obras posteriores, quaisquer que fossem os gêneros ou estilos literários, para a auscultação da vida. A obra de estreia é não só fundamental no escopo das produções da autora, fundando constantes literárias que se evidenciaram ao longo da maturidade intelectual da mesma, como também por sua participação no ciclo nordestino e por sua interferência direta na moderna ficção brasileira. Além do impacto na literatura nacional, no escopo da individualidade criadora de Rachel, *O Quinze* já possui, latente ou explicitamente, as fundações do artesanato artístico da autora, palpável em constantes literárias como as linhas decisivas na linguagem direta, no episódio curto, na personalidade das personagens e nas descrições enxutas – todas essas características primordiais nos ideais modernistas. (AGUIAR FILHO, 1965).

Consoante este crítico literário, a renovação do ciclo nordestino está intimamente relacionada ao aparecimento de *O Quinze*, o qual define o rumo do tratamento objetivo da matéria ficcional, investido que está no documentário nordestino, enxuto e realista, sob o propósito de refletir as agruras regionais: a ficção medeia a inquietação da escritora, brasileira que se preocupa em, ao refletir a fermentação social da região nordestina, valorizar a escala regional no cerne dos seus problemas humanos. Esse conteúdo configura-se como a matriz do ciclo nordestino, em que pesam as variações temáticas e dos protagonismos – quer fossem atrelados a figuras díspares como o retirante, o cangaceiro ou o beato; no âmbito dessa renovação, em nome do tratamento documental, a estrutura do regionalismo adquire um novo fôlego, regenerando as prosas romanescas em três estruturas: o *acervo estilístico*, com a expressão direta e a incorporação do falar sertanejo; o *acervo temático*, com base nos problemas sociais da seca, do cangaço e do fanatismo; e o *acervo técnico*, na elaboração do processo narrativo alicerçado na configuração da personagem, na aplicação da ação episódica e na criação da atmosfera dramática do enredo.

O nativismo realista da obra ultrapassa a simples perspectiva do romance de costumes, uma vez que, apesar de limitar-se ao conteúdo regional, aciona a temática social em todas as suas consequências; em outras palavras, a trama romanesca concentra regionalmente o drama brasileiro em geral, tirando daí a sua grandeza. É no âmbito desse envolvimento do regional com o nacional que Araújo e Anselmo (2009) vão refletir sobre o Nordeste, a partir da obra de Rachel de Queiroz: a década de 1930 inicia a sistematização e unificação do mercado nacional, engendrando, de acordo com Francisco de Oliveira, um *desenvolvimento desigual e combinado*, em que o atual Nordeste passará a ocupar, no imaginário da nação, o lugar de “região problema” do Brasil; a urbanização acelerada metropolitana teve como um de seus principais elementos a grande “onda” de nordestinos migrantes, expulsos em função da situação de miséria e da falta de condições de sobrevivência ante as inclementes secas, restando, como alternativa possível, até mesmo pela desigual estrutura fundiária regional, a busca de “novas vidas” nos centros produtivos das futuras regiões da Amazônia ou do Centro-Sul (especialmente São Paulo). Para além da denúncia dessa situação, as autoras ainda elencam elementos que compõem a identidade regional nordestina: é o caso da religiosidade; da mulher na sociedade, compondo um elemento de força e resistência, e, no caso de Conceição, de contraposição às convenções sociais, por suas opiniões quanto ao casamento e por sua erudição; do homem cordial, na figura da simplicidade e do prestativo sertanejo; e da diferença racial, demonstrando um ainda persistente, e muitas vezes velado ou sutil, preconceito racial.

Comentando a respeito da centralidade das figuras femininas nas obras de Rachel de Queiroz, ainda que o drama social nordestino se apresente como o sustentáculo das narrativas romanescas, Aguiar Filho (1965) coloca que:

O drama da seca se concentra, a humana estória de alguns se convertendo em estória de todos, o sofrimento e a piedade em sua projeção maior que é a de todos os dias. Nesse fundo de desolação, que a romancista compõe na febre dos nervos, há vida nos corpos e dor nas almas. Articulam-se os quadros, o cenário atrás, torna-se visual a realidade literária, sólida e configurada, um mundo animado. E, força nesse mundo, a figura humana com interesse excepcional da personagem feminina. *O Quinze*, neste particular, se entrosa com as peças *Lampião* e *A Beata Maria do Egito*. (AGUIAR FILHO, 1965, p.vxii).

Nas peças teatrais destacadas pelo crítico – *Lampião* e *A Beata Maria do Egito* –, é a mulher que aciona a ficção em sua dramaticidade, valendo-se de uma inquirição psicológica e da percepção feminina para situar a mulher nordestina – mais especificamente, a mulher sertaneja, que, somente na obra da romancista, é disposta de uma conformação precisa na saga do regionalismo nordestino – em face aos três aspectos dramáticos regionais: a seca, o cangaço e o fanatismo. O papel feminino não é secundário: ao contrário, a narrativa dramática

só cresce porque a mulher encontra-se presente, participando e animando com paixão esse drama; dessa forma, a tessitura social é explicada sob a ótica feminina e, nesse aspecto, Conceição (em *O Quinze*) encontra parselhas com Maria Bonita (em *Lampião*) e a Beata (em *A Beata Maria do Egito*), apesar das diferenças dos gêneros literários.

A ficção da autora revela que, em Rachel de Queiroz, a preocupação social é a maior constante, valorizando abertamente a crônica social, que, em *O Quinze*, dá o tom e figura-se como o fulcro de toda a sua obra ficcional, valendo-se da linguagem direta e da percepção objetiva da realidade. (AGUIAR FILHO, 1965).

Em suma, o principal drama da narrativa de Rachel é encarnado pela *seca*, fator de um determinismo da natureza impiedosa e inclemente, expressão objetiva dos infortúnios sociais para aqueles que não tinham melhores condições de sobrevivência nos períodos prolongados de estiagem, sendo forçados a migrarem. A paisagem sertaneja da seca é marcada pelo seu aspecto tórrido, estéril: “Em redor deles, a eterna paisagem sertaneja de verão: cinza e fogo... E o sol que se punha parecia mais próximo, mais quente, queimando cada vez mais forte a pobre terra calcinada.” (QUEIROZ, 1978, p.87). A aridez monocromática – marcada pelo cinza da terra calcinada – é também o agouro da fome:

Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo um cinzento de borralho. O próprio leito das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida, cortada aqui e além por alguma pacavira defunta que retorcia as folhas empapeladas. Depois olhou um garrotinho magro que, bem pertinho, mastigava sem ânimo uma vergõntea estorricada. E ao dar as costas, rumo à casa, de cabeça curvada, como sob o peso do chapéu de couro, sentindo nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente:
- Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome! (QUEIROZ, 1978, p.13).

O rigor e a severidade transformavam a seca em um componente natural praticamente inelutável, em que o único caminho aparentemente possível era a resignação derrotista para com as agruras e os infortúnios do clima: “Recordando a labuta do dia, o que o [Vicente] dominava agora era uma infinita preguiça da vida, da eterna luta com o sol, com a fome, com a natureza.” (QUEIROZ, 1978, p.30). Sem muitos recursos e condenados a participarem de um jogo de forças extremamente desigual com as condições climáticas, os trabalhadores rurais, dos quais Vicente é a representação metonímica no enredo, acabam manifestando um inevitável desânimo ante a aparente inutilidade de seus obstinados esforços para vencer os desígnios da seca, os quais sempre se sobressaíam:

Em vão, mal amanhecia, [Vicente] iniciava a labuta sem descanso, e atravessava o dia todo no duro vaivém do serviço sem tréguas, cavando aqui uma cacimba, consumindo partidas de caroço de algodão, levantando, com suas próprias mãos, que o labor corajoso endurecera, as reses caídas de fraqueza e de sede.

Parecia, entretanto, que o sol trazia dissolvido na sua luz algum veneno misterioso que vencia os cuidados mais pacientes, ressequia a frescura das irrigações, esterilizava o poder nutritivo do caroço, com tanto custo obtido.

As reses secavam como se um parasita interior lhes absorvesse o sangue e lhes devorasse os músculos, deixando apenas a dura armação dos ossos sob o disfarce miserável do couro puído e sujo. (QUEIROZ, 1978, p.87).

No ambiente de limitados recursos a serem mobilizados pela população rural pobre, o clima seco se transforma em um adversário desleal, e, como seu efeito, no cenário provável da *fome*, os viventes são transformados em sobreviventes – “Sombras vencidas pela miséria e pelo desespero que arrastavam passos inconscientes, na derradeira embriaguez da fome.” (QUEIROZ, 1978, p.34).

Esse panorama funesto não abre brechas para o orgulho pessoal, pois, diante da necessidade imperiosa de se alimentar, mesmo os recatos ou as regras morais perdem o seu valor: se, em princípio, Chico Bento retrai o pedido de esmola para minimizar a fome – “E a mão servil, acostumada à sujeição do trabalho, estendeu-se maquinalmente num pedido... mas a língua ainda orgulhosa endureceu na boca e não articulou a palavra humilhante.” (QUEIROZ, 1978, p.35) –, com a memória atormentadora da fome de seus filhos – “Mas dentro da sua turbação lhe zunia ainda aos ouvidos: *‘Mãe, dá tumê!...’*” (QUEIROZ, 1978, p.35, grifo da autora) –, o vaqueiro, mesmo perturbado e padecido com as consequências de receber a injusta alcunha de ladrão, mata uma cabra que escapara de um rebanho, em um episódio dramático e comovente que termina, por fim, com a alimentação de Chico Bento e de sua família com as tripas da cabra – “E num foguinho de garranchos, arranjado por Cordulina com um dos últimos fósforos que trazia no cós da saia, assaram e comeram as tripas, insossas, sujas, apenas escorridas nas mãos.” (QUEIROZ, 1978, p.50).

Na fome e na miséria escancarada – “O comer era quando Deus fosse servido. Às vezes paravam num povoado, numa vila. Chico Bento, a custo, sujeitando-se às ocupações mais penosas, arranjava um cruzado, uma rapadura, algum litro de farinha. Mas isso de longe em longe.” (QUEIROZ, 1978, p.45) –, as personagens, quer fossem adultos, crianças ou mesmo animais, apresentam, indistintamente, aspectos deploráveis, sofridos: “No colo da mulher, o Duquinha, também só osso e pele, levava, com um gemido abafado, a mãozinha imunda, de dedos ressequidos, aos pobres olhos doentes.” (QUEIROZ, 1978, p.47). A miséria e a fome revestiam as pessoas de uma máscara penosa, tornando-as quase irreconhecíveis: é o caso, por exemplo, de Josias, um dos filhos do casal Chico Bento e Cordulina, que, ao comer mandioca crua no desespero da fome, se envenenou e vaticinou para si a *morte*, que parecia ser sempre o único destino possível:

A criança era só osso e pele: o relevo do ventre inchado formava quase um aleijão naquela magreza, esticando o couro seco de defunto, empretecido e malcheiroso.

Quando o pai chegou trazendo consigo uma negra velha rezadeira, Josias, inconsciente, já com o cirro da morte, sibilava, mal podendo com a respiração estertorosa.

A velha olhou o doente, abanou o pixaim esfarinhado:

- Tem mais jeito não... Esse já é do Nosso Senhor...

Cordulina ergueu por momentos a cabeça, fitou a velha, e depois, mergulhando de novo a cara entre os joelhos, redobrou o choro. (QUEIROZ, 1978, p.39-40).

A morte é, aliás, uma personagem constante e uma parceira invariável no regionalismo nordestino como um todo; nesse caso, ela acompanha de perto a seca, tornando-se banal, um drama frequentemente representado, mas nem por isso menos doloroso ou inédito. É esse elemento esperado, mais ainda assim surpreendente e de grande tristeza, que é simbolicamente representado na pintura *Enterro na rede* (1944) – imagem de abertura deste capítulo. Essa pintura (óleo sobre tela, 180 x 220 cm.), de Cândido Portinari, faz parte, assim como a que inaugurou o capítulo anterior, da *Série Retirantes*, integrando a *Coleção Assis Chateaubriand* do Museu de Arte de São Paulo, em São Paulo (Brasil). Esta pintura, composta por linhas intensas, dá a impressão de arte entalhada, típica do artesanato sertanejo, além de, ao utilizar de cores frias, dar um sentido fúnebre – em concordância com a dramaticidade do conteúdo – à ação ou evento em tela.

Com a morte perseguindo tão de perto os sobreviventes, uma das soluções encontradas para burlar o destino fatídico era a entrega de parte da “cria” – dos filhos – para que outra pessoa, aparentada, com melhores condições, pudesse criá-la com maiores chances de sobrevivência: esse foi o caso do filho mais novo de Chico Bento e Cordulina, Duquinha, entregue para Conceição, sua madrinha, a fim de que ela pudesse criá-lo. De início, o menino se comportou de modo arredio, como um animal selvagem – “Duquinha ficou de cócoras, encolhido, agarrado ao pé da mesa, como um bicho bravo assustado, grunhindo surdamente de desconsolo e de medo, a qualquer aproximação.” (QUEIROZ, 1978, p.75-6) –; mas, aos poucos, foi se “humanizando”, como já havia acontecido com Mocinha, irmã de Cordulina, no início da saga dos retirantes – “Os três dias de caminhada iam humanizando Mocinha.” (QUEIROZ, 1978, p.27) –, que, de início, se mostrara dura e impassível para com os sofrimentos que ia encontrando pelo caminho.

Essa épica dos retirantes, marcada pela angústia e pelo desespero, tinha esse resultado, que seria nobre se não fosse derivado de trágicos acontecimentos, da “humanização” e da revelação de uma insuspeitável força e resiliência, de uma grande vontade de viver, apesar de tudo, por parte dos sertanejos: essa faceta de comoção, transmitida pela romancista, era exemplificada pela resistência milagrosa dos “meninos da seca”, os quais, apesar de suas

doenças, apresentavam um vigor e uma robustez ignorados em nome da sobrevivência – “Conceição perguntou: – Morre, doutor? – Não sei... Esses meninos da seca são tão milagrosos que às vezes escapam...” (QUEIROZ, 1978, p.77).

De qualquer modo, as possibilidades de resistência ante a intransigente e inexorável roda da Fortuna eram limitadíssimas, uma vez que as alternativas eram mínimas e a força da natureza impiedosa – simbolicamente figurada pela seca e por um exército de desgraças que mobilizava – era deveras superior; o corolário apontava, em geral, para a fuga, feita com pesar e saudade da terra natal, na busca de supostos eldorados, onde a vida poderia ser refeita:

Subitamente, Conceição teve uma idéia:

– Por que vocês não vão para S. Paulo? Diz que lá é muito bom... Trabalho por toda parte, clima sadio... Podem até enriquecer...

O vaqueiro [Chico Bento] levantou os olhos, e concordou, pausadamente:

– É... Pode ser... Boto tudo nas suas mãos, minha comadre. O que eu quero é arribar. Pro Norte ou pro Sul...

Timidamente, Cordulina perguntou:

– E é muito longe, o S. Paulo? Mais longe do que o Amazonas?

– Quase a mesma coisa. E lá não tem sezão, nem boto, nem jacaré... É uma terra rica, sadia...

Chico Bento ajuntou:

– Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa do S. Paulo. Terra de dinheiro, de café, cheia de marinho...

Conceição levantou-se, rebatendo o vestido:

– Pois então está dito: S. Paulo! Vou tratar de obter as passagens. Quero ver se daqui a alguns anos voltam ricos...

Com seu modo tímido, Cordulina chegou-se a ela:

– E o Manuel [o Duquinha]?

– Ah! Esse é meu, não dou mais. Vou fazer dele um homem! Não, comadre, aquele vocês não levam!...

E despedindo-se, Conceição saiu vagarosamente, pensando que poderia dar bom impulso à roda daqueles destinos, levando-os a um caminho melhor, mais suave e mais largo... (QUEIROZ, 1978, p.79-80).

Assim, recobrava-se a *esperança*, uma fênix renascida, quase que literalmente, das cinzas do clima semiárido e tórrido do literário sertão nordestino. As terras distantes eram a encarnação dessa esperança: “Iam para o destino, que os chamara de tão longe, das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para os conduzir agora, por cima da água do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno...” (QUEIROZ, 1978, p.84).

Todo esse panorama revelava, pois, o atual Nordeste como uma “região-problema”, de natureza impiedosa e, em certo grau, determinista dos desditosos destinos dos trabalhadores rurais, os quais, sem maiores condições de se manterem diante das intempéries climáticas, se transformavam em retirantes, uma mão de obra barata em busca de trabalho, nas capitais nordestinas ou no Norte ou Sul do país. Essa “indústria da seca” tinha nessa geração de trabalhadores desamparados um de seus maiores símbolos, favorecendo um fluxo migrante

intenso para os grandes centros políticos e econômicos do Brasil, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo. Desenhou-se, então, um “viciado” enredo real: a falta das condições de sobrevivência, encarnada pela impiedosa seca, tida como a causa motora dos infortúnios, engendrava uma saga de migrantes retirantes, destinados à busca de trabalho nos grandes centros urbano-industriais do atual Sudeste brasileiro.

Como já indicado no capítulo anterior, a seca configura-se como o cerne das retóricas tradicionais regionais, de modo que a natureza, quase um ente metafísico, produz um forte e profundamente arraigado imaginário sociopolítico regional, em que as condições naturais – e, portanto, imutáveis porque independentes das ações humanas – são consideradas como obstáculos intransponíveis a qualquer progresso ou justiça social; nesse sentido, o discurso da seca é alimentado, em sua tragédia social e econômica, como um recurso ideológico, e é usado como legitimação do *status quo* por grupos sociais particulares. (CASTRO, 1996).

O clima, que, em última instância, justifica as dificuldades regionais, é, portanto, o sustentáculo discursivo de atores regionais, representados por segmentos da elite política com grande capacidade de assimilação e reprodução, partindo desse imaginário trágico para legitimar uma lógica conservadora na organização territorial, articuladora da escala local com as escalas regional e nacional. Nesse contexto, a estrutura social é mantida, sustentando intactas as relações econômicas, sociais e políticas.

O que se funda é, pois, uma cristalizada identidade regional nordestina, que não foi alterada em sua essência, apesar de ser continuamente reformulada ao longo do processo e das conjunturas históricas: a *identidade nordestina* assumiu um grande peso no arcabouço mental brasileiro a partir do movimento regionalista encabeçado por Gilberto Freyre, na década de 1920; na década de 1950, o discurso político centralizou-se na problemática dos “desníveis regionais”, base das diretrizes das políticas territoriais, sendo um de seus principais legados a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e no contexto do governo militar, essa identidade ganhou novo fôlego com a reação regional à intensificação da sanha regionalizadora do Estado brasileiro, intentando articular todos os “rincões do território” a uma economia de mercado nacional. Em todos esses momentos, o elemento essencial manteve-se: a identidade regional foi apresentada estando em *crise*, opondo-se a outra identidade espacial, genericamente localizada no dito Sul (como referência básica relativa, sobretudo, ao atual Sudeste) do país, e hegemônica. (SILVEIRA, 1984).

De fato, uma sistematização do pensamento regional nordestino já pode ser percebida a partir da emancipação política brasileira no século XIX: com o reajuste do Brasil à divisão internacional do trabalho, a organização da força produtiva e das relações sociais internas

passou a ser mais fortemente condicionada pelo capital industrial europeu, sucedendo as determinações do capital mercantil; nesse processo, alteraram-se as bases espaciais e novos espaços responderam melhor aos ditames requeridos em termos de dinamismo no sistema econômico mundial capitalista, como foi o caso da área cafeeira, territorialmente estabelecida na porção centro-sul brasileira. Em contrapartida, outros espaços passaram a ser relegados no jogo de forças do novo contexto econômico mundial, como foi o caso do dito Norte (do qual o atual Nordeste fazia parte), marcado por contradições em suas estruturas produtivas e nas relações sociais em virtude da extinção do tráfico negreiro e do solapamento dos preços dos principais produtos (açúcar e algodão) no mercado internacional. Essa conjuntura favoreceu, no plano político, o grupo comercial que se localizava próximo à Corte, recrudescendo a sua participação e o atendimento aos seus interesses no plano estatal.

Nesse momento, o estatuto da crise nordestina se solidificou, vivificando uma consciência, por parte dos condutores do sistema produtivo da área crítica, do processo em curso, qual seja: um quadro de mudanças que demoliria as fundações do poder econômico e político desses grupos dominantes regionais; como alternativa, buscaram forjar um programa de defesa dos seus interesses classistas no que tange aos espaços de produção e das relações sociais vigentes, advogando o direito de manter a estrutura organizativa do território. A ideologia regionalista nordestina surge, portanto, no momento em que uma fração da classe dominante brasileira (açucareira e algodoeira), em vias de subordinar-se a outra fração hegemônica (comercial-cafeeira), percebe que a raiz do seu poder estava vinculada estreitamente ao desiderato de preservação do *locus* de produção em que atuava no cenário regional. (SILVEIRA, 1984).

O regionalismo nordestino adquiriu uma grande força histórica, capaz de se refazer e de se adaptar ao longo do tempo, justamente porque reconheceu a sua relativa posição de subordinação no cenário político nacional, institucionalizando e oficializando a crise. Assim, consoante Silveira (1984), a problemática da “questão regional” foi constantemente revisitada, travestida de diversas nomenclaturas – subdesenvolvimento regional, centro-periferia, desigualdades regionais, colonialismo interno etc. –, de modo que, no cenário político-estatal, desde os discursos dos deputados imperiais, os quais clamavam contra o descaso governamental da Corte ante as exauridas províncias do Norte, até as retóricas atuais dos representantes nordestinos no Congresso Nacional, reivindicadores de maiores atenções da União para com as áreas “colonizadas” do país, as tônicas argumentativas se perpetuaram: “a constatação da crise econômico-financeira, a agravante das secas, a urgência de capitais e até a alusão ao separatismo.” (SILVEIRA, 1984, p.18). Em todo caso, os problemas regionais

reportavam para a dominação da região pelo atual Centro-Sul, sendo que foi na oposição a este centro hegemônico do poder que se fortaleceu o regionalismo nordestino.

Ainda segundo a autora, a matriz ideológica de fundação de um “senso de Nordeste” encontrou no pensamento de Gilberto Freyre e de Djalma Menezes um arcabouço autoritário-conservador, que reverberava a ideologia oligárquica: enquanto o Nordeste freyreano era o das áreas canavieiras, o de Menezes era delimitado pela produção econômica pecuária-algodoeira, mas ambos reivindicavam uma intervenção do Estado para garantir a manutenção das estruturas sociais e dos pactos políticos locais/regionais, argumentando pela necessidade de superar ou a queda dos preços no mercado internacional, ou o clima semiárido. A solidez do pacto oligárquico, aliás, facilitou as mudanças provindas da centralização política brasileira na década de 1930, uma vez que permitiu a promoção vertical – “de cima para baixo” – das mudanças, sem alterar os paradigmas da propriedade da terra. No escopo das transformações, a oligarquia rural nordestina abriu mão da condição de elite dirigente para manter o estatuto de classe dominante.

Da reformulação do padrão político brasileiro a partir da década de 1930, o Estado interveio na divisão regional do trabalho: no Nordeste açucareiro, ele criou o Instituto do Açúcar e do Alcool, que, embora parecesse uma expressão político-institucional da elite açucareira, retirou-lhe muito do poder de mando local/regional; por outro lado, a presença da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), depois chamada de Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), constituiu-se como uma instituição que, de fato, foi um canal com o Estado para o atendimento dos interesses de reprodução da estrutura socioeconômica dos *sertões nordestinos*. Ademais, a efervescência da “questão regional”, nas décadas de 1930 e 1940, favoreceu o surgimento de um clima intelectual para a segmentação do território brasileiro no âmbito do Conselho Nacional de Geografia, colocando em destaque as oposições regionais na concertação do mercado nacional minimamente unificado. (SILVEIRA, 1984). Esse panorama, em que se alavancou a manutenção da oligarquia agrária e latifundiária nordestina, manteve as bases sólidas da retórica da seca como “capital político” para o favorecimento autoritário e elitista na esfera política regional. (CASTRO, 1996; 1997).

Nas décadas de 1950 e 1960, o padrão interpretativo dualista típico da “questão regional” imporia, mais enfaticamente, a necessidade de superação do subdesenvolvimento a partir de uma ampla reforma econômica burguesa:

A renovação industrial, e conseqüente diferenciação de alguns setores da sociedade brasileira, faria crer, àqueles sempre prontos em estabelecer analogias com o processo histórico europeu, que se repetiriam aqui os antagonismos entre sociedade agrária, aristocrática, “arcaica”, “feudal” e a sociedade industrial burguesa, moderna, conflito que na opinião de alguns se resolveria numa “revolução burguesa

progressista” semelhante à ocorrida na Europa. Essa convicção foi reforçada durante o período da política populista, quando o tema fundamental do governo era o desenvolvimento, com que se procurava mobilizar a nação e reforçar as bases do poder constituído. A palavra de ordem do governo era varrer as estruturas arcaicas, modernizar o país. A política das frentes populares, característica dos grupos de esquerda nessa fase, veio dar apoio à ideologia desenvolvimentista e fornecer argumentos à teoria da sociedade dual. Essas tendências correspondem ao segundo período Vargas e ao período Kubitschek. (COSTA, 1972, p.58⁹⁴ *apud* SILVEIRA, 1984, p.28-9).

Destarte, são reatualizadas as perspectivas de caracterização nacional a partir dos “dois Brasis”, como propugnado por Jacques Lambert: um Brasil arcaico e subdesenvolvido, localizado principalmente no atual Nordeste agrário; outro Brasil, localizado na contemporânea porção do Centro-Sul industrial, identificado com as alcunhas do progresso, do desenvolvimento e do moderno. As desigualdades regionais internas foram, então, interpretadas à luz da dicotomia *centro-periferia*, com a hegemonia dos interesses urbano-industriais, coadunando-se com a proposta de intervenção do Estado na economia para que, por meio da planificação econômica, as alocações de fatores sociais e econômicos pudessem responder a um *optimum* de equilíbrio e harmonia em favor do engrandecimento e desenvolvimento nacional.

Nesse projeto de equalização das regiões, dirimindo as disparidades regionais, surgiu a SUDENE, para a qual, em seu projeto de estruturação, confluíram duas correntes: “uma de matriz regionalista, nordestina, com as suas oligarquias atuando junto ao aparelho de Estado, para serem atendidos os seus interesses, uma de matriz nacionalista, sulista, propondo a industrialização como via de superação do subdesenvolvimento regional.” (SILVEIRA, 1984, p.31). Sendo assim, aparentemente opostas, as diretrizes regionais se integraram aos desígnios nacionais hegemônicos, desde que, nos desideratos da classe econômica dominante brasileira, a região se integrasse no processo de unificação do mercado nacional e respondesse aos interesses do capital, e, por outro lado, nos desideratos da classe política regionalmente dominante, o Nordeste pudesse manter mais ou menos intacta a estrutura de dominação política oligarca.

Embora essa interpretação dualista tenha sofrido críticas em favor de sua superação⁹⁵, ela não está, de todo, ultrapassada, pois ainda vigoram no âmbito do Estado – e também em

⁹⁴ COSTA, Emília Viotti da. Anotações à margem do relatório da História. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1., Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1972.

⁹⁵ Silveira (1984), sob o intuito de rastrear as elaborações ideológicas regionalistas nordestinas a partir da segunda metade do século XIX, por meio da área açucareira representada pelas províncias de Pernambuco e Paraíba, empreende uma interessante revisão histórica “do modo de pensar regionalista” da atual Região Nordeste, retomando a chamada “questão regional”. Destarte, para além dos pontos interessantes já destacados, a autora perpassa pelas etapas históricas de críticas ao nacional-desenvolvimentismo das teses dualistas, pelas interpretações a partir da “teoria da dependência” e, por fim, pela vertente aberta por Francisco de Oliveira para

setores da *intelligentsia* nacional – enquanto argumentos de legitimação das políticas de regionalização do espaço nordestino, articulando-o ao mercado nacional por meio de projetos e investimentos pontuais. (SILVEIRA, 1984).

A partir do entendimento das regiões como espaços privilegiados para a reprodução do capital, Egler (1996) confirma esta atualidade da “questão regional” para a interpretação do desempenho econômico nordestino no âmbito do mercado nacional: “A despeito de sua integração territorial ao mercado doméstico, da diversificação de sua base produtiva com a industrialização regional, o Nordeste ainda é a síntese da questão regional no Brasil e desafio para a erradicação da miséria e o resgate da cidadania.” (EGLER, 1996, p.201).

Nesse sentido, a integração regional sob os auspícios da reprodução do capital favorece a criação e recriação de territórios, dispendo-os de modo adequado à tessitura de uma especialização produtiva e de uma maior competitividade mercadológica; o corolário, portanto, não é o de uma homogeneização das regiões, visto que as diferenças e desigualdades são importantes porque encaradas em seus distintos potenciais para a geração de divisas e participação no contexto mais amplo, nacional, de divisão do trabalho:

É importante frisar que a integração territorial do mercado doméstico não borrou completamente as peculiaridades das estruturas produtivas regionais, homogeneizando integralmente o espaço econômico nacional. Mais do que isso, [...] este processo criou e recriou territórios econômicos dotados de características peculiares, cujos desdobramentos futuros passam a ser importantes para compreender a totalidade dinâmica da economia nacional e o papel das regiões diante da crise e de sua reestruturação produtiva. (EGLER, 1996, p.213-4).

Ainda este autor vai considerar a distinção entre o regionalismo histórico, assentado mais no patrimônio cultural, e o regionalismo que emerge dessa integração do mercado doméstico: no novo contexto, as regiões não são propriamente estruturas econômico-sociais justapostas e articuladas entre si por intermédio de um sistema mercantil, mas sim parcelas ou segmentos diferenciados de um único mercado, de âmbito nacional, integrado em termos financeiros e internacionalizado, em que se encontram presentes diversas composições ou arranjos entre grupos e atores econômicos regionais, nacionais ou multinacionais; ademais, as posições conquistadas no mercado doméstico, ou mesmo mundial, não são neutras às vantagens economicamente competitivas adquiridas por meio das prerrogativas locais. Assim sendo, as estruturas produtivas regionais, não obstante possam revelar um caráter modesto quando cotejadas a outras estruturas do mercado interno, não são, em si mesmas, “atrasadas” ou “obsoletas”, pois se configuram conforme as diretrizes relacionais, levando em

a abordagem da problemática regional nordestina a partir do entendimento das regiões como não-homogêneas e articuladas a outras regiões, no âmbito do processo do *desenvolvimento desigual e combinado* da reprodução do capital.

conta as estruturas estabelecidas e articuladas entre as partes componentes, tanto intra quanto inter-regionais. (EGLER, 1996).

Voltando-se à questão das imagens do *Sertão* em Rachel de Queiroz, diante das considerações feitas, tem-se uma construção imagética do espaço sertanejo que se vincula justamente ao arquétipo dos espaços sertanejos defendidos pelo discurso autoritário-oligarca das elites rurais, uma vez que a seca (como emblema da natureza impiedosa) é elencada como a característica que se sobressai na identificação da individualidade regional. É evidente que, para a escritora, a seca é menos um recurso argumentativo para aquisição de privilégios no cenário político-econômico nacional – como o é para as elites dirigentes regionais – e mais uma constatação da inclemência dos fatores climáticos em relação aos pobres sertanejos, alijados da capacidade de enfrentar adequadamente as agruras do clima. Dessa forma, revela-se uma preocupação social, sobretudo no que tange ao estabelecimento de uma relação causal, quase intransponível ou inelutável, entre os sofrimentos com a estiagem e a formação de uma grande massa de retirantes.

No entanto, tal preocupação social importa-se apenas com os efeitos mais visíveis, ignorando as bases estruturais, das grandes propriedades fundiárias e do autoritarismo político encarnado pelos mandonismos locais dos coronéis; destarte, como não poderia deixar de ser, esse romance, como o precursor da renovação do regionalismo literário nordestino na década de 1930, não se afasta do manifesto regionalista de Gilberto Freyre: assim como o sociólogo pernambucano, a romancista retrata a porção regional nordestina sob um intuito maior de traçar a identidade regional, apartada de uma mera condição periférica dos poderes centrais emanados do Sul. Nesse afã, porém, a estrutura política e social não foi mencionada ou questionada, e, embora permanecesse como uma mácula provavelmente (re)conhecida, foi preterida pelo tratamento dos sertões em suas dificuldades naturais, capaz de forjar um tipo sertanejo sofrido e, ao mesmo tempo, trabalhador e humano.

É esse sertanejo, personagem do romance e ator social da vida real, que sofre as consequências de uma estrutura oligárquica autoritária e limitadora da prática cidadã. Vivendo quase por conta, porque o Sertão é desprovido das forças e das garantias dadas pelo Estado, esses humanos infortunados são quase animalizados na efervescência do instinto natural de sobrevivência, convertendo-se em errantes – neste ponto, Rachel de Queiroz emplaca uma retórica literária que tonifica as injustiças sociais de tal condição, mas sem penetrar nas raízes dos fatos; em outras palavras, o conteúdo é abordado segundo o paradigma modernista da denúncia social, mas só o é na superfície, pois as estruturas são intocadas, não sendo alvos de críticas.

Em suma, a região nordestina é desnudada para os leitores dos centros hegemônicos, forjando um imaginário do atual Nordeste em seus problemas sociais, em seu “atraso”, o que seria aproveitado pelo regime político do Estado centralizador da década de 1930 para legitimar propostas de, no âmbito dos desígnios de unificação do mercado nacional, incorporar a região ao escopo do “oficialismo” político, social e econômico do Brasil. No fundo, o que se deu foi o endosso da ideia de “região-problema”, que necessitava intervenções do poder estatal para diminuir as desigualdades e, no que interessa a esta pesquisa, transubstanciar aquele imenso Sertão – como a região foi genericamente interpretada – em não-sertão.

Nesse ponto faz-se relevante destacar que o Sertão – como é aqui entendido – difere da periferia econômica, um dos vetores polares da relação *centro-periferia*: o espaço sertanejo atrela-se à falta de elementos “oficiais” do poder político e da justiça, sendo incógnito e desarticulado aos círculos do “espaço transitado” pelo poder político, social e econômico hegemônico; a periferia, por sua vez, é intencionalmente “atrasada” em relação aos poderes hegemônicos, pois assim articula-se ao centro de poder, respondendo a interesses específicos e buscando galgar privilégios ante outras periferias – é, pois, um não-sertão, conhecido e unido aos espaços hegemônicos, e componente da estrutura de reprodução do capital sob os moldes do *desenvolvimento desigual e combinado*, como propugnado por Oliveira (1981).

Portanto, sob o panorama do Nordeste de natureza impiedosa e da denúncia social de explicitação dos flagelos dos retirantes, Rachel de Queiroz impetrou uma visão literária do Sertão que foi aproveitada pela ideologia centralizadora política do Estado varguista, sequioso pela articulação dos espaços regionais em uma concertação das diferenças em prol da unidade nacional (notadamente, da unidade do mercado doméstico). O Nordeste como “região-problema” ainda seria (como ainda hoje é) uma imagem candente das necessidades – como argumentam os seus líderes políticos tradicionais – de investimento financeiro local/regional por parte do Estado, numa visão em que a região é genericamente encarada como um *grande sertão*, a despeito da heterogeneidade que abriga, que precisa ser constantemente incorporado pela onda do colonialismo interno ensejado pelo poder central.

O desfecho do romance é trançado por mínimas “pontas de esperança”, revigoradas pela chuva, que, além dos solos áridos, também alimenta as almas sertanejas, sedentas por mudanças. Assim, a mesma natureza impiedosa era a única que poderia regenerar e redimir os pobres sertanejos retirantes, devolvendo-lhes a esperança – simbolicamente representada pelo verdejar das paisagens da Caatinga – de dias melhores:

Lá adiante, em plena estrada, o pasto se enramava, e uma pelúcia verde, verde e macia, se estendia no chão até perder de vista.
 A caatinga despontava toda em grelos verdes; paus esverdeados, dum sujo tom de azinhavre líquido, onde as folhas verdes das pacaviras emergiam, e boiavam os verdes círculos de aguapé, enchiam os barreiros que marginavam os caminhos.
 Insetos cor de folha – *esperanças* – saltavam sobre a rama.
 E tudo era verde, e até no céu, periquitos verdes esvoaçavam gritando.
 O borralho cinzento do verão vestira-se todo de esperança. (QUEIROZ, 1978, p.107, grifo da autora).

Mesmo essa esperança sutil era fragilizada pela dura realidade, a qual, em virtude do prolongado período de seca, era ainda amarga, mesmo com as chuvas: necessitava-se ainda de tempo para que o feijão enramasse e florasse, para que o milho “bonecasse” e endurecesse o caroço, e para que a mandioca aprofundasse na terra – “Tudo isso era vagaroso, e ainda tinham que sofrer vários meses de fome.” (QUEIROZ, 1978, p.108).

Ainda assim, era sinal inequívoco de uma esperança, a qual, se por um lado, era buscada, no enredo romanesco, nas chuvas, no discurso político real pode ser encampada pela ideologia de novos agentes, que veem vantagens competitivas na simbólica *seca*: contraposto ao discurso mais antigo e ubíquo da natureza dificultosa, tem-se elaborado recentemente um discurso que vê na escassez pluviométrica a dificuldade da reprodução de pragas, que, associada à fertilidade de grandes extensões de solo, promove um enorme potencial para a agricultura irrigada de caráter empresarial – *agrobusiness*; assim, ao invés de pernicioso, o clima é redentor. Os atores regionais que encampam tal retórica integram uma parcela pequena do meio empresarial e da administração pública, elegendo o sol como matéria-prima privilegiada para o turismo e para a agricultura irrigada, encontrando a redenção por meio da tecnologia e da articulação da escala local com a internacional. (CASTRO, 1996).

Portanto, o discurso do *agrobusiness*, que começa, ainda timidamente, a ganhar força, coloca-se como um possível vetor de mudança, deslegitimando simbolicamente o discurso dominante e fundando um novo imaginário regional, rearranjando as arraigadas estruturas de equilíbrio e distribuição de poder. Em todo caso, as mudanças desejadas utilizam-se do mesmo meio agrário nordestino como suporte para a geração de desequilíbrios, considerando que é nessa estrutura rural que se assentam as raízes do conservadorismo regional; destarte, tais mudanças não suportam alterações efetivas nos quadros democráticos e de cidadania. Novos discursos e novos atores, também politicamente organizados no conjunto da reprodução do capital, que demandam ou abrem brechas para novos contextos, embora tais contextos não apontem para uma modificação significativa da realidade – assim como as “chuvas da esperança” de Rachel de Queiroz.

4.2 Graciliano Ramos: o angustiado romancista das “secas vidas” do sertão nordestino

O escritor e jornalista Graciliano Ramos de Oliveira nasceu no dia 27 de outubro de 1892, na cidade de Quebrângulo, sertão alagoano. Ele fora o filho primogênito de dezesseis. Acompanhou os pais, Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro Ramos, durante a infância, em suas andanças e mudanças de endereço, vivendo nas cidades de Viçosa (AL), Palmeira dos Índios (AL) e Buíque (PE) sob o regime das secas e das surras que lhe eram aplicadas por seu pai. Essa educação rígida marcou profundamente a alma do literato, desencantando-o em relação às noções de amor e fraternidade e fundando-lhe um espírito crente, desde cedo, na ideia de que todas as relações humanas são regidas pela violência.

Essa disposição espiritual marcante vai reverberar em seus romances, de modo que o mundo ficcional do literato é um universo sem amor e alegria, animado por personagens egoístas, cruéis e insensíveis, em geral desgraçados e malfadados pelo Destino; este, indefectível e aparentemente imutável, se impõe para humilhar e destroçar tais figuras. Segundo Lins (1945), as criaturas moventes de seus enredos são atormentadas por sua existência e consciência, uma vez que não encontram qualquer sentido para suas vidas e não se mostram aptas para quaisquer ações solidárias de cooperação e solidariedade, sendo-lhes reservada apenas a condição da cáustica solidão; carregam em si, sob o pesado fardo da inevitabilidade de fatos desagradáveis e sem o suporte da fé, um grande poder de negação, beirando a um niilismo moral, a um desejo recôndito e talvez inconsciente de aniquilamento e destruição. O ambiente literário que envolve tais personagens parece uma projeção do estado de suas almas: possuem qualquer coisa de deserto ou de casa fechada e fria. O ânimo é quase sempre desesperador, na certeza da incerteza, na única crença inquebrantável de que nenhuma ajuda, salvação ou redenção virá em auxílio desses personagens, entregues ao próprio destino, verdugo.

Ademais, nem mesmo o romancista emprega qualquer simpatia ou piedade por seus personagens, movimentando-os com tamanha impassibilidade que logo o desencanto e a indiferença que nutre para com a humanidade ficam nítidos. A raríssima simpatia só é reservada, em seus escritos, para uma única personagem, que sequer é humana: é a cachorra Baleia, em *Vidas Secas*. Contudo, embora não lhe conceda diretamente, o literato provoca tal simpatia em seus leitores, a fim de que estes nutram o sentimento de comiseração em relação aos seus atores dramáticos. (LINS, 1945).

Em sua obra autobiográfica, *Infância* (1945), Graciliano Ramos confessa a impressão definitiva do ambiente familiar que entalhou o seu espírito: “Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, o pavor.” (RAMOS, 1981, p.14). Dos pais, revê “pedaços deles, rugas, olhos raivosos, bocas irritadas e sem lábios, mãos grossas e calosas, finas e leves, transparentes.” (RAMOS, 1981, p.14), e os descreve: “Um homem sério, de testa larga [...], dentes fortes, queixo rijo, fala tremenda; uma senhora enfezada, agressiva, ranzinza, sempre a mexer-se, [...], boca má, olhos maus que em momentos de cólera se inflamavam como um brilho de loucura.” (RAMOS, 1981, p.16).

Em 1894, quando a família mudou-se para Buíque (PE), Graciliano teve o primeiro contato com as letras. Dez anos depois, em 1904, retornou junto com a família para o Estado de Alagoas, indo morar em Viçosa, onde o futuro escritor criou um jornalzinho dedicado às crianças, o *Dilúculo*. Posteriormente, redigiu o jornal *Echo Viçosense*, o qual tinha entre seus redatores o seu mentor intelectual, Mário Venâncio, que cometeu suicídio em fevereiro de 1906, fato que interrompeu a circulação do jornal. Em 1905, mudou-se para a capital, Maceió, onde frequentou, por pouco tempo, o Colégio Quinze de Março, dirigido pelo professor Agnelo Marques Barbosa. Em 1906, Graciliano publicou sonetos na revista carioca *O Malho*, sob o pseudônimo de Feliciano de Olivença. Este fora apenas um dos vários pseudônimos usados pelo literato em sua juventude literária: em 1909, em seu soneto *Céptico*, publicado no *Jornal de Alagoas*, ele usou o pseudônimo de Almeida Cunha; até 1913, nesse mesmo jornal, usou outros codinomes, como S. de Almeida Cunha, Soares de Almeida Cunha e Lambda, este último usado em trabalhos de prosa. Para além desses, em sua colaboração com a referida revista *O Malho*, ele usou alguns dos pseudônimos supracitados e o de Soeiro Lobato.

Em 1910, após responder a um inquérito literário movido pelo *Jornal de Alagoas*, da capital alagoana, ele mudou-se, em outubro, para a cidade de Palmeira dos Índios (AL), onde passou a redigir e onde, no ano seguinte, passou a colaborar com o *Correio de Maceió*, sob o pseudônimo Soares Lobato. Em 1914, mudou-se mais uma vez, agora para o Rio de Janeiro, embarcando no vapor *Itassuoê*, trabalhando, neste ano e parte do seguinte, como revisor de provas tipográficas nos jornais cariocas *Correio da Manhã*, *A Tarde* e *O Século*, além de colaborar com o jornal alagoano *Jornal de Alagoas* e com o fluminense *Paraíba do Sul*, sob as iniciais R.O. (Ramos de Oliveira). Em meados de 1915, voltou para Palmeira dos Índios (AL), onde trabalhou como jornalista e comerciante.

Sua vida pessoal, além da profissional, foi alterada quando, em 1915, casou-se com Maria Augusta Ramos, a qual faleceria em 1920, deixando-o com quatro filhos pequenos.

Apesar das suas contribuições prévias com o jornalismo, a carreira literária de Graciliano Ramos só vai efetivamente se destacar com a eleição do literato para o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios (AL): além de marcar a estreia do escritor em cargos públicos, a eleição (1927) e a posse (1928) desencadeariam a publicidade da retórica de Graciliano, pois, ao escrever o seu primeiro relatório ao governador Álvaro Paes – uma síntese, em suma, dos trabalhos realizados pela prefeitura ao longo do ano de 1928 –, a verve do escritor se tornara evidente, chamando a atenção mesmo que o conteúdo literário se referisse aos rotineiros assuntos de uma administração municipal. Publicado pela Imprensa Oficial de Alagoas, em 1929, tal relatório obteve um grande destaque; este destaque foi corroborado pelo novo relatório, escrito em 1930, o qual definitivamente solidificou a ideia do grande poder artístico-literário do prefeito Graciliano Ramos, indicando a sua vocação para as letras e chamando a atenção do editor Augusto Frederico Schmidt, o qual se animaria a publicar, em 1933, o romance de estreia do literato.

Em 1932, Graciliano renunciou ao cargo de prefeito, se mudando novamente para Maceió, onde assumiu o cargo de diretor da Imprensa Oficial e passou a colaborar com jornais sob o pseudônimo Lúcio Guedes. Neste mesmo ano, casou-se com Heloisa Medeiros. Pouco tempo depois, porém, ele pediu demissão do cargo de diretor da Imprensa Oficial, voltando a Palmeira dos Índios, onde fundou uma escola no interior da sacristia da Igreja Matriz da cidade.

O ano de 1933 assinala a estreia de Graciliano Ramos no cenário literário com a publicação de *Caetés*, obra que já vinha escrevendo desde 1925 e que dá a tônica pessimista que marcará toda a produção bibliográfica do autor. Em 1934, o seu pai falece em Palmeira dos Índios, mesmo local em que sua mãe faleceria, em 1943. Ainda em 1934, o literato publica *São Bernardo*.

Em março de 1936, ele é acusado – sem que a acusação fosse formalizada – de participar do malsucedido levante comunista de novembro de 1935 (a Intentona Comunista), sendo demitido dos jornais em que participava e preso em Maceió, de onde fora enviado a Recife e, depois, ao Rio de Janeiro, a bordo do navio *Manaus*, com outros 115 presos. Sob os rigores do governo varguista e da perseguição política encabeçada pelo coronel Filinto Müller, Graciliano permaneceu preso na capital federal até janeiro de 1937, passando pelo Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, pela Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande) e, após voltar à Casa de Detenção, foi definitivamente encaminhado para a Sala da Capela de Correção. Ainda em 1936, ele lança *Angústia* com a ajuda de amigos, dentre os

quais José Lins do Rego; esta obra é agraciada com o prêmio Lima Barreto, concedido pela *Revista Acadêmica*.

De acordo com Lins (1947), sobre a devoção partidária de Graciliano Ramos, ele afirma: “Não era ele naquela época um homem de partido, mas apenas – e como ainda hoje nos seus livros de ficção – um escritor independente, tendo a consciência de sua arte como expressão de realidades humanas, honestamente observadas e superiormente reveladas.” (LINS, 1947, p.149).

Após ser libertado, passou a trabalhar, durante o ano de 1937, como copidesque (responsável pela produção final da redação) em jornais do Rio de Janeiro. No ano seguinte, publicou o romance *Vidas Secas* e, em 1939, foi nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário do Rio de Janeiro. Em 1940, frequenta assiduamente a sede da revista *Diretrizes*, juntamente com outras personalidades importantes, “conhecidos comunistas e elementos de esquerda” como apontava a sua ficha na polícia política – dentre eles, Álvaro Moreira, Joel Silveira e José Lins do Rego. Com a participação deste último, surge, em 1942, o romance *Brandão entre o mar e o amor*, escrito em parceria com, além de José Lins do Rego, Jorge Amado, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz, sendo tal romance publicado pela Livraria Martins, de São Paulo.

Em 1945, o escritor filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro, após este voltar à legalidade com a queda do regime autoritário de Vargas – filiação esta que seria mantida até 1947, quando o partido foi novamente considerado ilegal. Naquele mesmo ano, 1945, é publicado o livro *Infância*. Em 1951, elegeu-se presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), tendo sido reeleito em 1952, o que comprovava a sua importância e o papel referencial que tinha no cenário literário brasileiro.

Em abril de 1952, viajou ao Leste Europeu em companhia da sua segunda esposa, Heloísa Medeiros Ramos, conhecendo a Tchecoslováquia e a Rússia. Visitou também a França e Portugal, retornando no dia 16 de junho, já enfermo, quando decidiu ir a Buenos Aires para se submeter a um tratamento de pulmão, em setembro. Lá foi operado, não obtendo o sucesso almejado. Em virtude da sua saúde debilitada, foi internado, em janeiro de 1953, na Casa de Saúde e Maternidade S. Vitor, no Rio de Janeiro, onde faleceu, vítima de câncer pulmonar, em 20 de março. Foi publicado postumamente, neste ano, o livro *Memórias do cárcere*, obra incompleta – faltando o último capítulo – em que Graciliano Ramos retoma as experiências de sua prisão.

Em relação à obra *São Bernardo* (1934), em foco nesta pesquisa, tem-se que a mesma é uma das mais expressivas da vertente regionalista da Segunda Geração Modernista,

interessada no questionamento social e psicológico e no desnudamento dos anacronismos de uma parcela “primitiva” da sociedade brasileira, violenta e pré-capitalista; nesse suporte temático, a atual Região Nordeste configurou-se como espaço privilegiado para a retomada da atitude crítica do Realismo/Naturalismo, porém sob novas bases, enriquecidas com as conquistas da fase heroica do modernismo brasileiro e com as novas teorias sociológicas e psicológicas.

Nesse escopo e espírito literários, Graciliano Ramos forjou, com este romance, uma obra literária de grande valor, configurando-se em uma das mais convincentes análises do sentido herdado, atávico, da posse e do sentimento de propriedade; neste universo, a importância do *ter* suplanta em muito a supremacia do *ser*, e a “luta pela vida” desconsidera quaisquer escrúpulos de ordem moral ou afetiva, atualizando um sentido naturalista de “sobrevivência do mais forte”, encarnada pelo protagonista, Paulo Honório, centro orbital do qual partem todas as personagens e tramas romanescas. Como pano de fundo, o coronelismo, a sociedade patriarcal nordestina e, sutilmente, a tensão política pós-anos 1930 no Brasil surgem para projetar, no ambiente externo, os dramas e angústias do interior, do cenário psicológico do protagonista.

No romance, como observa Lafetá (1946), o leitor é imediatamente lançado na ação, da qual se destaca apenas uma voz narrativa, em primeira pessoa; assim, ao invés de operar uma construção do ambiente ou do tempo da narrativa, antes de qualquer descrição de contextos, o romancista prefere lançar os fatos, os quais não possuem tanta importância como a impressão que eles geram acerca do narrador: a figura de um forte, dominador, empreendedor, dinâmico e obstinado, que se vale de todos os meios para executar a empresa concebida – qual seja: a de construir um livro com as suas memórias. À imagem de seu estilo, esse narrador é objetivo, direto, beirando à rudeza, tentando vencer quaisquer dificuldades para contar a sua história; e impacienta-se: “Dois capítulos perdidos.” (RAMOS, 1992, p.11). São também capítulos perdidos porque Paulo Honório considera inúteis os artifícios retóricos de construção ou evidenciação do *ethos* do protagonista, pensando em ir diretamente para os fatos em si, para os eventos – enfim, para a argumentação.

A objetividade, marca distinta de todo o romance, também é característica no processo de apropriação da fazenda São Bernardo, valendo-se de um notório recurso estilístico: a marcação obsessiva do tempo, cronometrado pelo narrador e delimitando as ações com certa precisão e de forma clara. Este recurso permeia a cena das negociações, em que Paulo Honório adquire definitivamente a fazenda, alvo primaz de seu espírito: “O meu fito na vida foi apossar-me das terras de S. Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar

mamona, levantar a serraria e o descaroçador, introduzir nessas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular.” (RAMOS, 1992, p.11). De fato, a expressão temporal é simbólica – afinal, como propugna o dito popular, “tempo é dinheiro” –, sinal de uma rapidez rítmica de sucessão dos eventos, que, no caso, ligado à posse da propriedade rural, só reforça o caráter dinâmico e avassalador do protagonista, movido por impulsos irrefreáveis e impetuosos. Nesse contexto, todos os obstáculos são arrasados e cedem ao furo de Paulo Honório, herói de vontade e energia inquestionáveis.

Os primeiros capítulos do romance pontuam, pois, a figura central do protagonista e narrador, centro orbital do romance: um personagem esmagador, que rumo direto e decidido para as finalidades que elenca para si, para os seus objetivos, transformados em metas, pois delimitadas temporalmente; Paulo Honório governa o (seu) mundo e imprime-lhe o (seu) ritmo impiedoso.

A marca é, sem dúvida, de um personagem vivaz e rude, que enfrentou desafios e dificuldades – “Sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas.” (RAMOS, 1992, p.14) –, mas que se apegou ao trabalho para adquirir posses e melhores meios de vida, o que era por ele interpretado como “subir na vida”. Nesse trajeto pertinaz, Paulo Honório, como já dito, não pisa escrúpulos, e vale-se de seu poder de proprietário para interferir na vida de seus funcionários e para pleitear um aumento da sua propriedade, alegando que seu vizinho, Mendonça, havia alterado os limites – a cerca – de sua fazenda: “Quantas braças de terra aquele malandro tinha furtado! Felizmente estávamos em paz. Aparentemente. De qualquer forma era-me necessário caminhar depressa.” (RAMOS, 1992, p.33).

Paulo Honório participa das eleições no esquema coronelista de constituição de um “curral eleitoral”, de votos marcados e certos – “Não sendo funcionário público, as minhas relações com o partido limitavam-se a aliciar eleitores, entregar-lhes a chapa oficial e contribuir para música e foguetes nas recepções do governador.” (RAMOS, 1992, p.63) –; além disso, vale-se do poder, legítimo em sua concepção, de uso da violência nas disputas de território, como no caso da morte de Mendonça, projetando uma prática maquiavélica de justificação dos meios pelos fins almejados, consumando o desgaste de questões morais, subordinadas ao objetivo principal de aquisição e enriquecimento (ou, em outro plano, apoderamento) a partir de São Bernardo. Nos termos da *fortuna* e da *virtu*, o pragmático espírito do protagonista compreende que a conquista, qualquer que seja, reside, em muito, no aproveitamento das oportunidades certas, fator fundamental e mais importante para o enriquecimento do que a quantidade de trabalho despendida: “Tenho visto criaturas que

trabalham demais e não progridem. Conheço indivíduos preguiçosos que têm faro: quando a ocasião chega, desenroscam-se, abrem a boca – engolem tudo.” (RAMOS, 1992, p.40).

O próprio narrador-personagem se declara bruto ou ignorante no ensino formal, mas isso não lhe impede de vangloriar-se de sua inteligência prática, que é o que lhe pesa, em última instância, para o seu “crescimento na vida”. A sua perspicácia das práticas lhe dá, inclusive, uma percepção acerca da ilusão da cidadania política – “E eu desde que me entendo, vejo eleitores e urnas. Às vezes suprimem os eleitores e as urnas: bastam livros. Mas é bom um cidadão pensar que tem influência no governo, embora não tenha nenhuma.” (RAMOS, 1992, p.67) – e da imprescindibilidade do trabalho e do empenho de todos para o funcionamento das coisas – “Lá na fazenda o trabalhador mais desgraçado está convencido de que, se deixar a peroba, o serviço emperra. Eu cultivo a ilusão. E todos se interessam.” (RAMOS, 1992, p.67).

O meio físico ou exterior não aparece objetivamente nesse romance, uma vez que a ambiência é mero acidente, sendo que é o personagem o cerne da vida romanesca: a paisagem exterior é, em último termo, uma projeção do homem e, a despeito de todo o romance desenvolver-se praticamente nos domínios da fazenda São Bernardo, não é a terra que é a realidade fundamental do enredo, mas sim a figura de Paulo Honório, com seu egoísmo, sua maldade, seu ciúme e sua desumanidade. (LINS, 1941). É nessa imbricação de personagem e ambiente que Álvaro Lins (1941) entende se dar a superposição de planos na obra de Graciliano Ramos: o *plano regional*, expresso nos personagens, marcados pelo meio físico e social, na forma dos diálogos, fidedignos ao prosaísmo da linguagem oral e informal, e nos ambientes de desenvolvimento das figuras e dos enredos; e o *plano universal*, alargado nos dramas romanescos, na complexidade sentimental dos personagens e na linguagem purista e rigorosa do romancista.

Qualquer que seja o plano ou o aspecto enfocado, permanece uma preocupação dominante na poética de Graciliano: “a de revelar o caráter humano. Não só o romancista está dominado por esse desejo de conhecer os seus semelhantes, mas esta aspiração é também dos seus personagens. Vivem voltados para dentro, com olhos que se inutilizaram quase para os quadros exteriores da vida.” (LINS, 1941, p.130-1). No entanto, a preocupação candente em fixar e exhibir o caráter humano não significa um interesse pela sorte dos seus personagens, mas sim um suporte para que o romancista contemple a miséria deles, meros instrumentos do Destino ou de seus instintos. Com grande impassibilidade, o autor não lhes reserva a mínima piedade ou misericórdia; em *São Bernardo*, essa percepção que Graciliano nutre a respeito dos homens aparece na voz de Paulo Honório:

Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos, como Padilha, bichos do mato, como Casimiro Lopes, e muitos bichos para o serviço do campo, bois mansos. Os currais que se escoram uns nos outros, lá embaixo, tinham lâmpadas elétricas. E os bezerrinhos mais taludos soletravam a cartilha e aprendiam de cor os mandamentos da lei de Deus.

Bichos. Alguns mudaram de espécie e estão no exército, voltendo à esquerda, voltendo à direita, fazendo sentinela. Outros buscaram pastos diferentes. (RAMOS, 1992, p.182).

Mesmo Paulo Honório, em sua introspecção, não lhe reserva outra caracterização, mais piedosa: a despeito de, *a priori*, o protagonista ter alimentado, a partir de sua ambição, uma suposta autoimportância e um egocentrismo desmedidos, essa impressão é implodida no momento em que os fins de conquista material são alcançados, mas, ao contrário do imaginado, não preenchem o vazio que sente; nesse momento, lhe irrompe o egoísmo, e o ciúme lhe devora as entranhas. Julga-se, ele próprio, então, nessas palavras:

O que estou é velho. Cinquenta anos pelo S. Pedro. Cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros. O resultado é que endureci, calejei e não é um arranhão que penetra esta casca espessa e vem ferir cá dentro a sensibilidade embotada.

Cinquenta anos! Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê! Comer e dormir como um porco! Como um porco! Levantar-se cedo todas as manhãs e sair correndo, procurando comida para os filhos, para os netos, para muitas gerações. Que estupidez! Que porcaria! Não é bom vir o diabo e levar tudo? (RAMOS, 1992, p.181).

Paulo Honório, assim, se compara a um animal guiado por seus instintos: do mesmo modo da ação programática biológica, a incansável labuta diuturna de acumulação de riquezas e de posses se assemelha a uma total falta de liberdade, a uma condenação limitante, cotejando o homem a outro animal qualquer. Ademais, o personagem chega ao extremo de cultivar uma filosofia do nada, um niilismo aniquilador, de absoluta negação e destruição, em que mesmo o fito vital de garantia da sobrevivência das próximas gerações da espécie se torna inútil ou de pouco valor. Todos os personagens de Graciliano compartilham, consoante Lins (1941), essa condição de perdidos e abandonados, sem nada saber da sua origem ou de seu destino, com seus atos sendo originados ou justificados em si, fora de quaisquer preocupações de ordem moral ou transcendente.

O que se tem é, pois, o reverso, ou, mais propriamente, a desconsideração da moral, impondo uma situação, como acima mencionada, de justificação dos meios pelos fins; a moralidade é esvaziada diante da busca pelo benefício, o que leva Paulo Honório a afirmar, sem hesitação: “A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que me deram lucro.” (RAMOS, 1992, p.39).

Nesse íterim de colapso dos valores humanos, há uma supressão das individualidades, uma “animalização” do ser humano, reificado, encarado exclusivamente em suas possibilidades utilitárias para a manutenção do poder advindo da propriedade. A esse respeito, destaca-se a sentinela de Paulo Honório, Casimiro Lopes, a qual era devota e nutria uma fidelidade canina por seu amo – “Casimiro Lopes, que não bebia água na ribeira do Navio, acompanhou-me. Gosto dele. É corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão e fidelidade de cão.” (RAMOS, 1992, p.15) –; a dedicação é tanta que o narrador chega a “bestializar” o seu companheiro, colocando as atitudes de Casimiro como frutos mais de uma origem animalesca, natural e espontânea do que derivações de escolhas comportamentais ou crenças: o seu “jagunço” é, então, mais um animal selvagem do que propriamente um humano – “Nunca vi ninguém mais simples. Estou convencido de que não guarda a lembrança do mal que pratica. Toda a gente o julga uma fera. Exagero. A ferocidade aparece nele raramente. Não compreende nada, exprime-se mal e é crédulo como um selvagem.” (RAMOS, 1992, p.136).

Diante desse quadro, comum a todos os romances de Graciliano, tem-se um arraigado sistema antissentimental, em que a característica mais marcante não é o *humour*, mas o sarcasmo, resultado da revolta de uma sensibilidade vibrátil e tensa; tal sensibilidade, maltratada, macerada e sufocada, projetou no romancista um demiurgo de um universo literário impiedoso, centrado em cáusticas observações e severas repreensões. (LINS, 1945). O seu mundo romanesco é sempre povoado por “vidas secas”, configurando-se como um mundo sem amor, regido por sua concepção de vida, limitada, de um lado, pelos instintos humanos e, por outro, pelo Destino fatalista.

Toda essa objetividade e sisudez refletem-se na composição poética do romancista, desenvolvida sob um surpreendente estilo de concisão e de rígido ascetismo das narrações e dos diálogos, rápidos, objetivos, exatos, precisos, sem lacunas ou brechas para adjetivações desnecessárias: o que há é uma perfeita unidade entre as palavras e os seus sentidos, que, para além da correção clássica, cultivava uma prosa moderna no vocabulário e nas construções sintáticas. “O que a valoriza propriamente não é a beleza, no sentido hedonístico da palavra, mas a sua precisão, a sua capacidade de transmitir sensações e impressões com um mínimo de metáforas e imagens, quase só com o jogo e o atrito de vocábulos, principalmente de adjetivos.” (LINS, 1945, p.142).

Empenhado na construção do caráter de Paulo Honório, o romancista usa a história de Seu Ribeiro como um visível contraponto, escancarando o “lado derrotado” de alguém que já mandara e governara, mas que perdera as prerrogativas do poder, afastado pelo progresso e pela urbanização. Essa história de Seu Ribeiro – comentada no Capítulo 1 – é interpolada às

ações vitoriosas do narrador-personagem, dando a tais ações uma aura ainda mais triunfante. Aliás, sobre a personalidade do protagonista, Lafetá (1946) estabelece uma comparação entre esta e as características e ideais da burguesia: para este autor, a ação transformadora, a velocidade enérgica e a posse total são características emblemáticas da classe burguesa, e o herói de *São Bernardo* os possui em alto grau, imprimindo-os profundamente na tessitura da narrativa, de modo que “A objetividade do romance nasce da postura do narrador face ao mundo: ele nada problematiza, de nada duvida, em ponto algum vacila. Tudo que importa é possuir e dirigir o mundo. Para tanto, ele conhece os meios. E não pensa sobre eles: aplica-os.” (LAFETÁ, 1946, p.197).

Depois da posse da propriedade rural, o romance esboça outro núcleo: o da busca de outra unidade, fundada na posse de Madalena. Mais do que uma relação afetiva, o que motiva o “romance” entre as personagens é a necessidade que Paulo Honório sente em preparar um herdeiro para a fazenda – “Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma idéia que me veio sem que nenhum rabo-de-saia a provocasse. [...] Não me sentia, pois, inclinado para nenhuma [mulher]: o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo.” (RAMOS, 1992, p.59). De fato, não seria possível esperar outra postura de Paulo Honório, pois, não afeito a relações afetivas, ele analisava o padrão de sociabilidade entre homens e mulheres em seu aspecto biológico de reprodução da espécie, encarando-os sob a condição de machos e fêmeas: “Necessitando pensar, pensei que é esquisito este costume de viverem os machos apartados das fêmeas. Quando se entendem, quase sempre são levados por motivos que se referem ao sexo. Vem daí talvez a malícia excessiva que há em torno de coisas feitas inocentemente.” (RAMOS, 1992, p.65). Animalização ou zoomorfização que reaparece de modo evidente em outro trecho: “– Qual reciprocidade! Pieguice. Se o casal for bom, os filhos saem bons; se for ruim, os filhos não prestam. A vontade dos pais não tira nem põe. Conheço o meu manual de zootecnia.” (RAMOS, 1992, p.87).

O núcleo estabelecido entre Paulo Honório e Madalena apresenta uma mudança da sintaxe narrativa, de modo que todos os eventos e motivos temáticos – manobras, negócios, brigas – passam a se subordinar ao novo fito do protagonista, a posse da mulher. Novamente, a “apropriação” de Madalena se processa em ações decididas e gestos oportunos, com a marcação rigorosa do tempo, que dá a tônica do novo triunfo do protagonista, com as dificuldades cedendo sob sua força e o mundo se curvando à sua vontade.

Por conta dessa sua propriedade dinâmica, Lafetá (1946) compreende que Paulo Honório simboliza, no interior da trama romanescas, a força modernizadora, devastando as obsolescências do universo de *São Bernardo*: o narrador-protagonista é o dínamo que gera a

energia do romance, arrebatando tudo e provocando reestruturações incessantes nas relações globais do universo (limitado) enfocado. Sob os signos da ação, da transformação e do sentimento de propriedade, o dínamo se estabelece; mas, este não pode existir indefinidamente, sujeito ao esgotamento da sua capacidade em gerar transformações: esta é a guinada que vai acontecer no enredo, uma vez que o narrador, contaminado pelo rigor das relações estabelecidas com o mundo – empreendidas a partir do sentimento de propriedade e do tratamento de todos como coisas manipuláveis em favor de seus desígnios –, passa a sofrer com a impossibilidade de vencer no intuito de submeter Madalena aos seus projetos.

A partir de *São Bernardo*, Graciliano Ramos encontrou o seu plano de ficção ao se dedicar ao romance psicológico: movimentando as figuras pelo microcosmo representado pela propriedade rural, o romancista desencadeou tramas repletas de humanidade, paixões, dramas, misérias, desgraças irremediáveis e anseios de felicidade; assim, a beleza estética e artística de suas obras reside nos reflexos manifestados pelo interior dos personagens a respeito dos fatos exteriores, pois os acontecimentos só ganham destaque quando internalizados nas almas, nos atributos e nos pensamentos dos personagens. Com base nesse profícuo terreno subjetivo, o romancista consumou seu estilo literário, repleto de propriedade, vigor e elegância. No entanto, se o plano psicológico é o maior trunfo do romancista, ele também lhe gerou problemas ante a crítica literária: exatamente por ser este plano denso em suas tramas romanescas, a maior inverossimilhança de *São Bernardo* está justamente na incompatibilidade entre o teor psicológico narrativo e a figura ou o caráter rude, rústico, direto e objetivo de seu narrador, Paulo Honório, apresentando um nítido contraste entre o livro e o seu imaginário escritor. (LINS, 1947).

O núcleo aberto no romance pela relação entre o narrador-protagonista e Madalena, em que pesa a recusa desta em alienar-se e entrar no jogo de reificação imposto por aquele, engendra inevitáveis choques:

Um novo núcleo se abre, e os novos motivos que surgem se organizam em torno deste motivo central: a tentativa de Paulo Honório de reduzir Madalena a objeto possuído. Na medida em que a mulher escapa a seu controle, na medida em que ela é capaz de apiedar-se dos trabalhadores miseráveis que vivem na fazenda, na medida em que Madalena se afasta de seu universo de proprietário e escapa, portanto, à sua compreensão, Paulo Honório sente ciúmes. (LAFETÁ, 1946, p.204-5).

O conflito estabelecido é, pois, tenso e destruidor, uma vez que opõe duas forças diametralmente contrárias: a “alma agreste” de Paulo Honório e a bondade de Madalena. Esta bondade é descoberta aos poucos – “Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente.” (RAMOS, 1992, p.101) – e surpreende o protagonista, ignorante da extensão das ações

altruístas de sua esposa, menosprezando as suas atitudes pelo fato de não partilhar de seus valores – “As amabilidades de Madalena surpreenderam-me. Esmola grande. Percebi depois que eram apenas vestígios da bondade que havia nela para todos os viventes. Paciência. Eu não devia esperar nem esses sobejos – e o que viesse era lucro. Vivemos algum tempo muito bem.” (RAMOS, 1992, p.105).

Todavia, esse clima de pseudo-harmonia durou pouco no relacionamento entre eles, gerando o reconhecimento, na introspecção do protagonista, de que o conflito estabelecido para com a bondade de Madalena fora causado, em grande parte, por ele próprio, bruto, egoísta e desconfiado:

Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Os sentimentos e os propósitos esbarraram com a minha brutalidade e o meu egoísmo. Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.
E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte!
A desconfiança é também consequência da profissão. (RAMOS, 1992, p.187).

A justificativa de seus comportamentos volta-se para o seu meio, visualizando uma espécie de determinismo ambiental nos personagens de Graciliano, limitados em alterar os seus comportamentos porque são “bestializados” e, apesar de humanos, possuem caminhos traçados e percorridos, inevitavelmente, para a confirmação dos destinos individuais. Esse poder determinístico do meio é expresso no autorreconhecimento de Paulo Honório em relação à rusticidade de suas ações – “A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste.” (RAMOS, 1992, p.101) – ou na compreensão de Madalena de que os motivos dos desacordos com o marido derivavam mais do fato de não conhecer o meio rural e as suas práticas – “– Acredito, acredito. O que há é que ainda não conheço o meio. Preciso acostumar-me.” (RAMOS, 1992, p.106).

As tensões, conflitos e desconfianças atingem um paroxismo que produz como efeito inevitável a eliminação física de Madalena e a destruição completa de Paulo Honório: com o suicídio de sua esposa, o mundo do narrador desgovernou-se por completo, o dínamo estragou-se, e as ações práticas de agir, mandar ou cultivar a terra perderam sua utilidade; desanimado e de espírito arrasado e esfarrapado, só restara ao narrador compor a narrativa de sua vida, buscando o significado de tudo que lhe escapara.

Nesse contexto, os desagrvos ainda são extremados com as mudanças no cenário político brasileiro de 1930, impondo um descaminho definitivo ao mundo do protagonista – “O mundo que me cercava ia-se tornando um horrível estrupício. E o outro, grande, era uma balbúrdia, uma confusão dos demônios, estrupício muito maior.” (RAMOS, 1992, p. 174). Questões aparentemente resolvidas, como os limites da propriedade, a obtenção de crédito e a

fixação dos altos preços dos produtos, são ressuscitadas, apartando, pelos interesses particulares, todos os amigos que frequentavam a fazenda regularmente, transformando São Bernardo em uma propriedade abandonada.

Nesse momento do enredo, estabelece-se, segundo Lafetá (1946), uma alteração da temporalidade narrativa: se até então predominara o *tempo do enunciado*, retratando os eventos ocorridos na vida de Paulo Honório, o novo momento dá enfoque ao *tempo da enunciação*, destacando o momento em que se escreve o livro pelo narrador-personagem; essa duplicidade temporal é notória no romance, demandando uma estruturação narrativa também diferenciada: com o emperramento e a paralisia do caráter ativo do protagonista a partir da derrota imposta pela morte de Madalena, a linguagem seca do tempo do enunciado cede lugar à lamentação elegíaca do tempo da enunciação, e a narrativa de ritmo acelerado é substituída por compassos lentos, reflexivos e introspectivos, problematizadores da nova condição difícil em que se encontra submetido o narrador-personagem.

No universo do monólogo interior, Paulo Honório nutre a sensação da impossibilidade de modificar-se, resignando-se com tal condição: “Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige.” (RAMOS, 1992, p.184-7). Na tentativa de encontrar o que perdera, ele se depara derradeiramente com um final trágico, em que só tem a si mesmo, solitariamente: “E vou ficar às escuras, até não sei que hora, até que, morto de fadiga, encoste a cabeça à mesa e descanse uns minutos.” (RAMOS, 1992, p.188) – palavras finais do romance, que, assim, marcam definitivamente a vitória da reificação e a derrota total do herói, incapaz de modificar-se. (LAFETÁ, 1946).

Se esse derrotismo é o corolário previsível dos romances de Graciliano Ramos, considerando a anulação dos esforços de seus narradores-personagens, o romance *Vidas Secas* (1938) inaugura novas qualidades no romancista: nesta obra, segundo Lins (1947), ele se mostra mais humano, sentimental e compreensivo, nutrindo indisfarçáveis compaixão e simpatia pelos protagonistas – o vaqueiro Fabiano e sua família; por isso mesmo, esta obra é a primeira ficção do romancista em que a narração é feita em terceira pessoa, com o autor movimentando diretamente os seres de sua criação, não mais sob os signos do sarcasmo puro ou da revolta egoísta. No entanto, a lucidez e a sobriedade continuam a ser a marca distintiva do romancista, apresentando uma potência cerebral e abstrata; por isso, o título de *Vidas Secas* para um de seus romances parece ter sido fruto de uma candente intuição, uma vez que

todos os personagens de seus romances são, de fato, “vidas secas”, bem como o seu estilo artístico-literário, concomitantemente seco e poético. (LINS, 1941).

Em termos técnicos e estilísticos, esta obra foi construída em quadros independentes, cada qual em um capítulo próprio, articulados sutilmente, dando um caráter autônomo às peças, todas elas desenvolvidas sob um notável valor literário; ademais, os personagens “primitivos” e rústicos transitam pelo plano romanesco a partir de monólogos interiores e introspecções que ocupam a maior parte das linhas do enredo, dando mais atenção a estas reflexões do que aos episódios dramáticos propriamente ditos.

Apesar dessa desproporcional relação entre os episódios e os monólogos interiores ter sido considerada, por Lins (1947), um defeito de inverossimilhança da obra, este mesmo autor argumenta que:

A inverossimilhança, neste caso, não provém da substância da novela, mas da técnica. Se houvesse maior proporção entre episódios e monólogos, entre a vida exterior e a interior dos personagens, este problema da ficção teria sido resolvido de maneira perfeita. Porque, no mais, nenhuma inverossimilhança, nenhum defeito fundamental será encontrado em *Vidas Secas*. Tudo o que o romancista, nos monólogos interiores, atribui a Fabiano, sua mulher e seus filhos, são pensamentos e reflexões à altura do que lhes poderia ter ocorrido realmente. Eles pensam, imaginam e sente o que seriam pessoalmente capazes de pensar, imaginar e sentir. O romancista caiu numa inverossimilhança quanto à técnica de disposição dos monólogos, mas se salvou dessa falha no que diz respeito ao conteúdo deles. (LINS, 1947, p.152).

Dotados de perfeita unidade e harmonia interior nos conteúdos, os episódios são amalgamados em uma tessitura cerebral, em que o drama do primeiro capítulo é continuado e repetido no último, sendo que todas as interposições alimentam e ligam tais dramas. Além de apresentar a retórica mais humana e comovente dentre as obras do romancista, *Vidas Secas* é a obra “que contém o maior sentimento da terra nordestina, daquela parte que é áspera, dura e cruel, sem deixar de ser amada pelos que a ela estão ligados teluricamente. O que impulsiona os seres desta novela, o que lhes marca a fisionomia e os caracteres, é o fenômeno da seca.” (LINS, 1947, p.153).

Portanto, assim como em Rachel de Queiroz, a *seca* vai figurar como um elemento emblemático da atual Região Nordeste; no entanto, em Graciliano Ramos, a seca atinge limites poético-literários sem precedentes, “contaminando” todo o enredo: o fenômeno climático da ausência pluviométrica em determinado período do ano, em porções territoriais nordestinas, influencia, para além da linguagem, também ela seca e rústica, na corrosão das almas dos personagens, modulando e lapidando os seus espíritos. Neste romance, toda a verve e a genialidade literária do literato se explicitam, compondo quadros ao mesmo tempo trágicos e belos. O resultado ou efeito é a consumação de uma prosa regionalista ímpar.

Nestas duas obras, o romancista leva ao limite o clima de tensão estabelecido nas relações entre o homem e o meio natural, e entre o homem e o meio social, engendrando conflitos veementes, capazes de moldar personalidades e transfigurar as qualidades dos homens. A violência é imperiosa, os finais são trágicos e irreversíveis, e a morte é uma constante, como atestam o suicídio de Madalena em *São Bernardo* e as mortes do papagaio e da cadela Baleia em *Vidas Secas*. Com personagens oprimidos e moldados pelo meio – no caso dos protagonistas Paulo Honório e Fabiano, moldados pelo Sertão –, as estruturas que vigoram só permitem a resignação ante a força das inevitabilidades do Destino, baldando qualquer esforço, caracterizado sob o estatuto da absoluta *inutilidade*: “Parece que, dentro da posição pessimista e negativista do autor, segundo a qual as pessoas nunca fazem o que desejam, mas o que as circunstâncias impõem, gestos, intenções, desejos e esforços, tudo se torna inútil.” (PINTO, 1962, p.25⁹⁶ *apud* DE NICOLA, 1998, p.363).

O literato marca as suas tramas romanescas pela imperiosa “lei da selva”, de modo que a luta pela sobrevivência configura-se como o ponto de convergência de toda a gama de personagens do romancista. Nesse contexto, os personagens são reduzidos às suas condições animais, de *bichos* ou *viventes*, despossuídos, somente com a vida para lutar e defender. Esse é o caso do episódio em que o papagaio é devorado para aplacar a fome dos retirantes – Fabiano, Sinha Vitória, seus filhos e a cadela Baleia:

Ainda na véspera eram seis *viventes*, contando com o papagaio. Coitado, morrera na areia do rio, onde haviam descansado, à beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardara lembrança disto. Agora, enquanto parava, dirigia as pupilas brilhantes aos objetos familiares, estranhava não ver sobre o baú de folha a gaiola pequena por onde a ave se equilibrava mal. Fabiano também às vezes sentia falta dela, mas logo a recordação chegava. Tinha andado a procurar raízes, à toa: o resto da farinha acabara, não se ouvia um berro de rês perdida na catinga. Sinha Vitória, queimando o assento no chão, as mãos cruzadas segurando os joelhos ossudos, pensava em acontecimentos antigos que não se relacionavam: festas de casamento, vaquejadas, novenas, tudo numa confusão. Despertara-a um grito áspero, vira de perto a realidade e o papagaio, que andava furioso, com os pés apalhetados, numa atitude ridícula. Resolvera de supetão aproveitá-lo como alimento e justificara-se declarando a si mesma que ele era mudo e inútil. (RAMOS, 1998, p.11, grifo meu).

Não resta outro estado ao papagaio a não ser a mudez, uma vez que a família também pouco falava, não se comunicava muito – de fato, são raríssimos os diálogos ao longo de toda a obra – e, por isso, não incentivava o comportamento mimético da ave, que, em geral, somente aboiava, tangendo um gado inexistente, ou latia, arremedando a cachorra. De qualquer modo, as condições subumanas nivelavam os animais e as pessoas:

⁹⁶ PINTO, Rolando Morel. *Graciliano Ramos* – autor e ator. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962.

[Fabiano] Pisou com firmeza no chão gretado, puxou a faca de ponta, esgaravato as unhas sujas. Tirou do aio um pedaço de fumo, picou-o, fez um cigarro com palha de milho, acendeu-o ao binga, pôs-se a fumar regalado.

– Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos, mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:

– Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.

Chegara naquela situação medonha – e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.

– Um bicho, Fabiano. [...]

Deu estalos com os dedos. A cachorra Baleia, aos saltos, veio lamber-lhe as mãos grossas e cabeludas. Fabiano recebeu a carícia, enterneceu-se:

– Você é um bicho, Baleia. (RAMOS, 1998, p.18-9).

O estatuto bestializado dos personagens é constantemente ratificado, nesta e em outras obras do romancista – como já antecipado, por exemplo, na figura de Casimiro Lopes em *São Bernardo*; todavia, é em *Vidas Secas* que a animalização ou zoomorfização é abordada com a máxima perícia e maestria, sendo emblemática na figura de Fabiano. Sutil, e ao mesmo tempo, ácida, essa “redução do humano” tem um forte caráter de denúncia: a condição de bichos é derivada da miséria a qual os personagens estão submetidos, sendo que esta miséria não é uma resultante exclusiva da seca – a qual certamente colabora para o estado desditoso de pobreza dos atores sociais –, mas sim da exploração de que os sertanejos são vítimas. A linguagem simbólica, um dos atributos mais significativos da distinção entre os homens e os demais animais, é também um entrave para Fabiano e sua família – “as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos.” (RAMOS, 1998, p.84) – e, embora seja capaz de reconhecer a sua importância, o protagonista não domina a linguagem, não sendo esta, pois, uma característica de deferência dele aos demais animais; essa deficiência, inclusive, o torna ainda mais vulnerável aos jogos de poder.

Seguindo os trilhos abertos por Rachel de Queiroz, o flagelo dos *retirantes* é exposto, acompanhando a trajetória de Fabiano e sua família, metonímia clara de tantas outras famílias de retirantes – como indicado sutilmente pela ausência de nomes próprios para a designação dos filhos do casal, sendo apenas chamados de “o menino mais novo” e “o menino mais velho”. Esse universo romanescos de sofrimento extremo pode ser bem expresso pela imagem do *ser-tão insuportável*, conforme arguta expressão de Vinaud (2011).

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.

Arrastaram-se para lá, devagar, sinha Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aio a tiracolo, a cuia pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás.

Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar sentou-se no chão.

– Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. Mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos. Fabiano ainda lhe deu algumas pancadas e esperou que ele se levantasse. Como isto não acontecesse, espiou os quatro cantos, zangado, praguejando baixo.

A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O vôo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos. [...]

Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a idéia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinha Vitória estirou o beijo indicando vagamente uma direção e afirmou com alguns sons guturais que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acocorou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados ao estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu e Fabiano teve pena. Impossível abandonar o anjinho aos bichos do mato. Entregou a espingarda a sinha Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinha Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis.

E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande. (RAMOS, 1998, p.9-10).

Apesar de extenso, este excerto indica bem a imagem poética do *sertão das secas* em Graciliano Ramos. Os sertanejos, brutalizados e fustigados pela seca e pela miséria, mal desenvolvem os traços distintos da cooperação e da solidariedade dos grupos humanos, sendo quase caracterizados pela pura necessidade de sobrevivência, mesmo ao preço do abandono “dos mais fracos”.

Os retirantes desse ambiente de “deserto queimado”, porém, são mais completos do que os do universo literário de Rachel de Queiroz, uma vez que são retratados em um *ciclo vicioso*: o primeiro episódio trata justamente da “transumância dos retirantes” em virtude da seca, até se estabelecerem em um rancho; na metade da obra, esses retirantes são acometidos pelas dificuldades impostas pelas condições opostas, isto é, as chuvas do inverno nordestino – no capítulo intitulado *Inverno* –; enfim, no desfecho, é (re)apresentada uma retirada, como o princípio fora uma chegada, estabelecendo um processo interminável de busca de melhores situações de vida – “E o sertão continuaria a mandar gente pra lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos.” (RAMOS, 1998, p.126). Nesse movimento, não é exatamente a seca, pois, a vilã, mas sim a miséria –

obviamente potencializada pelas condições ambientais extremas, tanto na figura da seca quanto na das enchentes –, que subjuga os humanos, concorrendo para sua animalização.

Outro ponto de apoio da obra é representado pelo poder discricionário, mais um elemento de subjugação e humilhação dos sertanejos. Em *Vidas Secas*, a completa sequidão é também encarnada nos comportamentos, voltados para a exploração do protagonista a partir dos poderes: é o caso do abuso de poder por parte das autoridades, representado pelo “soldado amarelo” – sendo este, conforme De Nicola (1998), uma alegoria da ditadura Vargas –; ou o caso do abuso de poder por parte dos empregadores e dos cobradores de impostos da prefeitura, em relação aos pagamentos e taxas, aproveitando-se da ignorância dos trabalhadores para aumentar os ganhos por intermédio dos temíveis juros.

Nesse sentido, tanto a ambição de Paulo Honório quanto a prepotência dos soldados amarelos (ou das autoridades como um todo) seriam frutos da estrutura social fortemente arraigada, e que, na obra do romancista, aparece apenas nas entrelinhas, uma vez que a imagem resplandecente – como artifício de denúncia – é a do senso comum, uma *falsa consciência* de que os problemas seriam gestados pelo ambiente pernicioso dos sertões. Para mudar o *status quo*, portanto, seria necessário rejeitar o ciclo determinístico ambiental e mobilizar uma efetiva mudança dessas estruturas.

Por conseguinte, o sertão de Graciliano Ramos cristaliza a imagem da seca; porém, mais importante do que esta imagem, é a insígnia implantada dos espaços sertanejos como áreas de domínio de homens rústicos, sertanejos brutalizados e animalizados pelo ambiente e, sobretudo, pela miséria e exploração. Por um lado, a seca e a “incivilidade” do sertanejo só corroboram o discurso oficial hegemônico do poder estatal nacional em transformar os sertões nacionais – em destaque para a “região-problema”, alcunha genérica do atual Nordeste – no dito não-sertão, espaço integrado à lógica do capital, mesmo que gozando de uma situação periférica no amplo jogo de forças e de relações da reprodução ampliada do capital na concertação e articulação dos diferentes territórios compostos do Brasil.

Por mais que as posturas individuais dos literatos tenham se afastado do desiderato ideológico varguista – que, no período 1930-1945, mostrou-se ambíguo, tenso e controverso, com marcas explícitas de populismo e autoritarismo –, nota-se que havia concordâncias mais gerais, engendradas e partilhadas como questões fundamentais do *zeitgeist* do Brasil naquele momento histórico: esse era o caso da necessidade de resolver os problemas de “atraso”, do ponto de vista da efetivação e hegemonia do sistema capitalista, para a consolidação de um mercado interno minimamente competitivo, ou ao menos localizado, no conjunto do sistema capitalista mundial. Em outras palavras, era preciso fundar uma nacionalidade legitimada e

soberana em todo o território nacional, o que implicava em resolver questões de ordem, legalidade, política, economia e, até mesmo, sociais em regiões ainda não integradas aos centros hegemônicos do poder. Isso ajuda a explicar porque literatos, comunistas ou não – mas, acima de tudo, artistas, descompromissados com a produção de obras panfletárias –, assumiam discursos que reforçavam a imagem das “regiões atrasadas”, opostas nos pares dicotômicos do Litoral/Sertão e, no fundo, da “barbárie”/“civilização”. Assim foram com os discursos artístico-literários de Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, os quais, por mais que não possuíssem intenções explícitas, foram aproveitados como uma denúncia do “obsoleto” e do “anacrônico”, robustecendo a retórica estatal de intervenção pró-modernidade dos sertões (nordestinos, no caso aqui enfocado).

Contudo, em Graciliano Ramos tem-se, por outro lado, um literato da angústia e que beira ao niilismo, *re-ligando* todos os homens à condição de “condenados pelo Destino”; por essa ligação transcendente e universalista, da força da arte do escritor emerge uma autêntica retórica humanitária, em que o “homem rústico” dos sertões em nada difere do “homem civilizado” dos territórios integrados à lógica político-econômica hegemônica – os não-sertões –, e, ainda mais longe e mais fundo, não muito diferentes mesmo dos demais animais ou criaturas viventes do planeta. Nesse contexto, a imagem negativa dos sertões se dissolve e, embora não se crie propriamente uma imagem positiva deles, os espaços sertanejos são encarados, no âmago da arte de Graciliano, sob uma avaliação mais neutra e equilibrada, essencialmente nem bons ou ruins, melhores ou piores, autênticos ou artificiais: apenas espaços humanos, diferentes de outros hegemonicamente mais poderosos. Essa faceta, mais escondida, é a representação da obra poética e transcendente do literato.

4.3 José Lins do Rego: o atraso e a injustiça nacionais refletidos nos sertões do “ciclo da cana-de-açúcar”

O escritor José Lins do Rego Cavalcanti nasceu no dia 03 de junho de 1901, no engenho Tapuá, em São Miguel de Taipu, na Paraíba. Filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia Rego Cavalcanti, o pequeno José Lins, no entanto, não conviveu muito com os pais em sua infância, uma vez que sua mãe morrera cedo e o seu pai, desde então, se afastara para viver em outro engenho; assim, ele passou a viver com o avô materno, José Lins Cavalcanti de Albuquerque, no engenho Corredor, no município de Pilar (PB), sob os cuidados da sua tia Maria. Esses fatos, aproveitados para a composição da história de seu alterego literário,

Carlos de Melo, deixaram fundas impressões no futuro literato, de tal modo que ele mesmo escreveu, em seu livro de memórias, *Meus Verdes Anos* (1956):

Tanto me contaram a história que ela se transformou na minha primeira recordação da infância. Revejo ainda hoje a minha mãe deitada na cama branca, a sua fisionomia de olhos compridos, o quarto cheio de gente e uma voz sumida que dizia:
 – Maria, deixa ele engatinhar para eu ver.
 Pus-me a engatinhar pelo chão de tijolo e a minha mãe sorria e eu ouvia o choro convulso da minha tia e uma voz grossa:
 – Ela está morrendo. (REGO, 1993, p.5).

Segundo Castello (1960), José Lins do Rego foi uma legítima expressão modernista em sua faceta nordestina, ligada diretamente às sugestões e ideias de Gilberto Freyre, o que não anulara, de modo algum, sua disposição espiritual para criações novas. De todos os modernistas do regionalismo nordestino, este literato foi o que mais se preocupou com uma posição crítica em face das atitudes e opiniões daqueles que, no Sul, particularmente em São Paulo, conceberam a Semana de Arte Moderna e cristalizaram o movimento modernista ao longo da década de 1920. Por isso, ele assumiu uma postura combativa, como já indicada no Capítulo 3, desenvolvendo uma arte literária voltada para a paisagem física e social do Nordeste atual: “Sobretudo o sentido da obra que realizou, as atitudes críticas que assumiu e a sua formação e experiência de homem ligado intimamente com valores de sua região fizeram dele, de fato, o mais expressivo representante desse regionalismo modernista” (CASTELLO, 1960, p.XV).

Essa manifestação autêntica liga-se às suas raízes, vinculadas ao mundo rural da zona açucareira do atual Nordeste, às senzalas e aos “negros rebanhos humanos” derivados do regime de escravidão: “E essas afinal foram as predominantes em sua obra, que reflete todo esse mundo do patriarcalismo rural, reconstituído pelo escritor sem receio de confessar que dele participara como seu direto beneficiário.” (LOUSADA, 1960, p.VII). Assim, neto de senhores de engenho, as experiências da infância e da adolescência concorreram fundamentalmente para a composição de sua obra, forjada, anos mais tarde, a partir de impulsos espontâneos e irresistíveis, que, concomitantemente a uma atitude crítica regionalista, permitiriam a ele fixar o esplendor e a decadência dos engenhos de açúcar: substituídos pela usina, os engenhos foram despojados de sua posição privilegiada, transformando toda a estrutura econômica e social da paisagem açucareira nordestina, latifundiária e patriarcalista. (CASTELLO, 1960).

Consoante este crítico literário, ao lado das suas experiências humanas, o futuro literato experimentou restrições por conta de sua asma, antecipando-lhe experiências dolorosas de privações, o que alimentou a fonte do conteúdo psicológico de sua obra.

Destarte, a produção poética do escritor valeu-se de um duplo caráter: era, por um lado, *regionalista*, em seu sentido ecológico-social, fruto da origem autobiográfica de seus romances – ou seja, pesava o teor memorialista e primitivista da literatura de José Lins, favorecido por processos narrativos populares, derivados das tradições folclóricas da oralidade nordestina; por outro lado, era *universalista*, marcada, por exemplo, por uma angústia sexual avassaladora, revestida de sentimentos de terror e indecisão, reconhecível no protagonista Carlos de Melo, nas obras *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê*. Ante isso, o crítico afirma: “Essa obra então assumia uma importância de depoimento pessoal sempre vivo, carregado de emoção, de interesse humano, ao lado do grande interesse social regionalista.” (CASTELLO, 1960, p.XVI).

Em suma, a terra nordestina foi, em seus quadros sociais, culturais, econômicos e políticos, o *leitmotiv* da obra artístico-literária de José Lins do Rego, um adulto que buscava, nas memórias telúricas, as suas raízes perdidas no tempo, tencionando reconstituir um mundo em contínua fuga e transformação.

A infância durou até 1909, quando o futuro escritor foi matriculado, em regime de internato, no Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana (PB), onde permaneceu até 1912, quando iniciou os estudos ginasiais no Colégio Diocesano Pio X, na capital paraibana; neste momento, os pendores e gostos literários de José Lins já se revelavam, de modo que o menino ingressou, ainda neste ano, em uma sociedade literária chamada *Arcádia* e publicou, na *Revista Pio X*, um artigo sobre Joaquim Nabuco, político e abolicionista brasileiro. Em 1915, sua trajetória educacional continua após mudar-se para Recife, cursando, na capital pernambucana, o Instituto Carneiro Leão e o Ginásio Pernambucano.

Em 1919, ele matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, na qual se envolveu sem muita dedicação, vivenciando muitos desencantos e farras, a tal ponto que a sua vida boêmia consumiu todo o dinheiro que guardara para integrar o quadro de formatura de sua turma. No entanto, ao contrário de ser o período acadêmico uma fase sem importância na vida do literato, foi justamente nesse período que o autor ampliou os contatos com o meio literário pernambucano, tornando-se amigo, dentre outros, de José Américo de Almeida (futuro autor da obra inaugural do regionalismo modernista nordestino, *A bagaceira*), Osório Borba, Luís Delgado, Olívio Montenegro e Aníbal Fernandes; ademais, provavelmente a maior influência foi promovida por Gilberto Freyre, voltando em 1923 de uma longa temporada de estudos universitários nos Estados Unidos, marcando fundamente o espírito do literato com suas ideias sobre a formação social brasileira.

Foram as ideias freyreanas, aliás, que inspiraram a realização de um congresso regionalista nordestino, em 1926, no Recife: assim, despontou o Congresso de Regionalistas do Nordeste, fundamentado como independente do movimento modernista lançado no Sul (notadamente São Paulo) do país, comportando, além de suas raízes nacionais, a preocupação regionalista de observar e analisar, a partir das experiências pessoais, os traços singulares de uma dada região, estudando-a como parcela que precisa ser apreendida no intuito maior de compreensão dos traços comuns do todo, isto é, do “cimento” que mantém a unidade nacional. (CASTELLO, 1960).

Durante sua vida acadêmica, José Lins do Rego editou, em 1920, a coluna literária no *Diário do Estado da Paraíba*, com o título “Ligeiros Traços” e, em 1923, junto com Osório Borba, fundou, em Recife, o semanário *Dom Casmurro*, além de publicar crônicas no *Jornal do Recife*. Neste mesmo ano, recebeu afinal o diploma de bacharel em Direito, vendo-se diante de uma nova vida, definitivamente alterada em 1924, quando se casou com Filomena Massa (Naná), filha do senador Massa, advindo desse casamento três filhas: Maria Elisabeth, Maria da Glória e Maria Christina.

Em 1925, é nomeado promotor público em Manhuaçu (MG), onde, entretanto, não se demora, uma vez que o jornalismo e a literatura já haviam se imposto imperiosamente na formação intelectual do autor, não se adaptando aos deveres do exercício profissional da justiça. Ainda neste ano assina a *Nouvelle Revue Française*, além de impetrar leituras dos autores modernistas e, principalmente, Thomas Hardy e Marcel Proust. No ano seguinte, em 1926, ele desiste de fazer carreira na magistratura e transfere-se para Maceió (AL), onde passa a exercer a função de fiscal de bancos. Na capital alagoana, conhece e passa a conviver com o escol da intelectualidade à época: fazem parte do grupo Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Valdemar Cavalcanti, Aloísio Branco, Carlos Paurílio, entre outros. Nessa época, ele contribuía com o *Jornal de Alagoas*.

Em 1929, o literato conclui seu primeiro romance, *Menino de Engenho*, que viria a ser publicado apenas três anos depois; primeira das seis obras compósitas do “ciclo da cana-de-açúcar”, esta obra teve uma primeira edição de dois mil exemplares, financiada pelo próprio autor, sendo dedicada a José Américo de Almeida, Jorge de Lima, Gilberto Freyre e Olívio Montenegro. Fundamental na história do moderno romance brasileiro, este livro recebeu elogiosas críticas de João Ribeiro, o qual o considerava como expressão de uma realidade profunda, espelho da sociedade rural e das cidades do Norte e do Sul do país, sendo de todo o Brasil e um pouco de todo o mundo. (LOUSADA, 1960).

Em 1933, um ano após *Menino de Engenho*, publica *Doidinho*, o segundo livro do ciclo e, no ano seguinte, ainda em Maceió, lança *Bangüê*, o terceiro livro do ciclo, pela Livraria José Olympio. A partir de então, quase todas as produções literárias do autor – romances, crônicas, memórias, literatura infantil e diários de viagem – seriam editadas por esta chancela editorial, com a qual o literato passou a manter profundos laços de amizade.

Em 1935, nomeado fiscal do imposto do consumo, José Lins transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde residiria até morrer. Neste ano publicou *O Moleque Ricardo*, romance-satélite do “ciclo da cana-de-açúcar”. Na capital da República, o literato passou a colaborar assiduamente com o jornalismo, em *O Globo*, *Diários Associados* e *Jornal dos Esportes*. Aliás, passou a desempenhar uma relação íntima com o esporte, exercendo cargo de direção no Clube de Regatas do Flamengo, na Confederação Brasileira de Desportos e no Conselho Nacional de Desportos. No âmbito da revelação dessa faceta esportiva de sua personalidade, ele sofreu e vivenciou as paixões desencadeadas pelo futebol, o esporte de sua predileção.

Em sua atividade jornalística na capital, tornou-se uma espécie de cronista da cidade do Rio. Em 1936, lançou o penúltimo romance do “ciclo da cana-de-açúcar”, *Usina*. Outras obras são lançadas no final da década de 1930 e início da seguinte, como *Histórias da Velha Totônia* (1936) – protagonizada por uma personagem que se fazia presente em quase todos os romances do ciclo –, *Pureza* (1937), *Pedra Bonita* (1938), *Riacho Doce* (1939), *Água-mãe* (1941) – ambientado em Cabo Frio (RJ), e não no Nordeste – e o livro de crônicas *Gordos e magros* (1942). Em 1943, o literato finalmente lança a última obra do ciclo, *Fogo Morto*, considerado por muitos críticos como a *magnus opus* do escritor; neste romance surge uma das maiores criações artísticas de José Lins do Rego, o Capitão Vitorino, configurando-se como uma espécie de Quixote sertanejo.

O quadro do ciclo então se completara: em *Menino de Engenho*, o escritor retoma a experiência de sua infância no engenho de seu avô, continuando em *Doidinho* a experiência no internato em Itabaiana, e desdobrando-se em *Bangüê* a partir do adulto Carlos de Melo, protagonista dos dois romances anteriores, um bacharel nostálgico da terra e angustiado por sua incapacidade de continuar a tradição patriarcalista. Se em *O Moleque Ricardo* a trama se desenrola nos mocambos do Recife e em meio às agitações políticas e comunistas locais, as obras *Usina* e *Fogo Morto* retomam o ambiente rural, completando a sua obra cíclica mais ligada à terra e à sua própria experiência individual. Esse ciclo exprime a essencialidade da natureza telúrica e primitivista das obras desse escritor memorialista, explicando outras obras também de conteúdo regionalista, como *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953), as quais retomam a perspectiva do regionalismo nordestino a partir da construção de outro ciclo

artístico – o do cangaço associado ao misticismo messiânico e às consequências humanas, sociais e econômicas da seca.

De qualquer forma, o que o romancista de fato ouvia ou amplamente sentia eram os apelos do homem de sua região e os chamados insistentes do mundo do “menino de engenho”. E assim voltaria mais de uma vez ao Nordeste, para escrever *Cangaceiros* e finalmente o livro de memórias – *Meus Verdes Anos* (1956) com o qual se confirma plenamente a origem memorialista e primitivista do que há de melhor na sua obra de romancista. (CASTELLO, 1960, p.XIX).

A obra ficcional de José Lins do Rego é construída em torno do homem identificado com sua terra, com seu povo, com sua região, e, por extensão, com o seu país e a humanidade, sendo que este conteúdo regionalista e universalista, “assim associados, mas sempre sob as limitações do homem telúrico, pode ser confirmada também pela outra parte de sua obra – crônicas, evocações, ensaios, críticas, conferências e impressões de viagens pela Europa e Oriente.” (CASTELLO, 1960, p.XIX).

Ainda em 1943, o literato, em missão oficial, visita o Uruguai e a Argentina, onde pronuncia uma série de conferências sobre literatura brasileira, publicadas, dois anos mais tarde, sob o título *Conferências no Prata (três conferências – Tendências do Romance Brasileiro, Raul Pompéia e Machado de Assis – pronunciadas no Colégio Livre de Estudos Superiores, de Buenos Aires)*. Nos anos seguintes, publica outras obras e, em 1950, faz sua primeira viagem à Europa, onde visita a França a convite do governo desse país. No ano seguinte, viaja novamente à Europa, integrando uma delegação esportiva, conhecendo Portugal, Espanha e Dinamarca; ainda como integrante desta delegação, neste mesmo ano conhece o Peru. Em 1954, viaja de novo à Europa, agora conhecendo a Finlândia, e, no ano subsequente, conhece a Grécia, para onde regressa em 1956, aproveitando tal viagem para ir a Paris, onde revê os amigos Gilberto Freyre e Cícero Dias.

Em 15 de setembro de 1955, o literato é eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 25, sendo recebido pelo acadêmico Austregésilo de Athayde somente em 15 de dezembro de 1956, após seu regresso da Europa, já com a saúde seriamente debilitada. Posteriormente, no dia 12 de setembro de 1957, José Lins do Rego morre aos 56 anos, no Rio de Janeiro, no Hospital dos Servidores do Estado, vítima de hepatopatia. A sua obra, porém, assegurou-lhe um legado e uma consagração imortal e insofismável.

Nas obras aqui consideradas, integrantes do “ciclo da cana-de-açúcar”, vale destacar que o literato exprimiu uma experiência e emotividade consideravelmente enriquecidas, no teor crítico e sociológico, por sugestões de Gilberto Freyre, José Américo de Almeida e Olívio Montenegro. Nesse escopo, a produção artística de José Lins foi resultado, para além de possíveis planos meditados, mais da sua impulsividade, espontaneidade e temperamento

emotivo. (CASTELLO, 1960). Assim, o próprio literato, no prefácio de *Usina*, define o que ele próprio chamou de “ciclo da cana-de-açúcar”:

Com *Usina* termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de “ciclo da cana-de-açúcar”.

A história desses livros é bem simples: – comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. Seria apenas um pedaço de vida o que eu queria contar. Sucede, porém, que um romancista é muitas vezes o instrumento apenas de forças que se acham escondidas no seu interior.

Veio após o *Menino de Engenho*, *Doidinho*, em seguida *Bangüê*. Carlos de Melo havia crescido, sofrido e fracassado. Mas, o mundo do Santa Rosa não era só Carlos de Melo. Ao lado dos meninos de engenho havia os que nem o nome de menino podiam usar, os chamados “moleques de bagaceira”, os Ricardos. Ricardo foi viver por fora do Santa Rosa, a sua história que é tão triste quanto a do seu companheiro Carlinhos. Foi êle de Recife a Fernando de Noronha. Muita gente achou-o parecido com Carlos de Melo. Pode ser que pareçam. Viveram tão juntos um do outro, foram tão íntimos na infância, tão pegados (muitos Carlos bebêram do mesmo leite materno dos Ricardos) que não seria de espantar que Ricardo e Carlinhos se assemelhassem. Pelo contrário.

Depois de [O] *Moleque Ricardo* veio a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado, com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes devorando a cana madura que as suas terras fizeram acamar pelas várzeas. Carlos de Melo, Ricardo, e o Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma grande melancolia os envolve de sombras. Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome, se escraviza. (REGO, 1940, p.7-8).

A trilogia inicial do ciclo – *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Bangüê* – vale-se mais enfaticamente de uma falta de plano em favor da espontaneidade artística, enquanto *O Moleque Ricardo* se inclui apenas tangencialmente no ciclo, sob as explícitas indicações do autor, e as obras *Usina* e *Fogo Morto* são mais bem construídas do que as primeiras, guiando-se pela intenção crítica de ampliar e completar a pesquisa regionalista. (CASTELLO, 1960).

Como já afirmado, a intenção do autor, em *Menino de Engenho*, era traçar a biografia de seu avô, o velho José Lins, para ele um tipo representativo dos senhores de engenho e uma expressão legítima do patriarcalismo rural da zona açucareira nordestina. Seria também a autobiografia das cenas de sua infância, que ainda estavam marcadas em sua mente. Mas, o desiderato inicial foi alterado, dando vazão a uma pulsão artística irrefreável, de modo que o biógrafo foi superado pela imaginação criadora do romancista: na recriação da realidade bruta, o velho José Lins foi reestabelecido na figura de José Paulino, o senhor das extensões territoriais do Santa Rosa, por meio das imagens e impressões do neto-menino; nesse romance autobiográfico e de absorvente evocação memorialista, a compreensão da trama romanesca não exige, no entanto, a identificação dos personagens com figuras reais.

A construção da figura de José Paulino é fixada em uma candente autoridade política e moral: na infância, o menino Carlinhos acompanhava o avô em suas andanças por seus domínios para saber e ordenar as coisas em sua terra – “Meu avô me levava em suas visitas de

corregedor às terras de seu engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor nos seus campos. [...] saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem.” (REGO, 1960, p.27) –, tendo-o como um verdadeiro patriarca, respeitável e legítimo juiz em suas terras, arbitrando conflitos e delegando punições – “dava as suas audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. [...] Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédios para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixas dos vizinhos.” (REGO, 1960, p.44). Chefe de formidável bondade – “Ele [José Paulino] era temido mais pela sua bondade. Não havia coragem que levantasse a voz para aquela mansa autoridade de chefe. Não tinha adversários na sua comarca.” (REGO, 1960, p.53) –, o senhor de engenho do Santa Rosa embrenhava-se na política apenas por seus deveres coronelistas, estando sempre “por cima”, junto ao partido da situação; tal condição garantia-lhe as bases do poder e do mandonismo local, mas que, em *Doidinho*, é percebido pelo menino Carlos de Melo como territorialmente limitado, à medida que o mundo “crescia” para o estudante: “Agora no colégio eu já sabia de muita cousa. E quanto mais sabia, mais ia vendo que o velho Zé Paulino não era tão grande como eu pensava. Era bem pequeno o seu poder comparado com o dos governadores e o dos presidentes.” (REGO, 1960, p.144), o que “não deixava de doer” no ego do neto do grande chefe, pois até então este era imune, inatingível em suas ordens e desígnios.

Impressiona a sinceridade com que Carlos de Melo (na infância, designado por Carlinhos) – alterego literário do escritor – é retratado em sua perversão sexual, de modo que, às vésperas de ingressar no internato, o menino, em suas introspecções, considera a sua degradação e depravação, despojando-o da inocência de sua idade: “Sabia ruindades, puxara demais pelo meu sexo, era um menino prodígio da porcaria.” (REGO, 1960, p.82). Assim, aos doze anos, ele já havia contraído a dita “doença-do-mundo” (gonorreia) – “Mas eu tinha que pagar o meu tributo antecipado ao amor. Apanhei doença-do-mundo. Escondi muitos dias do povo da casa-grande.” (REGO, 1960, p.86) –; esse fato era apenas a corroboração de uma perversão sexual típica do ambiente da bagaceira, uma vez que a “iniciação ao amor” e a promiscuidade com os animais era uma das “práticas lúdicas” mais comuns entre os meninos do engenho:

No cercado dos engenhos o menino se inicia nestes mistérios do sexo, antecipando-se por muitos anos no amor. [...] Tínhamos as nossas cabras e as nossas vacas para encontros de lubricidade. A promiscuidade selvagem do curral arrastava a nossa infância às experiências de prazeres que não tínhamos idade de gozar. Era apenas uma buliçosa curiosidade de menino, a mesma curiosidade que nos levava a ver o que andava por dentro dos brinquedos. (REGO, 1960, p.26).

Ademais, esse ambiente de depravação libidinosa é ainda incrementado com o retrato, já em *Bangüê*, da prostituição, marca característica dos engenhos:

Passavam [as raparigas] bem até que aparecesse outra mais nova. E iam ficando de sobejo para os cabras do eito, quando não se estabeleciam nas pontas de ruas, vendendo a retalho as suas carnes.

Os pais não brigavam por isto. Só não perdoavam que voltassem para casa de mãos abanando, caindo-lhes nas costas com doenças. Viessem, porém, arrumadas, com presentes para os seus, e teriam porta aberta e considerações. A prostituição era até um elemento de progresso por ali. As caboclas que triunfavam na vida, voltavam de sapatos finos, com cortes de sêda para as irmãs. [...] Outras, porém, voltavam apodrecendo, de pernas abertas, comidas de sífilis. (REGO, 1960, p.342).

Esse cenário de impudicícia – o qual também vai aparecer destacadamente nos enredos romanescos de Jorge Amado – serve para traçar um panorama de “incivilidade” aos engenhos nordestinos, dotando-lhes de uma qualificação inequívoca de “atraso”, pois revestidos de exemplificações práticas da falência da moralidade. Nesse aspecto, os *sertões* açucareiros são perfilados negativamente, respondendo por antecipações “bárbaras” da sexualidade, operando uma amputação imoral da ingenuidade da infância. Destarte, é a ordem do não-sertão, por meio da instituição escolar, que exerce o papel de redenção e correção dos vícios da infância, contraídos nos engenhos: a escola, com o seu regime de internato, funciona como uma espécie de “casa de correção”, necessária para, além dos estudos, incutir a moralidade, religiosa e laica, no menino Carlinhos, o qual ingressava no colégio com “um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que o corpo.” (REGO, 1960, p.90).

A sinceridade biográfica, explicitada nos lampejos das reflexões introspectivas do menino Carlinhos, certamente mais bem ponderadas, sob um olhar retrospectivo, pelo adulto romancista, marca a obra *Menino de Engenho* com um tom nostálgico, revivendo a infância e retrazando ou explicando os fatos incompreendidos à época; dessa forma, esta obra se configura como um romance que não possui uma trama central, uma vez que se desenvolve a partir de uma sucessão de episódios, os quais são unidos pelo fato de serem ambientalmente marcados no engenho Santa Rosa. (CASTELLO, 1960).

As recordações vivazes do engenho denotam a espontaneidade do romance, a qual pode ser derivada do equilíbrio e da naturalidade narrativa dos contos e causos folclóricos nordestinos, repercutindo em seus processos expressivos, correlacionáveis à já mencionada ausência de um aspecto centralizador na trama romanesca. A evocação das narrativas orais dos contadores e cantadores populares nordestinos é clara, sendo reiteradamente expressa nas linhas do romance, sobretudo na figura da velha Totonha (que figuraria uma obra escrita por José Lins dedicada aos causos folclóricos) – “O que fazia a velha Totonha mais curiosa era a côr local que ela punha nos seus descritivos. Quando ela queria pintar um reino era como se

estivesse falando dum engenho fabuloso.” (REGO, 1960, p.38). Assim, são recorrentes as imagens supersticiosas de personagens folclóricos, como lobisomens – “Na Mata do Rôlo estava aparecendo lobisomem. Na cozinha era no que se falava, num vulto daninho que pegava gente para beber sangue.” (REGO, 1960, p.35) –, alimentando um imaginário fantástico regional, especialmente nas crianças – “Eu acreditava em tudo isso, e muitas vezes fui dormir com o susto dêstes bichos infernais. Na minha sensibilidade ia crescendo êste terror pelo desconhecido, pelas matas escuras, pelos homens amarelos que comiam fígado de menino.” (REGO, 1960, p.36); “Punham-nos a dormir nos embalando com o bicho-carrapatu. A cabra-cabriola, a caipora, encontravam na mata os caçadores solitários. A burra-de-padre andava tinindo as correntes de suas patas pelas porteiras distantes.” (REGO, 1960, p.37).

Esse primeiro romance do ciclo é importante porque funciona como “gatilho” para os demais, exigindo outros que completassem a espontaneidade aberta por suas linhas. Ademais,

Menino de Engenho representa uma riqueza muito grande de informações sociais e de compreensão humana, ao fixar tipos da região açucareira do Nordeste, tudo através das observações sinceras dos valores que caracterizam essa região, dos contactos do menino da casa-grande com os moleques da bagaceira, das relações do senhor de engenho com seus servidores e com a própria família, autoridade que substitui tôdas as autoridades e assoma como senhor absoluto, a lutar apenas contra as adversidades naturais ou contra aquilo que as exprime. Passando para sugestões mais gerais, o Autor alarga suas observações, para fixar, dos sentimentos de nossa gente, as práticas religiosas, aspirações e emoções intensas, revoltas e injustiças, do cangaço ao fanatismo messiânico, da alegria na terra fecunda à desolação angustiante da sêca, apontando no regional traços que nos esclarecem a compreensão de aspectos da realidade nacional, no plano mais amplo de sua unidade. (CASTELLO, 1960, p.XXV).

Assim, esse romance aponta-se como um depoimento espontâneo memorialístico, despertando o literato para a criação fecunda do “ciclo da cana-de-açúcar”, o qual se calcou na fixação do esplendor e da decadência dos engenhos açucareiros nordestinos, apresentando a tradição, o poder e o prestígio do coronelismo latifundiário, de raízes coloniais. Esse ciclo, porém, só ganhou corpo após o literato dar vazão às evocações de fundo confessional, autobiográficas, completando *Menino de Engenho* com a sua sequência inevitável, *Doidinho*. Dessa forma, assinala-se a correlação do “ciclo da cana-de-açúcar”, inaugurado por *Menino de Engenho*, com o cangaço e o messianismo nordestino, traço fundante e pedra basilar de outro ciclo de romances de José Lins do Rego. (CASTELLO, 1960). A presença do cangaço é expressiva na figura de Antônio Silvino, o qual faz uma rápida aparição no primeiro romance – convertendo-se, com sua imagem forte e imponente, no herói das brincadeiras dos meninos do engenho – e com um papel significativo em *Fogo Morto*, como indicado adiante.

Em *Doidinho*, o enredo se enovela em torno do “menino de engenho”, então estudante, Carlos de Melo, interno em um colégio provinciano, evocando a sua adolescência e

aproximando-a de *O Ateneu*, de Raul Pompéia: segundo Castello (1960), embora a estrutura seja similar, o tratamento do assunto é diferente, pois em Pompéia avulta a exigência interior de libertação de uma amargura avassaladora, enquanto em José Lins, nostálgico do ambiente rural da infância, o sentimento é de revolta contra essa fase de sua formação, procurando sentir e compreender as grandezas e a miséria da natureza humana. No âmbito dessa segunda obra do ciclo, o próprio narrador-protagonista encontra-se inserido dentro de um sistema injusto, coercitivo e opressor, sentindo diretamente as suas consequências; o colégio, severo, funciona, pois, como uma representação da sociedade injusta e repressiva, tendo a palmatória como “modelo” para as correções.

Durante as férias escolares, o menino Carlinhos retornava ao engenho Santa Rosa, e, o que até então fora o seu maior “brinquedo” durante a infância, passava, sob o novo olhar do menino crescido, a ter uma dimensão bem menor do que as impressões adquiridas em sua meninice – “E no entanto agora não me parecia tão grande ali na sala de jantar iluminada com a lâmpada de luz branca de álcool. As cousas do mundo estavam reduzindo as minhas admirações de menino.” (REGO, 1960, p.184). Em *Bangüê*, a impressão é ainda acentuada e explicitada, na voz de Carlos de Melo, recém-formado e bacharel em Direito: “O mundo cresceu tanto para mim que o Santa Rosa se reduzira a um quase nada.” (REGO, 1960, p.249).

As evocações constantes ao engenho e à figura do velho José Paulino, símbolo autêntico do patriarcado rural, ligam os romances *Menino de Engenho* e *Doidinho*, permitindo o estudo do caráter dos tipos representativos da sociedade rural açucareira nordestina, exigindo ainda uma nova obra – daí surge *Bangüê* – para completar o quadro memorialista do romancista. Esta terceira obra do ciclo configura-se como uma obra de transição entre o tom memorialista – predominante nas duas primeiras – e o caráter mais literário e de preocupação social do escritor – marca principal dos demais romances do ciclo; a imaginação criadora e a atitude crítica funcionam, pois, como uma espécie de atividades disciplinadoras da espontaneidade mnemônica. (CASTELLO, 1960).

A “aura aristocrática” dos senhores de engenho aparece no romance como uma sátira entre o emblema ilusório da fidalguia classista em um pretérito remoto e a realidade decadente e nada nobre das observações empíricas de Carlos de Melo:

Tudo era literatura que se fazia naquele tempo. Um senhor de engenho era um motivo literário de primeira ordem. Viam-se êsses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida me enchia de orgulho de ter nascido de tal gente. [...] Escrevera até em jornais indagando pelos restos desta nobreza. E os meus artigos falavam da glória de uma civilização que se fôra, [...] Tudo literatura. Não sei por que nascera assim com êsse gôsto pela fantasia. Quando ia ao engenho, pelas férias, a realidade do Santa Rosa, a mesa grande, os bancos duros, a telha-vã, os banhos de cuia, as precisões feitas no

mato, baixavam o meu fogo, abrandavam as minhas prerrogativas senhoriais. Tudo em mim era falso, todos os meus sonhos se fixavam em absurdos. Pensava em barões, em carruagens, quando o velho José Paulino era um simples, um homem sem luxo. (REGO, 1960, p.250).

A arte literária era, pois, o recurso empregado para engenhosamente reviver uma realidade que não mais existia, fundando um imaginário resiliente cujos fulcros estavam assentados na nobreza e na fidalguia. O artista-literato configurava-se como um demiurgo de um universo esquecido, forjando imagens irreais e falsas de uma classe em decadência, mas que, apesar disso, era retratada com uma megalomania de fausto e luxúria:

Você, Carlos, é que podia escrever sobre os nossos homens do norte. Aquêles seus ensaios sobre os senhores de engenho bem que revelaram capacidade para isto. Corre por aqui também uma versão: a de que você está preparando um livro sobre seu avô, nada menos do que toda a história da cana-de-açúcar na Paraíba. Estou doído para lê-lo. Será verdade? O assunto é o mais sugestivo. Aliás você terá todas as facilidades. Pelo que se falava na Academia, o seu avô é o grande tipo do senhor de engenho. A vida aí, no Santa Rosa, ainda deve ser a grande vida senhorial dos velhos tempos: homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão. (REGO, 1960, p.267).

Este excerto, parte da carta que Mário Santos endereçou ao amigo, Carlos de Melo, reproduz literariamente, a partir da assunção do caráter autobiográfico e memorialista da obra do literato, a cobrança da tessitura de uma obra de destaque da suposta nobreza rural, encarnada por seu avô, o velho José Paulino – alterego literário do velho José Lins, avô do escritor. Volta-se, pois, aos planos iniciais de construção de uma narrativa biográfica daquele patriarcado decadente, mas passível de ser imortalizado na Literatura, alimentando um sonho grandiloquente no protagonista de *Bangüê*, após seu bacharelado e regresso ao engenho Santa Rosa: “Ia longe nos meus sonhos, pensava em montar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados. [...] Era isto o que eu pensava realizar, ter essa força nas mãos e mover com ela as posições de destaque. [...] Era um principado o que eu queria.” (REGO, 1960, p.250-1).

Todavia, esse sonho de ressurreição da grandeza aristocrática foi confrontado com um problema crucial na formação social brasileira: o afastamento do bacharel em relação ao espírito de cultivo da terra, ao ambiente rural. A angústia era derivada do conflito entre a sensação de divórcio que o bacharel nutria pela terra e as tentativas frustradas deste em estabelecer uma reconciliação; o corolário é o desenvolvimento de um espírito autodestrutivo do protagonista, incapaz de mover-se no plano almejado de engrandecimento do poderio do engenho, pois dele sente-se apartado e não compartilha o espírito de liderança e o traquejo do ambiente rural.

O bacharelado, símbolo do saber acadêmico hegemônico, se interpôs com uma dupla face: se, por um lado, era emblema da ostentação dos estudos, possibilitando a manutenção dos privilégios dos estratos classistas superiores, sendo, por isso, incentivado entre alguns dos grandes patriarcas e latifundiários – “O velho Zé Paulino, tão sem vaidade para as outras cousas, amava o luxo da bacharelise.” (REGO, 1960, p.171) –, por outro lado, na hora derradeira em que Carlos de Melo sentira a pressão da avaliação de seu avô para a verificação das utilidades práticas de sua formação acadêmica no que tange ao governo das terras do Santa Rosa, os resultados foram um traumático remorso e um inevitável derrotismo do protagonista, sentindo-se estranho à lida com a terra – “O que me faltava era o meu ambiente natural. Não nascera para dirigir coisa nenhuma. Podia ser bem feliz por outros cantos. Para que então meu apêgo ao Santa Rosa? Já que não pudera com a vara do comando do meu avô, que desse o fora, que debandasse.” (REGO, 1960, p.409).

O sentimento de apartamento entre o bacharelismo citadino e a tradição rural era apenas mais um vetor do pano de fundo primordial da obra: a transmutação do panorama regional a partir da decadência do patriarcalismo rural nordestino, fundamentado na figura dos senhores de engenho, para uma “instituição” da ordem hegemônica, as usinas de açúcar, centradas nas relações capitalistas de produção e reprodução do capital. Em síntese,

a obra mostra a decadência do patriarcado rural, ao mesmo tempo que aponta as transformações da base econômica dessa sociedade como uma crise que escapa à responsabilidade individual. Carlos de Melo é o símbolo do bacharel, como José Paulino é o da tradição rural – duas criações igualmente de grande conteúdo humano. Se se carrega o drama pessoal, êste, contudo, representa uma situação geral, integrado no drama de toda a comunidade: transformações profundas da vida rural da região, ascensão de valores novos, existência de homens que decaem, economicamente, apoiados apenas pelo orgulho patriarcal, pela tradição de senhores de engenho. Todo êsse mundo sofre um abalo enorme, tende a desaparecer sob a imposição de uma nova ordem econômica que não reconhece a autenticidade de seus valores. É a usina que surge, afetando desde a vida do homem do eito, do trabalhador alugado, até a pseudo-aristocracia e a tradição insustentável do senhor de engenho. Do ponto de vista econômico e social, é o fim dêsse ciclo de tradição rural nordestina. (CASTELLO, 1960, p.XXX).

Essa transmutação, já explorada no Capítulo 2, afetou incisivamente os paradigmas econômicos e sociopolíticos regionais, apresentando-se como o cenário de percepção da modernização regional e da transubstanciação daqueles sertões em não-sertão. É claro que a transição não se deu sem traumas ou embates: no momento de inflexão do setor açucareiro regional, os “feudos” dos coronéis passaram a ceder lugar à estrutura produtiva capitalista das usinas, mas os grandes senhores feudais, latifundiários, mantiveram localmente grande poder, pois este estava assentado na tradição, a qual não é facilmente ruída. Essa transição de fundo sociocultural acompanha a transição (ou melhor, a complementaridade encetada) no plano

estético-narrativo do tom predominantemente autobiográfico, nostálgico das paisagens da infância, para a ação artisticamente criada.

Em *O Moleque Ricardo*, quarta obra do ciclo, o romance se conecta ao panorama global do ciclo apenas tangencialmente, configurando-se como um “romance satélite”: é a história de um dos moleques do eito, surgidos em *Menino do Engenho*, destacando-se dos companheiros e abandonando o engenho Santa Rosa para ir trabalhar em Recife. “Na cidade trabalha, pena, ama; e dessa pena, amor e fadiga, José Lins do Rego fez o romance.” (PROENÇA, 1966, p.VI). Antes de dedicar-se às relações de trabalho e de patrão/assalariado das usinas, o literato vale-se de Ricardo como uma espécie de cobaia em um experimento social, cotejando a vida do engenho – a partir das memórias do protagonista – com a vida cidadina da capital pernambucana.

Segundo Proença (1966), esse artifício da fuga de Ricardo para Recife, na busca de uma nova vida, funciona como contraponto entre as vidas urbana e rural, de modo que, durante sua permanência na cidade, o protagonista coteja constantemente a velha vida na bagaceira do Santa Rosa; durante as recordações, há sempre uma declaração tácita em favor de uma superioridade do regime do campo, acreditando que a vida do trabalhador do eito é melhor que a vida do trabalhador das cidades. Essa predileção conclusiva pelo campo na voz de Ricardo – sendo também uma predileção do próprio romancista, pois a obra é escrita em terceira pessoa – relaciona-se ao ponto de vista patriarcal, reconhecendo certo cuidado dos senhores de engenho para com a vida dos seus cabras, por vezes como gesto de grandeza, mas, principalmente, como uma preocupação patrimonialista, porque os trabalhadores são partes dos bens do senhor de engenho, diferente do patrão das cidades, o qual, sob as normas hegemônicas, compra o trabalho e desconhece o trabalhador – “[Ricardo] Deixara a bagaceira e ia se empregar. Empregar – como essa palavra era diferente de alugar! No engenho os trabalhadores eram alugados.” (REGO, 1978, p.8).

As comparações, tácitas ou explícitas, entre o engenho e a cidade aparecem a todo o momento na obra, considerando que o recorrente sentimento da saudade, obsessiva, que o protagonista nutre para com as terras do engenho é também uma forma de comparar. Fica a impressão, pois, que para o romancista – nas peripécias de Ricardo – a vida do pobre é melhor no engenho do que na urbe, sem levar em conta que a ignorância típica dos trabalhadores da lida com a terra talvez seja o principal motivo da avaliação de felicidade. (PROENÇA, 1966).

Tudo o que dissemos confirma o conceito com que abrimos este estudo: *O Moleque Ricardo* é um romance satélite do ciclo da cana-de-açúcar. Mudou o cenário, mudaram as personagens secundárias, deslocou-se o fulcro da narrativa para homens, mulheres, assuntos e problemas urbanos. Entretanto, a personagem central não é apenas um homem *que nasceu* no Santa Rosa; é homem *do* Santa Rosa,

intrinsecamente do engenho e da várzea; e, nessa condição, sente a vida da cidade, mede os homens e os acontecimentos do Recife pela medida dos homens e do clima social do bangüê. Daí, ao fechar o livro, o que fica realmente na sensibilidade do leitor, sobrepondo-se aos fatos e às pessoas, é o choque engenho-cidade. (PROENÇA, 1966, p.IX, grifos do autor).

Vale destacar que, consoante este crítico literário, a despeito deste ser o romance mais político de José Lins do Rego, o literato não o compõe pensando em desenvolver uma literatura participante ou engajada, centrada ou articulada nos pares capital/trabalho ou povo/classe dominante; no entanto, com a sensibilidade à flor da pele, o romancista não pôde suportar uma suposta postura apolítica ou uma fuga para a “torre de marfim”, sendo sincero e autêntico diante da vida, contando o que viu: “Então, o que não quis formular como pensamento político, jorra, abundante e impetuoso, como vivência humana, daquilo que relata como romancista.” (PROENÇA, 1966, p.X).

Mesmo sendo uma obra satélite do “ciclo da cana-de-açúcar”, *O Moleque Ricardo* apresenta, justamente na relação engenho-cidade, uma visão, no mínimo, saudosista do ambiente patriarcal açucareiro, aqui abordado sob a condição de espaço sertanejo, pois não alinhado à lógica hegemônica da reprodução do capital como eram os ambientes da cidade ou mesmo da zona rural dominada paisagisticamente pelas usinas de açúcar. Nesse sentido, a condição de proletário urbano de Ricardo, em que pesa o derrotismo e a angústia que sente no ambiente complexo e tenso da cidade, só serve para corroborar como o veio da modernidade urbana, castradora dos tradicionalismos rurais dos sistemas produtivos dos engenhos, é encarado com desconfiança ou mesmo preocupação.

No cotejamento entre a cidade e o engenho, um ponto de destaque do romance é a definição das sinas dos trabalhadores: se em *Doidinho* já aparece, em uma ocasião da visita de Carlinhos aos moleques da bagaceira do Santa Rosa durante suas férias escolares, a diferença entre o rico neto do senhor de engenho e os demais meninos, precoces trabalhadores da terra ou prestadores de serviço na casa-grande, marcando uma distinção intransponível entre eles pelos eitos e pela pobreza – “Ficava provado que eu não podia ser como os moleques do Santa Rosa.” (REGO, 1960, p.190) –, tal distinção é ainda mais candente em *O Moleque Ricardo*, quando o protagonista é um dos “moleques da bagaceira”, consciente de que, permanecendo no engenho, teria um destino pré-determinado e inelutável, o de ser um trabalhador do eito – “E apesar disso, quando o outro [Carlinhos] crescesse, seria dono, e ele um alugado como os que via na enxada. Não tinha raiva de Carlinhos por isso, mas sentia inveja, vontade de ser como ele, [...], de não ter obrigação nenhuma.” (REGO, 1978, p.13). A despeito das amizades pueris, essa desigualdade entre os “brancos” e os “negros” era bem demarcada, o que se

instaurou na alma de Ricardo como uma vontade de tomar o destino pelas mãos e migrar para Recife, onde esperava poder mudar de vida – “Ali em Recife pelo menos um dia poderia ser alguma cousa. Não queria muito. Se lhe ensinassem um ofício, podia fazer um pedaço.” (REGO, 1978, p.13).

Contudo, essa expectativa inicial é constantemente frustrada ao longo da obra, de modo que culmina com o arrependimento do protagonista de ter ido para a cidade grande, vendo-se derrotado a cada nova dificuldade: “Havia momentos em que ele se arrependia de ter vindo para o Recife. Passava-se por pedaços ruins. No engenho eles sabiam o que ia acontecer. Lá era trabalhar e morrer depois. [...] Ali [em Recife] para se chegar à morte havia caminhos e atalhos.” (REGO, 1978, p.160). Tal quadro comparativo é ainda destacado para o cenário desditoso da pobreza, denunciando a miserável vida do operariado urbano, aos quais não era reservado nenhum direito:

Aquela gente passava mesmo necessidade. Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Eles passavam mais fome que no engenho. Lá pelo menos plantavam para comer, tinham as suas espigas de milho, a sua fava para encher a barriga. No Recife tudo se comprava. [...] Ricardo ficou com o pensamento na casa de Florêncio. Os meninos eram amarelos como os do engenho, mas eram mais infelizes ainda. Lá eles tinham o rio e a capoeira para entreter os vermes e o impaludismo. Os filhos de Florêncio faziam concorrência com os urubus, cascavilhando no lixo. [...] Ali [onde Florêncio morava] pelo menos tinham água para os meninos tomarem banho e caranguejos. Aquele curtume piorava tudo. Não sabia por que o governo deixava aquilo. Pobre não tinha direito de reclamar. O couro podre empestava tudo, até ali fedia. Lá isto era. Pobre não nascera para ter direito. (REGO, 1978, p.35).

Sob esse quadro de denúncia, derivado mais da sensibilidade artística do romancista, é candente a exposição do clima tenso da política no ambiente da urbe, envolvendo os conflitos entre os capitalistas e o operariado, mediados pelos representantes políticos, interesseiros e arrivistas, atraídos unicamente pelas possibilidades em galgar posições e ascender socialmente. Nesse aspecto, ganha relevo, no âmbito da trama romanesca, as figuras do Dr. Pestana, demagogo político da causa “trabalhista”, e de José Cordeiro, estudante que se sentia como um “exilado” ou “forasteiro”, pois não via no *status quo* estabelecido – mesmo que a suposta classe oposicionista, retoricamente alinhada às lutas proletárias, tomasse a dianteira das esferas de poder – uma possibilidade de real modificação estrutural, pois a revolução sonhada tornava-se impraticável sem a consolidação de uma classe esclarecida⁹⁷.

⁹⁷ Como não se alinha diretamente ao objetivo central desta pesquisa, até mesmo porque *O Moleque Ricardo* inclui-se no “ciclo da cana-de-açúcar” apenas marginalmente, vale realizar aqui somente algumas indicações sobre a trama política desta obra: Dr. Pestana *fabricava* sua imagem política como “protetor dos trabalhadores”, e, nesse contexto, incentivava a promoção de greves – sob os subterfúgios de luta pela autonomia política do Estado de Pernambuco e de combate à fome e à miséria – para ganhar força no cenário político regional e, desse modo, “cavar” uma posição de destaque no governo; nesse torvelinho, mesmo os proletários mais desconfiados em relação às reais intenções deste político ou céticos às possibilidades de ganho com as greves, como Ricardo,

Em todo caso, o cenário traçado indica, substancialmente, duas situações: os trabalhadores urbanos eram tidos, grosso modo, como massa de manobra para a vitória de fins políticos particulares; e, talvez até como causa da primeira, era evidente, aos olhos críticos que o literato emprestara ao seu personagem José Cordeiro, que a consciência proletária era frágil e instável, precisando de tempo para amadurecer e cristalizar-se, à luz de ideais importados do exterior ou dos grandes centros urbanos do país – notadamente, São Paulo e Rio de Janeiro. Neste ponto, mesmo Recife sendo caracterizado como um não-sertão, vivenciando as tensões políticas inerentes aos espaços da lógica hegemônica, configurava-se como uma cidade encarada como periferia do sistema político nacional.

Nesta obra, porém, são mais interessantes as brevíssimas referências ao vocábulo “sertão”, como no caso da fuga de Manuel, irmão de Ricardo, para o Sertão, com tangerinos; essa fuga, noticiada em carta para o protagonista, representa amplamente o espaço sertanejo como um espaço simbólico-material fundado em outra ordem, onde seria possível a conquista de um novo modo de vida – “Depois, chegou a carta de Avelina. A letra era de gente da casa-grande, e dava notícia de tudo, dum filho novo e de Manuel que fugira com os tangerinos para o sertão.” (REGO, 1978, p.56). Essa distinção da ordenação legítima, típica dos sertões, reaparece em *Fogo Morto*, quando o espaço sertanejo é ornado com a insígnia da esperança de refúgio para os ladrões, constituindo-se como uma terra para os “fora-da-lei”, difíceis de serem capturados uma vez lá estabelecidos – “Se o negro ganhar o sertão, o senhor não acha mais. Isto é terra livre, capitão. O povo destas bandas não tem marcos na terra.” (REGO, 1997, p.135). Assim, se para a lógica hegemônica os sertões representam um qualificativo daquilo que lhe escapa ao domínio, para os infratores e pobres pode designar uma esperança de outra vida, em que a condição de pobreza ou de foragido perde seu vigor.

A fuga para os espaços sertanejos representa uma possibilidade, um recurso traumático similar a outra possibilidade, talvez mais explorada nas obras regionalistas: a migração para os centros políticos e econômicos da lógica hegemônica. Explorado já em Rachel de Queiroz e em Graciliano Ramos, essa alternativa aparece em José Lins do Rego, por exemplo, em *O*

entraram no jogo de sua retórica politiceira, sofrendo as consequências das prisões ou mortes. Esse contexto de uso dos trabalhadores como massa de manobra política abalou profundamente a sensibilidade aguda e a consciência crítica de José Cordeiro, o qual, sob a tentativa de ser cooptado pelos adversários políticos do Dr. Pestana, reservou-se a um fundo niilismo, castrador de qualquer atitude prática ou esperança: “Cordeiro não dispunha de força para lutar e nem para impor opiniões. Era apesar de tudo um tímido, uma consciência que sofria, uma inteligência capaz de muita coisa, desprovida porém de capacidade para a ação. [...] Alheou-se de tudo. Ficou um expulso de sua geração. Um homem inútil para o momento. Operários ludibriados e estudantes venais. Outro teria empenhado a vida para salvar qualquer coisa ainda. Ele compactuava com a miséria, com a sua indiferença. E apesar de tudo era o melhor de todos. O Recife daquele tempo era mesmo uma lástima. Os partidos políticos só faziam corromper. Operário era a mesma coisa que capanga, e estudantes como as raparigas.” (REGO, 1978, p.128).

Moleque Ricardo, a partir da declarada vontade do caixeiro Francisco, amigo de Ricardo, em mudar-se para São Paulo, a fim de melhorar de vida nas fazendas de café: “Só pensava em S. Paulo, nas fazendas de café que davam casa com luz elétrica para os colonos. O sujeito tinha terra de graça para plantar e ainda ganhava dez mil-réis por dia.” (REGO, 1978, p.69).

Ao contrário da postura assumida nesta pesquisa em tratar o Sertão como uma noção essencialmente simbólica – somente então desdobrada em referenciais localizáveis –, os sertões de José Lins do Rego são localizados *a priori*, caracterizados por sua fisiografia individualizada pelo clima semiárido – acepção que histórica e popularmente “grudou-se” ao termo sertão, limitando-o a uma determinada porção territorial da atual Região Nordeste, marcada pela vegetação xerófito e pela escassez de precipitação pluviométrica.

A partir desse pressuposto de consideração dos espaços sertanejos, a quinta obra do ciclo, *Usina*, amplia ou reforça o ponto de contato entre a região açucareira e o dito sertão semiárido da Caatinga, permitindo entrever a miséria sertaneja sob a candente insígnia da *seca*, estabelecendo um processo quase natural de migração desses sertanejos para as terras do massapé da Zona da Mata nordestina, absorvendo os recursos e submetendo-se ao regime de trabalho e de proteção dos senhores de engenho. No âmbito do próprio ciclo, em romances anteriores a *Usina*, o literato já estabelecera contatos da zona açucareira com o sertanejo ou caatingueiro, seja por meio do cangaço ou do regime de trabalho nos canaviais, instituindo, até mesmo, importantes senhores de engenho que se impuseram na região açucareira “descidos” dos sertões, da Caatinga, ou mesmo da faixa de transição do agreste: esse é o caso, por exemplo, do primeiro senhor de engenho do Santa Fé, sogro de Lula de Holanda, ou mesmo do coronel José Paulino, preso à família sertaneja. (CASTELLO, 1960).

A obra *Usina* é excessivamente descritiva, apresentando o derradeiro panorama da decadência dos engenhos de açúcar a partir da insustentabilidade de manutenção da produção artesanal em confronto com o processo industrial das usinas. Neste romance, é destacado o contato do homem sertanejo com o da bagaceira ou dos canaviais, sendo apresentados em suas diferenças e similitudes:

O que mais sobressai, nos contactos do homem do sertão com o da bagaceira ou do engenho, nos trabalhos rurais, é a resistência física e moral, a fibra, a rígida determinação do sertanejo e, sobretudo, a sua independência, embora dramática, independência de verdadeiras aves de arribação. Os trabalhadores do engenho e os do sertão, ainda que em contactos no eito dos canaviais, não se misturam e o que apresentam de comum é aquilo que substancialmente caracteriza a alma sertaneja: o fatalismo e a resignação, que quase chega ao misticismo – freqüentemente fusão de superstições, visões proféticas, cultos de determinados santos, feitiçarias – e o transbordante lirismo e imaginação das práticas e criações folclóricas. Fatalismo e resignação, carregados de elementos trágicos latentes, prestes a desencadear-se numa avalanche de destruição implacável. (CASTELLO, 1960, p.XXXIII).

A resignação e a crença em um fatalismo inevitável aproximam a obra de José Lins do Rego daquela apresentada por seu amigo Graciliano Ramos, recriando um panorama em que a expectativa é de uma inelutável tragédia, pré-determinada por um mí(s)tico Destino, sempre sórdido e ameaçador. A maldição e a condenação, sob tons proféticos, talvez não atinjam o patamar apresentado por Graciliano em suas obras regionalistas – como visto, de expressivas marcas da angústia e da inutilidade –; no entanto, o sentimento trágico e o fatalismo são também marcas do “ciclo da cana-de-açúcar” – embora sejam ainda mais ressaltados nas obras do “ciclo da seca, do cangaço e do misticismo” –, transformando o literato José Lins do Rego em muito mais do que um depoente dos processos de transformação e modernização na esfera socioeconômica, mas também um romancista de notória manifestação da profundidade humana, desenvolvendo uma ampla compreensão do homem telúrico nordestino. Nesse ponto, segundo Castello (1960), pesa o valor ecológico das situações que envolvem os personagens, de modo que mesmo os mais evoluídos e instruídos – como Carlos de Melo e Tio Juca – estão fadados a desastres econômicos e financeiros, pois estes são transcendentais a quaisquer responsabilidades individuais, uma vez que são frutos da trágica atuação incessante de “forças ocultas”, insondáveis, imperantes no sentimento fatalista da alma sertaneja e expressão, em ampla escala, do homem nordestino.

Nesse escopo, as superstições e a religiosidade aparecem como traços proeminentes do regionalismo nordestino, bem como a crença na Fortuna, regente das vidas individuais, cujas sortes estavam traçadas, impedindo qualquer outro sentimento que não a resignação. Tanto assim é que Carlos de Melo, em *Doidinho*, reflete sobre os destinos individuais, uns mais tristes que outros, determinados por desígnios divinos, quase que por capricho ou mesmo sadismo sobrenatural, pois sem motivo moral aparente; esse era o caso da Sorte desditosa que tinha Aurélio, um de seus colegas do colégio, por sua doença imperiosa – “Por que haveria gente assim com aquele destino, mais feia, mais doente, mais infeliz do que os outros? Onde estava o grande coração de Deus? Aurélio tinha roubado, tinha matado ou desonrado os seus pais?” (REGO, 1960, p.200).

Em *O Moleque Ricardo*, a verve do romancista apresenta, ao longo da trama, uma interessante justaposição entre o Destino, a religião e a política: o negro Seu Lucas, jardineiro, “catimbozeiro” e líder espiritual do povo do Fundão, valia-se da religião como resignação para a condição em que viviam os negros, sendo estabelecida uma crença tácita na justiça divina. Assim, os destinos individuais poderiam ser traçados ao sabor divino, mas havia a possibilidade de ação e mudança das condições de vida, dada pela vertente da fé e compaixão,

advogando a necessidade de união dos pobres e de ajuda mútua entre eles, ao invés de se juntarem às Sociedades políticas.

Contraposta a esta vertente de maior resignação e esperança em uma salvação transcendente, aparece a política – ou melhor, a união política –, colocando a canalização das vontades dos trabalhadores, a partir da greve, como uma força grandiosa e até então desconhecida, maior até mesmo que a religião de Seu Lucas, a qual praticava a resignação. No entanto, a greve é superada e o regime autoritário e de manutenção da miséria do operariado se impõe de qualquer modo, representando alegoricamente a vitória de um suposto fatalismo perante a capacidade de mudança terrena, ao menos no nível objetivo posto para o tempo da narrativa. Talvez ainda haveria um tempo/espaço em que as mudanças seriam efetivas e as situações seriam dadas pelas escolhas individuais, mas não naquele ambiente dominado pela fé nos fatalismos.

Como já indicado, a superstição – derivada do folclore – também ganha alento nas obras de José Lins do Rego, retomando, em *Fogo Morto*, a aparição de criaturas fantásticas, como o lobisomem: no caso desta última obra do ciclo, a crença era de que o seleiro José Amaro estava virando um licantropo – “No outro dia corria por toda a parte que o mestre José Amaro estava virando lobisomem. Fora encontrado pelo mato, na espreita da hora do diabo; tinham visto sangue de gente na porta dele.” (REGO, 1997, p.31). Esta posição, todavia, dividia opiniões, pois, abordada sob o ponto de vista mais racional, parecia “besteira do povo”, sinal de “atraso” ao nutrir crenças supersticiosas: “Também falam de caipora que pegou um sujeito na estrada, um tal de Pepé, caçador de lambu. Tudo mentira deste povo.” (REGO, 1997, p.61).

Menos contestados eram, porém, os imponderáveis fatalismos, contra os quais não adiantava relutar. Neste romance, o simbólico Destino aparece sob o emblema dos temidos desígnios divinos, causando problemas de nervosismos inexplicáveis ou mesmo de loucura: os infortúnios das sinas individuais afetaram as personagens Marta, filha de Sinhá Velha e de José Amaro – “Com o pai [Marta] não levantava os olhos, para Zeca que lhe dizia o diabo era um cordeiro tão manso que nem parecia gente; com ela [Sinhá], era como se lhe guardasse rancor. Destino, tudo destino. Nada poderia fazer contra os desígnios de Deus.” (REGO, 1997, p.47) – e Olívia, filha mais nova de D. Mariquinha e do capitão Tomás Cabral de Mello, primeiro senhor de engenho do Santa Fé – “A pobre da Olívia vivia de jeito que vivia, naquele estado de demência. Teria sido castigo de Deus? O que teriam feito para merecer aquilo da Providência? Tomás era homem direito, homem de sentimento, e ela nada tinha na consciência que a acusasse.” (REGO, 1997, p.142). A crença basilar era, pois, sustentada nas

insígnias da dívida e da punição, encarando os sofrimentos como corolários de uma moral divina além da compreensão humana.

Apesar das similaridades universalmente humanas das submissões à Fortuna, as obras de José Lins do Rego também distinguem os nordestinos sertanejos – do semiárido – daqueles habitantes da zona açucareira: em *Doidinho*, essa distinção aparece na figura da fome, que, imposta pelo jejum religioso no colégio, ensinou ao jovem Carlos de Melo as agruras da fome dos sertanejos, diferentes dos trabalhadores dos engenhos, para os quais não faltava comida, mesmo que por vezes minguada – “Os sertanejos comiam gravatá cru, que chegava a cortar a bôca. Escorria sangue da língua cortada. Não acreditava. Via os mais pobres do engenho no bacalhau e na farinha sêca, os moleques de barriga empinada sempre mastigando qualquer coisa.” (REGO, 1960, p.146). Outro ponto de distinção referia-se ao tratamento diferenciado que os senhores de engenho da Caatinga reservavam aos seus filhos, não se importando tanto com a educação formal dos mesmos – “O velho Mané Gomes sofria críticas medonhas dos outros senhores de engenho. As terras dele ficavam na caatinga. Vivia diferente da maior parte. Uma vida sem fartura, de tacanho, com os filhos criados como os seus animais nos cercados. Nunca botara um na escola.” (REGO, 1960, p.161-2).

Voltando à penúltima obra do ciclo, *Usina*, tem-se que o herdeiro do coronel José Paulino, o Doutor Juca, tio de Carlos de Melo, não foi capaz em preservar os valores tradicionais herdados, mostrando-se inábil para a manutenção de uma estrutura oligárquica em conciliação com a nova ordem econômica; contra esta ordem se insurgiram os próprios portadores dos valores tradicionais, condicionados por um modo de vida e saudosistas das memórias dos domínios político-econômicos dos senhores de engenho. Assim, a estrutura socioeconômica regional foi seriamente afetada:

Esclareça-se que são enormes as mudanças, as transformações acarretadas pelo advento da usina: eliminam a tradição do senhor e da senhora de engenho, da assistência moral, espiritual e material que a sinhá-dona dava aos seus “moradores” (colonos) e escravos, que muitas vezes se enraízam até as origens do engenho; extinguem práticas populares ou folclóricas; determinam uma completa desumanização da paisagem física e social. É tudo obra da ação devoradora da usina – o monstro gigantesco, do qual até os usineiros, freqüentemente ligados à tradição dos senhores de engenho, são também verdadeiros servos, escravos, cuja desumanização, por sua vez, ainda mais se agrava com as rivalidades a que eles são levados entre si, em consequência de ambições e exigências ilimitadas da usina. Tem-se a impressão de uma onda renovadora de civilização, de europeização da paisagem, mas a verdade é que o que tal progresso realmente traz é a desumanização e a descaracterização dessa mesma paisagem, cuja tradição se vê de repente irremediavelmente ameaçada. (CASTELLO, 1960, p.XXXIV-XXXV).

Em suma, o que esses abalos ocasionaram foi a ruptura com o arquétipo da casa-grande, corolário do inevitável progresso advindo da modernização local/regional engendrada

pela consolidação do modelo produtivo a partir das usinas de álcool e açúcar. As mudanças alteraram profundamente as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, impondo-se de modo traumático no universo aristocrático dos senhores de engenho; todavia, cabe ressaltar que muitos dos senhores de engenho, com vistas a não perder o “cetro do comando” regional, também entraram no jogo de forças da nova situação socioeconômica, convertendo-se em usineiros e, assim, à luz da nova lógica, assumiram um poder de mando na sociedade, na política e na economia. Esse foi o caso, nos romances do literato, do Doutor Juca, que, a despeito de seu fracasso em seu novo papel social, não reproduz ou representa todos os casos, fazendo do fenômeno da capitalização do atual Nordeste a partir das usinas mais um evento de *modernização conservadora* na história da formação territorial brasileira: ao final, o poder não mudou muito de mãos, redistribuindo o mando no âmbito mesmo das tradicionais famílias dos senhores de engenho, agora, porém, orientados por novas lógicas, reificadoras e de competição aguçada, típicas do modelo capitalista calcado em oligopólios.

Se, por um lado, o resultado histórico da capitalização é a desumanização advinda da competição extrema, a situação pretérita do modelo “aristocrático” também não escapa das denúncias: a situação dos negros era controversa e muito variável ao longo dos engenhos, dando à relação senhor de engenho/negros uma condição diferenciada em cada propriedade, corroborando a visão de que os negros, mesmo após a Abolição, ainda eram percebidos como propriedade ou patrimônio da casa-grande. Nesse sentido, o romancista explora essa situação ao retratar que os negros do engenho Santa Rosa continuaram a trabalhar como dantes, mesmo após 1888 – “No Santa Rosa, as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas.” (REGO, 1960, p.339) –, enquanto no engenho Gameleira, cujo senhor era Lourenço, tio de Carlos de Melo, os negros passaram a receber ordenado – “A velha Maroca corrigia êste abuso. Os seus serviçais faziam ordenado. Tempo de cativoiro tinha passado.” (REGO, 1960, p.339). Essas posturas são contrapostas ao tratamento dado aos cativos no engenho Santa Fé, onde eram maltratados – “A fama da maldade do feitor espalhará-se pela várzea. O senhor de engenho do Santa Fé tinha um escravo que matava negro na peia.” (REGO, 1997, p.147) – e, em virtude disso, evadiram em massa após a Abolição da Escravatura.

Contudo, a maior delação do romancista não se subscreve ao caráter patrimonialista dos senhores de engenho para com os negros, que perdurou na “alma aristocrática” regional, mas sim à pobreza das famílias do eito, ainda que estas parecessem resignadas e satisfeitas com a comida, às vezes escassa, e com os baixos salários. O tom crítico é expresso no retrato da vida dos trabalhadores do engenho, mostrando seu regime de serviço, sua vida cotidiana e

a sua desunião: fundamentado na visão da personagem Maria Alice, a censura ao padrão de vida ratifica a pobreza do campo.

Maria Alice me auxiliava nas contas. Somava as dívidas do barracão, as importâncias que correspondiam aos quilos de bacalhau e aos litros de farinha. Não acreditava que aquilo desse para uma família comer, querendo saber quantas pessoas sustentava João Rouco, Chico Baixinho, José Passarinho. Havia os que compravam uma quarta de ceará. Aquilo era somente para dar gosto na panela de fava.

Davam três dias de serviço, ao menos. Era a obrigação. O resto da semana, que trabalhassem para êles. Pouco trabalhavam. Mandavam as mulheres para o roçado, de pano na cabeça, e ficavam em casa se refazendo do eito pesado. Muitos iam dar conversas pelas bodegas da estrada, beber a sua cachaça, gozando a vida a seu jeito. [...]

Tinham filhos que perdiam com a mesma indiferença com que viam morrer um pinto de sua ninhada. [...]

Desunidos como cachorros. Denunciavam-se uns aos outros. Cresciam os olhos para os que prosperavam um bocado. E quando chegavam a um ponto a mais em categoria de vida, oprimiam pior que o senhor de engenho. (REGO, 1960, p.307-8).

Na voz de Maria Alice, essa situação penosa era menos culpa das supostas desunião, resignação e ociosidade dos trabalhadores, e mais do sistema de exploração ao qual estavam submetidos, sendo impossível, pois, esperar atitudes grandiosas ou uma moral nobre de tais trabalhadores, uma vez que não comiam direito, não tinham remédios e foram iludidos pela suposta liberdade abolicionista, vivendo um novo regime de escravidão, velado. Nesse ponto, é condenada a sina pré-determinada dos “meninos da bagaceira” em converterem-se, como uma questão “hereditária”, na nova geração de trabalhadores do eito, alijando, a partir das situações objetivas postas – em que a única perspectiva era o trabalho para a ascensão e para a exploração dos demais –, a real capacidade de desenvolvimento humano e humanitário. Esse quadro da pobreza parece, pois, ter sido exposto pelo literato para reforçar a sua permanência com a nova faceta regional, calcada nos preceitos da modernização produtiva.

Na criação literária de *Usina*, o engenho Santa Rosa cede às pressões e é convertido na Usina Bom Jesus, dirigida pelo Doutor Juca; todavia, inserida no jogo de competição por maiores ganhos, esta usina é pressionada por interesses estrangeiros e pela Usina São Félix, a qual era regionalmente poderosa. Assim, a Bom Jesus acaba sendo invadida pelos miseráveis trabalhadores, em busca de alimentos, tornando a sua manutenção insustentável e obrigando a sua venda, em um desfecho melancólico. Com o ciclo completo, do esplendor do engenho Santa Rosa até o seu desmantelamento no jogo capitalista das usinas de açúcar, ao romancista cabe aproveitar as brechas e as “sobras” do material humano e social, de situações já exploradas ou entrevistas nos romances precedentes: o que poderia denotar um valor artístico-literário menor, fundou, ao contrário, a *magnus opus* do romancista – *Fogo Morto* –, romance que promoveu uma síntese artística do ciclo, minimizando o seu caráter autobiográfico e

nostálgico em favor de um amadurecimento consciente, alicerçado no aprofundamento e na condensação da alma regionalista nordestina.

Fogo Morto apresenta-se, portanto, como um documento sociológico, fotografia do Nordeste açucareiro e da oligarquia composta pelos senhores de engenho, ameaçados com o modelo capitalista da industrialização. Nesse ambiente do patriarcalismo, desponta o timbre da delação, por meio do regionalismo, de um Brasil “atrasado”, marcado por problemas graves como a fome, o baixo nível de vida, o banditismo, a superstição e o domínio político de uma classe minoritária. Ao tecer suas considerações sobre o “ciclo da cana-de-açúcar”, Castello (1960), focalizando este último romance, considera que:

Mas, no caso de *Fogo Morto*, a obsessão angustiante do sexo, como se nota em *Bangüê*, cede lugar à predominância quase absoluta da análise da alma humana de seus personagens e à apresentação de valores sociais, econômicos, carregados de elementos ou dependências telúricas, desde o fatalismo e o misticismo, até às superstições mais primitivas, aniquiladoras impiedosas da dignidade da pessoa humana, e à revolta do sertanejo, pobre e miserável, que encontra na canção a punição dos deuses contra os poderosos e ricos da terra. Nestes termos, *Fogo Morto* cria um mundo compacto em que avultam grandiosos, sombrios e quixotescos, esmagados pelas suas próprias almas, alguns personagens notáveis, realmente as maiores criações de José Lins do Rêgo: o mestre José Amaro, o coronel Lula de Holanda e Vitorino Carneiro da Cunha, além de outros em segundo plano, como a filha e a espôsa de José Amaro, a espôsa, as filhas e os sogros de Lula de Holanda, a figura autêntica do famigerado Antônio Silvino. (CASTELLO, 1960, p.XXXI-XXXII, grifos do autor).

O que se tem em *Fogo Morto* é, pois, a retomada das ideias nucleares dos romances anteriores do ciclo, incluindo, de modo periférico, o engenho Santa Rosa e a figura do coronel José Paulino. Este romance apresenta uma estrutura triangular, de modo que cada uma das três partes é intitulada com o nome de um dos três protagonistas da obra: o mestre José Amaro, seleiro pobre e orgulhoso; o coronel Lula de Holanda, senhor de engenho do Santa Fé, emblema da decadência do patriarcado rural dos senhores de engenho; e Vitorino Carneiro da Cunha, estabonado defensor dos oprimidos. As três partes se entrecruzam, apresentando uma circularidade dos seus personagens centrais ao longo de toda a obra.

Sérgio Milliet, que fora duramente criticado por José Lins do Rego em *Dias idos e vividos* – como apresentado no Capítulo 3 –, foi um dos críticos literários que reconheceram os méritos do romance *Fogo Morto*, entendendo cada um dos três personagens principais como uma síntese de uma dada classe da população, todos eles envolvidos em um cenário de miséria, mandonismos, doenças, superstições, crenças fantásticas e de primitivismo no modo de condução da vida e das relações sociais. Nas entrelinhas, como que “puxando os cordéis

dos títeres”, encontravam-se armadas a politicagem, a truculência policial e a aparente solução do cangaço. (MILLIET, 1969⁹⁸ *apud* INFANTE, 2001).

Assim, em linhas gerais, José Amaro, mestre seleiro, representa a parte trabalhadora e ordeira do “povo esquecido” do atual Nordeste, nutrindo um caráter orgulhoso e resistente, recusando-se a ser dominado por qualquer um e trabalhando apenas para quem ele quisesse. Vituperado por uma filha louca, Marta, e pela prepotência do coronel Lula de Holanda, dono das terras em que mora, este mestre, cerne da primeira parte da obra, alimenta uma esperança de mudança do modo de vida a partir do cangaceiro Antônio Silvino, a quem admira e ajuda.

O coronel Lula de Holanda representa, por sua vez, a “aristocracia” arruinada dos engenhos, despojada do poder da luxúria e do mandonismo ante as condições socioeconômicas de modernização produtiva, mas ainda alimentadora de uma empáfia aristocrática; este senhor, por não querer ligar-se à política e sem forças próprias para enfrentar a época de transição, enaltece a religião de modo a fixar em Deus e no saudosismo obsessivo as suas ambições e as suas vaidades. Humilhado por sua degradação, atacado por sua epilepsia e inevitavelmente conluiado com o cangaço, Lula de Holanda trancafia-se em um isolamento autodestrutivo, cercando-se de seu orgulho impotente.

Vitorino, por fim, é o *redresseur de torts*⁹⁹, uma espécie de amálgama entre Dom Quixote e Sancho Pança, eterno opositor, simplório, corajoso, combativo, idealista, sedento por justiça, misto de plebeu e aristocrata. Na narrativa, é agredido pelos cangaceiros e pela polícia, e, após ser liberto, não desiste de suas lutas, sonhando influir politicamente na região – “Ele [Vitorino] muito tinha que fazer ainda. Ele tinha o Pilar para tomar conta, ele tinha o seu eleitorado, os seus adversários. Tudo isso precisava de seus cuidados, da força do seu braço, de seu tino.” (REGO, 1997, p.252); e mais adiante – “Para ele [Vitorino], Antônio Silvino e o tenente Maurício, José Paulino e Quinca do Engenho Novo, todos valiam a mesma coisa. [...] com ele não havia grandes mandando em pequenos. Ele de cima quebraria a goga dos parentes que pensavam que a vila fosse bagaceira de engenho.” (REGO, 1997, p.256).

Ainda conforme Milliet (1969 *apud* INFANTE, 2001), em torno dos três heróis de primeiro plano gravitam outros personagens simbólicos: o tenente Maurício, legítimo representante da força policial, arbitrário e comandante de uma tropa de facínoras, mais temíveis e violentos do que os cangaceiros; o negro Passarinho, uma boa e ingênua alma corroída pela miséria e pelo alcoolismo; o coronel José Paulino, coadjuvante nesta obra,

⁹⁸ MILLIET, Sérgio. A obra de José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. 9.ed. São Paulo: José Olympio, 1969. p. XVIII-XXV.

⁹⁹ Segundo Milliet (1969 *apud* INFANTE, 2001, p.503), este termo é uma “expressão francesa que significa algo como ‘protetor dos fracos e oprimidos’ – incluindo o tom levemente irônico”.

mostrando a sua capacidade flexível de adaptar-se às novas condições de vida e de se aliar a todos os governos a fim de manter os privilégios de mando que detinha enquanto poderoso senhor de engenho; o cego Torquato, informante e agente do cangaceiro Antônio Silvino; o cabra Alípio, também devotado de corpo e alma ao cangaceiro; Adriana e Sinhá Velha, mulheres, respectivamente, de Vitorino e de José Amaro, criaturas santas e sofredoras, resignadas com os tristes desígnios divinos endereçados às suas famílias; D. Amélia, moça prendada do engenho Santa Fé, educada na cidade e entregue depois à triste “prisão” encarnada por aquele sertão, entre as negras da cozinha e as memórias da juventude, simbolizadas pelo piano velho. Todos esses personagens são alegóricos, signos e sínteses fortes dos costumes regionalistas, apresentados sem convencionalismos ou enxertos caricaturais¹⁰⁰.

Este quadro especial de personagens amplia significativamente a ambiência das tramas romanescas do literato, sugerindo uma maior amplitude do conteúdo social e dos retratos psicológicos regionais, em que pesam os valores tradicionais, patriarcalistas, supersticiosos, místicos, pseudoaristocráticos, fatalistas, além do mandonismo político, arbitrário, injusto e protecionista, fazendo o cangaço emergir como uma representação da resistência da alma sertaneja, capaz de desafiar o próprio poder do Estado. Destarte, todo o panorama forjado investe os personagens principais – o mestre José Amaro, Lula de Holanda, Vitorino Carneiro da Cunha e Antônio Silvino – de uma humanidade profunda, simbólica, elencando-os como autênticas patentes das substâncias telúricas que caracterizam o homem nordestino, entrevistas não só na sub-região açucareira, mas em todo o universo regional. O sertão, como compreendido pelo escritor – isto é, o típico sertão da Caatinga e da seca – é, pois, também contemplado no mesmo universo dos vales férteis da zona açucareira, fornecendo um retrato ampliado do homem do atual Nordeste, ressaltando os seus valores psicológicos e morais.

¹⁰⁰ O elenco das personagens de *Fogo Morto* compõe-se de criações artísticas tão marcantes, em detrimento da manifestação do caráter autobiográfico e memorialista do romancista, que cada um delas poderia ser estudada individualmente, engendrando uma antologia singular – a exemplo do profícuo campo de estudos aberto pelos personagens e episódios individuais de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Assim, por exemplo, quanto às personagens femininas da obra, nota-se uma sinistra simetria entre as filhas de José Amaro e do núcleo centrado na casa-grande do engenho Santa Fé, antagonistas: a filha do seleiro José Amaro, por um lado, é sofredora, solteirona e aos poucos enlouquece; por outro lado, Olívia, a filha mais nova do capitão Tomás Cabral de Mello, enlouquece e a filha do coronel Lula de Holanda, Neném, impedida pelo pai de casar-se, torna-se melancólica e soturna. Nesse ponto, Lula de Holanda e José Amaro acabam apresentando os mesmos comportamentos de destruição das filhas, melancólicos de não terem tido filhos homens, ensimesmados, machistas e teimosos. As esposas também são um capítulo a parte: Sinhá Velha e Sinhá Adriana são mais racionais e práticas do que os seus maridos, José Amaro e Vitorino, respectivamente; a praticidade e capacidade de comando também são as marcas das mulheres do Santa Fé: primeiro com D. Mariquinha, a qual comanda o engenho até a morte do marido, e depois com a sutil direção de D. Amélia, ante a incompetência de Lula de Holanda para o comando. Ademais, há notórias similaridades entre a força policial e o banditismo – como o cangaço era, ao menos pelos poderes oficiais, legitimamente instituídos, alcunhado –, sobretudo no abuso da violência, emblemático nas figuras do tenente Maurício, chefe das tropas policiais, e do capitão Antônio Silvino, o chefe cangaceiro.

A partir dessas considerações, tem-se que o romance *Fogo Morto* constitui-se na “ponte de ligação” entre o “ciclo da cana-de-açúcar” com os romances *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953), integrantes de um segundo ciclo – o “ciclo do cangaço, do misticismo e da seca” –, congregando a verve literária de José Lins do Rego para a expressão da substância humana em sua universalidade.

Quanto ao cangaço, é interessante observar que a fidelidade do povo, constantemente oprimido pelas forças oficiais – dentre as quais, a polícia insurge como o braço legítimo da coerção –, alinha-se aos cangaceiros, figuras polêmicas de dupla condição e valoração: esses salteadores dos sertões são tidos ora como bandidos, máculas sociais a serem extirpadas, ora como redentores da opressão popular, insurgentes contra o autoritarismo emanado do *status quo* – e, não raro, eles são caracterizados concomitantemente por essa dupla condição.

No caso do romance *Fogo Morto*, o que se estabelece, na voz de José Amaro, é uma nítida dicotomia entre *povo* e *governo*, reverberada na oposição de Antônio Silvino ao tenente Maurício – “Ele [José Amaro] faria tudo para que o cangaceiro do povo resistisse ao tenente do governo.” (REGO, 1997, p.57) –, e estabelecendo-se como uma pretensa voz consensual da população mais pobre e oprimida, em apoio ao cangaceiro e contrária à truculência das forças oficiais: “Polícia de bandidos. É por isto que o povo está com o capitão Antônio Silvino.” (REGO, 1997, p.63). Mais adiante, a mesma impressão panegírica ao cangaceiro, diametralmente oposta à figura do tenente Maurício, se faz na voz do negro Passarinho: “O povo gostava do homem [Antônio Silvino]. Soltava os presos, deva (*sic*) de comer aos infelizes. E o tenente Maurício, por onde passava, era como um pé-de-vento, assombrando os homens” (REGO, 1997, p.184); e mais adiante, todo o cangaço é enaltecido como um poder popular de resistência aos poderosos da terra, os senhores de engenho: “Pobre não tinha direito. Quem sabia dar direito aos pobres era o capitão, era Jesuíno Brilhante, era o cangaço que vingava, que arrasava um safado como Quinca Napoleão [comendador e prefeito de Pilar, cujo sobrado fora atacado pelo cangaceiro].” (REGO, 1997, p.184).

Na tensão da violência de ambas as partes, polícia e cangaço, a denúncia do literato se volta para a incapacidade ou falta de vontade dos senhores de engenho em se indisporerem contra os cangaceiros, uma vez que estavam mais preocupados em manterem o poder de mando, mesmo que, para tanto, tivessem que costurar alianças com o cangaço; por outro lado, os abusos do poder da polícia também são delatados, atingindo um nível tão insustentável que ocasionara uma contenda com o poder judiciário por conta da crueldade dos atos arbitrários.

O cangaceirismo¹⁰¹ é retratado pelo romancista José Lins do Rego como um fenômeno característico da porção territorial nordestina de Caatinga árida e hostil, envolvendo homens de impressionante resistência física e moral, revestidos por uma fúria destruidora e arrebatadora, mesclada com sinais de misticismo e religiosidade. No ensaio *Presença do Nordeste na Literatura Brasileira* (1957), o literato aborda o cangaço nordestino, traçando-lhe um breve panorama histórico e interpretativo, em que pesam as figuras emblemáticas dos cangaceiros Antônio Silvino e Virgulino Ferreira, o Lampião:

A história do cangaço, no Nordeste brasileiro, está intimamente ligada à história social do patriarcalismo, à vida de uma região dominada pelo mandonismo do senhor de terras e de homens, como se fôssem barões dos feudos. O chefe que mandava, de barão e cutelo na família, nos aderentes, nos eleitores, precisava muitas vezes da força, acima da lei, para impor-se e dominar sem limites. Nem o Estado seria capaz de enfrentar o chefe que, no sertão, era mais do que o Estado. Para manter-se de pé, prefirmar-se suseranamente, o chefe recorria a seus homens dispostos, aos cabras de olho virado, aos que matavam sem dor na consciência. A função do cangaceiro passava a ser uma espécie de gendarmeria às avessas. O crime é que tinha poder corretivo. Assim surgiram cangaceiros que, revoltando-se contra o chefe, fizeram trabalhar por sua conta, a serem eles próprios os que ditassem lei no sertão. Armados pelo “coronel” passaram a dar cartas, a casar e a descasar, a dividir terras, a exercer pelo trabuco o governo das caatingas. [...]

As estradas de rodagem, os automóveis, as armas modernas, uma justiça melhor transformaram o sertão bárbaro em zonas de vida mais segura, de paz mais duradoura. Não é mais possível outro Lampião no Nordeste Brasileiro. (REGO, 1957, p.37-44 *apud* CASTELLO, 1960, p.XLII-XLIV).

Segundo Castello (1960), ao banditismo se associa a ação dos jagunços místicos, os quais buscavam se defender contra as possíveis investidas das forças policiais, traduzindo as esperanças sertanejas, amargas sob o peso da miséria das secas e da prepotência da autoridade dos mandonismos locais. A essas esperanças, os sertanejos, resignados e fatalistas, se entregam de corpo e alma, num processo de resistência feroz, cujo corolário é o seu aniquilamento total. Nos romances que possuem o cangaço como mote central, José Lins do Rego opera um entrecruzamento dos aspectos moral e psicológico, sentimental e fatalista, político e social, econômico e religioso, forjando um enredo marcado pela pressão do coronelismo governante e da intervenção despótica, arbitrária e criminosa da polícia; duplamente oprimido, o sertanejo encontra-se em uma encruzilhada de dupla alternativa: ou mostra-se predisposto ao fanatismo religioso, evadindo da realidade causticante, ou entrega-se

¹⁰¹ O fenômeno do cangaço (cangaceirismo ou cangaceiragem) é abordado, à luz da literatura de José Lins do Rego, no trabalho de Anita Moraes (2002): nesta pesquisa, a autora contrapõe as abordagens de Graciliano Ramos e de José Lins do Rego acerca desse fenômeno, o qual fora amplamente abordado por este e apenas secundariamente focado por aquele. Para Graciliano, o cangaço é resultado de uma projeção econômica regional em que pesa a miséria, enquanto para José Lins, esse fator econômico é menos relevante do que o peso do frágil sistema político, engendrando um sistema de domínio do patrimonialismo; neste ponto, o regime de atrocidades só seria extirpado com a efetivação de uma política menos arbitrária e igualitária. Enquanto a pesquisadora compreende essas perspectivas como diferentes, parece-me, no entanto, que são mais causas complementares, cada qual contribuindo para nutrir e engendrar o fenômeno do cangaço.

ao servilismo, sem vontade própria ou censura crítica, configurando-se como um “animal fiel” às vontades de seu senhor. O cangaço surge, então, como uma solução inevitável, valendo-se das perspectivas de vingança, libertação, fatalismo, apelo à salvação e ilusão messiânica.

Nesse ponto, este crítico literário, acerca da polêmica figura do cangaceiro, considera:

O cangaceiro pode ser considerado tanto um herói quanto um reles bandido, *cabra* sem determinação própria ou sem iniciativa pessoal; pode ser uma vítima inconsciente, arrastada pelo fatalismo avassalador ou sugestionada pelas repercussões da fama criminosa, da intransigência dos princípios de honra, e também pode ser um vingador justiceiro. Seus atos podem parecer heróicos, repercutir, sob a admiração quase geral, ser decantados e proclamados, como podem ser considerados entre os mais criminosos, partido de anormais predispostos a toda sorte de perversidade e desonra, a vitimarem impiedosamente toda uma população indefesa e sem culpa, enquanto agravam a miséria da sêca e contribuem para a ruína dos proprietários menos protegidos e sem poder. De qualquer forma, o cangaceiro, como o místico dos grupos fanáticos, é sempre uma vítima, vítima inconsciente que arrasta consigo o infortúnio de muitos e a perseguição incessante à sua própria família que, por sua vez, freqüentemente condena e maldiz o filho tocado pelo fogo diabólico. (CASTELLO, 1960, p.XLVI, grifo do autor).

Assim, o escritor conecta o semiárido à zona açucareira ao fazer emergir a figura do cangaceiro a partir do sertanejo, e este, por sua vez, como um símbolo dos sentimentos e da alma regionalista nordestina. A congregação do “ciclo do cangaço, do misticismo e da seca” com o “ciclo da cana-de-açúcar” amalgama, pois, toda a região nordestina, dando-lhe um valor incontestavelmente humano e nacional, fundindo o regional com o universal dentro da orientação crítica da tendência regionalista do modernismo artístico. Essa fundamentação artístico-literária torna o ciclo aqui em foco em uma perspectiva privilegiada para a análise da imagética correlacionada aos espaços sertanejos – mesmo que compreendidos, à luz desta pesquisa, para além dos limites das áreas fisiográficas limitadas pela seca e pela Caatinga.

O sertão de José Lins do Rego – semanticamente ampliado para corresponder à noção defendida nesta pesquisa – é valorizado de modo complexo, fundando um imaginário regional que, de modo algum, pode ser simplificado dicotomicamente entre os opostos do “bom” ou “mau”, ou do “positivo” ou “negativo”: abordado a partir da nostalgia e das memórias do literato, a zona açucareira nordestina – *Sertão*, do ponto de vista da lógica hegemônica – recebe a pecha do “atraso” e da “obsolescência”, sem, porém, que sua antípoda – o *Litoral* (ou, genericamente, o *não-sertão*) – seja, por necessidade, avaliado positivamente. Apesar de nutrir um carinho especial pelas ambiências em que transitavam os seus personagens do “ciclo da cana-de-açúcar”, a alma genuína do romancista não poderia trair sua sensibilidade e não delatar as misérias e os problemas que antevia na zona rural, adotando a postura crítica do modernismo, aplicado ao seu regionalismo – talvez, de todos os escritores aqui enfocados, o mais fiel às cores locais/regionais do Nordeste rural.

Na projeção dos sertões do romancista, pesa o emblema do “atraso” a partir da impudícia da prostituição e das antecipações sexuais, extirpadoras da inocência pueril, sendo esta quase que um direito ou dever a ser defendido na moralidade da civilização. As “iniciações sexuais pervertidas”, ou mesmo as brincadeiras ou os convívios libidinosos, configuravam-se como uma explicitação sexual que não resguardava a ingenuidade ou a castidade, pulverizando tabus sociais e banalizando a reprodução humana. Sob os olhos da ordem, essa desordem (caos) era inaceitável e pernicioso, típica da imoralidade – social e psicológica – dos sertões.

Mais do que a perversidade sexual, o emblema do retardamento ou decadência fixou-se ao espírito de vivência e crença profunda – como já decantado aqui – nas superstições e nos fatalismos, dando vazão ao misticismo e ao conformismo e resignação. Todo esse panorama denota uma ordem ou lógica pré-racional, típica de uma posição retardatária na linha evolutiva da história sociocultural. Assim, a imagem do “atraso” fica evidente para esses sertões, almejando superá-los pela racionalidade do não-sertão. No entanto, esse ponto é controverso, pois o romancista traça tramas em que o fatalismo mostra-se, a exemplo das obras de Graciliano Ramos, como um elemento inevitável: esse é o caso do fracasso de Carlos de Melo no comando do engenho Santa Rosa, apesar de ser investido ou dotado da suposta superioridade da racionalidade, ao apresentar-se como bacharel; a lição fornecida é que alguns resultados ou eventos escapavam de quaisquer oportunidades de mudança, sendo inexoráveis e frutos de “forças ocultas”, que não se assentam em responsabilidades individuais. Nesse ponto, José Lins do Rego se aproxima do literato alagoano ao trilhar um caráter universalista de união da humanidade – para além de restrições locais/regionais – na sujeição aos fatalismos e aos desígnios do Destino.

No enfoque dado ao ambiente patriarcalista e (pseudo)aristocrático dos senhores de engenho, o romancista desvela um Brasil “atrasado”, cicatrizado pela miséria de um povo faminto, doente e com baixíssimo nível de vida, ainda que apresente, por vezes, uma aparente felicidade – derivada, talvez, justamente da ignorância; são também chagas desse interior sertanejo a superstição e o domínio político interessado em manter as condições vis de vida de grande parte da população, a fim de conservar o patrimonialismo e o atendimento aos interesses pessoais da classe minoritária. Todo esse quadro fundamentou o cenário para o florescimento e a nutrição do banditismo, tido como uma “vingança” da pobreza contra os poderosos da terra; mas, por outro lado, também tido como fenômeno de perpetuação da violência e do medo na região, banalizando a morte – já, de certo modo, banalizada pela miséria e pelas agruras da seca – e impedindo que a paz, a ordem e a civilidade florescessem.

Todavia, não é como se o oposto do sertão exposto – o Litoral (ou o não-sertão) – fosse encarado como o modelo de perfeição, a ser copiado e incorporado pela hinterlândia: a esse respeito, o escritor destila a sua censura à chegada da modernização produtiva – já bem explorada, no âmbito do “ciclo da cana-de-açúcar”, no Capítulo 2 – ao enfatizar que a nova estrutura produtiva regional, fundada no predomínio da lógica industrial a partir das usinas de álcool e açúcar, é tão ou mais exploradora do que o regime patriarcal de “suseranos” e “vassalos” dos engenhos.

Desse modo, o cenário de pobreza dos trabalhadores do eito – destacado na voz observadora e crítica da personagem Maria Alice, em *Bangüê* – não é alterado, conservando a ausência de uma efetiva cidadania para grande parte da população; o que se tem na atuação política do Estado e dos agentes hegemônicos de transubstanciação daqueles sertões dos banguês em não-sertões das usinas, então, é uma mudança meramente formal, não acompanhada de mudanças de conteúdo ou das estruturas: a modernização e a conservação dos arquétipos do poder e dos agentes dominantes caminham lado a lado, mantendo o caráter autoritário das formações territorial e social brasileiras.

Ante isso, mesmo sob a condição sertaneja de “atraso” dos ambientes privilegiados pelos romances de José Lins do Rego, o literato imputa uma relativa superioridade da bagaceira quando contraposta à urbe, antevendo com desconfiança e/ou preocupação o ambiente moderno das cidades, ou, mais particularmente, da lógica hegemônica. Se, por um viés, a retórica do “atraso” sertanejo serviria para legitimar a “onda modernizadora”, incentivada pelo Estado nacional, na hinterlândia compreendida como Sertão, a postura de crítica contumaz ao modelo da partição litorânea (aquela alinhada às lógicas hegemônicas) serviria para refrear o ímpeto de atuação dos agentes estatais e sociais preponderantes, entendendo-os como falácias do progresso, uma vez que mascaravam as formas de exploração, mantendo a estrutura da miséria, da violência e do autoritarismo; esse era o caso, por exemplo, das críticas à truculência da polícia, espécie de “cangaço oficial”, e do patrimonialismo e personalismo político dissimulado no escopo das instituições oficiais.

O que se observa no pensamento artístico-literário de José Lins é, pois, uma retomada da tradição aberta por Euclides da Cunha e, no que tange ao regionalismo nordestino, por Gilberto Freyre: por um lado, joga-se com o problema dos sertões nacionais, assumidamente “atrasados”, configurarem-se como as paragens da autenticidade nacional, marcadas pelo caráter da brasilidade, reclamando, pois, a sua proteção para a preservação da *alma brasileira*; assim sendo, o pensamento euclidiano – como visto no Capítulo 2 – se impôs no intuito de reivindicar a “sanha modernizadora” do Litoral, mas sem anular ou arrasar o caráter de

autenticidade resguardado nos sertões, incorporando-o, no movimento de transformação, em prol do engrandecimento pátrio. O pensamento freyreano, por seu turno, endossa, no literato, o viés de singularidade do atual Nordeste em comparação aos centros hegemônicos do país, impondo a necessidade de estudá-lo em suas particularidades regionais para a promoção de uma verdadeira unidade nacional.

Assim, a visão regionalista do literato é duplamente crítica: censura a “obsolescência” sertaneja, causa e consequência da miséria e do regime político autoritário, mas também – e talvez ainda mais – o modelo mimético fracassado do não-sertão, cuja modernidade não se enraizava no caráter da terra, incorporando acriticamente valores exógenos e não contribuindo efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico almejado. Dessa dupla visão, porém, a retórica estatal aproveitou-se parcialmente: a partir da correlação do Sertão com a característica do “atraso”, o Estado nacional valeu-se desse discurso artístico-literário, de grande repercussão no âmbito da população-leitora, para ratificar a imagem do atual Nordeste como um problema – como fizera com Rachel de Queiroz e, mais destacadamente, com a incorporação também parcial dos discursos literários de Graciliano Ramos; desse modo, promovia-se a Arte como modo de arguta observação do Brasil, conclamando a uma rápida e sonora “intervenção nos trópicos”, no sentido de modernizar as estruturas sertanejas obsoletas – ou, em outras palavras, de transubstanciar os sertões em não-sertão.

4.4 Jorge Amado: os sertões do “ciclo do cacau” como universo da violência dos coronéis

Jorge Leal Amado de Faria, filho de João Amado de Faria e de D. Eulália Leal, nasceu no dia 10 de agosto de 1912, na fazenda Auricídia, em Ferradas, distrito do município de Itabuna (BA). Jorge foi o primogênito do casal, o qual teve mais três meninos: Jofre (1915), Joelson (1920) e James (1922). Quando tinha apenas dez meses, o pai de Jorge foi ferido em uma tocaia dentro de sua própria fazenda. No ano seguinte, em 1914, aliado a esse clima de tensão e de violência, uma epidemia de varíola assolou a região e obrigou a família a deixar o ambiente rural e estabelecer-se em Ilhéus (BA); em 1917, porém, a família mudou-se novamente, agora para a Fazenda Taranga, em Itajuípe (BA), onde seu pai pôde voltar à lida na lavoura de cacau. Esse retorno ao ambiente rural, dominado pelos cacaueiros, é significativo, fundando no imaginário do futuro escritor a sensação de que o trabalho nas lavouras de cacau, apesar de difícil, era viciante, de modo que o “visgo do cacau” prendia os trabalhadores à lavoura, alterando-lhes, inclusive, as personalidades:

Os trabalhadores nas roças tinham o visgo do cacau mole preso aos pés, virava uma casca grossa que nenhuma água lavava jamais. E eles todos, trabalhadores, jagunços, coronéis, advogados, médicos, comerciantes e exportadores, tinham o visgo do cacau preso na alma, lá dentro, no mais profundo do coração... Não havia educação, cultura e sentimento que lavassem. Cacau era dinheiro, era poder, era a vida toda, estava dentro deles, não apenas plantado sobre a terra negra e poderosa de seiva. Nascia dentro de cada um, lançava sobre cada coração uma sombra má, apagava os sentimentos bons. (AMADO, 1997, p.249).

Em 1918, o futuro literato, já alfabetizado por sua mãe, passa a frequentar a escola de D. Guilhermina, em Ilhéus; esta professora, rígida e autoritária, não hesitava em usar a palmatória e impor castigos aos alunos para que eles “rendessem” como gostaria. Em 1922, inicia aos seus pendores literários ao criar o jornalzinho *A Luneta*, distribuído para vizinhos e parentes; nessa época, passa a ser instruído academicamente na capital baiana, no Colégio Antonio Vieira, de padres jesuítas, em regime de internato. Nesta instituição, o menino passa a adquirir prestígio por sua capacidade de escrita, recebendo atenção especial, sobretudo do padre Luiz Gonzaga Cabral, que lhe empresta livros de autores portugueses e de outras partes do mundo.

Em 1924, após as férias, Jorge Amado foge do colégio, viajando por dois meses até chegar à casa de seu avô, José Amado, em Itaporanga (SE). Atendendo ao pedido de seu pai, o seu tio Álvaro leva o menino de volta para a fazenda em Itajuípe (BA). Após esse episódio, Jorge Amado é matriculado no Ginásio Ipiranga, em Salvador, novamente em regime de internato; lá ele conhece Adonias Filho, e dirige *A Pátria*, jornal do grêmio da escola. Insatisfeito com as orientações de tal folha acadêmica, ele funda, pouco tempo depois, o jornalzinho *A Folha*, opositor ao primeiro. Essa genuinidade, clareza e fidelidade das convicções políticas vai marcar também a obra do escritor.

Em 1927, passa a estudar em regime de externato, indo morar em um casarão no Pelourinho. Este ano também vai acentuar-se por sua importância profissional e pessoal para o literato: ele inaugura as suas atividades jornalísticas profissionais ao empregar-se como repórter policial no *Diário da Bahia*, e pouco tempo depois se emprega no jornal *O Imparcial*; a sua poesia *Poema ou prosa* é publicada na revista *A Luva*; e, ademais, conhece, à época, o pai-de-santo Procópio, o qual o nomeará ogã (“protetor”), o primeiro de seus vários títulos no candomblé, religião com a qual manterá profunda relação ao longo de sua vida.

Jorge Amado começa a assumir uma postura e identidade literárias quando se reúne em torno do experimentado jornalista e poeta Pinheiro da Veiga, fundando a Academia dos Rebeldes, composta, além de Jorge, por Clóvis Amorim, Guilherme Dias Gomes, João Cordeiro, Alves Ribeiro, Edison Carneiro, Aydano de Couto Ferraz, Emanuel Assemany, Sosígenes Costa e Walter da Silveira. Essa tertúlia fazia oposição ao grupo *Arco & Flecha*,

publicando os seus trabalhos nas revistas *Meridiano* e *O Momento*, ambas fundadas pela própria academia.

Em 1929, começa a trabalhar em *O Jornal*, onde publica a sua primeira obra, a novela *Lenita*; essa publicação é realizada sob o pseudônimo de Y. Karl e em parceria com Dias da Costa e Edison Carneiro, os quais assinavam como, respectivamente, Glauter Duval e Juan Pablo. No ano seguinte, a novela é editada em livro por A. Coelho Branco Filho, no Rio de Janeiro, local para o qual o literato baiano transferiu-se, em 1930, para estudar, e onde conheceu Vinicius de Moraes, Otávio de Faria e outros nomes importantes da Literatura nacional. Em 1931, quando já era aluno da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, ele publica o seu primeiro romance, *O país do carnaval*, pela Editora Schmidt, com prefácio de Augusto Frederico Schmidt; o livro, com primeira tiragem de mil exemplares, torna-se um sucesso de público.

Em 1932, Jorge Amado mudou-se para um apartamento em Ipanema, onde foi morar com o poeta Raul Bopp. Nesse ano, ele aproxima-se definitivamente da Literatura, integrando os círculos literários e intelectuais de nomes consagrados como José Américo de Almeida, Amando Fontes, Gilberto Freyre e Rachel de Queiroz, a partir da qual o literato se relaciona com os comunistas – identidade política que vai manter ao longo da vida. Nesse mesmo ano, ele viaja a Pirangi (BA) e, impressionado com a vida dos trabalhadores da região, começa a esboçar o “ciclo do cacau” a partir do romance *Cacau*, publicado em 1933, pela Ariel Editora.

Entre a primeira e a segunda edição de *Cacau*, Jorge Amado tem acesso, por meio de José Américo de Almeida, aos originais de *Caetés*, romance de Graciliano Ramos. Atraído pelo talento do escritor alagoano, o literato viaja para Maceió para conhecer Graciliano, iniciando uma amizade que duraria até a morte deste; nessa viagem para o atual Nordeste, conhece também José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Holanda e Jorge de Lima. Em 1933 ainda, torna-se redator-chefe da revista *Rio Magazine*, e casa-se, em dezembro, em Estância (SE), com Matilde Garcia Rosa – casamento que duraria até 1944, e geraria uma filha, Eulália Dalila Amado, a qual nascera em 1935 e morrera, repentinamente, no Rio de Janeiro, em 1949, enquanto o literato estava exilado na Europa.

Em 1934, publica, pela Ariel Editora, o romance *Suor*. Nesse ano, passa a trabalhar na Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro, escrevendo, a princípio, *releases* e depois indo trabalhar na parte editorial propriamente dita. Em 1935, ele cobre, pelo jornal *A Manhã*, veículo jornalístico da Aliança Nacional Libertadora, a viagem do presidente Getúlio Vargas ao Uruguai e à Argentina. Ainda neste ano conclui o curso de Direito e lança *Jubiabá*, pela

José Olympio Editora, romance a partir do qual manteria ativa a sua profícua produção bibliográfica, marcada por um forte cunho político.

Em 1936, sofre a sua primeira prisão, por motivos políticos: é acusado, assim como o fora Graciliano Ramos, de participar do levante ocorrido em novembro de 1935 – a Intentona Comunista –, em Natal (RN), sendo detido no Rio de Janeiro. Em 1937, viaja pela América Latina e pelos Estados Unidos, de modo que, quando regressa ao país – em Belém (PA) –, o escritor é avisado pelo literato paraense Dalcídio Jurandir do golpe varguista; dadas as suas convicções políticas esquerdistas, Jorge Amado foge, então, para Manaus, mas é novamente preso. Seus livros são considerados subversivos e queimados em Salvador por ordens da Sexta Região Militar: consoante as atas do processo, foram queimados exemplares de *O país do carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936) e *Capitães de Areia* (1937).

Em 1938, o romancista é liberto e mandado para o Rio de Janeiro. Muda-se para São Paulo, onde passa a residir com o escritor Rubem Braga; depois vai para a Bahia e, por fim, estabelece-se por pouco tempo em Sergipe. Retorna ao Rio de Janeiro em 1939, onde exerce uma intensa atividade política, em decorrência das torturas dos presos e da desarticulação do Partido Comunista durante a ditadura varguista. Neste ano, torna-se redator-chefe das revistas *Dom Casmurro* e *Diretrizes*, e inicia também a colaboração, mantida até o ano de 1941, com a revista *Vamos ler*. Na revista *Diretrizes*, publica, em 1940, o primeiro capítulo de *ABC de Castro Alves* – o qual seria lançado no ano seguinte, 1941, pela Livraria Martins Editora, de São Paulo – e edita, em forma de folhetim, a novela *Brandão entre o mar e o amor*, iniciada por Jorge Amado e continuada por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz, e publicada em 1942.

Continuando a trabalhar nas folhas da imprensa jornalística, o escritor lança, em 1942, em Buenos Aires, o livro *A vida de Luís Carlos Prestes*, o qual era vendido clandestinamente no Brasil, por conta da censura. Ao regressar ao país vindo da Argentina, o escritor é preso ao desembarcar em Porto Alegre (RS), e de lá é enviado ao Rio de Janeiro, mas não permanece na capital, uma vez que a polícia decide despachá-lo para Salvador, onde fica confinado. Somente em 1943, quando lança o segundo romance do “ciclo do cacau”, *Terras do sem-fim*, que o literato pôde vender livremente uma de suas obras sem a perseguição da censura política. Este ciclo seria encerrado no ano seguinte, em 1944, com o romance *São Jorge dos Ilhéus*.

Em janeiro de 1945, participa do I Congresso de Escritores – realizado em São Paulo – como chefe da delegação baiana; o encontro encerra-se com uma manifestação contra o

Estado Novo, de modo que Jorge Amado, juntamente com Caio Prado Jr., é preso por um breve período. Nesse ano, ele é apresentado a Zélia Gattai, com quem passa a viver a partir de julho. Muda-se para São Paulo, onde começa a chefiar a redação do jornal *Hoje*, do Partido Comunista Brasileiro; na cidade paulistana, também colabora com o jornal *Folha da Manhã*. Neste ano, ainda torna-se secretário do Instituto Cultural Brasil-União Soviética, cujo diretor era Monteiro Lobato, e é eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro. Na condição de deputado, assume, em 1946, o mandato na Assembleia Constituinte, passando a residir no Rio de Janeiro; no legislativo, consegue aprovar várias de suas emendas, como a da liberdade de culto religioso e a referente aos direitos autorais.

Em 1947, nasce o seu filho, João Jorge. No início do ano seguinte, janeiro de 1948, o registro do Partido Comunista Brasileiro é cancelado, voltando à ilegalidade; diante disso, o mandato de Jorge Amado é cassado. Sem assento na Câmara Federal e com a nova censura de seus livros – considerados subversivos –, o escritor parte para um exílio voluntário em Paris. Em fevereiro, sua casa, no Rio de Janeiro, é invadida por agentes federais, que apreendem livros, documentos e fotografias; após esse episódio, Zélia e o filho João Jorge partem para Gênova (Itália), onde são recolhidos por Jorge Amado, que os leva para morar com ele em Paris. Nesta ocasião, o escritor estabelece amizade com Jean-Paul Sartre, Pablo Picasso e outros expoentes da Literatura e da Arte mundial. Ainda em 1948, participa do Congresso Mundial de Escritores e Artistas pela Paz; além disso, realiza uma viagem pela Europa e União Soviética.

Em 1949, ao dirigir-se para a Tchecoslováquia, onde participaria de um congresso de escritores, Jorge Amado sofre um acidente de avião em Frankfurt (Alemanha); escapa ileso. Em 1950, em virtude das convicções políticas do escritor, o governo francês expulsa Jorge Amado e sua família do país; então, ele, Zélia e seu filho passam a residir no castelo da União dos Escritores, em Dobris (Tchecoslováquia). Nesse ano, volta a realizar viagens pela Europa Central e pela União Soviética, e escreve *O mundo da paz*, livro sobre os países socialistas. Este livro fora lançado no Brasil no ano seguinte, em 1951, pela Editorial Vitória, do Rio de Janeiro, pelo qual o escritor fora processado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. No meio desse clima de tensão, em 1951 nasceu, em Praga, a sua filha Paloma.

Em 1952, viaja à China e à Mongólia, e regressa ao Brasil com a família, fixando residência no apartamento de seu pai, no Rio de Janeiro. No país, ele responde ao processo por *O mundo da paz*; este processo é arquivado pelo juiz, que alega o fato de o livro ser sectário, mas não subversivo. Em 1953, o escritor viaja para a Europa, para o Chile e para a Argentina; informado da grave doença de Graciliano Ramos, ele volta ao Brasil para rever o

amigo, que acaba falecendo em seguida. Após a morte do escritor alagoano, Jorge Amado o substitui na presidência da Associação Brasileira de Escritores.

Embora já soubesse, desde 1954, das atrocidades de Joseph Stálin – denunciadas publicamente neste ano, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética –, o literato só retira a sua filiação ao Partido Comunista em 1956, deixando, segundo suas confissões, a militância política em prol de um maior engajamento na atividade literária. Neste ano, 1956, torna-se redator-chefe do quinzenário *Para-todos*, ao lado do irmão James, Oscar Niemeyer e Moacir Werneck de Castro, dentre outros. Em 1957, após viajar ao Oriente ao lado de Zélia Gattai e Pablo e Matilde Neruda, Jorge Amado conhece, na Bahia, a mãe-de-santo Menininha do Gantois, a quem ficaria ligado até a morte dela, ocorrida em agosto de 1986. Outro importante evento relacionado ao candomblé aconteceria dois anos depois: em 1959, Jorge Amado recebe, em Salvador, do Axé Opô Afonjá, um dos mais altos títulos do candomblé, o de Obá Orolu.

Em 1958, aproveitando-se da tranquilidade de Petrópolis, escreve *Gabriela, cravo e canela*, romance que se tornou um sucesso editorial e da crítica, e marcou uma mudança na perspectiva artística do escritor, o qual passou, então, a se dedicar mais ao lirismo e aos romances de costume em detrimento de suas obras mais políticas. No ano seguinte, ele funda a Academia de Letras de Ilhéus.

Em 6 de abril de 1961, Jorge Amado é eleito, por unanimidade, para a cadeira n.23 da Academia Brasileira de Letras, a qual pertencia a Otávio Mangabeira, tomando posse em 17 de julho deste ano, quando é recepcionado por Raimundo Magalhães Jr. Nesse ano, ademais, o escritor é eleito membro do Conselho da Presidência do Pen Club do Brasil, e é convidado, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, para ser embaixador do Brasil na República Árabe Unida, cargo que o literato recusa.

Nos anos seguintes, o escritor vai consolidando cada vez mais a sua consagração de literato prestigiado pelo público, escrevendo várias obras que se tornariam sucesso popular e de crítica, além de serem amplamente adaptadas para o cinema ou para a televisão. Em 1963, após a morte do pai – ocorrida no ano anterior, no Rio de Janeiro – o escritor muda-se para uma casa que construía no bairro de Rio Vermelho, subúrbio de Salvador, onde residiria até o seu falecimento.

Mantendo seu espírito forte, combativo e crítico, em 1970 – em plena Ditadura Militar –, o escritor, ao lado de Érico Veríssimo, lidera um movimento contra a censura prévia dos livros. Nesse período, a sua vida familiar é pautada pelo fluxo contínuo da vida: se, por um

lado, nascem seus netos, por outro lado, sua mãe morre em 1972, aos 88 anos de idade, em Salvador.

Em 1975, a editora Martins, que havia pedido concordata em 1974, começa a lançar os livros de Jorge Amado em coedição com a Record, do Rio de Janeiro. Em 1976, com o fechamento da Livraria Martins Editora, o escritor passa a ser autor exclusivo da Record. Em 1977, ele recebe o título de sócio benemérito do afoxé Filhos de Gandhi. E, no dia 13 de maio de 1978, Jorge Amado e Zélia Gattai oficializam a sua união. Ao lado da também escritora, ele continua a sua produção bibliográfica extensa, colecionando prêmio, homenagens e títulos.

Em 1984, começa a articular a criação da Fundação Casa de Jorge Amado, de modo que, no dia 2 de julho – data de aniversário de Zélia Gattai – de 1986, o então presidente, José Sarney, assina um decreto para a criação de tal fundação, inaugurada no dia 7 de março de 1987. A Fundação Casa de Jorge Amado passa a desenvolver, desde então, um intenso trabalho de preservação e divulgação da obra do escritor. No ano seguinte, em 1988, a Casa da Cultura Jorge Amado seria inaugurada em Ilhéus.

Já com a idade avançada, o escritor sofre em Paris, em maio de 1996, um edema pulmonar, recebendo alta após dez dias de internação. De volta a Salvador, é submetido a uma angioplastia em outubro, operação que adquire grande repercussão no país, sendo coroada com pleno êxito. Em maio de 1999, é novamente hospitalizado para fazer exames de rotina e tratar de um mal-estar digestivo; no dia 21 de junho de 2001, Jorge Amado é internado outra vez, acometido por uma crise de hiperglicemia e fibrilação cardíaca. Após alguns dias, retorna à sua casa, mas, em 6 de agosto do mesmo ano, volta a se sentir mal e falece na cidade de Salvador. Conforme seu pedido, seu corpo é cremado e as cinzas espalhadas em torno de uma mangueira, em sua residência no bairro de Rio Vermelho, na capital baiana.

Consciente de sua própria produção, o literato versa, com muita transparência, em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, em 9 de agosto de 1992 – às vésperas de seu 80º aniversário – acerca do escopo temático que privilegia no âmbito de suas produções artístico-literárias:

Acho a Bahia fundamental não só na cultura brasileira, mas no país como um todo. Primeiro porque o Brasil começou na Bahia. Vem de lá um fato fundamental para a cultura brasileira: a mistura de sangue, de raças e de culturas, a miscigenação e o sincretismo. A literatura brasileira começa com Gregório. O resto era imitação da cultura portuguesa. E vem até Caetano, mas não pára nele, porque Caetano já tem 50 anos... Já tem coisa mais nova.

[...] A crítica diz que eu me repito muito. É verdade. Tenho dois temas. Um é o tema rural, o estabelecimento da produção de cacau. A outra matriz do meu trabalho é a cidade da Bahia e sua vida popular. Mas os ambientes e os personagens se repetem. São os coronéis, os jagunços, as putas, a gente do povo. Sou incapaz de escrever

sobre aquilo que não vivi. [...] Tenho mais consciência dos meus defeitos do que os meus pretensos críticos. Aliás, a crítica em si não significa grande coisa porque acho o leitor mais interessante do que o crítico. Ele é um cúmplice, participa de sua obra, te dá a medida de que o que você está fazendo está tocando as pessoas. Tem coisas que não me dizem nada: homenagens, prêmios etc. (RESENDE, 1992, p.3¹⁰² *apud* INFANTE, 2001, p.513).

Assim, fica nítido, pela própria verve do escritor, de que seus enredos se concentram intencionalmente no espaço geográfico-cultural da Bahia, uma vez que o literato concebe a Bahia como o “berço cultural” brasileiro, além de ser incapaz de escrever sobre aquilo que não vivenciou. Desse modo, Jorge Amado desenvolveu uma literatura essencialmente regionalista, alicerçada na observação direta das concretudes e materialidades do universo representado; a realidade assim enaltecida aproxima o estilo de composição desse escritor ao modelo artístico dos realistas – por isso mesmo, muitos críticos literários consideram Jorge Amado como um neorrealista. (INFANTE, 2001).

Ao fixar a sua temática em dois pontos principais – o tema rural do cacau no Sul da Bahia e a cidade de Salvador, com seus tipos sociais, sobretudo os mais populares – o escritor deu a tônica da sua produção como um amálgama entre traços memorialistas e criações de acentuado teor artístico: o ambiente rural é trazido à tona a partir da lavoura cacauzeira, quadro privilegiado da infância do escritor e ocupação marcante na vida de seu pai; por outro lado, o ambiente citadino foi destacado a partir da capital baiana, evidenciando os tipos populares em torno da famosa região da ladeira do Pelourinho – onde o escritor morou durante o seu tempo de estudante.

As suas primeiras produções artístico-literárias perfilam os tipos populares com um grande lirismo, criando romances que denunciam a opressão dos mais humildes: pescadores, meninos de rua, trabalhadores do eito na zona do cacau, negros discriminados racialmente ou por suas condições de pobreza e prostitutas. A simpatia pelo estrato social mais baixo era tamanha e tão indisfarçável que muitas das obras do literato recaíram em um maniqueísmo redutor, explicitando ainda mais a sua postura ideológica francamente panfletária, alicerçada na sua convicção política do comunismo. Quando conseguiu impor mais a sua capacidade artística – e dar, assim, menos vazão à espontaneidade que brotava de seu furor ideológico –, o escritor teve sucesso em produzir e “escavar” uma profunda visão social, mais ampla e universal, mais delatora, crítica e ácida que aquela que conseguiria com a arte militante que por vezes desenvolveu. Essa visão social mais candente e menos contaminada pelos limites

¹⁰² RESENDE, Otto Lara. Esquina, praça, povo: São Jorge Amado, Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 ago. 1992, caderno 6, p.3.

doutrinários é explícita, por exemplo, nas obras *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, ambas integrantes do “ciclo do cacau”.

Destarte, Jorge Amado representa, em síntese, o regionalismo baiano da zona rural do cacau e da zona urbana de Salvador, preocupando-se, essencialmente, em evidenciar os “personagens do subterrâneo” – isto é, os tipos marginalizados –, focos a partir dos quais ele pretendia analisar toda uma sociedade. Nesse intuito, segundo De Nicola (1998), seus romances foram construídos sobre uma linguagem que retrata o falar popular – o que lhe rendeu críticas dos mais puristas –, marcando-se por um grande lirismo e uma explícita postura ideológica, sempre evidente, seja em suas atuações enquanto homem público, seja em sua atividade literária – na qual, inclusive, dedicou algumas de suas obras ao líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, chegando, até mesmo, a escrever a biografia do mesmo.

A expressa postura política é, todavia, refreada em uma segunda fase artística do escritor: a partir de *Gabriela, cravo e canela* (1958) e de *Os velhos marinheiros* (1961) – quando, inclusive, já havia rompido com o Partido Comunista para melhor se dedicar à escrita –, Jorge Amado abandona o esquema maniqueísta que presidiu, em grande parte, os seus romances anteriores, dedicando-se mais ao estabelecimento de uma arte literária aproximada dos chamados *romances de costume*. Nessa nova orientação, portanto, o romancista passa a retratar, de modo mais enfático, os costumes e valores culturais da Bahia, em linguagem simples e enaltecadora, criando tramas de bem-sucedidos enredos e personagens, aceitos em grande parte pelo público. Ante isso, Infante (2001) considera que uma das acusações mais pertinentes realizadas contra o literato é o de que ele parece ter se tornado, muitas vezes, um escritor de *best sellers*, preocupando-se mais com a renda advinda do sucesso comercial de sua produção bibliográfica do que, propriamente, com a qualidade literária de seus trabalhos.

Essa opinião, contudo, não é o padrão – como afirma este mesmo estudioso da literatura brasileira – do conjunto da obra de Jorge Amado: segundo Infante (2001), o universo literário do escritor é dominado pelo impulso, sendo cheio de altos e baixos, reveladores de algum descuido na composição e/ou acabamento de suas obras, prejudicando, muitas vezes, o efeito de sua capacidade criativa e a potência da fabulação de seu notável caráter de demiurgo. Essas características, no entanto, não impedem a concordância com as considerações dos críticos Antonio Candido e José Aderaldo Castello, dedicados à exaltação da obra do escritor:

A importância de Jorge Amado veio do caráter seco, participante e todavia lírico dos seus primeiros livros, que descrevem a miséria e a opressão do trabalhador rural e das classes populares. [...] Um dos traços característicos de sua maturidade foi a

mistura de realismo e romantismo, de poesia e documento, voltando-se para os pobres, para a humanidade da gente de cor da sua terra, que apresenta com uma simpatia calorosa, um vivo senso do pitoresco, e, sempre, um imperativo de justiça social sobrepassando a narrativa. (CANDIDO; CASTELLO, 2005, v.2, p.320-1).

A marca indelével da prosa de Jorge Amado é, pois, o revestimento e a voz que cede às classes populares, configurando-se como um literato de expressiva humanidade, antevista mesmo nos estratos inferiores – privilegiados pelo romancista – da estrutura social.

Corroborando os raciocínios aqui estabelecidos, José De Nicola (1998) também estabelece uma divisão estética e temática das obras de Jorge Amado¹⁰³: o escritor passa de posturas mais políticas e revolucionárias – como em *Seara Vermelha* (1946)¹⁰⁴ – para posições mais amenas nas suas obras posteriores à década de 1950, caracterizadas por um lirismo e certo humorismo extraído do cotidiano – sendo um dos maiores emblemas dessa “fase” do literato a obra *Dona Flor e seus dois maridos* (1966). Em todo caso, apesar das possíveis alterações observadas, Jorge Amado jamais abandona uma palavra-chave, fulcro de todas as suas narrativas: a *liberdade*, tema que perpassa toda a obra do escritor, tanto no plano individual quanto no plano social.

Quanto ao “ciclo do cacau”, o romance de estreia, *Cacau* (1933), apresenta uma trama bem mais simples e direta do que os demais, sendo substancialmente marcado pela retórica engajada do autor em sua juventude: nessas bases, o romance combina a crítica social com uma narrativa de cunho biográfico, memorialista, forjada a partir do intuito de delineamento e retrato de uma época e de um lugar, sob uma perspectiva notável do trabalhador da terra. Assim, esta obra assume a perspectiva ou o ponto de vista do proletariado no âmbito das relações sociais, uma vez que, formalmente, se desenvolve como uma narração em primeira pessoa pelo protagonista, um trabalhador do eito, da lida com a lavoura de cacau, chamado genericamente de Cearense – o qual era, na verdade, sergipano, evidenciando o processo

¹⁰³ De Nicola (1998), inclusive, com base nos trabalhos dos críticos literários, compartimenta, de modo didático, a obra de Jorge Amado, segundo critérios mais ou menos cronológicos: (i) os *romances proletários*, preocupados em retratar a vida urbana em Salvador e pautados em uma forte “coloração social”, como em *O país do carnaval* (1931), *Suor* (1934) e *Capitães de areia* (1937); (ii) o “ciclo do cacau” – em foco nesta pesquisa –, cujos romances estão ambientados nas fazendas de cacau de Ilhéus e Itabuna, tematizando a exploração do trabalhador rural e o papel social dos exportadores – nova força econômica da região; e (iii) os *depoimentos líricos e as crônicas de costumes*, iniciados com *Jubiabá* (1935) e *Mar morto* (1936), mas se consolidando definitivamente a partir de *Gabriela, cravo e canela* (1958), enfocando as práticas e os costumes *lato sensu* das classes populares soteropolitanas.

¹⁰⁴ Este romance merece aqui menção por se destacar no universo artístico do literato por conta de seu enfoque: tal obra pertence ao que poderia ser chamado de *grande ciclo das secas*, ao lado das obras mais expressivas dos literatos regionalistas da Geração de 1930, como Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Graciliano Ramos; nesse ponto, ele destaca as temáticas da seca, do êxodo rural e da migração, constituindo-se em um ponto alto da literatura social e engajada de Jorge Amado, sem, contudo, abandonar o seu lirismo e emoção típicos. A trama romanesca desenvolve-se em torno da trajetória de uma família expulsa da terra pela seca e pelos latifundiários, migrantes que partem em busca de uma vida melhor em São Paulo.

comum de “anulação identitária” dos trabalhadores, em que a perda nominal é emblemática e os sujeitos são retratados metonimicamente por suas áreas de origem ou “procedência”, muitas vezes imprecisas.

O ponto de vista proletário, direto e objetivo que o literato apresenta nesta obra é um reflexo do engajamento político de Jorge Amado no início da década de 1930, momento no qual a tensão política nacional e internacional conclamava a assunção de posturas políticas mais marcadas e incisivas. Esse engajamento político, de explícita postura ideológica, é evidenciado desde a epígrafe – “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?” (AMADO, 2000, p.IX) –, em que pesa o recrudescimento das observações realistas, a “honestidade” proclamada, em detrimento do tratamento mais poético e artístico-literário do regime de trabalho enfocado, construindo-se como um romance em que a denúncia da exploração sobressai-se, engendrando, então, um “romance proletário”.

Além dos ecos da militância comunista, a obra também apresenta traços biográficos, memórias da infância do autor, relacionadas, sobretudo, ao seu pai, o qual se tornara proprietário de terras no sul da Bahia, dedicando-se às lavouras cacauceiras. Essa inspiração paterna é também significativa no romance seguinte do ciclo, *Terras do sem-fim* (1943), uma vez que João Amado, pai do literato, participara das lutas de conquista e posse das terras cacauceiras da região, na qual plantou a fazenda Auricídia, onde nasceu o escritor. Como já mencionado, Jorge Amado, com apenas dez meses, testemunhou uma tocaia em que seu pai fora ferido gravemente, alimentando, desde cedo – quando tomou consciência do clima de tensão das disputas políticas e de poder –, no escritor, a sede por justiça social e a vontade de relatar a épica da conquista, pelos coronéis, das terras para o plantio de cacau.

Em *Cacau*, o autor – assim como já fizera José Lins do Rego – apresenta o universo do patriarcalismo e do coronelismo nordestino, representado pelo tio de José Cordeiro – sendo este o protagonista e narrador-personagem –, o qual tomara todas as posses do falecido pai deste, em Sergipe, obrigando Cordeiro a mudar-se para a Bahia, onde almejaria conquistar um emprego nas lavouras de cacau. Esse universo é apresentado de modo mais candente nos romances seguintes do ciclo, os quais adquirem uma tonalidade épica: os romances *Terras do sem-fim* e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) configuram-se como os mais complexos e densos dos que se encontram em análise nesta pesquisa, envolvendo uma gama enorme de personagens e de situações, enoveladas e concatenadas segundo uma notável disposição artística e poética, cujo pano de fundo é o “mundo regional”, caracterizado pelos coronéis, lavradores, capatazes,

senhores de família, prostitutas dos cabarés, comerciantes e exportadores, emprestando a essas obras uma aura epopeica, revivificadora do panorama histórico e autobiográfico.

Em *Terras do sem-fim*, por exemplo, a impunidade dos coronéis é alegoricamente simbólica na proteção política e jurídica do coronel Horácio, que permanecia ileso e intocável, a despeito das hediondas mortes cometidas em seu nome e por interesses particulares – “Acusavam Horácio de três mortes e de três mortes bárbaras. Dizia o processo que não contente de ter matado um dos homens, cortara-lhe as orelhas, a língua, o nariz, e os ovos. O promotor estava comprado, estava ali para impronunciar o coronel.” (AMADO, 1997, p.41); e mais adiante: “Que importavam as histórias que contavam sobre ele? Os homens, fazendeiros e trabalhadores, contratistas e lavradores de pequenas roças, o respeitavam, o número dos seus afilhados era incontável.” (AMADO, 1997, p.44). Ademais, ele era tido como um dos maiores benfeitores e responsáveis pelo progresso local – “Fizera o elogio do coronel, um dos fazendeiros mais prósperos da zona, homem que fizera levantar não só a capela de Ferradas, como ainda agora começava a levantar a igreja de Tabocas, respeitador das leis, por duas vezes já vereador em Ilhéus, grão-mestre de maçonaria.” (AMADO, 1997, p.41).

Essa imagem progressista dos coronéis é novamente explorada em *São Jorge dos Ilhéus*, quando o coronelismo é posto em xeque pela atuação dos exportadores, responsáveis, como já visto no Capítulo 2, pela transformação regional, transubstanciando o seu caráter de Sertão para não-sertão, alinhando-o à lógica hegemônica de produção. Nesta obra, essa imagem é abordada sob a forma de discussão entre “heroísmo” ou “atraso” representado pelos coronéis: por um lado, tinha-se a opinião de enaltecimento dos “desbravadores da terra”, rendendo-lhes elogios típicos e pintando-lhes como fabulosos heróis – “Tubarões ou crianças tímidas, a êles [coronéis] é que se deve o progresso dessa zona. Conquistaram a terra, plantaram cacau, mataram gente, construíram as cidades... São os nossos heróis.” (AMADO, 1968, p.137); por outro lado, toda essa oratória panegírica era contestada, à luz dos novos valores urbano-industriais, políticos, sociais e culturais, e da modernidade produtiva e capitalista, encarnada pela figura dos exportadores – “São homens sem nenhuma cultura, mesmo em matéria de cacau. [...] Atrasados em política, demo-liberais (pronunciou a palavra dando-lhe fôrça), não sabem nem tratar das próprias fazendas.” (AMADO, 1968, p.138).

Nesse universo coronelista, de marcante impunidade e violência – e em que pesavam, como elementos indispensáveis do enredo, os estratagemas de logro proposital (caxixes), os jagunços, as fogueiras criminosas, as mortes de trabalhadores e as tocaias –, a relação entre a política e a justiça não escapava dos jogos de interesse, sendo tal relação fundamental para conseguir a condenação dos poderosos adversários políticos: “Dr. Genaro tinha grandes

esperanças de conseguir um corpo de jurados que condenasse o coronel. Os Badarós estavam por cima na política, era possível até pena máxima.” (AMADO, 1997, p.278). A justiça era tão parcial, inexoravelmente ligada ao núcleo situacionista do poder, que a mudança do estado de coisas na esfera política alterava profundamente a relação de forças na disputa pelas terras:

Ilhéus despertou uma manhã com a notícia sensacional que o telégrafo trouxera: o governo federal decretara a intervenção no Estado da Bahia. As tropas do exército haviam ocupado a cidade, o governador renunciara, o chefe da oposição, que chegou do Rio num vaso de guerra, tomara posse como interventor. Horácio agora era governo, Sinhô Badaró estava na oposição. O telegrama do novo interventor demitia o prefeito de Ilhéus, nomeava o dr. Jessé para o posto. No primeiro navio vindo da Bahia chegaram o novo juiz e o novo promotor e, com eles, a nomeação de Braz para delegado do município. O antigo juiz fora designado para uma pequena cidade do sertão, mas não aceitou e pediu renúncia do cargo. (AMADO, 1997, p.279-80).

Nota-se, nesse ponto, que o sertão – assim como em José Lins do Rego – referencia outras paragens, alinhadas às características da seca e da Caatinga, tomadas como uma espécie de castigo ou desterro para personagens-símbolos da antiga ordem deposta. Em outra perspectiva, aqui assumida, mesmo a zona cacaueteira estando fora do circuito da seca, ela pode ser considerada como Sertão sob o olhar da prevalência de outra ordem ou lógica, apartada da lógica socioeconômica e política hegemônica.

A parcialidade jurídica também encontrava reflexos na parcialidade jornalística, de modo que as disputas entre os Badarós e Horácio pela política e pelas terras do Sequeiro Grande também repercutiam nas épicas disputas retóricas das folhas de notícias locais e regionais: “Os dois semanários que se publicavam na cidade trocavam descomposturas violentas, cada qual fazia o elogio dos seus chefes, arrastava no lodo a vida dos chefes contrários. O melhor jornalista era aquele que sabia xingar com mais violência.” (AMADO, 1997, p.182). Nesse clima de total desrespeito – em que não se poupava nada, nem a família, nem a vida privada –, a verve jornalística era uma habilidade enaltecida, capaz de conquistar adesões entre os leitores, cumprindo nítidas funções ideológicas.

Outra habilidade ou virtude enaltecida era a coragem pessoal, fundamental para sobreviver naquele ambiente de jagunços e de conquistadores de terra, entre advogados sem escrúpulos e assassinos sem remorsos – “A única coisa que realmente desmoralizava alguém por completo, naquela zona, de Ferradas a Ilhéus, era a covardia. Homem com fama de covarde era homem sem futuro nessas estradas e nesses povoados.” (AMADO, 1997, p.154). Essa coragem era travestida, nos jagunços, em obediência sem remorsos, retomando os aspectos da “animalização” dos sertanejos – já explorada em Graciliano Ramos e José Lins do Rego –, capazes de matar sem contestar, já que pareciam não conseguir pesar as consequências de seus atos, embrutecidos pelas condições naturais, como no caso do negro

Damião, jagunço de Sinhô Badaró – “Sua profissão era matar, Damião nem sabe mesmo como começou. O coronel manda, ele mata. Não sabe quanto já matou, Damião não sabe contar além de cinco, e ainda assim pelos dedos. Tampouco lhe interessa saber.” (AMADO, 1997, p.62).

Apesar de todo o perfil pérfido da zona cacauzeira, as lavouras de cacau eram pintadas sob a aura faustosa dos “frutos de ouro”, capazes de promover enriquecimentos e embalar os sonhos da melhoria das condições de vida. O sul da Bahia, portanto, assumia o caráter de “terra prometida”, sendo esta imagem recorrente em todo o “ciclo do cacau”: em *Cacau*, Ilhéus, como o centro da zona produtiva do cacau, funciona como terra de esperanças para a melhoria da qualidade de vida, uma opção regional de migração em relação ao centro hegemônico, sobretudo à zona cafeeira de São Paulo – “São Paulo parecia à minha mãe e a Elza o fim do mundo. [...] E como Ilhéus ficava apenas a dois dias de navio de Aracaju, elas consentiram que eu me jogasse, [...], rumo à terra do cacau, eldorado em que os operários falavam como da terra de Canaã.” (AMADO, 2000, p.15).

Em *Terras do sem-fim*, por sua vez, Ilhéus ou a região como um todo assume uma projeção de *sonho coletivo*, fonte de enriquecimento, adequada ao tom épico romanesco que esta obra e sua continuação, *São Jorge dos Ilhéus*, vão propugnar: nessas duas obras, as propagandas da pujança econômica e da fortuna em curso na zona cacauzeira faziam fama até no Rio de Janeiro, criando expectativas entre os migrantes e aspirantes à prosperidade, dando vazão às palavras de ordem que sintetizavam o espírito daquela zona – “O vento soprou mais forte e trouxe para a noite da Bahia fragmentos das conversas de bordo, palavras que foram pronunciadas em tom mais forte: terras, dinheiro, cacau e morte.” (AMADO, 1997, p.6). Desse modo, o espírito de desbravamento – que compartilhava ônus e bônus – garantia o fluxo contínuo de migração, de modo que as notícias sobre as riquezas da terra de destino sobrepujavam e compensavam as notícias de violência e morte:

Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil também conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacauzeiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro. A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda de ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas, plantar cacau, milho e mandioca, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar. Então era a riqueza, dinheiro que um homem não podia gastar, casa na cidade, charutos, botinas rangideiras. De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas que era a vida diante de tanta fartura? (AMADO, 1997, p.13).

Assim, nesse clima de riqueza/violência, *São Jorge dos Ilhéus*, a última obra do ciclo, narra a cidade de Ilhéus já em um período de transição: é uma cidade do dinheiro e dos

cabarés, das promessas de bons negócios e dos acordos escusos, em um momento em que a produção de cacau atinge um patamar de produção industrial e financeira, exigindo novos modelos de comercialização, expressos pelas figuras dos exportadores. Essa fase transicional também impetrou intensas disputas políticas e a explicitação de um regime de trabalho servil, de semiescravidão.

Apesar das tensões, os romances de Jorge Amado bem expressam a fama que a cidade, como centro da zona cacauera, ganhou em todo o Brasil nas primeiras décadas do século XX por conta do ciclo do cacau: a cidade cresceu vertiginosamente e ficou conhecida sob a alcunha de *Rainha do Sul*, atraindo trabalhadores de várias partes do atual Nordeste e, até mesmo, de outras regiões do país, muitos deles aventureiros e outros tantos com a perspectiva inicial de retornarem às suas terras de origem após enriquecerem. Em todo caso, o cacau, “fruto de ouro”, enriqueceu proprietários de terra, embalou os devaneios dos lavradores e foi objeto de lutas sangrentas.

Não foi apenas a violência que foi exposta pelo literato, mas também – e talvez com um tom ainda mais ácido, por conta de suas convicções políticas – a exploração do trabalho, tema recorrente da retórica artística do escritor, preocupado, desde cedo, com os problemas humanos dos trabalhadores das roças de cacau. A exploração era marca da desigualdade social, materializada, por exemplo, no contraste entre a casa-grande da Fazenda Fraternidade, pertencente ao coronel Manoel Misael de Souza Telles, e as casas dos trabalhadores *alugados* – “Como era grande a casa do coronel... E morava tão pouca gente ali. O coronel, a mulher, a filha e o filho, estudante, que nas férias aparecia, [...]. E olharam as suas casas, as casas onde dormiam. [...] Umas vinte casas de barro, cobertas pela palha, alagadas pela chuva.” (AMADO, 2000, p.4). Aliás, o próprio uso do termo “alugado” denotava uma coisificação do trabalhador, reduzindo-o a um mero “recurso adicional” do sistema de produção:

– Está você *alugado* do coronel.

Estranhei o termo:

– A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente, não.

– Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.

O termo me humilhava. Alugado... Eu estava reduzido a muito menos que homem... (AMADO, 2000, p.23, grifo do autor).

Consoante a própria narrativa de *Cacau*, a condição de “alugado” era, no entanto, apenas uma das relações de trabalho da zona cacauera, apesar de ser a mais comum: esta relação era reservada aos trabalhadores individuais, “avulsos”, que trabalhavam por dia e em todo tipo de serviço – na derruba, na coleta dos frutos, no cocho e nas barcaças. Além do “aluguel”, ainda havia os trabalhos por *empreitadas*, um contrato referente à colheita das

roças e estabelecido com os trabalhadores que possuíam mulher e filhos, obrigando-os a colher toda uma roça e dando-lhes a opção de poderem “alugar” trabalhadores para ajudá-los.

De qualquer modo e sob quaisquer relações, a rotina de trabalho na lida com o cacau era estafante, marcada pelos baixos salários, pela saudade das terras de origem e pela excessiva jornada de trabalho diária:

A fazenda era levantar-se às quatro da manhã, preparar a carne-seca para comer ao meio-dia com o pirão de farinha, beber a caneca de café e estar na roça colhendo cacau às 5, quando o sol apenas começava a sua subida pelo morro de detrás da casa-grande. Depois o sol chegava ao cimo do morro e doía nas costas nuas de Antônio Vítor, dos outros também, principalmente dos que haviam chegado com ele e não estavam acostumados. Os pés afundavam nos atoleiros, o visgo do cacau mole se grudava neles, de quando em vez a chuva vinha sujá-los ainda mais, pois atravessava as copas das roças e chegava carregada de gravetos, de insetos, de imundícies de toda classe. Ao meio-dia – conheciam pelo sol – paravam o trabalho. Engoliam a bóia, derrubavam uma jaca mole de uma jaqueira qualquer e era a sobremesa. Mas já o capataz estava gritando de cima de seu burro que pegassem as foices. E recomeçavam até às seis horas da tarde quando o sol abandonava as roças. (AMADO, 1997, p.82).

Esse regime servil de trabalho lembrava a escravidão, alusão comparativa que chegou a ser feita pelo romancista quando, no início de *Terras do sem-fim*, emprestou sua voz à reflexão crítica do comandante do navio que transportava os migrantes para trabalharem na zona do cacau: “– Por vezes me sinto como o comandante de um daqueles navios negreiros do tempo da escravidão... [...] Daqueles que em vez de mercadorias traziam negros para serem escravos...” (AMADO, 1997, p.32); ou mesmo na voz de um dos inúmeros migrantes e trabalhadores do eito: “– Eu era menino no tempo da escravidão... Meu pai foi escravo, minha mãe também... Mas não era mais ruim que hoje... As coisas não mudou, foi tudo palavra.” (AMADO, 1997, p.94).

Esse tratamento exploratório aparece, em *Cacau*, sobre outra situação: a comparação reflexiva que o narrador faz da situação dos trabalhadores enquanto similares aos animais de carga, vilipendiados em suas condições humanas e servindo mesmo para o maltrato e a humilhação por parte da família do coronel, senhor das terras: “Nós nos assemelhávamos a uma rencada de pintos, dos quais um, o mais pitoresco, seria separado dos outros e levado para a casa do patrão. Temíamos a escolha porque, se bem que o trabalho fosse menor, a humilhação era muito maior.” (AMADO, 2000, p.83).

Não era só a ala masculina que sofria exploração, uma vez que as mulheres e as crianças também eram, por vezes, direcionadas para as lavouras, onde realizavam trabalhos perigosos – ainda que menos desgastantes que a derrubada das matas para os plantios de novos cacauzeiros: “Sua tarefa [de Raimunda] era partir com um pedaço de facão velho, durante doze horas, os côcos de cacau que os homens iam derrubando das árvores. Os

meninos e as meninas juntavam os côcos, as mulheres e as m^oças os partiam.” (AMADO, 1968, p.79); este trabalho insalubre ocasionava frequentemente acidentes, como profundos talhos nas m^oos ou mesmo amputaç^oes, os quais eram, no entanto, pouco relevados pelos patr^oes.

Acidentes tamb^ém eram comuns no processo de secagem do cacau, no qual a estufa era demonizada, representando um inimigo mortal, pois era capaz de estuporar o trabalhador – “Muitos j^a estuporaram e os trabalhadores t^êm medo da estufa, um m^êdo mortal, ^êles a olham como a uma inimiga. Ela ata os homens, ela queima o cacau do coronel.” (AMADO, 1968, p.120); no meio da ang^ustia gerada entre a necessidade de realizar o servi^ço e a possibilidade de sofrer um acidente fatal, predominam o desleixo, a desassist^ência patronal e a inseguran^ça – “se um homem morre ao sair da estufa ningu^ém paga nada, enterram mesmo pelas ro^ças, j^a se sabe que ^é bom estrume.” (AMADO, 1968, p.120) –, alimentando a resignaç^o ou mesmo banalizaç^o da morte, entendida como pr^e-determinada pelo Destino.

Al^ém de todo esse sistema brutal de explora^ço, o romancista ainda denuncia o abuso dos patr^oes no estabelecimento do regime de trabalho em que os lavradores ficavam “presos” ^à fazenda por meio da dⁱvida, sempre atualizada e crescente, que mantinham com o coronel a partir das compras obrigat^orias dos alimentos e materiais para o trabalho que deveriam realizar na despensa da fazenda, de pre^ços sempre abusivos e contas suspeitas – era o sistema de *escravid^o por dⁱvida*¹⁰⁵: “A despensa levava todo nosso saldo. A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada ^à fazenda. Tamb^ém quem entendia as contas de Jo^ã Vermelho, o despenseiro? ^Éramos quase todos analfabetos. Devⁱamos...” (AMADO, 2000, p.5); e mais adiante: “E Jo^ã Vermelho assentava num enorme livro de contas as compras dos trabalhadores. S^ó ele e o patr^o sabiam os pre^ços. ^Éramos obrigados a comprar na despensa da fazenda. N^o admirava que nunca tiv^{és}semos saldo.” (AMADO, 2000, p.67).

Nem mesmo o furor do aumento do pre^ço do cacau no mercado abalava ou diminuⁱa a injusti^ça desse microcosmo de explora^ço do trabalho nas fazendas, pois, ainda que os sal^ários subissem na ^época da alta dos pre^ços, a situa^ço dos trabalhadores permanecia na

¹⁰⁵ O pr^oprio Jorge Amado explica, em *Terras do sem-fim*, com a clareza e a simplicidade liter^árias, esse sistema de *escravid^o por dⁱvida*, a partir do esclarecimento de um trabalhador a outro, rec^em-chegado, dessa condi^ço a que ficavam submetidos os lavradores por conta do armaz^ém da fazenda: “– Amanh^ã cedo o empregado do armaz^ém chama por tu para fazer o *saco* da semana. Tu n^o tem instrumento pro trabalho, tem que comprar. Tu compra uma foice e machado, tu compra um fac^o, tu compra uma enxada... E isso tudo vai ficar por uns cem mil-r^eis. Depois tu compra farinha, carne, cacha^ça, caf^e pra semana toda. Tu vai gastar uns dez mil-r^eis pra comida. No fim da semana tu tem 15 mil-r^eis ganho do trabalho – o cearense fez as contas, seis dias a dois e quinhentos, e concordou. – Teu saldo ^é de cinco mil-r^eis, mas tu n^o recebe, fica l^á pra ir descontando a dⁱvida dos instrumentos... Tu leva um ano para pagar os cem mil-r^eis sem ver nunca um tost^ão. Pode ser que no Natal o coronel mande te emprestar mais dez mil-r^eis para tu gastar com as putas nas Ferradas...” (AMADO, 1997, p.93, grifo do autor).

mesma condição de miséria – “A alta para êstes [trabalhadores] não adiantava nada. Era sempre a mesma vida miserável, que nenhum acontecimento conseguia mudar, nem o progresso da zona, nem a riqueza crescente dos coronéis.” (AMADO, 1968, p.57) –, de modo que o aumento dos salários era acompanhado do aumento dos preços do armazém da fazenda – “Estavam ganhando mais dez tostões por dia de trabalho, pagavam agora seis mil-réis. [...] De qualquer maneira não adiantava muito, pois os preços na despensa da fazenda haviam subido também, a carne-sêca, o feijão, o metro da burgariana, as calças de azulão.” (AMADO, 1968, p.254) –, nutrindo aquela mesma resignação fatalista nos trabalhadores acerca de seus destinos.

O universo do trabalho também é pintado na obra do escritor a partir da derrisão que ele direciona ao prestígio e ao demérito que determinadas ocupações possuíam no âmbito da sociedade, fragmentando o mundo do trabalhador a partir da ideologia, patrocinada pelos patrões, da possibilidade de ascensão social mediante única e exclusivamente o trabalho: esse era o caso, em *São Jorge dos Ilhéus*, do ex-chofer Marinho Santos, o qual gostava de declamar a seus empregados que também começara como chofer, mas que, com trabalho, qualquer um também poderia “virar gente”. Outra possibilidade de ascender socialmente era virar capataz nas fazendas, incitando o ódio entre os trabalhadores da terra, pois o capataz representava o semelhante que ascendeu e que, muitas vezes, exercia uma tirania maior do que a do próprio coronel, senhor das terras: “Todos êles têm mais ódio ao capataz que ao coronel. O coronel é intocável, é sagrado, mas o capataz já foi trabalhador algum dia, é igual a êles, só que subiu e agora é pior que o próprio patrão.” (AMADO, 1968, p.106). Nesse clima de ódio ao “traidor”, a esperança era alimentada a partir da possibilidade de fuga para os sertões, estes representando o incógnito que permitiria a libertação da exploração do trabalho.

Além do trabalho, outra temática cara ao romancista é o universo da política, inclusive em sua faceta institucional e partidária. Nos romances épicos do “ciclo do cacau”, a política partidária aparece enovelada em um complexo jogo de interesses pessoais e politikeiros, em que valores e concepções de mundo genuínas são secundárias em comparação às vantagens particulares, resguardadas pelo princípio de manutenção do *status quo*. Se em *Terras do sem-fim* o mundo político é mais maniqueísta, marcado pelo dualismo situação/oposição, condição afetada e definida pela simples fidelidade direta, no encadeamento linear do poder, aos grupos detentores do comando nas escalas políticas do nível estadual e federal, essa situação se torna significativamente mais complexa em *São Jorge dos Ilhéus*: neste romance, a briga política não se restringe ao mundo dos coronéis do cacau, envolvendo outras classes nas disputas pelo poder, além de facções e ideologias mais bem marcadas, como os integralistas (de extrema-

direita) e os comunistas. Toda essa complexidade era um reflexo da modificação das estruturas políticas nacionais, alteradas na década de 1930 para responder, a partir do desmantelamento das bases políticas da República Velha, aos ditames das várias ideologias e alternativas que se impunham mundialmente.

Este último romance do ciclo se passa na década de 1930, quando o mundo vivia a convulsão política do pré-guerra: a tensão estava estabelecida entre ordens “arcaicas” e posturas radicais de direita e esquerda; esse panorama reverbera regionalmente, uma vez que a política e a economia locais demandavam e ostentavam já sinais da modernidade, em termos de respeito às leis e formalização dos contratos comerciais. Assim, se no período de constituição das plantações de cacau – momento do enredo de *Terras do sem-fim* – as disputas se davam no âmbito da violência explícita, o novo período vai se destacar pela violência velada e “institucionalizada” nos gabinetes políticos, nas parcialidades jurídicas e nos acordos escusos dos escritórios comerciais. Então, mesmo que Ilhéus se revele em franco processo de reforma urbana e social, o suposto desenvolvimento não eliminou “arcaísmos”, mostras da transição daquelas paragens na passagem de sua condição sertaneja para não-sertão, alinhadas às lógicas e dinâmicas hegemônicas; entre os traços que permaneceram – talvez mesmo como um sinal de “arcaísmos” inerentes à estrutura maior da formação nacional brasileira – podem ser destacados o trabalho árduo, a exploração, a cobiça e a violência.

Na política, talvez o maior emblema do literato no “ciclo do cacau”, em termos de representação da máquina governamental ultrapassada do coronelismo, seja Horácio, o qual “Guardara durante tempos certa raiva contra os que haviam derrubado aquele sistema do governo estabelecido e que tanto lhe agradava, no qual construía sua fortuna e do qual era um dos baluartes mais poderosos no sul da Bahia.” (AMADO, 1968, p.90); assim, ele, como os demais baluartes de outrora, não se acostumara com a nova máquina governamental, mais complexa e cheia de elementos e posturas ideológicas novas: “A verdade, porém, é que Horácio, apesar da sua paixão pela política, já não entendia bem, nesses tempos atrapalhados de após vitória da revolução de 30. Fazia uma enorme confusão com essa ‘política moderna’, como êle dizia, de comunistas e integralistas.” (AMADO, 1968, p.95).

Na nova engenharia política, o literato explora a posição política da nova classe ascendente, os exportadores, que, em sua maioria, apoiavam os integralistas, ainda que fizessem as doações para as campanhas anonimamente, a fim de manterem o perfil da imparcialidade política em prol da defesa do progresso regional para além das paixões partidárias; os (antigos) donos da terra, os coronéis, por sua vez, não eram tão compreensivos e só apoiavam a campanha integralista sob as ameaças que tal partido ensejava por meio de

suas propagandas anticomunistas, advogando que o grupo de esquerda tencionaria roubar as terras e distribuí-las a todos.

O fervor ideológico de Jorge Amado influenciou, de modo decisivo, a sua composição literária: a sua fidelidade política ao Partido Comunista emprestou a esta instituição, em sua retórica artística de *São Jorge dos Ilhéus*, a voz crítica capaz de reagir, em meio à excitação da alta dos preços do cacau no mercado, ao furor perdulário, sendo tal organização partidária a responsável pela exigência de melhores salários aos empregados – ganhando, por conta disso, certo apoio como plataforma eleitoral – e a demanda por uma organização cooperativa para os pequenos lavradores, a fim de que ficassem menos a mercê dos exportadores.

No âmbito da trama romanesca, a dinâmica partidária foi evidenciada, apresentando alianças e costuras políticas entre os comunistas e os coronéis, fortalecendo a oposição ao grupo político dos exportadores e dos integralistas, unidos para vencerem as eleições; este grupo se desmantelou após a vitória nas eleições – impondo, no plano político, uma derrota dos coronéis para os exportadores, que já vinha sendo anunciada no plano econômico. Em todo o processo, porém, o Partido Comunista fora duramente reprimido, a mando, sobretudo, de Carlos Zude, figura emblemática e simbólica da classe dos exportadores.

Ante o clima tenso da baixa dos preços do cacau, todos os destinos foram duramente afetados: os coronéis, que foram argutamente alcunhados de “milionários-mendigos”, tornaram-se menos influentes na justiça e começaram a abandonar a vida citadina para ficarem reclusos em suas posses, “exilados” nos pedaços de chão que conseguiram manter da sanha devoradora dos exportadores, os quais iam adquirindo as propriedades de terra, em sua totalidade ou parcialmente, a partir das penhoras das dívidas contraídas pelos coronéis juntos às casas de exportação ao longo do período de alta dos preços; os pequenos lavradores, por sua vez, sentiram de modo ainda mais dramático a pobreza dos novos tempos, recrudescendo o número de esmoleres na cidade e de barracas montadas no centro da urbe, abarrotadas de trabalhadores esperando o auxílio da Prefeitura para o fornecimento de passagens para o retorno às terras de origem.

Essa situação de miséria “engatilhou” a geração de protestos e de uma iniciativa de greve, forjando a marcha ou “parada da fome”, liderada pelos comunistas, enfrentado forte oposição e resistência da força policial; apesar de ocasionar mortes e prisões, o alastramento da greve obrigou as prefeituras de Ilhéus e de Itabuna a agirem, fornecendo passagens ou garantindo o emprego dos “alugados” nas antigas roças, para onde levavam ensinamentos preciosos de lutas – “Quase todos voltaram a trabalhar nas roças, mas não retornavam como

tinham chegado, agora levavam alguma coisa que ensinar aos demais. Alguma coisa que brilhava como uma luz.” (AMADO, 1968, p.330).

No entanto, nem sempre as greves (ou iniciativas de greve) tinham saldos positivos, como aparece brevemente em *Cacau*, quando os trabalhadores se mobilizaram para protestar contra a diminuição dos salários ante a queda dos preços do cacau no mercado; essa iniciativa foi vencida pelo grande “exército de reserva de mão de obra”, situação objetiva e estratégia patronal que impunham dificuldades reais para as conquistas trabalhistas:

O cacau começou a cair. Desvalorizou-se e o coronel andava uma fera. Despediu trabalhadores e nós, que restamos, trabalhávamos como burros. Nos ameaçava com diminuição de salário. Os gêneros na despensa subiram de preço. Saldo, adeus. [...] Um dia, por fim, diminuíram os salários para 3\$000. Eu chefei a revolta. Não voltaríamos às roças. Combinamos tudo à noite na casa do velho Valentim, que estava cada vez mais velho, as rugas traçando baixos-relevos no fundo negro do rosto. João Grilo chegou por último. Vinha de Pirangi e quando soube do nosso plano nos desanimou.

– Nem pense... Chegou trezentos e tantos flagelados que trabalha por qualquer dinheiro... e a gente morre de fome.

– Estamos vencidos antes de começar a lutar.

– Nós já nasce vencido... – sentenciou Valentim.

Baixamos as cabeças. E no outro dia voltamos ao trabalho com quinhentos réis de menos. (AMADO, 2000, p.125).

A despeito desse reverso, a impressão transmitida pelos romances de Jorge Amado era a de uma confiança esperançosa na ideologia comunista para o desenvolvimento humano, apesar das dificuldades, não omitidas nem camufladas nos enredos elaborados pelo escritor. Destarte, em *Cacau*, por exemplo, alguns trechos denotam uma intuição da possibilidade de melhora e de mudança na condição dos trabalhadores, sem que eles devessem se sujeitar a uma necessária situação dualista de “explorados” *versus* “exploradores”; esse gérmen do *espírito de classe proletária* tornava verossímil, ainda que remota, uma mudança estrutural, agastando a imagem da felicidade dos trabalhadores da terra – assim descritos, hipocritamente, por Mária Telles, filha do coronel Manoel Misael de Souza Telles –, tidos como felizes, satisfeitos e ignorantes (sendo esta característica como causa, talvez, da felicidade que supostamente manifestavam).

Em *São Jorge dos Ilhéus*, a verve é ainda mais direta: na voz do chofer Joaquim, em conversa com o poeta e idealista Sérgio Moura, destacam-se a promessa e a expectativa de começar um novo tempo, o dos comunistas, após o tempo dos conquistadores e o dos exportadores:

– Mas nem por isso a gente vai parar a luta. Vamos pra diante até liquidar essa corja imperialista... Vai ser duro, seu Sérgio, mas não tem importância. Pra isso é que a gente está aqui...

Riu seu riso modesto:

– Agora vai começar outro tempo, companheiro. Houve o dos conquistadores, agora é dos exportadores, depois será o nosso tempo... Vai começar...” (AMADO, 1968, p.291).

E mais ao final, quase no desfecho dessa obra, que encerra o “ciclo do cacau”, o poeta Sérgio Moura conversa com o coronel Maneca Dantas, “o passado da terra”, angustiado com os trabalhos de uma vida para a conquista da terra, que passava agora a ter outros donos apesar de seus esforços; como um viajante no tempo, o poeta parece intermediar o passado com o futuro, voltando a conversar com o chofer comunista Joaquim – espécie de alterego dos sonhos mais brilhantes e idealistas de Jorge Amado:

Saíram [Joaquim e Sérgio Moura], andavam para os lados do cemitério. Lá embaixo eram as luzes da cidade. O poeta Sérgio Moura via o dragão [imperialista] sôbre Ilhéus, de garras estendidas, cem bôcas famintas. E pensava que, se na véspera havia conversado com o passado, agora estava conversando com o futuro. Joaquim falava com convicção, a voz profunda que parecia chegar do coração pleno de fé:

– Primeiro a terra foi dos fazendeiros que conquistaram ela, depois mudou de dono, caiu nas mãos dos exportadores, que vão explorar ela. Mas um dia, companheiro, a terra não vai ter mais dono...

Sua voz subia para as estrêlas, cobria as luzes da cidade:

–... nem mais escravos... (AMADO, 1968, p.336).

Assim se desvelava a idealização de um mundo verdadeiramente comunitário, projeção das convicções políticas e ideológicas do literato.

Os ambientes citadinos do escritor se aproximavam das descrições ensejadas no ambiente da urbe recifense em *O Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, também revelador das tensões políticas; para além da política, o cenário urbano do sul da Bahia, nos romances do “ciclo do cacau”, mostra-se convergente ao ambiente urbano do escritor paraibano em outro aspecto, também caro a Jorge Amado: a questão do sincretismo religioso, amalgamando a tradição católica com religiões, crenças e cultos de origem africana. Essa admiração com a matriz afrodescendente, tão candente na vida pessoal de Jorge Amado – devoto do candomblé –, vai se refletir na configuração das cores regionais, em que catolicismo e fetichismo andavam lado a lado, legitimando a crença e a fé tanto nas rezas quanto nas “feitiçarias”, tanto nos santos quanto nos espíritos.

Em *São Jorge dos Ilhéus*, esse sincretismo torna-se emblemático nos pedidos de bênção pelas chuvas que tomavam parte tanto nas festas dedicadas a São Jorge, padroeiro oficial de Ilhéus, quanto nas festividades dedicadas a Oxossi, o São Jorge dos negros, reunindo os devotos do candomblé em Olivença – ambiente já mencionado no Capítulo 1 –, no terreiro de Salu, pai de santo:

Esta bênção [cerimônia do Bispo] não foi, no entanto, a única festa religiosa desta noite. Enquanto os coronéis e os exportadores acenderam velas no altar de São Jorge, negros do pôrto que carregavam navios, malandros que viviam das sobras do cacau, negras cozinheiras e os pescadores, fizeram uma festa a Oxossi, que é São

Jorge dos negros. Foi em Olivença, na Ilha do Pontal, onde vivia Salu, o pai de santo. [...]

Também quando vinham as primeiras chuvas, nos anos de ameaça de seca, se fazia uma grande festa no candomblé de Oxossi. Os ricos rezavam a São Jorge na Matriz de Ilhéus, as mãos alvas do Bispo levantadas na bênção da safra daquele ano. Os pobres rezavam a Oxossi, São Jorge também, no candomblé de Salu, as mãos negras levantadas em agradecimento.

Na segunda noite de chuva, desde cedo, os atabaques bateram seu baticum, chamando os negros para a festa. Do pôrto de Ilhéus saíam canoas e canoas com mulatas e negras vestidas de festa, com negros do cais, marinheiros dos navios, malandros dos botequins. Pelas areias empapadas da chuva marchavam todos em direção a Olivença (AMADO, 1968, p.172-3).

A autenticidade da crença também era uma preocupação do romancista, denunciando a “espetacularização” da dança dos negros, transformando-a em uma manifestação artística e cultural estilizada e descaracterizada pelos brancos, apreciada como uma espécie de show. Essa estilização em espetáculo era um atrativo que buscava mostrar os sertões em “vitrines” nos centros civilizatórios – “Pepe Espinola está interessado. Pensa no sucesso da estilização dessa dança nos palcos civilizados.” (AMADO, 1968, p.174) –, sendo a dança do candomblé e os batuques da macumba “vivenciados” e reproduzidos como “exotismos bárbaros” daquelas paragens sertanejas – “Os atabaques ressoaram na sala iluminada do palacete dos Zudes. Guni, a sueca, abriu-se num sorriso ante a música bárbara e religiosa. Era uma canção de Oxossi que havia sido gravada em disco, baticum de atabaques, nas macumbas, que ressoava agora na sala elegantíssima.” (AMADO, 1968, p.174-5).

Ao lado dessa delação acerca da apropriação descaracterizadora da cultura religiosa do candomblé, a questão religiosa aparece juntamente a outras características dos *sertões do cacau*: a iniciação ou manutenção da sexualidade pervertida com animais também é denunciada – assim como fora, talvez com maior ênfase, em José Lins do Rego –, atestando o desrespeito às morais ditas civilizatórias; assim, a ingenuidade e a inocência da infância eram corrompidas em função das precoces iniciações sexuais e das transformações das brincadeiras em serviços exploratórios nas lavouras, perpetuando comportamentos e inutilizando sonhos e esperanças por melhores condições futuras de vida, até mesmo porque o ensino formal era preterido pelos aprendizados da “escola prática” do cotidiano:

Escola, nome sem sentido para eles [os meninos]. De que serve a escola? Não adianta nada. Não ensina como se trabalha nas roças nem nas barcaças. Alguns, quando cresciam, aprendiam a ler. Somavam pelos dedos. Escola de libertinagem, sim, era o campo com as ovelhas e as vacas. O sexo desenvolvia-se cedo. Aquelas crianças pequenas e empapuçadas tinham três coisas desconformes: os pés, a barriga e o sexo.

Conheciam o ato sexual desde que nasciam. Os pais se amavam nas suas vistas e vários deles viram a mãe ter muitos maridos.

Fumavam cigarrões de fumo picado, e bebiam grandes tragos de cachaça desde a mais tenra infância. Aprendiam a temer o coronel e o capataz, e assimilavam aquela mistura de amor e ódio dos pais pelo cacau. Rolavam com os porcos pela lama e

tomavam a bênção a todo mundo. Possuíam uma vaga idéia de Deus, um ser assim como o coronel, que premiava os ricos e castigava os pobres. Cresciam cheios de superstições e de feridas. Sem religião, sentiam um inimigo no padre. Odiavam-no naturalmente, como odiavam as cobras venenosas e os filhos pequenos dos fazendeiros. Aos doze anos os trabalhadores os levavam a Pirangi, à casa de rameiras. Com a doença feia, viravam homens. Em vez de quinhentos réis passavam a ganhar mil e quinhentos. (AMADO, 2000, p.70-1).

O espírito erigido entre os trabalhadores era fundado em um clima de torpeza e de convicção na injustiça divina. Diante da vida insignificante e infeliz a que estavam destinados, o fatalismo parecia poder apenas ser contornado por alternativas igualmente ou mais desditosas do que o árduo, explorador e destrutivo regime de trabalho no campo. Uma dessas alternativas era, sobretudo para as mulheres, a prostituição na cidade, sendo um tipo social bastante evidente nas caracterizações humanas de Jorge Amado, para o qual o literato nutre certo carinho compreensivo: as meretrizes eram tidas como “operárias do sexo”, sendo arrastadas a esse tipo de vida no bojo da exploração macroestrutural dos trabalhadores, os quais, sem muitas alternativas para contornar a miséria, viam na prostituição uma possibilidade de ganhos materiais (ou, quem sabe, até mesmo afetivos), impossíveis na “vida real” do eito¹⁰⁶. Ainda assim, a importância dos prostíbulos – tanto em *Cacau*, na cidade de Pirangi, quanto em *São Jorge dos Ilhéus*, em Ilhéus – era o retrato do “atraso” daquelas paragens, sertões em desafino com a moralidade da “civilização”.

A segunda opção traçada, mais sutil, relaciona-se ao caminho aberto pela miséria ao banditismo: na ocasião da tensão política após a queda do preço do cacau no mercado, muitos desempregados pela nova situação optaram, diante da fome e da mendicância, por transformarem-se em assaltantes ou cangaceiros, ao passo que os comunistas, por seu turno, buscaram mobilizar a maioria em prol da greve e da realização de protestos para a exigência dos direitos de cidadania.

Ademais, uma terceira alternativa, mais enfática, envolvia a partida dos trabalhadores para outras terras, corroborando ou engrossando as retóricas literárias que faziam coro acerca da realidade do êxodo dos trabalhadores rumo aos centros hegemônicos; as preferências eram

¹⁰⁶ A banalização do sexo compõe o argumento de tratar aquela região como um sertão, à luz da compreensão da noção de Sertão desenvolvida nesta pesquisa, assim como fora na literatura de José Lins do Rego. Evitando a repetição, torna-se interessante apenas ressaltar o paralelo que Jorge Amado faz entre a prostituição e a atividade política de exploração do trabalhador no regime desigual de produção, engendrando as famosas *Ruas da Lama*, locais dos prostíbulos e das *operárias do sexo*: “Pobres mulheres, que choravam, rezavam e se embriagavam na rua da Lama. Pobres operárias do sexo. Quando chegará o dia da vossa libertação? Quantos mananciais de carinho perdidos, quantas boas mães e boas trabalhadoras. Pobres de vós a quem as senhoras casadas não dão direito nem ao reino dos céus. Mas os ricos não se envergonham da prostituição. Contentam-se em desprezar as infelizes. Esquecem-se de que foram eles que as lançaram ali. Eu fico pensando no dia em que a rua da Lama se levantar, despedaçar as imagens dos santos, tomar conta das cozinhas ricas. Nesse dia até filhos elas poderão ter.” (AMADO, 2000, p.57).

as cidades distantes do Rio de Janeiro ou São Paulo, ou ainda a opção regional, Ilhéus. Em todo caso, sintonizada à verve trabalhista e política do escritor, esse êxodo parece se constituir, em termos estéticos, como um artifício elencado pelo romancista para denotar que a luta de classes só poderia acontecer ou se iniciar nos grandes centros urbanos (e político-econômico) nacionais; nesse sentido, os centros hegemônicos eram os locais dos quais se tornava necessário apreender e incorporar a lógica hegemônica – e, no processo, também seria possível aprender as lógicas políticas de combate ao sistema hegemônico de produção –, de modo que aos espaços sertanejos, no âmbito do intuito de convertê-los em não-sertões, cabia a assunção de um papel periférico no sistema, incorporando os princípios e os valores (ou os contravalores) dos espaços centrais.

No âmbito dessas considerações sobre as obras compósitas do “ciclo do cacau” de Jorge Amado, a imagem fundada da zona cacaeira assenta-se sobremaneira na prevalência dos conflitos, das tensões e da violência regional – todas elas imagens que, considerando as ambiências romanescas como sertões, denotam o “atraso” expressivo da região em comparação aos grandes centros hegemônicos, onde os conflitos eram resolvidos de acordo com os estatutos mais “modernos” e “civilizados” da ordem judicial. Assim, era o “atraso” a marca expressiva daquele microcosmo polarizado por Ilhéus, dominado pelas matas ubérrimas do Sequeiro Grande, “adubadas com sangue”, cuja condição de desafino e de distância com o mundo das grandes festas e da moda parisiense, vivenciado pelas grandes urbes cosmopolitas, fora explicitada no sofrimento de Ester, mulher de Horácio, quando comparava a sua vida com o cotidiano de sua amiga Lúcia, a qual desfrutava da “vida civilizada” de Paris e lhe enviara revistas francesas e figurinos: “Para que figurinos naquele fim de mundo, naquelas brenhas? Nas festas de São José, em Tabocas, nas festas de São Jorge, em Ilhéus, as modas andavam atrasadas de anos e ela não poderia exibir os vestidos que a amiga vestia em Paris...” (AMADO, 1997, p.45-6). E mais adiante:

De Paris Lúcia lhe escrevia, cartas que levavam três meses a chegar e que traziam notícias de outra vida, de outra gente, de civilizações e de festas. Aqui eram as noites da mata, do temporal e das cobras. Noites para chorar sobre o destino desgraçado. [...]

Chorava outras noites também. Quando via Horácio sair à frente de um grupo de homens para uma expedição qualquer. Sabia que nessa noite, em alguma parte, soariam tiros. Que homens morreriam por um pedaço de terra, que a fazenda de Horácio, que era também a sua, aumentaria de mais um pedaço de mata. De Paris, Lúcia escrevia, contava bailes na embaixada, óperas e concertos. Na casa-grande da fazenda, o piano de cauda esperava um afinador que nunca viera. (AMADO, 1997, p.53).

Para os migrantes vindos dos espaços de domínio das ordens políticas, econômicas e socioculturais hegemônicas, a ordem “pré-civilizacional” dominante na região cacaeira era o

símbolo mais evidente do seu retardamento; ordem esta, aliás, que era capaz de corromper e contaminar até mesmo os filhos mais pródigos da ordem hegemônica, como fora o caso de Virgílio, emérito advogado, que, ao agredir Margot, prostituta com quem estabelecera um caso, refletira sobre o peso influenciador que o clima de violência da terra do cacau exerceu sobre a sua índole gentil: “estava penetrando nele também, estava a modificá-lo. Já não era o mesmo homem que chegara meses antes da Bahia, todo gentil, incapaz de pensar em bater numa mulher. Também sobre ele, ser civilizado de outra terra, pesava o clima da terra do cacau.” (AMADO, 1997, p.151).

O retardamento também fica expresso nas reclamações sobre as constantes fofocas, reinantes nas terras grapiúnas, e sinal do “atraso comunitário” regional: “– Também se fala de tudo. – protestou a professora magra – Terra atrasada é assim mesmo... – ela viera da Bahia e não se acostumava com Tabocas.” (AMADO, 1997, p.163).

Portanto, o emblema do “atraso” da zona produtiva cacaeira também pesa na descrição regionalista de Jorge Amado, assim como fora impetrado, para a zona açucareira, a partir das descrições de José Lins do Rego. Nas obras desses literatos, há notáveis aproximações que decantam características denunciadoras da “obsolescência” dos ambientes privilegiados em suas tramas romanescas: a violência, o coronelismo, a perversidade sexual e a prostituição são máculas sociais e políticas que irrevogavelmente traçam o perfil regional em sua condição sertaneja, em falta de sintonia com a moralidade e os códigos éticos hegemônicos. A princípio, tem-se, pois, a “obsolescência” conclamando a superação; tem-se o Sertão em foco, recrudescendo expectativas de sua transubstanciação em não-sertão.

Se todas essas características denunciavam, à época, a condição sertaneja do sul da Bahia, isso não indica, contudo, que o seu reverso, o não-sertão – isto é, a ordem advinda do *Litoral*, sobretudo da cidade da Bahia, como Salvador era chamada pelo escritor – significaria a redenção ou “salvação” daqueles sertões. Nesse ponto, o literato baiano novamente se aproxima do paraibano José Lins do Rego ao delatar a falaciosa aura progressista, civilizatória e moderna que a partição litorânea advogava para si, estabelecendo uma autoimagem de arquétipo bem-sucedido a ser copiado pela hinterlândia “atrasada”; contrapondo-se a essa visão faustosa dos espaços de domínio das ordens hegemônicas, o romancista desenvolveu uma verve literária de candente denúncia dos patrimonialismos políticos, das parcialidades jurídicas e do nefasto sistema de exploração socioeconômica e do trabalho.

Se no rol das características que tipificavam a região enquanto Sertão a existência de um sincretismo religioso notável poderia funcionar como mais uma marca da subversão da ordem hegemônica, Jorge Amado – que, como já anunciado, nutria grande carinho e devoção

a crenças de origem afrodescendente, notadamente o candomblé – aproveita o fator religioso para também denunciar a lógica prevalente do não-sertão: a denúncia parte rumo ao propósito ou tendência de “espetacularização” do candomblé, descaracterizando-a em suas essências para transformá-lo em “vitrine de prestígio” (e consumo) do exótico; o desrespeito seria, então, fruto da prepotência dos centros hegemônicos, descuidados com outras manifestações culturais legítimas e portadores de manifestações inofensivas e inautênticas, pois “filtradas” pelas lentes do que seria “consumível” ao grande público.

Há, todavia, especificidades que singularizam Jorge Amado entre os romancistas regionalistas da Geração de 1930: uma delas é que seus personagens, apesar de nutrirem o sentimento de resignação para com os fatalismos e os desígnios desditosos do Destino, parecem apresentar esse sentimento de conformidade com as situações objetivas em um tom menos transcendental – como presentes nos personagens de Graciliano Ramos e de José Lins do Rego – e mais terreno, conscientes das causas sociais, políticas e econômicas das situações desiguais a que deviam se submeter; a resignação é, portanto, menos metafísica e mais real, mundana. A explicação para essa diferença assenta-se, provavelmente, no perfil mais político-partidário de Jorge Amado, espontaneamente refletido em suas obras literárias, em relação aos literatos contemporâneos do modernismo-regionalismo nordestino em foco nesta pesquisa: por isso, os fatalismos e as “misérias herdadas” são, em grande medida, compreendidos conscientemente enquanto efeitos derivados do sistema de exploração ao qual os trabalhadores em geral estavam subjugados. Com esse teor político, os romances assumem um perfil proletário e politicamente engajado – que, se em *Cacau* é indisfarçável, em *São Jorge dos Ilhéus* aparece subentendido a partir das direções que a trama vai assumindo ao final, desvelando esperanças de novos tempos no bojo de uma construção artística mais bem elaborada.

Ademais, o momento histórico em foco nas obras do “ciclo do cacau” é significativo para a narração da épica regional: em uma primeira etapa, edifica-se o exórdio da história regional com os “desbravadores da terra”, os coronéis, responsáveis pelo estabelecimento de uma atividade produtiva, a lavoura cacaeira, que fornecera a identidade da região; em uma segunda etapa, quando o mundo coronelista já não comprazia com os ditames da ordem e da lógica hegemônica – de modo que a região era mais do que uma mera periferia econômica do sistema polarizado pelos centros hegemônicos do atual Sudeste, se configurando como outra ordem, “atrasada” e fora de sintonia com a ordem preponderante, uma vez que a sua lógica de domínio político, econômico, sociocultural e mesmo jurídico centralizada nas figuras dos coronéis impunha dificuldades e obstáculos para a requerida modernidade produtiva e

articulação com o mercado nacional –, objetivou-se a sua superação. Nesta etapa, deu-se, pois, a mudança das estruturas produtivas – como enfatizada já no Capítulo 2 –, modificando a paisagem e, sobretudo, os atores sociais primazes, pois o poder hegemônico passou a ser apreendido pelos exportadores em detrimento dos coronéis, a despeito da conservação da base produtiva regional, ainda assentada no cacau.

Nesse processo de modernização, industrialização e capitalização do atual Nordeste, ativos nas retóricas artístico-literárias de José Lins do Rego e de Jorge Amado, e no qual as etapas a serem superadas denotavam às respectivas regiões a alcunha de *sertões* – segundo a noção aqui esposada – por suas desconformidades com a lógica hegemônica, estabelece-se uma descrição diferenciada, embora comumente traumática, da transição socioeconômica, política e geográfica impetrada: enquanto no literato paraibano, fiel ao seu saudosismo e dando vazão ao seu traço artístico memorialista, o Sertão é marcado traumáticamente pelo que se “perdeu” e se modificou ante as novas estruturas, no escritor baiano a marca mais destacada dos espaços sertanejos advém do trauma perante o que se manteve – em que pesam elementos como as mesquinhas políticas, a politicagem e a estrutura social e trabalhista exploratória.

Destarte, a despeito de José Lins também denunciar o conservadorismo de estruturas e de instituições – inclusive com a manutenção de parte do poder nas mãos dos senhores de engenho, transformados em usineiros –, Jorge Amado se diferencia deste por não nutrir quaisquer simpatias significativas com o passado ou com o presente, mas apenas com o futuro possível, de outra ordem política. Versando acerca de um processo que já estava em curso, o olhar de Jorge Amado denuncia o *status quo*, em que a cidadania permanecia subdesenvolvida perante as mudanças formais dos poderes; em José Lins do Rego, essa mesma denúncia ganha vez, mas feita sob certas percepções de apego ao passado dos banguês.

Pode-se, então, aventar a hipótese que em Jorge Amado a região sulista baiana, mesmo após as transformações da estrutura produtiva, manteve-se sob o estatuto de Sertão: pois, sendo este qualificativo imposto a partir de uma ótica relativa, adotada por intermédio referencial da lógica hegemônica, quando assumida a lógica do comunismo da qual o literato fazia coro, o processo produtivo do capitalismo financeiro instaurado ainda conclamava a superação, de modo a alterar profundamente a ordem sociocultural, econômica e política. Assim, se para o Estado, tencionado na integração do mercado nacional, a modernização produtiva e as suas consequências eram emblemas da transubstanciação daqueles espaços sertanejos em não-sertão, sob a ótica do comunismo, o presente da narrativa romanesca, assentado na transição e na cristalização dos exportadores como “donos da terra”, não passava

da instauração de uma nova etapa a ser superada por outra etapa, a da supressão das propriedades privadas de produção, sustentando a qualificação regional como Sertão.

O sertão da zona cacauera, caracterizado, após o período transicional narrado como pano de fundo dos romances do “ciclo do cacau”, por uma estrutura industrial e financeira mais afeita às exigências estatais-nacionais de integração e unificação do mercado nacional, denotava, para o literato baiano, um espaço regional ainda “atrasado”, quando avaliado sob a ótica dos trabalhadores e sob a perspectiva de mobilização da classe operária para a conquista dos direitos. Essa visão particular do regionalismo de Jorge Amado se deve, sobretudo, à sua fidelidade política e engajada, transmitida em seus romances – principalmente os das três primeiras décadas de sua atividade literária. No entanto, sob a diretriz político-econômica do capitalismo, a conversão do domínio “feudal” dos coronéis para o domínio racionalizado dos exportadores – o que também representou, em outras bases, a conversão da ordem da violência para a ordem da justiça institucionalizada – certamente representou uma integração da região no mapa do mercado nacional.

Nesse ponto, assim como já acontecera com outros literatos regionalistas nordestinos, sobretudo Graciliano Ramos e José Lins do Rego, a leitura e a interpretação feitas das obras de Jorge Amado, sob a ótica do Estado, foram parciais: foram anuladas ou, no mínimo, minimizadas as críticas candentes acerca do *status quo* estrutural e perverso mantido com a chegada da ordem institucional estatal, sobressaindo-se a imagem regional do domínio da política, da economia e da sociedade pelos coronéis, personagens que se integravam à máquina governamental e estatal de modo preponderantemente pessoal, sendo o personalismo e a parcialidade práticas prejudiciais aos desígnios da ordem hegemônica, a qual estava supostamente calcada na imparcialidade e na impessoalidade do poder.

Portanto, a violência dos coronéis – atores sociais que se impõem como uma espécie de “caudilhos” – se cristalizou como a característica regional mais proeminente, capaz de justificar os projetos de uso do território ensejados pelo Estado, à época, a fim de forjar uma unidade brasileira – inclusive no tocante à cimentação de uma *alma brasileira*, de uma cultura nacional compreendida como o amálgama entre as diversas e ricas culturas regionais – a partir da unificação do mercado econômico interno; a retórica artístico-literária do escritor baiano era, em suma, ao menos como fora parcialmente interpretada, mais um nível de legitimação do imaginário nacional que reclamava a atuação estatal de transubstanciação dos sertões em não-sertão.

Considerações Finais



Rachel de Queiroz



Graciliano Ramos



José Lins do Rego
www.william.com.br



Jorge Amado

www.william.com.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte impõe-se como um cosmo de possibilidades etéreas e transcendentais, um universo de manifestação das pulsões e das paixões humanas, capaz de transpor as limitações imperiosas da sua condição objetiva imediata de existência e de alçar as condições terrenas e mundanas da humanidade ao nível do sublime. Essa intangível origem, geneticamente derivada de uma aura espiritual do artista legítimo, repercute-se no miraculoso processo de *encarnação* de emoções, percepções e ideias em meios e materiais tangíveis, concretos – as *obras de arte*. Nesse escopo, a Literatura configura-se como o exercício artístico da (re)criação e (re)composição de textos, relacionando as *litteris* (letras) com as artes da gramática, da retórica e da poética. Investido de uma *licença poética*, as manifestações e obras artístico-literárias dão vazão aos recônditos e profundos sentimentos, sejam eles de consternação, angústia, pessimismo, tristeza..., ou de alegria, júbilo, deleite, otimismo, afeição..., permitidos nesse reino, de certo modo, fantástico e metafórico.

A Ciência, por outro lado, valendo-se de uma linguagem denotativa e alicerçada em um caráter primordial de objetividade informativa, reproduz-se no âmbito de um universo de conhecimentos sistemáticos e metódicos, voltados, em suma, para o esforço de ampliação da compreensão humana acerca do cosmo em que vive. O universo científico é autônomo e independente, múltiplo e variegado, capaz de se autorreproduzir e de constantemente se reinventar, modificando os seus sustentáculos e atualizando as suas bases fundantes. Pelo império do método, a Ciência forja o seu patrimônio em torno da Razão, destacando supostas certezas em detrimento de opiniões e especulações, e dirimindo, na medida do possível, as crenças em favor de conjecturadas verdades irrefutáveis.

Esses dois universos, aparentemente longínquos e imiscíveis, se entrecruzam de modo profícuo, abrindo um interessante campo investigativo em que os sentimentos manifestos pela Arte dão guarida e/ou nutrem as concepções racionais mobilizadas e ordenadas pelo campo científico – e vice-versa. Isso porque os artistas (no caso desta pesquisa, os literatos) imbuem seus textos de uma identidade que denuncia a conexão obrigatória com a realidade, uma vez que tais textos possuem uma autoria sujeitudinal e são timbrados por uma escala espacial e temporal específica. Destarte, por mais fantasiosas e ficcionais que sejam as narrativas literárias, ou por mais que revelem dilemas e questões universais da saga humana pela superfície terrestre, elas sempre trazem embutidas em si mesmas um registro genético: enquanto seres sociais e discursivos, os literatos comungam, com outros indivíduos – seus

pares –, as mesmas diretrizes gerais de determinadas *ideologias* ou *concepções de mundo*, manifestando e expressando, com base nelas, descrições e/ou julgamentos, tácitos ou explícitos, da realidade sobre a qual estão assentados. Assim como na Ciência – em que o ideal da impessoalidade e da imparcialidade torna-se, na prática, impossível pelo fato dos próprios cientistas carregarem crenças e valores que não podem ser afastados de seus trabalhos investigativos –, a percepção da realidade conforme um arcabouço prévio assume, na Literatura, um sentido significativo para a compreensão e interpretação dos enredos, personagens e ambientes literários.

Desse modo, as interpretações de como *deveriam ser* ou de como *são* os aspectos e elementos constituidores da realidade mais imediata, vivenciada, contribuem para a formação do literato enquanto sujeito e, em última instância, concorrem, como corolário, para as manifestações dos aspectos socioespaciais e das relações inter e intrassubjetivas em suas diversas aparências em uma dada especificidade histórico-espacial. Por falar de um lugar socioideológico e histórico marcado, o literato deixa entrever, em suas obras, as substâncias mais ou menos profundas das crenças e dos valores coletivos dos quais são “porta-vozes”.

Ante essas considerações, a Arte comunga com a Ciência a possibilidade de leitura da realidade: no plano artístico, no entanto, a realidade pode ser forjada em suas matizes verossímeis ou idealizadas, mas sempre referenciada na linguagem concreta do que se conhece, admitidas as indicações histórico-geográficas. Vinculando-se, em última instância, ao concreto, as obras artístico-literárias revestem-se de uma vantagem comparativa com os ensaios e publicações científicas: na promoção de uma leitura (aliada, a partir do referencial ideológico do autor, de uma interpretação valorativa) do factual e do concreto, as ideologias e os valores podem ser difundidos de modo bem mais amplo, obtendo maior êxito na *formação das almas* de um vasto público leitor; assim, por seu caráter “mais leve”, a arte literária garante-se de um timbre notório na divulgação e legitimação de concepções de mundo, dando aos literatos uma posição de autêntica e distinta representatividade no seio da *intelligentsia* nacional.

Como os discursos literários reclamam uma hermenêutica das *visões de mundo* entranhadas em seus enredos, o resgate de tais discursos permite apreender e conjecturar o entendimento desses intelectuais em relação à realidade estruturante da qual são sujeitos sociais: as linhas textuais são urdidas de modo a revelar elogios, críticas e anseios para modificar a estrutura local, regional, nacional ou universal quanto aos seus aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e espaciais. No âmbito desse escopo diagnóstico e programático, as letras dos literatos e as ideias dos pensadores sociais brasileiros se uniram

em torno da interpretação da *alma brasílica*, dos modelos e das causas da verdadeira formação social e territorial nacional.

Mirando o deslindamento e/ou a descrição do “Brasil real”, a história nacional, sobretudo no período de 1870 até meados do século XX, viu florescer obras de nítidos e candentes tons ensaístas, preocupadas em responder questões como: “*O que é o Brasil?*”, “*Qual a essência brasileira?*”, “*Como se estrutura o território e o povo brasileiro?*”; intelectuais de expressiva autoridade – tais como Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Raymundo Faoro, Elísio de Carvalho e Sérgio Buarque de Holanda – buscaram refletir e responder estas e outras questões. Em suas obras, aliadas às obras dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz e aos relatos de viagens dos militares da Missão Rondon, emergiu um panorama de partição arquetípica do Brasil segundo a dualidade *Sertão/Litoral*.

Essa dualidade alimentou um espírito interpretativo amplamente incorporado, configurando-se como um modelo quase obrigatório no *zeitgeist* do campo científico – ou mesmo das estruturas socioculturais *lato sensu* – à época. Assim, sob os sedutores discursos dos intérpretes do Brasil, em que pesa a emblemática obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1909) – ela mesma localizada fronteiriçamente entre as instâncias da Literatura e das descrições científicas –, a arte literária sorveu o paradigma dicotômico bipartido, também se embrenhando nos esforços de revelação do Brasil, voltando-se para a sua hinterlândia (ou, em outros termos, para os seus *sertões* plurais). Em todo caso, o que o momento histórico conclamava era a (re)descoberta da Nação, pintando um quadro heterogeneamente valorizado de atribuição à partição sertaneja a condição de *fronteira* entre o civilizado/moderno e o atrasado/arcaico.

O jogo dualístico, espécie de rito interpretativo, quase sempre vociferava em prol da superação, em alguma medida, dos sertões: devendo ser arrasados por completo ou parcialmente (mantendo o caráter da legitimidade e autenticidade cultural), o mote básico era o da transubstanciação destes sertões em não-sertão, impetrada por uma “cruzada civilizatória e modernizadora”, originada nos centros do poder hegemônico e rumando em direção à hinterlândia caracterizada como Sertão. Vale enfatizar, no entanto, que a transubstanciação do Sertão para a sua antípoda – o não-sertão – não indica uma necessária obrigação intencional de transformar todo o território a ser incorporado pela lógica político-econômica e sociocultural hegemônica em *espaços centrais* do poder: quando incorporados pela lógica hegemônica, os novos “espaços oficiais” ficam sob o jugo dos ditames do capitalismo, de modo que o processo de reprodutibilidade do capital se dá conforme uma estruturação

espacial em torno das *desigualdades combinadas*, segundo a qual sempre haverá as porções territoriais de comando e as porções territoriais comandadas.

Isso não significa, pois, que uma vez completados os movimentos de “anexação” dos sertões aos territórios do domínio da soberania hegemônica, a essência da “marcha civilizatório-modernizadora” se complete de modo permanente, tornando o resultado da anexação – se sob a condição de novos centros ou como periferias do sistema capitalista – uma condição imutável: essa não fixação dos resultados se deve ao fato de os espaços sertanejos serem perpetuamente (re)criados no âmbito da formação territorial e social brasileiras. Sempre sob os signos da necessidade de *sintonia* aos centros político-econômicos hegemônicos do capitalismo mundial, as supostas condições do “atraso” do Brasil na concertação das nações alimentou constantemente um imaginário do território sempre a conquistar, motivando uma vitalícia marcha modernizadora. Nesse processo, tornou-se recorrente o reconhecimento de porções territoriais apartadas e desintegradas aos núcleos hegemônicos do poder, reproduzindo incessantemente os *sertões* e, como corolário, as preocupações quanto à necessidade de alteração (superação) das suas condições sertanejas no âmbito da consolidação da brasilidade.

Em suma, se o Sertão é uma noção mais completa do que a cosmovisão limitada – e amplamente divulgada no senso comum – da sinonímia entre os espaços sertanejos e a região de domínio do clima semiárido e da vegetação da Caatinga, esta noção também não é por demais abrangente, englobando todos os espaços não-centrais: se assim fosse, a significação do Sertão seria inevitavelmente “esvaziada” conceitualmente, tornando-se inócua, insossa, sem grandes contribuições reflexivas. Destarte, o delineamento que se desenha nesta pesquisa para entendimento do Sertão não indica que todas as paragens que não respondem à centralidade do sistema hegemônico – capazes de ditar as regras da lógica preponderante – correspondem ao qualificativo sertanejo: pois, de fato, o Sertão encontra-se em um “nível abaixo”, relativo aos espaços não efetivamente integrados à lógica oficial; ao contrário, os espaços não-centrais – isto é, que não ditam as “regras do jogo” – estão integrados, por sua vez, ao sistema da lógica hegemônica, mas apenas de modo subserviente aos núcleos do poder. Nesse sentido, a perpetuação dos sertões, da qual se falou linhas atrás, corresponde à perpetuação dos espaços de “lógicas atrasadas”, assim qualificadas sob a ótica da lógica hegemônica, sempre em alteração; é nesse processo de restauração constante que reside um dos cerne da *formação territorial* brasileira.

Portanto, o Sertão é concomitantemente o ambiente das secas e da Caatinga, semiárido, desértico e marrom, e o ambiente agreste ou florestado, verde, povoado e

produtivo: é essa abrangência que, considerando as obras em foco nesta pesquisa, permite caracterizar e unificar minimamente os ambientes literários de Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado na qualidade de sertões, porque, embora heterogêneos, estão todos ligados à condição de não responderem às lógicas hegemônicas – sequer enquanto periferias – da política, da cultura, da sociedade e da economia capitalista, em desacordo que estão com tais diretrizes ao serem estruturados em torno de poderes personificados, violências naturais e sociais, arbitrariedades políticas e fragilidades produtivo-econômicas. Essas características, desalinhadas ao patrimônio do “oficial”, deslegitimam as *vidas regionais* em todas as suas instâncias, perfilando os ambientes sertanejos enquanto alvos da marcha civilizatória e modernizadora, tencionada na incorporação de tais territórios à cartografia da soberania do Estado nacional.

As imagens sobre as quais se fundam os espaços sertanejos são, portanto, recorridas em determinados momentos históricos, quando se sobressai a necessidade de superar lógicas socioculturais e político-econômicas “obsoletas”, territorialmente fixadas, e sob os auspícios de integração de tais espaços aos ditames e aos domínios do “civilizado” e do “moderno”. Ao olharmos para a formação histórica do território brasileiro, era sob o olhar e o caráter da obsolescência que a ótica hegemônica direcionava, durante a Era Vargas (1930-1945), julgamentos valorativos acerca da atual Região Nordeste, tido emblematicamente como “região-problema”. No panorama desse Nordeste atrasado e obsoleto, o regionalismo/sertanismo literário nordestino contribuiu significativamente, mesmo sem intenção explícita – até mesmo por ser, enquanto Arte, fruto muito mais de fruições do que de programáticas teleológicas –, para a ratificação do estatuto regional como território-Sertão, endossando os interesses estatais de fundação da imagética do retardamento e da necessidade de sua superação sob a bandeira dos soberbos projetos de formação de um mínimo mercado nacional integrado.

Ao integrar a semiótica regional – isto é, ao configurar-se como um significado que vai aparecer “colado” ao significante –, a caracterização do atual Nordeste enquanto uma unidade, a despeito de suas heterogeneidades, vai fundar um imaginário que antevê nesta generalização a cimentação de uma *identidade regional*. A partir desse fulcro identitário, forja-se o *regionalismo* (no caso, nordestino) como uma expressão cedida ou permitida em termos de manifestações político-econômicas e socioculturais das características regionais, sem, contudo, afrontar, a partir dessa manifestação, a unicidade nacional; o que se estabelece é, pois, uma concertação das diferenças sob a finalidade maior de preservação da unidade chamada Brasil.

No âmbito do momento histórico do primeiro governo Vargas, sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945), instalou-se uma parceria entre os intelectuais e o Estado, de modo que tal aliança buscava impetrar objetivos comuns para a tarefa do engrandecimento pátrio no cenário mundial, sem que, contudo, essa associação pudesse ser vista redutoramente como um servilismo político-ideológico da *intelligentsia* em relação ao poder central estatal. Não propriamente pioneira, a linhagem descritiva e propositiva do candente pensamento social brasileiro à época apresentava uma variação significativa em relação aos anteriores modelos interpretativos do Brasil: para além da audiência favorável representada pelo Estado, a própria esfera estatal fora elencada como protagonista dos ensaios interpretativos da sociografia, depositando nas atuações dela, em grande medida sob um viés centralizador e autoritário, a esperança de ordenamento e construção do país.

Desse modo, seria a atuação forte do Estado a responsável por dirimir as diferenças paradigmáticas da bipartição do espaço brasileiro herdado, finalmente transformado em território da soberania hegemônica, significando, em outros termos, a conversão das autonomias desnacionalizadoras em subserviência a um controle estatal forte e homogeneizador. Nesse processo, as diferenças – sustentáculos das identidades regionais – seriam reduzidas a exotismos inofensivos e pitorescos, revestindo as ações do poder público, ratificadas e incentivadas pelos intelectuais, de um caráter intencional e planejado, garantindo uma completude (ainda que provisória) da “marcha civilizatória e modernizadora” pela territorialização e cristalização do Estado central.

Considerando, então, os desideratos de (re)descoberta e (re)construção do Brasil nas bases histórico-geográficas da Era Vargas, pôde-se buscar perscrutar a ressonância dos projetos estatais nas vozes dos intelectuais-literatos canônicos daquele momento histórico-literário, obtendo, em síntese, as seguintes imagens ensejadas para o *Sertão*:

Quadro 2 – Síntese das características e imagens do *Sertão* na Literatura da Geração de 1930

LITERATO	OBRAS ANALISADAS	CARACTERÍSTICAS DOS SERTÕES	IMAGENS-SÍNTESE DO SERTÃO
Rachel de Queiroz (1910-2003)	<i>O Quinze</i> (1930)	- seca; - fome/miséria; - morte; - resignação; - êxodo/retirantes.	- <i>Sertão das secas</i> ; - região atrasada.
Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953)	<i>São Bernardo</i> (1934) <i>Vidas Secas</i> (1938)	- seca/rusticidade; - coronelismo/ patriarcalismo; - violência/opressão/ morte;	- <i>Sertão das secas, da exploração e miséria</i> ; - região atrasada;
			continua →

→ continuação			
		<ul style="list-style-type: none"> - zoomorfização/ reificação humana; - inutilidade das atitudes/ resignação; - miséria/exploração; - retirantes/nomadismo. 	- espaço ordinário da angústia humana.
José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957)	<i>Menino de Engenho</i> (1932) <i>Doidinho</i> (1933) <i>Bangüê</i> (1934) <i>O Moleque Ricardo</i> (1935) <i>Usina</i> (1936) <i>Fogo Morto</i> (1943)	<ul style="list-style-type: none"> - passagem do domínio dos banguês para o domínio das usinas; - patriarcalismo rural/coronelismo; - (pseudo) aristocracia rural; - mandonismos/ politicagens/ patrimonialismo; - violência/opressão; - miséria/fome/doenças; - perversão sexual/ impudicícia; - superstição/folclore; - misticismo/ religiosidade/ sincretismo religioso; - fatalismo/resignação; - semiárido: refúgio/seca; - cangaço/banditismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Sertão do atraso, de falência da moralidade e de ordem pré-racional;</i> - relativa superioridade à ordem hegemônica, autoritária, opressora e de falacioso progresso social.
Jorge Leal Amado Faria (1912-2001)	<i>Cacau</i> (1933) <i>Terras do sem-fim</i> (1943) <i>São Jorge dos Ilhéus</i> (1944)	<ul style="list-style-type: none"> - passagem do domínio dos coronéis para o domínio dos exportadores; - exploração trabalhista/reificação do trabalhador; - patriarcalismo/coronelismo; - impunidade aos poderosos/ parcialidade política e jurídica; - convulsão e tensão política; - violência/mortes/tocaias; - banditismo; - animalização dos pobres/ obediência servil; - sexualidade pervertida/ prostituição; - resignação/fatalismo; - propaganda da “terra prometida”/ riqueza/opulência; - semiárido: refúgio/fuga/desterro; - sincretismo religioso/misticismo/ crenças afrodescendentes; - êxodo/retirantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Sertão do atraso e do desafino com a moralidade civilizatória;</i> - contraposição ao Litoral, de falacioso progresso e artificial, marcado pelo caráter autoritário, pela politicagem e pela exploração/ desigualdade socioeconômica; - a transição e capitalização regional como manutenção dos sertões, consoante a lógica comunista.

Org.: O Autor.

As características e as imagens sertanejas apoiam, em alguma medida, a associação dos sertões nordestinos, nas suas variadas paisagens, ao emblemático perfil de distinção das paragens sertanejas enquanto “espaços infernais” – ou, em outras palavras, da livre e direta associação do heterogêneo território nordestino à pecha de “região-problema”. Nesse caso, o “atraso” e a “obsolescência” são elencados enquanto características típicas regionais em favor

do endosso da necessidade de intervenção e auxílio estatal, conclamando projetos de apreensão e integração regional à “cartografia oficial” da soberania do Estado-nação. Seja por meio da violência natural – em que pesa a generalizada imagem da *seca* – ou por meio da violência social – em que pesam as características da *exploração*, da *miséria social* e da *imoralidade* –, os literatos do regionalismo nordestino da Segunda Geração Modernista contribuíram, em sua sanha de interpretação e denúncia do “Brasil real”, para ratificar a ideia do atual Nordeste como *região atrasada*, imagem-síntese amplamente cristalizada no imaginário político, social e geográfico nacional.

Todavia, se na retórica de Rachel de Queiroz a violência e o atraso ficam muito focados no quadro natural da semiaridez, a verve artístico-literária, nos demais literatos, vai se ampliar para delatar de modo mais enfático o quadro social do retardamento, caracterizando a região em sua condição de “purgatório” – segundo a qual o “atraso” não era fruto de uma comparação aos centros hegemônicos do país, uma vez que todo o território nacional, ou mesmo global, estava imerso em condições de nítidas desigualdades e desumanização, denunciando as falácias do progresso civilizatório ou da racionalidade modernizadora. Assim, o que se tem é, em Graciliano Ramos, a ligação, pelo estatuto da ordinária angústia humana, dos espaços sertanejos aos demais espaços, seguidores de outras lógicas; ou ainda a delação da desigualdade, da miséria e da exploração enquanto timbres também da lógica hegemônica, capazes de entrever certa superioridade do “atraso sertanejo” ante a lógica preponderante (José Lins do Rego) ou de compreender e subverter o suposto progresso e modelo a ser copiado em uma nova roupagem sertaneja de reclame à superação, em favor de lógicas mais humanitárias (Jorge Amado).

As marcas da denúncia do “Brasil real”, pérfido também em seu centro de poder, foram apagadas ou minimizadas pela retórica estatal, uma vez que o Estado estava apenas interessado nas imagens do “atraso” regional, legitimadoras de sua intervenção geográfica. Destarte, nota-se que, mais do que “porta-vozes” privilegiados e de amplo público-leitor, os literatos da Geração de 1930 não forjaram retóricas artístico-literárias que se alinharam, simples e francamente, aos projetos intervencionistas do Estado, mas, ao contrário, foi o Estado que se apropriou dos discursos literários sob uma aparente perspectiva parcial, exercendo, por meio dessa apropriação, um recrudescimento do imaginário, construído e referenciado no Litoral, do retardamento e da degradação da hinterlândia, máculas a serem corrigidas no intuito de engrandecimento pátrio.

Analisados em profundidade, os discursos literários deixam, de fato, transparecer a imagem simbólica do *atraso* – individualizada, no escopo de cada obra dos autores aqui

enfocados, pelas imagens-síntese em negrito no Quadro 2 –, mas as suas composições estéticas e artísticas são bem mais complexas do que uma suposta ordem dicotômica e dualista do Brasil Sertão/Brasil Litoral: a retórica literária dos romancistas denuncia, por vezes, a própria ordem a ser instaurada, supostamente a da modernidade e da civilização; como já dito, essa faceta foi obviamente ignorada na fundação do imaginário e das ideologias geográficas que embasaram, no âmbito do Estado nacional, as políticas de conversão dos sertões em não-sertão.

De qualquer modo, mesmo que a apropriação das obras literárias e dos autores regionalistas da Segunda Geração Modernista (1930-1945) tenha se dado flagrantemente de modo *parcial*, as verves literárias de Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado alcançaram uma grande repercussão no âmbito do modernismo, transformando tais literatos em “vencedores”, alçando seus discursos a uma condição de *eficácia política*. Transformados em canônicos, os literatos em foco nesta pesquisa tiveram, portanto, participação significativa na legitimação da necessidade de superação dos sertões nacionais, a partir de suas retóricas amplamente repercutidas no imaginário geográfico e na “alma nacional”, denunciadoras das características perniciosas dos sertões que divulgou.

Todavia, para efeito dos encaminhamentos desta pesquisa, a suspeita de endosso ou alinhamento entre as retóricas literária e estatal-nacional precisa ser confirmada com pesquisas futuras, mais amadurecidas, no âmbito de uma sociologia da literatura – mais especificamente, no universo da *recepção dos discursos*. Assim, poderá se precisar com maior clareza em que medida os discursos literários circulantes “na boca do povo” foram efetivamente incorporados nos projetos e ações estatais e, por outro lado, em que medida serviram para que os projetos fossem aceitos e legitimados pela população.

A noção de Sertão aqui desenvolvida alude a uma condição referenciada em lógicas que lhe são exógenas; na perspectiva hodierna de evolução epistemológica dos estudos dos universos macrocósmico e microcósmico, o aspecto sertanejo aproxima-se da genérica condição do “outro” – seja ele interno ou externo –, refundando ou ressignificando o Sertão ante o dilema (ou enigma) a que nos encontramos constantemente diante: o de que postura assumir, se de compreensão ou de negação, ante o desconhecido, o incógnito. Assim como a prosa regionalista iria suscitar mais tarde, sobretudo com a obra ficcional regionalista de Guimarães Rosa, o Sertão parece ser, antes de qualquer coisa, *interno*, sendo este um viés importante das ciências humanas, principalmente da Psicologia, em que pesa a correlação do Sertão/incógnito/“outro” com o *inconsciente*. Nessa perspectiva, o embate do hegemônico/

conhecido com o incógnito, territorialmente assentado, pode ser interpretado como uma projeção de um enigma que é, também, interior.

Mais importante, porém, do que os desdobramentos reflexivos da relação entre os territórios da soberania *versus* os espaços sertanejos, as recorrências e atualizações impostas pela renovação do imaginário do Sertão ainda se fazem valer quando, aos olhos dos espaços que respondem à lógica hegemônica, as opiniões sobre os espaços incógnitos e distantes – ignorados em suas próprias e autênticas lógicas – endossam a conclamação a supostas “missões modernizadoras”, respondendo aos ditames da transubstanciação dos sertões em não-sertão. Após serem “convertidos”, os novos territórios da lógica central passam a responder à ordem hegemônica, seja na condição de espaços privilegiados da modernidade produtiva, seja como periferias do sistema produtivo nacional.

A substância essencial dessas investidas territorialmente transformadoras assenta-se na sua capacidade de renovação ao longo da história nacional, atualizando diuturnamente o processo do *colonialismo interno*: desse modo, os sertões típicos da Era Vargas, divulgados pelas prosas regionalistas do modernismo literário, ainda sobrevivem nas empáfias das cidades cosmopolitas, que querem marcar a posição contrária ao aspecto sertanejo, valendo-se de uma candente *aura* de modernidade. Nesse escopo, a defesa do aspecto não sertanejo ocorre em favor de uma correlação direta e de sinonímia da interiorização da modernidade com as iniciativas de interiorização da urbanização no âmbito da “interminável” hinterlândia brasileira; nesse torvelinho, o “rito de passagem” do Sertão para a sua antípoda – o não-sertão – é condecorado e sustentado pela monumentalidade da modernidade urbana.

Assim, volta-se simbolicamente ao início desta pesquisa para provar que o processo atual de “ressurgimento” dos sertões nacionais, sob novas aparências, não passa de uma atualização de processos bem mais antigos, em curso ao longo da autoritária história da formação territorial brasileira. Então, o ciclo se completa e, a não ser que ousemos ir adiante e perscrutar as manifestações mais puras e autênticas da Arte, sendo sinceros conosco mesmos, ele se manterá sob formas mutantes, mas sempre com o mesmo conteúdo do autoritarismo e da desigualdade, candentes insígnias do Brasil como um todo, para além das partições de Litoral e Sertão.

Por fim, tem-se como grande mérito deste trabalho – e, em linhas gerais, deste tipo de pesquisa – a revelação da importância da questão das escolhas: no plano individual, a crença é de que “somos” aquilo que “escolhemos ser”, e, embora não escolhemos tudo dadas as condições de origem ou questões objetivamente postas em um dado contexto, é preciso não olvidar, não esquecer que escolhemos muita coisa, para não cair nas posturas da eterna

resignação ou na fé da imutabilidade das coisas. Tendo uma vez escolhido o caminho, devemos segui-lo arcando com as consequências das escolhas, até uma próxima encruzilhada, quando estamos fadados a escolher novamente.

Essa crença também se projeta no plano nacional, acreditando que enquanto povo escolhemos muita coisa sobre nós mesmos, sobre nossos destinos coletivos. E é nesse sentido que a Arte tem muito a contribuir, pois se nos atentarmos para as manifestações mais puras e autênticas, sublimes, dos artistas, pequenos ou grandes, poderemos descobrir coisas novas e, quem sabe, projetar mudanças, ou ao menos vislumbrar alternativas, para este resiliente conteúdo do autoritarismo e da desigualdade, persistente em nossas formações territorial e nacional.

REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz. Condicionantes agrícolas do desenvolvimento regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 3., 1989, Águas de São Pedro. **Anais...** Volume 2. Águas de São Pedro, 1989. p.212-221.

ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988 [1907].

AGUIAR FILHO, Adonias. O romance *O Quinze*. Rio de Janeiro, 1965. In: QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. 24.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1930].

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995. p.145-151.

AMADO, Jorge. **São Jorge dos Ilhéus**. 16.ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968 [1944]. v.9 (Coleção Obras Ilustradas de Jorge Amado).

_____. **Terras do sem-fim**. 61.ed. Rio de Janeiro: Record, 1997 [1943].

_____. **Cacau**. 52.tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1933].

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 4., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador, 1991. p.565-574.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Oliveira Vianna e a unidade – identidade do espaço brasileiro**. 1995. 143p. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – *Campus* Rio Claro, 1995.

ARAÚJO, Kárta de Fátima; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. 1915: A Seca e o Sertão sob o olhar de Raquel de Queiroz. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.3, dez. 2009. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3184237>. Acesso em: jan. 2012.

ARAÚJO, Regina. Do Sertão aos Pampas: O Território da Literatura Nacional no Século XX. **Terra Brasilis – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil**, Rio de Janeiro, anos III-IV, n.4-5, 2002-2003. p.45-66.

BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva** (história antiga e história média). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos Históricos e Culturais), 1995. 2v.

BESSA, Kelly. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro:** Convergências e Divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 2007.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte:** Gênese e Estrutura do Campo Literário. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROSSEAU, Marc. Géographie et littérature. In: _____. **Des romans-géographes:** essai. Paris: L'Hamarttan, 1996.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia:** Histórias de Deuses e Heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade:** estudos de teoria e história literária. 7.ed. São Paulo: Nacional, 1985 [1965].

_____. **A educação pela noite e outros ensaios.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da Literatura Brasileira:** Modernismo, História e Antologia. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [1964]. v.2.

CARRARA, Agnelo Alves. **Minas e currais:** produção rural e mercado interno em Minas Gerais (1674-1807). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CARVALHO, Elísio de. **O fator geográfico na política brasileira.** Rio de Janeiro: Monitor Mercantil, 1921.

CASTELLO, José Aderaldo. Memória e Regionalismo. São Paulo, 1960. In: REGO, José Lins do. **Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960 [1932/1933/1934]. v.1 (Coleção Obras de José Lins do Rego: Romances Reunidos e Ilustrados).

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.283-323.

_____. Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas:** Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.155-196.

CHIAPINNI, Lúcia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995. p.153-159.

CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Volume 1. Rio de Janeiro, 2001. p.424-430.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: No tempo das certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos).

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

COUTINHO, Leonardo. A Estrada da Prosperidade. In: Especial Cidades: onde o Brasil mais cresce. **Revista Veja**, n.2180, 01 set. 2010. p.116-119.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v.20, n.40, jul./dez. 2005. p.27-43. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234
Acesso em: out. 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991 [1902].

DAVIDOVICH, Fanny. Transformações do quadro urbano brasileiro: 1970-1980. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2., 1987, Teresópolis. **Anais...** Teresópolis, 1987. p.26-7.

DE NICOLA, José. **Literatura Brasileira: da origem aos nossos dias.** São Paulo: Scipione, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e propriedade da terra no Brasil.** Washington D.C.: União Pan-Americana, 1959.

_____. **Regiões culturais do Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. (Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Série 6: Sociedade e educação, v.2).

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Território e Destino Nacional: As ideologias geográficas no Estado Novo (1937-1945).** 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

DUARTE, Cristovão Fernandes. Gênese da cidade moderna brasileira: o caso de Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7., 1997, Recife. **Anais...** Volume 1. Recife, 1997. p.425-443.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional:** contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. Crise e Dinâmica das Estruturas Produtivas Regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.185-220.

ESPECIAL Cidades: onde o Brasil mais cresce. **Revista Veja**, n.2180, 01 set. 2010. p.75-132.

FAORO, Raymundo. Os colonos e os caudilhos: a conquista do sertão. In: _____. **Os donos do poder.** Rio de Janeiro: Globo, 1987 [1958]. v.1, p.153-165.

FARIA, Teresa Peixoto. Projeto de modernização e mudança da morfologia social e urbana de Campo dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880: Novos equipamentos e infra-estrutura urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Volume 2. Rio de Janeiro, 2001. p.785-796.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EdUSP, 1994.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso:** Reflexões Introdutórias. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e Filosofia.** Que é sociologia? Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

_____. **Dialética e Cultura.** Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 [1996].

GOMES, Paulo César da Costa; COSTA, Rogério Haesbaert da. O Espaço na Modernidade. **Terra Livre**, São Paulo, n.5, 1988. p. 47-68. (Tema: O espaço em questão).

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 [1966].

_____. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1999]. v.2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

INFANTE, Ulisses. **Curso de Literatura de Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras: Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Volume 1. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/Atlas/atlas_representacoes_literarias.pdf. Acesso em: jun. 2011.

_____. Biblioteca IBGE. **Uberlândia, Minas Gerais – MG**. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/uberlandia.pdf>. Acesso em: fev. 2011.

_____. **REGIC – Região de Influência das Cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: fev. 2011.

_____. **Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras: Sertões Brasileiros I**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Volume 2. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/atlas.shtm>. Acesso em: jun. 2011.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. 1946. In: RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 58.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p.93-114.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p.95-106. v.1.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. Entre a "Regeneração" e "Encenação": o Rio de Janeiro de Olavo Bilac e Lima Barreto. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais...**

Buenos Aires, 2010. Disponível em:

<http://eventos.filo.uba.ar/index.php/geocritica/2010/paper/view/588/276>.

Acesso em: ago. 2011.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século XX: opções e escolhas a partir do debate Olavo Bilac/Lima Barreto. **Geografia**, Rio Claro, v.36, n.3, set./dez. 2011. p.437-451.

LIMA, Fábio José Martins de. A um passo da modernidade na Belo Horizonte do final do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 5., 1993, Belo Horizonte. **Anais...** Volume 3. Belo Horizonte, 1993. p.1257-1268.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

LINS, Álvaro. Graciliano Ramos em termos de construção do romance e arte do estilo. 1941. In: RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998 [1938]. p.128-136.

_____. As “memórias” do romancista explicam a natureza e a espécie dos seus romances. 1945. In: RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998 [1938]. p.137-142.

_____. Romances, novelas e contos: visão em bloco de uma obra de ficcionista. 1947. In: RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 74.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998 [1938]. p.143-155.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1957 [1918]. v.1 (Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, literatura geral).

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A oeste das minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LOUSADA, Wilson. Breve notícia-vida de José Lins do Rego. Rio de Janeiro, 1960. In: REGO, José Lins do. **Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960 [1932/1933/1934]. v.1 (Coleção Obras de José Lins do Rego: Romances Reunidos e Ilustrados). p. VII-XII.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias *et alli* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.309-352.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Metonímias Geográficas**: imaginação e retórica da paisagem do semi-árido pernambucano. 2004. 527f. Tese (Doutorado em geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARCUSE, Hebert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional**. Trad. Giasone Rebuá. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1964].

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2009.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MONTEIRO, Adolfo Casais. Um Romance que não Envelheceu. 1964. In: QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 24.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p.XXII-XIV.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para discussão, n.281).

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. **Os limites da civilização na escrita do sertão**: um estudo das categorias civilização e barbárie em alguns romances brasileiros. 2002. 88p. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais: O Território na Perspectiva das Elites Brasileiras. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo. **Além do apenas Moderno: Brasil - séculos XIX e XX**. Brasília: CNPq; Recife: Massangana, 2001.

_____. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005 [1988].

_____. **Território e História no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008 [2002].

_____. **Geografia Histórica do Brasil: Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOREIRA, Fernando Diniz. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 6., 1995, Brasília. **Anais...** Brasília, 1995. p.788-796.

_____. Idéias e planos do urbanismo moderno na cidade de Recife no segundo quartel do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7., 1997, Recife. **Anais...** Volume 1, Recife, 1997. p.444-462.

MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu: 1800-1900**. Trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOGUEIRA, Carlos Eugênio. **Nos Sertões do Poente: Conquista e Colonização do Brasil Central**. 2008. 221p. Dissertação (Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOVA CULTURAL. **100 Anos de República: Um Retrato Ilustrado da História do Brasil**. Volume I (1889-1903). São Paulo: Nova Cultural, 1989.

_____. **100 Anos de República: Um Retrato Ilustrado da História do Brasil**. Volume II (1904-1918). São Paulo: Nova Cultural, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

_____. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.5, julho 1998. p.195-215. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000400011>. Acesso em: set. 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 24.reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1996 [1942].

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **A cidade de São Carlos**. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conheca-sao-carlos/115268-a-cidade-de-sao-carlos.html>. Acesso em: set. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Uberlândia: Capital Nacional da Logística**. Uberlândia: [s.n.], 2007/8.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. O negro – tinha caráter – como o diabo! Rio de Janeiro, 1966. In: REGO, José Lins. **O Moleque Ricardo**. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1935]. v.33 (Coleção Sagarana). p.VI-XXXVIII.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 24.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1930].

RAMOS, Graciliano. **Infância**. 17.ed. Rio de Janeiro: Record, 1981 [1945].

_____. **São Bernardo**. 58.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992 [1934].

_____. **Vidas Secas**. 74.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1998 [1938].

REGO, José Lins do. **Usina**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940 [1936].

_____. **Menino de Engenho, Doidinho, Bangüê**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960 [1932/1933/1934]. v.1 (Coleção Obras de José Lins do Rego: Romances Reunidos e Ilustrados).

_____. **O Moleque Ricardo**. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1935]. v.33 (Coleção Sagarana).

_____. **Dias idos e vividos: Antologia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. **Meus Verdes Anos: Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993 [1956].

_____. **Fogo Morto**. São Paulo: O Estado de S. Paulo/ Klick Editora, 1997 [1943]. v.10 (Coleção Ler é Aprender).

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos – como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Triângulo Mineiro e a construção da identidade regional de autonomia e modernidade. **Caderno de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, ano 21, n.39, 2º semestre/2008. p.19-30.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 [1940].

RODRIGUES, Cristiane Moreira. Cidade, Monumentalidade e Poder. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Volume 2. Rio de Janeiro, 2001. p.589-598.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006 [1956].

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.34, p.81-100. jun.1977.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios** – ensaios sobre o ordenamento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.13-21.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a [1993]. v.6 (Coleção Milton Santos).

_____. **Espaço e Método.** 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b [1985]. v.12 (Coleção Milton Santos).

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional.** 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c [1994]. v.11 (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHRÖDER, Peter Wilfrid. **Cultura e sociedade no Cariri: uma bibliografia anotada.** Fortaleza, 2000. Disponível em:
<http://www.fundaj.gov.br/geral/pesquisa%20escolar/sociedade%20no%20cariri1v.pdf>.
Acesso em: jan. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República.** 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1983].

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaios sobre a grande propriedade pastoril. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 [1941].

SOUZA, Candice Vidal e. **A Pátria Geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização no Brasil. In: _____. **Geografia**. São Paulo: Secretaria da Educação/CENP-SP, 1993. (Série Argumentos).

TERTULIAN, Nicolas. **Georg Lukács**: Etapas de seu pensamento estático. São Paulo: Hucitec, 2008.

VELLOSO, Monica Pimenta. **O mito da originalidade brasileira**: a trajetória de Cassiano Ricardo. 1983. 191p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1983.

VERÍSSIMO, Érico. **O Continente I**. 44.ed. São Paulo: Globo, 2001. (O Tempo e o Vento, v.1, t.1).

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**: história, organização e psicologia. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1933 [1918].

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. **Sociedade e Cultura**, v.1, n.1, jan./jun. 1998. p.41-54. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/1778/2139. Acesso em: set. 2011.

_____. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e Cultura**, v.10, n.2, jul./dez. 2007. p.187-196. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/3140>. Acesso em: out. 2011.

VINAUD, Naiara Cristina Azevedo. **A transformação do espaço geográfico em espaço literário, em Vila dos Confins, de Mário Palmério**. 2008. 83p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

_____. **Nos confins dos chapadões sertanejos**: pensamento geográfico em Mário Palmério. 2011. 137p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

WEGNER, Robert. **A conquista de Oeste**: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE

Legenda:

(VINHO) – Quadro biobibliográfico de Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953)

(VERDE) – Quadro biobibliográfico de José Lins do Rego Cavalcanti (1901-1957)

(LARANJA) – Quadro biobibliográfico de Rachel de Queiroz (1910-2003)

(ROXO) – Quadro biobibliográfico de Jorge Leal Amado Faria (1912-2001)

DATA	DADOS BIOGRÁFICOS	PUBLICAÇÕES	ALGUNS FATOS HISTÓRICOS
1892	<p>- 27 de outubro: Nasce, em Quebrangulo (AL), Graciliano Ramos de Oliveira. Filho de Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro Ramos, casal que teve dezesseis filhos, sendo Graciliano o primogênito.</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Inauguração do Viaduto do Chá, em São Paulo; - Inauguração da Faculdade de Direito da UFMG; - Nascem Josip Broz Tito (presidente iugoslavo) e Francisco Franco (militar e ditador espanhol); - Nasce Walter Benjamin (filósofo alemão); - Nascem John Ronald Reuel Tolkien (escritor inglês), Menotti del Picchia (poeta e escritor modernista brasileiro) e Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (jurista, filósofo, escritor e diplomata brasileiro); - Morre Manuel Deodoro da Fonseca (primeiro presidente do Brasil, no período 1889-1891); - Morre Walt Whitman (poeta norte-americano).
1894	<p>- Muda-se para Buíque (PE).</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Prudente de Moraes assume a presidência da República, governando o país no período de 1894 a 1898; - É inaugurada a Escola Politécnica de São Paulo; - Em Londres, é inaugurada a Tower Bridge, com a presença do então Príncipe de Gales, Eduardo VII; - Nasce Victor Brecheret (escultor brasileiro); - Nasce Nikita Khrushchov (secretário geral do Partido Comunista da União Soviética); - Nasce Friedrich Pollock (sociólogo, economista e filósofo alemão); - Nascem Aldous Leonard Huxley (escritor inglês), E. E. Cummings (poeta norte-americano) e Florbela Espanca (poetisa portuguesa); - Morre Robert Louis Stevenson (escritor inglês).

1898	- Realiza os seus primeiros exercícios de leitura.		<ul style="list-style-type: none"> - Campos Sales inicia seu governo como presidente da República, governando de 1898 a 1902; - O couraçado <i>USS Maine</i> explode em Havana; desencadeando uma guerra entre os Estados Unidos da América e a Espanha; - Lançado <i>A Guerra dos Mundos</i>, de H.G. Wells; - Nasce Francisco Matarazzo Sobrinho (industrial, político e mecenas ítalo-brasileiro); - Nasce Roger Bastide (sociólogo francês); - Nasce Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião (cangaceiro mais famoso do Brasil); - Nasce Herbert Marcuse (sociólogo alemão, naturalizado norte-americano); - Nascem Peregrino Júnior (médico e escritor brasileiro) e C.S. Lewis (escritor irlandês); - Nasce Luís da Câmara Cascudo (historiador, folclorista, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro); - Morre Cruz e Sousa (poeta simbolista brasileiro); - Morre Otto Von Bismarck (chanceler e político alemão); - Morre Lewis Carroll (matemático e escritor inglês).
1900	- Muda-se para Viçosa (AL)		<ul style="list-style-type: none"> - É lançado <i>A Interpretação dos Sonhos</i>, de Sigmund Freud; - A Comissão Arbitral de Genebra atribui o Amapá ao Brasil; - A norte-americana Coca-Cola é lançada na Europa; - É lançado <i>Dom Casmurro</i>, de Machado de Assis; - Nasce Gilberto Freyre (sociólogo brasileiro); - Nasce Waldemar Levy Cardoso (marechal brasileiro); - Nasce Antoine de Saint-Exupéry (escritor francês); - Morre Friedrich Nietzsche (filósofo alemão); - Morrem Eça de Queiroz (escritor português) e Oscar Wilde (escritor irlandês).
1901	- 3 de junho: Nasce, em S. Miguel do Taipu (PB), José Lins do Rego Cavalcanti, filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia Rego Cavalcanti. Sua mãe falece e seu pai afasta-se, indo morar no engenho de seu avô materno, José Lins Cavalcanti Albuquerque, sob os cuidados de sua tia Maria.		<ul style="list-style-type: none"> - É publicada a obra <i>Poesias Completas</i>, de Machado de Assis; - Nasce Carl Barks (criador do Pato Donald e outras personagens); - Nasce Walt Disney (cineasta e produtor americano de desenhos animados); - Nascem Murilo Mendes (poeta brasileiro) e Cecília Meireles (poetisa e cronista brasileira); - Morre a Rainha Vitória, do Reino Unido; - Morre Giuseppe Verdi (compositor de óperas italiano).
1904	- Funda um jornal para crianças, o <i>Dilúculo</i> , do qual foi diretor. Posteriormente, redige o jornal <i>Echo Viçosense</i> , que tinha entre		<ul style="list-style-type: none"> - O Japão inicia a conquista da Manchúria, ocupada pelos russos desde 1900; - Fim da disputa entre Brasil e a Inglaterra pela posse de Roraima; - Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública do Rio de Janeiro, combate a febre amarela;

	seus redatores seu mentor intelectual, Mário Venâncio.		<ul style="list-style-type: none"> - Revolta da Vacina: movimento popular ocorrido no Rio de Janeiro contra a vacinação obrigatória determinada pelo governo para combater a varíola; - Nasce Robert Oppenheimer (físico norte-americano e diretor do Projeto Manhattan); - Nasce Salvador Dali (pintor espanhol); - Nasce Roberto Marinho (jornalista brasileiro); - Nasce Pablo Neruda (escritor chileno); - Morre Friedrich Ratzel (geógrafo alemão).
1905	<ul style="list-style-type: none"> - Ingressa para o Colégio Quinze de Março (internato), do Prof. Agnelo Marques Barbosa, em Maceió (AL); - Aparecem os seus primeiros sonetos, publicados sob pseudônimo. 		<ul style="list-style-type: none"> - Inauguração da Transiberiana, que vai de Paris (França) a Vladivostok (Rússia); - Acontece o Domingo Sangrento, na Rússia; - Motim no encouraçado Potemkin; - Albert Einstein apresenta a Teoria da Relatividade; - Os praças da Fortaleza de Santa Cruz (Niterói/RJ) sublevam-se contra os maus-tratos; - Prisão de Leon Trotski; - Concluem-se obras de reurbanização do Rio de Janeiro; - Oswaldo Cruz saneia a cidade do Rio de Janeiro; - Nasce Jean-Paul Sartre (filósofo francês); - Nasce Érico Veríssimo (escritor brasileiro); - Nasce Emilio Garrastazu Médici (presidente brasileiro entre 1969-1974); - Morrem José do Patrocínio (jornalista e escritor brasileiro) e Júlio Verne (escritor francês).
1906	- Com o suicídio de Mário Venâncio, o <i>Echo Viçosense</i> deixa de circular.	- Publica sonetos, na revista carioca <i>O Malho</i> , sob o pseudônimo Feliciano de Olivença.	<ul style="list-style-type: none"> - Ocorre, numa mina de Courrières (França), o pior desastre industrial da Europa, com 1.099 mortes; - Ocorre o primeiro voo do mundo em avião, realizado por Alberto Santos Dumont; - Afonso Augusto Moreira Pena substitui Francisco de Paula Rodrigues Alves na presidência do Brasil; - Firmado, no Brasil, o Convênio de Taubaté, para proteção dos cafeicultores; - Nasce Oscarito (comediante brasileiro de origem espanhola); - Nasce Hannah Arendt (teórica política alemã); - Nasce Mário Quintana (poeta brasileiro).
1909	- Passa a colaborar com o <i>Jornal de Alagoas</i> , de Maceió, publicando o soneto <i>Céptico</i> sob o pseudônimo de Almeida Cunha. Até 1913, usa outros pseudônimos nesse jornal: S. de Almeida Cunha, Soares de Almeida Cunha e Lambda. Publica na revista <i>O</i>		<ul style="list-style-type: none"> - Morre Afonso Pena; Nilo Peçanha o substitui na presidência, governando o país no período de 1909 a 1910; - Fundada a primeira instituição de ensino superior do Brasil denominada escola universitária: a Escola Universitária Livre de Manaós (grafia arcaica), conhecida atualmente como UFAM; - Fundado o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, que em 1927 se tornaria o Banespa; - Rui Barbosa lidera a campanha civilista;

	<p><i>Malho</i> até 1915, com, além dos pseudônimos citados, o de Soeiro Lobato;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matricula-se no Internato Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana (PB), onde permanecerá pelos próximos três anos; - Lê o livro de cavalaria <i>Os doze pares de França</i>, que o impressiona tanto quanto as histórias que ouvira da Velha Totônia. 		<ul style="list-style-type: none"> - Ocorre a “Primavera de Sangue” no Rio de Janeiro: polícia mata estudante durante uma manifestação; - Nasce Hélder Pessoa Câmara (bispo católico brasileiro); - Nasce Carmem Miranda (atriz e cantora brasileira de origem portuguesa); - Morre Euclides da Cunha (escritor brasileiro).
1910	<ul style="list-style-type: none"> - Responde a um inquérito literário movido pelo <i>Jornal de Alagoas</i>, de Maceió; - Muda-se para Palmeira dos Índios (AL), onde vai trabalhar no estabelecimento comercial de seu pai; - 17 de novembro: Nasce, em Fortaleza (CE), Rachel de Queiroz, filha de Daniel de Queiroz e Clotilde Franklin de Queiroz. Residiam em Quixadá (CE), onde seu pai era juiz de direito à época. 		<ul style="list-style-type: none"> - O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca substituiu Nilo Peçanha na presidência do Brasil, governando o país no período de 1910 a 1914. Inicia o governo das “salvações nacionais”; - Inicia-se, no Brasil, a mais antiga igreja pentecostal, denominada Congregação Cristã no Brasil; - Fundação da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária do Brasil; - Criação do Serviço de Proteção ao Índio; - Nasce Tancredo Neves (político e presidente eleito do Brasil); - Nasce Chico Xavier (médium, escritor e divulgador do espiritismo brasileiro); - Nasce Ranieri Mazzilli (político brasileiro, o qual assumiu a presidência por alguns dias após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e após a deposição de João Goulart, em 1964); - Nasce Madre Teresa de Calcutá (missionária católica, nascida na Macedônia e naturalizada indiana); - Nasce Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (lexicógrafo, filólogo e ensaísta); - Morre Joaquim Nabuco (abolicionista e diplomata brasileiro); - Morrem Mark Twain (escritor americano) e Liev Tolstói (escritor russo).
1911	<ul style="list-style-type: none"> - Passa a colaborar com o <i>Correio de Maceió</i>, sob o pseudônimo Soares Lobato. 		<ul style="list-style-type: none"> - Greves operárias em todo o país pedem melhores salários e redução da jornada de trabalho; - Fundação da Assembleia de Deus, atualmente a maior denominação protestante do Brasil; - Nasce Afrânio Coutinho (educador e escritor brasileiro); - Nasce Marshall McLuhan (filósofo e educador canadense); - Nasce Elizabeth Bishop (poetisa estadunidense).
1912	<ul style="list-style-type: none"> - Ingressa no Colégio Diocesano Pio X, em Maceió (AL); - Ingressa numa sociedade literária 		<ul style="list-style-type: none"> - O transatlântico Titanic afunda em sua viagem inaugural, partindo de Southampton (Inglaterra) com destino a Nova Iorque (Estados Unidos); - Começa a Guerra do Contestado, no Brasil;

	<p>chamada Arcádia;</p> <p>- 10 de agosto: Nasce, na fazenda Auricídia, em Ferradas, distrito de Itabuna (BA), Jorge Leal Amado de Faria.</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Fundada em Curitiba a Universidade do Paraná, atual UFPR, a primeira universidade brasileira; - Fundada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, atual Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; - Ocorre uma greve em São Paulo, que paralisa 10 mil operários; - Nascem Amacio Mazzaropi (ator, produtor e diretor brasileiro de cinema), Adoniran Barbosa (compositor, cantor, humorista e ator brasileiro) e Luiz Gonzaga do Nascimento (compositor e músico brasileiro); - Nasce Albino Luciani, o futuro Papa João Paulo I; - Morre Affonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto (político brasileiro); - Morre Bram Stoker (escritor irlandês).
1913	<ul style="list-style-type: none"> - Voltam a Fortaleza, face à nomeação de seu pai para o cargo de promotor; - O pai de Jorge Amado, João Amado de Faria, é ferido em uma tocaia dentro de sua própria fazenda. 		<ul style="list-style-type: none"> - Termina a construção do Canal do Panamá; - Gandhi é preso ao liderar um protesto de mineiros indianos na África do Sul; - Nascem Albert Camus (escritor e filósofo argelino), Vinicius de Moraes (compositor, diplomata e escritor brasileiro) e Rubem Braga (escritor brasileiro); - Morre Francisco Pereira Passos (prefeito da cidade do Rio de Janeiro); - Morre Manuel Ferraz de Campos Sales (presidente do Brasil entre 1898 e 1902); - Morre Antônio Lemos, construtor da Belém moderna, o “Pereira Passos do Pará”; - Morre Alfred Russel Wallace (naturalista, geógrafo, antropólogo e biólogo galês); - Morre Ferdinand de Saussure (linguista suíço).
1914	<ul style="list-style-type: none"> - Pede demissão da promotoria e vai lecionar Geografia no Liceu de Fortaleza, dedicando-se pessoalmente à educação de Rachel, ensinando-a a ler, cavalgar e a nadar; - Uma epidemia de varíola obriga a família a deixar a fazenda em que residia e mudar-se para Ilhéus. 		<ul style="list-style-type: none"> - Início da Primeira Guerra Mundial; - Wenceslau Brás Pereira Gomes sucede ao Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca na presidência do Brasil, chegando ao poder em meio à grave crise econômica. Governa o país durante o período de 1914 a 1918; - É inaugurado o Canal do Panamá; - Nasce Jean-Pierre Vernant (filósofo, historiador e antropólogo francês); - Nasce Orlando Vilas-Boas (sertanista e indigenista brasileiro); - Nasce Dorival Caymmi (cantor, compositor e pintor brasileiro); - Morrem Augusto dos Anjos (poeta brasileiro) e Silvio Romero (crítico literário, poeta, filósofo, professor e político brasileiro, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras).
1915	<ul style="list-style-type: none"> - Muda-se para o Rio de Janeiro, onde vai ser revisor de três jornais: <i>Correio da Manhã</i>, <i>A Tarde</i> e <i>O Século</i>; - Colabora com o jornal <i>Paraíba do Sul</i>, de Paraíba do Sul (RJ), assinando R.O.; 		<ul style="list-style-type: none"> - Olavo Bilac engaja-se numa campanha cívica pelo serviço militar obrigatório e pela educação primária no Brasil; - Fernando Pessoa “mata” o heterônimo Alberto Caeiro; - Franz Kafka publica <i>A Metamorfose</i>; - Nasce David Rockefeller (banqueiro estadunidense); - Nasce Antônio Houaiss (filólogo brasileiro); - Nasce Augusto Pinochet (ex-ditador chileno);

	<ul style="list-style-type: none"> - Produz vários contos inéditos; - Regressa para Palmeira dos Índios (AL), onde casa-se com Maria Augusta Ramos e abre uma loja de fazendas; - Muda-se para o Recife, onde cursa o Instituto Carneiro Leão e o Ginásio Pernambucano. 		<ul style="list-style-type: none"> - Nasce Frank Sinatra (ator e cantor estadunidense); - Nasce Roland Barthes (escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês); - Morre Frederick Taylor, criador do Taylorismo.
1916	<ul style="list-style-type: none"> - Tem o seu primeiro contato com a obra <i>O Ateneu</i>, de Raul Pompéia, de profunda repercussão em seu espírito. 		<ul style="list-style-type: none"> - Publicação do Código Civil, conhecido hoje como Código Bevilacqua, em virtude do autor do anteprojeto, o jurista Clóvis Bevilacqua. Entrou em vigor um ano depois; - É criada a Liga de Defesa Nacional; - Fundação da Associação Brasileira de Ciências; - Nasce Miguel Arraes (político brasileiro); - Nasce Manoel de Barros (poeta brasileiro); - Morre Afonso Arinos de Melo Franco (jornalista, escritor e jurista brasileiro).
1917	<ul style="list-style-type: none"> - Muda-se para o Rio de Janeiro em companhia dos pais para fugir dos horrores da seca de 1915, no Ceará; - Muda-se, com a família, para Belém (PA); - Muda-se com a família para a Fazenda Taranga, em Itajuípe (BA), onde seu pai volta a trabalhar com o cacau. 		<ul style="list-style-type: none"> - Crises e greves operárias alastram-se pelo país, acontecendo a Greve Geral; - Acontece a Revolução Russa; - Os Estados Unidos declaram guerra à Alemanha; - O Brasil declara estado de guerra contra a Alemanha; - Nasce Jânio Quadros (presidente do Brasil durante o ano de 1961); - Nascem Sidney Sheldon (romancista e roteirista estadunidense) e Arthur C. Clarke, (escritor e inventor inglês); - Nasce Eric John Blair Hobsbawm (historiador inglês); - Nasce Chacrinha (radialista e apresentador de televisão); - Nasce Indira Gandhi (primeira-ministra da Índia); - Morre Oswaldo Cruz (médico e sanitarista brasileiro); - Morre Émile Durkheim (sociólogo francês).
1918	<ul style="list-style-type: none"> - Conhece a arte literária de Machado de Assis a partir de <i>Dom Casmurro</i>; - Publica seu primeiro artigo, tendo como tema Rui Barbosa; - Já alfabetizado por sua mãe, passa a frequentar, em Ilhéus, a escola de D. Guilhermina, a qual não hesitava em usar a palmatória. 		<ul style="list-style-type: none"> - Rússia, Áustria e Alemanha assinam o Tratado de Brest-Litovski, que marca a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial; - A cidade de São Paulo registra uma precipitação de neve, única oficialmente registrada na história; - O czar Nicolau II, da Rússia, é executado por bolcheviques com a sua família; - A Gripe Espanhola assola o mundo, fazendo milhares de vítimas; - Fim da Primeira Guerra Mundial, com a derrota da Tríplice Aliança; - Rodrigues Alves é eleito presidente, mas contrai gripe espanhola antes de assumir o cargo pela segunda vez. O seu vice, Delfim Moreira, assume e governa o país no período de 1918 a 1919; - Monteiro Lobato publica <i>Urupês</i>; - Nasce Nelson Mandela (ex-presidente da África do Sul);

			<ul style="list-style-type: none"> - Nasce Antonio Candido (escritor e crítico literário brasileiro); - Morre Manfred von Richthofen, o Barão Vermelho (famoso piloto alemão da Primeira Guerra Mundial); - Morre Roland Garros (tenista e aviador francês); - Morrem Inglês de Sousa (professor, advogado, jornalista e escritor brasileiro), Guillaume Apollinaire (escritor francês) e Edmond Rostand (poeta e dramaturgo francês).
1919	- Volta para Fortaleza com a família.		<ul style="list-style-type: none"> - Epitácio Pessoa assume a presidência da República, governando o país de 1919 a 1922; - Tropas da União Soviética ocupam a Ucrânia; - Mussolini funda a organização fascista “Fasci italiani di Combattimento” que, mais tarde, daria origem ao Partido Fascista; - Realizada a primeira transmissão de rádio no Brasil, pela Rádio Clube de Pernambuco; - Criada a OIT, Organização Internacional do Trabalho; - Os Estados Unidos invadem a Costa Rica; - Assinado o Tratado de Versalhes, durante a Conferência de Paz de Paris; - Nasce João Goulart (presidente brasileiro no período 1961-1964); - Morrem Theodore Roosevelt (presidente estadunidense) e Francisco de Paula Rodrigues Alves (presidente brasileiro no período 1902-1906).
1920	<ul style="list-style-type: none"> - Torna-se viúvo, com quatro filhos pequenos para cuidar; - Matricula-se na Faculdade de Direito do Recife, ampliando os contatos com o meio literário pernambucano ao tornar-se amigo de José Américo de Almeida, Osório Borba, Luís Delgado, Aníbal Fernandes e outros; - Edita coluna literária no <i>Diário do Estado da Paraíba</i>, com o título <i>Ligeiros Traços</i>. 		<ul style="list-style-type: none"> - Entra em vigor o Tratado de Versalhes para solucionar os problemas surgidos na guerra 1914-1918; - Assinado armistício polaco-russo; - Epitácio Pessoa cria a Universidade do Rio de Janeiro; - Nascem João Cabral de Melo Neto (poeta e diplomata brasileiro), Clarice Lispector (escritora brasileira) e Isaac Asimov (escritor russo-estadunidense); - Nasce Karol Józef Wojtyła, o futuro Papa João Paulo II; - Nascem Florestan Fernandes (sociólogo brasileiro) e Celso Furtado (economista brasileiro); - Morre Max Weber (sociólogo alemão); - Morre Delfim Moreira (presidente do Brasil no período 1918-1919).
1921	<ul style="list-style-type: none"> - Colabora no jornal <i>O Índio</i>, dirigido pelo Pe. Macedo, sob o pseudônimo de J. Calixto; - Matricula-se no Colégio da Imaculada Conceição, dirigido por irmãs de caridade, onde fez o curso normal em regime de internato. 		<ul style="list-style-type: none"> - Nasce Maria Clara Machado (teatrologa brasileira); - Nasce Paulo Freire (pedagogo brasileiro); - Morre Piotr Kropotkin (anarquista russo); - Morre João do Rio (escritor brasileiro); - Morre Isabel do Brasil (princesa imperial do Brasil).

1922	<ul style="list-style-type: none"> - Cria um jornalzinho, <i>A Luneta</i>, que é distribuído entre vizinhos e parentes; - Vai estudar no Colégio Antônio Vieira, de padres jesuítas, em Salvador (BA), em regime de internato. 		<ul style="list-style-type: none"> - O cardeal Achille Ratti se torna o Papa Pio XI, sucedendo o Papa Bento XV; - Ocorre a Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo; - Artur Bernardes torna-se o presidente do Brasil, governando o país no período 1922-1926; - Fundado, em Niterói, o Partido Comunista Brasileiro (PCB); - Levante na Vila Militar, Escola Militar e Forte de Copacabana. Marcha de revoltosos do forte pela praia de Copacabana, em episódio conhecido como “os 18 do Forte”; - Oficializada a letra do Hino Nacional Brasileiro, composta por Osório Duque Estrada; - Fundação da Academia Brasileira de Ciências; - Formação da União Soviética; - Nomeação de Josef Stalin como Secretário-geral do Partido Comunista soviético; - Benito Mussolini assume o poder na Itália; - James Joyce publica <i>Ulisses</i>; - Mário de Andrade publica <i>Paulicéia Desvairada</i>; - Nasce Leonel Brizola (político brasileiro); - Nasce Thomas Kuhn (filósofo estadunidense); - Nasce Darcy Ribeiro (antropólogo brasileiro); - Nasce José Saramago (escritor português).
1923	<ul style="list-style-type: none"> - Entra em contato com Gilberto Freyre, após esse regressar ao Brasil depois de realizar estudos universitários nos Estados Unidos. Esse encontro marcou profundamente o espírito do literato; - Assina os seus primeiros trabalhos no semanário de crítica política e literária <i>Dom Casmurro</i>, fundado por Osório Borba; - Recebe o seu diploma de bacharel em Direito. 	<p>- Publica crônicas no <i>Jornal do Recife</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É fundada a primeira estação de rádio do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Edgar Roquette-Pinto e Henry Morize; - Adolf Hitler lidera um golpe em Munique, contra o governo bávaro. O golpe fracassa e Hitler e seus partidários são presos por traição; - Nascem Millôr Fernandes (desenhista, humorista, dramaturgo, escritor e tradutor brasileiro), Fernando Tavares Sabino (escritor e jornalista brasileiro), Lygia Fagundes Telles (escritora brasileira) e Italo Calvino (escritor italiano); - Morre Rui Barbosa (jornalista, jurista e político brasileiro); - Morre Pancho Villa (revolucionário mexicano); - Morre Hermes Rodrigues da Fonseca (presidente do Brasil no período entre 1910 e 1914).
1924	<ul style="list-style-type: none"> - Casa-se com Filomena Massa (Naná), filha de senador, advindo desse casamento três filhas: Maria Elisabeth, Maria da Glória e Maria Cristina; - Após o término das férias, o 		<ul style="list-style-type: none"> - Publicação do primeiro manifesto do Surrealismo, por André Breton; - eclode a Revolta Paulista, a segunda revolta do Tenentismo; - Luiz Carlos Prestes lidera os levantes tenentistas no Rio Grande do Sul, que dariam origem à Coluna Prestes; - Oswald de Andrade publica <i>Memórias Sentimentais de João Miramar</i>; - Nascem George H. W. Bush (presidente estadunidense entre 1989 e 1993) e Jimmy

	<p>literato foge do colégio, viajando por dois meses até chegar à casa de seu avô paterno, José Amado, em Itaporanga (SE). Seu tio Álvaro, a pedido do seu pai, leva o menino de volta para Itajuípe.</p> <p>- É matriculado no Ginásio Ipiranga, novamente como interno, em Ilhéus (BA), onde conheceu Adonias Filho e passou a dirigir o jornal do grêmio da escola, <i>A Pátria</i>. Pouco tempo depois, fundou <i>A Folha</i>, que fazia oposição ao primeiro.</p>		<p>Carter (presidente estadunidense entre 1977 e 1981);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Morre Franz Kafka (escritor tcheco/alemão); - Morre Vladimir Lênin (revolucionário russo); - Morre Nilo Peçanha (presidente do Brasil no período 1909-1910).
1925	<ul style="list-style-type: none"> - Inicia a escrita de <i>Caetés</i>; - É nomeado promotor público em Manhauçu (MG); - Diplomou-se no curso normal, aos 15 anos de idade; - Retorna à fazenda dos pais em Quixadá (CE), dedicando-se inteiramente à leitura, orientada por sua mãe, sempre atualizada com lançamentos nacionais e estrangeiros, em especial os franceses. O constante ler estimula os primeiros escritos, que não mostra a ninguém. 		<ul style="list-style-type: none"> - É lançada a Revista Internacional do Espiritismo; - É fundada a Biblioteca Mário de Andrade, na cidade de São Paulo; - São lançados os livros <i>O Processo</i> (Franz Kafka), <i>Mein Kampf</i> (Adolf Hitler) e <i>Horizonte Perdido</i> (James Hilton); - Nascem Gilles Deleuze e Ernest Gellner (filósofos franceses); - Nascem Paul Newman (ator estadunidense) e Peter Sellers (ator britânico) - Nascem Rubem Fonseca (escritor e roteirista brasileiro) e Dalton Trevisan (escritor brasileiro); - Nascem BB King (músico estadunidense) e Pedro de Lara (ator e humorista brasileiro); - Nascem Jorge Rafael Videla (militar e presidente da Argentina, de 1976 a 1981) e Margareth Thatcher (política britânica e primeira-ministra de 1979 a 1990); - Morrem William Whitaker (geólogo britânico), Carl Neumann, Feliz Klein e Gottlob Frege (matemáticos alemães), Camille Flammarion (astrônomo francês), Alexander Friedmann (matemático e cosmólogo soviético) e Alfred Perot (físico francês).
1926	<ul style="list-style-type: none"> - Torna-se presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios (AL); - Transferiu-se para Maceió (AL), passando a exercer a função de fiscal de bancos. Conhece e passa a conviver com intelectuais como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de 		<ul style="list-style-type: none"> - Erwin Schrödinger propõe a equação de Schrödinger, que provê a base matemática para o modelo de onda da estrutura atômica; - Nasce a Mercedes-Benz a partir da fusão da Daimler AG e da Benz; - Nascem Paul Berg (químico estadunidense), Clifford Geertz (antropólogo estadunidense), Jean-Pierre Serre (matemático francês), Michel Foucault (filósofo francês) e Nunjo Filkel (neurologista brasileiro); - Nascem Miles Davis (compositor e trompetista estadunidense), Tony Bennett (cantor estadunidense) e Chuck Berry (músico estadunidense); - Nascem Elizabeth II (monarca e chefe de Estado do Reino Unido), Leopoldo

	<p>Holanda, Jorge de Lima, Valdemar Cavalcanti, Aloísio Branco, Carlos Paurflio, dentre outros;</p> <p>- Nasce sua irmã caçula Maria Luiza.</p>		<p>Galtieri (general, ditador e presidente da Argentina de 1981 a 1982), Fidel Castro (presidente do Conselho de Estado da República de Cuba de 1976 a 2008) e Alfredo Oscar Saint-Jean (militar e presidente argentino em 1982);</p> <p>- Morre Claude Monet (pintor francês).</p>
1927	<p>- É eleito prefeito de Palmeira dos Índios (AL);</p> <p>- Principia sua colaboração no jornalismo, com o jornal <i>O Ceará</i>, tornando-se redatora efetiva do mesmo, sob o pseudônimo Rita de Queluz;</p> <p>- Passou a estudar em regime de externato, mudando-se para o Pelourinho, em Salvador (BA);</p> <p>- Conseguiu seu primeiro emprego como repórter policial no <i>Diário da Bahia</i>, e pouco depois vai para o jornal <i>O Imparcial</i>.</p>	<p>- Publica o folhetim <i>História de um nome</i> – sobre as várias encarnações de uma tal Rachel, no jornal <i>O Ceará</i>.</p>	<p>- É realizada a primeira ligação transatlântica de telefone, entre Nova Iorque e Londres, e o primeiro voo transatlântico sem escalas, de Nova Iorque a Paris, por Charles Lindbergh;</p> <p>- O padre católico, astrônomo e físico belga Georges Lemaître lança a <i>Teoria do Big Bang</i> e o físico alemão Werner Heisenberg desenvolve o <i>Princípio da Incerteza de Heisenberg</i>, que, entre outras coisas, explica a mecânica de movimento do elétron ao redor do núcleo;</p> <p>- São fundadas as revistas modernistas <i>Verde</i> (Minas Gerais) e <i>Terra Roxa e Outras Terras</i> (São Paulo);</p> <p>- São lançados os livros <i>Amar, Verbo Intransitivo</i> (Mário de Andrade), <i>Brás, Bexiga e Barra Funda</i> (Antônio de Alcântara Machado), <i>Histórias de Sherlock Holmes</i> (Arthur Conan Doyle), <i>Poemas, um Tostão Cada</i> (James Joyce) e <i>Ser e Tempo</i> (Martin Heidegger);</p> <p>- Stálin expulsou Trótski do Partido Comunista Soviético;</p> <p>- A empresa aérea brasileira Varig é fundada na cidade de Rio Grande (RS);</p> <p>- É criado o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e a Universidade Federal de Minas Gerais;</p> <p>- A Bell Telephone Co. transmite uma imagem de Hoover, então secretário de comércio norte-americano, tornando-se a primeira transmissão televisiva de longa distância bem-sucedida;</p> <p>- Nasce Marvin Harris (antropólogo estadunidense);</p> <p>- Nascem Gabriel García Marques (escritor, jornalista, editor e ativista político colombiano) e Júlio de Mesquita (jornalista brasileiro);</p> <p>- Nascem Antônio Carlos Jobim (músico brasileiro) e Bezerra da Silva (sambista brasileiro);</p> <p>- Nascem Raul Afonsín (advogado, político e presidente argentino de 1983 a 1989) e Antônio Carlos Magalhães (político brasileiro);</p> <p>- Nasce Joseph Alois Ratzinger (desde 2005, Papa Bento XVI);</p> <p>- Morrem Svante Arrhenius (químico sueco) e Benedito Calixto (pintor, desenhista, professor, historiador e astrônomo amador brasileiro).</p>
1928	<p>- Toma posse do cargo de prefeito;</p> <p>- Casa-se com Heloísa de Medeiros, em Maceió (AL);</p> <p>- Conclui a obra <i>Caetés</i>;</p>		<p>- O presidente brasileiro Washington Luís cria a Polícia das Estradas, hoje Polícia Rodoviária Federal;</p> <p>- Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Raul Bopp lançam o <i>Movimento Antropofágico</i>, que tem como porta-voz a <i>Revista Antropofagia</i>, fundada neste ano;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Funda com amigos a Academia dos Rebeldes, sendo o grupo liderado pelo jornalista e poeta Pinheiro Viegas, e dele faziam parte Sosígenes Costa, Alves Ribeiro, Guilherme Dias Gomes, João Cordeiro, o etnólogo Edison Carneiro, entre outros; - Conhece o pai-de-santo Procópio, que o nomeará ogã (protetor) de Oxóssi, o primeiro de seus muitos títulos no candomblé. 		<ul style="list-style-type: none"> - Tarsila do Amaral pinta <i>Abaporu</i>; - José Américo de Almeida lança <i>A Bagaceira</i>, obra inaugural do Romance Regionalista do Modernismo brasileiro; - Mário de Andrade lança <i>Macunaíma</i>; - Alexander Fleming descobre a penicilina; - O general nicaraguense Augusto César Sandino empreende uma ofensiva contra as tropas estadunidenses que ocupam a Nicarágua; - Chegam os primeiros filmes sonoros nos Estados Unidos; - Walt Disney e Ub Iwerks lançam <i>Steamboat Willie</i>, primeira animação sonora em que aparece o personagem Mickey Mouse; - Nascem John Forbes Nash (matemático estadunidense), Noam Chomsky (linguista e cientista político estadunidense) e Che Guevara (médico e guerrilheiro argentino); - Nasce Andy Warhol (pintor estadunidense); - Morre Hendrik Lorentz (físico holandês); - Morre Francisco de Paulo Ramos de Azevedo (arquiteto brasileiro); - Morre Álvaro Obregón (presidente mexicana de 1920 a 1924).
1929	<ul style="list-style-type: none"> - Escreve o seu primeiro relatório enquanto prefeito para o Governador do Estado de Alagoas; - Concluiu <i>Menino de Engenho</i>, que seria publicado somente três anos depois; - Começa a trabalhar em <i>O Jornal</i>, onde publica a novela <i>Lenita</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica a novela <i>Lenita</i> sob o pseudônimo Y. Karl, escrita em parceria com Dias da Costa e Edison Carneiro, que assinavam como Glauter Duval e Juan Pablo 	<ul style="list-style-type: none"> - É fundado o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque; - Edwin Hubble lança a <i>Lei de Hubble-Humason</i> da expansão do Universo; - São atribuídos, pela primeira vez, os prêmios Oscar de cinematografia; - Foi assinado o Tratado de Latrão, entre Itália e Vaticano; - Acontece o Crack da Bolsa de Valores de Nova Iorque, dando início à Grande Depressão; - Nascem Agnes Heller (socióloga húngara), Jürgen Habermas (sociólogo e filósofo alemão), Jean Baudrillard (sociólogo e filósofo francês) e Newton da Costa (matemático brasileiro); - Nascem Roberto Gómez Bolaños (escritor, ator, comediante dramaturgo e compositor mexicano) e Milan Kundera (escritor tchecoslovaco); - Nascem Martin Luther King Jr. (líder de direitos civis estadunidense) e o egípcio Yasser Arafat (líder palestino); - Morre Karl Benz (engenheiro alemão).
1930	<ul style="list-style-type: none"> - Escreve o segundo relatório enquanto prefeito de Palmeira dos Índios para o Governador do Estado do Alagoas; - Renuncia ao cargo de prefeito, sendo nomeado Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas; - Muda-se para Maceió (AL); 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica, em Fortaleza, o romance <i>O Quinze</i>, ganhador do Prêmio da Fundação Graça Aranha, no ano seguinte; - <i>Lenita</i> é editada em livro por A. Coelho Branco Filho, do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da <i>Panair do Brasil</i>, uma das companhias aéreas pioneiras do país; - É realizada a primeira Copa do Mundo de futebol; - É realizada a primeira viagem aérea transatlântica; - O presidente brasileiro Washington Luís (governante do país entre 1926 e 1930) é deposto em outubro, na Revolução de 1930; - É criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; - Nasce Jose Sarney (político brasileiro e presidente do Brasil no período entre 1985 e 1990); - Nasce Pierre Bourdieu (sociólogo francês);

	<ul style="list-style-type: none"> - Passa a colaborar em diversos jornais, assinando-se como Lúcio Guedes em diversos deles; - Entra no cenário literário brasileiro com o romance <i>O Quinze</i>, atingindo inesperada e funda repercussão no Rio e em São Paulo. A primeira edição é lançada com mil exemplares, sendo publicada por conta e risco da autora; - Transfere-se para o Rio de Janeiro para estudar, onde conhece Vinícius de Moraes, Otávio de Faria, entre outros. 		<ul style="list-style-type: none"> - Nasce Ruth Cardoso (antropóloga, empreendedora social e ex-primeira dama do Brasil, no período entre 1995 e 2002); - Nasce Hilda Hilst (poeta, escritora e dramaturga brasileira); - Morrem Arthur Conan Doyle (escritor inglês) e Florbela Espanca (poetisa portuguesa); - Morre João Pessoa (político brasileiro).
1931	<ul style="list-style-type: none"> - Demite-se do cargo de Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas; - Conhece os integrantes do Partido Comunista Brasileiro, ajudando a fundar, quando da sua volta a Fortaleza, o Partido Comunista Cearense; - Aprovado na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - O romance <i>O país do carnaval</i> é publicado, em sua primeira edição, com prefácio de Augusto Frederico Schmidt, e com tiragem de mil exemplares. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Império do Japão invade a Manchúria após o Incidente de Mukden; - França e União Soviética assinam um tratado de neutralidade; - É inaugurada a Estátua do Cristo Redentor, na cidade do Rio de Janeiro; - Nascem Mikhail Gorbachev (político e presidente soviético), Raul Castro (presidente do Conselho de Estado da República de Cuba desde 2008), Fernando Henrique Cardoso (político e presidente brasileiro), Paulo Maluf (político brasileiro) e José Alencar (empresário e político brasileiro); - Morre Thomas Edison (inventor estadunidense); - Morre Khalil Gilbran (ensaísta, filósofo, prosador, poeta e conferencista libanês); - Morre Alfredo Luís Campos (professor, escritor e jornalista português).
1932	<ul style="list-style-type: none"> - Regressa a Palmeira dos Índios (AL); - Funda uma escola na sacristia da Igreja Matriz, onde escreve os primeiros capítulos de <i>São Bernardo</i>; - Casa-se com o poeta bissexto (esporádico) José Auto da Cruz Oliveira; - É fichada como “agitadora comunista” pela polícia política de Pernambuco; - Com a censura do Partido 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Menino de Engenho</i>, no Rio de Janeiro, sob os cuidados do editor Adersen, recebendo o prêmio da Fundação Graça Aranha. A primeira edição, de dois mil exemplares, é financiada pelo próprio autor; - Publica o romance <i>João Miguel</i>, aos cuidados de Schmidt Editor, no Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - eclode a Revolução Constitucionalista em São Paulo, contra o governo de Getúlio Vargas; - O candidato democrata Franklin Delano Roosevelt foi eleito presidente dos EUA; - Nascem Donald Rumsfeld (político estadunidense) e Jacques Chirac (primeiro-ministro francês nos períodos 1974-76 e 1986-88 e presidente da França de 1995 a 2002); - Morrem Cristóvão Buarque de Hollanda (farmacêutico brasileiro) e Alberto Santos Dumont (inventor brasileiro); - Morre D. Manuel II (último rei de Portugal).

	<p>Comunista à publicação de João Miguel, ela responde que não via autoridade no partido para censurar a obra e rompe com o mesmo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muda-se para São Paulo, onde se aproxima do grupo trotskista; - Muda-se para um apartamento em Ipanema, com o poeta Raul Bopp; - Conhece José Américo de Almeida, Amando Fontes, Rachel de Queiroz (por meio de quem se aproxima dos comunistas) e Gilberto Freyre; - Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); - Viaja para Piragi (BA), onde se impressiona com a vida dos trabalhadores e começa a escrever <i>Cacau</i>. 		
1933	<ul style="list-style-type: none"> - É nomeado Diretor da Instrução Pública de Alagoas; - Inicia a escrita de <i>Angústia</i>; - Nasce, em Fortaleza, a sua filha Clotilde; - Viaja para Maceió, onde conhece e estabelece uma profunda amizade com Graciliano Ramos; - Conhece José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Holanda e Jorge de Lima; - Torna-se redator-chefe da revista <i>Rio Magazine</i>; - Casa-se com Matilde Garcia Rosa, em Estância (SE), com a qual lança, pela Schmidt, o livro infantil <i>Descoberta do mundo</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Caetés</i>; - Publica o romance <i>Doidinho</i>, no Rio de Janeiro, a partir da editora Ariel; - Publica <i>Cacau</i>, pela Ariel Editora, do Rio de Janeiro, tendo a primeira edição uma tiragem de dois mil exemplares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Adolf Hitler é nomeado chanceler alemão e, após o incêndio no Reichstag (parlamento alemão), uma série de eventos é desencadeada, culminando na ascensão de Hitler como líder supremo do país; - O presidente Franklin Roosevelt dá início ao New Deal; - Tarsila do Amaral pinta a obra <i>Operários</i>, dando início à pintura social brasileira; - É fundada a Escola Paulista de Medicina na cidade de São Paulo, atualmente UNIFESP; - É fundada a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás; - Morrem Calvin Coolidge (presidente estadunidense de 1923 a 1929) e Paulo de Frontin (político e engenheiro brasileiro).
1934	<ul style="list-style-type: none"> - Falece seu pai, em Palmeira dos Índios; 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>São Bernardo</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> - É criada a Universidade de São Paulo; - É realizada a segunda Copa do Mundo de futebol;

	<ul style="list-style-type: none"> - Firma parceria com a Livraria José Olympio Editora, publicando, a partir de então, suas obras sob essa chancela; - Trabalha na Livraria José Olympio Editora, primeiro escrevendo <i>releases</i> e depois na parte editorial propriamente dita, influenciando na publicação de autores nacionais e latino-americanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Bangüê</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica <i>Suor</i>, pela Ariel Editora, do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nascem Yuri Gagarin (cosmonauta soviético) e Carl Sagan (astrônomo e biólogo estadunidense); - Nascem Luiza Erundina (política brasileira) e Zilda Arns (pediatra e sanitarista, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança); - Morrem Lev Vygotsky (psicólogo soviético), Marie Curie (cientista russa e francesa) e Carlos Chagas (cientista brasileiro); - Morrem Coelho Neto (escritor e político brasileiro) e Humberto de Campos (escritor brasileiro); - Morrem Paul von Hindenburg (militar e presidente alemão de 1925 a 1934) e Raymond Poincaré (presidente da França de 1913 a 1920 e primeiro-ministro nos períodos 1912-3, 1922-4, 1926-9).
1935	<ul style="list-style-type: none"> - Foi nomeado fiscal do imposto de consumo, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde vai residir até a sua morte; - Passa a colaborar nos jornais dos <i>Diários Associados</i>, em <i>O Globo</i> e no <i>Jornal dos Sports</i>; - Exerce cargos de direção no Clube de Regatas do Flamengo, na Confederação Brasileira de Desportos e no Conselho Nacional de Desportos; - Muda-se para Maceió, onde faz amizade com Jorge de Lima, Graciliano Ramos e José Lins do Rego. Aproxima-se também do jornalista Arnon de Mello, pai do futuro presidente Fernando Collor; - Sua filha morre aos 18 meses, vítima de septicemia; - Nasce sua filha, Eulália Dalila Amado; - Escreve em <i>A Manhã</i>, jornal da Aliança Nacional Libertadora, pelo qual cobre a viagem do presidente Getúlio Vargas ao Uruguai e à Argentina; - Conclui o curso de Direito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>O Moleque Ricardo</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica <i>Jubiabá</i>, pela José Olympio Editora. 	<ul style="list-style-type: none"> - O tribunal de Nuremberg cassa a cidadania alemã dos judeus e proíbe o casamento entre alemães e judeus; - A Islândia tornou-se o primeiro país a legalizar o aborto; - Nasce Maurício de Sousa (desenhista brasileiro); - Nasce Plínio Marcos (escritor, dramaturgo, ator, diretor e jornalista brasileiro); - Nasce Edward Said (crítico literário e ativista palestino); - Nascem Elvis Presley (músico e ator estadunidense) e Jerry Lee Lewis (cantor, compositor e pianista estadunidense); - Morrem George William Russel (escritor irlandês) e Fernando Pessoa (poeta português); - Morre Chiquinha Gonzaga (compositora brasileira).

1936	<ul style="list-style-type: none"> - É preso, sem processo formalizado, em Maceió (AL), seguindo para Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). No período que esteve no Rio, até janeiro de 1937, passou pelo Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, pela Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande), voltou à Casa de Detenção e, por fim, pela Sala da Capela de Correção; - É demitido do cargo de Diretor de Instrução Pública de Alagoas; - É preso no Rio de Janeiro, pela primeira vez, por motivos políticos, sendo acusado de participar dos episódios ocorridos em novembro do ano anterior, em Natal (RN), integrante da Intentona Comunista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o livro <i>Angústia</i>, com o qual ganha o Prêmio Lima Barreto, conferido pela <i>Revista Acadêmica</i>; - Publica o romance <i>Usina</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica o livro infantil <i>Histórias da Velha Totônia</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro; - Publica <i>Mar Morto</i>, que recebe o Prêmio Graça Aranha da Academia Brasileira de Letras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção do Obelisco de Buenos Aires, projetado pelo arquiteto Alberto Prebisch; - É realizado o primeiro voo do dirigível Hindenburg, na Alemanha; - Sérgio Buarque de Holanda publica <i>Raízes do Brasil</i>; - Violando os tratados de Locarno e de Versalhes, a Alemanha reocupa a Renânia; - Adolf Hitler assina aliança com o ditador italiano Benito Mussolini; - O Pacto Anti-Komintern é assinado pela Alemanha e o Japão, acordo que tinha como objetivo a oposição ao desenvolvimento do comunismo; - O rei Eduardo VIII, do Reino Unido, abdica em favor do irmão Jorge VI; - Nasce Frederik Willem de Klerk (presidente de Estado da África do Sul, de 1989 a 1994); - Nasce Roberto DaMatta (antropólogo e sociólogo brasileiro); - Nascem Adelaide Carraro (escritora brasileira), Luís Fernando Veríssimo (escritor brasileiro) e Alfredo Bosi (professor, crítico, historiador da literatura brasileira e acadêmico da Academia Brasileira de Letras); - Morre Modesto Brocos (pintor, desenhista e gravador espanhol); - Morre Jorge V (rei do Reino Unido, de 1910 a 1936); - Morre Rudyard Kipling (escritor inglês).
1937	<ul style="list-style-type: none"> - É libertado da prisão; - Obtém o prêmio de literatura infantil do Ministério da Educação com <i>A Terra dos Meninos Pelados</i>; - A Revista Acadêmica dedica-lhe uma edição especial (n.26) com treze artigos e retratos de Portinari e Adami; - Com o Estado Novo, os seus livros são queimados em Salvador, juntamente com os de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, sob a argumentação de que eram subversivos; - Permanece detida, por três meses, na sala de cinema do quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza; - Faz papel de pescador no filme 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Pureza</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica o romance <i>Caminho de Pedras</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro; - Publica, enquanto está no exterior, o romance <i>Capitães de Areia</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pablo Picasso pinta <i>Guernica</i>; - São fundados o <i>National Gallery of Art</i>, em Washington D.C., e o <i>Museu de Belas Artes</i>, no Rio de Janeiro; - Transferência da capital do Estado de Goiás, da cidade de Goiás para Goiânia; - Tem início a Segunda Guerra Sino-Japonesa; - Getúlio Vargas proclama o Estado Novo, fechando o Congresso Nacional e outorgando a nova Constituição brasileira; - Ocorre o incêndio do Dirigível Hindenburg; - Nasce Jared Diamond (biólogo evolucionista, fisiologista, biogeógrafo e escritor estadunidense); - Nasce Moacyr Scliar (médico e escritor brasileiro); - Nasce Ary Toledo (humorista brasileiro); - Nascem Saddam Hussein (político e estadista iraquiano), Fernando de la Rúa (presidente argentino de 1999 a 2001) e Carlos Lamarca (militar e guerrilheiro brasileiro); - Nasce Celso Antunes (educador brasileiro); - Morre Ernest Rutherford (físico e químico neozelandês); - Morrem Noel Rosa (compositor brasileiro), George Gershwin (compositor estadunidense) e Maurice Ravel (compositor francês);

	<p><i>Itapuã</i>, de Ruy Santos, no qual também colabora com o argumento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Viaja pela América Latina e Estados Unidos, e quando regressa, em Belém, é avisado do golpe de Vargas, tentando fugir para Manaus, onde é preso. Seus livros, considerados subversivos, são queimados em Salvador por determinação da Sexta Região Militar. 		<ul style="list-style-type: none"> - Morrem Francesco Matarazzo (industrial italiano) e John Davis Rockefeller (empresário estadunidense).
1938	<ul style="list-style-type: none"> - É liberto e mandado para o Rio de Janeiro; - Muda-se para São Paulo, onde reside com Rubem Braga. Depois vai para a Bahia e, em seguida, para Sergipe, onde imprime uma pequena edição do livro de poemas <i>A Estrada do Mar</i>, que distribui para os amigos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o livro <i>Vidas Secas</i>; - Publica o romance <i>Pedra Bonita</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica o livro de poesias <i>A Estrada do Mar</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Começa a ser fabricado o Volkswagen Fusca, na Alemanha Ocidental; - É fundada a Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo; - Getúlio Vargas cria o programa oficial de rádio <i>A Voz do Brasil</i>; - Tropas nazistas anexam a Áustria ao Terceiro Reich; - Ocorre um ataque integralista ao Palácio Guanabara; - Nasce Jean-Michel Costeau (oceanógrafo e ambientalista francês); - Nasce Lya Luft (escritora brasileira); - Nascem Rei D. Juan Carlos (rei da Espanha desde 1975) e Enéas Carneiro (político brasileiro); - Morrem Edmund Husserl (matemático e filósofo alemão) e Hans Christian Gram (bacteriologista dinamarquês); - Morrem Virgulino Ferreira da Silva, o cangaceiro Lampião, e sua esposa Maria Bonita.
1939	<ul style="list-style-type: none"> - É nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário no Rio de Janeiro; - <i>Separa-se do seu marido e muda-se para o Rio de Janeiro</i>; - Retorna ao Rio de Janeiro, onde exerce intensa atividade política, em decorrência da tortura de presos e a desarticulação do Partido Comunista; - Torna-se redator-chefe das revistas <i>Dom Casmurro</i> e <i>Diretrizes</i>, além de iniciar 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Riacho Doce</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica o romance <i>As Três Marias</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro, ganhador do Prêmio da Sociedade Felipe d’Oliveira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tem início a Segunda Guerra Mundial, iniciada, em sua frente europeia, pela invasão da Polônia pela Alemanha Nazista; - França e Grã-Bretanha reconhecem o governo de Francisco Franco na Espanha, que, ao conquistar Madrid, põe fim à Guerra Civil Espanhola; - É descoberto o primeiro poço de petróleo do Brasil, no Estado da Bahia; - John Steinbeck publica <i>As Vinhas da Ira</i>; - O cardeal Eugenio Pacelli é eleito como Papa Pio XII; - Nascem Fritjot Capra (físico teórico e escritor austríaco) e Carlo Ginzburg (historiador italiano); - Morre Sigmund Freud (psiquiatra e neurologista austríaco).

	<p>colaboração com a revista <i>Vamos ler</i>, a qual manterá até 1941;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compõe, com Dorival Caymmi e Carlos Lacerda, a serenata <i>Beijos pela noite</i>. 		
1940	<ul style="list-style-type: none"> - Frequenta assiduamente a sede da revista <i>Diretrizes</i>, junto de Álvaro Moreira, Joel Silveira, José Lins do Rego, entre outros; - Conhece o médico Oyama de Macedo, com quem passa a viver. O casamento duraria até a morte do marido, em 1982; - Com a morte de Trotski a mando de Stalin, afasta-se da esquerda; - A revista <i>Diretrizes</i> publica o primeiro capítulo de <i>ABC de Castro Alves</i>, além de editar, em forma de folhetim, a novela <i>Brandão entre o Mar e o Amor</i>, iniciada por Jorge Amado e continuada por José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz. Essa novela seria publicada dois anos depois; - Trabalha no jornal <i>Meio-dia</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Traduz o livro <i>Memórias de um Negro</i>, do norte-americano Booker Washington; - Publica uma série de crônicas sob o título <i>Quadros e Costumes do Nordeste</i>, na revista <i>Política</i>, do Rio de Janeiro; - Traduz o livro <i>A Vida de Eleonora Duse</i>, de E. A. Rheinhardt, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação do <i>Museu Imperial</i>, em Petrópolis (RJ); - É inaugurado o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, em São Paulo; - É aberto o campo de concentração <i>Auschwitz I</i>, na Polônia; - Alemanha, Itália e Japão assinam o Pacto Tripartite, formalizando a aliança conhecida como Eixo; - Nascem Cacá Diegues (cineasta brasileiro) e Arnaldo Jabor (cineasta e escritor brasileiro); - Nasce Edson Arantes do Nascimento, o Pelé (futebolista brasileiro); - Nascem Ringo Starr e John Lennon (músicos ingleses); - Nasce Michel Temer (político e vice-presidente brasileiro desde 2011); - Morre F. Scott Fitzgerald (escritor estadunidense); - Morre Corisco, o último líder do cangaço; - Morre Leon Trotski (intelectual marxista); - Morre Walter Benjamin (filósofo alemão).
1941	<ul style="list-style-type: none"> - Pensando em uma possível campanha para a sua anistia, viaja para o Uruguai e para a Argentina para recolher material a fim de escrever um livro sobre Luís Carlos Prestes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Água-Mãe</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro, recebendo o Prêmio Felipe d'Oliveira; - Publica <i>ABC de Castro Alves</i>, pela Livraria Martins Editora, de São Paulo. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Japão ataca a base naval americana de Pearl Harbor, no Havaí, causando a definitiva entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial; - Nascem Olívio Dutra (político brasileiro) e Slobodan Milosevic (presidente da atual Sérvia de 1989 a 2000); - Nasce Baden-Powell (militar inglês e fundador do Escotismo); - Nasce Oscar Araripe (escritor e pintor brasileiro); - Nascem Richard Dawkins (biólogo britânico) e Marilena Chauí (filósofa e educadora brasileira); - Morrem Jacques Curie (físico francês), James Frazer (antropólogo britânico) e Charles Émile Picard (matemático francês); - Morre James Joyce (escritor irlandês); - Morre Virginia Woolf (escritora inglesa).

1942	<p>- É comemorado o seu 50º aniversário com um jantar no Lido, onde recebe o Prêmio Felipe de Oliveira pelo conjunto de sua obra;</p> <p>- É preso, ao voltar da Argentina, quando desembarca em Porto Alegre. É enviado para o Rio de Janeiro, e de lá é despachado para Salvador, onde permanece confinado.</p>	<p>- Publica a novela <i>Brandão entre o Mar e o Amor</i>, em colaboração com Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e Aníbal Machado, sendo a sua parte intitulada <i>Mário</i>;</p> <p>- Publica o livro de crônicas <i>Gordos e Magros</i>, pela Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica, em Buenos Aires, <i>A vida de Luís Carlos Prestes</i>, sendo este livro vendido clandestinamente no Brasil, apesar de ser editado em espanhol.</p>	<p>- O Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália, frente aos seguidos ataques de submarinos alemães e italianos aos navios brasileiros;</p> <p>- É criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial;</p> <p>- Nasce Stephen Hawking (físico britânico);</p> <p>- Nascem Paulo Henrique Amorim (jornalista brasileiro), Maria Adelaide Amaral (dramaturga brasileira) e Isabel Allende (escritora chilena);</p> <p>- Nascem Gilberto Gil (cantor e político brasileiro), Caetano Veloso (cantor e compositor brasileiro), Jimi Hendrix (músico estadunidense) e Paul McCartney (cantor e compositor inglês);</p> <p>- Nascem Kim-Jong Il (líder da Coreia do Norte desde 1994), José Serra (político brasileiro), Jacob Zuma (presidente da África do Sul desde 2009) e Hu Jintao (presidente da República Popular da China desde 2003);</p> <p>- Morrem Bronislaw Malinowski (antropólogo polonês) e Franz Boas (antropólogo alemão);</p> <p>- Morrem Epitácio Pessoa (presidente do Brasil de 1919 a 1922) e Olga Benário Prestes (militante comunista alemã, que viveu no Brasil entre 1935 e 1936).</p>
1943	<p>- Falece sua mãe, em Palmeira dos Índios;</p> <p>- Visita a Argentina e o Uruguai, em missão oficial, pronunciando nesses países várias conferências sobre literatura brasileira;</p> <p>- Volta a trabalhar em <i>O Imparcial</i>, assinando a seção <i>Hora da guerra</i>, e escrevendo pequenas histórias na coluna <i>José, o ingênuo</i>, que reveza com o escritor baiano Wilson Lins.</p>	<p>- É publicada a <i>Homenagem a Graciliano Ramos</i>, com os discursos e artigos publicados por ocasião do seu cinquentenário;</p> <p>- Publica o romance <i>Fogo Morto</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica a conferência <i>Pedro Américo</i>, pela Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica <i>Terras do sem-fim</i>, seu primeiro livro a ser vendido livremente após seis anos de censura.</p>	<p>- O Brasil declara a sua adesão à Organização das Nações Unidas e à Carta do Atlântico;</p> <p>- Os presidentes Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e Getúlio Vargas, do Brasil, se encontram na cidade de Natal (RN). Tratam, entre outras coisas, do envio de tropas brasileiras para combater na Europa, na II Guerra Mundial. Posteriormente, o presidente Vargas aprova o envio de tropas, dando início à Força Expedicionária Brasileira;</p> <p>- Termina a Batalha de Stalingrado (Rússia), a qual marca a reviravolta em favor dos Aliados, na frente leste do conflito europeu;</p> <p>- Antoine de Saint-Exupéry lança <i>O Pequeno Príncipe</i>.</p>
1944	<p>- Deixa de colaborar com os jornais <i>Correio da Manhã</i>, <i>O Jornal</i> e <i>Diário da Tarde</i>, passando a ser cronista exclusiva da revista <i>O Cruzeiro</i>, onde permaneceria até 1975;</p> <p>- Escreve a peça teatral <i>O amor de Castro Alves</i>, a pedido de Bibi Ferreira, mas a companhia da atriz</p>	<p>- Publica o livro <i>Histórias de Alexandre</i>;</p> <p>- Publica o romance <i>São Jorge dos Ilhéus</i>.</p>	<p>- Forças Aliadas desembarcam nas praias da Normandia, na França, no Dia D (6 de junho);</p> <p>- As tropas aliadas retomam Paris, que havia sido conquistada pelas Forças do Eixo;</p> <p>- O <i>Metropolitan Opera House</i>, em Nova Iorque, apresentou o primeiro concerto de jazz, sendo Louis Armstrong um de seus performistas;</p> <p>- Nascem Chico Buarque (escritor, músico, cantor e compositor brasileiro), Paulo Leminski (poeta e escritor) e Chico Mendes (seringueiro e ambientalista brasileiro);</p> <p>- Morrem Edvard Munch (pintor norueguês) e Wassily Kandinsky (pintor soviético);</p> <p>- Morre Clóvis Bevilacqua (jurista brasileiro);</p>

	<p>é desfeita antes da encenação; - Desquita-se de Matilde.</p>		<p>- Morrem Antoine de Saint-Exupéry (piloto de guerra e escritor francês) e Erwin Rommel (marechal alemão).</p>
1945	<p>- Ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB); - Antônio Candido publica uma série de 5 artigos sobre a obra de Graciliano no jornal <i>Diário de São Paulo</i>, que o autor responde por carta. Esse material transformou-se no livro <i>Ficção e Confissão</i>; - Estabelece residência na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro; - Participa, em São Paulo, do I Congresso de Escritores como chefe da delegação baiana. O encontro termina com uma manifestação contra o Estado Novo; - É preso por um breve período, junto com Caio Prado Jr.; - Passa a viver em São Paulo, onde chefia a redação do jornal <i>Hoje</i>, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Também colabora na <i>Folha da Manhã</i>; - Torna-se secretário do Instituto Cultural Brasil-URSS, cujo diretor era Monteiro Lobato; - Participa, ao lado do poeta chileno Pablo Neruda, do comício de Luís Carlos Prestes, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo; - É eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro; - Passa a viver com Zélia Gattai.</p>	<p>- Publica o livro <i>Infância</i>; - Publica o livro de contos <i>Dois Dedos</i>, pela edição M.M. de luxo; - Publica o livro de crônicas <i>Poesia e Vida</i>, pela Editora Universal, no Rio de Janeiro; - É publicado, no Brasil, o livro <i>A vida de Luís Carlos Prestes</i>, rebatizado de <i>O cavaleiro da esperança</i>; - Publica <i>Bahia de Todos os Santos</i>; - Publica o conto <i>História de carnaval</i>, na revista <i>O Cruzeiro</i>.</p>	<p>- Fundação oficial da Organização das Nações Unidas, em São Francisco (EUA); - Fundação da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura; - Fundação do Tribunal Internacional de Justiça, em Haia (nos Países Baixos); - A Alemanha se rende aos Aliados, encerrando a sua participação na guerra; - Os Estados Unidos lançam duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki; - Fim da Segunda Guerra Mundial; - Realização, no Brasil, de eleições para presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados; - Nascem James Clifford (antropólogo estadunidense) e Gilberto Velho (antropólogo brasileiro); - Nascem Bob Marley (músico jamaicano), Elis Regina e Gal Costa (cantoras brasileiras) e Raul Seixas (cantor e compositor brasileiro); - Nascem Marta Suplicy (sexóloga e política brasileira), João Capiberibe, José Agripino Maia e César Maia (políticos brasileiros) e Luís Inácio Lula da Silva (político e presidente do Brasil de 2003 a 2010); - Nasce Edir Macedo (empresário e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus); - Morre Mário de Andrade (escritor, crítico de arte, musicólogo, professor e ensaísta brasileiro); - Morre Hans Geiger (físico alemão); - Morrem José Maria Moncada (presidente da Nicarágua de 1929 a 1933), Franklin Delano Roosevelt (presidente dos Estados Unidos de 1933 a 1945), Benito Mussolini (jornalista, político e ditador italiano), Joseph Goebbels (ministro da propaganda no regime nazi), Heinrich Himmler (oficial alemão e comandante da SS durante a II Guerra Mundial), Adolf Hitler (ditador austríaco, comandante da Alemanha na II Guerra Mundial) e Eva Braun (amante e esposa de Adolf Hitler).</p>
1946	<p>- A obra <i>São Bernardo</i> é radiofonizada pela Rádio Globo, do Rio de Janeiro, e pela Rádio Jornal do Comércio, de Recife;</p>	<p>- Traduz o romance <i>A Peste</i>, de Albert Camus; - Publica <i>Histórias incompletas</i>, que reúne os contos de <i>Dois</i></p>	<p>- É realizado o primeiro Festival de Cinema de Cannes; - Lançamento do ENIAC (<i>Electrical Numerical Integrator and Computer</i>), o primeiro computador digital eletrônico; - O general Eurico Gaspar Dutra toma posse como presidente do Brasil, substituindo</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Comparece ao 3º Congresso de Escritores, em Salvador; - Assume o mandato na Assembleia Constituinte e passa a residir no Rio de Janeiro. Consegue aprovar várias de suas emendas, como a da liberdade de culto religioso e a que dispõe sobre direitos autorais. 	<ul style="list-style-type: none"> <i>dedos, o conto inédito Luciana, três capítulos de Vidas secas e quatro capítulos de Infância;</i> - Publica as suas <i>Conferências no Prata (Tendências do Romance Brasileiro, Raul Pompéia, Machado de Assis)</i>, pela Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro; - Publica <i>Seara Vermelha</i>, pela Editora Martins, de São Paulo; - Publica <i>Homens e coisas do Partido Comunista</i>, pela Edições Horizonte, do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> José Linhares; - O Tribunal de Nuremberg condena 22 líderes nazistas por crimes de guerra; - Nasce Rubens Jardim (jornalista e poeta brasileiro); - Nascem Héctor Babenco (cineasta argentino e brasileiro) e Steven Spielberg (realizador e produtor estadunidense); - Nascem George W. Bush (político e presidente dos Estados Unidos de 2001 a 2009), Bill Clinton (político e presidente dos Estados Unidos de 1993 a 2001) e Celso Pitta (político brasileiro); - Morre John Maynard Keynes (economista britânico) e Júlio Prestes (político brasileiro); - Morrem Catulo da Paixão Cearense (compositor, músico e escritor brasileiro) e H. G. Wells (escritor inglês).
1947	<ul style="list-style-type: none"> - A Atlântida compra os direitos para a produção cinematográfica de <i>Terras do sem-fim</i>; - Escreve os diálogos do filme <i>O cavalo número 13</i>, uma produção de Fernando de Barros; - Escreve o argumento do filme <i>Estrela da manhã</i>, filme que seria dirigido por Mário Peixoto, mas que fora substituído; - Nasce, no Rio de Janeiro, o seu filho João Jorge. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica os contos de <i>Insônia</i>; - Publica o romance <i>Eurídice</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro, recebendo o Prêmio Fábio Prado; - Publica <i>O amor de Castro Alves</i>, pela Editora do Povo, do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação do Museu de Arte de São Paulo (MASP); - Criação da câmera <i>Polaroid</i>; - A Índia ganha independência do Império Britânico, e o Paquistão se separa da Índia; - O Fundo Monetário Internacional inicia as suas operações; - O presidente estadunidense Henry Truman anuncia a Doutrina Truman e é iniciada a Guerra Fria; - Incidente em Roswell, no Estado do Novo México (EUA), com um suposto OVNI; - Nascem Dilma Rousseff (política e presidente do Brasil desde 2011) e Espiridião Amin Helou Filho (político brasileiro); - Nasce Olavo de Carvalho (filósofo, livre-pensador e jornalista brasileiro); - Nascem Elton John (cantor inglês) e Rita Lee (cantora e guitarrista brasileira); - Morrem Afrânio Peixoto (médico, político e escritor brasileiro) e Vitor Emanuel III (rei da Itália de 1900 a 1946); - Morrem Al Capone (gangster estadunidense) e Henry Ford (industrial estadunidense) - Morrem Max Planck (físico alemão) e G. H. Hardy (matemático britânico).
1948	<ul style="list-style-type: none"> - Seu pai, Daniel de Queiroz, falece; - Tem o seu mandato cassado a partir do cancelamento do registro do Partido Comunista; - Parte sozinho, em exílio voluntário, para Paris, onde trava amizade com Jean-Paul Sartre, 	<ul style="list-style-type: none"> - O livro <i>Infância</i> é publicado no Uruguai; - Publica o livro de crônicas <i>A Donzela e a Moura Torta</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Organização Mundial de Saúde; - O Estado de Israel se torna independente; - Fundação do <i>Museu de Arte Moderna</i> de São Paulo; - Fundação da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo;

	<p>Picasso e outros expoentes da Literatura e da Arte mundial;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sua casa, no Rio de Janeiro, é invadida por agentes federais, que apreendem livros, fotos e documentos. Após o episódio, Zélia e o filho partem para a Europa, onde vão morar com ele em Paris; - Participa, na Polônia, do Congresso Mundial de Escritores e Artistas pela Paz; - Viaja pela Europa e União Soviética; - Para comemorar o aniversário do filho, escreve a história <i>O gato malhado e a andorinha Sinhá</i>; - Com o título <i>Terras violentas</i>, estreia a adaptação cinematográfica da Atlântida de <i>Terras do sem-fim</i>. 		<ul style="list-style-type: none"> - A Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos; - Nasce Sérgio Vieira de Mello (diplomata brasileiro); - Nasce Bernard-Henri Lévy (filósofo e escritor francês); - Morre Mahatma Gandhi (líder pacifista indiano); - Morre Monteiro Lobato (escritor brasileiro).
1949	<ul style="list-style-type: none"> - Sofre um acidente de avião em Frankfurt, enquanto se dirigia para a Tchecoslováquia, onde participaria de um congresso de escritores; - Morre, repentinamente, no Rio de Janeiro, a sua filha Eulália. 		<ul style="list-style-type: none"> - É criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); - A União Soviética testa a sua primeira bomba atômica; - É criada a República Popular da China; - A Alemanha oficialmente se separa em duas: é oficializada a fundação da República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) e da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental); - Nasce Fernando Collor de Mello (presidente do Brasil no período 1990-1992).
1950	<ul style="list-style-type: none"> - Viaja à França, a convite do governo desse país; - Escreve o romance <i>O Galo de Ouro</i>, divulgado em folhetins pela revista <i>O Cruzeiro</i>; - É expulso, junto com sua família, da França. O governo francês alegara motivos políticos; - Passa a residir, junto com Zélia e seu filho João Jorge, em Dobris, na Tchecoslováquia, no castelo da 	<ul style="list-style-type: none"> - Traduz o romance <i>A Peste</i>, de Albert Camus, pela José Olympio, no Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Índia torna-se república. Os símbolos do domínio inglês são tirados dos prédios públicos; - Ocorre o início da Guerra da Coreia; - A televisão chega à América Latina; - Getúlio Vargas é eleito presidente, para seu segundo mandato (1951-1954); - Morre George Orwell (escritor inglês); - Morre Edgar Rice Burroughs (escritor estadunidense).

	<p>União dos Escritores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realiza viagens pela Europa Central e União Soviética; - Escreve o livro <i>O mundo da paz</i>, livro sobre países socialistas. 		
1951	<ul style="list-style-type: none"> - É eleito Presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), tomando posse nesse mesmo ano; - Comparece ao 4º Congresso de Escritores, em Porto Alegre; - Retorna à Europa, visitando Portugal, Suécia, Dinamarca, integrando uma delegação esportiva brasileira, além do Peru, ainda como esportista; - Escreve a trilogia <i>Os subterrâneos da liberdade</i>, composto pelas partes <i>Os ásperos tempos</i>, <i>Agonia da noite</i> e <i>A luz no túnel</i>; - Recebe, em Moscou, o Prêmio Internacional Stalin; - Nasce, em Praga, a sua filha, Paloma. 	<ul style="list-style-type: none"> - É publicado o livro <i>Sete histórias verdadeiras</i>, extraídas do livro <i>Histórias de Alexandre</i>; - Publica o livro de viagens <i>Bota de Sete Léguas</i>, pela Editora A Noite, no Rio de Janeiro; - É publicado, no Rio de Janeiro, pela Editorial Vitória, o livro <i>O mundo da paz</i>, pelo qual ele seria processado e enquadrado na lei de segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> - É inaugurada a I Bienal Internacional de Arte de São Paulo; - Getúlio Vargas assume o seu segundo mandato presidencial, eleito dessa vez por voto direto; - Juan Perón é reeleito presidente da Argentina; - Winston Churchill é reeleito primeiro-ministro da Grã-Bretanha; - Nasce Walcyr Carrasco (escritor brasileiro); - Nascem Phil Collins (músico inglês) e Beto Guedes (músico brasileiro); - Nascem Fernando Vanucci e Milton Neves (jornalistas e apresentadores de televisão brasileiros); - Morrem Oliveira Vianna (historiador e jurista brasileiro) e Ludwig Wittgenstein (filósofo austríaco).
1952	<ul style="list-style-type: none"> - É reeleito presidente da Associação Brasileira de Escritores; - Viaja, em companhia de sua segunda esposa, Heloísa Medeiro Ramos, à União Soviética, visitando ainda Portugal, França e Tchecoslováquia, regressando ao Rio de Janeiro; - Adoece gravemente; - Viaja para a Argentina, onde é operado sem êxito, retornando ao Rio de Janeiro; - É comemorado solenemente o seu 60º aniversário na Câmara 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica as crônicas <i>Homens, Seres e Coisas</i>, pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro; - Começa a publicar <i>Cangaceiros</i>, em forma de folhetim, da revista <i>O Cruzeiro</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Winston Churchill anunciou que o Reino Unido possuía a bomba atômica; - O general Fulgêncio Batista toma o poder em Cuba; - É fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); - Nasce Vladimir Putin (presidente da Rússia no período de 2000 a 2008); - Morre Eva Perón, conhecida como Evita (primeira-dama da Argentina, esposa de Juan Perón); - Morre Benedetto Croce (filósofo italiano).

	<p>Municipal do Rio de Janeiro. Sobre sua obra e personalidade falaram Jorge Amado, Peregrino Júnior, Miécio Tati, Heraldo Bruno, José Lins do Rego, entre outros. Em seu nome, falou sua filha Clara Ramos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vai à China e à Mongólia; - Volta ao Brasil com a família, fixando residência no apartamento de seu pai, no Rio de Janeiro; - Responde processo por <i>O mundo da paz</i>. O juiz arquiva o caso; - Com a aprovação da lei anticomunista, nos Estados Unidos, ele é proibido de entrar naquele país, bem como seus livros são vetados por lá. 		
1953	<ul style="list-style-type: none"> - É internado em uma casa de saúde em Botafogo, diagnosticado com câncer; - 20 de março: Morre, no Rio de Janeiro, Graciliano Ramos de Oliveira; - Inicia-se o movimento de protesto de intelectuais brasileiros contra o impedimento da entrada do escritor nos Estados Unidos para visitar sua filha; - Sua peça de teatro <i>Lampião</i> é montada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e no Teatro Leopoldo Fróes, em São Paulo; - Viaja à Europa, Argentina e Chile. Enquanto estava viajando é informado da doença de Graciliano Ramos, retornando ao Brasil para rever o amigo. Após a morte de Graciliano, faz o discurso de 	<ul style="list-style-type: none"> - É publicado o livro <i>Memórias do Cárcere</i>; - Publica o romance <i>Cangaceiros</i>, pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro; - Publica a peça de teatro <i>Lampião</i> (drama em cinco quadros), pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro, ganhando o Prêmio Saci de <i>O Estado de S. Paulo</i>; - É publicada a quinta edição de <i>O mundo da paz</i>, sendo a última, pois o escritor proíbe reedições da obra, acreditando apresentar uma visão desatualizada da realidade dos países socialistas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Estados Unidos anunciam o desenvolvimento de uma Bomba de Hidrogênio; - O marechal Josip Broz Tito é escolhido presidente da Iugoslávia; - Ocorre o fim da Guerra da Coreia; - Nikita Khrushchev é nomeado chefe do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética; - É criada a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.; - Nasce Tony Blair (primeiro-ministro no Reino Unido entre 1997 e 2007); - Morre Josef Stálin (líder soviético de 1922 a 1953).

	despedida à beira do túmulo do literato, substituindo-o na presidência da Associação Brasileira de Escritores; - Dirige a coleção <i>Romances do povo</i> , da Editorial Vitória, trabalho que continuará fazendo até 1956.		
1954	- Conhece a Finlândia.	<ul style="list-style-type: none"> - É publicado o livro <i>Viagem</i>; - Publica o livro de crônicas <i>A Casa e o Homem</i>, pela Organização Simões, no Rio de Janeiro; - Publica, no Brasil, a trilogia <i>Os subterrâneos da liberdade</i>, provocando uma dura reação dos trotskistas brasileiros e gerando uma polêmica com o jornalista Hermínio Sacchetta; - Publica, em Portugal, pela Editorial Avante, um folheto de seis páginas, escrito em parceria com Pablo Neruda, em favor da libertação do líder comunista Álvaro Cunhal e marcar posição contra o salazarismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acontece o atentado contra o jornalista e político brasileiro Carlos Lacerda, episódio que ficou conhecido como Crime da rua Tonelero, desencadeando um ultimato dos militares para que Vargas renunciasse. Em meio à pressão, ele suicidase, de modo que seu vice, Café Filho, assume o governo; - Nascem Kevin Warwick (cientista britânico) e Luiz Eduardo Soares (antropólogo e cientista político brasileiro); - Morre Edgar Roquette-Pinto (médico, antropólogo, poeta e professor brasileiro); - Morre Oswald de Andrade (escritor brasileiro); - Morrem Alan Turing (matemático britânico) e Enrico Fermi (físico italiano); - Morre Frida Kahlo (pintora mexicana); - Morre Auguste Lumière (pioneiro do cinema, de nacionalidade francesa); - Morre Getúlio Vargas (presidente do Brasil de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954).
1955	<ul style="list-style-type: none"> - Conhece a Grécia; - A Academia Brasileira de Letras admitiu o literato, em substituição a Ataulfo de Paiva, sendo esta substituição oficializada apenas no final do ano seguinte, já então com a saúde seriamente abalada; - <i>Fogo Morto</i> é adaptado para o teatro por José Carlos Cavalcanti Borges, e encenado em São Paulo; - Permanece, durante o primeiro trimestre, em Viena, e, em dezembro, viaja à Bahia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica os relatos de viagem <i>Roteiro de Israel</i>, pelo Centro Cultural Brasil-Israel, no Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - A União Soviética e mais sete países assinam um tratado militar que dá origem ao Pacto de Varsóvia; - Juscelino Kubitschek vence as eleições, sendo efetivamente empossado após o golpe preventivo do general Henrique Teixeira Lott para destituir Carlos Luz da chefia da Câmara dos Deputados, uma vez que este era contrário à posse de JK; - São fundados o ISEB (instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos); - Nascem os estadunidenses Steve Jobs (um dos fundadores da Apple) e Bill Gates (fundador da Microsoft); - Nasce Nicolas Sarkozy (presidente da França desde 2007); - Morrem Alexander Fleming (cientista escocês), Teilhard de Chardin (padre, arqueólogo e filósofo francês) e Albert Einstein (físico alemão); - Morre Thomas Mann (romancista alemão); - Morre James Dean (ator estadunidense).

1956	<ul style="list-style-type: none"> - Retorna à Grécia, sendo esta a sua última viagem. De passagem, vai a Paris, onde revê os amigos Gilberto Freyre e Cícero Dias; - É lançada, pela Ricordi brasileira, a partitura de <i>Não te digo adeus</i>, com letra do literato e música do maestro amazonense Cláudio Santoro; - Assume, no Rio de Janeiro, a chefia de redação do quinzenário <i>Para-todos</i>, ao lado do irmão James, de Oscar Niemeyer e Moacir Werneck de Castro, dentre outros; - Sai do Partido Comunista para, conforme argumenta, se dedicar melhor à literatura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o livro de memórias <i>Meus Verdes Anos</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro; - É publicada, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro, a obra completa ficcional do literato, composta por 12 volumes. Intitulada <i>Romances de José Lins do Rego</i>, apresenta estudos de João Ribeiro, Pedro Dantas, Otávio de Faria, Antônio de Alcântara Machado, Aurélio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Otto Maria Carpeaux, Sérgio Milliet, Rachel de Queiroz, entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise de Suez: Israel invade a península de Sinai e força as tropas do Egito para o outro lado do Canal de Suez; - Fidel Castro e seus seguidores desembarcam em Cuba; - João Guimarães Rosa lança o romance <i>Grande Sertão: Veredas</i>; - O auto <i>Morte e Vida Severina</i>, de João Cabral de Melo Neto, é publicado pela primeira vez na antologia <i>Duas águas</i>; - Nasce Gilberto Dimenstein (jornalista e escritor brasileiro); - Morre Bertold Brecht (dramaturgo e poeta alemão).
1957	<ul style="list-style-type: none"> - 12 de setembro: Morre, no Rio de Janeiro, José Lins do Rego Cavalcanti, vítima de hepatopatia; - Recebe o prêmio-consagração Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, relativo ao conjunto da obra; - Viaja ao Oriente ao lado de Zélia, Pablo e Matilde Neruda; - O romance <i>Terras do sem-fim</i> é lançado em quadrinhos; - Carlo Ponti, cineasta italiano, compra os direitos de <i>Mar morto</i>, mas o filme não chega a ser realizado; - Conhece a mãe-de-santo Menininha de Gantois, a quem fica ligado até a morte dela, em agosto de 1986. 	<ul style="list-style-type: none"> - É publicada a antologia, organizada pelo próprio Graciliano Ramos, <i>Contos e Novelas</i>; - Publica a crônica <i>Presença do Nordeste na Literatura Brasileira</i>, pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro; - São publicados, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro, os <i>Discursos de Posse e Recepção na Academia Brasileira de Letras</i> de José Lins do Rego e Austregésilo de Athayde; - Publica o livro de viagens <i>Gregos e Troianos</i>, pela Bloch Editores S.A., na cidade do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - É realizado o lançamento do satélite soviético Sputnik I, o primeiro satélite artificial a orbitar a Terra; - A cachorra Laika é o primeiro ser vivo a entrar em órbita espacial, a bordo do satélite soviético Sputnik II; - O Tratado de Roma estabelece a Comunidade Econômica Europeia; - Nascem Sidney Chalhoub (historiador brasileiro) e Lilia Moritz Schwarcz (antropóloga brasileira); - Nasce Frank Miller (roteirista e autor de histórias em quadrinhos estadunidense); - Nasce Osama Bin Laden (terrorista saudita); - Nasce José Luiz Datena (jornalista e apresentador de televisão brasileiro); - Morre Diego Rivera (pintor mexicano); - Morre José Rodrigues Leite e Oiticica (anarquista, professor e filólogo brasileiro); - Morre Washington Luís (político e presidente brasileiro de 1926 a 1930); - Morre Gordon Childe (arqueólogo australiano).

1958	<p>- Sua peça de teatro <i>A beata Maria do Egito</i> é montada no Teatro Serrador, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Escreve, em Petrópolis (RJ), <i>Gabriela, cravo e canela</i>;</p> <p>- Sai o disco <i>Canto de amor à Bahia e quatro acalantos de Gabriela, cravo e canela</i>, trazendo leituras do literato e música de Dorival Caymmi.</p>	<p>- São publicadas as crônicas <i>O Vulcão e a Fonte</i>, nas edições de <i>O Cruzeiro</i>, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica a peça de teatro <i>A beata Maria do Egito</i> (peça em três atos e quatro quadros), recebendo o Prêmio de Teatro do Instituto Nacional do Livro e, no ano seguinte, o Prêmio Roberto Gomes, da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica o livro de crônicas <i>100 Crônicas Escolhidas</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica <i>Gabriela, cravo e canela</i>, sendo um grande sucesso de vendas.</p>	<p>- É inaugurada a NASA (<i>National Aeronautics and Space Administration</i>);</p> <p>- É fundado o <i>Institut des Hautes Études Scientifiques</i>, na França;</p> <p>- Nikita Khrushchov se torna o governante da União Soviética;</p> <p>- Nasce Tim Burton (realizador, produtor, roteirista e escritor estadunidense);</p> <p>- Nasce Cazuza (cantor, compositor e poeta brasileiro);</p> <p>- Nasce Márcia Peltier (jornalista e escritora brasileira);</p> <p>- Nasce Michael Jackson (cantor, ator e compositor estadunidense);</p> <p>- Morre Assis Valente (compositor brasileiro);</p> <p>- Morre o Papa Pio XII.</p>
1959	<p>- <i>Gabriela, cravo e canela</i> ganha vários prêmios, dentre eles: Machado de Assis, do Instituto Nacional do Livro; Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro; e Luiza Cláudio de Souza, do Pen Club;</p> <p>- Recebe, em Salvador, do Axé Opô Afonjá, um dos mais altos títulos do candomblé, o de Obá Orolu (também recebem tal distinção Dorival Caymmi e o artista plástico Carybé);</p> <p>- Funda a Academia de Letras de Ilhéus.</p>	<p>- Lança, na revista <i>Senhor</i>, do Rio de Janeiro, a novela <i>A morte e a morte de Quincas Berro D'água</i>; a ideia era que tal texto integrasse o romance <i>Os pastores da noite</i>. Publicou, na mesma edição, o conto <i>De como o mulato Porciúncula descarregou o seu defunto</i>.</p>	<p>- Acontece a Revolução Cubana;</p> <p>- Começa a Guerra do Vietnã;</p> <p>- Nasce Marcelo Gleiser (físico, astrônomo, professor e escritor brasileiro);</p> <p>- Nasce Lenine (cantor brasileiro);</p> <p>- Nasce Marcelo Tas (diretor, apresentador, escritor e roteirista de televisão);</p> <p>- Nasce Evo Morales (presidente da Bolívia desde 2006);</p> <p>- Morre Billie Holiday (cantora estadunidense);</p> <p>- Morre Heitor Villa-Lobos (compositor brasileiro).</p>
1960	<p>- É assinado um contrato de publicação das obras completas do literato com a Livraria Martins Editora, em São Paulo;</p> <p>- Promove, na condição de vice-presidente da União Brasileira de</p>	<p>- É publicada a obra <i>Histórias Agrestes</i>, antologia organizada por seu filho, o escritor Ricardo Ramos;</p> <p>- É iniciada a publicação – encerrada no ano seguinte – da</p>	<p>- 21 de abril: Inauguração da nova capital do Brasil, Brasília;</p> <p>- Os Estados Unidos lançam o primeiro satélite meteorológico;</p> <p>- Jânio Quadros vence as eleições para presidente do Brasil;</p> <p>- John F. Kennedy foi eleito presidente dos Estados Unidos;</p> <p>- Ocorre o assalto ao trem pagador, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro;</p> <p>- É lançada a pílula anticoncepcional no mercado;</p>

	<p>Escritores, juntamente com o presidente Peregrino Jr., o Festival do Escritor Brasileiro, em Copacabana. A data, 25 de julho, acabaria sendo consagrada como Dia do Escritor;</p> <p>- Ciceroneia o casal Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir em sua estada no Brasil.</p>	<p>obra ficcional reunida do literato, em cinco volumes, sob o título: <i>Romances Reunidos e Ilustrados de José Lins do Rego</i>. Introdução de José Aderaldo Castello, estudo de João Ribeiro, ilustrações de Luís Jardim e nota biográfica de Wilson Lousada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nascem Ayrton Senna (piloto de automobilismo brasileiro) e Diego Armando Maradona (futebolista argentino); - Nascem Aécio Neves e Gilberto Kassab (políticos brasileiros); - Morre Alberto Camus (escritor e filósofo francês); - Morre Boris Pasternak (poeta e romancista russo); - Morre Clark Gable (ator estadunidense).
<p>1961</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É convidada pelo presidente da República, Jânio Quadros, para ocupar o cargo de ministra da Educação, o qual ela recusa; - É eleito, por unanimidade, para a Academia Brasileira de Letras, sendo recepcionado por Raimundo Magalhães Jr.; - Estreia, na TV Tupi do Rio de Janeiro, a adaptação de <i>Gabriela</i>, feita por Antônio Bulhões de Carvalho e com direção de Maurício Sherman; - A Metro Goldwin Mayer (MGM) compra os direitos de adaptação para o cinema de <i>Gabriela</i>; com o dinheiro, o literato começa a construir uma casa em Rio Vermelho, na periferia de Salvador. Anos mais tarde, ele recompraria do estúdio os direitos do romance; - É eleito membro do Conselho da Presidência do Pen Club do Brasil; - Recusa o convite do presidente Juscelino Kubitschek para ser o embaixador brasileiro na República Árabe Unida; - É homenageado na Bahia, no Rio e em outros estados por seus 30 	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento oficial das obras completas do literato, no Ministério da Educação e Cultura, falando, na ocasião, o ministro Clóvis Salgado; - Publica <i>Os velhos marinheiros</i>, livro que comporta as novelas <i>A morte e a morte de Quincas Berro D'água</i> e <i>A completa verdade sobre as discutidas aventuras do comandante Vasco Moscoso de Aragão, capitão de longo curso</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Yuri Gagarin tornou-se o primeiro homem a ir ao espaço; - Os Estados Unidos cortam as relações diplomáticas com Cuba; - Construção do Muro de Berlim; - Após assumir o poder no começo do ano, Jânio Quadros renuncia tempos depois, gerando uma crise política no Brasil. Ranieri Mazzilli assume interinamente, até que o regime parlamentarista é instalado no país, de modo que João Goulart assume a presidência; - O Brasil reestabelece relações diplomáticas com a União Soviética após 14 anos; - É fundada a Eletrobrás; - Nasce Diana, a princesa de Gales; - Morre Erwin Schrödinger (físico austríaco); - Morre Maurice Merleau-Ponty (filósofo francês); - Morre Carl Gustav Jung (filósofo e psiquiatra suíço); - Morre Ernest Hemingway (escritor estadunidense).

	anos de atividade literária; a editora Martins lança um livro em alusão à data.		
1962	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Vidas Secas</i> recebeu o prêmio Fundação William Faulkner, na Virgínia, Estados Unidos; - É inaugurada, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, a <i>Exposição Graciliano Ramos</i>; - É iniciada, em Palmeira dos Índios (AL), a filmagem de <i>Vidas Secas</i>; - Seu pai morre, aos 81 anos de idade; - Cria a companhia de cinema <i>Proa Filmes</i>, cujo primeiro e único trabalho é a adaptação de <i>Seara Vermelha</i>, com direção de Alberto D’Avesa; o filme estrearia no ano seguinte; - Viaja a Havana, a convite da União dos Escritores Cubanos. 	<ul style="list-style-type: none"> - São publicados os livros <i>Linhas tortas</i>, <i>Viventes das Alagoas e Alexandre e outros heróis</i>; - É publicado, pela gráfica <i>O Cruzeiro</i>, o romance policial <i>O Mistério dos MMM</i>, escrito por Jorge Amado, Viriato Corrêa, Dinah Silveira de Queiroz, Lúcio Cardoso, Herberto Sales, José Condé, Guimarães Rosa, Antônio Callado, Orígenes Lessa e Rachel de Queiroz. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Acre passa de território brasileiro a Unidade Federativa brasileira; - Cuba é expulsa da Organização dos Estados Americanos, com pressão dos EUA e abstenção do Brasil; - Acontece a Crise dos Mísseis, implantando o terror mundial frente a um possível conflito nuclear; - Nasce Fátima Bernardes (jornalista brasileira) e Cléber Machado (jornalista e locutor esportivo brasileiro); - Morrem Geórgios Papanicolau (médico grego), Ronald Fisher (estatístico, biólogo e geneticista britânico) e Niels Bohr (físico dinamarquês); - Morre Marilyn Monroe (atriz estadunidense); - Morre Candido Portinari (pintor brasileiro); - Morre Pagu (escritora, jornalista e militante comunista brasileira); - Morre William Faulkner (escritor estadunidense); - Morre Hermann Hesse (escritor alemão); - Morre E. E. Cummings (poeta, pintor, ensaísta e dramaturgo estadunidense).
1963	<ul style="list-style-type: none"> - É inaugurada, em Curitiba, a exposição retrospectiva das obras de Graciliano Ramos, por ocasião do décimo aniversário de sua morte. Além disso, é também lembrado na <i>Exposição Graciliano Ramos</i>, realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; - <i>O cavaleiro da esperança</i> é apreendido pela polícia; - Instala-se na casa do bairro de Rio Vermelho, em Salvador, onde reside até falecer. 		<ul style="list-style-type: none"> - A Sonda Espacial soviética <i>Luna IV</i> pousa na Lua; - João Goulart passa a governar sob o regime presidencialista; - Martin Luther King encabeça as manifestações pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos; - John F. Kennedy é assassinado em uma visita a Dallas, no Texas; - O cardeal Giovanni Battista Montini torna-se o Papa Paulo VI; - Nasce Marcos César Pontes (astronauta brasileiro) e William Bonner (jornalista e escritor brasileiro); - Nasce Sérgio Cabral Filho (político brasileiro) e Rafael Correa (presidente do Equador desde 2007); - Morre Angelo Giuseppe Roncalli, o Papa João XXIII (papa de 1958 a 1963); - Morrem Lamartine Babo (compositor brasileiro) e Édith Piaf (cantora francesa); - Morrem Jean Cocteau (escritor e cineasta francês), Aldous Huxley (escritor inglês) e C.S. Lewis (escritor irlandês).
1964	<ul style="list-style-type: none"> - O filme <i>Vidas Secas</i> obtém os prêmios “Catholique International du Cinéma” e “Cidade de 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o livro de crônicas <i>O brasileiro perplexo</i>, a expensas da autora; 	<ul style="list-style-type: none"> - Acontece um Golpe de Estado, executado pelos militares, derrubando o presidente João Goulart e instaurando o Regime Militar brasileiro; - Leonid Brejnev sucede Nikita Khrushchov no governo da União Soviética;

	<p>Valladolid”, além de menções honrosas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - É publicado na Alemanha um estudo sobre o literato, do Prof. Helmuth Feldmann: <i>Graciliano Ramos – reflexo de sua personalidade na obra</i>; - Colaborou, de certo modo, para o golpe militar, uma vez que “conspirou” a favor da deposição de João Goulart, gerando um “esfriamento” com os círculos literários, mais voltados à defesa da democracia. 	<p>- Publica o romance <i>Os pastores da noite</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Millôr Fernandes funda a revista <i>Pif-Paf</i>, fechada no mesmo ano pela censura do Regime Militar brasileiro; - Nasce Dan Brown (romancista estadunidense); - Morre T. H. White (escritor indiano e estadunidense); - Morre Aníbal Machado (escritor brasileiro); - Morre Ian Flemming (jornalista e escritor inglês); - Morre Cecília Meirelles (poetisa brasileira); - Morre Anita Malfatti (pintora brasileira).
1965	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Menino de Engenho</i> é adaptado para o cinema por Walter Lima Júnior, com produção de Glauber Rocha; - O literato e sua família recebem autorização para entrar de novo na França, graças à intervenção de Guilherme Figueiredo, então adido cultural do Brasil na França; - A Warner Brothers adquire os direitos de filmagem de <i>A completa verdade sobre as discutidas aventuras do comandante Vasco Moscoso de Aragão, capitão de longo curso</i>. 	<p>- Publica o conto <i>As mortes e o triunfo de Rosalinda</i>, na antologia <i>Os dez mandamentos</i>, da editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lyndon Johnson inicia seu segundo mandato na presidência dos EUA; - Tem início a Guerra do Vietnã; - É inaugurada, no Rio de Janeiro, a TV Globo; - Os partidos políticos brasileiros são cassados do Ato Institucional n.2, e são criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena); - Nascem Khaled Hosseini (escritor afegão), J. K. Rowling (escritora inglesa) e Nicholas Sparks (escritor estadunidense); - Nasce Dado Villa-Lobos (músico brasileiro) - Nasce T. S. Eliot (poeta anglo-americano); - Morre Le Corbusier (arquiteto e pintor suíço); - Morre Winston Churchill (político britânico); - Morre Malcolm X (defensor dos direitos dos negros estadunidense); - Morre Astrojildo Pereira (fundador do Partido Comunista do Brasil).
1966	<ul style="list-style-type: none"> - Participa da 21ª sessão da Assembleia Geral de ONU, servindo como delegada do Brasil na Comissão dos Direitos do Homem. Tal nomeação foi feita pelo presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco, seu conterrâneo e aparentado. 	<p>- Publica <i>Dona Flor e seus dois maridos</i>, pela Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. O romance sai com uma tiragem de 75 mil exemplares, sendo um sucesso de venda.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É realizado o Golpe de Estado que instaurou a ditadura na Argentina; - O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente do Brasil, fecha o Congresso Nacional; - É inaugurada a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); - Nascem Samuel Rosa, Chico Science e Zeca Baleiro (músicos brasileiros); - Morre Vincent Auriol (presidente da França de 1947 a 1954); - Morre Abdul Salam Arif (presidente do Iraque de 1963 a 1966); - Morre Walt Disney (realizador e cineasta estadunidense); - Morre Georges Lemaître (padre católico, astrônomo e físico belga).

1967	<p>- Integra o Conselho Federal de Cultura, importante órgão do Ministério da Educação e Cultura, onde permaneceria até 1985;</p> <p>- Depõe para o arquivo do Museu da Imagem e do Som, na presença de James Amado, do crítico Eduardo Portella e do romancista Antonio Olinto, dentre outros.</p>	<p>- Publica o livro de crônicas <i>O caçador de tatu</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro. Seleção e prefácio de Herman Lima.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É lançado o romance <i>Cem Anos de Solidão</i>, de Gabriel García Márquez; - É inaugurada a Rede Bandeirantes de Televisão, em São Paulo; - Morre Robert Oppenheimer (físico estadunidense); - Morre Che Guevara (guerrilheiro argentino); - Morre João Guimarães Rosa (escritor brasileiro).
1968	<p>- A União Brasileira de Escritores, presidida por Peregrino Jr., apresenta novamente a candidatura formal do literato ao Prêmio Nobel de Literatura. O escritor já havia recusado a candidatura no ano anterior, concordando neste ano desde que feita junto com a do romancista português Ferreira de Castro, seu amigo.</p>		<ul style="list-style-type: none"> - É lançada a <i>Apolo 8</i>, primeira nave tripulada em órbita lunar; - Acontece a Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, motivada por maiores direitos democráticos; - O presidente Lyndon Johnson, após a morte de Luther King, assina a lei sobre os direitos civis; - Na França, nos episódios de Maio de 1968, os estudantes protestam contra o <i>status quo</i> das instituições e do governo; - O presidente Costa e Silva decreta o Ato Institucional n.5, dando início ao período mais violento da Ditadura Militar brasileira; - Richard Nixon torna-se o presidente dos Estados Unidos; - Nasce Sandra Annenberg (jornalista brasileira); - Morre, em 4 de abril, Martin Luther King Jr. (ativista e lutador dos direitos civis, assassinado em Memphis, Tennessee); - Morre Manuel Bandeira (poeta e escritor brasileiro); - Morrem Thomas Merton e John Steinbeck (escritores estadunidenses); - Morrem Yuri Gagarin (cosmonauta soviético) e Assis Chateaubriand (jornalista, empresário e político brasileiro).
1969		<p>- Publica o livro de literatura infanto-juvenil <i>O Menino Mágico</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro;</p> <p>- Publica <i>Tenda dos milagres</i>, com tiragem de 75 mil exemplares, livro que começou a escrever na casa de campo do pintor baiano Genaro de Carvalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 20 de julho: Neil Armstrong, dos Estados Unidos, é o primeiro homem a pisar na Lua, na missão da <i>Apollo 11</i>; - É criada a ArpaNET, embrião da Internet; - O embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado por militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN); - Emílio Garrastazu Médici foi eleito presidente do Brasil, sem eleições diretas; - É criada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; - Estreia o Jornal Nacional, da Rede Globo; - Morre Judy Garland (atriz e cantora estadunidense); - Morre Guilherme de Almeida (advogado, jornalista e escritor brasileiro).
1970	<p>- Recebe, em São Paulo, o Prêmio Juca Pato, da União Brasileira de</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Salvador Allende é eleito presidente do Chile, tornando-se o primeiro chefe de Estado marxista eleito democraticamente do mundo;

	<p>Escritores, como Intelectual do Ano;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lidera, ao lado do escritor gaúcho Érico Veríssimo, um movimento contra a censura prévia aos livros; - Estreia o filme <i>Capitães de areia</i>, produção americana dirigida por Hall Bartlett. 		<ul style="list-style-type: none"> - Morre Bertrand Russel (filósofo e matemático britânico); - Morre Friedrich Pollock (sociólogo, economista e filósofo alemão); - Morrem Jimi Hendrix e Janis Joplin (músicos estadunidenses); - Morrem Antônio de Oliveira Salazar (presidente do Conselho de Ministros de Portugal de 1932 a 1968), Gamal Abdel Nasser (presidente do Egito de 1954 a 1970) e Charles de Gaulle (presidente francês de 1959 a 1969); - Morre Oscarito (comediante brasileiro).
1971	<ul style="list-style-type: none"> - É filmado <i>São Bernardo</i>; - Seu primeiro neto, Bruno, filho de João Jorge e Maria da Luz Celestino, nasce em Salvador; - Divide com Ferreira de Castro o Prêmio Gulbenkian de Ficção, entregue na Academia do Mundo Latino, em Paris; - Conferencia no Instituto de Letras da Universidade da Pensilvânia. 		<ul style="list-style-type: none"> - O <i>Walt Disney World</i> é inaugurado; - Estreia o <i>Jornal Hoje</i>, da Rede Globo; - O monte Etna entra em erupção; - Morre Igor Stravinski (compositor russo); - Morre Jim Morrison (cantor e poeta estadunidense); - Morre Louis Armstrong (músico estadunidense); - Morre Gyorgy Lukács (filósofo húngaro).
1972	<ul style="list-style-type: none"> - Morre sua mãe, aos 88 anos de idade; - Nasce Mariana, sua primeira neta, filha de Paloma e Pedro Costa; - Numa viagem à Europa, encontra, em Barcelona, o escritor colombiano Gabriel García Marquez. 	<p>- Publica o romance <i>Tereza Batista cansada de guerra</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A delegação israelita sofre um atentado da autoria do grupo terrorista Setembro Negro durante os Jogos Olímpicos na Alemanha, que ficou conhecido como Massacre de Munique; - A transmissão do desfile de abertura da Festa da Uva de Caxias do Sul marca a inauguração das transmissões televisivas ao vivo a cores no Brasil; - Após 17 anos de exílio, Juan Perón volta à Argentina; - Nasce Fabrício Carpinejar (poeta e jornalista brasileiro); - Morre Ludwig von Bertalanffy (biólogo austríaco); - Morre John Edgar Hoover (chefe do FBI de 1924 a 1972); - Morre Harry Truman (presidente dos Estados Unidos de 1945 a 1953); - Morre Ezra Pound (poeta estadunidense).
1973	<ul style="list-style-type: none"> - Nasce Maria João, filha de João Jorge e Maria da Luz; - Fernando Sabino dirige <i>Na casa do Rio Vermelho</i>, um documentário sobre o literato. 	<p>- É publicada a antologia <i>Seleta</i>, com seleção de Paulo Rónai e notas e estudos do professor Renato Cordeiro Gomes, pela Editura José Olympio-INL-MEC, no Rio de Janeiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Golpe militar liderado por Augusto Pinochet depõe e assassina o presidente Salvador Allende, no Chile; - Acontece a Guerra do Yom Kippur, conflito no Oriente Médio; - Acontece a Crise Internacional do Petróleo; - Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Itaipu, sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná; - Morrem Tarsila do Amaral (pintora brasileira) e Pablo Picasso (pintor espanhol); - Morre Bruce Lee (ator sino-americano e honconguês);

			<ul style="list-style-type: none"> - Morrem J. R. R. Tolkien (escritor britânico), Pablo Neruda (escritor chileno) e W. H. Auden (poeta britânico); - Morre Pixinguinha (cantor e compositor brasileiro); - Morre Max Horkheimer (filósofo alemão).
1975	<ul style="list-style-type: none"> - A Martins, que havia pedido concordata no ano anterior, começa a lançar livros do literato em coedição com a Record, do Rio de Janeiro; - Marcel Camus leva para o cinema o romance <i>Os pastores da noite</i>, que é exibido na França com o título de <i>Otalia da Bahia</i>; - Estreia a adaptação, de Walter George Durst, para a TV, de <i>Gabriela, cravo e canela</i>, levada ao ar pela Rede Globo, com direção de Walter Avancini. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Dôra, Doralina</i>, pela Editora José Olympio/INL-MEC, no Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Termina a Guerra do Vietnã; - Bill Gates e Paul Allen fundam a <i>Microsoft</i>; - No Brasil, o estado da Guanabara funde-se com o Rio de Janeiro; - Terminam as Guerras Coloniais portuguesas, envolvendo as antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique; - É criado, no Brasil, o Pró-Álcool (Programa Nacional do Álcool); - No Camboja, o Khmer Vermelho entra em Phnom Penh, o que marca o fim da guerra civil e o início do regime de Pol Pot; - Michel Foucault lança <i>Vigiar e Punir</i>; - Morrem Leslie White (antropólogo estadunidense) e Hannah Arendt (teórica política teuto-americana); - Morre o general Francisco Franco (governante da Espanha de 1939 a 1975); - Morrem Mikhail Bakhtin (linguista, semiólogo filósofo e crítico literário russo), Murilo Mendes (poeta brasileiro) e Érico Veríssimo (romancista brasileiro); - Morre Ranieri Mazzilli (político brasileiro); - Morrem Validimir Herzog (jornalista brasileiro) e Plínio Salgado (político e jornalista, fundador da Ação Integralista Brasileira).
1976	<ul style="list-style-type: none"> - O romance <i>Fogo Morto</i> é adaptado para o cinema, sob a direção de Marcos Farias; - Passa a ser autor exclusivo da Record após o fechamento da Livraria Martins Editora; - Nasce a sua neta Cecília, filha de Paloma e Pedro Costa; - Estreia no cinema <i>Dona Flor e seus dois maridos</i>, de Bruno Barreto, batendo recorde de bilheteria; - Na Bahia, começa a escrever <i>Tieta do Agreste</i>; - Participa da Feira Internacional do Livro, dedicada, neste ano, à literatura latino-americana. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o livro de crônicas <i>As meninas e outras crônicas</i>, pela Editora José Olympio, no Rio de Janeiro; - Publica o livro infantil <i>O gato malhado e a andorinha Sinhá</i> (escrito em 1948), a pedido do filho João Jorge e do amigo Carybé, que faz as ilustrações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Steve Jobs e Steve Wozniac lançam a <i>Apple</i>; - Morre Di Cavalcanti (pintor brasileiro); - Morre Werner Karl Heisenberg (físico alemão); - Morre Agatha Christie (escritora inglesa); - Morre Juscelino Kubitschek (presidente brasileiro de 1956 a 1961); - Morre João Goulart (presidente brasileiro de 1961 a 1964); - Morre Mao Tsé-Tung (líder da República Popular da China de 1949 a 1976).

1977	<ul style="list-style-type: none"> - Foi eleita para a Academia Brasileira de Letras, sendo a primeira escritora brasileira a integrar a instituição. O discurso de recepção foi feito por Adonias Filho; - Conclui, em Londres, o romance <i>Tieta do Agreste</i>; - Recebe o título de sócio benemérito do afoxé Filhos de Gandhi; - Estreia <i>Tenda dos milagres</i>, filme de Nelson Pereira dos Santos; - Interpreta um dos apóstolos de Cristo na cena da Última Ceia do filme <i>A Idade da Terra</i>, de Glauber Rocha; - A casa onde o escritor viveu em Ferradas é tombada pela Prefeitura de Itabuna; - Grava, no Rio de Janeiro, para a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, trechos de seus romances <i>Os pastores da noite</i> e <i>Tereza Batista cansada de guerra</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica, no Rio de Janeiro, o romance <i>Tieta do Agreste</i>, sob intensa campanha publicitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Jimmy Carter assume a presidência dos Estados Unidos; - Morre Charles Chaplin (ator, realizador, cantor e dançarino anglo-americano); - Morre Elvis Presley (cantor e ator estadunidense); - Morre Carlos Lacerda (jornalista e político brasileiro); - Morre Clarice Lispector (escritora e jornalista ucraniana e brasileira).
1978	<ul style="list-style-type: none"> - Glauber Rocha realiza um documentário abordando a obra do escritor; - Oficializa, no dia 13 de maio, a sua união com Zélia Gattai; a cerimônia acontece em Itapuã. 		<ul style="list-style-type: none"> - No Brasil, Ernesto Geisel envia uma emenda ao congresso para acabar com o AI-5, num passo que confirma as promessas de transição lenta para a democracia; - Deng Xiaoping inicia as reformas na República Popular da China; - 25 de julho: Nasce a britânica Louise Brown, primeiro bebê de proveta do mundo; - Morre o Papa Paulo VI, depois de 15 anos de pontificado. O cardeal Albino Luciani se torna o Papa João Paulo I, morrendo 33 dias depois de ser eleito. O cardeal Karol Józef Wojtyła é então eleito como Papa João Paulo II; - Morre Otto Maria Carpeaux (crítico literário brasileiro).
1979	<ul style="list-style-type: none"> - Estreia na Broadway o musical <i>Saravá</i>, de Richard Nash e Mitch Leigh, baseado em <i>Dona Flor e seus dois maridos</i>; - Escreve, sob encomenda de um banco, o conto <i>Do recente milagre</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Farda, fardão, camisola de dormir</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os Estados Unidos e a República Popular da China restabelecem relações diplomáticas; - Ocorre a Revolução Iraniana, com a ascensão do aiatolá Ruhollah Khomeini ao poder; - O general João Baptista Figueiredo substitui Ernesto Geisel no posto de presidente do Brasil;

	<p><i>dos pássaros acontecido em terras de Alagoas, nas ribanceiras do rio São Francisco;</i></p> <p>- Lança em disco, pela Som Livre, uma versão do livro <i>Bahia de Todos os Santos</i>.</p>		<ul style="list-style-type: none"> - É promulgada, no Brasil, a Lei de Anistia pelo general João Figueiredo; - O presidente iraquiano Hassan al-Bakr renuncia, e assume o vice, Saddam Hussein, que ficaria no poder até 2003; - É fundado, no Brasil, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); - Margaret Thatcher torna-se a primeira-ministra britânica; - Acontece uma nova crise internacional do petróleo; - É assinado o Acordo Tripartido entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai para o aproveitamento dos recursos hidrelétricos do rio Paraná; - O sul do Mato Grosso se emancipa e passa a constituir o Estado do Mato Grosso do Sul; - É fundada, no Brasil, a Associação Nacional de Jornais, com o objetivo de defender a liberdade de imprensa; - Na Nicarágua, a guerrilha sandinista depõe o ditador Somoza, apoiado pelos EUA; - Morre Herbert Marcuse (sociólogo e filósofo teuto-americano); - Morre Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (jurista, filósofo, diplomata e escritor brasileiro).
1980	<ul style="list-style-type: none"> - Estreia, na Rede Globo, a novela <i>As Três Marias</i>, baseada no romance homônimo da escritora; - Nasce João Jorge Filho, outro neto que lhe é dado pelo casal João Jorge e Maria da Luz; - A revista <i>Vogue Brasil</i> dedica um número ao escritor, que escreve o texto <i>O menino grapiúna</i>, onde conta reminiscências da época em que viveu na região cacauzeira, advindo daí a ideia de <i>Tocaia Grande</i>; - Recebe o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> da Universidade Federal da Bahia; - É condecorado como Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada pelo presidente português Ramalho Eanes. 	<p>- É publicado <i>Cartas</i>, uma reunião de suas correspondências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - No Brasil, é fundado o Partido dos Trabalhadores (PT); - Sai do ar a Rede Tupi de Televisão, primeira emissora de TV da América Latina por causa da crítica situação financeira. Suas concessões foram dadas aos empresários Silvio Santos (SBT) e Adolfo Bloch (rede Manchete); - Morre Hélio Oiticica (pintor, escultor, artista plástico e performático brasileiro); - Morre Jean-Paul Sartre (filósofo e escritor francês); - Morre Jean Piaget (psicólogo infantil suíço); - Morre Marshall McLuhan (filósofo e educador canadense); - Morre Jesse Owens (atleta estadunidense); - Morre Josip Broz Tito (governante da Iugoslávia de 1953 a 1980); - Morre Nelson Rodrigues (teatrologista, jornalista, cronista e escritor brasileiro); - Morrem José Américo de Almeida (escritor, político, advogado, folclorista e sociólogo brasileiro) e Vinícius de Moraes (poeta, compositor e diplomata brasileiro); - Morrem Cartola (músico brasileiro) e John Lennon (músico inglês); - Morrem Alfred Hitchcock (cineasta inglês) e Peter Sellers (ator inglês).
1981	<ul style="list-style-type: none"> - Estreia, no cinema, a adaptação de <i>Dôra, Doralina</i>, com direção de Perry Salles; 	<p>- É lançado <i>O menino grapiúna</i>, em edição não-comercial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ronald Reagan torna-se o presidente dos Estados Unidos, governando até 1989; - Ocorre o Atentado do Riocentro; - Foi reconhecida pela primeira vez, nos Estados Unidos, a AIDS (Síndrome de

	- <i>Terras do sem-fim</i> estreia na TV Globo, em uma adaptação de Walter George Durst e direção de Herval Rossano.		Imunodeficiência Adquirida); - O Papa João Paulo II sofre um atentado na Praça São Pedro, sendo atingido por duas balas; - Morre Bob Marley (músico jamaicano); - Morre Amácio Mazzaropi (ator e cineasta brasileiro); - Morre Glauber Rocha (cineasta brasileiro); - Morre Jacques Lacan (psicanalista francês).
1982	- Começa a escrever <i>Bóris, o vermelho</i> , que, por diferentes motivos, seria seguidamente interrompido e acabou não sendo concluído; - Iniciou a escrita de <i>Tocaia Grande</i> .	- Sai a edição comercial de <i>O menino grapiúna</i> .	- A Argentina invade as Ilhas Malvinas, dando início à Guerra das Malvinas; - É inaugurada a Usina Hidrelétrica de Itaipu; - É lançado, no Brasil, o Fiat 147, com motor a álcool, o primeiro carro em série movido a etanol; - Morre Sérgio Buarque de Holanda (historiador e crítico literário brasileiro); - Morrem Elis Regina (cantora brasileira) e Adoniran Barbosa (compositor, cantor, humorista e ator brasileiro); - Morre Carl Orff (compositor alemão); - Morre Roman Jakobson (linguista russo).
1983	- Nasce Jorge Amado Neto, filho de João Jorge e sua segunda mulher, Rízia Vaz Coutrim; - Estreia o filme <i>Gabriela</i> , coprodução Brasil-Itália, dirigida por Bruno Barreto.		- Tomam posse os primeiros governadores eleitos diretamente, após do golpe militar de 1964, no Brasil; - É fundada, no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT); - Morre Guarrincha (futebolista brasileiro); - Morre Alceu Amoroso Lima (crítico literário, professor, escritor e líder católico brasileiro); - Morrem Hergé (autor de histórias em quadrinho belga) e Joan Miró (escultor e pintor espanhol).
1984	- <i>Memórias do Cárcere</i> é eleito o melhor filme em Cannes, recebendo o Prêmio da Crítica Internacional; - Começa a escrever <i>A guerra dos santos</i> , título original do romance que se chamaria <i>O sumiço da santa</i> ; - O presidente francês, François Mitterrand, outorga-lhe a comenda da Legião da Honra; - Começa a articular a criação da Fundação Casa de Jorge Amado.	- Publica <i>Tocaia Grande</i> , com uma tiragem inicial de 150 mil exemplares; - Lança a história infantil <i>A bola e o goleiro</i> .	- Surge, no Brasil, o movimento das Diretas Já, reivindicando eleições diretas para presidente; - Tancredo Neves vence o candidato Paulo Maluf, da situação do regime militar, nas eleições indiretas para presidente da República do Brasil; - É inaugurada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará; - Daniel Ortega, de base sandinista, é eleito como presidente da Nicarágua; - O Reino Unido e a República Popular da China assinam um acordo de devolução do território de Hong Kong aos chineses, o que se conclui em 1997; - Morre Michel Foucault (filósofo francês); - Morre Pedro Nava (escritor e médico brasileiro); - Morre Indira Gandhi (política indiana).
1985	- Toma posse na Academia de Letras da Bahia;	- Publica o romance <i>O Galo de Ouro</i> , escrito em 1950.	- Tem fim o Regime Militar brasileiro. No entanto, o presidente eleito, Tancredo Neves, é internado com suspeita de apendicite, um dia antes de tomar posse; o vice,

	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe o título de Grão-Mestre da Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial, oferecido pelo governo brasileiro; - Estreia, na Rede Globo, a minissérie <i>Tenda dos milagres</i>. 		<ul style="list-style-type: none"> José Sarney, toma posse. No dia 21 de abril, Tancredo Neves morre no Instituto do Coração, em São Paulo; - O soviético Mikhail Gorbachov é eleito secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética; - Morre Charles Francis Richter (sismólogo estadunidense); - Morre Cora Coralina (poetisa brasileira); - Morre Emílio Garrastazu Médici (presidente do Brasil de 1969 a 1974); - Morre Ítalo Calvino (escritor italiano).
1986	<ul style="list-style-type: none"> - Participa, como presidente do júri, do VIII Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba, sendo homenageado, na ocasião, por Fidel Castro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o livro infantil <i>Cafute & Perna-de-Pau</i>; - Lança, pela Berlendis & Vertecchia, de São Paulo, <i>O capeta Carybé</i>, sobre o artista plástico argentino Carybé, seu amigo desde os anos 1950. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acontece o acidente nuclear em Chernobyl, na Ucrânia; - O ônibus espacial estadunidense <i>Challenger</i> explode; - São realizadas, no Brasil, eleições para o poder legislativo estadual e federal e para os governos estaduais; - Morrem Simone de Beauvoir (escritora e filósofa francesa) e Luís da Câmara Cascudo (historiador, folclorista, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro); - Morre Jorge Luis Borges (escritor argentino).
1987	<ul style="list-style-type: none"> - É inaugurada a Fundação Casa de Jorge Amado, que passa a desenvolver intenso trabalho de preservação e divulgação da obra do escritor; - Recebe o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> da Universidade Lumière, da cidade francesa de Lyon; - Lançamento da revista <i>Exu</i>, da Fundação Casa de Jorge Amado; o número de estreia traz uma bibliografia do escritor e um texto dele intitulado <i>O enterro de Yalorixá</i>; - O escritor recebe o título de sócio honorário do Pen Club do Brasil; - É lançado o filme <i>Jubiabá</i>, dirigido por Nelson Pereira dos Santos. 		<ul style="list-style-type: none"> - A Comissão Brundtland, que investiga as mudanças climáticas, divulga um relatório chamando a atenção para a deterioração do planeta causada pelo ser humano, e acaba por cunhar a expressão <i>desenvolvimento sustentável</i>; - Acontece o acidente radioativo, com Césio-137, em Goiânia; - Morre Carlos Drummond de Andrade (poeta, contista e cronista brasileiro); - Morre Andy Warhol (pintor e cineasta estadunidense); - Morre Fred Astaire (ator e dançarino estadunidense); - Morre Gilberto Freyre (sociólogo, antropólogo, escritor e pintor brasileiro);
1988	<ul style="list-style-type: none"> - A Orquestra Sinfônica da Bahia, sob a regência do maestro Carlos Veiga, apresenta uma peça do compositor paulista Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>O sumiço da santa</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - O arcebispo Desmond Tutu é detido juntamente com uma centena de clérigos, na Cidade do Cabo, na África do Sul, durante protestos contras as restrições impostas pelo governo às organizações antiapartheid; - A nova Constituição brasileira é aprovada, ainda em vigor;

	<p>Mignone inspirada em <i>A morte e a morte de Quincas Berro D'água</i>;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recebe, em Brasília, o Prêmio Pablo Picasso, da UNESCO, durante o Simpósio Internacional de Escritores da América Latina e do Caribe; - É inaugurada, em Ilhéus, a Casa de Cultura Jorge Amado. 		<ul style="list-style-type: none"> - Morre Menotti Del Picchia (poeta, escritor e pintor brasileiro); - Morre Viana Moog (advogado, jornalista, romancista e ensaísta brasileiro); - Morre Abelardo Barbosa, o Chacrinha (radialista e apresentador de televisão brasileiro); - Morre Chico Mendes (líder sindical seringueiro brasileiro, assassinado em Xapuri, no Acre).
1989	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe o Prêmio Pablo Neruda, da Associação dos Escritores Soviéticos; - Estreia, na Rede Globo, a novela <i>Tieta</i>; - Escreve texto em favor da candidatura à Presidência da República, pelo Partido Comunista Brasileiro, do deputado federal Roberto Freire (PE); - Estreia, na TV Bandeirantes, a minissérie <i>Capitães de Areia</i>. 	<p>- A José Olympio Editora lança sua <i>Obra Reunida</i>, em cinco volumes, com todos os livros da autora até então publicados, destinados ao público adulto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Protestos estudantis são reprimidos na República Popular da China, no que ficou conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial; - Acontece a Queda do Muro de Berlim; - George H. W. Bush toma posse como presidente dos Estados Unidos; - Fernando Collor de Mello torna-se o primeiro presidente eleito diretamente, após o Regime Militar, no Brasil; - Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, assume a direção da TV Record; - Morrem Nara Leão (cantora brasileira), Luiz Gonzaga (músico brasileiro) e Raul Seixas (cantor e compositor brasileiro); - Morrem Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (lexicógrafo, filólogo e ensaísta brasileiro) e Paulo Leminski (poeta e escritor brasileiro); - Morre Salvador Dalí (pintor espanhol).
1990	<ul style="list-style-type: none"> - Participa, como representante do Brasil, da comissão internacional de assessoria ao projeto de reconstrução da antiga biblioteca de Alexandria, no Egito; - Recebe o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> da Universidade de Israel e da Universidade Dagli Studi de Bari, Itália; - Na Itália, recebe os prêmios Cino del Duca, concedido por um júri presidido pelo escritor Maurice Druon, secretário-geral da Academia Francesa. 		<ul style="list-style-type: none"> - O Telescópio Espacial <i>Hubble</i> é lançado para o espaço; - Ocorre a reunificação da Alemanha; - Nelson Mandela é libertado, após 28 anos de prisão em função do apartheid; - Fernando Collor assume a presidência do Brasil e anuncia o Plano Collor, que, dentre as medidas, determina o confisco da poupança bancária de boa parte dos brasileiros, a privatização, a modernização tecnológica e abertura das importações; - Termina a guerra civil no Líbano, iniciada em 1975; - Lech Walesa é eleito presidente na Polônia; - É criado, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente; - Morre Luís Carlos Prestes (líder comunista brasileiro); - Morre Caio Prado Jr. (historiador, geógrafo, escritor, político e editor brasileiro); - Morre Cazuza (cantor, compositor e poeta brasileiro); - Morre Rubem Braga (escritor brasileiro); - Morre Burrhus Frederic Skinner (autor e psicólogo estadunidense).
1991	<ul style="list-style-type: none"> - A Editora Siciliano, de São Paulo, comprou os direitos de publicação da obra completa da 		<ul style="list-style-type: none"> - Acontece a Guerra do Golfo; - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinam o Tratado de Assunção, que estabelece o Mercosul;

	<p>escritora;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escreve <i>Navegação de cabotagem</i>, relato memorialístico; - Recebe o teatrólogo e novelista Dias Gomes na Academia Brasileira de Letras; - Escreve para uma empresa italiana, sob encomenda, a história <i>A descoberta da América pelos turcos</i>, que deveria ser incluída num livro ao lado de textos de Norman Mailer e Carlos Fuentes. 		<ul style="list-style-type: none"> - O líder soviético Mikhail Gorbachev renuncia ao cargo, culminando no fim da União Soviética; - Começou a ser comercializada a soja transgênica; - O Pacto de Varsóvia é dissolvido; - Morre Gonzaguinha (cantor e compositor brasileiro); - Morre Miles Davis (compositor e trompetista estadunidense); - Morre Freddie Mercury (músico britânico).
1992	<ul style="list-style-type: none"> - Estreia, na Rede Globo, a minissérie <i>Tereza Batista</i>; - O 80º aniversário do escritor é comemorado por uma série de eventos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica o romance <i>Memorial de Maria Moura</i>, pela Editora Siciliano, de São Paulo; - Publica o relato memorialístico <i>Navegação de cabotagem</i>; - É publicado o livro <i>Jorge Amado: 80 anos de vida e obra</i>, pela Fundação Casa de Jorge Amado, em comemoração ao aniversário do escritor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acontece a Rio-92, grande conferência mundial sobre o meio ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro; - É assinado o Tratado da União Europeia, na cidade holandesa de Maastricht; - Fernando Collor de Mello renuncia à presidência do Brasil após o processo de <i>impeachment</i>, tendo os seus direitos políticos suspensos por oito anos. O vice-presidente, Itamar Franco, assume a presidência; - Ocorreu o Massacre do Carandiru, em São Paulo; - Galileu Galilei foi perdoado pelo Papa João Paulo II; - Morre Isaac Asimov (escritor russo); - Morre Irmã Dulce (freira brasileira, beatificada em 2011); - Morre Jânio Quadros (político e presidente do Brasil em 1961); - Morre Ulysses Guimarães (político brasileiro).
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe, dos governos de Brasil e Portugal, o Prêmio Camões; - Recebe, da União Brasileira de Escritores, o Prêmio Juca Pato; - A Siciliano inicia o relançamento de sua obra completa. 		<ul style="list-style-type: none"> - Bill Clinton torna-se o 42º presidente dos Estados Unidos; - Acontece o aperto de mão histórico entre o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, e o líder da Organização para Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, em Washington, depois da assinatura de um acordo sobre autonomia palestina nos territórios ocupados, e após Israel e OLP se reconhecerem oficialmente; - Nelson Mandela pede o fim das sanções contra a África do Sul, discursando na ONU. Esse pedido é atendido de imediato pelos Estados Unidos; - Morre Austregésilo de Athayde (jornalista e escritor brasileiro); - Morre Grande Otelo (ator e humorista brasileiro); - Morre Edward Palmer Thompson (historiador britânico).
1994	<ul style="list-style-type: none"> - Estreia, na Rede Globo, a minissérie <i>Memorial de Maria Moura</i>, adaptada da obra da escritora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publica <i>A descoberta da América pelos turcos</i>, uma vez que o projeto do livro com Mailer e Fuentes não vingara; - <i>Gabriela, cravo e canela</i> é 	<ul style="list-style-type: none"> - O Eurotúnel, localizado sob o Canal da Mancha, é oficialmente aberto pela Rainha britânica Elisabeth II e pelo presidente francês, François Mitterrand; - Tem início a operação comercial da Internet no Brasil; - Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente do Brasil; - Dando prosseguimento ao Plano Real, entra em circulação a nova moeda brasileira,

		relançado, inaugurando uma série de relançamentos da obra revisada do escritor.	<p>o Real (R\$);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nelson Mandela é eleito o primeiro presidente negro da África do Sul; - Conflitos entre as etnias hutus e tutsis dão origem ao genocídio dos tutsis em Ruanda; - Morrem Paul Feyerabend (filósofo da ciência austríaco), Linus Pauling (químico estadunidense) e Karl Popper (filósofo da ciência austro-britânico); - Morre Roberto Burle Marx (arquiteto e paisagista brasileiro); - Morre Mário Quintana (poeta brasileiro); - Morre Ayrton Senna (automobilista brasileiro).
1995	<ul style="list-style-type: none"> - Inicia o seu livro de memórias, escrito em colaboração com a irmã Maria Luiza, posteriormente publicado sob o título <i>Tantos anos</i>; - Recebe, dos governos brasileiro e português, o Prêmio Camões; - Começa a escrever um romance provisoriamente intitulado <i>A apostasia universal de Água Brusca</i>; - Recebe o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> da Universidade de Pádua, Itália. Neste país também é contemplado com o Prêmio Vitaliano Brancatti; - João Moreira Salles realiza o documentário <i>Jorge Amado</i>. 		<ul style="list-style-type: none"> - Uma epidemia do vírus Ebola ataca o Zaire (atual República Democrática do Congo); - Fernando Henrique Cardoso assume a posse da presidência do Brasil; - É assinado, em Brasília, um acordo formal de cessar-fogo entre o Equador e o Peru, na sequência de um conflito territorial que ficou conhecido como Guerra de Cenepa; - É prorrogado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, assinado em 1968; - Morre Florestan Fernandes (sociólogo brasileiro); - Morre Gilles Deleuze (filósofo francês); - Morre Adolpho Bloch (empresário brasileiro); - Morre Yitzhak Rabin (primeiro-ministro de Israel).
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe, pelo conjunto de sua obra, o Prêmio Moinho Santista; - Sofre, em Paris, um edema pulmonar, e, depois, é submetido a uma angioplastia; - Estreia <i>Tieta do Agreste</i>, filme de Cacá Diegues, que assina o roteiro ao lado de João Ubaldo Ribeiro e Pedro Calmon. 		<ul style="list-style-type: none"> - Acontece o confronto entre a polícia paraense e manifestantes sem-terra, em Eldorado dos Carajás; - São reeleitos Boris Iéltsin (presidente da Rússia) e Bill Clinton (presidente dos Estados Unidos); - Morre François Mitterrand (estadista e presidente francês de 1981 a 1995); - Morre Ernesto Geisel (político e presidente brasileiro de 1974 a 1979); - Morre Caio Fernando Abreu (escritor e jornalista brasileiro); - Morre Renato Russo (cantor e poeta brasileiro); - Morre Thomas Kuhn (físico estadunidense); - Morre Carl Sagan (astrônomo e biólogo estadunidense).
1997		- A editora Record lança <i>Milagre dos Pássaros</i> , livro com conto ainda inédito no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - No Brasil, o Senado aprova a emenda que possibilita a reeleição dos cargos do Poder Executivo; - Morre Darcy Ribeiro (antropólogo, político e escritor brasileiro);

			<ul style="list-style-type: none"> - Morre Paulo Freire (pedagogo brasileiro); - Morrem Jacques-Yves Cousteau (explorador e inventor francês) e Cornelius Castoriadis (filósofo francês); - Morre Chico Science (músico e compositor brasileiro); - Morre Madre Teresa de Calcutá (missionária católica e beata, nascida na Macedônia e naturalizada indiana); - Morre Diana, a Princesa de Gales; - Morrem Antônio Callado (jornalista e escritor brasileiro) e Bernardo Élis (contista e romancista brasileiro).
1998	<ul style="list-style-type: none"> - Recebe o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> na Sorbonne; - Estreia, na Rede Globo, a minissérie <i>Dona Flor e seus dois maridos</i>, adaptação de Dias Gomes. 		<ul style="list-style-type: none"> - Fernando Henrique Cardoso é reeleito para a presidência do Brasil; - O Partido Social-Democrata, sob o comando de Gerard Schröder, vence as eleições na República Federal da Alemanha; - Morrem Frank Sinatra (ator e cantor estadunidense) e Akira Kurosawa (cineasta japonês); - Morre Tim Maia (cantor brasileiro); - Morre Lúcio Costa (arquiteto brasileiro).
1999		<ul style="list-style-type: none"> - A Fundação Casa de Jorge Amado lança o livro <i>Rua Alagoinhas 33, Rio Vermelho</i>, sobre a casa em que o autor vivia e sobre seu cotidiano. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Euro começa a ser usado para transações eletrônicas, em onze países da União Europeia; - O Timor-Leste decide pela Independência, em referendo; - O presidente da Rússia, Boris Yeltsin, renuncia ao cargo; - Morre Dias Gomes (dramaturgo brasileiro); - Morrem Herberto Sales (jornalista e escritor brasileiro) e João Cabral de Melo Neto (poeta e diplomata brasileiro); - Morre Stanley Kubrick (diretor e roteirista estadunidense).
2000	<ul style="list-style-type: none"> - Foi inaugurada, na Academia Brasileira de Letras, a exposição <i>Viva Rachel</i>, em razão da comemoração de seu 90º aniversário; - Recebe o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Publicou, em parceria com sua irmã Maria Luiza, o livro <i>Não me Deixes – Suas histórias e sua cozinha</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - George W. Bush é eleito presidente dos Estados Unidos da América; - O submarino nuclear russo Kursk afunda no Mar de Barents; - Morre Carl Banks (ilustrador e cartunista estadunidense).
2001	<ul style="list-style-type: none"> - É internado com uma crise de hiperglicemia e tem uma fibrilação cardíaca; - 6 de agosto: Morre, em Salvador (BA), Jorge Leal Amado de Faria. 		<ul style="list-style-type: none"> - O provedor de internet America On-Line (AOL) compra o conglomerado de mídia Time Warner, criando a maior fusão de mídia da história; - Tropas russas começam a retirada da Tchetchênia; - Ocorrem os atentados terroristas às torres do World Trade Center, em Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington D.C., nos Estados Unidos da América; - O rascunho do primeiro genoma humano é completado; - Morre Mário Covas (político brasileiro);

			<ul style="list-style-type: none"> - Morre Francisco Varela (biólogo e filósofo chileno); - Morre Milton Santos (advogado e geógrafo brasileiro); - Morre Marvin Harris (antropólogo estadunidense); - Morrem George Harrison (músico britânico) e Cássia Eller (cantora brasileira); - Morre Maria Clara Machado (escritora e dramaturga brasileira).
2003	<ul style="list-style-type: none"> - É inaugurado, em Quixadá (CE), o Centro Cultural Rachel de Queiroz; - 4 de novembro: Morre, no Rio de Janeiro, Rachel de Queiroz. 		<ul style="list-style-type: none"> - Luís Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil; - O Projeto Genoma Humano é finalizado; - Coligação liderada pelos Estados Unidos inicia guerra no Iraque contra Saddam Hussein; - Explosão no Centro de Lançamento de Alcântara mata 21 cientistas brasileiros; - Morre Roberto Marinho (jornalista, empresário e realizador brasileiro); - Morre Haroldo de Campos (poeta e tradutor brasileiro); - Morre Edward Said (crítico literário, ativista e intelectual palestino).